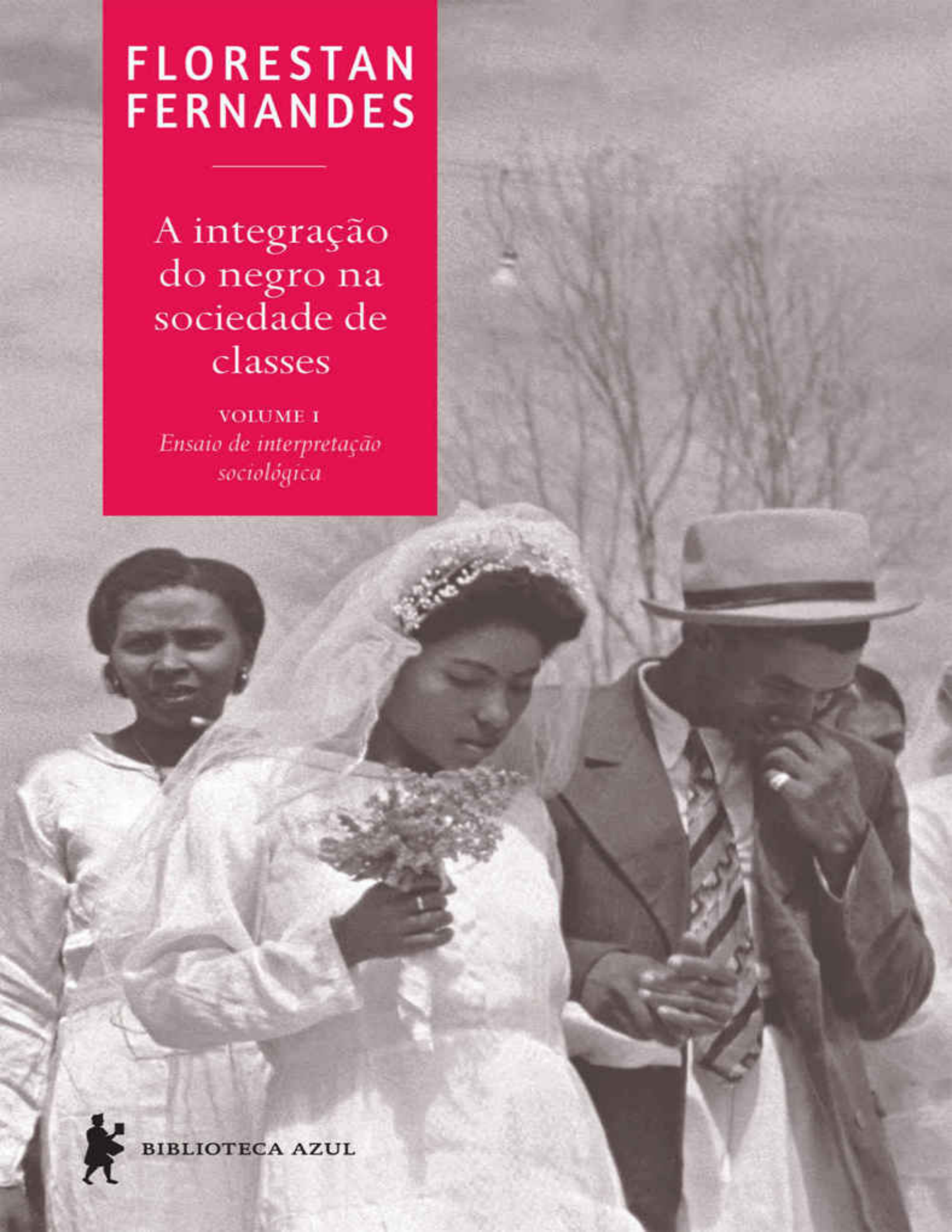
FLORESTAN FERNANDES

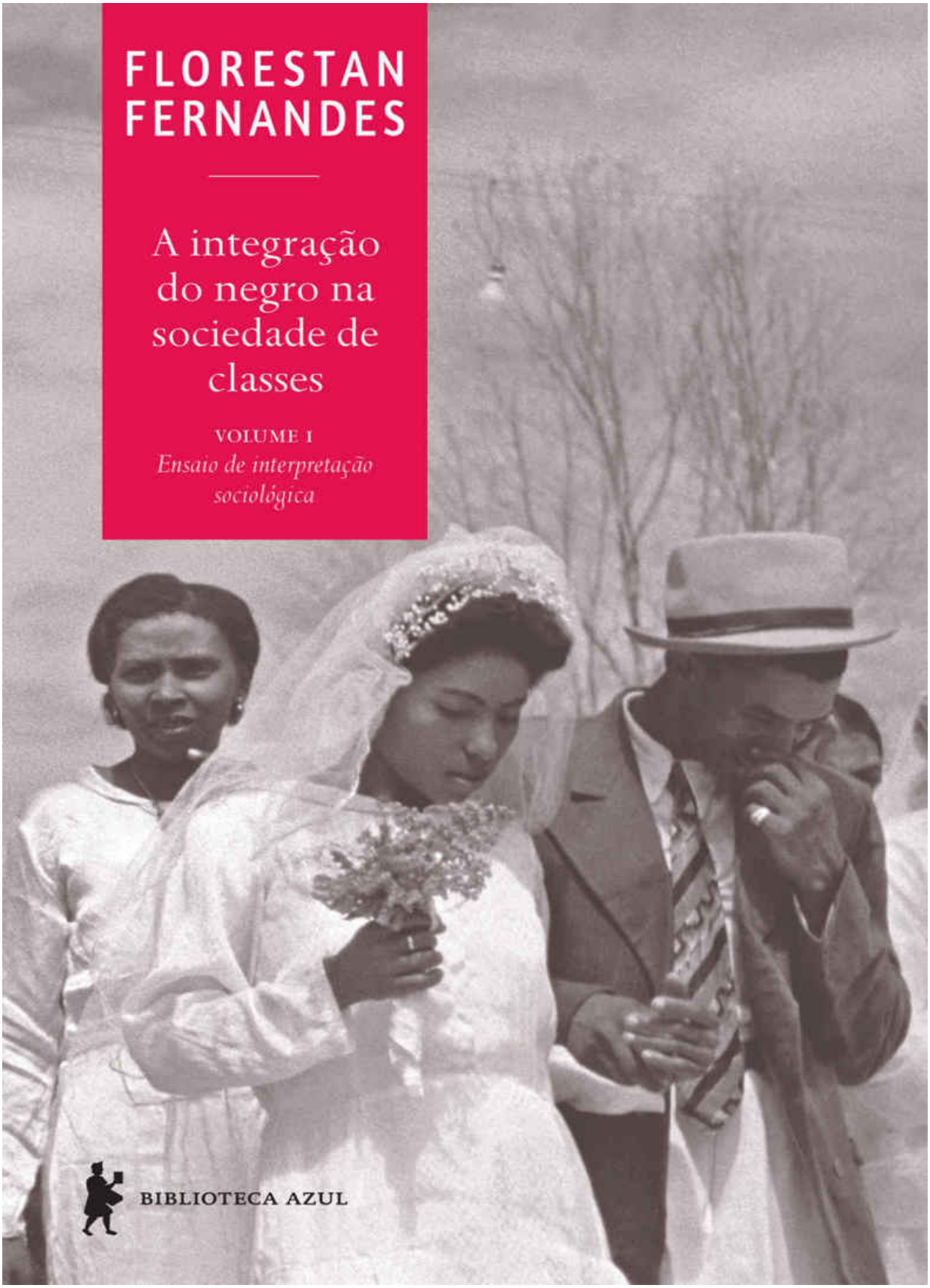
A integração do negro na sociedade de classes

VOLUME I

Ensaio de interpretação sociológica



BIBLIOTECA AZUL



FLORESTAN FERNANDES

A integração do negro na sociedade de classes

VOLUME I

Ensaio de interpretação sociológica

BIBLIOTECA AZUL

OceanofPDF.com

A integração do negro
na sociedade de classes

OceanofPDF.com

Obras reunidas de Florestan Fernandes

Coordenação:

Maria Arminda do Nascimento Arruda

Circuito fechado / A função social da guerra na sociedade tupinambá / A integração do negro na sociedade de classes, volumes 1 e 2 / Pensamento e ação / Que tipo de República? / A Revolução Burguesa no Brasil

OceanofPDF.com

Florestan Fernandes

A INTEGRACÃO DO NEGRO NA SOCIEDADE DE CLASSES

(O legado da “raça branca”)

prefácio:
Antonio Sérgio Alfredo Guimarães

Volume 1



BIBLIOTECA AZUL

OceanofPDF.com

Copyright © 2008 by herdeiros de Florestan Fernandes

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta edição pode ser utilizada ou reproduzida — em qualquer meio ou forma, seja mecânico ou eletrônico, por fotocópia, gravação etc. — nem apropriada ou estocada em sistemas de bancos de dados sem a expressa autorização da editora.

Texto fixado conforme as regras do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (Decreto Legislativo no 54, de 1995).

Preparação: Agnaldo Holanda

Revisão: Ronald Polito e Célia Arruda

Índice remissivo: Luciano Marchiori

Paginação: Crayon Editorial

Capa: Paula Astiz

Edição digital: Erick Santos Cardoso

Produção de ebook: S2 Books

1ª edição, FFCL/USP, 1964

2ª edição, MEC, 1964

3ª edição, Dominus, 1965

4ª edição, Ática, 1978

5ª edição, Editora Globo, 2008

1ª reimpressão, 2013.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Fernandes, Florestan, 1920-1995.

A integração do negro na sociedade de classes : (o legado da “raça branca”) , volume 1 / Florestan Fernandes ; prefácio Antonio Sérgio Alfredo Guimarães. – 5. ed. – São Paulo : Globo, 2008. (Obras reunidas de Florestan Fernandes)

Bibliografia.

ISBN 978-85-250-5609-2

1. Brasil - Relações raciais 2. Classes sociais - Brasil 3. Negros - Brasil I. Guimarães, Antonio Sérgio Alfredo. II. Título. III. Série.

08-08883 CDD-305.896081

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Negros : Relações raciais : Sociologia

305.896081

Direitos da edição em língua portuguesa

adquiridos por Editora Globo S.A.

Av. Jaguaré, 1485 — 05346-902 — São Paulo — SP

www.globolivros.com.br

OceanofPDF.com

Este trabalho é dedicado a Maria Fernandes, minha mãe, Myrian Rodrigues Fernandes, minha esposa, e Heloísa Rodrigues Fernandes, Noêmia Rodrigues Fernandes, Beatriz Fernandes Denser, Sylvia Fernandes Arantes, Florestan Fernandes Júnior, Myrian Lúcia Fernandes e Rogê Ferreira, meus filhos. Espero que encontrem em suas páginas motivos para relevarem as minhas falhas e me quererem bem.

OceanofPDF.com

Sumário

Capa
Folha de Rosto
Créditos
Dedicatória
Prefácio
Nota explicativa
Capítulo I - O negro na emergência da sociedade de classes
    Introdução
    1. Trabalho livre e europeização
    2. O negro e a revolução burguesa
    3. Expansão urbana e desajustamento estrutural do negro
Capítulo II - Pauperização e anomia social
    Introdução
    1. O “deficit negro”
    2. Os diferentes níveis da desorganização social
    3. Efeitos sociopáticos da desorganização social
Capítulo III - Heteronomia racial na sociedade de classes
    Introdução
    1. O mito da “democracia racial”
    2. Os padrões tradicionalistas de relações raciais
Índice remissivo

OceanofPDF.com

Prefácio

A integração do negro na sociedade de classes é um desses livros essenciais, leitura obrigatória de estudiosos e estudantes do Brasil.

Escrito originalmente como tese para um concurso de professor titular de sociologia da USP, o livro é um ponto de encontro de muitos caminhos teóricos traçados por Florestan até aquele ano e, de passagem, para uma reflexão madura e politicamente mais engajada sobre a sociedade brasileira. De fato, Florestan já é um pensador maduro em 1964, quando defendeu sua tese. O seu domínio da teoria sociológica já lhe havia rendido reconhecimento internacional desde os *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*, de 1959. Sociólogo em um país então deficiente em pesquisa histórica, Florestan fora praticamente obrigado a associar a pesquisa sociológica à histórica, seja em seus estudos sobre os tupinambá (Fernandes, 1949 e 1952), seja em seus estudos sobre as relações raciais brasileiras (Bastide e Fernandes, 1955). Em 1964, a sociologia histórica de Florestan já estava bem estabelecida, não apenas em suas obras, mas nos livros seminais dos discípulos que formara e diplomara como parte de suas atividades de professor de sociologia na USP. De fato, esses trabalhos tinham, eles também, revolucionado a sociologia e a historiografia brasileira e dado proeminência internacional a seus autores.

Mas *A integração do negro* marca ainda, como já sugerimos, um novo caminho de pesquisa e militância política para Florestan, pois 1964 foi também um ano de ruptura, e o livro espelha isso muito bem. Florestan havia dedicado toda a sua vida à ciência social e feito dela a sua vocação. Mas o estudo do desenvolvimento da sociedade de classes no Brasil, ou seja, da transição da sociedade de castas para a ordem competitiva, fazia-se acompanhar, mais uma vez, pela quebra da ordem democrática, e Florestan era instado a reconhecer o mito, mais que o ideal, sustentador da ordem democrática brasileira. A sua aposentadoria forçada, em 1969, imporá uma fenda irrecuperável nessa vocação puramente científica. Mas estou me adiantando. Voltemos nossa atenção para *A integração do negro*.

Há duas razões para que esta obra seja de leitura obrigatória – a sua atualidade e a sua importância no campo disciplinar.

A primeira razão responde pela sua enorme vitalidade. Desde que foi publicado, este livro se transformou em manual de formação política de jovens intelectuais de esquerda, que ingressavam nas nossas universidades e que iriam, nos anos 1970, revitalizar o movimento social negro e de redemocratização política. Foi um texto que revolucionou a nossa compreensão do racismo brasileiro. País de esparsa tradição de conflitos raciais, os movimentos sociais negros aqui nunca haviam merecido destaque de qualquer autor.

É bem verdade que Roger Bastide (1983), Costa Pinto (1953) e o próprio Florestan (na década de 1950) haviam se debruçado sobre tais movimentos, mas sem lhes dar grande importância histórica. Bastide e Fernandes porque dedicaram ao tema apenas alguns trabalhos esparsos, sem concatená-los com uma análise mais abrangente da sociedade brasileira. Costa Pinto porque cometera o equívoco de se contrapor ao movimento negro do seu tempo em nome de um ideal utópico, sem saber reconhecer que a utopia se inscreve às vezes de modo torto no dia a dia. *A integração do negro* veio finalmente suprir essa lacuna nas nossas ciências sociais.

Não há pesquisa empírica nova no material que Florestan nos apresenta, recolhido quase inteiramente para o projeto sobre *Relações entre brancos e negros em São Paulo*; além da coleta sistemática de documentos que vieram à luz depois dos 1950, há, sobretudo, uma grande abertura de foco no tratamento dos dados. Como seu título sugere, Florestan, neste livro, repõe os negros brasileiros no fluxo dos conflitos que decidem e formam a nação, a sociedade e o Estado no Brasil. Os negros, aqui, são tão centrais para a nação como foram os trabalhadores industriais, na Inglaterra. E é nesse filão interpretativo, no entrechoque entre negros migrantes e imigrantes europeus, como base da classe trabalhadora paulista, que Florestan se move.

A segunda razão para se ler este livro é aprender sociologia e se posicionar diante de teses e interpretações controversas que continuam a frequentar as nossas discussões sobre relações raciais.

Vejamos algumas teorias que são hoje aceitas sem muita contestação. A primeira delas é o que poderíamos chamar do mito da escravidão benévola. Havia, ainda em 1964, para uma forte corrente na nossa historiografia – baseada em escassa documentação e pesquisa, mas num sentimento de excepcionalidade nacional –, a crença de que a escravidão no Brasil fora marcada pela escravidão doméstica, pela intimidade entre

senhores e escravos, pela relativa facilidade das manumissões, enfim, pela maior humanidade no tratamento dos escravos. As pesquisas realizadas por Florestan, em São Paulo, e por seus discípulos Cardoso (1962) e Ianni (1962), no sul do Brasil, lançaram não apenas sérias dúvidas sobre a veracidade factual da tese, mas, principalmente, demonstraram o seu caráter ideológico.

Analisando a relação senhor-escravo, central ao modo de produção da riqueza material, e se indagando sobre a maneira como a ordem social interagia com a ordem econômica; perguntando-se sobre o modo como tais ordens se reproduziam no tempo, ou seja, sobre como as ordens política e ideológica se coadunavam com a economia e a sociedade, esses autores desvendavam mais que a incongruência de um passado que se acreditava harmonioso e descobriam as contradições atuais da sociedade brasileira. É esse método de investigação, conhecido depois como histórico-estrutural, que marcava o que também depois será chamado de escola paulista de sociologia.

O método operava em conjunção com elementos centrais à teoria estrutural-funcionalista em sociologia e psicologia social, como o conceito de personalidade-status. Ralf Linton (1945) contrastava a personalidade-base dos indivíduos com as suas diversas personalidades-*status*, desenvolvidas porque a sociedade espera que os indivíduos que ocupam certas posições no sistema social exibam certos traços de personalidade e estes, em geral, respondem positivamente e cultivam tais traços. A análise da adaptação de ex-escravos às personalidades-status da ordem competitiva ocupará boa parte dos esforços de Florestan.

Mas Florestan também buscará, para sua análise da superação do escravismo no Brasil, inspiração em outras fontes, e utilizará fartamente conceitos de Mannheim (dinâmica social), de Durkheim (anomia) e, principalmente, a dialética de Marx, a que Antonio Candido (2001) se refere como o “rio subterrâneo” que sempre correu nos escritos de Florestan, e que finalmente emerge na sua análise da formação racial da classe trabalhadora paulista.

Outra interpretação inovadora de Florestan, tendo inspirado a juventude que fundou o Movimento Negro Unificado, no final dos anos 1970, foi perceber que a democracia racial brasileira, mais que um ideal normativo (como, nos 1950, ele e Bastide consideravam), tinha se transformado em mito. Mito não no sentido de falsidade, como alguns

pensam, mas no sentido de uma ideologia dominante, de uma percepção de classe que pensa o seu ideal de conduta como verdade efetiva.

O mito consistiria em tomar o que eram desigualdades raciais – próprias da ordem racial escravocrata – como desigualdades de classes da ordem competitiva – próprias do capitalismo industrial. A burguesia e a classe média brasileiras projetavam tal ideal de comportamento de classe de modo a encobrir o seu racismo. As desigualdades sociais poderiam ser combatidas, na democracia, pela intermediação de organizações trabalhistas e empresariais, numa espécie de acomodação ou rotinização das lutas de classes. Já o que tornava aceitável a reprodução das desigualdades raciais, aos olhos do bom-mocismo burguês, estava implícito: era uma espécie de racismo, que Florestan tenta fazer aflorar em sua análise. Isso significaria o reconhecimento, por parte da sociedade burguesa, das organizações raciais com que os negros buscavam sua integração: associações, clubes, jornais, partidos etc.

Não por acaso, Florestan concentra boa parte de seus esforços em *A integração do negro na sociedade de classes* analisando a trágica história da Frente Negra Brasileira, nos anos 1930 – seus equívocos ideológicos e a incompreensão do *establishment* branco. À medida que essa história vai sendo narrada e analisada, vai ficando claro para Florestan e seus leitores o enredo trágico de uma revolução burguesa inacabada e de uma proletarização sem virtudes. Aliás, advirto o leitor de que a linguagem que estou empregando – *establishment* branco, por exemplo – não é invenção minha, nem contaminação pelo movimento negro atual, ou americanismo, como ficou depois em moda acusar. Trata-se de linguagem que o próprio Florestan foi cunhando, à medida que a democracia era sepultada pelo golpe militar de 1964 (lembre-se, por exemplo, do título de seu livro de 1972, *O negro no mundo dos brancos*).

Mas Florestan era otimista, não se deixava aprisionar no determinismo dos conceitos que utilizava. A agência humana, a ação social, sempre ressurge por entre o emaranhado das restrições estruturais. Não se pode ler este livro sem pensar que, afinal de contas, para Florestan, neste país de negros e mulatos, o futuro estará sempre nas mãos desse novo proletariado negro que se forma, tanto para superar o racismo, quanto para superar a exploração de classe.

Outras teses do livro são mais controversas, seja porque o movimento social adquiriu novos interesses culturais nos últimos anos, que a elas se

contrapõem; seja porque a teoria sociológica passou a dar menos ênfase às restrições estruturais e a valorizar mais as ações individuais e coletivas; seja porque a pesquisa histórica demonstrou, nos últimos cinquenta anos, que há evidências que as contrariam. Começo por citar duas delas: a tese da autoexclusão do negro e do mulato do mercado de trabalho paulista, nos anos que se seguiram à Abolição; e a tese complementar de que os imigrantes europeus não discriminaram racialmente os negros; ao contrário, quando exibiram algum preconceito contra os mesmos o fizeram do modo aprendido com os brasileiros natos.

Algumas das mais importantes contribuições posteriores à historiografia e à sociologia brasileiras, como os livros de Carlos Hasenbalg (1979), de George Andrews (1991) e de Lilia Schwarcz (1993), contrapuseram-se a essas teses, ou qualificaram o âmbito de sua validade. Todos reconheceram, entretanto, que a classe operária brasileira, ao contrário do que se passou em outros países, não se segmentou racialmente. Lilia Schwarcz enfatizou o modo como as teorias racistas do final do século XIX foram eficientes em tecer o senso comum cotidiano que permitiram a substituição do negro e do mulato pelo imigrante europeu; George Andrews mostrou muitas evidências de como a preferência pelos imigrantes foi sistemática e não dependeu de habilidades ou de adequadas personalidades-status dos imigrantes. Argumentou, ademais, que o negro brasileiro, no final do século XIX, não estava despreparado para a liberdade. Carlos Hasenbalg salientou que o capitalismo industrial nem mesmo prescinde do racismo que Florestan acreditava ter sido herdado da ordem escravocrata.

Vale lembrar, entretanto, que a tese do despreparo do negro para a liberdade – que se transmutou muitas vezes na responsabilização do Estado por não garantir, através da educação e de outros serviços públicos, os meios para o exercício da liberdade pela população de cor – não é originalmente de Florestan. Foi utilizada, primeiro, pelos abolicionistas e ganhou depois, completamente, o meio negro paulistano. Basta ler o *Clarim da Alvorada* e outros órgãos da imprensa negra paulista para se ajuizar o que digo. Como bem lembrou um de seus discípulos (Martins, 1998: 30), Florestan sempre fundava sua interpretação levando em conta o modo como o grupo que estudava havia, ele próprio, explicado a sua situação social.

Há, sem dúvida, na argumentação de Florestan, como apontou Andrews, algo de senso comum de época, que sugere a culpabilização da vítima. Disso, entretanto, nenhum escritor pode escapar, pois somos

prisioneiros de nosso tempo; e não nos deve impedir de perceber e valorizar o mais importante. Quero me referir ao seguinte: ao se concentrar na análise detalhada da formação da identidade negra em São Paulo, ao privilegiar o momento histórico em que os negros aparecem na cena política brasileira com um movimento social pujante, que chega mesmo a se transformar em partido político, Florestan está claramente apontando para a reconstrução do negro brasileiro, enquanto negro; sublinhando a sua emancipação enquanto sujeito, com a aquisição das técnicas sociais e das disposições psicossociais adequadas para a vida capitalista e pós-capitalista. É o novo negro. Esse homem (e mulher) negro não se deixou enredar no conflito racial com os trabalhadores imigrantes, ou com a burguesia que o escravizara; ultrapassou os seus ressentimentos e reconstruiu a sua identidade racial.

É, portanto, contra a burguesia de boa consciência – a que não aceita os movimentos negros, a que não reconhece a diferença racial a não ser quando é do seu interesse –, é contra ela que se volta a crítica de Florestan. Há claramente, no presente livro, um responsável pela tragédia racial brasileira, que termina sempre em maior desigualdade: a burguesia que se furta a reconhecer o *outro*, a aceitá-lo como adversário político, num jogo democrático. Para essa burguesia que só sabe dominar por sobre o silêncio político e o aplastamento identitário de quem não é branco como ela se quer – se não no corpo, ao menos na alma – Florestan reserva um duro (suave para alguns) diagnóstico: ela viverá do mito.

Entretanto, todas essas teses polêmicas, em Florestan, se fundamentam sobre outra, segundo a qual não se desenvolvera em São Paulo – ao contrário do que acontecera no Recife, em Salvador, ou no Rio de Janeiro – um mercado de trabalho livre e artesanal, que estivesse ocupado por libertos nos anos que se seguiram à Abolição. Segundo Florestan, São Paulo surge praticamente como uma cidade burguesa, em pleno século XX, enquanto o restante do país fará a transição de modo mais lento e já com uma classe média mestiça e um operariado negro estabelecidos.

Sabemos hoje que o mercado de trabalho urbano, mesmo industrial, é sustentado por redes informais de vizinhança, amizade, etnicidade etc. Não deveria ser diferente na São Paulo do começo do século XX, com seus milhões de imigrantes europeus e de migrantes negros, tomada pela ética do trabalho e pelo sentimento de desprezo pela cultura colonial luso-brasileira alimentado por suas elites europeizadas e racistas. Essa tese precisa ainda

ser mais bem avaliada pela pesquisa histórica. Boa parte da interpretação de Florestan se assenta nessa constatação e deriva dela.

Já entende o leitor, chegando ao final deste breve prefácio, que a leitura de *A integração do negro* não será fácil. Florestan o concebeu como um livro de estudo, e se ele ainda merece ser lido hoje é nessa qualidade. As verdades nele dispostas estarão sempre sujeitas à disputa pela crítica historiográfica e teórica. Foi assim no momento em que o livro foi publicado, ainda é assim agora. A linguagem que Florestan utiliza, então chamada por muitos, pejorativamente, de "sociologuês", é, como qualquer forma que transmite ideias ou sentimentos, indispensável ao conteúdo transmitido. É um enorme prazer para o estudante de sociologia aprender teoria sociológica nos livros de Florestan, ainda que seja custoso e que preciso seja, às vezes, um dicionário para localizar os conceitos no tempo.

Os editores norte-americanos deste livro prepararam uma edição abreviada da obra, *The negro in brazilian society*, que, se guarda as teses principais, não mantém a minudência da análise. Florestan, ele mesmo, proferiu numerosas conferências ao redor do mundo sobre as teses básicas deste livro, expondo-as em linguagem menos conceitual e de modo mais breve. Juntou-as, mais tarde, em *O negro no mundo dos brancos*. Porém, nem a edição abreviada norte-americana, nem o volume que reúne as suas conferências poderão jamais substituir a leitura desta tese de titularidade à cátedra de Sociologia I da USP que foi lida, aqui e lá fora, por estudantes negros e jovens revolucionários, por outros sociólogos e historiadores, e que conseguiu estremecer o tão bem fundado mito da democracia racial brasileira.

Antonio Sérgio Alfredo Guimarães
Departamento de Sociologia da USP

OceanofPDF.com

Obras de Florestan Fernandes citadas

Organização social dos tupinambá (1949)
A função social da guerra na sociedade tupinambá (1952)
Relações raciais entre brancos e negros em São Paulo (1955)
Fundamentos empíricos da explicação sociológica (1959)
The negro in brazilian society (1969)
O negro no mundo dos brancos (1972)
A revolução burguesa no Brasil (1975)

* * *

Outras referências

ANDREWS, George Reid. *Blacks & whites in São Paulo, Brazil, 1888-1988*. Madison: University of Wisconsin Press, 1991.

BASTIDE, Roger. A imprensa negra do Estado de São Paulo. In: *Estudos afro-brasileiros*. São Paulo: Perspectiva, 1983.

CANDIDO, Antonio. *Florestan Fernandes*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional; o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962.

CARDOSO, Fernando Henrique & Ianni, Octavio. *Cor e mobilidade social em Florianópolis*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960.

COSTA PINTO, Luis. *O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1953.

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

IANNI, Octávio. *As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil Meriodional*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962.

LINTON, Ralph. *The cultural background of personality*. New York/ London: D. Appleton-Century, 1945.

MARTINS, José de Souza. *Florestan: sociologia e consciência social no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Le-tras, 1993

OceanofPDF.com

Nota explicativa

Este trabalho foi escrito com vistas à obrigação do autor de se submeter às provas de concurso da Cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Ele teve de ser elaborado um tanto às pressas, entre janeiro de 1963 e abril de 1964. Embora nesse período o autor só se dedicasse a esse mister, a coleta de dados, feita principalmente em 1951,[1] e sua classificação e tratamento analíticos puderam ser concluídos com mais vagar e de forma mais apurada. Só ao expurgo e à formação do índice analítico da documentação coligida o autor devotou mais de quatro anos de trabalho intensivo. Esse desequilíbrio inesperado na realização do programa de trabalho, que nos havíamos imposto, faz com que este estudo contenha, provavelmente, lacunas e defeitos que poderiam ser eliminados em outras circunstâncias.

Em sentido literal, a análise desenvolvida é um estudo de como o Povo emerge na história. Trata-se de assunto inexplorado ou mal explorado pelos cientistas sociais brasileiros. E nos aventuramos a ele, por intermédio do negro e do mulato, porque foi esse contingente da população nacional que teve o pior ponto de partida para a integração ao regime social que se formou ao longo da desagregação da ordem social escravocrata e senhorial e do desenvolvimento posterior do capitalismo no Brasil. Procuramos aproveitar ao máximo as diversas perspectivas de observação e de interpretação que se abriam diante de nós, tanto para conhecer o drama humano do “negro”, quanto para sondar outros aspectos da realidade. No conjunto, a análise permite considerar os aspectos psicodinâmicos e sociodinâmicos da mobilização do homem da plebe para os papéis sociais e as situações de vida da ordem social competitiva. Doutro lado, como o comportamento social de “negros” e “brancos” constitui o foco direto das descrições e interpretações, ela nos diz como o nosso sistema de relações raciais respondeu às transformações da estrutura da sociedade inclusiva. Evidencia-se, aí, como a modernização tem ocorrido, na esfera das relações raciais, como um fenômeno heterogêneo, descontínuo e unilateral, engendrando um dos problemas sociais mais graves para a continuidade do desenvolvimento da ordem social competitiva na sociedade brasileira. Por conseguinte, a análise se converte em um estudo da formação, consolidação

e expansão do regime de classes sociais no Brasil do ângulo das relações raciais e, em particular, da absorção do negro e do mulato. Dadas as dificuldades com que estes se depararam para compartilhar do destino comum no plano nacional, os resultados da investigação são extremamente úteis para se entender os dilemas materiais e morais não só da democratização das relações raciais mas da própria sorte da democracia no Brasil.

A escolha de São Paulo como unidade da investigação se explica naturalmente. Ela não só é a comunidade que apresenta um desenvolvimento mais intenso, acelerado e homogêneo quanto à elaboração socioeconômica do regime de classes. É, também, a cidade brasileira na qual a revolução burguesa se processou com maior vitalidade, segundo a norma do *Trabalho-livre, na Pátria livre*. Além disso, em virtude de peculiaridades histórico-sociais, nela o "negro" só adquire importância econômica real tardiamente e sofre, em condições sumamente adversas, os efeitos concorrenciais da substituição populacional. Assim, o estudo de São Paulo permitia apanhar melhor as conexões existentes entre a revolução burguesa, a desagregação do regime servil e a expulsão do "negro" do sistema de relações de produção. E abria perspectivas únicas para acompanhar as diversas etapas do doloroso drama do "negro", da submersão na miséria e na degradação social até sua lenta revalorização pelo trabalho livre e sua incontida ânsia de "pertencer ao sistema", dignificando-se civil e moralmente. Como a revolução burguesa, com seus variados efeitos, é relativamente recente, existe ampla documentação histórica e estatística sobre seus diversos aspectos. Combinando-se essa documentação a outras fontes escritas posteriores e às técnicas de pesquisa de campo, tornava-se possível concretizar um intento que fascina a maioria dos cientistas sociais.[2] Isto é, podia-se combinar a análise sincrônica com a análise diacrônica, de modo a se descrever e interpretar os fenômenos observados tanto de uma perspectiva sistemática (pela descrição e interpretação de uniformidades de coexistência), quanto de uma perspectiva histórico-sociológica (pela descrição e interpretação das uniformidades de sequência). Graças a essa circunstância, esta contribuição foge ao modelo usual das monografias sobre relações raciais, baseadas exclusivamente sobre fatos pertinentes a um dado momento – o que se refere ao lapso de tempo que cai nos limites da pesquisa de campo. A primeira parte abrange o período que vai de 1880 a 1930. O primeiro capítulo toma a fase crucial da

desagregação do regime servil e da emergência da ordem social competitiva – de 1880 a 1900. Os dois capítulos subsequentes lidam com a fase imediatamente ulterior, de consolidação da ordem social competitiva, sob forte persistência da concepção tradicionalista do mundo, de 1900 a 1930. A segunda parte compreende o período em que a ordem social competitiva passou por uma espécie de expurgo gradual, expandindo-se num sentido mais puramente capitalista, e vai de 1930 a 1960. O primeiro capítulo apanha, em geral, o período de 1925 a 1948, embora a análise se concentre no lapso intercalar de 1927-1947. O segundo capítulo abarca o período de 1940 a 1960, de especial importância por causa dos efeitos diretos e indiretos da segunda revolução industrial na reabsorção da mão de obra "negra". O terceiro capítulo gira, maciçamente, em torno de dados colhidos em 1951, suplementados, eventualmente, em data posterior.

Gostaríamos de agregar duas observações a título de esclarecimento. Primeiro, adotamos uma técnica expositiva que chama-ríamos de reiterativa. O desdobramento de perspectivas, favorecido pela combinação da análise sincrônica à análise diacrônica, forçou-nos a tomar essa deliberação. Por conseguinte, aqui e ali parece que voltamos ao mesmo assunto, para repetir algo que já é sabido. No entanto, sempre ocorrem variações – seja nas situações de vida descritas, seja nas construções interpretativas. Doutro lado, devido ao esforço de exploração sistemática das possibilidades abertas às descrições e às interpretações pela análise sincrônica, vimo-nos na contingência de lidar simultaneamente com todos os aspectos contraditórios de uma caótica realidade racial. O "moderno" e o "velho" coexistem em tão larga escala, às vezes até em comportamentos dos mesmos indivíduos, que não havia outro recurso senão separar abstratamente as coisas e exibi-las como elas são. Segundo, a escolha da ordem social competitiva, como foco de referência das observações, não nasce de qualquer convicção do autor de que ela seja uma ordem social natural ou que ela proporcionará as soluções efetivas para o dilema racial brasileiro. Ela nasceu de uma contingência da própria situação. O ainda, o aqui e o agora formaram o objeto de nossas indagações. Em consequência, a constelação social constituída pela ordem social competitiva se impôs como o sistema de referência inevitável das descrições e das interpretações. Acresce que as motivações e as orientações do comportamento social do "negro", em suas manifestações individuais ou coletivas, são calibradas e dirigidas pelo afã de "pertencer ao sistema". As críticas que ele faz à

organização da sociedade brasileira afetam a esfera dos ajustamentos e das relações raciais. Em outras palavras, ele aceita a ordem social vigente, deixando as opções ideológicas ou utópicas mais amplas para outros círculos sociais.[3] Portanto, em termos de tendências dominantes, até os limites prospectivos do "querer comum", objetivado de forma radical, confinava-se ao sistema de referência oferecido pela ordem social competitiva. Assim, ao restringir o âmbito das análises desenvolvidas, atendíamos, apenas, a implicações lógicas dos aspectos da realidade focalizados.

Outras observações menores também se impõem. Na apresentação dos materiais, tivemos de enfrentar decisões embaraçosas. O ideal seria resumir as conclusões e expô-las com a concisão possível. Todavia, o tema do trabalho se refere a uma realidade muito controvertida. Por experiência pessoal, pudemos constatar que descrições muito concisas dificultam o alargamento da perspectiva dos leitores, deixando o campo aberto ao apelo emocional para as avaliações etnocêntricas. Por isso, preferimos reproduzir no texto extensa parcela da documentação empírica. Embora o leitor fique sem todos os elementos empíricos que utilizamos para construir as explanações descritivas ou interpretativas expostas, conta com um mínimo de dados de fato para apreciar, criticamente, as afirmações do autor. No uso de certas palavras encontramos várias dificuldades. O termo "preto" sempre foi usado pelo "branco" para designar o negro e o mulato em São Paulo, mas através de uma imagem estereotipada e sumamente negativa, elaborada socialmente no passado. Os próprios negros e mulatos preferiram, em suas primeiras manifestações de autonomia – através dos movimentos reivindicatórios –, a autodesignação contida na palavra negro. Doutro lado, impugnam o vocábulo "branco", alegando que a mestiçagem impõe restrições severas às pretensões de "pureza de sangue" dos paulistas. Para evitar suscetibilidades ou recriminações, usamos a palavra "preto" quando a estereotipação do "branco" entra, visivelmente, em jogo; e colocamos todas as palavras entre aspas, com exceção de casos concretos, onde pudemos discernir as gradações da cor da pele dos sujeitos da investigação. Outrossim, empregamos as expressões "homem de cor" e "população de cor" frequentemente e sem nenhuma conotação pejorativa. Enfim, os leitores irão notar (e alguns, provavelmente, estranhar) um constante esforço de projeção endopática na situação humana do negro e do mulato. Devemos salientar que essa projeção nasce de uma simpatia profunda e de

um desejo ardente de compreender os dilemas com que o “negro” se defronta socialmente. Procuramos evitar, cuidadosamente, que esse estado de espírito interferisse nas interpretações: se aqui ou ali exageramos na conta, paciência! Tantos já erraram por motivos diferentes, deformando e detratando o “negro”, que não haveria mal maior em tal compensação...

Seria longa demais uma lista completa de agradecimentos. No prefácio de obra anterior, publicada em colaboração com o dr. Roger Bastide, consta uma lista dos principais agradecimentos a pessoas e instituições que colaboraram conosco, tornando o nosso projeto factível. A essa lista gostaria de agregar novos agradecimentos. Primeiro, ao dr. Roger Bastide, que me levou a estudar sociologicamente as relações raciais em São Paulo e que, generosamente, concordou com a utilização pessoal subsequente dos materiais que coligimos. Segundo, aos senhores José Correia Leite, Raul Joviano do Amaral e Henrique Cunha, pela prestimosa colaboração que nos deram, colocando à nossa disposição os exemplares existentes de jornais que circularam ou ainda circulam no “meio negro” de São Paulo. Pedimos vênia para prestar uma homenagem a Jorge Prado Teixeira, um colaborador inestimável e um infatigável batalhador pela causa do negro, que infelizmente foi roubado ao círculo dos vivos. Na preparação dos originais contamos com a colaboração prestimosa de Noemy Pinheiro Dias e de José de Souza Martins, Heloísa Helena Teixeira, Mário de Campos Pereira, Vera Mariza Miranda Tôrres Vouga, Cacilda Maria de Sabóia Fiúza, Vera Brisola, Cláudio José Tôrres Vouga, Albertina Oliveira Costa Boal, professoras Marialice Mencarin Foracchi e Maria Sílvia Carvalho Franco Moreira. Na realização de cálculos, tabelas ou gráficos também recebemos colaboração especial de José Francisco Quirino dos Santos, José Carlos Pereira e José Barbosa. Pela leitura dos originais e atenção dispensada aos comentários, devemos sinceros agradecimentos aos professores Renato Jardim Moreira, Luiz Pereira e Helena Maria Pereira de Carvalho. Ao diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, prof. Mário Guimarães Ferri, ao prof. Eurípedes Simões de Paula e à Seção Gráfica da nossa escola também devemos enorme reconhecimento. A todos agradecemos, penhoradamente, a colaboração e o estímulo intelectuais que nos dispensaram, graças aos quais tivemos mais alento para nos dedicar à elaboração deste trabalho.

Após a realização das provas do concurso da cadeira de Socio-logia I, cabem agradecimentos especiais aos membros da banca examinadora,

profs. drs. Evaristo Morais Filho, Thales de Azevedo, Cândido Procópio Ferreira de Camargo, Lívio Teixeira e Sérgio Buarque de Holanda, cuja colaboração crítica procurei aproveitar da melhor maneira possível.

São Paulo, 10 de abril de 1964

OceanofPDF.com

CAPÍTULO I

O NEGRO NA EMERGÊNCIA DA SOCIEDADE DE CLASSES

Introdução

A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou outra qualquer instituição assumissem encargos especiais,[4] que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. O liberto se viu convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva.

Essas facetas da situação humana do antigo agente do trabalho escravo imprimiram à Abolição o caráter de uma espoliação extrema e cruel. Ela se converteu, como asseverava Rui Barbosa dez anos depois,[5] numa "ironia atroz". Concretizara-se, de modo funesto, imprevisto e em escala coletiva, o vaticínio de Luís Gama ao traduzir os anseios de liberdade de certo cativo : "falta-lhe *a liberdade de ser infeliz* onde e como queira...".[6]

A preocupação pelo destino do escravo se mantivera em foco enquanto se ligou a ele o futuro da lavoura. Ela aparece nos vários projetos que visaram regular, legalmente, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, desde 1823 até a assinatura da Lei Áurea, a 13 de maio de 1888. Como expediente para manter os escravos no trabalho, dissemina-se entre os senhores na década de 1880 e, de maneira exacerbada, a partir do momento em que as fugas em massa dos escravos se tornam incontroláveis. Com a Abolição pura e simples, porém, a atenção dos senhores se volta especialmente para os seus próprios interesses. Os problemas políticos que os absorviam diziam respeito a indenizações e aos auxílios para amparar a "crise da lavoura".[7] A posição do negro no sistema de trabalho e sua integração à ordem social deixam de ser matéria política. Era fatal que isso sucedesse.

De um lado, a revolução abolicionista, apesar de seu sentido e conteúdo humanitários, fermentou, amadureceu e eclodiu como um processo histórico de condenação do "antigo regime" em termos de interesses econômicos, valores sociais e ideais políticos da "raça" dominante. A participação do negro no processo revolucionário chegou a ser atuante, intensa e decisiva, principalmente a partir da fase em que a luta contra a escravidão assumiu feição especificamente abolicionista.[8] Mas, pela própria natureza da sua condição, não passava de uma espécie de aríete, usado como massa de percussão pelos brancos que combatiam o "antigo regime". Mesmo os abolicionistas mais íntegros e tenazes não puderam ser seus porta-vozes válidos. A cena histórica era insensível a reivindicações que não terminavam com "a liberdade da pessoa humana", mas iam além dela, exigindo-a como mera condição preliminar. Ora, embora os ex-cativos fossem socialmente incapazes de tomar consciência e de agir nessa direção, suas reivindicações caíam nessa categoria.

De outro lado, a estrutura e a dinâmica da economia brasileira não impunham às camadas dominantes outra orientação. Nas zonas onde a prosperidade econômica desaparecera, os senhores já se haviam desfeito do excesso de força de trabalho escravo, negociando-a com os fazendeiros do leste e do sul. Para eles, a Abolição era uma dádiva: livravam-se de obrigações onerosas ou incômodas, que os prendiam aos remanescentes da escravidão. Nas zonas onde a prosperidade era garantida pela exploração do café, existiam dois caminhos para corrigir a crise gerada pela transformação da organização do trabalho. Onde a produção se encontrava em níveis baixos, os quadros da ordem tradicionalista se mantinham intocáveis: como os antigos libertos, os ex-escravos tinham de optar, na quase totalidade, entre a reabsorção no sistema de produção, em condições substancialmente análogas às anteriores, e a degradação de sua situação econômica, incorporando-se à massa de desocupados e de semiocupados da economia de subsistência do lugar ou de outra região. Onde a produção atingia níveis altos, refletindo-se no padrão de crescimento econômico e de organização do trabalho, existiam reais possibilidades de criar um autêntico mercado de trabalho: aí, os ex-escravos tinham de concorrer com os chamados "trabalhadores nacionais", que constituíam um verdadeiro exército de reserva (mantido fora de atividades produtivas, em regiões prósperas, em virtude da degradação do trabalho escravo) e, principalmente, com a mão de obra importada da Europa, com frequência constituída por trabalhadores

mais afeitos ao novo regime de trabalho e às suas implicações econômicas ou sociais. Os efeitos dessa concorrência foram altamente prejudiciais aos antigos escravos, que não estavam preparados para enfrentá-la. Mas correspondiam aos interesses dos proprietários de terras e donos de fazendas, tanto quanto aos mecanismos normais da ordem econômica emergente. Em consequência, ao contrário do que se poderia supor, em vez de favorecer, as alternativas da nova situação econômica brasileira solapavam, comprometiam ou arruinavam, inexoravelmente, a posição do negro nas relações de produção e como agente de trabalho. Assim se explica por que o clamor por medidas compulsórias – que obrigassem o ex-escravo ao trabalho e o "protegessem", promovendo sua adaptação ao estilo de vida emergente – se tenha extinguido com relativa rapidez e sem deixar nenhum fruto ou qualquer vestígio de generosidade. Perdendo sua importância privilegiada como mão de obra exclusiva, ele também perdeu todo o interesse que possuíra para as camadas dominantes. A legislação, os poderes públicos e os círculos politicamente ativos da sociedade se mantiveram indiferentes e inertes diante de um drama material e moral que sempre fora claramente reconhecido e previsto, largando-se o negro ao penoso destino que estava em condições de criar por ele e para ele mesmo.

Aos efeitos negativos desses fatores histórico-sociais, que operaram de forma universal na sociedade brasileira, é preciso acrescentar outras influências adversas à rápida assimilação do negro à ordem social competitiva, peculiares à cena histórica paulistana. Atendo-nos ao essencial, três pontos precisam ser mencionados.

Em primeiro lugar, a expansão urbana de São Paulo não reproduziu o padrão típico das cidades brasileiras que floresceram em conexão com o progresso da civilização agrária. A inclusão de São Paulo na economia de exportação colonial ocorreu tardiamente (em comparação com outras cidades, como Recife, São Salvador ou Rio de Janeiro, por exemplo). Ela se dá, praticamente, quando o regime servil já entrara em crise, em virtude da cessação do tráfico e de leis que restringiam de vários modos a reposição do braço escravo. Importa salientar, acima de tudo, que só no último quartel do século XIX a cidade participa de fluxos de prosperidade econômica suscetíveis de diferenciar o rústico estilo de vida imperante. Por isso, até essa época permaneceu acanhada e pouco diferenciada a esfera de serviços e de trabalhos livres, a que estava propensa a sociedade escravocrata brasileira. Ao contrário do que sucedeu em cidades como Recife, São

Salvador e Rio de Janeiro, o liberto encontrava escassas probabilidades de se entrosar compensadoramente a esse nicho, em que desabrochava a ordem social competitiva. É verdade que os dados sugerem que em 1872 existiam 5.761 pardos livres e 2.090 negros livres, para 950 pardos escravos e 2.878 negros escravos; e que, em 1886, para 593 escravos, tínhamos 6.450 pardos livres e 3.825 negros livres. Contudo, as mesmas fontes que fornecem esses dados indicam que as oportunidades de trabalho desfrutadas pelos libertos eram as mais modestas e menos compensadoras.

Em segundo lugar, é preciso ter em conta uma coincidência que foi fatal para o êxito da competição dos libertos na área do trabalho livre. Em regra, nas cidades mencionadas foram os serviços associados ao artesanato urbano que deram ao liberto condições de ascensão econômica e social. No período em que as famílias dos fazendeiros paulistas começam a fixar residência em São Paulo e em que se acentua a diferenciação do sistema econômico da cidade, o liberto se defrontou com a competição do imigrante europeu, que não temia a degradação pelo confronto com o negro e absorveu, assim, as melhores oportunidades de trabalho livre e independente (mesmo as mais modestas, como a de engraxar sapatos, vender jornais ou verduras, transportar peixe ou outras utilidades, explorar o comércio de quinquilharias etc.). Quando se acelera o crescimento econômico da cidade, ainda nos fins do século XIX, todas as posições estratégicas da economia artesanal e do pequeno comércio urbano eram monopolizadas pelos brancos e serviam como trampolim para as mudanças bruscas de fortuna, que abrilhantam a crônica de muitas famílias estrangeiras. Eliminado para os setores residuais daquele sistema, o negro ficou à margem do processo, retirando dele proveitos personalizados, secundários e ocasionais.

Em terceiro lugar, São Paulo constituía, naquela época, uma das cidades paulistas e brasileiras menos propícia à absorção imediata do elemento recém-egresso da escravidão. Sobre o pano de fundo da concepção tradicionalista do mundo e da dominação patrimonialista (exercida por reduzido número de famílias “gradas” e “influentes”), São Paulo aparecia como o primeiro centro urbano especificamente *burguês.* Não só prevalecia entre os homens uma mentalidade marcadamente *mercantil,* com seus corolários característicos – o afã do lucro e a ambição do poder pela riqueza. Pensava-se que o “trabalho livre”, a “iniciativa individual” e o “liberalismo econômico” eram os ingredientes do

“progresso”, a chave que iria permitir superar o “atraso do país” e propiciar a conquista dos foros de “nação civilizada” pelo Brasil. Os móveis das ações, os comportamentos e a própria personalidade dos agentes econômicos se conformavam, de modo crescente e cada vez mais profundo, pelos padrões típicos do *empresário* e do *trabalhador livre* da civilização capitalista. Nesse clima, o *negro* encontrava boa acolhida: enquanto “escravo insubmisso”, que fugia da senzala e se rebelava contra a escravidão (no período final de desagregação do regime servil); enquanto se abrigava, como “protegido”, “dependente” ou “cria da família”, sob o manto das relações paternalistas (entre as famílias tradicionais ou, em menor número, entre as famílias adventícias em ascensão). Fora e acima disso, surgia como uma figura deslocada e aberrante no cenário tumultuoso que se forjava graças à “febre do café”. Mesmo quando conseguia se inserir no sistema citadino de ocupações, ele não se polarizava na *direção do futuro* e, assim, não “engrenava”. Faltava-lhe coragem para enfrentar ocupações degradantes, como os italianos que engraxavam sapatos, vendiam peixes e jornais etc.; não era suficientemente “industrioso” para fomentar a poupança, montando-a sobre uma miríade de privações aparentemente indecorosas, e para fazer dela um trampolim para o enriquecimento e o “sucesso”; carecia de meios para se lançar às pequenas ou às grandes especulações, que movimentavam os negócios comerciais, bancários, imobiliários e industriais; e, principalmente, não sentia o ferrete da ânsia de poder voltado para a acumulação da riqueza. Onde mantinha posições dignificadoras (como artesão independente ou comerciante de viandas e de quinquilharias), onde conquistava alguma ocupação promissora (como funcionário público e como trabalhador livre, a jornal ou permanente), apegava-se a modelos de ação variavelmente pré e anticapitalistas. No conjunto, portanto, as próprias condições psicossociais e econômicas, que cercam a emergência e a consolidação da ordem social competitiva na cidade de São Paulo, tornavam-na imprópria e até perigosa para as massas de libertos, que nela se concentravam. Doutro lado, as deformações introduzidas em suas pessoas pela escravidão limitavam sua capacidade de ajustamento à vida urbana, sob regime capitalista, impedindo-os de tirar algum proveito relevante e duradouro, em escala grupal, das oportunidades novas. Como não se manifestou qualquer impulsão coletiva que induzisse os brancos a discernir a necessidade, a legitimidade e a urgência de reparações sociais para proteger o *negro* (como

pessoa e como grupo) nessa fase de transição, viver na cidade pressupunha, para ele, condenar-se a uma existência ambígua e marginal.

Em suma, a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de se reeducar e de se transformar para corresponder aos novos padrões e ideais de ser humano, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo. Em certas situações histórico-sociais – como parece suceder com a cidade de São Paulo na época considerada –, essa responsabilidade se tornou ainda mais penosa e difícil, dadas as possibilidades que poderiam ser realmente aproveitadas em sentido construtivo pelo negro.[9] No presente capítulo, pretendemos descrever os aspectos centrais do tema. Primeiro, como a associação entre a urbanização e a europeização se refletiu na morfologia da cidade, alterando por completo os antigos quadros de absorção regular do negro como agente de trabalho. Segundo, como se deu a própria formação da ordem social competitiva e a consolidação do regime de classes sociais em São Paulo, em torno das figuras dominantes do "fazendeiro" e do "imigrante" e com a exclusão quase total do "negro" ou do "mulato" como agentes históricos socialmente significativos. Terceiro, como a urbanização interferiu no "destino humano" do negro e do mulato, agravando sobremaneira suas dificuldades de adaptação e de ajustamento ao novo estilo de vida econômica, social e política.

OceanofPDF.com

1. Trabalho livre e europeização

A expansão urbana, induzida direta ou indiretamente pelo surto da lavoura cafeeira, converteu São Paulo numa cidade "estrangeira". Os dados demográficos pertinentes ao começo do século XIX revelam que o elemento negro e mulato, escravo ou livre, constituía aproximadamente 54% da população local.[10] A situação demográfica se alterou de tal modo, no último quartel desse século, que o elemento negro e mulato entrava com 37% (censo de 1872) e 21,5% (censo de 1886) da população global da cidade,[11] enquanto os "estrangeiros" passam de 922 indivíduos (ou 3%), em 1854,[12] para 12.085 indivíduos (ou 25%), em 1886.[13] Nessa data, portanto, os imigrantes radicados na cidade excediam em 1.870 indivíduos (ou seja, em 3,9%) a parcela da população consignada no censo como "preta" e "parda"! Parece claro que se produziram três tendências fundamentais: lª – a expansão agrícola concorreu para o deslocamento de mão de obra escrava da capital para áreas prósperas do interior; 2ª – essa sucção foi compensada por um movimento inverso, resultante do afluxo de "negros" e "mulatos" libertos, em sua maioria vindos do interior em busca das oportunidades de trabalho livre,[14] graças ao qual a população negra e mulata da cidade se manteve quase constante, em números brutos (11.540 indivíduos em 1836; 11.679 indivíduos, em 1872; 10.275 indivíduos, em 1886); 3ª – o acréscimo rápido da população branca se deveu, principalmente, à fixação, em proporções maciças, de imigrantes na cidade (tomando-se os dados dos censos de 1872 e de 1886, por exemplo, verifica-se que o aumento do contingente da população consignada como "branca" poderia ser atribuído na proporção de quase 31% ao crescimento dos estoques nativos e de 69% à contribuição das correntes imigratórias europeias).

Essa situação comportava um quadro demográfico próprio e acarretava consequências econômicas que precisam ser levadas em conta. Em primeiro lugar, esboça-se um contraste nítido na composição da população segundo a cor entre a capital e o estado de São Paulo. O censo de 1890 permite apreciar esse contraste, presumivelmente associado aos efeitos da competição e da especialização econômicas, na distribuição da população no espaço.[15]

Embora não tenha permanecido e operado como um nicho favorável à retenção permanente e à reabsorção definitiva do negro e do mulato no sistema de trabalho livre, o campo se alterou com certa lentidão. Compreendendo quase 30% de negros e mulatos, o nosso vasto mundo rural diluía os contingentes "estrangeiros" (convertidos em 5,4% no cômputo geral) e não destoava muito do padrão tradicional de composição racial da população brasileira. Os 10.842 "pretos" e "mestiços" da cidade de São Paulo, porém, esbatiam-se contra 14.303 estrangeiros (ou seja, 22% da população local). Não chegava a perfazer 17% de um aglomerado humano cuja organização se desprendia das matrizes rústicas da "civilização agrária brasileira", evoluindo com flagrante rapidez para um estilo de vida individualista e competitivo, inexoravelmente adverso à assimilação (mesmo de maneira gradual e seletiva) dos negros e dos mulatos ao novo regime de relações de produção.

QUADRO 1

População do estado de São Paulo e da cidade de São Paulo em 1890, segundo a cor

População	estado de São Paulo		Município de São Paulo (capital)	
	Dados Brutos	%	Dados Brutos	%
Brancos	873.423	63,0%	53.204	81,9%
Pretos	119.526	12,9%	4.446	6,8%
Caboclos	114.199	8,1%	888	1,3%
Mestiços	217.605	15,7%	6.396	9,8%
Total	1.384.753	100,0%	64.934	100,0%

Esse é o segundo aspecto essencial daquela situação demográfica. A documentação histórica e estatística conhecida não lança muita luz sobre ele. Não obstante, graças principalmente ao recenseamento da capital feito em

1893,[16] existem algumas indicações indiretas que revelam o caráter da forma histórica assumida aqui pela destituição do ex-agente do trabalho escravo. De acordo com os dados globais, teríamos a seguinte distribuição da população segundo a cor em 1893:

QUADRO 2

População da cidade de São Paulo em 1893, segundo a cor

População	Segundo o sexo		Totais	
	Homens	Mulheres	Dados Brutos	%
Brancos	63.071	52.655	115.726	88,4%
Caboclos	254	236	490	0,003%
Pardos	3.731	4.908	8.639	6,6%
Pretos	2.528	3.392	5.920	4,5%

Esses dados sugerem que as informações históricas sobre a concentração de negros e mulatos na cidade, logo após a Abolição, são provavelmente verdadeiras (o aumento em 1893 seria, em números brutos: de 4.284 indivíduos, em relação ao censo de 1886; e de 3.717 indivíduos, em relação ao censo de 1890; considerando-se como base a população negra e mulata da capital em 1886, teríamos a seguinte progressão: 1886 = 100; 1890 = 106; 1893 = 142). Todavia, o incremento da população branca foi muito maior (em 1893 seria, em números brutos, de 79.392 indivíduos, em relação ao censo de 1886; e de 62.522 indivíduos em relação ao censo de 1890; considerando-se como base a população branca da capital em 1886, teríamos a seguinte progressão: 1886 = 100; 1890 = 149; 1893 = 302), descendo em consequência a proporção relativa de negros e mulatos na população local para 11%. Doutro lado, os estratos da população branca sofreram alterações sensíveis, atingindo os “estrangeiros” predominância sobre os “nacionais”.[17]

Estrangeiros	71.468 – 54,6%
Nacionais	59.307 – 45,4%
Total	130.775 – 100,0%

Em outras palavras, a cidade alcançava, em termos da organização do trabalho livre e da integração da ordem social competitiva, posição simétrica à que teve no começo do século XIX, em termos da organização do trabalho escravo e da integração da ordem social escravista. Só que o fator humano preponderante passou a ser o agente por excelência do trabalho livre, o imigrante. Em função dos números arrolados, os "estrangeiros" entravam, ainda, com 62% do contingente da população descrita como branca e correspondiam quase a cinco vezes a população negra e mulata da cidade, composta de 14.559 indivíduos. Como os "nacionais" que se declararam "brancos" perfaziam 44.258 indivíduos, existiam até mais imigrantes italianos na cidade que brasileiros natos, como se depreende da seguinte relação.[18]

Italianos	44.854
Portugueses	14.209
Espanhóis	4.727
Alemães	2.320
Franceses	1.107
Austríacos	948

As indicações fornecidas sobre a distribuição da população no espaço não são conclusivas. Ainda assim, parece que o padrão de distribuição étnica

difusa comportava uma conexão ecológica significativa em dois pontos: onde havia maior concentração de “estrangeiros”, era mínima a presença de negros e mulatos; e, ao inverso, onde havia maior concentração de negros e mulatos, era mínima a presença de “estrangeiros”:

	Brancos	Caboclos	Pardos	Pretos	Estr./1.000
Norte e Sul da Sé	88,3	0,40	6,3	5,0	565
Santa Ifigênia	86,4	0,30	8,9	4,4	506
Consolação	89,2	0,70	5,2	4,9	566
Brás	93,1	0,30	3,3	3,3	625
Subúrbios[16]	75,1	0,20	15,3	9,4	(20%)

[19]

É possível, pois, que a distribuição de negros e mulatos no espaço traduzisse certas desvantagens marcantes na competição ecológica deles com os “estrangeiros” e que a localização predominante na periferia representasse um estratagema na luta pela sobrevivência em condições tradicionais (associação da economia de subsistência com oportunidades de engajamento em fainas rurais ou semirrurais). No que concerne à estrutura ocupacional da cidade, parece claro que a competição econômica com o “estrangeiro” engendrou, prematuramente, um processo bem definido de pura sucessão ecológica. O negro e o mulato foram eliminados das posições que ocupavam no artesanato urbano pré-capitalista ou no comércio de miudezas e de serviços, fortalecendo-se de modo severo a tendência a confiná-los a tarefas ou ocupações brutas, mal retribuídas e degradantes. Aliás, a esse respeito é preciso ter em mente que o “estrangeiro” competia no mercado de trabalho e de capitais mesmo com os “brancos” das camadas dominantes e que os vários grupos nacionais em presença disputavam sem rebuços toda e qualquer oportunidade econômica promissora ou lucrativa, por mais penosos ou duros que fossem os “sacrifícios” requeridos. O impacto da competição com o “estrangeiro” foi aniquilador para o negro e o mulato, porque eles não

contavam com elementos: seja para resguardar as posições relativamente vantajosas, já adquiridas; seja para concorrer nas sucessivas redistribuições das oportunidades econômicas entre os grupos étnicos concorrentes, embora elas fossem, então, muito fluidas, acessíveis e elásticas, por causa da extrema mobilidade imperante no meio econômico e social. Enquanto o branco da camada dominante conseguia proteger e até melhorar sua posição na estrutura de poder econômico, social e político da cidade e enquanto o imigrante trocava sucessivamente de ocupações, de áreas de especialização econômica e de posições estratégicas para a conquista de riquezas, de prestígio social e de poder, o negro e o mulato tinham de disputar eternamente as oportunidades residuais com os componentes marginais de sistema – com os que "não serviam para outra coisa" ou com os que "estavam começando bem por baixo".

O censo da capital, de 1893, esclarece vários ângulos desse complexo processo histórico-social, que pode ser apenas pressentido em suas linhas gerais por meio das informações reiteradas dos almanaques e dos testemunhos oculares. Na zona vital para a preservação do poder nas mãos das antigas famílias gradas e dos moradores influentes, as transformações da estrutura ocupacional são diminutas ou irrelevantes. Nas esferas dos serviços essenciais para a expansão da economia urbana, da livre empresa e do capitalismo, prevalecia irrefreadamente a filosofia de *the right man in the right place.* O "estrangeiro" aparecia, aí, como *a grande esperança nacional* de progresso por saltos. Nos demais setores, imperavam as conveniências e as possibilidades, escolhidas segundo um senso de barganha que convertia qualquer decisão em "ato puramente econômico". Desse ângulo, onde o "imigrante" aparecesse, eliminava fatalmente o pretendente "negro" ou "mulato", pois se entendia que ele era o *agente natural* do trabalho livre.

O complexo quadro das ocupações, elaborado por Toledo Piza,[20] desvenda e situa todas essas gradações. Sobre 170 capitalistas, 137 eram nacionais (80,5%) e 33 estrangeiros (19,4%); sobre 740 proprietários, 509 eram nacionais (69%) e 231 estrangeiros (31%). Em certas profissões conspícuas, como na magistratura e na advocacia, o estrangeiro só aparece esporadicamente; mas em outras, que dinamizavam o "progresso econômico", ele é frequente e às vezes dominante (por exemplo: 127 engenheiros nacionais para 105 estrangeiros; 23 arquitetos nacionais para 34 estrangeiros; 10 agrimensores nacionais para 11 estrangeiros; ou 274 professores nacionais para 129 estrangeiros etc.). Entre o "pessoal das

indústrias", por fim, reponta o imigrante como o fator humano por excelência do trabalho livre e assalariado. Excetuando-se as ocupações agrícolas, nas quais, sobre 2.456 trabalhadores, 1.673 eram nacionais (68%) e 783 estrangeiros (32%), no restante estes exerciam nítido predomínio. Nos serviços domésticos, em menor escala – sobre 14.104 trabalhadores, 5.878 eram nacionais (41,6%) e 8.226 eram estrangeiros (58,3%); mas de forma decidida e quase monopolista nos outros ramos de atividades, verdadeiramente ligadas à dinâmica do novo mundo econômico, em nascimento: a. nas atividades manufatureiras, 3.667 trabalhadores, dos quais 774 nacionais (21%) e 2.893 estrangeiros (79%); b. nas atividades artísticas, [21] – 10.241 trabalhadores, dos quais 1.481 nacionais (14,4%) e 8.760 estrangeiros (85,5%); c. nas atividades de transporte e conexas, 10.525 trabalhadores, dos quais 1.998 nacionais (18,9%) e 8.527 estrangeiros (81%); d. nas atividades comerciais –, 9.456 trabalhadores, dois quais 2.680 nacionais (28,3%) e 6.776 estrangeiros (71,6%). Em relação ao total considerado,[22] 71,2% dos trabalhadores da cidade de São Paulo eram estrangeiros. Quanto aos setores que operavam como fulcros da rápida expansão urbana e da industrialização, a participação dos trabalhadores estrangeiros era da ordem de 82,5%. Embora não se disponha de dados diretos, essas indicações são suficientes para fundamentar a conclusão de que o antigo agente do trabalho escravo foi expelido, nas condições em que se formou e se consolidou, inicialmente, a ordem social competitiva na cidade de São Paulo, para as ocupações marginais ou acessórias do sistema de produção capitalista. O imigrante aparece como o lídimo agente do trabalho livre e assalariado, ao mesmo tempo em que monopoliza, praticamente, as oportunidades reais de classificação econômica e de ascensão social, abertas pela desagregação do regime servil e pela constituição da sociedade de classes.

Diante do negro e do mulato se abrem duas escolhas irremediáveis, sem alternativas. Vedado o caminho da classificação econômica e social pela proletarização, restava-lhes aceitar a incorporação gradual à escória do operariado urbano em crescimento ou se abater penosamente, procurando no ócio dissimulado, na vagabundagem sistemática ou na criminalidade fortuita meios para salvar as aparências e a dignidade de "homem livre".

Na análise retrospectiva dessa situação, é patente a irracionalidade do comportamento do negro e do mulato, como indivíduos ou coletivamente, no período final de desagregação da sociedade de castas e no período inicial da

formação da sociedade de classes. A revolta diante da degradação e da suprema humilhação decorrentes da escravidão inspirou avaliações e aspirações sociais que lhes foram funestas. Os depoimentos a respeito são desencontrados, pois o estado de espírito então predominante não favorecia nenhuma espécie de isenção. Entre os brancos, os que apoiavam a perpetuação indefinida do escravismo encaravam com rancor as ocorrências que envolvessem os antigos agentes do trabalho escravo. Doutro lado, os brancos hostis à escravidão e, principalmente, os que tomaram parte ativa nas campanhas abolicionistas, tinham fortes razões para verberar o desinteresse dos poderes públicos, a desumanidade dos poderosos e a indiferença geral perante a miséria material e os dramas morais dos libertos. Por fim, seria demais pedir isenção de ânimo a estes próprios, após a última espoliação que sofreram, os infortúnios que enfrentaram nas peregrinações pelo campo, pelas cidades ou para o litoral e o desalento que desabou sobre todos ao descobrirem que a mudança de estado social não acarretava "a redenção da raça negra". As preferências pelo imigrante, em particular a proteção oficial dispensada às iniciativas relacionadas com o fomento das correntes imigratórias e a assistência aos trabalhadores brancos transplantados[23] suscitaram um travo de fel, que enchia de amargura e de ressentimento as suas opiniões sobre a cena histórica. Contudo, é possível expurgar os documentos, corrigindo-se (ou pelo menos compreendendo-se) as influências perturbadoras ou deformadoras. Feito isto, entende-se que a irracionalidade do comportamento do negro e do mulato procedia de uma situação humana altamente complexa e, sobretudo, que as circunstâncias exteriores converteram essa mesma irracionalidade em fator dinâmico de ajustamento.

No fundo de toda essa questão, está a natureza das reações dos negros e dos mulatos ao trabalho livre. Para o branco, que contratava os trabalhadores em termos puramente mercantis, o que contava era o rendimento do trabalho, a observância das cláusulas dos contratos e o nível de remuneração desse fator da produção. Para o negro e para o mulato, tudo isso era secundário, como meros atributos do homem que fosse livre para vender e aplicar sua força de trabalho; o que adquiria caráter essencial, no cerne de suas avaliações, era a condição moral da pessoa e sua liberdade de decidir como, quando e onde trabalhar. Enquanto o estrangeiro via no trabalho assalariado um simples meio para iniciar "vida nova na pátria nova", calculando se libertar dessa condição o mais depressa possível, o negro e o

mulato convertiam-no em um fim em si e para si mesmo, como se nele e por ele provassem a dignidade e a liberdade da pessoa humana. Introduziam, portanto, elementos morais no contrato de trabalho, altamente desfavoráveis em uma ordem social que timbrava por despojar a relação patrão-assalariado de obrigações e de direitos extraeconômicos. Acresce que as avaliações de tais direitos e obrigações se pautavam por critérios propriamente pré-capitalistas. O imigrante repelia as condições de vida que não fossem "decentes", sujeitando os patrões deformados pelo regime servil a se enquadrar nas bases morais do regime do trabalho livre; mas cumpria à risca as obrigações decorrentes do contrato de trabalho, estimulado ainda mais pelo aguilhão de converter sua força de trabalho em fonte de poupança. O negro e o mulato pretendiam as mesmas condições de vida e tratamento concedidas aos imigrantes, porém se obstinavam em repudiar certas tarefas ou, o que era mais grave, o modo de dispor de seu tempo e energias. Assim, a escravidão atingia o seu antigo agente de trabalho no próprio âmago de sua capacidade de se ajustar à ordem social associada ao trabalho livre. Tornava-se difícil ou impossível, para o negro e o mulato, dissociar o contrato de trabalho de transações que envolviam, diretamente, a pessoa humana. Ao contrário do imigrante, que percebia com clareza que somente vendia sua força de trabalho, em dadas condições de prestação de serviços, eles se ajustavam à relação contratual como se estivessem em jogo direitos substantivos sobre a própria pessoa. Ou seja, como acaso se vendessem, em parte ou totalmente, ao aceitar e ao praticar as estipulações do contrato. Para manter a pessoa intangível, procuravam cumprir as obrigações contratuais segundo um arbítrio que, formalmente, prejudicava os interesses do contratante, por causa das incertezas e imprevistos que se introduziam na relação patrão-assalariado. A recusa de certas tarefas e serviços; a inconstância na frequência ao trabalho; o fascínio por ocupações real ou aparentemente nobilitantes; a tendência a alternar períodos de trabalho regular com fases mais ou menos longas de ócio; a indisciplina agressiva contra o controle direto e a supervisão organizada; a ausência de incentivos para competir individualmente com os colegas e para fazer do trabalho assalariado uma fonte de independência econômica, essas e outras "deficiências" do negro e do mulato se entrosavam à complexa situação humana com que se defrontavam no regime de trabalho livre. O importante, do ponto de vista sociológico, consiste em que não se veja em cada aspecto "negativo" um produto direto da herança cultural da escravidão. É certo que

esta era limitativa, predispondo o antigo agente do trabalho escravo a se conduzir segundo inspirações pré-capitalistas. Mas, além e acima disso, contam outros fatores, que desafiavam o negro e o mulato a enfrentar o mercado de trabalho como se nele ainda imperasse o "tráfico negreiro". A rapidez com que a ordem social competitiva se expandiu e consolidou na cidade de São Paulo complicou deveras as coisas, suprimindo pela raiz as possibilidades de uma transição gradual, que lhes facilitasse a aquisição, pela experiência, da mentalidade e dos comportamentos requeridos pelo novo estilo de vida.

Esse quadro de referência permite compreender e explicar tanto o "porquê" quanto o "sentido" da irracionalidade do comportamento dos libertos. Doutro lado, esse oferece um desmentido cabal às interpretações malévolas, que passaram a ser ventiladas com insistência, de que os "ex-escravos fugiam do trabalho". Eles tentavam participar dos fluxos da vida econômica da cidade; apenas fizeram-no à sua maneira – porque não podiam proceder de outro modo – e se viram repudiados, na medida em que pretenderam assumir os papéis de homem livre com demasiada latitude ou ingenuidade num ambiente em que tais pretensões se chocavam com generalizada falta de tolerância, de simpatia militante e de solidariedade. Aliás, mesmo no campo o liberto tentou manter sua posição no sistema ocupacional e competir como assalariado. Escrevendo na fase por assim dizer aguda da desorganização das lavouras pela fuga em massa dos escravos, Paula Souza dá um testemunho incisivo:

> Concluí dando-lhes uma semana para procurarem o cômodo que lhes parecesse, e declarando-lhes ao mesmo tempo que minha casa continuaria sempre aberta para os que quisessem trabalhar e proceder bem.
>
> À exceção de três, que foram procurar suas irmãs em São Paulo, e de dois, um dos quais ingênuo – que foram ter com o pai, libertado por mim há 10 anos, todos ficaram comigo, e são os que me rodeiam, e junto aos quais sinto-me feliz e contente, como acima te disse.
>
> Agora as informações, que devem aproveitar aos agricultores do norte, que dentro em breve se verão defronte dessa necessidade social – a emancipação completa e incondicional dos escravos.
>
> Dize aos teus comprovincianos que não se iludam com meia liberdade, na esperança de não desorganizar serviços encaminhados. Com a liberdade condicional nada obterão dos escravos. Estes querem-se sentir livres e só querem trabalhar sob um regime novo, e com plena responsabilidade.
>
> A libertação condicional mesmo com prazo limitadíssimo não produz efeito algum naquelas almas ulceradas por tão longo cativeiro. Suspeitam e com razão, a respeito de alguns, que uma tal liberdade é apenas um logro para demorá-los na escravidão, da qual as circunstâncias os tirarão. Trabalham, mas com indolência e má vontade: funciona o corpo, mas não o espírito.
>
> Livres de todo, dão algumas cabeçadas, mas afinal fixam-se aqui ou ali. Que importa isso? Que importa que meus ex-cativos procurem outro patrão, contanto que trabalhem e que outros venham substituí-los!

Nós aqui em São Paulo temos experiência completa no assunto e conhecimento perfeito de todos os tipos de libertação. Há um único razoável e proveitoso – é a liberdade completa, imediata e incondicional. Os próprios libertos devem tomar a responsabilidade do erro da retirada da casa, de que foram cativos. Está claro que senhores há que perderam todos os trabalhadores e o motivo único será porque não merecem tê-los. Mas a grande maioria ficará colocada dentro de um mês.

Tenho em minha família exemplos completos. Meu irmão libertou todos os que possuía. Alguns destes saíram e foram procurar serviço longe. Oito dias depois me procuraram, ou a meu próprio irmão e acomodaram-se conosco, trazendo impressões desfavoráveis da vida de vagabundo que levaram durante esses oito dias.

Para não enfastiar-te mais com tal assunto, resumo dizendo-te que durante o mês de fevereiro passamos na província horas de amargura e de terror, vendo a mais completa desorganização do trabalho que se pode imaginar.

Todo o corpo de trabalhadores desertou das fazendas que ficaram quase todas abandonadas. Não exagero dizendo que sobre 100; 80 ficaram desertas, procurando os negros as cidades, ou aliciadores malévolos. Que será de todos nós? Pensávamos tristemente.

Pouco a pouco eles cansaram-se da vadiação, e a seu turno os aliciadores cansaram-se de sustentá-los sem proveito, e hoje, março, já estão todos mais ou menos arrumados. Compreendes que quando digo – todos – excetuo alguns proprietários de má reputação. Estes, com efeito, serão eliminados e substituídos pela força das circunstâncias, e nem falta farão à lavoura.

É possível que na colheita atual haja alguma perda de frutos; ela, porém, é tão grande que esta falta não será apreciável e será largamente compensada pelos benéficos efeitos da liberdade. Outra coisa deves dizer também aos teus comprovincianos: é que eles laboram em grande erro supondo sofrer grandes prejuízos com a perda da propriedade escrava.

Deves lembrar-te que o meu grande argumento de escravista era – que o corpo escravo era o único com que podíamos contar para o trabalho constante e indispensável do agricultor, e que se este pudesse contar sempre com trabalhadores livres, de boa vontade sacrificaria os escravos.

Quem argumentava assim podia ser considerado um pessimista mas não um emperrado.

Pois bem: os teus patrícios que percam este receio. Trabalhadores não faltam a quem os sabe procurar. Primeiramente, temos os próprios escravos, que não se derretem e nem desaparecem e que precisam de viver e de alimentar-se, e, portanto, de trabalhar, coisa que eles compreendem em breve prazo.

Depois temos um corpo enorme de trabalhadores, com que não contávamos. Não aludo ao imigrante que felizmente hoje nos procura com abundância, aludo ao brasileiro, preguiçoso ontem e vivendo das aparas do serviço escravo e da benevolência do proprietário rural ao qual fazia a corte na qualidade de agregado, capanga ou outra qualquer coisa. Este brasileiro lança-se hoje valentemente ao trabalho, ou porque este se nobilitasse com a liberdade, ou porque lhe tivessem faltado aqueles recursos anteriores. É o que estamos vendo.

Quanto a mim, tenho recolhido muitos, receoso de que no regime atual não esteja suficientemente suprido de trabalhadores. [...]

Como te disse, tenho com os meus ex-escravos o mesmo contrato que tinha com os colonos.

Nada lhes dou: tudo lhes vendo, inclusive um vintém de couve ou leite! Compreendes que só faço isto para moralizar o trabalho, e para que eles compreendam que só podem contar consigo, e jamais por ganância, porquanto só uma visita do médico, que sou eu quem paga, custa-me muito mais que todas as couves que tenho, e que todo o leite de minhas vacas.

Pois bem: esse vintém de couve e de leite, o gado, que mato, a fazenda que compro por atacado, e que lhes vendo a retalho, e mais barato que na cidade, dão quase para o pagamento do trabalhador.

Tudo isto passava desapercebido no regime da escravidão!" [...][24]

Esse informe é amplamente confirmado por notícias de jornais, que corroboram as indicações de Paula Souza: mesmo na vigência do regime servil, o ex-escravo, liberto de direito ou apenas de fato, aprendia que precisava contar com a própria força de trabalho para a sua subsistência e a

da família. Tentava obter emprego com o antigo senhor ou em outra fazenda. A deserção das fazendas se daria quando os antigos senhores não compreendiam sua condição de libertos, tratando-os como se ainda fossem escravos. Em suma, como salientava um editorial de *A Província de São Paulo*: "Mesmo quando abandonam as fazendas, os escravos não abandonam a lavoura – mudam de uma para outra".[25]

Aliás, resumindo as observações pertinentes a esse processo, escreve Evaristo de Morais: "O escravo, em regra, não ia para longe [...] Retirava-se, às vezes, somente, da fazenda em que sofrera coação e os rigores do cativeiro; fugia, apenas, à senzala, que tão dolorosas recordações lhe trazia. Dirigia-se a outra fazenda próxima e procurava contratar seus serviços".[26] Em seguida à Abolição, a mesma coisa continuou a ocorrer, apenas com maior mobilidade da mão de obra negra e mulata. Informações colhidas diretamente entre representantes da antiga camada senhorial ou dos escravos revelaram: 1o – que em algumas regiões em decadência econômica ou com falta de braços, a transição se operou quase sem comoções, os antigos escravos se conservaram trabalhando nas fazendas, como assalariados, com exceção de alguns (em geral artesãos), que se deslocavam para cidades próximas, às vezes com a proteção econômica dos antigos senhores; 2o – onde havia mão de obra agrícola abundante, especialmente estrangeira, os libertos que abandonaram as fazendas raramente foram readmitidos, tendo pelo menos um informante afirmado, categoricamente, que os fazendeiros os "mandaram embora [...] pondo logo no lugar o colono italiano"; 3o – o comportamento dos antigos escravos e libertos foi encarado pelos fazendeiros como uma manifestação intolerável da "ingratidão do negro", levando-os a agir com sede de represália ou a guardar ressentimentos inesquecíveis.[27]

Estabelecer esses pontos é de grande importância. Aí está a única pista indireta, de que dispomos, que demonstra o empenho do ex-agente do trabalho escravo em não ser posto à margem da vida econômica ativa. Ela evidencia quanto ele lutou, tenazmente, para se manter até nas ocupações que foram mais degradadas pela escravidão. No entanto, sem êxito apreciável, seja em virtude de suas deficiências intrínsecas ou extrínsecas como "assalariado", seja porque, em condições de concorrência, os empregadores preferiam (onde e como isso se tomasse possível) contratar os trabalhadores europeus. Couty observara que os fazendeiros tinham maior estima e confiança na capacidade de trabalho dos colonos portugueses,

alemães e italianos,[28] concluindo que, “nessas condições novas, o negro escravizado não pode lutar com o trabalhador livre: toda a produção para a qual se estabelecer a concorrência ficará, necessariamente, nas mãos do segundo”.[29] Com a universalização do regime de trabalho livre, a persistência daquelas noções e a abundância relativa crescente da mão de obra mais valorizada fizeram com que o colono, como “trabalhador livre”, eliminasse o negro ou o mulato mesmo nas ocupações para as quais eles se achavam adestrados e gozavam de alguma reputação favorável. Desse ângulo, o problema deixava de ser algo que afetasse a situação dos libertos para surgir como um dilema econômico nacional. Atrás da relação entre o “imigrante” e o “escravo” (ou, mais tarde, o “liberto”) estava a própria questão do destino que se pretendia dar à ordem social competitiva e à sociedade de classes no Brasil. Couty percebeu com argúcia esse fato. “Possuir imigrantes e não convertê-los em cidadãos, eis o problema insolúvel para o qual o governo continua a procurar a solução”.[30] Enquanto o fazendeiro contratante era cidadão e eleitor, o colono contratado não possuía nenhum direito ou regalias políticas. A equiparação de ambos, para os efeitos jurídicos, da relação contratual, surgia como o verdadeiro problema de cuja solução iria depender a criação de condições para transformar as fazendas e adaptá-las ao regime de trabalho livre.[31]

Todo o processo se orientava, pois, não no sentido de converter, efetivamente, o “escravo” (ou o “liberto”) em “trabalhador livre”, mas de mudar a organização do trabalho para permitir a substituição do “negro” pelo “branco”. A clareza com que esses fins foram colimados socialmente, em São Paulo, encontra abundante fundamentação. Sabia-se que a coexistência do trabalho servil com o trabalho livre desorganizava a produção agrícola, fomentando a rebeldia do “escravo” e a insatisfação do “colono”[32] e procurava-se dilatar o mais possível a fase de transição, com o fito de ganhar tempo suficiente para se promover a renovação do mercado de mão de obra.[33] Contudo, ninguém tinha ilusões: tratava-se de tirar o proveito possível da escravidão exangue e de importar com a maior rapidez grandes massas de colonos para a lavoura, reorganizando-a para absorvê-los. Eis como *O Correio Paulistano* se pronuncia sobre a significação econômica do “escravo” e do “imigrante”: (1) “Se o escravo, como instrumento de trabalho, é imprestável, trate o proprietário de substituí-lo por outro mais profícuo ou, pelo menos, utilize-se dele segundo as atuais condições de trabalho”;[34] (2) “Não há fugir ao império irresistível dos fatos sociais: a

exploração das grandes fontes de nossa riqueza é já o apanágio do homem livre, não do homem escravo. E ao passo que a introdução do estrangeiro para cooperar na nossa produção nos acalenta de esperanças e nos anuncia uma nova era de prosperidades cada vez mais crescentes, fazendo-nos antever inauditos progressos não só na indústria até hoje explorada, a indústria agrícola, senão também na indústria manufatureira e fabril, e em todas as manifestações da atividade social".[35] Doutro lado, essa era a *política econômica* defendida pelos grandes proprietários, que exerciam influência ou tinham assento no Governo. A célebre fórmula de Antônio Prado – "trabalho livre na pátria livre"[36] – não só pressupunha que o *trabalho livre* expulsaria o *trabalho escravo*, mas, ainda, que no regime da livre iniciativa o "branco" iria, fatalmente, substituir o "negro" como agente do trabalho. "Imigração em larga escala, na mais larga escala passível",[37] eis o fundamento de seu programa como ministro da agricultura. Aceitava tais efeitos friamente, como decorrência das "leis econômicas":

> Braços para o trabalho? Mas não conheço outro meio para ocorrer a esta exigência senão aquele que o governo se tem esforçado para empregar em larga escala, isto é, a introdução de imigrantes, e pelo modo por que pretende dirigi-la, fornecendo trabalhadores idôneos à lavoura sem que os lavradores tenham necessidade de, para este fim, despender capitais. Pretenderá, acaso, a honrada oposição que o governo deva propor ao poder legislativo meios coercivos que tenham a virtude de forçar os libertos ao trabalho? Quais poderiam ser estes meios? Não será, porventura, a liberdade a garantia mais eficaz para que a lei econômica da oferta e da procura regule convenientemente as condições do trabalho? [...] O imigrante não pode presentemente achar no Brasil colocação mais fácil, nem mais pronta, do que no serviço da lavoura particular, isto é incontestável e deve ser dito para honra da agricultura nacional. É matéria de fato e ninguém contestará que este destino da imigração é tanto mais útil quanto é sabido que a lei de 13 de maio determinou, nem podia deixar de determinar, temporária incerteza no trabalho dos libertos nos estabelecimentos agrícolas.[38]

Se os resultados dessa discussão forem aceitos como válidos, nem o "grande proprietário" nem o "imigrante" foram pessoal e conscientemente responsáveis pela eliminação gradual do negro da ordem social competitiva em formação. Dunshee de Abranches, por exemplo, aponta a primeira conexão, referindo-se a um acordo premeditado entre os "lavradores abastados a fim de expulsarem os cativos das fazendas substituindo-os por brancos importados da Baixa-Itália, assolada pela miséria e pela falta de trabalho".[39] Por outro lado, tem-se aventado a hipótese de que o "imigrante", pura e simplesmente, preencheu o vácuo deixado pelo abandono das fazendas por parte dos escravos ou dos libertos.[40] Ora, nem uma nem outra coisa são verdadeiras. As tendências de reintegração da ordem social e econômica expeliram, de modo mais ou menos intenso, o negro e o mulato do sistema capitalista de relações de produção no campo. O

grande proprietário deu preferência ao imigrante onde a prosperidade econômica e a abundância relativa de mão de obra estrangeira foram acentuadas; nas regiões em que isso não sucedeu (ou ocorria em menor escala), teve de apelar para os libertos ou para a chamada *mão de obra nacional*.*[41]* Isso deu origem a movimentos migratórios de trabalhadores agrícolas negros, mulatos e caboclos, que se deslocavam das áreas em que sofriam intensa concorrência do "imigrante branco" para "as zonas de lavouras depauperadas do Vale do Paraíba".[42] Em resumo, nem o "imigrante" substituiu o "negro" pelo mero efeito da sucessão de presenças físicas; nem o "negro" largou, sem mais esta nem aquela, suas posições na organização da economia e da sociedade brasileira.[43] É certo que as fugas em massa, no decorrer das lutas abolicionistas, e o deslumbramento da liberdade com a Abolição do cativeiro incentivaram deslocamentos maciços de escravos e libertos. Todavia, em todos os episódios desse tipo logo se fazia sentir o influxo de reguladores econômicos, que compeliam o "negro" a desenvolver ajustamentos que o reintegravam, como "pequeno empreendedor", "artesão", "assalariado", "dependente" ou "produtor autossuficiente", ao sistema de produção agrícola. A substituição ocorria, de fato, em proporções e segundo intensidade que variavam em relação inversa com o grau de diferenciação, o estado de integração e o ritmo de expansão do regime de trabalho livre e da ordem social competitiva correspondente nas várias regiões agrícolas do estado de São Paulo. Acontece que as regiões de maior prosperidade econômica eram também, por causa das razões assinaladas, aquelas onde havia maior concentração de imigrantes e maior mobilidade centrífuga da mão de obra negra.[44] Daí a aparência do fenômeno, que não nos deve enganar.

O essencial, quanto aos resultados dessa parte da análise, é que ela permite considerar a posição do negro e do mulato na emergência do regime de trabalho livre e da ordem social competitiva em termos da organização da produção agrícola, vale dizer, através de elementos e de fatores que configuravam a estrutura e a dinâmica do mundo rural paulista na época do desencadeamento da nossa *revolução burguesa*. Ora, eles nos revelam, de uma perspectiva mais ampla, qual é a natureza e o sentido do processo de destituição do escravo e do liberto no conjunto da organização econômica, social e política da província ou do estado de São Paulo.[45] As evidências históricas selecionadas parecem demonstrar com clareza que aquela revolução se propunha, aberta e resolutamente, à transformação das

condições de organização do trabalho. Tanto a ideologia abolicionista, quanto o "não quero" dos escravos foram contidos ou manipulados estrategicamente em função dos interesses e dos valores econômicos, sociais e políticos dos grandes proprietários que possuíam fazendas nas regiões prósperas e concentravam em suas mãos as complicadas ramificações mercantis, bancárias e especulativas da exportação do café. Por irônico que pareça, foram esses círculos dominantes das camadas conservadoras que deram impulso e orientações finais às agitações antiescravistas, imprimindo-lhes uma direção política totalmente avessa aos intuitos humanitários dos abolicionistas e frontalmente contrária ao ardor redencionista dos escravos ou dos libertos. A universalização do trabalho livre foi separada das reparações aos ex-agentes do trabalho servil e do destino que cumpria dar à sua força de trabalho, passando a ter suas balizas na situação de interesses das áreas em expansão demográfica, econômica e urbana da sociedade brasileira. Os movimentos abolicionistas e as rebeliões nas senzalas deram um pano de fundo e uma cobertura moral extremamente vantajosos aos círculos sociais que encontraram condições para canalizar e capitalizar politicamente as insatisfações contra o "antigo regime". Mas, o que se fez de um golpe e depois se consolidou por meio de sucessivas medidas jurídicas, administrativas e políticas foi romper as barreiras que detinham o afluxo da mão de obra estrangeira, reprimiam o desenvolvimento do trabalho livre e paralisavam os surtos progressistas da livre-iniciativa.

Na verdade, para se converter numa revolução social, o processo teria de se polarizar em torno de tais objetivos. Nem existiam condições para ir além, na sociedade brasileira do último quartel do século XIX. Todavia, cumpre apontar os diferentes aspectos dessa peculiar revolução social – que eclodiu em pequenos núcleos de intelectuais inconformistas dos centros urbanos, alastrou-se como fogo em palheiro nas populações das cidades, converteu-se em rebelião autêntica nos levantes das senzalas e produziu seus frutos pelas mãos daqueles contra os quais ela se voltara no começo – para se entender por que o "negro" acabou entregue à sua própria sina, se não esquecido pelo menos à margem das preocupações centrais dos grupos sociais que construíam a história.

Esses grupos não precisavam lutar nem pela liberdade, nem pela segurança, nem pela dignidade da pessoa, pois tudo isso possuíam na escala desproporcional dos privilegiados em uma sociedade estamental e de castas. O que desafiava a imaginação criadora, a audácia e a capacidade de atuação

social construtiva de seus membros eram os dilemas de uma ordem econômica, jurídica e social que deixara de corresponder às possibilidades reais de "progresso" econômico, social e cultural do país. Nos limites em que tais possibilidades estavam emaranhadas com seus interesses mais profundos e com suas aspirações mais ardentes, eles podiam perceber, identificar-se e utilizar impulsões revolucionárias lídimas de outros grupos sociais, filtrando-as e domesticando-as, porém, em função de sua própria "situação de classe". Ora, o problema número um das camadas dominantes, nas zonas de intensa produção e exportação de café se relacionava com o suprimento e a renovação de mão de obra. Já ninguém pensava, na última década do século XIX, que se poderia resolver esse problema nos quadros da escravidão. A resistência escravista se apegava a motivos estritamente egoísticos, pois viam-se no escravo uma inversão de capital e um instrumento de trabalho que deveria ser espremido até o bagaço. Mesmo alguém tão empenhado em traçar normas "racionais" sobre o modo de usar e de tratar o escravo, como o barão de Paty de Alferes, escrevia em 1860, da escravatura: "É este o cancro roedor do Império do Brasil, e que só o tempo poderá curar. A abundância de braços cativos esquiva o trabalhador assalariado do cultivo de nossos campos", reiterando, a seguir, que a inexistência de trabalhadores assalariados criava "a necessidade de continuar-se com esse cancro, cujo preço atual não está em harmonia com a renda que dele se pode tirar".[46] Os proprietários agrícolas, principalmente os grandes proprietários das regiões prósperas, sabiam muito bem que a coexistência do trabalho escravo com o trabalho livre encarecia este último: a escassez de trabalhadores assalariados os convertia em luxo dispendioso, [47] além de tornar custosa ou incerta sua substituição, se eles resolvessem largar as ocupações ou trocar de patrão.[48] Também descobriram a maior produtividade do trabalho livre, mas para aproveitá-la impunham-se inovações na organização das fazendas que eram incompatíveis com o regime servil;[49] em particular, a larga experiência reunida desde os primeiros conflitos com os imigrantes ensinou que a organização e o desenvolvimento do trabalho livre eram incompatíveis com a persistência dos padrões de dominação praticados nas relações do senhor com o escravo. Sintetizando essa experiência, afirmava Rafael de Barros, escrevendo sobre "o trabalho livre nas fazendas", que era necessário "dar ao colono a maior soma de liberdade possível, para que cada um esteja em sua casa, como se fosse propriedade sua. Quem quiser conservá-lo com certa sujeição que o

aproxime do escravo ou simplesmente com rigor militar estará continuamente em luta com o próprio colono, ou com seus compatriotas, quando não seja com o respectivo cônsul".[50] Por fim, esgotadas as reservas internas da mão de obra escrava, já não viam como atender às necessidades da lavoura sem recorrer, em massa, ao trabalhador assalariado estrangeiro: "Efetivamente não se trata mais de emancipação geral do elemento servil, pois se ela não está feita pelas leis, o está pelos fatos, pela tendência das províncias principais e pelos costumes. Não é possível mais sustentar um trabalho agrícola, que exige já 2.000.000 de trabalhadores, e outros 2.000.000 para seu desenvolvimento imediato, com 300.000 braços escravos e 400.000 ingênuos, que de 1890 em diante ninguém poderá reter nas fazendas".[51] Os fazendeiros paulistas tiveram a habilidade de converter uma transformação violenta e profunda, suscetível de se tornar uma "catástrofe econômica", numa *política* oficial empenhada em solucionar a questão da mão de obra agrícola de acordo com os interesses e as conveniências da *grande lavoura do café* – a transplantação maciça de trabalhadores europeus.[52] "O mundo moderno assistiu a poucos espetáculos semelhantes ao desse governo", escreve Pierre Denis, "encarregando-se de importar operários agrícolas em massa".[53] O processo, no conjunto, foi realmente revolucionário: consagrou a Abolição do cativeiro e a instituição universal da ordem contratual na sociedade brasileira. Contudo, deixou-se ao curso natural das relações humanas a determinação do que isso poderia significar, em situações concretas, como democratização efetiva dos direitos e deveres fundamentais dos indivíduos, garantidos juridicamente.[54] Se isso foi prejudicial aos trabalhadores brancos, estrangeiros ou nacionais, e se corrompeu pela base os próprios fundamentos jurídicos e morais da ordem contratual (a eficácia do contrato continuou a depender amplamente, na prática, do *status* e do poder relativo das partes), para o "negro" as consequências foram piores. Sem as garantias de reparações materiais e morais escrupulosas, justas e eficazes, a Abolição equivalia – nas zonas de vitalidade da lavoura cafeeira – a condená-lo à eliminação no mercado competitivo de trabalho ou, no mínimo, ao aviltamento de sua condição, como agente potencial de trabalho livre.[55] Longe de equipará-lo ao trabalhador assalariado branco, estrangeiro ou nacional, expunha-o fatalmente, de modo previsível e insanável, ao desajustamento econômico, à regressão ocupacional e ao desequilíbrio social.

OceanofPDF.com

2. O negro e a revolução burguesa

O ponto fundamental dessa sumaríssima descrição está na explicação de caráter geral que ela comporta. O esboroamento final da sociedade de castas e o processo de elaboração da ordem social competitiva se ligam, complexamente, às condições de desenvolvimento da empresa agrária – "a grande fazenda de café" – nas zonas em crescimento econômico, demográfico e social acelerado. Por isso, ao mesmo tempo que a dinamização final da crise do antigo regime veio do campo, dele também partiu a contenção ativa das tendências de reintegração da ordem social, desencadeadas ou inerentes a essa mesma crise. É preciso se ter presente que aquela empresa agrária não se fechava sobre si mesma. Ela surge e se organiza numa época em que já se podiam comercializar internamente várias fases e proventos do processo de exportação,[56] quase monopolizado em todo o seu conjunto, no passado, pelos agentes da importação de produtos tropicais brasileiros. Por isso, ela se projetava diretamente na revitalização dos núcleos urbanos com funções econômicas específicas no referido processo, impelindo os fazendeiros a diferenciar seus papéis econômicos e a intervir organizadamente nos diversos desdobramentos financeiros, comerciais e políticos dos *negócios do café*. Em consequência, as cidades em questão se convertem nas fronteiras econômicas da grande empresa agrária e nos verdadeiros bastiões da luta pelos seus interesses mais profundos. Não é a sua acanhada e vacilante "burguesia" que oferece a base econômica e o fulcro jurídico-político da formação incipiente da ordem social competitiva. Mas o círculo dos *grandes homens de negócios* da época, os quais detinham em suas mãos as engrenagens da vida econômica e política: os fazendeiros prósperos e os agentes da comercialização do processo de exportação do café, com a vasta rede de associados e dependentes que ambos possuíam na estrutura ocupacional, econômica e de poder das comunidades urbanas (ou em urbanização). O protótipo do autêntico "grande empresário rural" nos é dado pelo fazendeiro que desempenhava simultaneamente os vários papéis socioeconômicos criados pelas ramificações dos interesses rurais nos centros urbanos.[57] Não obstante, o grosso dos fazendeiros dependia do

concurso dos agentes especializados, tão apegados ou solidários quanto eles próprios aos interesses vitais da produção e da exportação do café, portanto, aos interesses vitais da "grande empresa agrária". Desse ângulo, torna-se compreensível a marcha seguida pela instauração e pela evolução da ordem social competitiva no fim do Segundo Império e durante a Primeira República. As inovações institucionais e a eficácia da liberalização jurídico-política republicana foram circunscritas, na prática, às necessidades da adaptação da "grande-empresa agrária" ao regime de trabalho livre e às relações de troca no mercado de trabalho que ele pressupunha. Fora e acima disso, continuaram a imperar os modelos de comportamento, os ideais de vida e os hábitos de dominação patrimonialista, vigentes anteriormente na sociedade estamental e de castas.[58] Para que a ordem social competitiva pudesse se expurgar desses influxos constritivos e perturbadores, consolidando-se numa direção especificamente "burguesa", "liberal-democrática" e "urbana", impunha-se que surgisse nas cidades um sistema de produção que as equiparasse ao campo ou as tornasse independentes dele. Tal condição se delineia lentamente e só demonstra certo vigor, malgrado as debilidades e as incertezas da industrialização, meio século depois da Abolição e da Proclamação da República.[59] Nada podia impedir que o "coronelismo", como equivalente e substituto da "nobreza agrária", convertesse o sistema republicano-presidencialista numa transação com o antigo regime[60] e, principalmente, que a ordem social competitiva se ajustasse às estruturas persistentes daquele regime. Mesmo nos centros urbanos em crescimento tumultuoso e rápido (como acontecia com a cidade de São Paulo), ela se configura como uma sociedade de classes que só era *igualitária* nos estratos dominantes e só era *aberta* para aqueles que detinham o poder ou para os que participassem vantajosamente das novas tendências à concentração regional da renda, inauguradas com o surto cafeeiro e a expansão econômica do sul do país. Essas tendências é que condicionam e precipitam alterações substanciais na estrutura social. Contudo, elas só iriam beneficiar os setores aptos a combinar, nas zonas urbanas ou nas rurais, o trabalho, a poupança, a mobilidade espacial e ocupacional como instrumentos de ascensão social – ou seja: os imigrantes, em grande número, e, em menor escala, os segmentos cultos ou semi-instruídos das populações de origem nacional.[61] Só esporadicamente, como e enquanto parte do núcleo ou da periferia das *grandes famílias* "brancas",[62] encontravam o negro e o mulato algumas probabilidades de

inclusão nessas transformações da estrutura social. Para eles, na quase totalidade, a sociedade de classe permanecia *não igualitária* e *fechada*.[63]

A análise desenvolvida, embora incompleta e perfunctória, permite considerar a situação do negro e do mulato na dupla perspectiva em que ela aparece na formação da ordem social competitiva: no contexto da vida social urbana, emergente ou imperante na cidade de São Paulo; no contexto mais amplo e inclusivo da vida social rural, nas condições em que ela se renova regionalmente, graças aos efeitos demográficos, econômicos, sociais e políticos da substituição do regime de trabalho. Como é fácil verificar, as tendências universais são as mesmas nos dois níveis. A desintegração da sociedade estamental e de castas não os favoreceu socialmente, pois eles se convertem, rapidamente, em elementos residuais do sistema social. A única diferença relevante entre as tendências que operavam na cidade de São Paulo e as que reorganizavam o mundo rural paulista consiste em que os requisitos estruturais e dinâmicos da ordem social competitiva aparecem na primeira, desde o início, com maior intensidade. No campo, as diferenças no grau de prosperidade, provocadas pelo café, forjavam sensíveis gradações no ritmo de desagregação do "antigo regime" e de formação da ordem social competitiva. Em consequência, em certas zonas rurais, em que as mudanças eram mais lentas, abriam-se facilidades de acomodação que o negro e o mulato não encontrariam nem na cidade de São Paulo, nem nas regiões em que a economia cafeeira possuía maior vitalidade. No entanto, tais facilidades não foram convenientemente aproveitadas. Ao contrário, entre os ajustamentos predominantes, pareciam merecer certa preferência os que representavam "a via mais difícil". Isso levanta uma questão que precisa ser bem entendida, se não se quiser falsear a interpretação da realidade. O fato de o escravo e o liberto terem intervindo como o principal fermento explosivo na desagregação do sistema de castas não é, em si mesmo, um índice de participação revolucionária consciente e organizada em bases coletivas autônomas. Não existiam condições para que isso ocorresse e, se chegasse a ocorrer, o abolicionismo daria lugar a uma "união sagrada" entre os *brancos,* para conjurar o "perigo" de uma *subversão racial.* Na medida em que a "situação de castas" envolvia um estado de heteronomia material, social e moral absoluta do escravo, nas condições imperantes na sociedade brasileira ele só podia emergir como "dissolvente" na cena histórica: (a) numa fase adiantada de desagregação interna da ordem social escravista e de extrema desmoralização de seus fundamentos

axiológicos institucionalizados; (b) sob a liderança organizada e ostensiva da parcela inconformista do "grupo racial" dominante, único penhor ideológico e político da continuidade da dominação racial estabelecida e de fidelidade aos princípios de estratificação interétnica subjacentes.[64] Portanto, a colaboração do escravo e do liberto era aceita como uma espécie de combustível indispensável para acelerar a dissolução do sistema escravista. Não se via neles nem se procurou por nenhuma maneira lhes facultar a condição de um agente revolucionário independente, capaz de traçar seus rumos e de pô-los em prática por seus próprios meios. A moral da história é simples. Terminadas as agitações, os escravos e os libertos sabiam bem, coletivamente, *o que não queriam.* Contudo, não tinham consciência clara sobre *o que deveriam querer coletivamente* nem de *como agir socialmente para estabelecer semelhante querer coletivo.* Formaram o polo heteronômico e alienado de uma "situação de castas"; lutaram com furor, mas como polo heteronômico e alienado, contra essa "situação de castas"; e emergiram, em plena era de reconstrução social, diante de uma "situação de classes", substancialmente diversa da anterior em sua ordenação e potencialidades, com loucas esperanças mas ainda na mesma condição de polo heteronômico e alienado. Para onde quer que se voltassem, mesmo nas oportunidades mais modestas, tinham pela frente o "colono", o "imigrante operário", o "artista europeu" ou elementos da plebe nacional, que antes não disputavam, por indignas, as suas ocupações. Como arrostar essa imprevista e pesadíssima concorrência direta com o "homem branco", sem sequer saber, coletivamente, o que ela significava e como aproveitá-la?

Dentro de semelhante contexto econômico, psicossocial e sociocultural, as humilhações, os ressentimentos e os ódios, acumulados pelo *escravo* e pelo *liberto* sob a escravidão e exacerbados de forma terrível pelas desilusões recentes, lavravam destrutivamente o ânimo de negros e mulatos. Tudo contribuía para aumentar sua insegurança, natural numa fase de mudanças tão bruscas, e para agravar ansiedades e frustrações que não podiam ser canalizadas "para fora" nem corrigidas construtivamente, através de mecanismos psicossociais de interação com os "outros" e de integração à ordem social emergente. As alternativas de escolha, valorizadas social e moralmente desde o passado remoto, conduziam as aspirações e as identificações predominantes na direção da equiparação com os brancos das camadas superiores. O êxito dos imigrantes fortaleceu ainda

mais as expectativas daí decorrentes.[65] Todavia, as alternativas reais iam da caboclização no campo à pauperização nas cidades, passando por "contratos de trabalho" que não traduziam melhora sensível da situação da existência anterior, piorando-a muitas vezes. Os que permanecessem na agricultura, ou submergiam na lavoura de subsistência (como os caboclos), após penosas migrações para outras regiões do estado de São Paulo ou do Brasil; ou tinham de se contentar com as precárias compensações oferecidas aos elementos menos cotados dos "braços nacionais",[66] não raro obtidas após peregrinações incertas por fazendas da localidade ou o deslocamento para as zonas agrícolas menos prósperas e em decadência econômica. Os que se encontrassem ou se fixassem nas cidades, com exceção de reduzidíssimo número de ex-escravos ou de libertos que eram artesãos e dispunham do amparo econômico dos antigos senhores, viam-se em contingências piores. Juntamente com a desvalorizada e a inapta "mão de obra nacional", da qual surgiam como o segmento mais menosprezado econômica e socialmente, só achavam aproveitamento irregular em serviços extenuantes, mal pagos e amargamente desabonadores. Em suma, projetados socialmente para o interior da antiga plebe, constituiriam seu estrato inferior; ao mesmo tempo, sofriam restrições que não afetavam com a mesma gravidade o "braço nacional" branco e lutavam com inibições internas específicas. As oportunidades de engajamento no trabalho agrícola ou urbano, por piores que fossem, soavam, para os *brancos nacionais* da plebe, como uma liberação econômica e social; algo que os lançava nas correntes das forças vivas e produtivas do país, arrancando-os da miséria material e moral anterior. Tais perspectivas, para o negro ou o mulato, equivaliam ou a uma nova degradação ou a ficar, praticamente, como antes. Ambas as consequências espezinhavam sua sensibilidade e seu senso moral, desmascarando por fim a verdadeira realidade: estavam tão longe quanto no passado recente de serem *livres* por inteiro, com segurança, prestígio e dignidade.

Desse ângulo, torna-se claro o sentido que a submersão na lavoura de subsistência e a concentração nas cidades possuíam para grandes massas de negros e de mulatos. Não se tratava, propriamente, de uma *fuga da realidade.* Mas de um mudo protesto de desespero e a única saída para evitar uma condição humana confusamente percebida e representada como indigna, indesejável e repulsiva. Ambas as escolhas, de fato, tinham um conteúdo irracional extremo e apareciam como um triste desafio do destino,

aos olhos dos que as punham em prática. Para que o negro e o mulato pudessem evitar opções dessa natureza, seria preciso que, na transição para o novo regime jurídico-político e social, eles tivessem partido de uma situação de castas que lhes conferisse autonomia econômica, social e política, condição histórica para que fossem, em algum sentido e de alguma maneira, agentes do seu destino nas transformações em processo. Só assim eles poderiam imprimir ao movimento abolicionista objetivos e consequências verdadeiramente revolucionários, à luz dos interesses sociais e das necessidades morais do escravo, do liberto e do ingênuo. Só assim, também: 1o – as experiências colhidas no processo revolucionário teriam eficácia prática, seja no alargamento do horizonte cultural do negro e do mulato, seja na elaboração de técnicas de ajustamento apropriadas, compensadoras e estrategicamente seguras; 2o – o negro e o mulato poderiam ter influência ativa na orientação jurídico-política dos processos de reconstrução social, acautelando seus interesses e necessidades na formação da ordem social competitiva. Ora, tal não se deu, nem se poderia dar, o que os expôs a sofrer a conquista da liberdade como o cataclisma que se abate sobre seres indefesos. Note-se que não está em jogo saber se o negro e o mulato reagiam de "modo passivo" ou "com indiferença" aos acontecimentos históricos. Não havia passividade ou apatia em suas reações. Dois terços, presumivelmente, da população negra e mulata da capital e quase a metade da mesma população no âmbito do estado de São Paulo se condenaram, ao longo do primeiro quartel do nosso século, aos percalços das duas opções extremas. Essa autocondenação ao ostracismo, à dependência e à destruição pode ser vista como um *protesto mudo* ou como um efeito suicida dos complexos de *desilusão social.* Era, porém, o único e derradeiro recurso de afirmação de que dispunham o negro e o mulato, privados historicamente dos meios para organizar a vida em liberdade segundo os ideais ou as exigências de sua concepção do mundo.

Parando-se aqui, todavia, a análise não estaria completa. Na verdade, qual era o teor de racionalidade dos ajustamentos dos negros e dos mulatos que se conformaram às expectativas dominantes? O negro ou o mulato que se inseriu na ordem social competitiva, como "trabalhador braçal assalariado", "operário", "artesão por conta própria" e "pequeno empreendedor", no campo ou na cidade, estava de fato ajustado às exigências da situação? Há bons exemplos do êxito de negros e mulatos libertos no passado: a crosta rígida da sociedade escravocrata lhes abria

oportunidades seguras de trabalho livre, quando a alforria era alcançada, e os libertos persistiam na ânsia de disputarem entre si serviços que eram compensadores mas encarados socialmente como indignos. Muitas vezes, o branco de "profissão mecânica" não passava de mero titular e dirigente. O trabalhador real, se não fosse o escravo, seria o negro ou o mulato libertos. À medida que o trabalho livre corrompeu a ordem escravocrata[67] e, principalmente, depois que o regime servil foi abolido, essa crosta protetiva perdeu sua razão de ser. Ora, o regime escravista não preparou o escravo (e, portanto, também não preparou o liberto) para agir plenamente como "trabalhador livre" ou como "empresário". Ele o preparou, onde o desenvolvimento econômico não deixou outra alternativa, para toda uma rede de ocupações e de serviços que eram essenciais mas não encontravam agentes brancos. Assim mesmo, onde estes agentes apareceram (como aconteceu em São Paulo e no extremo sul), em consequência da imigração, em plena escravidão os libertos foram gradualmente substituídos e eliminados pelo concorrente branco. São duas, pois, as questões que se colocam: a da aptidão, adquirida pelo negro ou pelo mulato, para enfrentarem com êxito a universalização do trabalho livre; e a da sua capacidade sociodinâmica de agir segundo os modelos de organização do comportamento, da personalidade ou das instituições impostos pela ordem social competitiva.

Uma parte da resposta, no que é essencial, já foi descoberta pelos estudiosos da sociedade escravocrata. A escravidão deformou o seu agente de trabalho, impedindo que o negro e o mulato tivessem plenas possibilidades de colher os frutos da universalização do trabalho livre em condições de forte competição imediata com outros agentes humanos. Como escreve Caio Prado Jr., "realmente a escravidão, nas duas funções que exercerá na sociedade colonial, fator de trabalho e fator sexual, não determinará senão relações elementares e muito simples. O trabalho escravo nunca irá além do seu ponto de partida: o esforço físico constrangido não educará o indivíduo, não o preparará para um plano de vida humana mais elevado. Não lhe acrescentará elementos morais; e, pelo contrário, degradá-lo-á, eliminando mesmo nele o conteúdo cultural que porventura tivesse trazido do seu estado primitivo".[68] Em síntese, a escola da escravidão não formou, apenas, o agente do trabalho escravo: deformou-o. Essas deformações podiam ser atenuadas, parcialmente corrigidas ou compensadas nas áreas em que a sociedade escravocrata dependia do liberto

para organizar o próprio trabalho escravo ou para se diferenciar e se expandir. Essas impulsões, porém, eram confinadas e beneficiavam reduzidíssimo número de agentes. Ainda na época da escravidão, Couty demonstrava, por observações feitas em fazendas do Oeste Paulista, que "todas as condições de cultura permanecendo iguais", a produtividade da mão de obra livre [dos imigrantes] era superior à da mão de obra escrava em proporção superior à relação de 3:1. Apesar disso, os gastos requeridos pelo aparato organizatório seriam quatro vezes mais baixos![69] Essas observações levaram-no a concluir que, mesmo na vigência do regime servil, o escravo seria substituído pelo trabalhador livre (europeu) onde se estabelecesse concorrência entre ambos.[70]

Essas constatações adquirem seu sentido pleno quando se encaram os problemas que elas levantam da perspectiva do processo de formação e de consolidação da ordem social competitiva em São Paulo. Os dois fatores humanos básicos nesse processo, tal como ele se desenrolou em São Paulo (no estado e em sua capital), no período compreendido entre a última década do século XIX e o primeiro quartel do século XX, foram o "fazendeiro de café" e o "colono". A diferenciação dos papéis econômicos e sociais dos fazendeiros, com o envolvimento de suas pessoas ou de agentes humanos a eles associados ao "mundo de negócios", das cidades, servia de fulcro a importantes alterações no processo de acumulação de capitais. Esse processo na sociedade estamental e de castas era condicionado e regulado por um código econômico tradicionalista – o que importava, acima de tudo, era o *status* dos componentes da camada senhorial. A riqueza, especialmente enquanto parte do patrimônio das famílias senhorais (objetivada em torno do número de peças ou escravos e de propriedades agrícolas), possuía naturalmente enorme importância, *maxime* quando se levam em conta os critérios que presidiam o recrutamento da nobreza agrária no II Império. Entretanto, a própria dinâmica da vida econômica restringia as condições e os objetivos da reinversão dos lucros e canalizava para a expansão do patrimônio da família, concebido como aumento da escravaria, da propriedade fundiária ou como aquisição de novas unidades produtivas, a acumulação de riquezas. O "engenho" ou a "fazenda" apareciam como *empresa econômica* apenas na medida em que forneciam as bases materiais da "grande lavoura". A produtividade e a remuneração dos fatores da produção não se colocavam de molde a converter o "proprietário rural" em "empresário",

fundamentalmente absorvido na solução dos problemas técnicos e econômicos com vistas ao aproveitamento máximo daqueles fatores e para as repercussões que isso teria na "remuneração do capital". Aliás, as condições de organização técnica e econômica da produção agrícola sob o regime escravocrata sempre foram encaradas como *impedimenta* ao desenvolvimento tecnológico, econômico e social. Ora, o fazendeiro paulista saiu desse círculo vicioso, não porque o café tivesse alguma virtude "democrática", como acreditam alguns,[71] mas porque as conexões da grande lavoura brasileira com o mercado internacional se modificaram, acentuadamente, durante a última metade do século xix. Não só várias fases da comercialização das relações de exportação foram assimiladas pela sociedade brasileira, conforme se apontou anteriormente, como alguns mecanismos dos capitais internacionais acompanharam esse processo, vinculando-se diretamente ao desenvolvimento institucional que ele provocou (crescimento da rede bancária, proliferação das casas comissárias, intensificação das atividades especulativas dos intermediários etc.). A área em expansão agrícola se aproveitou duplamente desse processo, pela diferenciação do meio socioeconômico e pela participação mais vantajosa nas manipulações com reflexos internos do capitalismo internacional. Esses fatores se fizeram sentir fortemente na organização da vida agrícola, na medida em que deslocaram o centro de interesses do fazendeiro, da fazenda para os processos puramente econômicos ou especulativos dos "negócios do café", compelindo-o a se tornar ele próprio produtor intermediário ou a se associar intimamente com este. Doutro lado, a expansão gradual do trabalho livre e a sua universalização final forçaram reajustamentos rápidos que produziam efeitos da mesma natureza: desvencilhar a "fazenda" da ordem patrimonial, obrigando o fazendeiro a desenvolver uma mentalidade típica de empresário capitalista, constantemente atento à produtividade e à remuneração dos fatores da produção.[72] Por fim, comprometido e empenhado nas operações mais abstratas da comercialização dos "negócios do café", o próprio fazendeiro com condições propícias se converte em *intermediário* ou em *capitalista* e estimula esse processo no seio da própria família. As cidades que saem da velha letargia, oriunda da sua subordinação passiva aos interesses agrários, centro de gravitação da vida econômica, encontram nesse fazendeiro (e nos capitais que trazia da agricultura) seja um dos agentes do financiamento das indústrias incipientes ou de toda sorte de atividades comerciais lucrativas, seja o próprio empreendedor dos

negócios bancários, industriais, comerciais e imobiliários de certo vulto ou de maior alcance especulativo.

O “colono”, por sua vez, intervém em três níveis distintos do processo de consolidação e de renovação do capitalismo. Primeiro, como agente do trabalho livre que se comportava como o assalariado típico e repelia a relação patrimonialista, obrigando o fazendeiro a agir conforme a normas e a uma mentalidade econômica novas. Segundo, como agente da transplantação de novas atitudes perante o trabalho ou de técnicas e atividades econômicas inovadoras, tanto indiretamente,[73] quanto diretamente.[74] Terceiro, como propulsor da acumulação capitalista com base na poupança e como criador direto de novos focos de expansão do capitalismo no campo e, principalmente, na cidade. Em outras palavras, o colono não se beneficiou, apenas, das tendências associadas à transformação recente do capitalismo no Brasil. Ele compartilha em grau extenso do processo e, na medida em que consegue se impor como empresário independente, vai concorrer como uma força nova e revitalizadora da crescente autonomia econômica da cidade em face do campo. Os elementos migrantes da população nacional e as camadas intersticiais da parte culta das populações urbanas irão preencher, em grau maior ou menor, funções análogas às do colono. Mas ele foi não só o componente numericamente “predominante”, mas ainda o fator humano “típico” dos processos econômicos e histórico-sociais assinalados.

O que há de essencial, para a análise da posição do negro e do mulato na ordem econômica e social emergente, é que eles foram excluídos, como categoria social, das tendências modernas de expansão do capitalismo em São Paulo. Os dois polos desse processo socioeconômico acham-se ou em círculos sociais das camadas dominantes ou no seio dos contingentes humanos transplantados da Europa. Apenas esporadicamente chegaram o mulato e o negro a concorrer ativamente em tais tendências: onde e quando puderam contar como membros das “grandes famílias” ou foram colhidos, por circunstâncias individuais, pelas ondas de prosperidade que bafejavam as camadas cultas intersticiais da sociedade e as parcelas migrantes da população de origem nacional. Em entrevistas feitas para focalizar o assunto, ficou patente que os brancos interpretaram a situação em termos psicológicos: o mulato e o negro “não tinham ambição”, por isso não arrostavam, como os imigrantes europeus, as duras dificuldades que permitiam converter a poupança em fator de acumulação capitalista, de

mobilidade ocupacional e de ascensão social. Os informantes negros e mulatos revelam maior realismo, mostrando-se convictos de que não tinham meios para se inserir no referido processo, competindo quer com os brancos nacionais, quer com os imigrantes. A "ambição" existia e ela foi, exatamente, a causa de sua perda, pois fomentou opções extremamente rígidas e negativas.

Vendo-se a questão retrospectivamente, com as perspectivas abertas pela análise sociológica, percebe-se que as interpretações *ex post fato* dos próprios negros e mulatos são aproximadamente corretas. Mesmo quando se inseriam no processo de crescimento econômico e de desenvolvimento social, nas oportunidades mais favoráveis (como assalariado, artesão ou pequeno empreendedor independente), o negro e o mulato não se incluíam entre os fatores humanos do novo surto capitalista. Parece fora de dúvida que ficavam numa posição bem mais vantajosa que os demais elementos da "população negra", expelidos para a economia de subsistência ou para o pauperismo urbano. Contudo, não estavam nem estrutural nem funcionalmente ajustados às condições dinâmicas de integração e de expansão da ordem social competitiva. Aproveitavam-se dos vácuos resultantes do crescimento econômico súbito, sem maiores perspectivas de tirar proveito das posições conquistadas, nas direções abertas pela evolução capitalista em marcha.

A explicação desse fato parece se encontrar na peculiar condição psicossocial do elemento recém-egresso do regime servil. A sociedade escravocrata só preparou o escravo e o liberto para os papéis econômicos e sociais que eram vitais para o seu equilíbrio interno. No restante, prevaleceu a orientação de impedir todo florescimento da vida social organizada entre os escravos e os libertos, por causa do temor constante da "rebelião negra". Como escrevia Perdigão Malheiros, o escravo aparecia como "um inimigo doméstico" e "um inimigo público": "é o vulcão que ameaça constantemente a sociedade, é a mina pronta a fazer explosão à menor centelha".[75] Por isso, todas as formas de união ou de solidariedade dos escravos eram tolhidas e solapadas, prevalecendo a consciência clara de que só através da imposição de condições anômicas de existência seria possível conseguir e perpetuar a submissão dos cativos e a dependência fundamental dos libertos. Ao mesmo tempo, todo um refinado e severo sistema de fiscalização e de castigos foi montado para garantir a subserviência do escravo e a segurança do senhor, de sua família ou da ordem social

escravocrata. A rigidez com que tudo isso se implantou em São Paulo é atestada pelos relatos que acompanham o noticiário das fugas. Perdidos em fazendas isoladas ou morando em cidades rústicas, com policiamento precário, em toda parte quase sempre em inferioridade numérica, os brancos seguiram à risca o código escravocrata, impedindo por todos os meios que os escravos ou os libertos se organizassem e monopolizando o uso da violência como mecanismo de controle social.[76] O efeito de tudo isso foi que o negro e o mulato emergiram do mundo servil sem formas sociais para ordenar socialmente a sua vida e para se integrar, normalmente, na ordem social vigente. Não só saíam da escravidão espoliados material e moralmente; vinham desprovidos, em sua imensa maioria, de meios para se afirmarem como uma categoria social à parte ou para se integrarem, rapidamente, às categorias sociais abertas à sua participação.

Esse estado de anomia explica cabalmente por que as motivações que afetavam o negro ou o mulato não produziam efeito prático. Tanto os brancos das camadas dominantes ou intersticiais, quanto os imigrantes ou os elementos recém-egressos da plebe nacional contavam com um suporte social para as suas atividades econômicas ou para as suas aspirações de ascensão social. No que diz respeito aos círculos mais ativos das camadas dominantes e aos imigrantes, a família, os laços de solidariedade forjados pelo parentesco e a cooperação organizada forneciam um sólido ponto de apoio para as relações competitivas e para toda a sorte de projeto individual mais ou menos ousado, que tivesse alguma viabilidade e parecesse virtualmente compensador. Tendo de forjar, ao mesmo tempo, a sua situação econômica e os quadros de organização de sua vida social, o negro e o mulato submergiam mesmo onde aparentavam maior êxito. Não podiam entrar na corrente de prosperidade nem “fazer a América”. Enquanto não dispusessem do suporte organizatório necessário, estavam condenados a vegetar nas posições econômicas conquistadas no primeiro impulso, a perdê-las se a competição com os brancos aumentasse e a sofrer os efeitos perniciosos da regressão socioeconômica. Portanto, mesmo aqueles que foram beneficiados pelas circunstâncias estavam substancialmente desajustados, aparecendo como as maiores vítimas da herança social da escravidão e como autênticos “párias da fortuna”.

Essas conclusões demonstram que a existência ou não de certas motivações econômicas básicas era secundária com referência à “população de cor”. Tal coisa, aliás, não constituía problema numa situação complexa e

turbulenta de contato, em que os exemplos do êxito fácil dos brancos, brasileiros ou estrangeiros, multiplicavam-se diariamente, convulsionando ainda mais a impaciência do negro ou do mulato. A questão verdadeira estava no destino social que poderiam dar a essas motivações. Mal preparados para os ajustamentos a um mundo social condenado historicamente e destituídos das formas de comportamento organizado requeridas de modo imediato para a integração à ordem social emergente, ambos se revelaram impotentes para aproveitar construtivamente aquelas motivações. Em termos de sua situação na estrutura de poder da sociedade, viam-se naturalmente barrados das tendências da evolução capitalista vinculadas à atuação econômica dos círculos mais dinâmicos das camadas dominantes. Em confronto com aqueles que tentavam construir um futuro promissor com base num presente laborioso e árduo, viam-se privados do substrato material e moral que ampara, estrutura, dá sentido e confere persistência aos esforços criadores dos indivíduos em todas as esferas da vida, inclusive e especialmente na econômica. Pondo-se de lado a significação das oportunidades econômicas com que contavam para atingir seus objetivos, o fato incontestável é que o negro e o mulato melhor aquinhoados logo se converteram em fatores humanos neutros, em relação aos desenvolvimentos do capitalismo, em novo estilo. Em vista disso, é patente que nem mesmo uma "minoria privilegiada" da população negra e mulata conseguiu desfrutar, como tal, qualquer vantagem ou condição relativamente favorável nos conhecidos processos de acumulação privada de capital que aqui se desenrolaram. Ao perderem a posição de principal agente do *trabalho mecânico,* o negro e o mulato perderam, ao mesmo tempo, as possibilidades de participar de alguma maneira definida, persistente e vantajosa tanto das relações de produção quanto dos fluxos correspondentes de elevação desigual das rendas entre os diversos grupos étnicos e sociais, deixando de possuir importância dinâmica identificável em todos os níveis do crescimento econômico.

Qualquer que seja a perspectiva de que consideremos a formação e a consolidação inicial do regime de classe em São Paulo, o negro e o mulato sempre surgem como vítimas indefesas de um clamoroso destino histórico. Sob a aparência da liberdade, herdaram a pior servidão, que é a do homem que se considera livre, entregue de mãos atadas à ignorância, à miséria, à degradação social. Como deixaram de ser "escravos" ou "libertos", não contavam mais com a solidariedade universal dos brancos. Nem com a

solidariedade cúpida dos antigos senhores, para os quais perderam o interesse de sucedâneos fisiológicos da máquina. Nem com a solidariedade humanitária dos abolicionistas, para os quais não possuíam mais aquele interesse moral, que funcionava como fonte imperativa do *mandato da raça negra*. Perdidos uns para os outros, no estreito e sombrio mundo social, que puderam recriar para si sob a escravidão, não compartilhavam dos laços de interdependência, de responsabilidade e de solidariedade que integram fortemente os homens, nos pequenos ou nos grandes agrupamentos sociais. Como se nascessem naquele momento para a vida, teriam de gravitar no lodo e nele construir o ponto de partida de sua penosa ascensão ao "trabalho livre". A sociedade de classes se torna uma miragem que não lhes abre de pronto nenhuma via de redenção coletiva. Não lhes facilita, sequer, a subsistência, o esquecimento das supremas humilhações sofridas no passado remoto ou recente, a dignidade da pessoa humana. Como se ainda faltasse à "raça negra" um degrau de purificação pelo sofrimento, reserva-lhes as amarguras da servidão invisível, mais dolorosa que a outra, por se dissimular sob a égide da igualdade civil. Enfim, converteu-os em uma congérie à parte, no estrato inferior e o único verdadeiramente bloqueado de uma plebe em desintegração.

Todavia, se separarmos os dramas humanos dos processos histórico-sociais, por mais difícil que isso seja, veremos que essas ocorrências possuíam um lado positivo e continham plena significação histórica. O isolamento do negro e do mulato, através das impulsões econômicas, psicossociais e socioculturais segundo as quais eles foram excluídos ou se excluíram da ordem legalmente institucionalizada da sociedade nacional, representava o modo por que a sua agregação ao regime de classes poderia transcorrer inicialmente. Um agregado justaposto, nada mais que isso. Nesse estado, porém, o *negro* e o *mulato* iriam passar pelo despojamento final da "condição de escravo", que pairava sobre ambos, e construir por conta própria, em consonância com a depuração e o fortalecimento progressivos da ordem social competitiva, a estratégia para a conquista das posições que deveriam ocupar na estrutura da sociedade de classes. Desse ângulo, a pulverização por que passaram as "populações negras" em São Paulo teve efeitos produtivos. De um lado, porque constituía, em si mesma, a forma assumida ecológica, econômica e socialmente pela incorporação dessas populações à plebe rural e urbana. De outro, porque se erigia em condição prévia para a emergência e a gradual consolidação dos

mecanismos psicossociais que iriam promover, mais tarde, no próprio *meio negro*, a socialização do “negro” e do “mulato” para a sociedade de classes.

OceanofPDF.com

3. Expansão urbana e desajustamento estrutural do negro

Esse amplo bosquejo permite explicar os principais problemas sociológicos levantados pela situação da "população negra" na cidade de São Paulo (e, por extensão necessária, no sistema socioeconômico estadual inclusivo) no começo do século. Resta-nos ver, em seguida, as consequências provocadas pela concentração na cidade dessa população e como ela evoluiu durante a fase histórico-social considerada.

Como cidade em crescimento rápido, São Paulo exercia enorme atração sobre os grupos demográficos ou étnicos com tendências migrantes. Por isso, não é de estranhar que se convertesse em um dos centros urbanos que iriam polarizar as variadas e desencontradas migrações internas das "massas negras", que se distribuíam pelo país logo após o colapso final do regime escravo. O fenômeno foi mal percebido, na ocasião, havendo quem entendesse, mesmo, que os "negros", pura e simplesmente, *fugiam coletivamente de São Paulo.*[77] Havia, ao mesmo tempo, os que se alarmavam com a inclinação inversa, recriminando a propensão do "negro" de se concentrar na cidade, para "viver na vadiagem".[78] A imensa mobilidade horizontal da "população negra" acarretava, de fato, deslocamentos nas duas direções. Nenhuma fonte fidedigna conhecida descreve as proporções quantitativas desses deslocamentos. Daí ser necessário apelar para os indícios indiretos, contidos nos censos do fim do século XIX, como fizemos anteriormente. O inconveniente de tal procedimento é óbvio, pois somos forçados a nos basear em inferências de caráter geral, sem meios para distinguir o que, no aumento global da população, resulta do crescimento vegetativo ou das migrações.

Ainda assim, um dado parece ser característico: separando-se os três principais contingentes demográficos da população paulistana na época, constata-se que a "população negra" apresenta o índice de crescimento relativo mais baixo. Eis como se poderiam resumir as indicações pertinentes: [79]

QUADRO 3

Incremento dos diversos grupos de cor da população da capital (1886-1893)

	Censo de 1886		Censo de 1893	
Contingentes Demográficos	Dados Brutos	Números Índices	Dados Brutos	Números Índices
Brancos nacionais	24.249	100	44.748	184
Brancos estrangeiros	12.085	100	70.978	587
Negros	3.825	100	5.920	154
Mulatos	6.450	100	8.639	134

O aumento quantitativo da população negra e mulata, em números absolutos, num período em que ocorriam intensos e volumosos deslocamentos para outras regiões do estado de São Paulo ou do Brasil, indica que as entradas compensavam as saídas. No conjunto, porém, parece claro que as tendências mais nítidas à concentração na cidade partiam dos contingentes brancos, com predominância desproporcional dos brancos estrangeiros. Aliás, no aumento global de 79.392 indivíduos da população branca, acusado pelo censo de 1893 em relação ao de 1886, os estrangeiros concorreram com 58.893 indivíduos (ou seja, 74%) e os nacionais com 20.499 indivíduos (ou seja, 26%). Por aí se vê que, na verdade, eram os imigrantes europeus que afluíam em massa, para “tentar a sorte” na cidade. [80]

O negro e o mulato acompanharam essa tendência de forma acentuadamente moderada, mesmo em comparação com os “brancos” nacionais. Aventaram-se várias hipóteses para explicar essa diferença de progressão; Lowrie e Joviano do Amaral, por exemplo, enfatizam a provável diluição do mulato na população “branca”, nas declarações censitárias mas também pelo intercruzamento.[81] Sem dúvida, essas hipóteses esclarecem coisas que ocorriam de fato. Contudo, acredito que é na mobilidade horizontal da “população negra” que se encontra a principal explicação das

referidas tendências. Tudo indica que um setor dessa população, mais ou menos entrosado às ocupações artesanais e aos serviços urbanos,[82] reagindo desfavoravelmente às condições da concorrência com o imigrante, deslocou-se para outras cidades paulistas ou brasileiras, em que pudesse encontrar aproveitamento condigno e reais oportunidades econômicas. Esse setor, pelas indicações do censo de 1872, abrangia um forte contingente de libertos, no qual prevaleciam os "pardos" sobre os "negros" na proporção de 2,5:1. Com base nessas inferências, é possível presumir: 1o – a parcela móvel da "população negra" da cidade, que a abandonou, compunha-se de indivíduos ocupacionalmente qualificados ou semiqualificados, com experiência parcial sobre o estilo "urbano" de vida e insatisfeitos com a situação criada pela forte concorrência com os "estrangeiros"; 2o – os mulatos provavelmente constituíam o grosso desse segmento migrante da "população negra" paulistana. As compensações para essas saídas eram quantitativas (e não qualitativas). Procediam do conhecido êxodo rural, que dispersou pelas cidades do estado, mas especialmente na capital e em Santos, pequenas massas de trabalhadores rústicos, nas quais os "negros" prevaleciam numericamente sobre os "mulatos". As cidades, em particular aquelas em expansão econômica e urbana, exerciam algum atrativo sobre esse tipo de trabalhador, pela carência de candidatos a serviços brutos ou pelas facilidades de acomodação.

Por aí também se pode lançar alguma luz sobre a desproporção entre homens e mulheres na "população negra" de São Paulo.

Tomando-se como referência os dados dos censos de 1890 e 1893, temos o seguinte quadro:

QUADRO 4

Incremento de Homens e Mulheres na "População Negra" da Capital (1890-1893)

	Censo de 1890				Censo de 1893			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	Dados Brutos	Números ìndices	Dados Brutos	Números ìndices	Dados Brutos	Números ìndices	Dados Brutos	Números ìndices
Negros	2.508	100	2.388	100	2.528	122	3.392	142
Mulatos	3.027	100	3.369	100	3.371	123	4.908	145

A desproporção quantitativa existente em 1890 se acentuou ainda mais em 1893. Ora, a mulher encontrou maior facilidade de ajustamento ao trabalho livre. De um lado, no regime escravocrata os serviços domésticos, principalmente nas zonas urbanas, não envolviam a mesma degradação do seu agente que o duro "labor da roça". Eles provocavam maior contato permanente com os brancos e facilitavam as relações paternalistas ao velho estilo. Portanto, várias condições favoreciam a estabilidade da "mulher negra", como e enquanto *serviçal doméstica*. Doutro lado, a concorrência com o "estrangeiro" não assumiu de imediato, nesta área dos serviços urbanos, proporções tão dramáticas. O censo de 1893 demonstra que os "nacionais" retinham quase 42% das ocupações domésticas (sobre um total de 14.104 ocupações), uma porcentagem excepcionalmente alta, em confronto com as demais.

O essencial é que se entenda o fulcro socioeconômico dessas tendências. A "população negra" paulistana foi trabalhada e revolvida pelas convulsões sociais e econômicas que abalaram, simultaneamente, a estrutura geral do sistema de relações com o "branco" e a organização do estilo de vida imperante na cidade. Ao mesmo tempo que se destruíam as acomodações elaboradas no passado, que projetavam o "negro" e o "mulato" em uma variada rede de ocupações e serviços apreciados como compensadores e até nobilitantes, surgia toda uma nova configuração social da vida econômica, com crivos próprios de seleção dos agentes do trabalho. Dentro desses quadros, aqueles que se reputavam os "melhores" (e que eventualmente poderiam ter razões objetivas para isso) viam-se deslocados e preteridos. Outros, que só contavam com a capacidade ou as aptidões virgens da "força bruta", acabavam logrando algum aproveitamento efetivo. Por fim, em toda a teia das acomodações com os brancos, algumas estruturas

se revelaram mais persistentes. Os que tinham, ou adquiriam lugar nessas estruturas conquistavam razões suplementares "para ficar" ou "para vir" para a cidade. A instabilidade ou a estabilidade dos vários círculos da "população negra" se relacionavam diretamente à sua vinculação com a estrutura da economia e da sociedade. Porém, cumpre reter: 1o – que somente em parte essa população se compunha de elementos com experiência ativa sobre o "meio urbano"; 2o – que as transformações deste foram tão rápidas e profundas que mesmo esses elementos se viram, de repente, como estranhos numa "cidade estrangeira"; 3o – que as levas de pessoas pelas quais se promovia seu crescimento incessante não tinham traquejo com os serviços urbanos e procuravam ocupações periféricas e uma existência discretamente marginal; 4o – que somente o estrato feminino da "população negra" teve, em bloco, condições favoráveis de transição mais ou menos estável para o novo estilo de vida.

Nem todos esses aspectos podem ser analisados empiricamente. Contudo, isso não é fundamental, do ponto de vista sociológico. O fundamental está na evidência incontestável de que a transição se processou em condições tumultuosas, por meio de movimentos demográficos que eliminavam os mais aptos para o estilo "urbano" de vida ou aumentavam ao máximo a proporção de adventícios, provenientes do "eito" (como preferiu se expressar, significativamente, um dos informantes, ressaltando sem querer a polaridade "rústica" dessas levas humanas). Por causa de sua integração à rede de serviços urbanos, é a mulher (e não o homem) que vai contar como agente de trabalho privilegiado não no sentido de achar um aproveitamento ideal ou decididamente compensador, mas por ser a única a contar com ocupações persistentes e, enfim, *com um meio de vida.* Se lembrarmos que o "elemento negro" saía da escravidão sem formas de vida social organizada, temos aí um sistema de referência suficientemente amplo para indicar o que iria ser, para ele, a *vida na cidade.* Numa população continuamente lavrada por extensas recomposições internas, crescentemente ajustada de modo marginal ou periférico aos centros de interesses econômicos, sociais e culturais dominantes, e que expunha a mulher aos riscos de se converter no "meio de subsistência" do homem, mas sem as defesas suplementares da família estável e integrada, não existiam probabilidades eficientes de pronta correção dos focos de anomia social. Nela só existiam e medravam, ao contrário, influências favoráveis à perpetuação indefinida e ao agravamento

intermitente dos fatores de desorganização da vida pessoal e social do "negro" ou do "mulato".

Para se entender o fascínio das cidades sobre o ânimo das "levas negras" migrantes é preciso atentar para a importância que elas tiveram no processo de desagregação do regime servil. Não era apenas como centro de atividades menos degradadas pelo trabalho escravo, ou mais rendosas e dignificantes, que elas se impuseram à preferência dos "libertos". Em São Paulo, foi nos centros urbanos que se constituiu, primeiro, uma opinião pública desfavorável aos excessos dos senhores e aos próprios fundamentos da escravidão; e, em seguida, foi neles que se estabeleceu toda uma rede organizada de conspiração pela liberdade dos escravos, seja na fase da liberação por via judiciária (de Luís Gama), seja na fase de luta direta contra o direito de propriedade escravista e de agitação nas senzalas (de Antônio Bento). Só em cidades como São Paulo ou Santos, por exemplo, existiam pessoas ou grupos de pessoas com autonomia econômica, social e política suficiente para enfrentar os "interesses negreiros" e arrostá-los no terreno da ação. Por isso, para essas cidades convergiam os escravos em fuga ou os libertos, que demandavam esconderijos, proteção ou orientação contra as perseguições preparadas por seus algozes; e nelas (especialmente na última), é que puderam erigir os seus famosos redutos.[83] Nesse sentido, a *cidade* se afirmava como um símbolo e uma promessa de liberdade.[84] Viver nela, pura e simplesmente, parecia aos olhos dos que saíam do cativeiro uma condição ideal para se despojarem mais depressa do que houvesse de ignóbil no estado de "escravo" ou de "liberto". Todavia, a realidade era outra. Sem ser propriamente hostil ao "negro", a cidade de São Paulo quebrou rapidamente a sua ligação com o passado rural. Não foi, apenas, a cultura popular que entrou em crise.[85] Algo mais complexo sucedeu: entre o fim do século XIX e o começo do século XX, a cidade cresceu demais para se orgulhar dos "antigos costumes", mas ainda era demasiado provinciana para romper com eles de modo substancial e segundo um "estilo urbano de vida". O negro ou o mulato não encontravam, nela, as vantagens típicas da *grande cidade,* em particular as possibilidades de isolamento cultural, de tolerância e de emprego em massa; e, doutro lado, também não contavam com as vantagens das "cidades" convicta ou conformadamente rurais brasileiras, a estabilidade social, a vigência de concepções tradicionalistas e as compensações da economia de subsistência. Essa dubiedade, característica da fase de transição, expunha os elementos de extração rústica a estranhas

contradições. O comportamento “urbano” existia nas intenções e nas aspirações dos agentes humanos, na ânsia de converter São Paulo numa cidade “culta”, “moderna” e “civilizada”. Só os que estavam absorvidos na “corrente do progresso” se sintonizavam com semelhante estado de espírito – ou seja, os “círculos avançados” das camadas dominantes e os imigrantes empenhados no enriquecimento rápido. No íntimo e fora da vida prática, cada qual arcava com as arestas de alguma espécie de rusticidade, herdada de diferentes maneiras por brasileiros ou estrangeiros de todas as camadas sociais. O “progresso” era, pois, muito exterior e nada possuía de homogêneo. Não se toleravam evidências por demais notórias de comportamentos que levantassem a suspeição de que a comunidade fosse “atrasada” e “provinciana”. Mas cada qual saía dessa condição como podia, por meio de estímulos ou de procedimentos que trabalhavam os indivíduos em função das circunstâncias que cercassem o seu envolvimento nas atividades econômicas.

O impacto dessa situação externa sobre o “elemento negro” é surpreendente. Ele se viu tolhido nos anseios de perpetuar a parcela da herança cultural, que atravessara a escravidão ou se formara graças a ela.[86] Contudo, ficou imobilizado dentro de um tradicionalismo tosco e inoperante. Ambas as coisas se relacionam, estrutural e dinamicamente, com o destino encontrado pelo negro e pelo mulato naquele ambiente urbano. Até providências policiais foram tomadas para impedir a “revivescência”, à noite, de “antigos usos”, que perturbariam o sossego e, talvez, o decoro da população branca.[87] As perdas culturais daí resultantes não foram, porém, compensadas pela aquisição de valores culturais alternativos. À margem das atividades estratégicas para a urbanização dos modos de pensar, de agir e do estilo de vida, acabaram não participando, sequer superficial e esporadicamente, das “tendências do progresso”. As transformações sofridas pela macumba ilustram cabalmente essas interpretações. Não possuindo autonomia social para se associar através de valores culturais próprios, de cunho autenticamente “sagrado” e “tradicional”, a “população negra” perdeu a possibilidade de zelar pela pureza de seus cultos e acabou assistindo à perversão da macumba pelo branco.[88] Em consequência, deixou de se beneficiar das funções construtivas desses cultos, que requerem um mínimo de aglomeração e oferecem ao negro oportunidades de afirmação pessoal ou coletiva, por meio da vida social organizada.[89]

Esse exemplo revela duas coisas essenciais. Primeiro, as orientações urbanas do crescimento econômico e sociocultural da cidade não favoreciam – ao contrário, solapavam e impediam – a persistência da parcela da herança cultural que poderia servir de fulcro para a reorganização integrada e autônoma dos padrões de existência do negro, conforme uma configuração civilizatória rústica. Segundo, essas orientações não eram suficientemente fortes, envolventes e plásticas para produzir efeitos análogos noutras direções, o que facilitou (e até estimulou) a perpetuação de um horizonte cultural tradicionalista, de conteúdo pré-letrado e de sentido antiurbano, que logo se converteu no fator invisível e fatal do bloqueamento, da inércia e do malogro do negro na história cultural da cidade. Os demais grupos étnicos, nacionais ou estrangeiros, também eram portadores de uma herança rural e também a perpetuaram parcialmente. Contudo, eles tiveram *chances* de se entrosarem, mais ou menos, com as "exigências da situação", modernizando seus estoques de ideias, de comportamentos ou de valores nas áreas vitais à participação vantajosa nas tendências e nos proventos da urbanização. Estabeleceu-se, portanto, um terrível círculo vicioso. A participação marginal e improfícua nos papéis socioeconômicos de real importância estratégica excluía o negro, como "agente" ou como "beneficiário", do crescimento urbano. Essa exclusão, por sua vez, acentuou e agravou o isolamento econômico, social e cultural do negro, aumentando sua dependência e, provavelmente, o seu apego a uma herança sociocultural imprópria e desvantajosa. Os efeitos acumulativos dessa interação de fatores se encadearam de tal modo que fizeram do *elemento negro* o único agrupamento humano da cidade em que não se revela um mínimo de sincronização entre as tendências e os produtos da "urbanização", da "mobilidade social" e da "secularização da cultura."

Está claro que a alternativa, que foi eliminada historicamente, de ajustamento à cidade com manutenção dos valores centrais da herança cultural afro-brasileira, conduziria a padrões conscientes, desejados e sistemáticos de isolamento, envolvendo assim um tipo de segregação espacial e racial que não encontra aprovação na tradição cultural brasileira. É discutível saber se ela seria melhor para o "destino social do negro" na cidade. Onde a referida perpetuação produziu efeitos positivos, na sociedade brasileira, as condições de interação econômica e social dos "negros" com os "brancos" eram compatíveis com uma relativa autonomia cultural dos grupos étnicos em presença e nunca chegaram a ameaçar os padrões básicos

de isolamento inconsciente, dissimulado e difuso, sancionados por aquela tradição. O que importava, na análise, era acentuar, pelo contraste, as implicações dinâmicas da situação do negro na comunidade paulistana. As expectativas de comportamento, polarizadas em torno do sistema axiológico e moral da comunidade, impunham coercitivamente a abolição de certos "usos" e "costumes", mas toleravam (e sabemos pela documentação histórica que toleravam com simpatia e até com regozijo) a perpetuação de outros, também extraídos dos "mores antigos". Isso sublinha a existência de um clima moral, que desafiava o negro na pior direção possível. As pressões diretas ou indiretas selecionavam os ajustamentos em que ele aparecia como o equivalente e o substituto do "escravo" ou do "liberto" na sociedade livre. Daí a valorização positiva daquela parcela da herança cultural que regulava, tradicionalmente, tais ajustamentos. Para reagir contra essas pressões e tentar se defender delas, o negro se apegou obstinadamente às facilidades do alheamento e da reclusão, oferecidas pelos núcleos urbanos. Com isso, tomou parte saliente na elaboração de ajustamentos que elevavam ao máximo os frutos negativos do padrão brasileiro de isolamento difuso-assistemático e que, ao mesmo tempo, fomentavam sua sujeição indefinida a uma herança cultural funesta.

Eram inerentes à dinâmica da "vida na cidade", pois, certas condições exteriores constantes, que liberavam e fortaleciam compulsões psicossociais altamente destrutivas para o equilíbrio psicológico do negro ou para a sua integração à ordem social. Alguns testemunhos sobre casos relativamente frequentes permitem estabelecer como essas compulsões operavam, levando o negro a agir irracionalmente (ou seja, sem uma consciência clara de seus interesses ou de seus fins nas relações com outros) ou a agravar a irracionalidade de ajustamentos de per si irracionais, provocativos e ruinosos. Simplificando as coisas, seria possível reduzir a três as constelações psicossociais que governavam, no período escravocrata, os ajustamentos do liberto ao trabalho livre: a noção de que liberdade significava plena disposição da pessoa sobre si mesma, cujo corolário prático dava a cada indivíduo o arbítrio de decidir quanto, onde e como trabalhar; a representação segundo a qual a dignidade do homem livre é incompatível com serviços degradantes; e o princípio pré-capitalista de que a dedicação ao trabalho deve ser regulada pelas necessidades de consumo do indivíduo com seus dependentes. Essas concepções operavam nas acomodações do trabalho livre com o regime servil sem produzir atritos

violentos e, principalmente, sem fomentar a exclusão do negro como agente de trabalho livre. Couty escrevia que, “no Brasil, o negro só deseja uma felicidade, um direito: o de *não fazer nada*”.*[90]* Não obstante, ao se converter em liberto assumia, gradualmente, as obrigações que o tornavam em promissor agente econômico. Ao descrever esse processo na sociedade carioca, Rugendas assinalava que o liberto permanecia nas vizinhanças do antigo local de trabalho e se projetava em vários tipos de atividades, alcançando “em pouco tempo um grande bem-estar” e logrando, nas cidades, êxito apreciável em ocupações lucrativas ou consideradas. Por isso, chegou a asseverar:[91] “A população negra livre é, sob vários aspectos, principalmente por seu futuro, uma das classes mais importantes da colônia. Isso é, especialmente, verificável com relação aos crioulos propriamente ditos, aos negros nascidos na América”. Os inconvenientes eram tolerados e, eventualmente, corrigidos ao sabor das circunstâncias ou das necessidades. Saint-Hilaire, por exemplo, refere-se a um crioulo negro, que lhe servia de camarada, o qual, “orgulhoso de sua dignidade de homem livre, tinha o mais profundo desprezo pelos trabalhos que se consideram como apanágio do escravo”, a ponto de não ir ao riacho para pegar água para si próprio, pois entendia ser essa obrigação de outro camarada;[92] e, em várias passagens, descreve pitorescamente as peripécias ou os contratempos associados à irregularidade dos trabalhadores e dos fornecedores. Contudo, no contexto de uma crise social convulsiva, em competição intensa com outros agentes de trabalho preferidos e sob a égide exclusiva da livre concorrência, o liberto perdeu as antigas oportunidades de reeducação pela experiência e de ajustamento gradual às obrigações econômicas ou sociais que contraía com a liberdade. De um lado, não encontrava nos brancos as velhas disposições de tolerância; ao contrário, muitos deles, principalmente os fazendeiros, viam no liberto o ex-escravo e tentavam tratá-lo como tal.[93] De outro, aqueles ajustamentos adquiriram, na ordem social competitiva, o teor de verdadeiras anomalias. Os fazendeiros não se conformaram nem com o seu senso de autodeterminação nem com as consequências do trabalho irregular, governado pelas necessidades de subsistência.[94] Eis como um fazendeiro condensava as censuras que se erguiam ao liberto, como agente de trabalho livre: “Se vão para uma fazenda como camaradas, poucos dias param. São excessivamente exigentes, morosos no trabalho, param a cada momento para fazer cigarro e fumar; nas horas de refeição demoram-se indefinidamente, bem poucos se sujeitam a fazer um feixe de lenha, etc. Qualquer observação

que se lhes faça recebem como ofensa, e formalizando-se dizem que são livres, largam a ferramenta e lá se vão".[95] Faltava ao liberto, portanto, a autodisciplina e o espírito de responsabilidade do trabalhador livre, as únicas condições que poderiam ordenar, espontaneamente, a regularidade e a eficácia do trabalhador no novo regime jurídico-econômico. Como existia a alternativa de substituí-lo, pois os imigrantes eram numerosos e tidos como "poderosos e inteligentes trabalhadores",[96] as fricções engendradas pela persistência daquelas três constelações psicossociais eram fatais ao negro e ao mulato. Eles não só perdiam terreno na competição ocupacional e econômica. Passavam a ser vistos sob um prisma em que o "escravo" desqualificava o "liberto", como se fossem, de fato, substancialmente "vagabundos", "irresponsáveis" e "inúteis". Adquiriam, em suma, uma reputação desabonadora, que iria bani-los do mercado urbano de trabalho ou forçá-los a lutar, arduamente, na orla das ocupações indesejáveis ou insignificantes.[97]

As informações coligidas diretamente de negros, mulatos ou brancos, que viveram na cidade no primeiro quartel deste século xx,[98] salientam as consequências devastadoras dessas atitudes e dos comportamentos reativos que elas provocavam. De acordo com essas informações, entre os elementos vindos do interior prevaleciam os moços. Os velhos preferiam continuar com as fainas agrícolas, com frequência mesmo nas fazendas em que foram escravos. Em sua maioria, não conheciam bem as ocupações e os serviços urbanos, vivendo de trabalhos manuais rudes. Encontravam-se alguns ajudantes de pedreiros; mas a maior parte dos homens faziam biscates, isto é, "os serviços que calhavam", recebendo por dia ou por empreitada. As mulheres trabalhavam como criadas, havendo ainda quem preferisse a mucama e a cozinheira "de cor". Um informante esclareceu, ainda: "Agora há muito preto como pedreiros e até como vendedores de frutas e de coisas. Antigamente, os italianos e os portugueses é que se dedicavam a esses serviços de venda. Os pretos os estão substituindo. Também não se via muito preto como oficial [nos ofícios]. O branco é que ocupava esses lugares". Em seu entender, no ramo em que trabalhava, o da carpintaria e da marcenaria, "o serviço dos pretos não era pior que o dos brancos. Pior que eles eram os polacos.[99] [...] Essa é uma raça muito pior que os negros. Eles é que estragaram a profissão". Pelas indicações de uma das histórias de vida, o negro tinha de agir com grande oportunismo, "aceitando o que aparecesse", e quase sem fazer exigências. Servir de carregador, aceitar serviços de

limpeza de casas, entregar folhetos ou transportar cartazes, trabalhar nas cavalariças, como serviçais nas pensões ou como ajudantes de pedreiros, de carpinteiros, de pintores etc. Um dos informantes vendia doces feitos pela mãe; mas parece que os vendedores ambulantes, portugueses e italianos, e posteriormente a instituição das feiras livres acabaram por liquidar a presença da mulher, do menor e em alguns casos do adulto ou do velho negro no pequeno comércio de doces, quinquilharias, verduras, sorvetes, quitutes, pinhão e castanha cozidos, ervas etc.[100] Os serviços que oferecessem perspectivas lucrativas, mesmo que fossem modestas, como o de peixeiro, o de jornaleiro ou o de engraxate, eram feitos pelos italianos. Com insistência, as informações indicam que os negros se viam obrigados a trabalhar para os italianos em condições "escorchantes". Estes demonstravam interesse, amizade e caridade; porém, o que tinham em mira seria a "exploração do negro", onde e como pudessem, inclusive sob o artifício de atrair menores para seus lares, tratá-los "como filhos" e obter deles prestação gratuita de serviços. Todavia, os informantes negros e mulatos não escondem as "cabeçadas" que foram dadas, por falta de "experiência" ou de "amparo moral". Reconhecem a inconstância ao trabalho, a volúpia de trocar de ocupações e, mesmo, a matreirice com que alguns negligenciavam as obrigações contraídas, se conseguissem embolsar, adiantadamente, o pagamento dos biscates. "Caçoavam" dos imigrantes (dos italianos em particular), não tanto porque trabalhassem duramente, mas porque se privavam de todo conforto – boa alimentação, vestuário decente, prazeres etc. – para "guardar dinheiro". Por isto ou por aquilo, ocorriam com facilidade pequenas explosões. Contudo, os informantes brancos focalizam muito mais os efeitos negativos da irregularidade, do relaxamento e da displicência no trabalho, que os atritos. Somente um caso de certa gravidade foi apontado com ressentimento: o pai de um dos informantes, de origem francesa, montou um botequim, colocando à testa do mesmo um "preto de sua confiança". Este "fez uma sujeira", deixando o protetor sem nada. O negro seria dócil e prestativo, quando "bem tratado"; o mal estaria em que "ele não tem cabeça". De fato, os atritos registrados envolviam, em regra, conflitos e expectativas de comportamento, tendo comumente por protagonistas negros ou mulatos jovens e representantes das famílias tradicionais. Ou a empregada "preta" queria que tratassem seu filho "como gente" ou ficava chocada com a desconsideração ostensiva no trato com os patrões, com seus filhos e com seus amigos; ou o trabalhador "preto" se

ressentia com o “orgulho” dos patrões, dos colegas e dos fregueses. O resultado constante de tais atritos se cifrava no abandono imediato do trabalho, às vezes precedido de um desabafo emocional pelo “ofendido”. Esses destemperos eram facilitados pela propensão dos ex-senhores, mencionada tenazmente pelos informantes negros e mulatos, de se recusarem a pagar pelo “serviço de negro” ou pela inclinação alternativa de lhe atribuir um valor vil, em flagrante contraste com o que sucedia, em situações análogas, no intercâmbio com os estrangeiros. Isso criava, no ânimo do negro, a convicção de que os brancos de famílias tradicionais sentiam “ódio dos negros” por causa da Abolição, e se vingavam deles, humilhando-os e substituindo-os, “de propósito”, pelos imigrantes.

É provável que tal coisa acontecesse em numerosos casos, pois alguns depoimentos de membros dessas famílias lembram reiteradamente a “ingratidão dos negros”, o seu “espírito interesseiro” etc. Todavia, um dos principais informantes do grupo negro demonstrou que o paternalismo tradicionalista ainda possuía enorme importância prática. Em suas explicações, ele separou “os negros da casa grande” dos “negros do eito”. Os primeiros teriam aproveitado “muita coisa” em contato com o branco. Os homens e as mulheres receberam uma educação melhor e ficaram com ideais de vida mais altos. Muitos homens sabiam, até, ler e escrever; todos possuíam melhores maneiras, imitadas dos antigos senhores. Além disso, alguns estabeleceram relações de amizade com os brancos, “quando não eram parentes por concubinato”, convertendo-os, portanto, em protetores quase certos. As mulheres, por sua vez, aprenderam muita coisa sobre a administração de uma casa, sabendo cuidar dos serviços domésticos, da cozinha à costura. Abolida a escravidão, esses elementos tinham maiores probabilidades de encontrar melhores colocações que os outros. A proteção do branco abria duas compensações fundamentais: a herança das roupas usadas; o “cartucho” para algum emprego melhor. O problema do vestuário era muito grave; sem boa aparência, o negro não podia pleitear uma colocação com perspectivas. No entanto, naquela época o negro “nem podia pensar em roupas de casimira”, por demais dispendiosas. Graças ao protetor branco, alguns herdavam até fraque e cartola, que usavam nas grandes festas. Doutro lado, o “pistolão” servia para abrir caminho para os melhores empregos que poderiam alcançar, nos escritórios ou, principalmente, no funcionalismo. Não passavam, no fundo, de empregos modestos, de moços de recados, serventes, contínuos ou, muito raramente, de escriturários. Mas

conferiam boa renda e prestígio, em comparação com os demais. Por isso, pela década de 1920 esse estrato da população negra começava a aparecer como a elite de cor paulistana ou, na linguagem do informante, “os pretos de salão”.

Os que saíram do eito, em contraste, sofreram terrivelmente com a Abolição e a fixação na cidade. “Não sabiam fazer nada. Só trabalhavam na roça. Eram os chamados *negros da lavoura.* Não sabiam ler e escrever, em regra, e não possuíam protetores. Eles sofreram muito, pois ficaram largados a si próprios. Malvestidos, analfabetos, sem proteção, ficaram vivendo aqui e ali de expedientes”. Os homens e as mulheres desse segmento formavam a camada “mais desqualificada” e “paupérrima” da população negra. “Os que só se vestiam de brim e os que tinham menos traquejo na vida social e para o trabalho”. Iam com o mesmo terninho de brim surrado a toda parte, inclusive às festas, e enfrentavam enorme dificuldade para encontrar “bons empregos”, pelo menos no sentido em que os imaginavam como tais. “Não existia o *russo da prestação* e ninguém podia pensar em comprar a crédito, como hoje. Comprando a crédito, os negros hoje parecem todos iguais e com pouco dinheiro qualquer um pode vestir-se bem”. Conhecendo mal o branco, temiam se expor diante dele e se submetiam, passivamente, aos seus desejos. Não se arriscavam a pleitear empregos melhores nem a romper com as expectativas que condenavam o negro a uma vida dura, ingrata e sem compensações. Tímidos e ingênuos, preferiam sofrer calados e se isolar até dos companheiros mais bem-sucedidos.

É impossível determinar até onde os desajustamentos do negro e do mulato foram, de fato, regulados por suas ligações com o mundo dos brancos – com os seus valores, o seu estilo de vida e a sua influência. Uma coisa, porém, parece certa: nas migrações para a cidade, os negros com maior familiaridade e intimidade com as pessoas e o padrão de vida dos ex-senhores tinham maiores probabilidades de êxito. Ainda assim, o paternalismo já não podia preencher as mesmas funções construtivas que na antiga ordem tradicionalista. A questão é simples. No contexto social em transformação, o branco procurava, ansiosamente, liberar-se de todas as obrigações que pesavam, no passado, em suas relações com o escravo ou com o liberto. Esse foi o sentido moral do processo abolicionista e sua forma histórica final. O negro entrou em plena posse de sua pessoa e da responsabilidade de cuidar de seus interesses ou de seu destino. As obrigações morais só foram redefinidas e aceitas de maneira ultrasseletiva.

Do contrário, não haveria fortuna privada que pudesse suportar o peso do humanitarismo responsável, nem prestígio que fosse capaz de resistir a um tráfico tão grande de influências. O paternalismo das famílias tradicionais protegeu o negro, mas segundo regras estritas, impostas pelas circunstâncias criadas pelo regime de trabalho livre numa economia capitalista em crescimento. Doutro lado, esse critério perdeu sua razão de ser como forma normal de relação entre o branco e o negro, e sua inobservância devia ser acentuada numa cidade como São Paulo, na qual a crise do "antigo regime" foi mais extensa e mais rápida que em outras localidades do Brasil. No regime escravocrata, a proteção ao liberto respondia aos interesses senhoriais. Tratava-se de garantir a estabilidade e a expansão dos pequenos núcleos estanques ou interdependentes de trabalho livre, que não podiam ser exercidos, por ausência ou escassez de pessoal, por agentes brancos.[101] Em tais condições socioeconômicas, era fácil regular os interesses das grandes famílias com a carreira dos libertos como assalariados ou semiassalariados. A eclosão em massa do ex-escravo como agente potencial de trabalho livre destruiu a aplicabilidade universal do critério e liquidou com sua eficiência como recurso de peneiramento socioeconômico. Dificilmente a persistência do paternalismo, na escala em que ela se deu e marcadamente como um processo de defesa da posição das grandes famílias na estrutura de poder da sociedade nacional, poderia beneficiar, em grosso, toda uma categoria de ex-escravos. Parece que, na verdade, os "negros da casa-grande" ou do "sobrado" tiveram certas vantagens relativas, por intermédio de suas ligações com os brancos, na competição por segurança com os "negros do eito" ou da "lavoura". O que isso representou, como mecanismo de ajustamento do liberto ao mundo urbano, não pode nem deve ser exagerado. Cada família tradicional "protegeu" um número ínfimo de antigos ex-escravos ou libertos, concebidos como "crias da casa". O número deles, na cidade, também parece ter sido pequeno, particularmente em confronto com a massa de deserdados largada a seu próprio destino. Mais tarde, *esse pequeno número* irá desempenhar um papel histórico considerável, como foco de inconformismo e de agitação contra a situação do negro na sociedade paulistana. Mas isso também não seria motivo para justificar uma avaliação exagerada das influências do paternalismo como fonte de adaptação do negro às condições materiais e morais de vida, imperantes na cidade no começo do século XX. O que se evidencia é que existiam certas labilidades na ordem social, as quais favoreciam, de forma

atenuadíssima e ocasional, indivíduos pertencentes a uma categoria social para a qual a sociedade de classes era “fechada”.

A insegurança e a insatisfação do negro e do mulato não provinham, apenas, das condições materiais de existência e da crise provocada pela quebra de sua integração ao mundo social e moral dos brancos. O trabalho ocasional e o ganho esporádico conduziram os homens a um estado tal de dependência e de penúria, que as mulheres se converteram no seu principal expediente na “luta pela vida”. As nformações são controvertidas, mas parece que não havia, no início, nenhum intuito de exploração sistemática das mulheres pelos homens. Essa condição acabou se transformando em rotineira na medida em que se perpetuavam as dificuldades dos homens em “arrumar um emprego permanente”, à altura de suas ambições, e em que a própria dependência econômica em relação à mulher foi aceita, consentida ou aprovada socialmente. As informantes mulheres esclareceram, com insistência, que grande parte dessas situações assumia caráter transitório, como uma forma passageira de cooperação dos casais amasiados ou casados. Não obstante, surgiu um incentivo favorável para a institucionalização e muitos homens passaram a negligenciar seu interesse por “ganhar a vida”, convertendo-se em dependentes sistemáticos da mulher em matéria de alimentação, alojamento e pequenas quantias para as despesas cotidianas. Doutro lado, a perpetuação dessa condição em grande número de casos favoreceu uma ampliação do ócio em um meio no qual havia pouco o que fazer, construtivamente, com o tempo e com as energias humanas. Muitos homens se entregaram, assim, à ociosidade permanente e descobriram, no convívio com outros homens da mesma condição, um ótimo passatempo. As reuniões em pequenos grupos, pelas esquinas, e principalmente a concentração em botequins fizeram desse passatempo algo mais atrativo, do ponto de vista seja das relações de camaradagem, seja do prazer que se poderia retirar dessa rotina. A contrapartida moral dessa situação de dependência aparecia na desmoralização crescente do negro, primeiro no seu próprio estilo de vida, depois na consideração aberta dos brancos. Logo após a Abolição, não existia tolerância alguma para “reuniões de negros”. A polícia dispersava os magotes que se formassem por qualquer motivo. Temia-se pela “segurança da ordem” e pela “moralidade dos costumes”. [102] Aos poucos, evidenciando-se que os “pretos” não representavam nenhuma ameaça de caráter especificamente perigoso, sobrou apenas uma desconfiança residual que levava a polícia a “tê-los de olho”, mantendo-os

sob uma vigilância que sempre irritou os negros "ordeiros" e "trabalhadores", criando para a mulher negra o tormento suplementar da suspeita de prostituição. Nesse clima, antigas prevenções ressuscitaram e agravaram ainda mais o drama moral dos negros. Uma das informantes[103] aponta-nos como velhos estereótipos foram revitalizados e como surgiram outros novos, que identificavam o "liberto" como "negro" e o "negro" como "vagabundo", "desordeiro", "cachaceiro", "mulher à toa". O terror diante do liberto e do alcance ou das consequências de suas agitações foi substituído por outra espécie de temor, que correspondia, literalmente, à redefinição do negro pelo branco. Já não aparecia como o "inimigo da ordem", porque conspirasse pela liberdade; mas como uma ameaça ao decoro, à propriedade e à segurança das pessoas.

Ia-se tão longe, nesse caminho, que os abolicionistas autênticos se sentiam revoltados. "Depois da lei de 13 de Maio, escrevia *A Redempção, [104]* julgávamos que os pobres pretos podiam sossegar, constituir família, adquirir bens, e colaborar para a riqueza da nossa pátria. [...] Enganávamo-nos redondamente". Na mesma fonte, encontra-se uma menção ao desaparecimento de um português, vítima de violências em São Paulo. Ao mencionar o fato, incita o cônsul português a tomar as providências cabíveis, assinalando: "se ele fosse brasileiro e especialmente preto era caso de arrolhar-se o *fucinho* e não tratar de saber o destino que levou".[105] Em outro comentário, sob o título "matar preto não é crime", reprocham as autoridades pela "praxe introduzida há muito tempo", segundo a qual não haveria crime na matança de negros.[106] Qualquer que seja a paixão que tenha inspirado essas manifestações, no conjunto se percebe que o negro perdera a segurança material e moral que porventura lograsse, como propriedade, no regime escravista. Mas não adquirira, senão parcial e imperfeitamente, a segurança material do trabalhador livre e estava longe de poder se garantir a segurança moral da pessoa, consagrada pelo código civil e pela Constituição republicanos. Mesmo tratando-se de uma reparação legítima, a iniciativa de se arrogar a proteção das leis podia ser frustrada. *A Redempção* relata um caso penoso, cujo desfecho testemunha, indiretamente, a violência humilhada e autodestrutiva com que o negro reagia contra essa posição marginal e ambivalente. Um operário negro, de boa situação econômica, recorreu à polícia para proteger os direitos de sua filha, que fora deflorada; não se tomou nenhuma providência, "só porque ela era negra e ele branco"! O homem se suicidou: "Benedito Fumaça, desgostoso de morar

nesta terra, onde os pretos não têm garantia, apesar de serem homens honrados, não podendo suportar esta vida, vendo sua filha prostituída por não achar justiça nesta terra, resolveu matar-se".[107] Doutro lado, havia quem compreendesse as raízes históricas dos males com que os negros se defrontavam e se condoesse das acusações que lhes eram lançadas. O seguinte comentário de *O Diário Popular,[108]* sobre a propalada mendicância sistemática da população negra, exemplifica a questão: "Raros, muito raros, são os mendigos pretos que se encontram nesta cidade. [...] E quando isso acontece não há que duvidar que são verdadeiros infelizes que gastaram a mocidade e as forças num trabalho nunca pago e que se veem hoje sem arrimo. [Os mendigos] são todos estrangeiros e estrangeiros que não se inutilizaram aqui, estrangeiros que vieram de seus países chamados pela fama de nossa generosidade e que vieram dar uma nota negra à nossa vida ativa com o quadro triste de suas deformidades". Contudo, a boa vontade e a solidariedade esporádica de alguns não tinham, de per si, o poder de salvar os negros de suas condições desorganizadas de vida nem dos efeitos delas na construção das imagens que iriam dar fundamento etnocêntrico à sua exclusão das oportunidades econômicas, sociais e políticas abertas pela ordem social competitiva.

O curioso é que tanto as reações dos brancos, quanto as dos negros *contra* essa situação assumiram franco caráter irracional, revelando um apego sociopático ao tradicionalismo. Na opinião dos brancos aristocráticos, mas tolerantes e simpáticos ao ex-escravo, estes não possuíam qualidades intelectuais e morais para conduzir sua própria vida. Daí, onde e quando não recebessem a orientação dos antigos senhores, tinham de sofrer e pagar um preço elevadíssimo pela liberdade. O seguinte testemunho, de uma informante anciã de família ilustre, documenta essa perspectiva. "Eu acho que os negros eram mais felizes no tempo da escravidão, especialmente quando tinham senhores bons. Tinham casa, roupa, comida, remédio e o trabalho não era tanto assim. Porque em geral os negros não têm cabeça para se dirigir sozinhos na vida. Veja por aí como eles estão!" Noutro passo do seu depoimento, afirma no mesmo diapasão:

> Eu acho que os negros eram mais felizes naqueles tempos, eram organizados, trabalhavam, tinham casa, comida, cuidados médicos, tinham quem cuidasse deles. Nos domingos, em vez de ficar descansando e conversando, eles pediam para trabalhar na roça, para ganhar uns dinheirinhos. Muitos com esse dinheiro compravam a alforria, mas ficavam na fazenda. Outros compravam coisas na cidade. Agora, veja no que deram, veja em que situação estão. Negro não tem cabeça para se dirigir sozinho. Alguns têm, como a Q., que educou os filhos, como J. B., que ficou diretor de grupo, mas a maioria não tem.

O diagnóstico seria completo e verdadeiro se incluísse um elemento essencial: por que o negro "não tinha cabeça"? O que lhe faltava não era, propriamente, a continuidade da tutela dos ex-senhores. Era experiência e domínio das técnicas sociais e culturais do ambiente, de cujo uso se viram sempre privados, como *escravos*, e a cujo acesso se viam excluídos, apesar da liberdade, no meio urbano. Por isso, a opinião dos brancos envolvidos militantemente no processo abolicionista possuía bases mais realistas. Eles se opunham a essa visão deformadora do paternalismo tradicionalista, exigindo que se lhes dessem oportunidade real para andarem sobre seus pés, agirem segundo suas conveniências e pensarem pela própria cabeça. Em suma, pretendiam que o negro desfrutasse as mesmas regalias que os brancos em todos os terrenos, da vida econômica à vida política. Esse é o significado da cruzada democrática em que se empenhou Antônio Bento e alguns raros colaboradores, depois da Abolição. No entanto, o caráter irracional e tradicionalista das soluções defendidas surge em dois pontos. Primeiro, no apego utópico a fórmulas que só teriam sentido prático em outras condições socioeconômicas, supondo que o "atraso" do negro era herdado social e culturalmente (no que estavam certos), acreditavam que seria possível promover o "salto para diante" de um momento para o outro, pela organização de cursos ou a fundação de escolas destinadas aos libertos e a seus filhos.[109] Não atentavam, porém, para o conteúdo e a amplitude da tarefa. Não bastava alfabetizar o negro ou prepará-lo, intelectualmente, para certos ofícios. Impunha-se prepará-lo para todas as formas socais de vida organizada, essenciais na sua competição com os brancos por trabalho, por prestígio e por segurança e lhe garantir, além e acima disso, aproveitamento regular de suas aptidões e autonomia para pôr em prática os seus desígnios. O projeto de "educar o negro", mantendo-se as demais condições imperantes na sociedade paulistana,[110] equivalia a deixar as coisas como estavam, malgrado o idealismo e as energias empenhadas na empresa. Segundo, o desencanto político arrostou Antônio Bento (e seus eventuais seguidores) a um estado de espírito de cunho reacionário. Daí resultou uma perniciosa campanha contra as instituições republicanas e as autoridades que as representavam, que em nada auxiliava a integração do negro no regime de classes. Ao contrário, fomentava atitudes saudosistas, de identificação com a Monarquia, e certo desprezo pelas "leis da República", incapaz de auxiliar o negro a se bater, desde logo, de modo direto, responsável e organizado por seus direitos como cidadão. A cooperação respeitável e íntegra que esse

pugilo de idealistas dispensou à “raça negra” nem sempre serviu, portanto, à verdadeira causa que deveria absorver a atenção dos negros e mulatos: a assimilação, tão rápida quanto fosse possível, das formas sociais de vida que poderiam apressar e garantir sua participação crescente nos direitos e garantias sociais desfrutados pelos brancos.

Os informantes negros e mulatos deixam entrever, por sua vez, que houve relativa demora na formação de uma consciência independente e realista da situação em que se achavam. Os que se viam compensados pelo êxito obtido, por conta própria ou sob a proteção do branco, não sentiam obrigações morais perante a massa de companheiros largados na maior miséria e degradação. Revoltavam-se seguidamente diante de sua subserviência e passividade; e cuidavam, acima de tudo, de demarcar, nitidamente, a separação que já se esboçava entre a nascente “elite de cor” e os “negros reles”, empenhando-se em reproduzir como podiam o mundo dos brancos aristocratas da era da escravidão. Os outros, submergidos no submundo da ralé urbana, aguardavam a “segunda Abolição”. O seu único apanágio era a liberdade, com a qual não sabiam o que fazer, embora constituísse sua preocupação absorvente. Contrastando o presente com o passado, um dos informantes negros disse algo digno de nota: “Atualmente o preto dedica-se mais à instrução do que antigamente, pois, logo após a escravidão, o preto só pensava em *liberdade*”.*[111]* Como agente histórico privado de condições para se afirmar positivamente e canalizar construtivamente a sua afirmação, esse “preto” encontrava na liberdade plena, total e suicida – na liberdade polarizada negativamente: não fazer, não compartilhar e não identificar-se consigo mesmo ou com os outros (fossem a “sua” mulher ou os “seus” filhos) – o único sentimento real e indestrutível de posse do ser. Entendendo-se devidamente essa gradação, que correspondia às perspectivas que se abriam aos “negros” que se classificavam socialmente, mediante profissões ou ocupações modestas, e aos que estavam condenados ao desemprego e à dependência, é possível perceber algo essencial. O negro que se integra à ordem social competitiva, mesmo em posições marginais ou secundárias, repudia as condições anacrônicas de existência, com todo o seu séquito de consequências letais; o negro que fica à margem da vida social organizada e de toda esperança sucumbe à própria inércia. Como acentuou o informante, jogando com o contraste já indicado:

> […] os pretos vindos da *casa-grande* desprezam, de certa maneira, os outros pretos que não têm os mesmos ideais de vida. Eles encarnam a "moral dos brancos": querem vestir-se bem, querem subir, querem comportar-se como pessoas de responsabilidade. Sentem-se chocados e ofendidos com o modo de viver e as concepções daqueles pretos que são "largados", pois têm medo que isso se reflita na ideia que o branco faz do preto. Veem nos companheiros de situação mais baixa ou inferior uma ameaça ao seu prestígio social, que depende do que os brancos pensam a seu respeito.

Esse distanciamento cultural fomentava certos atritos. O negro traquejado e envolvido na torrente da vida social percebe quando é "diminuído" ou "prejudicado" pelo branco. Conhece o "jogo dos brancos" e não se identifica com eles senão para se libertar melhor do seu jugo e atingir mais depressa os seus fins. Os outros, tímidos e inexperientes, ficam tolhidos, só vendo as coisas "tarde demais" ou preferindo "engolir em seco". Como mantinham respeito exagerado ou temor pelos brancos, "acham melhor não protestar nem exibir seus sentimentos reais". Em suma, um segmento pequeno e relativamente exclusivista da "população negra" se predispunha ao inconformismo construtivo e começava a forjar uma consciência realista da situação de contato, tendo em vista os interesses do negro nos processos econômicos, sociais e políticos. Mas, por sua vez, afastavam-se da realidade e do presente. Ansiavam por um estilo de vida que não se coadunava sequer com os propósitos dos brancos estrangeiros, que construíam sua independência sem atentar para os padrões de decoro das antigas camadas senhoriais; e negavam, como os próprios brancos, sua solidariedade diante dos verdadeiros componentes da "ralé negra da cidade", afastando-se e envergonhando-se dela, como se todos não tivessem um destino e uma causa comuns.

As avaliações pertinentes à situação do negro na época eram naturalmente elaboradas e difundidas pelos "negros letrados", que pertenciam a esses ralos núcleos de "privilegiados" da população negra. Elas se mantiveram na tradição oral e revelam, a um tempo, certo teor inconformista e algum alcance fermentativo. Como acontecia com os brancos, sabiam e ressaltavam que "os negros não estavam preparados para a liberdade" nem para a transição brusca, que tiveram de enfrentar, da condição escrava para o estado de trabalhador livre e de cidadão. Mas focalizavam melhor o problema da transição e o que se poderia esperar do confronto do ex-escravo com o branco nas "condições de igualdade" com que contavam: quase doentiamente, ressaltam que o negro não encontrou nenhum amparo, oficial ou particular, enquanto o imigrante estrangeiro absorvia todas as atenções e recursos existentes. Por fim, quer recebessem ou não ternos e proteção pecuniária dos antigos senhores, tinham uma ideia

clara a respeito da herança do negro: miséria, abandono e corrupção, encarados como uma retribuição injusta a quem fora o *construtor do "progresso econômico" do Brasil,* como agente de trabalho nos ciclos da cana, do ouro e do café. O curioso é que, apesar da natureza fermentativa e inconformista dessas avaliações, tomava-se a solução de Luís Gama como o procedimento que se deveria pôr em prática. Ora, Luís Gama só podia ter em vista a situação do liberto na sociedade escravocrata. Quando chegava a interferir no preparo do ex-escravo para os papéis econômicos ou sociais do liberto (e parece que isso só ocorria ocasionalmente), tinha diante de si uma ordem social ávida de reabsorver o agente de trabalho que se deslocara da posição de "escravo" para a de "liberto". A questão dos fundos a amealhar, em tais circunstâncias, afetava principalmente o preço do próprio escravo. A sua reeducação podia se fazer à custa dos interessados em seu trabalho; ou, em alternativas também documentadas, simplificava-se pela colaboração de amigos emancipacionistas, que alojavam e alimentavam os libertos durante algum tempo. Quando todos os "escravos" se converteram não em "libertos", propriamente falando, mas em "homens livres" e, em seguida, em "cidadãos", sob a concorrência intensa e aberta com outros agentes de trabalho, o problema assumiu uma complexidade que não possuía no seio da sociedade escravocrata. O aspecto curioso do processo de avaliação descrito consiste na preferência por uma solução anacrônica, que teve eficácia no âmbito da ordem social tradicionalista. Ele pressupõe uma incapacidade tremenda de tomar consciência das exigências da situação e serve como boa pista da derivação que se descobriu, no "meio negro", para "explicar" a situação do negro – e não para "lutar" contra ela. Essa derivação *personalizou,* praticamente, os efeitos da destituição do escravo (que era, também, sob muitos ângulos, uma destituição dos libertos): os ex-senhores foram culpados, pessoal e diretamente, pelas desditas sofridas pela população negra. Vendo-se substituídos em escala coletiva e de maneira inapelável pelos estrangeiros, supunham que atrás de tudo estivesse o desejo de "vingança" ou o "ódio" dos senhores. Sem dúvida, os círculos dirigentes das camadas dominantes eram responsáveis por aquelas desditas, como tentamos mostrar. Contudo, não o foram no sentido apontado. A vontade pessoal dos fazendeiros, polarizada na direção de "auxiliar" ou de "prejudicar" os antigos "braços negros", não teve influência relevante discernível no encaminhamento das forças históricas. O que teve importância real foi o egoísmo cego e exclusivista daqueles círculos, que pôs

em primeiro plano a solução dos “problemas da lavoura”, ignorando-se tudo o mais – seja o destino dos libertos, seja até a questão das reparações.[112] Ao objetivar personalizadoramente uma espoliação social, os negros projetavam no passado tanto as causas quanto as soluções de seus problemas. Perdiam toda possibilidade de uma consciência clara, objetiva e autônoma do presente, privando-se, ao mesmo tempo, das consequências positivas que isso teria para a ebulição de reivindicações de natureza revolucionária. Em outras palavras, as convicções nucleares que alimentavam as avaliações críticas dos círculos mais “realistas”, “independentes” e “insatisfeitos” da população negra não eram suficientes para criar um horizonte cultural próprio do “homem de cor livre”. Este continuou a se ver através das expectativas dos brancos e segundo os interesses ou os valores da velha estratégia de garantir a acefalização das massas negras por meio do peneiramento de reduzido número de candidatos negros ou mulatos à ascensão social. O efeito final de tudo isso é visível. Aqueles que se acreditavam parte de uma “elite negra” em gestação mostravam-se incertos quanto ao futuro e substancialmente pessimistas em sua concepção do mundo. Os demais, quer dizer, o grosso da “população negra” se entregava a um desencanto funesto, que não encontrava sequer compensações aleatórias e superficiais. O desalento mais atroz se apossara dessa gente, impedindo o aparecimento e o florescimento de disposições tão frequentes em populações migrantes e desenraizadas concentradas em “cidades grandes”: de se superar depressa, para sempre e por quaisquer meios um estado insatisfatório, penoso e deprimente de existência. Sem perspectivas de criar *para si* o “mundo do homem livre”, nada mais contava ou importava para a imensa maioria.

Os diagnósticos retrospectivos, feitos por informantes ou colhidos na documentação escrita do “meio negro”, retratam bem a persistência desses componentes da tradição oral. Vale a pena transcrever alguns trechos desses documentos, pois eles lançam enorme luz e dão amplo fundamento às interpretações expostas. Uma informante, que tem conhecimento exemplar do passado da coletividade negra em São Paulo, indaga:[113]

> o que acontece com os escravos negros? Muito embora tivessem aceitado anteriormente todas as formas de opressão de que foram vítimas, após a Abolição, libertos, uma vez senhores de si, de sua própria vontade, muitos dos que não sabiam para onde iam nem o que queriam, perderam a vontade dirigente, a iniciativa, autodireção. E, então, postados à margem da sociedade, vendo-lhes muitas vezes barradas todas as estradas, passaram a palmilhar o caminho do vício, do declínio, relaxaram-se, entregaram-se a um conformismo fatal e pernicioso. [...] E daí muitos negros encontraram a morte pelo excesso da bebida, pela falta de conforto dos mais comezinhos, pela fome e por outras misérias, oriundas da Abolição mal aplicada.

Outro informante,[114] baseado nas experiências da infância e nas lembranças das conversas com o pai, assevera que ouvira dos próprios abolicionistas negros que a lei de 13 de maio fora precipitada e que se devia, antes de promulgá-la, “primeiro educar o preto para viver em liberdade”. Este “não sabia viver em liberdade, nem conhecia o dinheiro”. No mesmo sentido, mas insistindo nas implicações jurídicas, esclarece outro depoimento:[115]

> Efetivamente, senhores, com o decreto de 13 de maio de 1888, começou verdadeiramente, para a gente negra, o drama insolvido até hoje, drama de aspectos tragicômicos, que tem mantido o homem negro no mais fundo dos porões da degradação, sem luz e sem ar, embora com a liberdade, nos limites do poço, de ir para onde bem quiser. Suprimiram-lhes os castigos corpóreos e impingiram-lhe uma igualdade jurídica que, ainda agora, poucos conseguiram entender. E para recompensá-lo das cicatrizes indeléveis da escravidão, deram-lhe, às escâncaras, passagem gratuita para a subnutrição, para o envilecimento, através de símbolos hábil, sutil, maliciosamente e tacitamente arranjados pelos escóis dominantes de outras pigmentações, estereótipos que rondam e cercam cada negro ainda hoje, tenha este negro a força criadora, a impulsividade cultural, a robustez mental de um Machado de Assis, de um Juliano Moreira ou de um Teodoro Sampaio, seja esse negro um ignorado Bastião dos Anzóis Carapuças.

Houve, ainda, quem atentasse para as implicações econômicas do jogo político:

> Sem excluir a responsabilidade moral da sociedade brasileira, o problema que aqui analisamos no seu aspecto econômico é de inteira responsabilidade do Estado. Proporcionando à sociedade um meio de enriquecimento ilícito [representado pela escravidão] e deixando ao abandono os elementos que contribuíram para esse enriquecimento, o Estado é duplamente responsável pelo nosso desequilíbrio social e político. Essa responsabilidade ainda mais se agrava se atentarmos que o Estado, além de se beneficiar com a manutenção da propriedade servil, procurou, após a Abolição, a melhor forma de recuperação para a sociedade que dela também se beneficiou, situação que em nada condiz com os princípios de igualdade jurídica inscritos em nossa Constituição. De fato, as providências tomadas a fim de prover a lavoura de novos braços, providências que nunca terminam, gastando-se com isso quantias fabulosas, deviam ter ditado aos homens responsáveis pelos destinos do país providências idênticas no sentido de amparar a grossa massa de trabalhadores libertos proporcionando-lhes também os meios necessários para a sua recuperação. Nada disso se fez e hoje, decorridos 63 anos, em uma época em que a estabilidade econômica é a base de todo progresso social, só nos resta, como pensava Tobias Barreto, uma segunda Abolição.[116]

Em documento divulgado de modo restrito e que se destinava a servir de fulcro à seleção de um candidato político negro e à organização da campanha eleitoral correspondente, encontra-se uma explicação geral do que se poderia entender como processo de “animalização” do negro pela escravização:[117]

> […] a degradação social do negro liberto perdura até hoje, como estigma quase irreparável que o impossibilita de se ombrear com a geração dos escravagistas. E o que isso significa em desequilíbrio na competição do negro com o branco, só aqueles que são marcados pelo ferrete indelével é que poderão aquilatar [...] a par

> desse esforço tremendo, o homem ia se animalizando. Sujeitando-se à dura condição de peça, a mente negra foi sofrendo uma espécie de atrofiamento, e foram essas almas que a Abolição veio encontrar. Os espíritos bem formados que compartilharam dessa magnífica parada de civismo extirparam um cancro horrendo do organismo social de nossa Pátria. Todavia, não se preocuparam com o órgão atacado, que no caso era o negro; não lhe fizeram um tratamento de cura absoluta. Preocuparam-se com a extirpação do tumor maligno e deixaram o local em que se situava sem as necessárias providências de cicatrização. Assim, o elemento negro, sem um período de transição necessária à sua perfeita acomodação dentro da situação de homem livre, ficou na mais constrangedora das situações. Sem planos, sem objetivos, sem diretrizes, nada que lhe possibilitasse uma adaptação condizente, ingressou na nova condição. E, no entanto, malgrado o peso morto dos deficientes, o negro conseguiu adaptar-se. Venceu a lei apregoada pelos proclamadores do racismo e da superioridade racial.

Nesse contexto de ideias surgiu o conceito de “espoliação secular”, de que tem sido vítima o negro,[118] e se firmou a significação simbólica da data de 13 de maio como uma afirmação da liberdade do negro.[119] Mas ainda prevalece a convicção profunda e generalizada de que o negro “saiu da escravidão física para entrar na escravidão moral”[120] e que esta é mais difícil de combater, por não ser reconhecida e suscitar controvérsias até entre as suas vítimas. A complexidade das implicações da Abolição são tão grandes, que mesmo informantes identificados com o meio negro e com a luta contra o preconceito de cor emitem opiniões que envolvem diferentes graus de saudosismo. Um deles declarou, abertamente, que “nos tempos da escravidão, quando a gente tinha a sorte de encontrar um bom senhor, a gente era mais feliz”. Outro, intelectual e mais sutil, procurou explicar os fatos de tal modo que aponta o advento da República como uma vingança dos senhores de escravos. Em seu entender, “a monarquia foi melhor para os negros. Apesar das dificuldades que existiam à ascensão do negro, por causa da vigência da escravidão, durante a monarquia sobressaíram várias personalidades negras [...] Em todo o período republicano, não se sobressaiu nenhum grande homem negro. Os que são apontados”, se fizeram “no tempo da monarquia”. Parece-lhe que essa diferença é um produto da Abolição. Os ressentimentos criados prejudicaram os negros, pois os brancos passaram a preterir os negros e a dar preferência aos imigrantes, substituindo um pelo outro. “Em consequência, o negro se viu relegado a uma situação pior da que havia no tempo da escravidão. Ficou um deslocado na sociedade.” Em algumas manifestações da Frente Negra Brasileira, essas críticas amargas são condensadas e ampliadas, aplicando-se por igual à orientação política e à politicagem da I República:

> veio mais tarde a abolição da escravatura, o que era somente o princípio de solução do problema, que não pôde ser terminada por quem esboçara; seguiu-se logo depois a República, que entrou a dar atenção unicamente às questões econômicas imediatas e ao favorecimento irracional das imigrações ‘arianas’ para substituir o negro que era nossa mão de obra desprezada; e assim permanece de pé uma questão vital […] E foi dessa forma que entrou o Negro, na república dos

> escravocratas antigos, a fazer parte ativa das ‘legiões eleitorais’, das ‘maltas e capangas’, dos ‘cabos fiéis e de confiança’ e outras catervas dos politiqueiros, para desta arte resolverem para os outros o ‘grave’ problema da ascensão política. [...] A constituinte dos teóricos de 91 igualou romanticamente no papel todos os Brasileiros, e viveu-se aqui durante quarenta anos atrás de ‘verdades eleitorais’ impossíveis... Não se viu (com a cabeça nos Estados Unidos e na França), que havia um problema social-nacional antes do problema político criado pelos próprios políticos. Pagava-se o *serviço* do Negro com aguardente e *liberdade*.[121]

A “espoliação secular” caminha pelo tempo; o negro que não está preparado para a liberdade continua escravo da ignorância e perpetua a sua servidão por meio dos seus filhos: “A geração que gemia na senzala, embriagada com a irônica liberdade com que lhe acenavam, atirou-se ao gozo das prerrogativas da sua libertação, sem capacidade para compreender a dura realidade da vida. Deram-lhe a liberdade física mas não lhe deram a liberdade moral e intelectual. Sem a capacidade de pensar e de agir, como poderia o negro transmitir aos seus filhos uma orientação mais firme e produtiva, numa sequência progressiva?”[122]

Essa sondagem das opiniões dos contemporâneos era necessária. A escravidão está no próprio cerne do destino do negro na cidade de São Paulo – não a escravidão que foi destruída de repente, pela transformação da ordem legal, mas a escravidão que ficou dentro dos homens. Impunha-se estabelecer com nitidez os traços desse quadro complexo, que evidencia a historicidade da noção de *Segunda Abolição* e o fator humano de que ela depende – o negro em luta com sua herança social e cultural, construindo a sua história e determinando a significação que a liberdade deve ter em sua vida. Desse ângulo, o momento histórico-social focalizado não representa, apenas, o começo de uma aniquilação do negro; ele é, antes e acima de tudo, a primeira experiência crucial do negro com o significado, o uso e as funções da liberdade como uma dimensão do horizonte cultural e da organização do comportamento social do homem livre. Ninguém pode negar ou, mesmo, atenuar o caráter impiedoso e brutal dessa experiência. Mas ela pôs à prova aqueles que escolheram a liberdade pelo caminho mais difícil, na sociedade brasileira da época, sem possuírem os atributos psicossociais e morais do homem livre. A importância de ligar o passado e o presente, nesta análise, está no fato de essa ligação indicar, precisa e claramente, que uns sofreram o impacto terrível da interação de uma herança sociocultural imprópria com um meio social adverso, enquanto outros extraíram desse impacto uma consciência histórica que converte o homem em agente de sua liberdade. O que podia parecer um fim era um começo. Só que as coisas não se passaram como previam os ideólogos do abolicionismo. A “redenção”, nome simbólico que alia os brancos aos negros, por intermédio de Antônio Bento,

seria algo que os últimos teriam de lograr sozinhos. Nem o espírito prático mais penetrante, nem o ardor democrático mais extremado, nem o idealismo mais puro dariam ao branco imaginação para perceber a realidade do *drama do negro brasileiro*, como ele se exprimia na cidade que democratizou mais depressa seus padrões e seu estilo de vida social. A ideia de uma *Segunda Abolição*, com o conteúdo, a amplitude e a profundidade com que ela se apresenta na consciência do negro e do mulato de São Paulo, pareceria um absurdo e um jogo vazio de palavras para o senso comum do branco. Só por meio do próprio "negro", no processo de transformação de seu modo de ser e de interagir com a sociedade paulistana, seria possível determinar o sentido dessa ideia e, portanto, o que o sombrio período de desorganização pessoal e social representa como uma etapa da árdua luta do "homem de cor" pela liberdade.

Tudo isso permite concluir que a cidade não foi especialmente "desumana" ou "hostil" ao *negro*. Ela repeliu, neste, o "escravo" e o "liberto", por não possuírem os atributos psicossociais requeridos para a organização do horizonte cultural e do comportamento social do homem livre. Na medida em que o negro só sabia se afirmar como "escravo" ou como "liberto", embora desejando ser outra coisa, ele só agravou as condições de vida anômica da senzala, transplantando-se para a cidade. Deu, mesmo, a essas condições de vida anômica as terríveis proporções e o grau de persistência que o fenômeno atinge nos aglomerados urbanos médios e grandes. Por isso, até aos olhos do negro a comparação entre a "vida na cidade" e a "vida no cativeiro" favorece a escravidão. É provável que não contemos com outro exemplo tão dramático de desorganização da personalidade, da sociedade e da cultura no Brasil. Porque, ao contrário de outros segmentos étnicos, o "escravo" e o "liberto" se envolveram na teia dos valores sociais e morais do branco. Eles se projetaram na cena histórica como "gente", ávidos de liberdade e de igualdade, em rebelião surda e informe por uma existência idêntica à dos brancos que contavam, ou seja, os senhores. O desalento e a desilusão do negro conduziram, assim, ao seu primeiro tirocínio com a liberdade. "Ele vergou, mas não quebrou a espinha": orgulhosamente, teve coragem de optar entre a fome, a miséria e a humilhação e a continuidade disfarçada mas indefinida da antiga escravidão. É verdade que, em seguida – como se verá adiante –, a perpetuação das condições anômicas de existência imprimiu outro sentido a essa opção, convertendo o desempregado ocasional em vagabundo sistemático, o ladrão

fortuito em ladrão profissional e assim por diante. Foi graças ao peneiramento constante de uma "elite negra" que essa consciência histórica, confusa e desorientada no início, clara e ordenada depois, não se perdeu. Mas o fato essencial é que a cidade pôs à prova os anseios de libertação do negro e que as suas dramáticas experiências, apesar dos aspectos negativos, não deixaram de ser um exercício nos domínios da liberdade.

É preciso que se atente, porém, para um fato capital. Ao contrário de povos ou de camadas sociais que passaram por experiências históricas análogas, a desorganização da vida do negro não aparece como uma condição prévia e um requisito da alteração do horizonte cultural, da personalidade e do comportamento social. Nada, definitivamente nada, vinculava axiológica e congruentemente o negro à sua herança sociocultural, de que era portador contra a vontade. Seus anseios propendiam para a assimilação imediata da herança sociocultural alternativa, dos homens livres e poderosos, valorizada por ele consciente e axiologicamente, e a rápida integração na sociedade que aqueles homens constituíam. O que quer dizer que a desorganização da vida do negro se prende, diretamente, à dupla impossibilidade – de abandonar, subitamente, os traços culturais herdados da escravidão; e de contrair, prontamente, os padrões de comportamento valorizados. Esse desfecho se explica por duas circunstâncias concomitantes: 1a – a distância histórica que separava o conteúdo e a organização do horizonte cultural do negro das exigências psicossociais da situação de contato inter-racial; 2a – as reduzidas possibilidades existentes de envolver na torrente social, na escala de "grandes números", personalidades a um tempo tão rústicas e tão ambiciosas ou orgulhosas de sua dignidade.

À luz dessas considerações, seria preciso situar duas questões gerais. Primeiro, a de saber se, na verdade, a cidade repeliu o "negro" como tal. Segundo, a natureza das tendências sociodinâmicas, imanentes à interação do "negro" com as forças psicossociais e socioculturais do ambiente.

Quanto à primeira questão, parece óbvio que o sentido da repulsão apontada não é propriamente "racial" nem "antirracial". O isolamento econômico, social e cultural do "negro", com suas indiscutíveis consequências funestas, foi um "produto natural" de sua incapacidade relativa de sentir, pensar e agir socialmente como homem livre. Ao recusá-la, a sociedade repelia, pois, o agente humano que abrigava, em seu íntimo, o "escravo" ou o "liberto". Somente em condições de desagregação suave do "antigo regime" e de formação lenta da ordem social competitiva –

mantendo-se constante certa taxa de procura de braços – seria possível assimilar o "liberto" de modo imediato e haveria necessidade de preparar o "escravo" para esse fim. Como foi assinalado anteriormente, as coisas se passaram, na cidade de São Paulo, com extrema celeridade. Não só as técnicas sociais e os valores morais do estilo pré-capitalista de vida entraram em colapso quase instantâneo. A organização dos fatores do crescimento econômico e do desenvolvimento social partia de tal nível de integração histórica que destruía qualquer intercâmbio estreito e produtivo entre o "presente capitalista" e o recente "passado rústico". Sob este aspecto, a referida repulsão tinha, apesar das aparências, um significado positivo. Representava uma exigência e, sobretudo, um desafio ao "negro", para que se despojasse da *natureza humana* que adquirira anteriormente e adotasse os atributos psicossociais e morais do "chefe de família", do "trabalhador assalariado", do "empresário capitalista", do "cidadão" etc. Entenda-se que, sociologicamente, a exclusão teria caráter especificamente racial se o negro ostentasse essas qualidades e fosse, não obstante, repelido. Os dados expostos sugerem o inverso. Em proporção com a posse de rudimentos desses atributos ou em que se revelasse capaz de adquiri-los com certa intensidade, o "negro" encontrava o caminho aberto, classificando-se socialmente. Desse ângulo, a ascensão do "negro" se tornou, para ele, desesperadamente insatisfatória e lenta. Mas concorreu para que os vestígios da sociedade de castas desaparecessem sem deixar como resíduo seus princípios sociodinâmicos[123] e, concomitantemente, para favorecer a integração do negro sem conflitos violentos com outros grupos étnicos.[124]

Quanto à segunda questão, parece patente que o "negro" recebeu a exclusão como uma afronta humilhante. Embora só conseguisse compreendê-la e explicá-la parcialmente, teve a sabedoria de preservar e até de fortalecer suas identificações com a ordem social existente e com os alvos decorrentes de sua ambição de se classificar dentro dela. Aos poucos, foi aprendendo a "ter cabeça" e a lidar com a liberdade de maneira menos destrutiva. Ainda no primeiro quartel do século XX, procurará rever o conteúdo de suas aspirações, tentando se lançar na torrente social com um espírito mais realista e sob inspirações que relegara antes, como "indignas" ou "deprimentes". A sua tragédia lhe abrira os olhos tanto para as consequências deletérias do "mau uso" da liberdade, quanto para os dilemas da integração social. Compreendera, afinal, que sem assimilação prévia de modelos de comportamento social que eram levianamente rejeitados, pois

pareciam uma cadeia, ficaria eternamente à margem da prosperidade geral. A seguinte reflexão de um dos informantes mais lúcidos do meio negro[125] esclarece suficientemente esse aspecto: por volta de 1927-1928, já se havia percebido o "erro" "de não ter imitado o imigrante, ao ter este último passado necessidade e alimentando-se mal – fato de que o negro caçoava. Nessa época, os italianos eram donos de todo o Bexiga e seus filhos, quando não doutores, eram guarda-livros, alfaiates, marceneiros, ou tinham pequenas casas de comércio, enquanto os negros ainda viviam em porões e sofriam as mesmas picadas da desigualdade econômica. O *Clarim[126]* chamou a atenção para este fato muitas vezes". É dispensável insistir no assunto, que será examinado em outras partes deste estudo. O que é preciso reter se reduz a uma verdade simples e quase banal: para se expurgar de uma herança cultural perniciosa e se converter em *homem livre*, o "negro" precisava viver em liberdade. Se chegou a usar essa liberdade contra si, isso aconteceu porque não sabia proceder de outro modo. Na sociedade escravocrata, não tivera a oportunidade de descobrir que a liberdade, concebida como um fim em si mesma, devasta e aniquila, escravizando os homens aos seus apetites e às suas paixões. Aos poucos, iria se erguer do sofrimento e da humilhação, senhor de sua vontade: cada vez mais apto a empregar, responsável e construtivamente, o seu poder de decisão, forçando-se a substituir o *deixar de fazer* pelo *fazer algo* na direção socialmente possível (ou desejada).

Portanto, a análise sociológica da correlação entre a estrutura do mundo urbano nascente e as propulsões psicossociais do negro recém-egresso do cativeiro é deveras importante para se entender não só o que "foi" mas, também, o que "viria a ser" a situação do "negro" na ordem social competitiva. De um lado, a repulsão que se encaminha, por vias tortuosas e íngremes, para a integração social. De outro, o desajustamento estrutural que conduz, pela vitória paulatina do *homem negro* sobre si mesmo e sobre as adversidades do ambiente, ao aperfeiçoamento contínuo das aptidões adaptativas, do equilíbrio da pessoa e da assimilação de formas sociais mais e mais complexas. Sem exagero, esse período da história social do "negro" na cidade de São Paulo merece ser considerado como o dos *anos de espera.* Os anos do desengano, em que o sofrimento e a humilhação se transformam em fel, mas também incitam o "negro" a se vencer e a se sobrepujar, pondo-se à altura de suas ilusões igualitárias. Enfim, os anos em que o "negro" descobre, por sua conta e risco, que tudo lhe fora negado e que o homem só

conquista aquilo que ele for capaz de construir, socialmente, como agente de sua própria história.

OceanofPDF.com

Capítulo II

Pauperização e anomia social

Introdução

A emergência da ordem social competitiva e a expansão urbana da cidade de São Paulo constituem processos histórico-sociais coincidentes. Contudo, a análise apresentada ao longo do capítulo anterior sugere que essa coincidência, sob vários aspectos essenciais, não foi meramente episódica. Graças ao volume da produção cafeeira e às formas assumidas pela sua comercialização, os dois processos histórico-sociais se entrosaram estrutural e dinamicamente. Isso fez com que, sob o ponto de vista sociológico, a correlação dos dois fenômenos adquirisse significado interpretativo a um tempo particular e típico. Particular, porque São Paulo foi a única cidade brasileira que deu (não obstante várias circunstâncias desfavoráveis) um verdadeiro "salto" na consolidação da ordem social competitiva, desprendendo-se, assim, do padrão brasileiro tradicional de organização do espaço e do estilo de vida urbanos. Típico, porque essa correlação pode se repetir, em outras cidades brasileiras, desde que elas reúnam certas condições produzidas pelo crescimento econômico acelerado, pela concentração demográfica e pela modernização institucional. Apanhado na confluência desses processos, o negro sofreu impactos negativos diretos, resultantes da alteração súbita das relações de produção, do horizonte cultural médio e da organização da sociedade, tanto quanto das "reações acumulativas circulares" que tais impactos provocaram, liquidando a eficácia ou a viabilidade das técnicas econômicas e socioculturais que aprendera anteriormente, como "escravo" ou como "liberto".

Pelo que já foi exposto, a rapidez com que se consolidou a ordem social competitiva pôs cobro, praticamente, às possibilidades de absorção imediata do negro a papéis econômicos ativos e compensadores. Doutro lado, as tendências da urbanização impediram a preservação de "mores" *afro-brasileiros,* que poderiam garantir a transformação da "população negra" numa minoria racial integrada e autônoma, sem facilitar a tendência alternativa, representada pelos anseios de classificação social revelados, ostensivamente, pelos vários segmentos daquela população. Na medida em

que a ordem social competitiva e a urbanização estavam em plena emergência, a posição de cada grupo étnico e de cada camada social no sistema econômico e na sociedade dependia, fundamentalmente, de sua capacidade de participação do crescimento econômico e do desenvolvimento sociocultural. Os negros e os mulatos ficaram à margem ou se viram excluídos da prosperidade geral, bem como de seus proventos políticos, porque não tinham condições para entrar nesse jogo e sustentar as suas regras. Em consequência, *viveram dentro da cidade*, mas *não progrediram com ela e através dela.* Constituíam uma congérie social, dispersa pelos bairros, e só partilhavam em comum uma existência árdua, obscura e muitas vezes deletéria. Nessa situação, agravou-se, em lugar de corrigir-se, o estado de anomia social transplantado do cativeiro.

Os fatores e os efeitos do agravamento desse estado de anomia são de enorme interesse para o estudo sociológico da integração dos negros e dos mulatos à sociedade de classes. Ao que parece, neles se encontram as "fontes de inércia" que neutralizaram ou tardaram o empenho de classificação e de ascensão sociais da *gente negra.* O tema já atraiu, dada a sua importância, a curiosidade de vários estudiosos. Todavia, a imensa tragédia dos homens cegou os investigadores. Em sua maioria, estes se empenharam em explicar o "déficit negro", ignorando ou dispensando limitada atenção às suas causas psicossociais ou socioculturais. O presente capítulo pretende sanar essa lacuna sociológica, tratando em conjunto dos aspectos quantitativos e qualitativos do colapso da "população negra" na cidade.

OceanofPDF.com

1. O “deficit negro”

As tendências de crescimento demográfico apresentadas anteriormente se mantiveram no decurso do primeiro quartel deste século XX, reduzindo a significação da importância relativa do *elemento negro* na população paulistana.[127] As primeiras avaliações desse fenômeno foram dramáticas. Primeiro, pretendia-se que “o negro estava abandonando São Paulo”, como já foi assinalado; depois, apareceu a ideia de que “o negro não se adaptava ao planalto” e, por isso, sucumbia na competição com outros grupos étnicos. Os estudos meticulosos de S. H. Lowrie puseram um paradeiro nessas especulações, demonstrando que é impossível determinar com objetividade, em nossos dias, sejam os efeitos seletivos da escravidão sobre a população negra ou mestiça, seja o volume da transferência de indivíduos previamente classificados “como de cor” para a categoria dos “brancos”.[128] Lowrie não nega a existência de um processo letal; apenas assinala, com razão, que ele nunca teve as proporções alarmantes que lhe atribuíram de início. A seu ver, a seleção negativa estaria operando em condições tão morosas que os óbitos ainda seriam representativos “como amostra de toda a população” e que, embora a imigração tenha reduzido a porcentagem da “população de cor”, ela é, em todo o estado, “apenas pouco menor do que se poderia esperar”.[129]

Haveria pouco interesse em ressuscitar tais debates em nossos dias, se eles não tivessem repercutido no “meio negro”, instigando explicações mais profundas e ao mesmo tempo inconformistas da realidade, e se eles não se referissem a algo essencial para a nossa análise. Possua ou não *caráter catastrófico,* o chamado “*deficit* negro” é uma expressão da cadeia de ferro que se estabeleceu entre a situação social do negro ou do mulato e a pauperização. As condições de anomia social não só preservaram o nível de pobreza inicial da população negra paulistana. Agravaram-na, continuamente, de várias maneiras, convertendo o pauperismo numa constante do estilo de vida do “negro” na cidade e a pauperização no processo de seu ajustamento normal ao mundo urbano. Daí a cadeia de ferro, que prendeu negros e mulatos no círculo vicioso gerado pela miséria e aprisiona o homem a níveis de existência que se aviltam e se degradam

progressivamente, qualquer que seja a disposição ou o esforço empenhados, voluntariamente, em sentido contrário.

A explicação dos prováveis efeitos seletivos da situação de contato, em relação ao Brasil meridional, foi proposta por Oliveira Viana em termos da quantidade da herança biológica. No seu entender, “a influência regressiva dos ativismos étnicos” seria responsável pelo peneiramento negativo dos mulatos e pelo aparecimento de um quadro demográfico de nítida preponderância biológica do branco sobre o negro e os mestiços.[130] Embora se declarando adversário da “doutrina da superioridade racial”, Alfredo Ellis Jr. retoma essa linha de interpretação, “convencido de que o negro, mesmo educado, não pode nivelar-se ao branco”.[131] Considerando as diferenças entre as taxas de natalidade, de natimortalidade e de mortalidade de 1924 a 1927, bem como os coeficientes de óbitos por tuberculose, lepra e sífilis em 1929, conclui pela “inferioridade psicológica” do negro e do mulato e que o desaparecimento de ambos do planalto é fatal. “Tendo em conta a população total de cada zona sanitária, em relação à capital, penso que os melânicos estão tendo um *deficit* anual de 4 a 5.000 indivíduos em todo o Estado, de onde o prognóstico de sua extinção daqui a 40 ou 50 anos”.[132] As indicações sobre a incidência da tuberculose corroboram as afirmações dos principais líderes dos movimentos sociais do “meio negro”, os quais sempre insistiram nas consequências desastrosas da má alimentação, da promiscuidade, dos hábitos anti-higiênicos e da falta de conforto na diminui-ção da capacidade de resistência do negro e do mulato às moléstias contagiosas, especialmente ao bacilo de Koch. Todavia, para se determinar, conclusivamente, a influência tópica das condições econômicas, sociais e culturais de existência do negro e do mulato, no quadro dessas doenças, bem como para presumir a propensão deles à aquisição de determinada moléstia contagiosa, seria preciso fazer levantamentos estatísticos que levassem em conta longos períodos e favorecessem a focalização explícita rigorosa dos fatores socioculturais ou econômicos, a serem testados objetivamente.[133] Aliás, se confrontássemos indivíduos “brancos”, “mulatos” e “negros” de populações relativamente homogêneas, veríamos que há ampla margem para especulações inversas, fundadas na resistência dos dois últimos às condições desfavoráveis do ambiente, inclusive às moléstias contagiosas. Um bom *sistema de referência empírico* para tais reflexões parece ser o levantamento do coronel Lobo da Silva, cujos resultados, em vez de alimentarem previsões catastróficas – mesmo

quanto ao sul do país –, sugerem que o “negro” e o “mulato” apresentavam, na época considerada, índices perfeitamente normais de aceitação e de rejeição (temporária ou definitiva) ao serviço militar.[134] Portanto, tudo nos aconselha à maior prudência possível. Enquanto não se fizerem investigações mais completas, é melhor pôr de lado as presunções extremadas ou parciais. Se uma parte da “população negra” da cidade sucumbiu a golpes tão severos, outra se sobrepôs, vitoriosamente, às adversidades. Devemos nos empenhar, pelo menos, em reter os dois lados da questão, evitando presunções incomprováveis e até anticientíficas a respeito da inferioridade “psicobiológica” ou “demográfica” do negro e do mulato paulistanos.

A tendência do “branqueamento” da população da cidade se acentuou ainda mais no início do século. As estatísticas mostram a seguinte evolução do movimento imigratório no estado de São Paulo até 1929:[135]

1827-1884	37.481	–
1885-1889	168.127	–
1890-1899	735.076	–
1900-1909	388.708	65.262 (1908-1909)
1910-1919	480.509	247.927
1920-1929	712.436	234.342
Total	2.522.337	547.531

Nesse período, as estatísticas registram os seguintes dados sobre a entrada de migrantes brasileiros no estado de São Paulo:[136]

1875-1899	965
1900-1909	20.874
1910-1919	33.927
1920-1929	225.183
Total	280.949

Embora seja impossível estabelecer, mesmo aproximadamente, o número de imigrantes que se fixaram na cidade, depois de permanecer algum tempo no interior ou assim que chegaram, até o fim do primeiro quartel do século XX foram pequenas as alterações das tendências demográficas. A população da cidade continuou a aumentar com rapidez e, em grande parte, graças aos contingentes de imigrantes europeus. Segundo certas estimativas, a europeização demográfica da cidade se acentuara a tal ponto que em 1897 haveria na capital 2 italianos para 1 brasileiro.[137] As correntes migratórias internas, associadas aos deslocamentos de populações paulistas interioranas e de populações de outros estados, assumiram paulatinamente maior vulto. No entanto, as correntes migratórias que poderiam exercer maior influência na modificação do padrão de composição demográfica quanto à cor só se intensificam, *com relação ao estado de São Paulo,* depois de 1925. Até 1924, teriam entrado no estado somente 109.222 migrantes, procedentes de várias regiões do país; nos três quinquênios posteriores é que esse movimento iria sofrer radical transformação:[138]

1925-1929	171.727
1930-1934	105.393
1935-1939	330.471
	607.591

Por conseguinte, embora os censos de 1910, 1920 e 1934 fossem omissos com referência à cor, é de se presumir que o afluxo de correntes migratórias estrangeiras, acrescidas agora de seus descendentes brasileiros, continuaria a ser o principal fator de incremento da população paulistana. Só depois de 1935 esse quadro poderia sofrer algumas modificações ligeiras, na medida em que a capital começou a ser um foco de concentração de migrantes procedentes de outras regiões do país.[139] Entre os trabalhadores nacionais alojados na hospedaria de imigrantes, de 1935 a 1939, por exemplo, 62% foram registrados como brancos, 18% como pardos e 20% como pretos,[140] proporções claramente discrepantes da composição por cor da população do estado de São Paulo e de sua capital.[141] Não obstante, os resultados de uma pesquisa, efetuada em 1948, comprovam que, num segmento de população relativamente permeável ao negro e ao mulato, [142] prevalece nas famílias migrantes da cidade uma estrutura muito mais próxima do padrão demográfico do interior paulista – 82,90% de brancos, 8,20% de pardos e 5,49% de pretos.[143] Esse resultado se explica pelo predomínio de pessoas do interior do estado (83,14% das pessoas das famílias e 82,49% dos alunos; de outros estados: 14,38% das pessoas das famílias e 14,66% dos alunos; de outros países: 2,48% das pessoas das famílias e 2,85% dos alunos). Se isolássemos os dados pertinentes à naturalidade dos pais vindos de estados cuja composição demográfica por cor confere maior porcentagem ao elemento negro e mestiço, constataríamos que eles representam 20%, num total de 5.265 indivíduos.[144] É provável que, acaso se tomasse um segmento diverso da população paulistana (como, por exemplo, das crianças nascidas em maternidades gratuitas, como fez Lowrie; ou determinados setores ocupacionais, em que preponderam os

nordestinos), as porcentagens acusassem maior proporção de negros e de mulatos.[145]

O que importa ressaltar, para os fins desta análise, porém, fica perfeitamente estabelecido. Só no início do segundo quartel do século XX (e, particularmente, só depois de 1935) se delineia uma mudança substancial no teor das correntes migratórias, que têm vindo para o interior do estado de São Paulo, para a sua capital ou refluído para esta. Doutro lado, mesmo na atualidade é patente que as discrepâncias na composição por cor dos diversos grupos migrantes contribuem para diluir a importância relativa de negros e mulatos. Ainda estamos longe de uma "homogeneização" completa da estrutura demográfica da sociedade brasileira, quanto à cor.[146] No que concerne ao período do desenvolvimento demográfico da cidade de São Paulo que ora nos interessa – as três primeiras décadas do século XX –, deduz-se dessas indicações que o declínio do "elemento de cor" na população local se prende, acima de tudo, ao afluxo de populações migrantes em que os brancos prevalecem de maneira acentuada. As alterações recentes na composição dos grupos migratórios apenas se refletiram na diminuição gradativa do grau de preponderância dos brancos.

Em vista disso, principalmente no período que vai até 1930, mais ou menos, é de se esperar *como normal* uma forte diminuição proporcional crescente de negros e mulatos na população paulistana. A questão grave, que se coloca, diz respeito à existência ou não de uma seleção letal na população negra e mestiça da capital. Infelizmente, não se dispõe de dados censitários que forneçam bases para uma análise objetiva e completa do assunto. Os resultados do levantamento de Lobo da Silva, relativos a 1922-1923, abrangem o estado de São Paulo. Apesar disso, como constituem um bom ponto de referência, conviria levá-los em conta:[147]

	Brasil Sul	São Paulo
Brancos	17.246 (70%)	4.380 (82%)
Mestiços	5.053 (20%)	657 (12 %)
Pretos	2.007 (8%)	314 (6%)
Caboclos	363 (2%)	13 (0,2%)
Total	24.669	5.364

Embora o contingente de examinandos seja pequeno e a própria população abrangida seja pouco representativa da população global,[148] S. H. Lowrie considerou as proporções como aceitáveis e normais.[149] Ele próprio, utilizando o registro de óbitos do Serviço Demográfico, apresenta uma distribuição da população do estado de São Paulo segundo a cor, de 1921-1928, que pode ser resumida da seguinte maneira:[150]

QUADRO 5

Distribuição dos grupos de cor obtida pelos óbitos ocorridos no estado de São Paulo (1921-1928)

Cor	Totais	
	Dados Brutos	%
Brancos	624.208	83
Mulatos	63.746	9
Negros	57.127	7
Amarelos	3.991	1

Lowrie estima tais resultados como “bastante razoáveis”, pois fornecem um total de 16% de elementos de cor, acreditando que essa classificação “consubstancia o máximo de verdade que se poderia obter”. A população do estado deveria ter 20% de negros e mulatos, considerando-se os dados do recenseamento de 1872 e do movimento imigratório; em seu entender, dada a redução da população de cor, operada pelo cruzamento, “é admissível uma diferença de 4%”.[151]

Quanto à cidade de São Paulo, os registros de óbitos do Serviço Sanitário permitem estabelecer o seguinte quadro:[152]

QUADRO 6

Distribuição dos grupos de cor obtida pelos óbitos na cidade de São Paulo (1920-1928)

Cor	Totais	
	Dados Brutos	%
Brancos	100.947	88
Mulatos	7.105	6
Negros	7.050	6
Amarelos	296	–
Não declarados	60	–

Como as fontes são razoavelmente fidedignas – Lowrie salienta que o médico não tem interesse em alterar os fatos, registrando o que vê –, tais porcentagens indicariam, pelo menos para as gerações descendentes, a relativa persistência do quadro demográfico característico do fim do século XIX, quando a concentração de imigrantes europeus revolucionou a proporção das cores na população paulistana.

Os dados dos censos de 1910, de 1920 e de 1934 indicam o crescimento rápido constante da população da cidade, que passa respectivamente de 239.820 para 579.033 e 1.060.120 habitantes.[153] Contudo, não se sabe ao certo qual teria sido o crescimento da população negra e mulata da cidade nesse período. Samuel H. Lowrie sugere que a proporção de negros e mulatos oscilou nesse período, entre 8%, 9% e 12%.[154] Se procurássemos aproveitar essas estimativas com base em progressões calcadas nos índices de crescimento demográfico da capital em 1886-1893 e, posteriormente, em 1940-1950, seria possível presumir que os negros e os mulatos deveriam representar, na população total da capital, no mínimo: 11% em 1910; 9% em 1920; e 8,50% em 1934. Se aceitarmos essas proporções apenas para contarmos com pontos de referência, *grosseiramente aproximativos e sem nenhum valor documental*, poderíamos imaginar que o "elemento negro" acompanhou o crescimento demográfico da cidade mais ou menos na seguinte escala:

censos	Conjecturas sobre o número de negros e mulatos na população da capital
1910	26.380
1920	52.112
1934	90.110 [29]

[155]

Tudo isso não nos esclarece muito, todavia, sobre as manifestações e os efeitos de alguma tendência seletiva no seio dessa população. Ainda aqui, os dados mais seguros, de que dispomos, foram coligidos por S. H. LOWRIE e examinados com prudente e construtiva objetividade científica.[156] (Ver quadro 7, a seguir.)

QUADRO 7

Nascimentos, óbitos e natimortos segundo a cor na cidade de São Paulo (1920-1928)

Cor	Nascimentos		Óbitos		Natimortos	
	nº	%	nº	%	nº	%
Brancos	199.162	94	100.947	88	10.747	87
Mulatos	7.330	4	7.105	6	1.129	9
Negros	3.959	2	7.050	6	541	4
Amarelos	442	–	296	–	23	–
Não declarados	–	–	60	–	2	–
Total	210.893	100	115.458	100	12.442	100

Os números brutos e as porcentagens desse quadro sugerem uma realidade alarmante. Somando-se negros e mulatos, o *deficit* entre nascimentos e óbitos seria de 2.886 indivíduos, ou seja, o número de óbitos seria quase 1/4 maior que o de nascimentos. Considerando-se em separado, haveria um diminuto saldo positivo para o mulato (de 225 indivíduos) e um tremendo saldo negativo para o negro (de 3.091 indivíduos, quase o montante de nascimentos!). Em números relativos, entretanto, as coisas pareceriam ainda mais fúnebres, evidenciando-se tendências que condenariam negros e mulatos ao rápido desaparecimento. Comentando tais dados, escreve Lowrie:

> Sob tais condições, verdadeiramente alarmantes, no decurso de algumas décadas teria desaparecido a população de cor, e São Paulo viria a ter, exceto com relação aos índios e imigrantes de outros estados brasileiros, uma raça senão de todo pura, ao menos totalmente branca. Além disso, estes dados, se verdadeiros, estariam a revelar condições de vida e de saúde – ou melhor, de falta de saúde – surpreendentemente precárias. Não obstante ser baixo o padrão de vida das classes de cor, cujos maiores contingentes se contam entre os grupos econômicos inferiores, nem a observação e nem a opinião geral das pessoas bem informadas admitem a assertiva de ser a situação desses elementos assim tão decadente a ponto de concorrer para o aumento do seu coeficiente de mortalidade. [157]

Aventa-se que, possivelmente, o contraste entre as formas de registro de natalidade e dos óbitos explicaria parte das discrepâncias: as declarações do pai (ou de seu substituto eventual) poderiam deturpar os fatos, registrando-se como brancas crianças mestiças, mais ou menos escuras. A porcentagem de natimortos oferece uma contraprova dessa interpretação, pois evidencia que, eliminada aquela circunstância, diminui a proporção de brancos, enquanto duplica a de mulatos e de negros. Doutro lado, as porcentagens decorrentes são consistentes com as registradas nos óbitos.[158] Mas parece que não é só o pai que deforma suas declarações, cedendo ao prestígio social da “raça branca”. É provável que a tendência (acentuada no passado) de negligenciar o registro dos filhos fosse mais intensa nas camadas populares, as quais abrangem maior número de negros e de mulatos que a população global. O professor Nagib Lima Feres, ao apreciar os dados aqui expostos e as interpretações correspondentes, salientou a importância desse lapso crônico de nossa documentação demográfica. Além disso, parece que os médicos também sucumbiam, de maneira inversa, aos efeitos do preconceito de cor, tendendo a identificar como “negros” pessoas que poderiam ser classificadas como “mulatas” no consenso geral. Em muitos círculos sociais de São Paulo, “quem escapa de branco é negro”. Por indulgentes que sejam, muitos

médicos devem se inspirar, inconscientemente, nessa regra, pelo menos nos casos dos mulatos “mais ou menos escuros”. Introduzindo-se esse argumento na apreciação dos dados estatísticos, teríamos duas tendências contraditórias, prejudiciais à “verdade dos fatos” – e não somente uma, que se alimenta da propensão de se identificar e de se diluir na “camada racial dominante”, como supunha Lowrie. A segunda tendência, associada principalmente aos “registros objetivos” dos oficiais ou burocratas brancos, ajudaria ainda mais a compreender as desproporções existentes entre nascimentos e óbitos de negros e mulatos. Ela dá viabilidade à hipótese de que o terrível *deficit*, que se abateria de modo catastrófico sobre o núcleo negro da “população de cor”, deve ser, pelo menos em parte, repartido com os segmentos mestiços dessa população. Aliás, por aí se vê quão razoável vem a ser o procedimento posto em prática pelos observadores mais prudentes, que consiste em manipular conjuntamente os dados pertinentes à “população de cor”, única via de que se dispõe para neutralizar os efeitos mencionados.

No conjunto, os dois tipos de indicações, discutidas nas páginas precedentes, permitem discernir uma tendência característica de decréscimo da população negra e mulata da capital. Essa tendência parece ser produto de vários fatores concomitantes, pondo-se de lado as consequências notórias do estancamento do afluxo constante de grandes massas negras (provocado pela crise do regime escravocrata), os vícios imputáveis aos registros censitários e demográficos e tendo-se em vista a situação imperante nas três primeiras décadas do século XX. Primeiro, o rápido aumento do estoque racial branco, intermitentemente acelerado pela intensidade da imigração. Segundo, o cruzamento racial, cuja importância não pode ser ignorada. Os “mestiços mais claros”, especialmente, quando se deparam com condições econômicas e socioculturais favoráveis, mudam de categoria racial, classificando-se como brancos e sendo, também, muitas vezes aceitos como tal inclusive para fins relacionados com o casamento ou amasiamento com brancos. Existe, doutro lado, em contraposição, a tendência inversa, que consiste na identificação de “mulatos escuros” e até de “mulatos claros”[159] com o *grupo negro*, a qual leva muitos “indivíduos de cor” a se classificarem pura e simplesmente como “pretos”. No entanto, esses casos têm sido negligenciados e não existem meios para avaliar sua significação estatística. Terceiro, pela existência de uma taxa de decréscimo aparentemente devida às diferenças entre a natalidade e a mortalidade na “população de cor”. Embora tais diferenças estejam longe de possuir o teor calamitoso que se

imaginou no passado, elas parecem ser constantes, associando-se a condições socioeconômicas persistentes. Cumpre lembrar, a seu respeito, o que escreveu S. H. Lowrie:

> O baixo nível econômico dos grupos de cor e os óbitos em consequência da tuberculose, estudados por Alfredo Ellis, dão mais ênfase à presunção da existência de fatores seletivos. Seu vulto, porém, é tão reduzido, que há necessidade de se obterem dados mais completos a fim de que possam eles ser apreciados devidamente. As estatísticas que temos em mão e a relativa estabilidade da porcentagem de mulatos e negros na população através de longos períodos históricos são provas de que o processo é moroso e não muito extenso. A seleção, unicamente por si, não causaria uma rápida mudança na cor da população.[160]

É difícil, portanto, esclarecer de modo completo a natureza, as proporções e as consequências do chamado "*deficit* negro". As duas primeiras tendências envolvem efeitos que são normais e previsíveis na situação de contato predominante em São Paulo. Contudo, elas não podem ser igualmente estimadas quantitativamente. A primeira é de percepção fácil. As porcentagens, fornecidas pelos censos ou por outras vias, indicam claramente como se tem alterado a contribuição de cada contingente racial na composição da população paulistana.[161] A segunda tendência precisa ser construída dedutivamente e com precária margem de aproximação, com base em indicadores proporcionados pelas referidas porcentagens. Assim, valendo-se de tal fonte, Raul Joviano do Amaral calcula que a média decenal de decréscimo dos mulatos foi, para todo o estado e no período de 1836-1950, de 2,5%; enquanto a do negro, no mesmo período, foi de 1,55%.[162] Em suas conclusões, assinala: 1º – "O grupo pardo, constituído de numerosas tonalidades de pigmentação, tende a integrar-se, não só estatisticamente, mas também de fato, no círculo dominante, no grupo branco, desfalcando ainda mais a população de cor"; 2º – "O grupo negro, suspensa a fonte renovadora que se fazia através do tráfico, ficou estacionário durante algum tempo; as moléstias, a subnutrição – visto como ficou identificada a *cor* como índice de baixo *status* social e econômico – contribuíram poderosamente para reduzir-lhe a representação proporcional na população paulista".[163] A miscigenação possui, para este elemento, uma significação claramente exterminadora, diluindo-o e fazendo-o desaparecer, através dos descendentes mulatos nos contingentes mestiços da população global. A impulsão psicossocial dominante, descrita de várias maneiras pelos estudiosos do processo de branqueamento da população paulista, é agudamente focalizada por aquele estatístico, na perspectiva em que ela se apresenta para o negro:

> Até onde é lícito afirmar-se, há em São Paulo, muito mais acentuada que no resto do Brasil, uma ideologia no tocante à população escura, preta; há um policiamento ininterrupto, uma determina-ção consciente, sem violência, no sentido de clarificação dos componentes da população, por parte dos grupos dominantes. Atuando primeiramente de dentro para fora e, posteriormente, de fora para dentro, pela assimilação e generalização dos ideais do outro grupo, dessa ideologia não formal participam os próprios descendentes dos aglomerados preto e pardo, até certo ponto inconscientemente, por meio de uma ideologia também não formal aceita e expressa como a necessidade de *limpar a raça* [...] A tendência é, por conseguinte, de branquificação, fato não só histórico como biológico, concorde ao comportamento tradicional da sociedade brasileira. Há, portanto, um entendimento tácito, de absorção das pequenas minorias raciais e de, por meio de cruzamentos até estimulados, diluir o sangue negro. Em pouco mais de dois séculos, talvez, esteja concluído o processo assimilador [...].[164]

Essas reflexões são amplamente corroboradas pela documentação direta. O negro e o mulato não encaram a miscigenação apenas como "técnica" de classificação e de ascensão sociais; veem nela um "meio" de extermínio racial. O seguinte depoimento, recolhido em maio de 1951, merece ser transcrito porque condensa os principais componentes dessa reação:

> Nós não somos contra a miscigenação. Mas nós somos contra a política de miscigenação imposta, na vontade de fazer desaparecer a raça negra. A política do branco atualmente é de fazer desaparecer a raça negra. Primeiro, pela miscigenação. Segundo, submergindo-a numa torrente de imigrantes brancos. É porque o branco não deseja ouvir falar de nós. Isso, associado a uma política da polícia para fazer degradar o negro, a fim de o ver desaparecer também pela tuberculose, pela sífilis e pela prostituição. O que queremos é que se reconheça que somos cidadãos como os outros e que temos direito à educação; integrarmo-nos à sociedade e não o nosso abandono voluntário, à espera que desapareçamos.[165]

A terceira tendência é que apresenta, porém, interesse específico para a presente análise. Embora certas avaliações contraideológicas do negro e do mulato focalizem as duas primeiras tendências como parte de uma "política racial" deliberadamente orientada para a supressão física do "negro" e acalentem a suspeita de que essa "política racial" se estende, tortuosamente, aos fatores tópicos da seleção letal, em nossa discussão não poderíamos reter senão estes últimos. Infelizmente, há pouco que agregar às conclusões suscitadas pela pesquisa de Lowrie, mesmo nos reportando a estudos posteriores, que apanharam a mesma realidade em épocas mais recentes. Como nos interessa, a todo custo, lançar o máximo de luz sobre os vários aspectos do "*deficit* negro", não vemos inconveniente em resumir os resultados de maior significação para o conhecimento das proporções reais, dos fatores socioeconômicos e dos efeitos demográficos daquele processo de seleção.

Logo após a publicação dos estudos de Lowrie, Sérgio Milliet e Rubens do Amaral retomaram o assunto, por motivos diversos.[166] O segundo se deteve nas diferenças entre as taxas de natimortalidade e de mortalidade,

reveladas pelas estatísticas demografo-sanitárias de 1939, concluindo que o elemento afro-brasileiro estava sofrendo uma seleção letal de proporções alarmantes em São Paulo, principalmente nos centros urbanos do estado e no município da capital, sem que as migrações internas oferecessem alguma correção compensadora ao fenômeno. Sérgio Milliet, por sua vez, insiste na significação das condições socioeconômicas na determinação do "*deficit* negro" e procura mostrar que somente uma análise diacrônica permitiria descobrir o seu verdadeiro vulto. Comparando dados pertinentes a 1934 e a 1938 sugere que se estabelece uma compensação a curto termo, sendo o volume médio do *deficit* bem menor que as oscilações extremas anuais. Um dos pontos interessantes de sua análise está na focalização de um ângulo anteriormente descurado. Os óbitos registrados na capital se referem também à extensa população flutuante, que busca os centros médico-hospitalares de São Paulo, e que são "imigrados para morrer". A composição étnica dessa população discrepa, em parte, do padrão racial da cidade. Isso não explica tudo, mas levanta um argumento que se precisa tomar em conta, na apreciação do "*deficit* negro". Doutro lado, acentua que os segmentos migrantes da "população de cor" paulistana são os que sofrem, presumivelmente, impactos mais destrutivos. "Vêm na esperança de melhorar a vida, mas aqui os espera uma rigorosa seleção social bem mais terrível do que todos os males de suas terras de origem. O peneiramento destrói os mais fracos e empurra os que ainda conseguem resistir cada vez mais para baixo, até estraçalhá-los por seu turno".[167]

Em sua análise dos problemas demográficos brasileiros, T. Lynn Smith incluiu uma série de dados pertinentes ao estado de São Paulo, no período de 1932-1941, ordenados no seguinte quadro:[168]

QUADRO 8

Nascimentos e óbitos no estado de São Paulo (1932-1941)

População	Nascimentos		Óbitos	
	Dados brutos	%	Dados brutos	%
Brancos	1.844.600	88,1	920.398	80,9
Mulatos	102.860	4,9	106.977	9,4
Pretos	65.612	3,1	86.437	7,6
Amarelos	82.332	3,9	23.564	2,1
Cor ignorada	–	–	205	–
Total	2.095.404	100,0	1.137.581	100,0

Por aí se verifica que os brancos apresentariam um excedente de 924.202 indivíduos e que o *deficit* da população de cor seria de 24.942 indivíduos (4.117 indivíduos para os mulatos; e 20.825 indivíduos para os negros). Em outras palavras, o número de óbitos ultrapassaria de um sétimo o total de nascimentos dessa população. Na verdade, afora as conhecidas presunções que explicam essas discrepâncias (já apontadas), estaríamos diante de uma alternativa empírica da situação demográfica predominante no Brasil, a qual T. Lynn Smith tentou explicar, sociologicamente, por meio de duas hipóteses gerais. Primeiro, que há uma correlação positiva entre o *status* socioeconômico e a taxa de reprodução, o que permitiria explicar a maior prolificidade dos brancos em face dos negros e dos mulatos;[169] segundo, que existe uma relação inversamente proporcional entre o *status* socioeconômico e o número de óbitos, o que esclareceria a mortalidade diferencial desfavorável aos negros e aos mulatos.[170] Ambas as hipóteses são consistentes com as explicações sugeridas por Lowrie. Como os dados expostos incluem o interior do estado de São Paulo, onde a população negra tem contado com condições adaptativas aparentemente melhores, e se referem a um período de tempo posterior, é lícito concluir que eles corroboram e ampliam aquelas explicações. Não só é provável que ocorra uma tendência seletiva na população negra e mulata da capital, como, qualquer que seja a sua magnitude (Lowrie supunha que ela fosse pequena), essa tendência parece ser persistente.

As contribuições do Laboratório de Estatística do IBGE, feitas ou orientadas por Giorgio Mortara,[171] ressaltam que a diferença nas taxas de mortalidade por grupos de cor constitui o fator específico de maior peso, na determinação da velocidade do incremento da população brasileira. Os censos permitem calcular que, entre 1872 e 1940, contamos com uma taxa média geométrica anual de aumento natural, independentemente da imigração, de 18,68 por 1.000 habitantes brancos, negros e mulatos:

> Experimentando-se diferentes combinações de taxas de incremento natural, para os brancos de um lado, e para os pretos e pardos de outro, todas subordinadas à condição de que a taxa dos brancos exceda a dos pretos e pardos, sem que, entretanto, esse excedente atinja um valor excessivamente elevado, chega-se à conclusão de que uma hipótese aceitável é a de uma taxa de 22 por 1.000 para os brancos e 16 por 1.000 para os pretos e pardos em conjunto. Estimando-se em cerca de 45 por 1.000 a taxa de natalidade para todos os grupos de cor, essa hipótese corresponderia à de uma taxa de mortalidade de cerca de 23 por 1.000 para os pretos e pardos em conjunto.[172] [...] Saindo-se da população presente em 1872, e aplicando-se uma taxa média geométrica anual de incremento natural, independentemente da imigração, de 22 por 1.000 para os brancos e 16 por 1.000 para os pretos e pardos, o aumento natural total, independente da imigração, entre os censos de 1872 e 1940, fica determinado em cerca de:
>
> 13.102.000 habitantes, para os brancos;
>
> 12.184.000 habitantes para os pretos e pardos, em conjunto;
>
> 25.286.000 habitantes em total.
>
> O total acima fica pouco inferior ao valor, calculado anteriormente, de cerca de 25.539.000, que representaria o efetivo aumento natural independente da imigração. Verifica-se, logo, ser conciliável com esse aumento a hipótese de uma taxa média geométrica anual, independente de imigração, um pouco superior a 22 por 1.000 para os brancos e a 16 por 1.000 para os pretos e pardos em conjunto.[173] [...] Supondo-se uma taxa de mortalidade de 24 por 1.000 para os brancos e 28 por 1.000 para negros e mulatos em conjunto, teria-se uma taxa de incremento natural, independente de imigração, de 21 por 1.000 para os brancos e de 17 por 1.000 para negros e mulatos em conjunto, solução que também parece apropriada aos resultados de observação.[174]

Raciocínios análogos permitem estimar que, entre os censos de 1890 e 1940, a taxa média geométrica anual de incremento natural (de 20,12 por 1.000 habitantes para o conjunto da população) seria de 27,00 por 1.000 habitantes para os brancos; 21,54 por 1.000 habitantes para os negros; 7,87 por 1.000 habitantes para os mulatos; e 12,39 por 1.000 habitantes para pretos e pardos em conjunto. Estimando-se a taxa média de natalidade, nesse período, em 44,5 por 1.000 habitantes, teríamos uma taxa de mortalidade de 17 a 18 por 1.000 para os brancos; de 23 por 1.000 para os negros; de 36 a 37 por 1.000 para os mulatos; e de 32 por 1.000 para negros e mulatos em conjunto.[175] O contraste da mortalidade entre os dois grupos é, naturalmente, maior em São Paulo que no Brasil em conjunto, pois entre os censos de 1872 e 1940 as taxas médias geométricas anuais de incremento da população revelam um crescimento muito mais acentuado da cota dos

“brancos”, ao lado de um pequeno declínio aparente da cota de negros e mulatos:

39,51 por 1.000 para os brancos
5,54 por 1.000 para os mulatos
16,88 por 1.000 para os negros e
11,31 por 1.000 para negros e mulatos em conjunto.[50]

[176]

Pode-se apreciar até que ponto as conjecturas estabelecidas se aplicam a São Paulo mediante indicações fornecidas por Mortara. A taxa de mortalidade média anual de 60 municípios do interior do estado, no período de 1939 a 1942, foi calculada como sendo de 15,9 por 1.000 habitantes para os brancos e de 25,5 por 1.000 habitantes para negros e mulatos em conjunto. Quanto ao município da capital, a proporção dos falecidos no primeiro ano de idade, no período de 1937 a 1942, foi calculada em 118 por 1.000 nascidos vivos para os brancos e em 257 por 1.000 nascidos vivos para os negros e os mulatos em conjunto. A mortalidade infantil destes últimos ultrapassava em pouco mais de duas vezes a dos primeiros. O quadro existente no interior era menos sombrio. Ainda assim, nos 60 municípios mencionados, os falecidos no primeiro ano de idade representavam 139 por 1.000 nascidos vivos para os brancos e 194 por 1.000 nascidos vivos para os negros e mulatos reunidos.[177]

Confrontando-se indicações dessa natureza com os dados pertinentes à fecundidade e à natalidade, verifica-se que a fecundidade feminina é elevada em todos os grupos de cor da população brasileira, embora as diferenças verificadas na frequência dos nascimentos acarretem diferenças moderadas no incremento dos vários grupos. Mortara reúne os dados fornecidos pelo censo de 1940 no seguinte quadro:

QUADRO 9

Fecundidade feminina nos diversos grupos de cor (Brasil – censo de 1940)[178]

Idade da mulher	NÚMERO MÉDIO DOS FILHOS NASCIDOS VIVOS TIDOS POR 100 MULHERES DA IDADE ESPECIFICADA			
	Brancos	Pardos	Pretos	Amarelos
15 a 19	12	13	11	6
20 a 29	168	178	161	161
30 a 39	442	464	423	433
40 a 49	616	624	567	568
50 a 59	652	644	589	519
60 e mais	661	644	581	456
15 e mais	333	334	316	298

Como assinala Mortara, a fecundidade das mulheres brancas difere pouco, para mais ou para menos, em relação à das mulheres mulatas do mesmo grupo de idade; e a fecundidade das mulheres negras é um pouco inferior à das mulheres desses dois grupos, em consequência do número maior de mulheres negras que não tiveram filhos. Se organizarmos um quadro análogo para São Paulo, veremos que essas tendências se reproduzem, com ligeiras variações discrepantes nas últimas idades das mulheres brancas e mulatas:

QUADRO 10

Fecundidade feminina nos diversos grupos de cor (estado de São Paulo – censo de 1940)[179]

Idade da mulher	Número médio dos filhos nascidos vivos tidos por 100 mulheres da idade especificada			
	Brancos	Pardos	Pretos	Amarelos
15 a 19	9,8	14,4	12,0	5,1
20 a 29	156,9	179,0	157,8	159,2
30 a 39	420,7	452,5	423,7	436,5
40 a 49	616,1	654,8	591,8	569,6
50 a 59	681,0	665,0	649,1	514,6
60 e mais	690,5	663,2	625,9	452,6
15 e mais	331,3	328,3	310,8	297,5

O que importa assinalar é que esses dados demonstram que a intensidade da reprodução nos vários grupos de cor não se subordina, aparentemente, a fatores fisiológicos "raciais". Como acentua Mortara, com referência às tendências predominantes no Brasil, "as análises efetuadas, embora verificando uma fecundidade um pouco menor no grupo preto do que no branco e no pardo, mostravam que essa inferioridade depende principalmente da maior proporção de mulheres pretas que ficam excluídas da reprodução, pela desvantagem que sofre este grupo de cor na escolha conjugal, enquanto a prolificidade dos pretos não fica sistematicamente inferior nem à dos brancos nem à dos pardos".[180] A comparação dos resultados dos censos de 1940 e 1950 permitiu comprovar, claramente, que a diminuição da taxa média cumulativa geral da fecundidade feminina se prende mais à diminuição da prolificidade que à diminuição da cota de mulheres prolíficas nos três grupos de cor considerados.[181] A comparação dos resultados dos dois censos também indica algumas tendências da mortalidade infantil por esses grupos de cor. "No conjunto dos filhos nascidos vivos tidos pelas mulheres de 15 anos e mais, a proporção mais elevada de sobreviventes na data do censo encontra-se no grupo amarelo (898,4 por 1.000); seguem-se, bem distante, o grupo branco (773,0) e, mais atrás, o pardo (714,6) e o preto (705,5) com taxas de sobrevivência pouco

diferentes.”[182] Portanto, até a data do censo faleceram (segundo proporções retificadas): 104,4 por 1.000 entre os filhos das mulheres amarelas; 225,9 por 1.000 entre os filhos das mulheres brancas; 289,0 por 1.000 entre os filhos das mulheres mulatas; e 292,3 por 1.000 entre os filhos das mulheres negras. Isso evidencia, sob novo ângulo, que as diferenças de mortalidade infantil aumentam fortemente na passagem de um grupo de cor para outro.[183] Sumariando as conclusões, escreve Mortara:

> O censo de 1950, confirmando plenamente as conclusões baseadas no censo anterior, elimina as dúvidas que podiam subsistir sobre a correspondência dessas conclusões à realidade. Revela, ainda, certa tendência para a diminuição da fecundidade: no grupo branco, em consequência da diminuição de cota de mulheres que participam na reprodução e sobretudo da diminuição da respectiva prolificidade, e no grupo preto, pela ação igualmente intensa desses dois fatores. No grupo pardo, a diminuição da fecundidade, totalmente devida ao segundo fator, foi mínima; no pequeno grupo amarelo, a fecundidade aumentou, apesar da diminuída cota de mulheres prolíficas, pela aumentada prolificidade.

Permitindo estabelecer a sobrevivência dos filhos tidos pelas mulheres prolíficas segundo a cor, também demonstrou que ela é “máxima no grupo amarelo, menor no branco e ainda menor no pardo e preto, em consequência dos níveis médios econômicos e sociais e da diferente distribuição territorial dos diversos grupos de cor.”[184]

A principal consequência das descobertas de Mortara consiste em que elas alimentam uma sadia “relativização” dos pontos de vista de que se poderiam analisar os problemas demográficos brasileiros segundo a cor dos contingentes da população. Comparando a velocidade do incremento de cada contingente com os demais, conseguiu observar melhor a influência direta do crescimento vegetativo e compreender objetivamente a importância específica das diferenças de mortalidade na determinação das tendências de crescimento de cada estoque racial. À nossa análise interessa particularmente a conclusão de que a predominância numérica progressiva dos brancos não se produz em consequência da diminuição contínua e fatal dos não brancos. Mas em virtude de diferenças na intensidade ou na rapidez do incremento natural de cada grupo de cor da população brasileira. Em outras palavras, isso significa que todos os contingentes dessa população participam das tendências de crescimento rápido que ela revela. As diferenças entre os grupos negro e mulato em relação ao grupo branco, embora consideráveis, seriam meramente de grau. Consideradas em si mesma, elas também são “altas”, suportando confrontos com crescimentos demográficos de intensa vitalidade de outros países.[185]

Tudo indica, portanto, que seria prudente encarar com muitas reservas as opiniões formadas no primeiro quartel deste século XX sobre o propalado *deficit* negro da capital paulista. A inconsistência da documentação estatística e a complexidade dos problemas demográficos, que estão por trás das comparações (e que não podem ser examinados nem resolvidos com objetividade por meio daquela documentação), impõem tal orientação. O principal fator de "alarma" diante do declínio da população da cidade se prendia a fenômenos normais na ocasião. O abandono da capital por massas de ex-escravos ou de antigos libertos era perfeitamente natural, quer se veja a questão do ângulo da redistribuição da "população negra" em termos de sua procedência, quer se encare o assunto ecológica e socialmente. Uns retornavam às localidades de origem, às quais continuavam presos por uma ou outra razão. Outros tentavam neutralizar, pelas migrações, as desvantagens criadas pela competição com os imigrantes estrangeiros. Doutro lado, é patente, pela documentação estatística utilizável, que o crescimento vegetativo dos grupos negros e mulatos da população paulistana revela certa inferioridade desse grupo, nascida de circunstâncias puramente ecológicas, econômicas e sociais. Parece fora de dúvida que as condições de vida econômica e social, enfrentadas pelos negros e mulatos, são responsáveis pelo declínio de nascimentos e pelo aumento de óbitos, observados no seio de ambos os grupos. As circunstâncias que interferem nos dois processos são tão complexas e mal conhecidas, porém, que não se pode dizer, em termos demográficos ou sociológicos, como os seus efeitos repercutiram, estão repercutindo e tenderão a repercutir no crescimento vegetativo da população negra e mulata da cidade de São Paulo. Quanto ao passado (ao período que estamos focalizando), não seria difícil presumir que a leve tendência regressiva observada se relaciona com o precário nível de vida e com a desorganização social imperantes no "meio negro". Quanto ao presente e ao futuro, só investigações demográficas e ecológicas especiais poderiam indicar se tais fenômenos são ou não passageiros e, principalmente, se eles são ou não "normais", tendo-se em vista suas proporções e o processo de reintegração do negro e do mulato ao estilo de vida urbana, como ele se configura sob a égide do capitalismo, da industrialização e da sociedade de massas.

Ainda assim, uma coisa é clara. O *deficit* negro parece ter encontrado corretivo constante e amplamente compensador na substituição de cotas de população negra e mulata da capital. O processo que se iniciou por volta de

1884 aumentou progressivamente até o desfecho do abolicionismo e se intensificou rapidamente em seguida (como o demonstram os censos de 1886, 1890 e 1893); persistiu ao longo de todo o desenvolvimento posterior da cidade. Pelo que se sabe, as migrações do interior do estado para a capital foram ininterruptas, aumentando aceleradamente com a expansão industrial e a transformação de São Paulo em metrópole, com funções dominantes que se irradiam por toda a economia estadual, regional ou nacional. A participação dos negros e dos mulatos desses deslocamentos acompanha, mais ou menos, as proporções com que eles concorrem para a composição da população do estado de São Paulo. As análises de Lowrie demonstraram que a dispersão rural da população negra é acompanhada por uma leve tendência de concentração nas áreas urbanas de cada região, preferidas pelas parcelas migrantes dessa população.[186] Por conseguinte, é provável que o número de negros e mulatos, atraídos por tais migrações, exceda ligeiramente as porcentagens com que concorrem à população do estado de São Paulo. Contudo, a única pesquisa feita sobre o fenômeno, que permite considerar os deslocamentos segundo a cor dos agentes, sugere que as discrepâncias não devem ser muito grandes.[187] Também sempre existiu, ao lado dessa corrente do interior para a capital do estado, outra que ligava a cidade a várias regiões do país. Essa corrente mais ampla foi deveras importante na sociedade escravocrata, pois garantiu o suprimento de trabalhos numa época em que a expansão agrícola dependia do escravo e o tráfico já era proibido. As migrações internas de homens livres, nessa ocasião, assumiam pequenas proporções, abrangendo principalmente pessoas "cultas", que *tentavam a sorte* nas profissões liberais ou no comércio, e algumas "ricas", que se lançavam em empreendimentos agrícolas ou de natureza vária. As estatísticas de 1886 e de 1893 mostram que a cidade se beneficiou muito pouco com essas migrações, em regra polarizadas pela capital do país. Por isso, só com a desagregação do trabalho escravo iríamos atrair, progressivamente, as correntes de trabalhadores nacionais. Primeiro, de uma maneira tímida – de 1870 a 1899, por exemplo, os registros assinalavam somente 965 trabalhadores; em seguida, com intensidade crescente, como se infere dos seguintes dados:

1900-1904	9.587
1905-1909	11.287
1910-1914	12.688
1915-1919	21.239
1920-1924	53.456[62]

[188]

Tratava-se, porém, de um movimento migratório tão modesto, que o total de 109.222 trabalhadores (compreendendo-se também os que vieram desde 1875) era inferior ao número de italianos entrados no estado apenas no quinquênio de 1900-1904 e representava 5,3% do montante de imigrantes recebidos pelo estado de São Paulo. Somente no quinquênio 1925-1929 essa corrente iria adquirir certa vitalidade. Mas, até 1939, o seu total perfazia 20% do movimento imigratório, considerado em conjunto.[189] Nos pequenos segmentos desses grupos migrantes de trabalhadores nacionais, que sentiam alguma propensão pela "vida na cidade", surgiram novas fontes de abastecimento da população negra e mulata da capital.[190] Essa propensão parece não depender, apenas, de cer-tos anseios emocionais ou morais. O levantamento de Unzer de Almeida e Mendes Sobrinho sugere a existência de certas compatibilidades entre as qualificações ou aptidões prévias dos trabalhadores migrantes e sua absorção no sistema ocupacional da cidade.[191] Em outras palavras, embora muitos trabalhadores rústicos encontrem oportunidades de colocação em vários tipos de serviços urbanos, há um peneiramento qualitativo que funciona como regulador do processo, restringindo, provavelmente, a intensidade do afluxo e a concentração desses trabalhadores. Essa razão parece explicar, pelo menos em parte e até 1935, por que o principal arsenal de renovação da população negra e mulata de São Paulo se achava no interior do estado e não em outras regiões do país, embora estas também concorressem, de forma intermitente mas acumulativa, para aumentá-la.

O que importa, na presente análise, é que essa população também se renova continuamente, pela incorporação de novos quadros humanos. Esse fato merece atenção dupla: de um lado, por causa de sua significação demográfica; de outro, por causa de suas implicações sociológicas. Quanto à primeira, é evidente que aí se acha uma resposta para certos aspectos do incremento da população negra e mulata em condições relativamente adversas. As cotas novas, absorvidas continuamente, foram suficientes para contrabalançar três tendências reconhecíveis: a mobilidade horizontal, que não parece ser pequena no seio dessa população desde a implantação do regime de trabalho livre, e que desloca numerosos indivíduos para o interior do estado ou para outras regiões do país; as perdas do crescimento vegetativo, resultantes das altas taxas relativas de mortalidade, ou da diminuição intensa das cotas de mulheres que participam da reprodução e da redução da respectiva prolificidade; os efeitos persistentes da mestiçagem, fator de desequilíbrio permanente, que funciona como uma espécie de bomba de sucção invisível. Doutro lado, do ponto de vista sociológico, é inegável que a correção trazida pelas migrações internas tem sido de ordem meramente demográfica. A composição qualitati-va dos grupos negros ou mulatos migrantes não sofreu nenhuma alteração significativa. Eles continuam a abrigar uma forte mas-sa de trabalhadores rústicos, distanciados culturalmente do "mundo da cidade". Em contraposição, esta sente fome de braços e pode absorver, temporária e até permanentemente, parcelas elevadas de trabalhadores rústicos. No essencial, entretanto, continua a ser-lhes adversa, no mesmo sentido e com a mesma intensidade que antes. Daí resulta que as condições materiais e morais de vida fomentam a perpetuação do "*deficit* negro". Como este não parece ser um produto puramente demográfico, mas uma consequência da interação do negro e do mulato com as forças econômicas e sociais da comunidade urbana, ele persiste indefinidamente, através do incremento da "população de cor" e apesar da elevação do padrão de vida de alguns de seus setores!

Colocando-se as coisas nesse contexto, verifica-se que o negro e o mulato sofreram, de maneira extremamente intensa e prolongada, efeitos que atingiram em grau bem menor outros segmentos da população paulistana. Um estudo particularmente fecundo, de Lowrie,[192] esclarece-nos sobremaneira a respeito. A expansão urbana e a industrialização provocaram transformações que afetaram, universalmente, todos os moradores nativos da cidade. Por paradoxal que pareça, sob muitos aspectos o "estranho" se sentia

mais em *sua casa* que os naturais do país. Onde a "imigração" coincidia com a instauração de um novo *estilo de vida* – e ela significou isso de modo extenso e profundo, tanto no "mundo rural" quanto (e principalmente) no "mundo urbano" –, as transformações demográficas passaram a refletir novos padrões de organização da vida humana. Em todo o estado de São Paulo, mas especialmente nos centros mais urbanizados e no município da capital, a presença do imigrante acarretou modificações substanciais no padrão demográfico vigente. Lowrie deu particular atenção aos aspectos dessa transformação que podiam ser descritos pelos dados estatísticos acessíveis. Os resultados que apurou demonstram conclusivamente (e de modo criterioso) que a sociedade brasileira absorvia, com a massa de imigrantes, seus padrões de casamento e de relação dos sexos. Presumindo-se que a capacidade prolífica das mulheres seja fisiologicamente constante e que uma distribuição por idade mais favorável ao elemento estrangeiro não produzisse, por si mesma, alterações profundas tão rápidas, isso explicaria o notável incremento da taxa de natalidade dos brancos e a enorme vitalidade assumida pelo crescimento desse setor da população paulista.

Municípios	Pai brasileiro			Pai estrangeiro			Pai de nacionalidade ignorada			Total
	Mãe		Nac. desc.	Mãe		Nac. desc.	Mãe		Nac. desc.	
	Brasileira	Estrangeira		Brasileira	Estrangeira		Brasileira	Estrangeira		
Capital, Santos, Campinas, Ribeirão Preto, São Carlos, Guaratinguetá e Botucatu	153.088 44%	16.521 5%	80 –	44.991 13%	123.270 35%	71 –	7.779 2%	1.944 1%	1.029 –	348.773 100%
Subtotal		169.689 49%			168.332 48%			10.752 3%		348.773 100%
Outros municípios do estado		891.034 71%			342.026 27%			29.100 2%		1.262.160 100%
Total do estado		1.060.723 66%			510.358 32%			39.852 2%		1.610.933 100%
Só município da capital	80.366 37%	11.090 5%	56 –	27.768 13%	88.044 41%	56 –	5.470 3%	1.493 11%	520 –	214.863 100%

Tomando-se em conta os dados sobre a nacionalidade dos pais nos registros de nascimento, por exemplo, observa-se que a participação dos imigrantes de ambos os sexos na reprodução se tornara notavelmente intensa na segunda década deste século XX. Nos municípios onde a prosperidade

econômica se associou a um ritmo regular de urbanização, os pais estrangeiros concorreriam aproximadamente na mesma proporção ou superavam os pais de origem brasileira no processo reprodutivo. Doutro lado, em todo o Estado eles contribuíam com quase um terço do registro da paternidade, enquanto as mulheres estrangeiras entravam com mais de 40% da cota de mulheres incluídas na reprodução. O município da capital apresentava índices sensivelmente favoráveis aos imigrantes, de ambos os sexos, a esse respeito: mais de 54% dos pais cuja paternidade foi registrada pertenciam a esse grupo, o mesmo acontecendo com 47% das mães nessas condições. O quadro 11, construído com dados e porcentagens coligidas por Lowrie, resume as indicações essenciais.[193]

Essa participação tinha de se refletir, necessariamente, seja no caráter da contribuição do imigrante ao incremento natural da população, seja no declínio do coeficiente de natalidade do elemento nativo. Nessa época, já se faziam prenunciar certos efeitos da urbanização na restrição da prolificidade, mas ainda assim Lowrie conseguiu comprovar os principais aspectos assumidos pelas duas consequências da imigração. Seria impraticável reproduzir todas as conclusões relevantes a que chegou, com a documentação e comprovações estatísticas correspondentes. Estudando os nascimentos e coeficientes de natalidade segundo a nacionalidade das mães, para todo o estado em 1920, chegou a constatar que as mulheres estrangeiras concorriam com uma vez e meia o total alcançado pelas brasileiras, embora em alguns municípios essa relação fosse mais acentuada (como no município da capital e de São Carlos, em que era de 1,63 e 1,75, respectivamente, para as mulheres de 18 a 44 anos). Quanto à capital, os resultados do censo de 1934, em processo de apuração, atestavam que, em certos distritos, o número de crianças com 6 anos ou menos por 1.000 mulheres de 14 a 44 anos era de 417 para as brasileiras e 672 para as estrangeiras (incluindo-se os filhos nascidos fora do Brasil, seriam 699). Com base nessas evidências e nas conclusões computadas pela análise dos casamentos segundo a nacionalidade dos cônjuges e dos nascimentos segundo a nacionalidade dos pais (para o estado, de 1913-1928; para o município da capital, de 1895-1933), Lowrie formula as seguintes conclusões:

> “(1) Os coeficientes de natalidade por união conjugal, quer para brasileiros, quer para estrangeiros, tanto com relação aos homens como com relação às mulheres, oscilam de maneira mais ou menos idêntica. Às mulheres, todavia, cabem os coeficientes mais elevados. Disto segue que um confronto entre os nascimentos segundo a nacionalidade dos homens fornecerá aproximadamente o mesmo resultado que se obteria mediante um estudo idêntico com relação às mulheres, exceto no que se reporta às diferenças que seriam, naturalmente, menores. [...] (2) Tanto para os homens como para as mulheres, o número de filhos de

estrangeiros por casamento é consideravelmente mais elevado que o de nacionais, sendo de um e um terço a um e três quartos maior que este. [...] (3) Estas diferenças quanto ao número de filhos ofereceu mais uma prova segura de que os estrangeiros tendem, relativamente, a ocupar um lugar cada vez maior na população local, enquanto tendência oposta se verifica com relação aos nacionais. [...] (4) O coeficiente de substituição populacional do Estado parece ser mais elevado que o da cidade de São Paulo. [...] (5) Na capital, especialmente, nota-se um declínio definido quanto ao coeficiente de nascimentos. Fato semelhante, porém menos intenso, e particularmente com relação aos brasileiros parece ocorrer no Estado. O período estudado é, todavia, pequeno para fornecer conclusões inatacáveis".[194]

No entanto, a análise da ascendência de certos grupos mostra que o processo pelo qual a antiga estirpe brasileira cedia seu lugar ao elemento imigrante não seria uniforme. Na classe média ou superior, sondada pelos alunos da Universidade de São Paulo, a porcentagem de pais brasileiros e de avós brasileiros se revelava máxima (71% e 60%, respectivamente); na classe operária, sondada pelas crianças que frequentavam os parques infantis municipais, essa proporção era a mais baixa de todas (54% de pais brasileiros e 21% de avós brasileiros); na classe semidependente, sondada pelos recém-nascidos das seções gratuitas dos hospitais, a presença do elemento imigrante se revelava menos intensa (73% de pais brasileiros e 48% de avós brasileiros).[195] Essas evidências não são tão conclusivas quanto os resultados da análise dos casamentos, dos nascimentos e dos censos. Contudo, como são congruentes com as demais conclusões, elas podem ser aceitas como índices da rapidez com que se processou a substituição populacional na cidade de São Paulo, sob o impacto da imigração. Ao lado da massa de imigrantes radicados no município da capital, computados em 35,4% pelo censo de 1920 e em 28% pelo censo de 1934,[196] tínhamos, em todos os níveis socioeconômicos da população paulistana, uma elevadíssima proporção de descendentes de estrangeiros nascidos no Brasil.

QUADRO 12

Nacionalidade de ascendentes de crianças nascidas no Brasil – cidade de São Paulo[197]

Classes da população	Avós estrangeiros	Pais estrangeiros
"Média" e "Alta"	40%	29%
"Operária"	79%	46%
"Baixa"	49%	27%

As conclusões gerais de Lowrie merecem ser transcritas:

> (1) A imigração contribuiu para o aumento da população; (2) A imigração parece ter influído pouco ou nada sobre o aumento da população nativa; (3) Não ocorreu uma substituição *stricto sensu* do elemento nativo da população ou se ocorreu foi insignificante. A população nativa está se tornando relativamente menos importante, em consequência: a. da afluência de imigrantes; b. de uma distribuição de idades que favorece o estabelecimento de um coeficiente de aumento mais rápido de estrangeiros que de nacionais; c. de um coeficiente mais rápido de aumento do número de estrangeiros além daquele que se deve à diferença de idade; (4) Todavia, para várias gerações, a importância que vem assumindo o grupo imigrante na população de São Paulo depende do coeficiente relativo de aumento do número de filhos. Se este for mais elevado para os estrangeiros que para os nacionais, os efeitos de um mais rápido coeficiente de aumento de estrangeiros tornar-se-á cumulativo e, por conseguinte, duplamente efetivo. Por outro lado, se for menor que o dos nacionais, os efeitos de um coeficiente de natalidade estrangeira mais elevado que a brasileira tenderão a ser neutralizados. Qual seja na realidade este coeficiente relativamente a São Paulo, ainda não podemos determinar.[198]

Seria imprudente ignorar que conhecemos muito mal a situação demográfica da cidade de São Paulo, quanto às principais variáveis que poderiam explicar o crescimento da população tendo-se em vista a nacionalidade e a cor dos moradores. Além disso, na época considerada por Lowrie estava meramente se iniciando um novo surto migrante, incrustado agora numa população muito mais caracteristicamente urbana e muito mais seletiva nessa direção. Por isso, poder-se-iam agregar, às conclusões de Lowrie, duas considerações gerais. Primeiro, a migração rural-urbana do interior para a capital tem sido continuamente suplementada por migrações com o mesmo caráter de outras localidades brasileiras para São Paulo. Nessas correntes, o elemento estrangeiro ou descendente de estrangeiro só conta em proporção análoga à da população paulista em relação aos grupos procedentes do sul do país, em regra pouco numerosos. Quanto aos efeitos demográficos dessas transformações, pouco se sabe de concreto. A predominância dos elementos vindos do interior faz com que a homogeneização da população da cidade tome como ponto de referência muito mais o padrão interno da população do estado de São Paulo, que a do Brasil como um todo. Isso indica que haverá um declínio na influência dos

imigrantes e seus descendentes, mas que ela se preservará considerável nas próximas gerações.

Segundo, no que concerne à última conclusão de Lowrie, parece que as diferenças ligadas a padrões étnicos e nacionais de vida transplantados e às distribuições por idade ou por sexo inerentes ao processo imigratório tendem a se tornar menos efetivas.[199] À medida que as estratificações demográficas regionais tendem, caracteristicamente, para configurações definidamente "urbanas" ou "suburbanas", aquelas diferenças são absorvidas por outras influências, associadas a fatores demográficos ou socioeconômicos locais ou regionais. Essa asserção se funda nos resultados das análises dos censos de 1940 e de 1950, feitas por Mortara e seus colaboradores, e alimenta a suposição de que a última alternativa da conclusão número 4 (ou seja, da neutralização dos efeitos de um coeficiente de natalidade estrangeira mais elevado) constitui a hipótese plausível, pelo menos com referência à cidade de São Paulo.

Essa digressão sobre a importância da imigração no crescimento demográfico de São Paulo se relaciona de duas maneiras com o propósito desta parte do nosso trabalho. Em primeiro lugar, as proporções e os efeitos da "substituição populacional" não foram as mesmas para todas as camadas da população paulistana. No que se refere ao branco da "plebe" e ao negro em geral, em processo de plebeização, ocorreu de fato, sob muitos aspectos, uma substituição *stricto sensu*, de caráter competitivo e temporário. A análise feita no capítulo anterior parece ser conclusiva, no que concerne à situação do negro e do mulato. Embora o "estrangeiro" não tenha, literalmente, "tomado o lugar do negro", este não suportou as condições de competição com o imigrante, criadas pelo trabalho livre e pela expansão da economia capitalista. Nesse sentido (e somente nesse sentido), a presença do imigrante operou como um fator indireto de desalojamento do negro ou do mulato do sistema de produção e, portanto, de perpetuação indefinida do estado de anomia, responsável pelos índices negativos de crescimento vegetativo da "população negra". Em segundo lugar, cumpria estabelecer, tão claramente quanto fosse possível com os conhecimentos disponíveis, o que a urbanização representou, em termos demográficos, na cidade de São Paulo. A ligação das diversas camadas da população com as condições e as consequências do processo varia de modo considerável. Mediante evidências indiretas, observa-se que o elemento nativo sofreu, de maneira geral, um impacto que nem sempre foi absorvido e neutralizado satisfatoriamente. Os

grupos que não dispunham de meios favoráveis de localização dentro da estrutura urbana, em desenvolvimento rápido e tumultuoso, acabaram sofrendo mais intensamente os efeitos negativos da substituição populacional, vinculada demográfica, econômica e socialmente à urbanização. Os negros e mulatos faziam parte dos grupos populacionais ao mesmo tempo mais desprotegidos e menos aptos em face dos riscos e das exigências da expansão urbana. Por isso, as desvantagens relativas do elemento nativo podiam adquirir, para eles, expressão muito mais grave. É difícil avaliar, objetivamente, como as coisas se passaram. Mas parece incontestável que o "*deficit* negro", no que ele tinha de caracterizável e de marcante, precisa ser entendido à luz do processo de alteração da estrutura demográfica da cidade e dos fatores que determinaram o curso de sua manifestação e a natureza dos seus efeitos.

Desse ponto de vista, a contribuição de Lowrie é a única que nos oferece um ângulo sugestivo para avaliar o incremento relativo dos vários grupos de cor da cidade, distinguindo-se, no grupo branco, a cota de moradores de *origem brasileira* da cota de *origem estrangeira*. De acordo com seus cálculos seria legítimo estimar o coeficiente de aumento de estrangeiros como sendo uma vez e meia ou duas maior que o de nativos. De acordo com essas avaliações, a população do estado de São Paulo apresentaria em 1934:[200]

1) de acordo com a primeira avaliação:

Brasileiros de pais brasileiros	3.456.000 (53,72%);
Brasileiros de pais estrangeiros e imigrantes	2.977.000 (46,28%);
Total	6.433.000 (100,00%).

2) de acordo com a segunda avaliação:

Brasileiros de pais brasileiros	3.130.000 (48,66%);
Brasileiros de pais estrangeiros e imigrantes	3.303.000 (51,34%);
Total	6.433.000 (100,00%).

Lowrie não reproduziu os cálculos tendo em vista o crescimento demográfico da cidade de São Paulo. Contudo, ambas as avaliações podem ser consideradas baixas, tendo-se em vista o grau de concentração de estrangeiros na capital.[201] Tomando como ponto de referência o censo de 1893, com essas estimativas seria possível estabelecer várias presunções de certo relevo. Pelos dados censitários, o aumento dos dois grupos da população, entre 1893 e 1934, teria obedecido às seguintes proporções: nacionais, aumentaram pouco mais de 12,5 vezes; estrangeiros, aumentaram pouco mais de 4 vezes; segundo os cálculos fornecidos pelas estimativas de Lowrie, nesse período a população paulistana de origem brasileira teria aumentado de quase 8,5 a quase 9,5 vezes; e a de origem estrangeira teria aumentado de quase 6 e 3/4 a quase 7,5 vezes. Comparando-se essas indicações, quanto ao negro e ao mulato, aos dados fornecidos pelo censo de 1940 – o único que introduz discriminação quanto à cor[202] –, constata-se que o incremento comparativo da população negra e mulata da capital teria sido relativamente menor. Assim, entre 1893 e 1940, o número de mulatos teria aumentado mais de cinco vezes; o de negros, mais de dez vezes e meia; e o de negros e mulatos, em conjunto, sete vezes e meia. Como em 1940 a cota de negros e mulatos acumulava, pelo menos, o acréscimo resultante das migrações internas, particularmente intensas no segundo quinquênio da década de 1930 – para não se mencionar o crescimento vegetativo desse grupo de cor da população, que registra saldos negativos no período considerado –, é patente sua inferioridade quanto ao ritmo de aumento dos grupos de cor branca, embora essa inferioridade seja maior (como seria de se esperar) quanto à população branca de origem brasileira. Introduzindo-se um artifício de avaliação, pode-se conjecturar que esta última teria aumentado entre 9 e 10 vezes, de 1893 a 1934, enquanto a população branca de origem estrangeira teria aumentado de 6,5 a 7 vezes, e a população negra e mulata mais ou menos 6 vezes.[203] Não obstante, tais conjecturas são arbitrárias e só servem para ilustrar deduções que podem ser feitas, com certa margem de segurança, por meio das indicações do censo de 1940.

Por precárias que sejam as informações disponíveis, elas permitem verificar que o incremento comparativo da população negra e mulata da cidade de São Paulo apresenta grande vitalidade. E, o que é mais importante, essas informações permitem concluir que a fonte desse incremento têm sido as migrações internas, no período considerado, principalmente as migrações do interior para a capital do estado. Essa conclusão, que acreditamos

incontestável, possui enorme importância sociológica. Ela evidencia que a "população negra" *não tendia a desaparecer,* como se supôs, e *continuou a aumentar,* ao contrário, sem contudo alcançar um padrão dinâmico de equilíbrio demográfico vinculado à estrutura da vida urbana. Na melhor das hipóteses, isso significa que a correção do "*deficit* negro" sempre foi meramente quantitativa e exterior (para não dizer aparente). Os efeitos da mobilidade horizontal, associados à atração urbana e à instabilidade ocupacional do homem rústico, e as consequências do "branqueamento" pressupõem fatores estruturais de *persistência secular.* Eles só seriam neutralizados se ocorressem transformações profundas no recrutamento ou na socialização dos agentes humanos que compõem as massas migrantes dos trabalhadores nacionais e se deixassem de operar as influências que tornam imperativas certas identificações com a "raça dominante". A parte desse *deficit* que nasce do pequeno excesso da mortalidade sobre a natalidade poderia ser corrigida de forma definitiva e comprovável no período de tempo considerado. Mas sob uma condição: que a urbanização dos níveis e dos padrões de vida do negro e do mulato tivesse obedecido a um ritmo inicial intenso e a uma aceleração constante. Ora, tal coisa não se deu, apesar de a contínua renovação da população negra e mulata ter favorecido a persistência de certos atributos demográficos favoráveis, relacionados com as características de "populações jovens" e "migrantes". Embora ainda se conheçam mal as causas desse fenômeno, parece claro que ele resulta, na cidade de São Paulo, da perpetuação indefinida de fatores que dificultam o ajustamento rápido do negro ou do mulato ao "estilo urbano de vida" e das condições negativas daí decorrentes, as quais interferem restritivamente em suas possibilidades de competir, de modo vantajoso, com outros grupos populacionais no plano biótico.

O essencial, portanto, não está nas proporções nem no teor aparentemente catastrófico do "*deficit* negro", mas no que ele representa como índice demográfico de um desajustamento de caráter estrutural e persistente. A situação econômica, social e cultural aparece, assim, como regulador inexorável do crescimento vegetativo da "população negra". As características demográficas que poderiam contar vantajosamente, na competição biótica do negro e do mulato com o branco de origem nativa e estrangeira, acabaram sendo abatidas ou parcialmente anuladas, sempre em consequência das mesmas razões fundamentais. Como escreve Raul Joviano

do Amaral, com sua dupla autoridade de estatístico e líder de movimentos sociais do meio negro:

> A uma coletividade, a que tem faltado o mínimo de assistência e orientação, dizimada pelas mazelas, pelo analfabetismo, corroída pela fome e pelo vício, desprestigiada e marcada para os misteres mais humildes, que lhe não permitem melhoria acentuada; a uma coletividade minada por todos os fatores de desagregação social, que a coloca em condições favoráveis, propícias à desnutrição sucessiva e implacável, é de se notar a sua enorme vitalidade, a sua esplêndida resistência a todas as condições de forçado depauperamento físico e moral, que, se atuando em outros grupos higidamente, originariamente, mais fracos, tê-lo-iam fatalmente reduzido já a índices ainda mais baixos que aos atribuídos ao grupo negro em 1950.[204]

Portanto, a "população negra" acompanha a tendência de crescimento demográfico geral da cidade. Porém, as coisas se passaram como se as sucessivas levas de negros e de mulatos, que se incorporam incessantemente ao "mundo urbano", viessem reativar a caldeira que alimenta desequilíbrios funestos para o futuro daquela população. Ajustando-se à vida urbana em termos do que é mínimo para a sobrevivência, a "população negra" paulistana arcou, de maneira permanente, com transtornos demográficos que deveriam ser transitórios. Como assinalou Lowrie, nem tudo é visível com relação ao destino do negro e do mulato no Brasil, por causa do nosso padrão típico de "segregação rudimentar" e difusa.[205] Contudo, as indicações demográficas oferecem uma espécie de radiografia dessa realidade camuflada, revelando-nos que o negro e o mulato subsistiram, indefinidamente, no primeiro estágio da "luta pela vida" das populações rústicas migrantes concentradas na *grande cidade*. Esse fato é que merece atenção central, porque evidencia que, quase meio século após a Abolição, o negro e o mulato ainda não tinham conquistado um nicho próprio e seguro dentro do *mundo urbano*, que fizesse daquele estágio um episódio de transição, inevitável mas transponível. Pagaram com o próprio corpo ou com a própria vida, ininterruptamente, os anseios de liberdade, de independência e de consideração que os animavam a "tentar a sorte", usufruindo magramente das compensações materiais e morais da civilização urbana.

OceanofPDF.com

2. Os diferentes níveis da desorganização social

Essas conclusões nos levam, diretamente, ao que é fundamental: as compensações individuais ou coletivas, oferecidas pela "vida na cidade", não alteraram, substancialmente, a posição do negro e do mulato no sistema de relações econômicas e sociais. Em todo o período considerado, ambos se mantêm no mesmo estado em que foram surpreendidos pela eclosão da ordem social competitiva e pela revolução urbana, completamente desfavorecidos pelos novos crivos socioeconômicos de peneiramento profissional e, por consequência, totalmente incapazes de assimilar os novos padrões de vida, associados às ocupações urbanas mais promissoras e rendosas. A rigor, não ficaram apenas à margem do processo de crescimento econômico, inerente à revolução urbana paulistana. Partilharam de tal modo da rede de ocupações e de oportunidades abertas pelo "estilo urbano de vida" que acabaram eternizando os inevitáveis desajustamentos iniciais, nascidos da crise do antigo regime, e se convertendo rapidamente, em toda a plenitude, numa população em desorganização social crônica.

Para se entender adequadamente esse fato é preciso compreender como a urbanização, a industrialização e a imigração se vincularam, dinamicamente, na evolução da cidade de São Paulo, no período que vai do fim do século XIX a 1930. Como vimos, o surto urbano paulistano coincide com a imigração e, sob muitos aspectos, é um complexo produto da combinação da expansão econômica interna, provocada pelas ramificações capitalistas engendradas pelos "negócios do café", com a implantação de uma nova mentalidade econômica, trazida principalmente pelos imigrantes. Nesse período, o crescimento econômico contínuo vai conferir à cidade uma autêntica autonomia progressiva sobre o campo. Em particular depois da guerra de 1914-1918, os efeitos da industrialização vão se fazer sentir com força especial, projetando na cena histórica brasileira um novo padrão de urbanização, que põe em primeiro plano os interesses econômicos, sociais e políticos da cidade propriamente dita. Quando se atinge essa fase, o fazendeiro deixa de ter importância como figura dominante específica e a primazia do jogo econômico passa, gradualmente, para as mãos do capitalista típico, instalado na "grande cidade". Isso não significa, naturalmente, que a produção cafeeira perdesse o caráter de meio de

acumulação de capital, nem que o fazendeiro se tornasse, de um momento para outro, um agente econômico desprezível. Mas que ele esgotara seu papel histórico, na transição da *grande lavoura* para uma *economia capitalista diferenciada*.

Nas condições econômicas e sociais que se criam, então, duas categorias sociais se beneficiam, amplamente, com os proventos econômicos, sociais e políticos da industrialização: os que detinham os papéis de capitalistas, como "donos" das empresas nascentes; os que conseguiam vender sua força de trabalho, como "operários". Embora os elementos nacionais se incluíssem em ambas as categorias, o negro e o mulato delas participaram em proporções ínfimas.[206] Excluindo-se raros casos de mestiçagem em grandes famílias nacionais, o advento do capitalismo urbano e industrial foi prejudicial ao empreendedor negro ou mulato independente, inapelavelmente desalojado, como assinalamos, de todas as posições vantajosas que havia adquirido no passado. Quanto ao mercado de trabalho livre, também vimos como ele foi desfavorável aos elementos egressos da escravidão ou do trabalho livre associado ao regime servil. Poucos conseguiram se classificar como "operários", seja porque se temia a sua falta de preparo técnico, seja porque se valorizava preferencialmente o "trabalhador estrangeiro", seja enfim porque os próprios "negros" e "mulatos" se retraíam, candidatando-se de preferência às oportunidades de trabalho que lhes eram mais acessíveis. O fato de a urbanização e a industrialização se darem, em grande parte, como consequência da imigração, concedia ao imigrante uma posição altamente vantajosa em relação ao elemento nacional e, em segundo lugar, quase anulava as possibilidades de competição do negro e do mulato, automaticamente deslocados para os setores menos favorecidos do conglomerado nacional.

O que nos importa, aqui, são as tendências características de transformação da estrutura econômica, social e política da cidade. Nesse período, na medida em que vão para o centro do palco os agentes econômicos típicos da "grande cidade", fazem-se sentir, com vigor, os efeitos da substituição populacional, ocorrida ao longo de pouco mais de meio século de evolução urbana. Embora esses agentes contem independentemente de suas origens éticas ou nacionais, eles são esmagadoramente "brancos" e de forma preponderante "estrangeiros" ou nacionais de ascendência "estrangeira". Mesmo na categoria subordinada

dos assalariados essa constante é visível e marcante, como acentua Lowrie, que explica o processo em termos dos requisitos psicossociais das novas ocupações.

> Não está ainda perfeitamente delineado o motivo da substituição do antigo elemento brasileiro pelo estrangeiro. Não será certamente aplicável a São Paulo a ideia comum dos americanos de que a substituição resulta da incapacidade de competirem os nacionais com os estrangeiros em baixos padrões de vida e em salários reduzidos, pois que, se bem que o padrão de vida e os salários dos imigrantes não sejam elevados no Brasil, tudo está a indicar que eles são ao menos iguais, se não superiores, aos dos trabalhadores nativos. [...] Ouve-se frequentemente a asserção de que o trabalhador estrangeiro é superior ao nacional, mormente para o trabalho que exige um prévio estágio de aprendizagem. Na indústria, particularmente, diz-se que certos tipos de trabalhos especializados têm que ser confiados aos estrangeiros ou a seus filhos nascidos no Brasil, em virtude de não se encontrarem brasileiros com o necessário conhecimento e prática para o desempenho dessas funções. O grande número de operários estrangeiros empregados na indústria vem corroborar – sem, todavia, provar – esta assertiva. O recenseamento de 1920 registrou como estrangeiros, com 21 anos ou mais, metade dos trabalhadores industriais, sendo que nessa época apenas 34% da população total do Estado estava compreendida nessa classe de idade. Dos trabalhadores classificados como brasileiros grande parte era constituída por filhos de estrangeiros, dos quais, provavelmente, um certo número adquirira prática diretamente dos pais.[207]

Portanto, as condições dinâmicas que ligaram a urbanização à imigração e ambas à industrialização da cidade de São Paulo, explicam por que o negro e o mulato não foram reabsorvidos pelo sistema ocupacional urbano. As posições “altas” ou “intermediárias” estavam fora de cogitação, pois a elas só podiam concorrer os elementos das camadas dominantes e os estrangeiros ou descendentes de estrangeiros em ascensão. As posições criadas pelo trabalho assalariado, graças à expansão urbana e à industrialização, caíam na esfera em que era mais intensa e dura a concorrência com elementos estrangeiros ou nacionais (em menor proporção), tidos como mais aptos, competentes e produtivos. Assim, a questão de como “ganhar a vida” surgia como um grave dilema para o negro e o mulato. Malgrado o afastamento do regime servil, nada alterara o estado de coisas que produzira o inevitável desajustamento estrutural do antigo agente do trabalho escravo no regime competitivo. As posições mais cobiçadas se mantinham “fechadas” e inacessíveis; as posições “abertas” eram seletivas segundo critérios que só episodicamente podiam favorecer pequeno número de “elementos de cor”. O negro e o mulato, que ficaram à margem da eclosão da ordem social competitiva, continuavam na mesma situação em seus desdobramentos históricos posteriores. O primeiro surto industrial, provocado pelo desenvolvimento urbano prévio, iria beneficiar, ainda mais, os agentes humanos “nacionais” ou “estrangeiros” que haviam logrado posições estratégicas na estrutura ocupacional e econômica da cidade. Os demais – e com eles o grosso da “população de cor” – teriam de

aguardar o futuro, mobilizando apenas parcialmente sua capacidade de trabalho e desfrutando um nível de vida rústico, pré-capitalista e antiurbano.

Sem ter como "ganhar a vida" em ocupações e níveis de renda conspicuamente urbanos, o negro e o mulato não podiam absorver o "estilo urbano de vida". Como acontecera antes, na fase incipiente de formação da ordem social competitiva e da revolução urbana, moravam *dentro* da cidade, sem pertencer a ela de corpo e alma. Como as motivações e os sentimentos vigorosos, forjados pela luta abolicionista, deixassem de operar, o impacto dessa situação se tornava ainda mais destrutivo e desalentador. Antes, o ócio disfarçado ou a vagabundagem ocasional apareciam como um expediente de autoafirmação, um meio para resguardar a liberdade e a dignidade da pessoa. Agora, já não possuem significado suplementar – a desocupação permanente desmoraliza o homem e o predispõe para a vadiagem sistemática. A mesma coisa acontece em outros níveis do comportamento humano, da exploração do trabalho da mulher à especialização na área do crime. O que soava como uma dramática e altiva forma de protesto, por falta de melhor destino, degrada-se incessantemente, conduzindo seus agentes humanos pelo plano inclinado da miséria, da corrupção e do desalento coletivo.

É extremamente difícil documentar essa faceta da vida do negro e do mulato na cidade. Os viajantes, os historiadores e os ensaístas deixaram de dar atenção ao *negro*, concentrando seu interesse nos imigrantes ou nos agentes econômicos típicos da "sociedade industrial". A variada e rica documentação contida na chamada "imprensa negra",[208] por sua vez, retém mais os efeitos que as causas do drama do negro na cidade. Por isso, ela fornece boas pistas mas poucos dados conclusivos para explicar o que aconteceu. Por meio de alguns documentos pessoais, especialmente algumas histórias de vida e entrevistas focalizadas nos perfis de carreira do negro ou do mulato, conseguimos estabelecer as linhas dessa interpretação geral e comprovar que, de fato, a impossibilidade de "ganhar a vida" de maneira segura, compensadora e constante, mediante ocupações conspicuamente *urbanas*, está na própria raiz de todos os males que se abateram sobre a "população de cor" da cidade de São Paulo. A absorção de novos padrões de comportamento e do "estilo urbano de vida" dependia, naturalmente, da aquisição prévia e em larga escala das formas de "ganhar a vida" produzidas e reguladas pelo desenvolvimento da civilização urbana e industrial. Enquanto e na medida em que se viam excluídos de tais formas de "ganhar a vida", o negro e o mulato não tinham como participar econômica, social e

culturalmente daquela civilização. Ficavam condenados a um isolamento disfarçado, ajustando-se deficientemente ao mundo urbano, através da herança sociocultural transplantada do antigo passado rústico do “escravo” e do “liberto”.

As indicações coligidas evidenciam que, no decurso da expansão urbana, a situação do negro e do mulato no sistema ocupacional da cidade, por volta de 1920, era sensivelmente pior que antes. Em uma das histórias de vida, o informante nos adiantou que “eram raros os negros que tinham profissão, como pedreiro, carpinteiro, barbeiro, alfaiate, sapateiro. Eram profissões difíceis e os negrinhos aprendizes tinham dificuldade em conseguir colocação”. Nas fábricas, as oportunidades de trabalho raramente caíam em suas mãos, a menos que fossem “serviços de negros”, descritos pelo informante, com esse nome, como “os que os italianos não faziam, os serviços pesados e arriscados para a saúde”. A mulher negra, por sua vez, “até hoje encontra dificuldade para ser aprendiz e chegar a ser tecelã”, tendo de se contentar com os empregos como domésticas, principalmente junto a “famílias tradicionais”. “No comércio havia poucas pessoas de cor. Apenas duas ou três chapelarias tinham empregados negros; quando trabalhavam em casas de comércio, em regra eles exerciam ocupações braçais.” Por isso, os negros e os mulatos que quisessem ganhar a vida se sujeitavam aos “serviços de negros” (de faxina, como carregador, de pá e picareta etc.). Em sua maioria, esses serviços eram mal pagos e requeriam pouca ou nenhuma qualificação.

> No começo de minha vida de adulto [por volta de 1920], os negros tinham profissões domésticas. Realizavam todos os serviços de casa. Os cocheiros eram geralmente brancos, mas os que cuidavam dos cavalos eram negros. O cocheiro era um sujeito importante, que tinha uma cartola assim. ... Nas pensões, os serviçais eram negros. Havia, mesmo, lavadores de casas, que faziam ponto num determinado lugar. [...] Os negros fortes eram bem vistos para servirem de capangas para garantir seus patrões ou mostrar que se mexessem com eles teriam de se haver com um negro. [...] Havia advogados e médicos que tinham um negro para tomar conta do escritório.

Ser motorista particular, pequeno funcionário público (como serventes, bedéis e escriturários, mas também em serviços de pá e picareta e como lixeiros) e investigador da Polícia era algo considerável. Tais empregos só podiam ser obtidos por aqueles que dispusessem de forte proteção de “algum figurão branco”. As exterioridades no vestir e o nível de vida estabeleciam a distinção entre os “negros pobres” e os “negros de elite”.

> A vida do negro dividia-se [o informante refere-se a 1924-1926] em: 1o – negros que frequentavam salões de baile no centro, considerados elite; 2o – negros de bairro, chamados de brim por causa do tecido das roupas que usavam. Os primeiros eram os que trabalhavam nas repartições públicas, os choferes, ganhavam mais e andavam melhor trajados – os motoristas, por exemplo, gastavam mais nos bufês dos salões de baile e não admitiam a aproximação dos outros, oprimidos, mais ignorantes. Os segundos, embora com menos dinheiro, eram mais independentes, não estavam encostados nos brancos, recebendo proteção e os bajulando.

Seria possível, aproveitando-se os dados arrolados pelo coronel dr. Arthur Lobo da Silva, ter uma imagem mais completa da distribuição das ocupações pelos diferentes grupos da população, mas com referência a todo o estado de São Paulo. A amostra em questão dizia respeito a indivíduos convocados para o serviço militar; abrangia, pois, uma parcela da população que tendia para posições “baixas” ou “intermediárias” na estrutura ocupacional. É provável que apresentasse, por isso, uma concentração maior de “pessoas de cor”. O quadro 13, a seguir, coordena os referidos dados, sob novo arranjo e com o cálculo das percentagens.

Na verdade, prevalecia a maior incerteza quanto à conquista e à preservação de uma fonte estável de ganho. A maioria precisava viver de “expedientes” – pequenos serviços, prestados aqui e ali, sem nenhuma perspectiva de engajamento assalariado. O fato de possuir ou não qualificações profissionais não constituía uma garantia de obtenção de emprego. Um exemplo é esclarecedor: “um bom pedreiro frentista, vindo da Bahia onde aprendeu o ofício desde menino, precisou trabalhar uma semana em experiência porque o mestre da obra não acreditava que ele fosse capaz de fazer aquele serviço”. Mas, mesmo depois de obter o emprego, ficavam permanentemente sujeitos a contratempos. Na história da vida de um dos informantes há um episódio esclarecedor: conseguiu colocação como empregado de escritório em banco. Depois de certo tempo, quando pensava que tudo iria bem em sua vida, trocaram o gerente do banco. O novo chefe “me manda limpar os sapatos dele. Disse-lhe violentamente que tinha cuidado de suas acomodações porque tinha ficado encarregado disso, mas que era empregado de escritório e não me cabia fazer o que me havia mandado. ‘Negro é para isso mesmo’, respondeu-me. Catei-o pelos colarinhos!... A intervenção de colegas impediu que lhe desse na cara”. O acaso regulava o aproveitamento ocupacional do negro e do mulato e nada restringia a enorme mobilidade, que os levava a borboletear de serviço em serviço, à cata de uma oportunidade efetiva, de melhor remuneração e também de consideração humana. Homens e mulheres começavam a trabalhar na mais tenra idade, nas barbearias, nos depósitos de lenha, nas

oficinas ou nas casas de família; e trabalhavam duramente até o fim da vida, mal ganhando para o próprio sustento e a alimentação dos filhos. Vários informantes indicaram que as mães solteiras trabalhavam onde podiam, e quando não encontravam serviço tinham de recorrer à mendicância e à prostituição ocasional. Os filhos auxiliavam o orçamento doméstico como podiam; "nós, negrinhos, éramos todos chamados de moleques. As famílias gostavam de nos ter para recados e entregas". Enfim, prestando pequenos serviços, aprendiam "na escola da rua" a *viver de expediente*, ganhando "alguns níqueis" com que concorriam para "o sustento da casa".

Q UADRO 13

Profissões exercidas por convocados ao serviço militar – estado de São Paulo (1922-1923)[209]

	PROFISSÕES										
COR	Lavradores	Operários	Artistas*	Empregados do Comércio	Empregados Públicos	Profissões Liberais	Estudantes	Marítimos	Militares	Sem Profissão Declarada	Total
Brancos	1.999 78%	1.202 80,19%	27 96,8%	691 90,8%	145 87,8%	70 97,2%	156 94,5%	3 42,7%	42 80,7%	45 81,8%	4.380 82%
Mestiços	377 14,7%	184 12,2%	– –	56 7,8%	16 9,6%	1 1,3%	9 5,4%	4 57%	3 5,7%	7 12,7%	657 12%
Pretos	173 6,7%	112 7,4%	1 3,5%	14 1,8%	4 2,4%	1 1,3%	– –	– –	6 11,5%	3 5,4%	314 6%
Caboclos	11 0,4%	1 0,06%	– –	– –	– –	– –	– –	– –	1 1,9%	– –	13 0,2%
Total	2.560 100%	1.499 100%	28 100%	761 100%	165 100%	72 100%	165 100%	7 100%	52 100%	55 100%	5.364 100%
Brancos	45,6%	27,4%	0,6%	15,7%	3,3%	1,6%	3,6%	0,07%	0,9%	1%	100%
Mestiços	57,5%	29,5%	–	8,5%	2,4%	0,1%	1,3%	0,6%	0,4%	1%	100%
Pretos	55,0%	35,6%	0,30%	4,4%	1,2%	0,3%	–	–	1,9%	1%	100%
Caboclos	84,6%	7,6%	–	–	–	–	–	–	7,6%	–	100%

* Artífices

Em suma, o "negro ordeiro" precisava se conformar com um duro e triste destino. Diante dele só se abriam as perspectivas oferecidas por uma sorte de especialização tácita, involuntária mas quase insuperável, que o mantinha eternamente preso aos "serviços de negro", que consumiam o físico e o moral do agente de trabalho, dando-lhe em troca parca compensação material e uma existência tão penosa quanto incerta. Por isso,

não é de se estranhar que muitos preferissem trilhar outro caminho, para "não ser otário", "não bancar o trouxa" ou "não vender o sangue como escravo". O *vagabundo,* o *ladrão* ou a *prostituta* enfrentavam riscos bem menores e construíam um destino comparativamente melhor. Em certo sentido, só eles conseguiam êxito e podiam ostentar os marcos dos seus triunfos no gênero de vida que levavam, na roupa que vestiam e no fascínio que acabavam exercendo na imaginação dos outros. Uma prostituta que visitasse a afilhada no cortiço ou fosse levar a mesada para a mãe se portava como "grande senhora" e certamente era vista como tal, mesmo por aqueles que aparentavam desprezá-la... O vagabundo contumaz que explorasse uma, duas ou mais amantes e praticasse roubos ocasionais e, principalmente, o ladrão profissional levavam "vida de macho", tinham sempre dinheiro e conseguiam, num "golpe de sorte", o que os companheiros "ordeiros" mas "trouxas" não ganhavam durante anos de trabalho afrontoso e, às vezes, até no decorrer de uma vida de árduas privações. Portanto, a comercialização do vício não se impunha como uma consequência fatal e espúria da "escola do cortiço e das ruas". A desorganização imperante no meio social imediato auxiliava, naturalmente, a aprendizagem na área do vício e do crime. Mas não a impunha como um ajustamento desejável e preferível. Isto chegava a ocorrer porque os caminhos de autoafirmação se achavam bloqueados. Os mais audaciosos, impacientes e bem dotados (física e intelectualmente), muitas vezes optavam pelo crime ou pelo vício para evitar o lento suplício e a humilhação dos "serviços de negro" e "para negro". Na experiência de cada um era simples e fácil separar as duas coisas aonde conduzia a vida laboriosa das "pessoas ordeiras" e a vida agitada dos "turbulentos", que afrontavam simultaneamente as normas estabelecidas pela sociedade inclusiva e os valores estreitos das tradições rústicas do "meio negro". Desse confronto, resultava uma verdade incontestável. O êxito evidente e reconhecível, o conforto e o respeito dificilmente poderiam ser logrados por outras vias que não passassem pela área do vício ou do crime. Além do sacrifício apagado e estéril dos que se destruíam para conseguir sobreviver, só o vício e o crime ofereciam saídas realmente brilhantes ou sedutoras de carreiras rápidas, compensadoras e satisfatórias. Por isso, ambas foram trilhadas com alguma sofreguidão pelos jovens, embora numa proporção bem menor do que supunham os brancos. Mas, ainda assim, numa escala que evidencia, sem subterfúgio, que ali se achavam as melhores *perspectivas de carreira* com que contavam os talentos jovens do "meio negro". Ou seja, em

outras palavras, nesse meio a diferenciação do comportamento ou da personalidade em direções desaprovadas socialmente constituía um fenômeno "normal".[210]

Esse sumário escorço das indicações coligidas revela a natureza da grave contradição que se manteve suspensa, como um fantasma, sobre a "população negra" da capital nas três primeiras décadas do século XX. Estabeleceu-se um verdadeiro e insuperável círculo vicioso entre a herança sociocultural, transplantada da senzala e do antigo regime, e a exclusão permanente do negro e do mulato das formas de "ganhar a vida", nascidas da revolução urbana e industrial. Na medida em que podia ser identificado por aquela herança, o "negro" se via barrado daquelas formas de ganhar a vida; e, na medida em que isso acontecia, ele não tinha nenhuma possibilidade real de absorção gradativa pela civilização urbana e industrial. Tornava-se cada vez mais fraco e indefeso, vítima de uma herança que repelia, mas da qual dependia para sobreviver socialmente. Assim, a vida em condições permanentes de desorganização social se convertia numa tradição cultural e numa cadeia invisível. Esta só podia ser rompida, de modo insofismável, num ponto: quando o "negro" se atrevia a quebrar as arestas de sua concepção rústica do mundo e a afrontar o código ético da sociedade inclusiva. Então, para o seu bem ou para a sua ruína, o "marginal" e o "criminoso" apareciam como *gente de sucesso,* com destino próprio – se não como autênticos heróis, pelo menos como *alguém,* como pessoas que escapavam, por seus méritos individuais, à mediocridade arrasadora da sina comum.

Criou-se, com o tempo, toda uma mitologia sobre a miséria, a promiscuidade e o desamparo em que viviam, normalmente, uns três quintos da "população negra" da capital nessa época. Tal mitologia circulava tanto entre os "brancos" quanto entre negros e mulatos. Todavia, ela só fazia justiça parcial à realidade. As evocações que conseguimos reunir mostram quadros turvos, chocantes e quase inconcebíveis na cena histórica brasileira. A moradia representava um dos problemas básicos na luta pela sobrevivência. Muito se falou a respeito das condições de vida no cortiço e das consequências do apinhamento concentrado de pessoas num quarto comum. Os que se achavam nessa condição já possuíam alguma coisa, pois tinham um teto onde se abrigar. Um dos informantes mais fidedignos relata que "muitos não tinham onde morar": "minha mãe mesmo chegou a dormir comigo e com minha irmã em uma privada, por falta de outro lugar". Ao

descrever o quarto, que compartilhava com ambas, afirma: “não havia cama, nem colchão. O chão era de terra batida. A cama era uma esteira velha. Não havia cobertas e nem roupa de cama”. Corresponder ao aluguel de um quarto no cortiço já representava um êxito, pois era preciso possuir dinheiro para pagá-lo e varar as resistências do locador. O pretendente “negro” podia ser rejeitado; algumas vezes por causa da cor mas também porque o locador temia pela regularidade dos pagamentos. Só quando conseguia boas referências é que acedia na locação. Relata um informante:

> Em cortiços onde havia promiscuidade de italianos, espanhóis e negros, estes tinham que fazer uma vida mais engraçada: conseguir graças por graças. Precisavam estar em boa situação com os senhorios, porque estavam sempre em dificuldades econômicas. A condição do negro era de subserviência. Muitos alimentavam-se com as sobras de comida que as cozinheiras traziam da casa dos patrões, à noite, depois de um dia de trabalho. Por outro lado, havia repulsa aos negros sem índole boa, que chamavam os italianos de carcamanos, sujos, comedores de cebola. Isto era motivo de choques nos cortiços e levava à investigação dos antecedentes, sempre que um negro aparecia querendo quarto.

Outro informante assinala que, nessa época, o negro e o mulato formaram “o ideal de viver em cortiço”, o qual se arraigou profundamente, em seu entender, “na gente negra”. Não sabiam o que era “decência” e “conforto”, preferindo morar assim, em habitações coletivas, na proximidade de numerosas famílias estranhas. Mesmo depois de conseguir o suficiente para alugar uma casa, gostavam mais do porão ou do cortiço, citando o exemplo do próprio cunhado, que pagava mais pelo alojamento em um cortiço do que gastaria de aluguel em uma boa casa isolada, de arrabalde.

O locatário convencional de um, dois ou três quartos, com cozinha independente ou comum, era o chefe da família – a mãe solteira, o pai, o amásio da mãe ou o padrasto. Mas, mesmo no caso de possuírem só um quarto, não havia limite certo ou fixo para o número de pessoas que compartilhavam da moradia. Por isso, poder-se-ia definir tal ocupação da residência como ocorrendo sob a forma de apinhamento concentrado: todos os componentes da família pequena – o pai, a mãe e seus filhos em número variável, de dois, três, quatro, a cinco, seis ou mais; outras vezes, em lugar do pai podia estar o padrasto ou o amásio da mãe, e vice-versa, a madrasta ou a amásia do pai; além disso, podia compartilhar do mesmo quarto um parente (mãe ou irmã da esposa ou do marido, um primo ou cunhado etc.), um conhecido ou um amigo. Quando um filho ou filha se casava e não podia montar casa, também podiam passar a viver naquela moradia, por tempo indefinido, juntamente com os filhos que tivessem; e nada podia impedir que um filho, um irmão, outro parente qualquer ou um amigo, “sofrendo um

revés na vida", fosse se alojar, enquanto "durasse a precisão", sob o mesmo teto. Em consequência, alguns "alojamentos", como os descreve um dos informantes, continham elevado número de moradores. Os cortiços mais célebres foram construídos com fitos exclusivamente comerciais: em condições anti-higiênicas, mal ventilados, mal iluminados e com pequeno espaço útil. É fácil imaginar o que acontecia; a habitação expulsava os moradores para a rua. Os que trabalhavam fora, com frequência saíam pela manhã e voltavam à noite. Mas os que estivessem desocupados ou semiocupados permaneciam mais tempo, em contato íntimo com outros no quarto. Nada se ocultava dos demais, rezando a crônica que os menores pressentiam ou assistiam até às relações sexuais dos adultos. Doutro lado, como as paredes muitas vezes eram meros tabiques ou estavam em ruínas, o palco era mais amplo. Ouvia-se e via-se também o que se passava nos quartos vizinhos. Um dos informantes evocou a seguinte lembrança de sua infância: "assisti uns negros assaltarem armados uma negra que vivia no quarto ao lado e pegarem-na à força, um pela frente outro por trás".

As informações coligidas permitem inferir que a coabitação sob a forma de apinhamento se refletia de modo direto na desorganização da vida sexual. As crianças aprendiam precocemente os segredos da vida, sabendo como os adultos procediam para ter prazer sexual, como se perpetua a espécie e se processa o parto, quando iriam receber um novo irmãozinho etc. Nos casos em que o marido ou o amante não saíam ao mesmo tempo que a mulher para o trabalho, por serem biscateiros, malandros, ou bêbados contumazes, acabavam ficando em casa grande parte do dia e levando para lá seus amigos. Daí nasciam não só relações perigosas para os menores, como vários tipos de incentivos ao vício. O padrasto ou o amásio tendia a aproveitar as oportunidades para seduzir a filha da companheira e para se entreter sexualmente com meninos ou rapazes do mesmo sexo. Também podia ocorrer o inverso: a madrasta ou a amiga seduzir o filho do companheiro. Pudemos registrar certo número de informações concordando sobre ambas as alternativas. Por fim, as próprias crianças acabavam achando atrativos na atividade sexual: serviam-se uns aos outros, segundo os informantes, já com cinco ou seis anos, embora fossem os meninos e as meninas púberes os mais empenhados em aproveitar essa fonte de prazer. Então, tanto ocorriam relações heterossexuais entre irmãos e irmãs, ou entre primos e primas, quanto podiam formar pares ou círculos homossexuais, de que eventualmente participavam os amigos da vizinhança. O "abuso" do

menor, de 13 ou 14 anos, era fato corriqueiro, contando-se entre os agentes até o irmão da mãe e mesmo o pai da menina. Na época, essa associação sexual favorecia a contaminação dos menores pelas doenças venéreas de seus parceiros sexuais. Não se opunha uma barreira à propagação dessas moléstias e muitos julgavam "natural" que as coisas corressem desse modo, não se atribuindo muita importância às peripécias da vida sexual das crianças, dos jovens e dos adultos. Afinal, diziam, "o negro nasceu para isso mesmo"! A "escola da rua" acabava produzindo efeitos análogos. Meninas e meninos eram atraídos para aventuras desse tipo, pelos companheiros ou por adultos, às vezes em troca de pequenas compensações. Uma informante relatou um caso típico, de uma mocinha de 15 ou 16 anos. Os pais saíam para o trabalho e ela ficava sozinha. Fez "más relações" e acabou sendo "infelicitada". Quando o pai soube da história, ficou furioso: deu-lhe uma sova e a expulsou de casa, como a "vergonha" e a "desonra" dele. Quando isso sucedia, as mães procuravam ajeitar a situação e preparar o caminho para o retorno da filha. Passados alguns dias, se não "caísse na vida", ela voltava para junto da família. As vizinhas faziam algum falatório, mas não se passava disso:

> – "Sabe, a fulana já foi!"
>
> – "Já... Com quem, hein?
>
> – "Com fulano; ou: ela não quer dizer."

Os meninos, por sua vez, não escapavam incólumes. Eis o que relata um informante a respeito de suas experiências de rua:

> Era comum aqueles negros pegarem um dos moleques e levar para o mato. Os que ficavam com pena, se é que ficavam, mandavam o garoto tocar uma punheta. Vi um negrão pegar um garoto e arrombá-lo. O negócio deu truta. Aqueles negros queriam pegar a gente e nos convidavam para ir no mato [...] Eles pegavam os garotos menos sabidos. Os garotos recatados passavam por aquilo naturalmente. Alguns, como o F., procuravam os homens. Eu era cheio de malícia. Cresci na rua. Eu sempre me safei.

Na tradição cultural do "meio negro" entende-se que tudo isso sucedia porque o negro e o mulato "são mais quentes", "vivem obcecados com o sexo" e "encontram maiores facilidades para converter o sexo num derivativo e numa fonte de prazer". Contudo, aponta-se a "promiscuidade" dos porões e dos cortiços como a "causa" dessas propensões e se discute muito seus dois efeitos básicos, a "mãe solteira" e o "filho natural". Informantes seguros acreditavam que a quase totalidade das jovens negras e

mulatas “se infelicitavam” e (continuam a se infelicitar) fora de qualquer compromisso de noivado ou perspectivas de casamento. Um deles afirmava que no passado a proporção seria de 100%; teria declinado, a seguir, para 85%. Suas opiniões foram contraditadas, porque os críticos admitiam que a última porcentagem seria exagerada: no máximo, ela andaria por volta de 90%!... Em consequência, o número de filhos naturais era e continua a ser muito elevado. Os rapazes e as moças se envergonham disso, indicando pais supostos. Mas, se por uma razão ou por outra precisam exibir as certidões de nascimento, verifica-se que são bastardos. Portanto, a própria “população de cor” percebeu, claramente, em que sentido a “promiscuidade” se erigiu numa condição permanente de vida social anômica, produzindo efeitos que solapavam o equilíbrio da vida doméstica e das relações das gerações. Em troca de compensações eróticas, o “negro” se desmoralizava duplamente: aceitando um estilo de vida em que se “inferiorizava” e no qual “inferiorizava” os outros continuamente; e “inferiorizando” as mulheres que iriam ser as mães de seus filhos e a estes próprios, ao longo de suas vidas, fazia-os arcar para sempre com a “vergonha” e com as “responsabilidades” de seus atos.

Esse rápido bosquejo desvenda as particularidades da situação de existência do negro e do mulato aglomerados na cidade. Espoliados das garantias sociais a que faziam jus e das quais necessitavam de maneira premente, expelidos dos centros de interesses vitais para o crescimento econômico e para o desenvolvimento sociocultural da coletividade, descobriam no corpo humano uma fonte indestrutível de autoafirmação, de competição por prestígio e de autorrealização. A ideia do homem ou da mulher *bestial* não se aplica ao seu comércio erótico. A tradição cultural do “meio negro” focalizou muito bem o significado do excesso erótico: um “derivativo” e uma fonte pura de “prazer”. Só errou ao atribuir tal propensão à suposta *natureza humana* do “negro” e do “mulato”. As coisas não se passaram assim simplesmente porque os homens e as mulheres desse estoque racial fossem “mais quentes”. Mas, principalmente, porque o “sexo” se erigiu na única área livre de exercício das aptidões humanas e numa esfera lúdica da cultura. Os jovens tentavam comprovar sua capacidade fecundadora de machos – convertiam-se em “colecionadores de cabaços” e adquiriam com suas realizações eróticas uma notoriedade reconhecida e valorizada. Os adultos do sexo masculino mantinham ou alardeavam os seus prestígios de “garanhões” – o senhor do prazer, o homem que “derruba” e

“derrete” as mulheres, diante do qual nenhum “branco” pode aguentar confronto. As moças ostentavam o prestígio simétrico: atraíam os machos, fazendo-os “enlouquecer”, para realizarem sua masculinidade através delas, em rosário, porque o sortilégio de seus corpos prende e perde a todos. As mulheres adultas por se sentirem, assim, na corrente da vida, dando e sentindo prazer, mantendo os homens em derredor de suas saias, submetidos à sua feminilidade e sucumbidos aos encantos de suas habilidades ocultas. No significado que o “sexo” e as “atividades eróticas” assumem, dentro desse contexto emocional, técnico e moral, sobrevivem algumas das associações mais profundas das tradições africanas. Entretanto, a continuidade cultural não é, em si mesma, relevante para a nossa descrição e a nossa análise. O que importa, aqui, é o fato elementar de que o “negro” foi despojado e excluído de tudo – menos do seu corpo e das potencialidades que ele abria à condição humana. Tudo acabou gravitando em torno do “sexo” e da “arte erótica”, porque foi nesse terreno que o “negro” e o “mulato” viram abertos diante de si todos os caminhos que conduziam ao prazer e à perdição, mas também levavam à redenção e ao amor.

O lado dramático dessa situação não está, portanto, na área em que se deu a autoafirmação do “negro” e do “mulato”. Mas no caráter de pura explosão erótica apresentado por essa autoafirmação. Nenhuma disciplina interna ou exterior sublimava o teor emocional ou o sentido moral do “prazer sexual”. Ora, tal coisa não sucedia nas tradições tribais perdidas: nelas, a vitalidade, a alegria e a pureza do prazer sexual se exprimiam segundo certas regras, que incluíam o respeito por si e pelo parceiro da atividade erótica. [211] Foi a escravidão que suprimiu essas barreiras e toda a delicadeza ingênua mas refinada que coroa a ligação do homem e da mulher segundo os modelos tipicamente africanos. Impedindo a escolha dos parceiros e até dos momentos para os encontros amorosos, obrigando uma mulher a “servir” vários homens, com ou sem disposição erótica, e incentivando o *coito* como mero “alívio da carne”, ela degradou, juntamente com a pessoa do escravo, o seu corpo, a atividade erótica e as técnicas do amor. Ao conquistar a liberdade, o “negro” imprimiu nova dignidade às relações dos sexos, mas não tinha como nem por que se disciplinar na redescoberta das únicas fontes violentas, puras e simples de prazer que estavam ao seu alcance. Compreendem-se bem essas ponderações quando se atenta para as explicações fornecidas pelos homens ou pelas mulheres para os seus “excessos”. “Quando eu vi ele uma coisa buliu dentro de mim”; “fiquei

louca, menina, ninguém me segurava mais"; "passei a lábia nela até ela ficar derretida"; "com os meus carinhos qualquer mulher fica louca"; "eu sou que nem feitiço"; e por aí afora. Trata-se, pois, de uma verdadeira explosão: o sexo que se liberta, que readquire dignidade e dimensão humana e que, por isso mesmo, extravaza como uma força incontrolável, impetuosamente avassaladora e destrutiva. O que conta não é a ligação permanente, os laços que atravessam o fortuito; mas o momentâneo. O desprendimento erótico em si e por si mesmo, como uma dádiva da natureza, um dom amoroso e uma fruição total do "outro".

Aos poucos, o "negro" iria perder essa riqueza de comunicação profunda pelo sexo. À medida que se processou a absorção dos modelos de organização da família e de ordenação das relações sexuais, impostos pela sociedade inclusiva, procurou-se submeter esse elã erótico à expressão comum. Parece que ainda estamos longe do desfecho definitivo. Na fase que nos preocupa, o processo mal se iniciara. Existiam, já, muitos "negros ordeiros". Todavia, eles não conseguiam reprimir completamente a livre expressão das impulsões sexuais, sequer dentro dos quadros domésticos. Acabavam tendo de sofrer a "vergonha" associada às transgressões das regras, diante do abandono do lar pela mulher, da sedução e da prostituição das filhas, ou das "asneiras com rabos de saia" dos filhos.[212] Por isso, o sexo erige-se no foco por excelência de precipitação e de revitalização dos fatores de anomia da vida social dos negros e dos mulatos. Ele retrai, solapa e às vezes até deturpa a absorção de novos padrões de comportamento, impedindo ou retardando a plena configuração da família equilibrada e integrada no "meio negro".

Os estudiosos da "população de cor" paulistana colocaram, em geral, maior ênfase em outros fatores da desorganização social do "meio negro". De fato, o desemprego, o alcoolismo, o abandono do menor, dos velhos e dos dependentes, a mendicância, a vagabundagem, a prostituição, as doenças e a criminalidade constituem problemas sociais de inegável importância na história cultural dessa população. Ainda hoje eles se fazem sentir, tanto estrutural quanto dinamicamente, na cadeia de fatores e de efeitos interdependentes que contribuem, de forma incessante, para desorganizar a vida social do negro e do mulato. No entanto, parece-nos patente que eles floresceram e se perpetuaram graças a certos *impedimenta* de natureza psicossocial e sociocultural, que converteram a "explosão erótica" numa condição altamente desfavorável à constituição e à consolidação da família

no “meio negro”. A ligação entre a “obsessão pelo sexo”, como preferem dizer alguns informantes, e a desorganização como verdadeiro “estilo de vida” de extensas áreas da “população de cor” paulistana se estabelece nesse nível. A maneira pela qual o *sexo* tomou conta dos centros de interesses dos indivíduos e de suas atividades em sociedade, tornando-se uma esfera de expressão artística, de competição por prestígio e de comunicação simpática (e, portanto, de associação comunitária), indica claramente a ausência ou a deficiência de certas influências socializadoras desencadeadas, dirigidas e reguladas pela família. Não foi a família que se desintegrou, como instituição social, e em consequência emergiram certas inconsistências na socialização dos indivíduos; mas, a própria família que não se constituiu e não fez sentir seu influxo psicossocial e sociocultural na modelação da personalidade básica, no controle de comportamentos egoísticos ou antissociais e na criação de laços de solidariedade moral. Comprova-se isso, historicamente, por uma simples referência à política central da sociedade senhorial e escravocrata brasileira, que sempre procurou impedir o florescimento da vida social organizada e da família como instituição integrada no seio da população escrava.[213]

A inexistência da família como instituição social integrada ou, então, o seu funcionamento inconsistente, por estar se formando em condições sumamente adversas, é que vêm a ser, do ponto de vista sociológico, os elementos centrais. Isso não significa que se deva ignorar ou subestimar o desemprego, o alcoolismo, o abandono do menor, do velho e dos dependentes, a mendicância, a vagabundagem, a prostituição, as doenças e a criminalidade. Apenas que esses problemas sociais não devem ser encarados como “as causas” da desorganização social imperante no “meio negro” e que tampouco devem ser compreendidos como fenômenos isolados. Em primeiro lugar, parece claro que eles eclodiram, se manifestaram e se perpetuaram de forma especialmente perniciosa, reincidente e destrutiva em virtude das debilidades institucionais da população negra e mulata da capital. Se esta tivesse encontrado meios mais rápidos de participação da herança sociocultural da comunidade inclusiva e, particularmente, se tivesse absorvido mais depressa seus modelos de organização da família, é muito provável que aqueles problemas sociais não se propagariam nem se perpetuariam nas mesmas proporções. Em segundo lugar, também parece evidente que os mencionados problemas sociais produziram efeitos reativos em cadeia, que dificultaram sobremaneira a absorção de novos

comportamentos e de novas instituições pelo negro e pelo mulato. Eles se tornaram, assim, obstáculos à participação eficaz da "população de cor" na herança social da comunidade inclusiva e contribuíram, ponderavelmente, para retardar sua integração ao estilo urbano de vida. Portanto, em termos específicos, sua influência negativa tópica não ia na direção de "desintegrar a família", mas no sentido inverso, de impedir sua rápida constituição e consolidação. Isso permite formar uma imagem global da situação histórico-social considerada. A ausência ou as deficiências da família como instituição social integrada favoreciam a emergência tumultuosa de desajustamentos e de comportamentos egoísticos, o que explica a amplitude e a virulência com que se manifestavam os referidos problemas sociais. Doutro lado, a incapacidade institucional de submeter tais problemas a controle ou, pelo menos, de corrigir socialmente seus efeitos mais destrutivos fazia com que eles atuassem dinamicamente, como fatores de preservação ou de agravação do *status quo*, isto é, de perpetuação das condições vigentes de desorganização social.

Essas conclusões aconselham a dar maior atenção aos mecanismos de integração e de funcionamento da "família negra", em torno dos quais iriam gravitar as outras influências negativas ou perturbadoras do ambiente. Em vista disso, nas páginas subsequentes apenas evocamos alguns aspectos mais significativos daqueles problemas sociais, concentrando em seguida a descrição e a análise nas deficiências institucionais das funções socializadoras da família. Não obstante, na discussão final, de caráter interpretativo mais geral e sistemático, procuramos situar, em conjunto, os efeitos estruturais e dinâmicos de todos os fatores psicossociais e socioculturais a serem considerados numa descrição sociológica. Aí, num esforço de relativização e de compreensão globalizadora, examinamos as conexões estruturais e funcionais que permitem explicar a extrema apatia da "população de cor" diante da desorganização permanente de suas condições materiais e morais de existência social.

O problema do desemprego apresenta feições peculiares. Em-bora os informantes brancos, negros e mulatos tenham salientado, invariavelmente, que "grassava o desemprego" na "população de cor" da cidade (em especial no setor masculino), parece que a proporção de desempregados propriamente ditos era irrisória. Para se entender a situação do negro e do mulato, na sociedade paulistana dessa época, seria preciso recorrer a um artifício que permitisse considerar suas formas sociais de ocupação como se

participassem de uma economia de subsistência, mais ou menos bloqueada no meio urbano condicionante. Nesses termos, constatam-se diversos tipos de ajustamentos econômicos que vão do parasitismo ocasional ou sistemático sobre a "companheira" à prestação de serviços remunerados fortuitos e ao trabalho assalariado permanente. Na medida em que não estavam incorporados ou apenas se incorporavam parcialmente ao sistema de classes emergente, o negro e o mulato viviam numa situação ambígua, em confronto com os brancos nacionais ou estrangeiros. Estes, em sua maioria, ajustavam-se a papéis sociais que os convertiam – quisessem ou não – em "assalariados" ou em "empresários". Os negros e os mulatos, ao contrário, desfrutavam dessa regalia somente quando se inseriam na teia das ocupações urbanas institucionalizadas – ou seja, só uma minoria da "população de cor" estava em condições de enfrentar o desemprego como problema social. No conjunto, no seio dessa população ainda prevaleciam vários ajustamentos e critérios de avaliação incorporados à herança sociocultural do passado rústico, os quais comportavam diversas modalidades toleradas e até aprovadas de ocupação instável, de subocupação e, mesmo, de desocupação permanente do homem. Por isso, nem todos se viam nem se definiam, idealmente, como "assalariados" e muitos preferiam aproveitar os meios de "ganhar a vida" que excluíam o "emprego firme", o que envolvia obrigações prefixadas, estáveis e obrigatórias. O sistema de ocupações e serviços da cidade se encontrava numa fase de transição, havendo relativa abundância de serviços que regulariam apenas a semiocupação ou a ocupação parcial dos agentes de trabalho, na maior parte vinculados à persistência de estruturas econômicas arcaicas, mas alguns nascidos da própria expansão urbana. Na verdade, o grosso das *oportunidades de ganho* da "mão de obra negra" se encaixava nessa rede de serviços, com consequências funestas para os trabalhadores negros e mulatos. Semelhantes atividades afastavam-nos das ocupações em que poderiam se realizar o seu adestramento e a sua socialização para o trabalho assalariado permanente, com o estilo de organização da vida que ele pressupõe. Além disso, elas fomentavam uma instabilidade ocupacional imoderada, que era lançada, pelos empregadores eventuais, nas costas do "negro", representado como um "trabalhador volúvel", "borboleteante", "com o qual não se pode contar certo", como se o "gosto por biscates" ocasionais fosse o produto de predisposições inalteráveis do ânimo do "trabalhador negro". Doutro lado, mantinha-se acentuada resistência à aceitação do negro e do mulato em serviços que

dependiam de tirocínio complexo e impunham um mínimo de iniciativa, de disciplina e de responsabilidade. Dizia-se que “o negro não nasceu para isso”, “não foi feito para essas coisas” etc., por ser “volúvel”, “instável”, “indisciplinado” e, também, “por não possuir ambição como o italiano”. Um dos melhores informantes brancos sobre esse período, ele próprio, operário qualificado e com experiência direta em várias empresas, indicou expressamente que “as firmas tinham a mania de não aceitar pretos”. Segundo suas observações, a aceitação do negro é recente, coincidindo com a paulatina escassez crescente de mão de obra. Exemplificou com o que aconteceu com um mulato que conhecia: fez várias tentativas para se colocar em empregos a que podia aspirar e, em todos eles, disseram-lhe “a vaga já está ocupada”. Depois, verificava-se que os lugares não estavam, de fato, preenchidos. “Recusavam-no por causa da cor. Ele ficou quase louco com isso.” Eis como coordena as informações que julgou mais significativas:

> Os pretos gostam todos do Getúlio porque pensam que foi ele que acabou com o preconceito. Mas não foi. É que faltou mão de obra. Se não houvesse falta de mão de obra, os pretos nunca conseguiriam entrar nas fábricas. Ficava tudo como antes. Se continuassem a entrar imigrantes, os patrões preferiam a mão de obra estrangeira, deixando a nacional.[214] Quer dizer que indiretamente o Getúlio foi responsável pela melhoria da situação, que fez com que o preconceito desaparecesse nas fábricas.

Os negros e os mulatos se defrontavam, portanto, com uma situação típica de desocupação disfarçada involuntária, apesar de o contexto econômico geral ser de “pleno emprego”. Para contornar essa situação, tinham de tirar proveito de acomodações econômicas que conduziam, inevitavelmente, a ajustamentos precários, insatisfatórios e socialmente indesejáveis. A exploração permanente da companheira, o trabalho remunerado ocasional e a preferência pela comercialização do crime despontavam, via de regra, como os ajustamentos viáveis de êxito mais fácil e marcante. Se isso não ocorresse, a dedicação às oportunidades conferidas por aquelas acomodações tinha um inconveniente básico: elas deslocavam os centros de interesses da “vida profissional” para “outras coisas”.

Em vez de preparar o negro e o mulato para competirem com os brancos na civilização industrial, elas concorriam para convertê-los num agente econômico deformado. Em primeiro lugar, excetuando-se o pequeno número dos que compartilhavam de posições conspícuas estáveis do sistema ocupacional, a grande massa da “população de cor” não tinha oportunidade para se reeducar para o gênero de trabalho, a ética e o estilo de vida do *trabalhador livre.* Sem poder discernir a fonte e as consequências sociais dos

comportamentos que punham em prática, os negros e os mulatos acabavam cultivando os atributos que faziam deles os trabalhadores "volúveis", "com quem não se podia contar" – propensos a interromper por qualquer motivo as suas ocupações, a trocar facilmente de serviços ou a largar o trabalho assim que lograssem certa quantia de dinheiro, para "viver à vontade", sem trabalhar, enquanto pudessem. Em segundo lugar, a desmoralização resultante das formas de acomodação ocupacional possíveis, combinada com os efeitos contraproducentes de uma dieta deficiente, de condições anti-higiênicas do alojamento, do descuido com o corpo e da promiscuidade nos porões ou nos cortiços, de desregramentos sexuais e de doenças, tornava-os "desanimados para o trabalho". Não só viam limitadas compensações materiais e morais no engajamento como assalariados; não possuíam razões para compartilhar das convicções que levavam o assalariado a encarar o trabalho organizado, disciplinado e permanente como algo necessário, útil e dignificante. Por fim, em terceiro lugar, puseram em primeiro plano o que se poderia chamar de *produto final:* o nível de vida associável a uma ocupação conspícua e rendosa. O consumo ostensivo, especialmente no vestuário e na alimentação, começa a marcar, de modo característico, as preferências centrais do "negro da cidade". Vejamos, por meio de alguns exemplos escolhidos, como ele se manifestava concretamente. Um carpinteiro, cuja renda era insuficiente para sustentar a família e necessitava da contribuição financeira da mulher para esse fim (ela "lavava roupa para fora"), gostava de "se apresentar a rigor" nas festas de seu clube. Com esse fito, absorvia grande parte do seu ganho e o da esposa. A mesma coisa sucedia com as mulheres, que faziam penosos sacrifícios, às vezes durante todo o ano, "para brilhar" em determinada festa ou no carnaval, com fantasias aparatosas e caras. O afã em jogo foi descrito pelo sujeito de uma das histórias de vida como constituindo o "ideal" – de se distinguir como um "negrão alinhado". A ambição de ter uma mesa farta "todo dia" (e não somente aos domingos, "como os italianos"), por sua vez, também era irreprimível. Quem "tivesse com que", comia carne diariamente (se possível "a fartar") e queria ver na mesa dois ou três pratos "de mistura", condenando-se severamente os hábitos de moderação alimentar dos estrangeiros, que levavam a "sacrificar o estômago" ou a "tirar dinheiro da boca". A convivência prolongada com os amigos, nos bares e nos botequins, suscitava uma terceira propensão contraditória entre os homens. Desejavam, ao mesmo tempo, dispor de dinheiro para gastar nas libações alcoólicas e contar com bastante tempo

para os entretenimentos com os amigos. Esse rol de exemplos evidencia a natureza das interferências psicossociais, que deslocavam o trabalho para um plano secundário e convertiam-no em uma necessidade aborrecida. É inegável que algumas polarizações dessas interferências tinham um teor compensatório e eram construtivas, como a propensão de "parecer um negrão alinhado" e a ambição de "ter mesa farta". Contudo, elas dificultavam o ajustamento eficiente do negro e do mulato ao horizonte cultural típico do trabalhador assalariado. Em vista da magreza dos orçamentos domésticos das "famílias negras", as aspirações descritas produziam efeitos daninhos, que concorriam apenas para "dourar a miséria reinante", sem erradicá-la. O pior é que tais aspirações impediam a objetivação, em escala coletiva, de ideais compensatórios alternativos, úteis à emulação profissional e à ascensão social. Em consequência, suas polarizações negativas, que contribuíam para agravar o desajustamento estrutural do negro ao estilo de vida urbana e fortaleciam a propagação de avaliações desfavoráveis ao "negro" na sociedade inclusiva, lavravam abertamente, como influências dinâmicas de natureza sociopática.

Fora e acima desses aspectos, seria essencial considerar outros elementos da situação. Ao lado da desocupação disfarçada involuntária, subsistia e imperava o emprego (parcial ou total) de baixíssima remuneração. É impossível avaliar, hoje em dia, qual deles pesou de forma mais decidida como fator dinâmico de desajustamento econômico do negro e do mulato. Parece indiscutível que um número ponderável de pessoas adultas refugavam e até repeliam o trabalho regular por causa dessa condição. A dependência, a vagabundagem e a corrupção surgiam como alternativas preferíveis ao que assumia a aparência de uma escravidão não declarada, sem compensações atraentes e decisivas. Desse ângulo, as oportunidades de emprego que se ofereciam normalmente aos negros e mulatos contam, de maneira paradoxal, como um fator ativo e poderoso de diferenciação divergente de suas personalidades. As decepções, a desilusão e o desalento abriam brechas no ânimo dos conformistas e incentivavam a ousadia dos inconformistas quanto à valorização de comportamentos divergentes (em relação aos padrões socioculturais da sociedade inclusiva). Contudo, os efeitos da referida conexão foram muito além dos ajustamentos (ou dos desajustamentos) imediatos. Eles acentuaram, perniciosa e persistentemente, a relutância do "negro" em se lançar com ardor às oportunidades existentes de trabalho assalariado e, por aí, solaparam

diuturnamente os mecanismos de absorção lenta mas gradual da “mão de obra negra” ao regime de trabalho livre, à economia capitalista e à ordem social democrática. É deveras importante salientar esses aspectos da realidade, pois se tem dado atenção absorvente aos efeitos do desemprego e da desocupação disfarçada, deixando-se de lado os efeitos incoercíveis das formas de emprego e de ocupações que foram avaliadas pelo “elemento negro” como insatisfatórias, indignas e inaceitáveis. Como estamos diante de uma população que emergia do estado de anomia social e que tinha de enfrentar vários tipos de resistência objetiva ou subjetiva aos próprios esforços de classificação social, o segundo fator adquire importância especial. Até os mitos criados em torno dos heróis dos cortiços enfatizam a base moral das opções do “malandro” ou da “prostituta” – os males decorrentes da desocupação ou da comercialização do vício seriam menos perniciosos que os riscos inerentes ao escravizamento a um emprego “sem sentido”.

Acresce que essa *falta de perspectiva,* ligada aos elementos economicamente ativos e ajustados, engendrava consequências de natureza sociopática. Duas dessas consequências são bem conhecidas: o engajamento prematuro do menor ao trabalho remunerado que calhava; e a transformação da mulher em principal agente regular de trabalho e de ganho. Ambas as coisas ocorreram continuamente no “meio negro”. E nem sempre porque o marido ou o amásio relutassem em trabalhar. As informações coligidas demonstram que as famílias “negras” se socorriam de um ou de ambos os artifícios econômicos premidas pela necessidade. O chefe da casa muitas vezes não tem só um emprego; dedica-se a um, a dois ou a três, acrescenta-lhes ainda alguns biscates e extraordinários, com o fito de incrementar seu ganho. Apesar disso, a renda obtida é insuficiente para manter a todos em um nível de vida inferior, geralmente, ao da mera subsistência! Então, surge o imperativo do trabalho prematuro do menor e a cooperação forçada da mãe... A essas duas consequências, seria conveniente acrescentar outras três, mal percebidas ou ignoradas. Primeiro, a debilidade verdadeiramente marginal desses núcleos da “reserva de trabalho” dos centros urbanos. Qualquer comoção no sistema econômico repercute sobre eles como uma catástrofe. Assim, os informantes mencionam que os efeitos da crise de 1929 foram altamente prejudiciais à “população de cor” da capital. A “paralisação do trabalho” – conceito empregado por um deles – deixou-os desorientados, sem ter do que viver e sem saber o que fazer. O agravamento da

dependência, a intensificação da mendicância e o refluxo para outros centros demográficos pontilharam, dramaticamente, suas reações àquela crise, suportada com relativa estabilidade por outras camadas da população da cidade. Não há como resistir à tempestade. Os ajustamentos se fazem em um plano tão precário e delicado, que qualquer transtorno pode acarretar a destruição do equilíbrio alcançado e a ruína final. Segundo, os elementos economicamente ativos não conseguiam condições para neutralizar e vencer as adversidades provenientes, simultaneamente, dos comportamentos do "branco", dos desajustamentos do "negro" e das inconsistências da própria herança sociocultural, transplantada do mundo rústico. A deterioração dos níveis de retribuição do trabalhador negro, por exemplo, manteve-se inexoravelmente até a fixação legal do salário mínimo, quanto aos "serviços brutos", e persiste até hoje quanto às ocupações que ultrapassam esse teto salarial. O melhor exemplo, não obstante, relaciona-se com a situação do "negro pobre ordeiro" ou "direito" – o tipo que refuga a "malandragem" e pretende viver na orla convencional da sociedade inclusiva. Suas convicções e seus comportamentos são rígidos demais para o mundo em que vive, o que o leva a tomar decisões perigosas para si ou para os seus e a se converter em presa fácil do "negro sabido". Considerando um rebaixamento ou uma humilhação o trabalho da companheira ou do filho menor, quando muito tolera que ambos se dediquem a ocupações realizáveis dentro do lar ou convencionalmente aceitas como próprias da criança. Com isso, em vez de orientar a colaboração doméstica em sentido produtivo, capaz de propiciar a poupança, a aquisição da casa própria, a educação dos filhos etc., continham-na em limites inócuos senão para a preservação de certa aparência de dignidade. No fim de alguns anos, qualquer ocorrência (como uma moléstia, auxílio a algum parente desamparado, o desemprego etc.) forçava a ruptura desse equilíbrio artificial; o chefe da família tinha de "quebrar o orgulho", aceitando tardiamente a profissionalização da mulher e dos filhos menores, sem proveito maior para ninguém. Em suma, um código pré-urbano inflexível fazia com que o "negro pobre ordeiro" ou "direito" agisse de maneira contraproducente, expondo a família a um tipo de insegurança e de miséria pior que a normal, por sobrevir num clima de ansiedade e de perplexidade. O teor negativo de seus comportamentos transparece melhor nas suas obrigações para com terceiros (parentes, amigos ou conhecidos "necessitados"). Assim que sua labuta começava a produzir resultados, os marcos da prosperidade se faziam sentir aos olhos de todos e

ninguém tinha mais dúvidas de que “fulano está bem” ou “é rico”. Aí, surgiam parentes (seus ou da mulher) e até amigos ou conhecidos que apelavam para a sua assistência. Os padrões tradicionais em pleno vigor compeliam-no a atender a este ou àquele: a alojar, a alimentar e, às vezes, também a arcar com certas despesas de mais uma, duas ou três pessoas, por certo tempo ou por tempo indeterminado. O pior é que o clima dessa relação de solidariedade era verdadeiramente agreste e extramoral. O dependente aceitava o auxílio com indiferença e com ânimo hostil, não se obrigando especificamente a demonstrar gratidão e a cooperar, de uma ou de outra maneira, para suavizar a carga da família hospedeira. Graças a um longo passado de vida social desorganizada, não era raro pertencer o dependente à fina flor dos “negros sabidos”. Neste caso, a família hospedeira corria sérios riscos, que só poderiam ser anulados pela negativa pura e simples. Aceito, o novo conviva passava a “desfrutar” e a “depenar” o parente, amigo ou conhecido, praticando uma sorte de parasitismo ultradestrutivo e implacável; havia quem não titubeasse quer diante dos dilemas da honra, incluindo a mulher, a filha ou o filho do protetor na área de suas tentativas de incursão sexual. Essa concepção do “dever”, segundo a qual “quem está bem tem obrigação de cuidar dos outros”, colidia com o individualismo do meio urbano e, na forma em que podia ser praticada, atuava como uma influência nitidamente sociopática. Entretanto, o “negro ordeiro” se sentia impelido a observá-la e, com frequência, pagava um tributo fatal a essa manifestação anacrônica de solidariedade tribal. Mesmo que tudo corresse bem, ela introduzia uma desvantagem brutal na competição do “negro” com o “branco”, principalmente com o “estrangeiro”. Enquanto este se apoiava na solidariedade doméstica para vencer as adversidades econômicas e “para subir”, com aquele sucedia exatamente o inverso: a solidariedade doméstica absorvia os melhores frutos do labor e do sacrifício cotidiano, impedindo ou anulando a elevação do nível de vida, a poupança etc., e forçando a igualdade por baixo, que prendia inexoravelmente uns aos outros, por laços invisíveis, à “desgraça” comum. Terceiro, a incapacidade econômica do chefe de família se erigia em base material da insegurança de todos e em fonte de perpetuação do estado de dependência através das gerações. Quase todos os informantes ressaltaram que o nível baixo de salário provocava e era mantido por um nível baixo de instrução e que ambos explicavam a precária assistência que o chefe de família (homem ou mulher) podia dispensar a seus dependentes menores. No ponto em que se achava a

expansão urbana, era essencial que se estabelecesse uma modificação radical nas tendências de participação do “elemento negro” na renda local, para que se tornassem possíveis transformações paralelas em sua participação das garantias e direitos sociais. Ora, isso não sucedeu senão tardiamente e de forma ultramitigada. A lentidão e a seletividade com que o “negro” foi absorvido por posições que asseguravam a elevação da renda, do nível de vida e do prestígio social fizeram com que a inclusão na estrutura ocupacional da cidade permanecesse, por muito tempo, como uma condição neutra em face de sua competição com o “branco” ou de sua classificação e ascensão sociais. Daí o fato paradoxal: muitos “negros ordeiros” admitiam francamente que “não compensava ser honesto”, “andar na linha” e “ser trabalhador”. Os “sacrifícios” que faziam não produziam senão compensações subjetivas muito discutíveis, não os resguardando dos reflexos diretos ou indiretos da desorganização imperante no “meio negro” nem favorecendo sua capacidade de absorver as oportunidades emergentes.

Em resumo, dentro de semelhante contexto socioeconômico, o emprego e a desocupação disfarçada involuntária possuem as mesmas potencialidades funcionais. É útil, teoricamente, separar-se uma coisa da outra por uma razão evidente. O emprego, apesar de tudo, constitui um índice da absorção gradativa do “elemento negro”. Por meio dele, o negro e o mulato deixam, paulatinamente, de ser postos à margem, embora a mudança de condição, no começo, fosse pouco significativa para a integração efetiva no regime de classes. Além disso, a desocupação é mais perniciosa, pela maior gravidade de seus efeitos imediatos e remotos. Ela esteve associada de maneira mais definida, intensa e sistemática à formação e à perpetuação de desajustamentos que traduziam impotência total no controle das forças sociais do ambiente pelo “negro” e maiores dificuldades no aproveitamento socialmente construtivo dessas forças. Seria legítimo admitir que os efeitos perturbadores reativos do emprego correspondiam ou reforçavam certas tendências de diferenciação sociopática, engendradas pela insatisfação generalizada do negro e do mulato. Tais tendências, porém, emergiam e floresciam sob os influxos negativos da desocupação disfarçada involuntária e do clima moral dela decorrente. Tomando-se em conta estas ponderações, torna-se fácil perceber o alcance do desemprego como problema social no “meio negro” paulistano. Ele constituía um fator radical de destruição do equilíbrio nas relações humanas, restringindo ou anulando os esforços

voluntários dos negros e dos mulatos de se liberarem socialmente, através de uma fonte regular e permanente de trabalho e de ganho.

O alcoolismo constitui outro problema social, cuja ocorrência no "meio negro" tem sido exagerada e mal compreendida. Os dados coligidos suportam a conclusão de que o consumo ostensivo e intensivo de bebidas alcoólicas assumiu, de fato, proporções alarmantes na "população de cor" da capital. Contudo, não tanto por causa da massa de "bêbados inveterados" envolvidos, quanto em virtude das deficiências institucionais do "meio negro", que não dispunha de mecanismos apropriados ao controle societário dos efeitos perniciosos do alcoolismo. Em termos quantitativos, parece que o número de alcoólatras propriamente dito era pequeno, seja em si mesmo, seja em confronto com elevado número de rodas de frequentadores habituais de bares e botequins. Salta à vista que a conglomeração constante de certos indivíduos em lugares públicos acabou criando, tanto entre os "brancos" quanto entre os "negros", a convicção generalizada de que "o alcoolismo grassava em todos os recantos, levando o elemento negro à desgraça" (como se exprimiu enfaticamente um dos informantes do "meio negro"). A visibilidade dos comportamentos em questão contribuiu, portanto, para que se exagerassem representações e avaliações que são parcialmente infundadas ou improváveis.

É quase impossível reconstruir esses aspectos da "vida do negro na cidade" no período considerado. Há relutância, por parte dos informantes negros e mulatos, em discutir francamente o assunto; os informantes brancos, por sua vez, apegam-se a lembranças que são deformadoras ou superficiais. No entanto, um confronto entre a situação do negro no presente e a que prevaleceu de 1900 a 1930 sugere, de imediato, que a aglomeração de negros e de mulatos pelas esquinas, nos terrenos baldios e, principalmente, nos bares ou nos botequins representava um produto direto da forma de sua acomodação à vida social urbana.[215] A desocupação disfarçada involuntária era responsável pelo grande número de indivíduos que dispunham de "quase todo o tempo" ou, então, pelo menos de "muito tempo" para devotar ao ócio e ao entretenimento acessível a qualquer bolsa. Como não existiam outras formas conspícuas de utilização construtiva do lazer, o hábito de fazer reuniões nas esquinas, nos terrenos baldios, nos bares e nos botequins logo se converteu em verdadeiro padrão cultural. Acresce que duas fortes motivações psicossociais imprimiam significado especial a essas reuniões. Primeiro, elas foram reiteradamente proibidas no passado

escravista e reprimidas pela polícia nos primeiros anos subsequentes à Abolição. Realizar tais reuniões adquiria, pois, o caráter de desafio e de uma autoafirmação grupal. Segundo, o negro sempre fora privado da liberdade do convívio com o outro e da comunicação em grupo. As reuniões permitiam explorar uma nova esfera de experiência humana, de participação da vida em grupo e dos prazeres da conversação. Essas duas motivações insinuam que o consumo de bebidas alcoólicas não surgiu, primariamente, como o objetivo central dessas aglomerações. Elas ofereciam, primordialmente, um mecanismo de autoproteção, que servia de base para a manifestação e a realização repetidas de ajustamentos ansiosamente desejados, independentemente e acima do álcool. Aos poucos, esses motivos foram passando para plano secundário e outros centros de interesses ganharam o domínio do palco – como os jogos de azar ou as maquinações criminosas do "negro malandro". Todavia, ainda aqui o álcool não era o eixo de gravitação das reuniões. A convivência, a formação de um público para os relatos e as pugnas verbais, a livre expressão do sentimento de participação contavam como os alvos dominantes. O consumo do álcool – embora constante e relevante – aparecia como decorrência natural, como fonte suplementar de prazer e de estimulação. No fundamental, ali os homens (e, eventualmente, também as mulheres) "conversavam", mostravam-se "gente" e competiam entre si por "consideraçao" – isto é, pelo respeito, pela admiração e pelo amor dos outros. Todos descreviam minuciosamente suas aventuras; discutiam-se as letras e a música dos sambas; apreciavam-se as qualidades eróticas de cada um dos presentes ou de seus parceiros sexuais; jogavam-se bisca, escopa, dominó, tômbola, cara ou coroa, palitinho etc.; e também bebiam – para "matar o tempo". Tratava-se, essencialmente, de corresponder aos desejos básicos da "pessoa humana", que impulsionam os indivíduos no sentido de verem reconhecido o seu "valor" e de se sentirem "parte de um grupo". Porque esses desejos não podiam ser satisfeitos normalmente pela família, pelo grupo de trabalho ou por outros agrupamentos institucionalizados é que se formavam aquelas claques, nas quais a exibição da pessoa, as relações congeniais e a comunicação simpática recebiam o alento das libações alcoólicas.

Se essas interpretações forem corretas, aquelas reuniões nada tinham, em si mesmas, de sociopáticas. Ao contrário, constituíam um *produto normal* de certo estilo de vida, do qual emergiam como um padrão cultural. O "negro" não dispunha de outros meios nem de outro modo para se

congregar socialmente. Onde e como receber seus amigos, conversar e se entreter com eles? No quarto com frequência pequeno, escuro e mal mobiliado, onde se "alojava" tanta gente? No salão de algum clube rico? As reuniões tinham de se consumar nas ruas, nos terrenos baldios e nos bares ou botequins. Se a bebida, o jogo e as maquinações criminosas ganharam certo relevo, aqui e ali, isso não deve ser atribuído a uma predisposição incoercível, criada pela "natureza do negro" em situação grupal. Porém, às circunstâncias econômicas, sociais e culturais bem conhecidas, que barravam o caminho para outras modalidades de ocupação construtiva do ócio ou de utilização das aptidões para o trabalho. Não obstante, é certo que os padrões de convivência postos em prática, entremeados com o uso constante e às vezes competitivo de bebidas, estimularam a propagação desenfreada do alcoolismo no "meio negro" e a cristalização do condicionamento exterior indispensável à diferenciação da personalidade do "bêbado inveterado". Por isso, é verdadeiro que o número de pessoas que "abusavam do álcool" aumenta incessantemente depois da Abolição. E também são verídicas as informações sobre "espetáculos chocantes" ou sobre "episódios deprimentes", dados por negros e mulatos, sambando bêbados pelas ruas, altercando ou rolando pela sarjeta. Em sua contribuição, a professora Sofia Campos admite francamente:

> [...] e daí muitos negros encontraram a morte por excesso de bebida [...] Muito embora tenha havido cenas que provocassem comiseração por parte de uns, por parte de outros provocavam repulsa, chegando estes a se pronunciar ofensivamente contra a coletividade negra, assim como:
>
> Branco quando morre,
>
> Foi a morte que o levou.
>
> Negro quando morre,
>
> Foi cachaça que matou.[216]

O que nos importa, muito mais que a disseminação de padrões de consumo sistemático de bebidas alcoólicas, são as impulsões psicossociais ou socioculturais que tornavam esses padrões necessários. Como modo consagrado de "passar o tempo", as atividades e os centros de interesses dessas claques atraíam os moradores de determinada área vicinal ou certos tipos de boêmios (o que também ocorria: havia claques que congregavam negros e mulatos com pendores intelectuais, os quais tinham seu "ponto" em bares do Piques, da praça João Mendes e da rua Barão de Paranapiacaba). Constituída a claque, ela atuava como um foco de atração sobre os moradores ou frequentadores "do ambiente". A rigidez dos negros "direitos"

e “ordeiros” os resguardava dos riscos que ela envolvia. Ainda assim, muitos deles sucumbiam à sedução da “vida boêmia” e vários trabalhadores pacatos “caíram nas malhas do vício” quase insensivelmente. Ao voltar do trabalho, um camarada ia “tomar o seu traguinho”; no grupo formado no bar ou no botequim, deparava com um vizinho ou com um “conhecido de vista”. Este cumprimentava e podiam “puxar conversa”. Faziam-se as apresentações e o convite para “um trago”, em regra para “brindar a amizade”. Se não fosse “pessoa de muito orgulho” – algo desaprovado pela tradição cultural – aceitava e retribuía o brinde. Conversava um pouco e se retirava. Nos dias subsequentes, a cena se repetia, com maior permanência na companhia dos “novos amigos”. Por fim, deixava-se ficar lá o tempo que pudesse e a família sabia onde encontrá-lo se alguém o procurasse. Daí em diante, passava a fazer parte daquela claque, repartindo seus interesses entre as reuniões com os amigos, a família e o trabalho. Se, aos poucos, sucumbisse ao “vício de beber”, então se devotava mais ao convívio com os amigos e à “uca” que ao resto. Aí, a família iria conhecer novos apertos, principalmente se ele se convertesse em alcoólatra. Nesse caso, seu estilo de vida se modificava completamente. O indivíduo passava a beber imoderadamente, “saindo bêbado de casa”, e deixava de ser benquisto entre os companheiros da claque.[217] Não o repeliam com hostilidade. Mas, se não tivesse bastante dinheiro, para oferecer “umas rodadas”, e se fosse propenso a “criar casos”, demonstravam ostensivamente a insatisfação causada por sua frequência. O sujeito precisava “ser forte no tombo” para “aguentar o repuxo”, sem se converter num “peso morto” ou num “azar” para os outros.

Nesta análise, interessam-nos, naturalmente, os “bêbados inveterados”. Pelo que conseguimos apurar, antes de se tornarem alcoólatras, os indivíduos já estavam potencialmente ou realmente desajustados. A busca da bebida não se fazia para “ganhar segurança” nem, tampouco, para alargar a perigosa área de “equilíbrio instável” que separa o alcoólatra, por tempo indeterminado, da derrocada final. Na maioria dos casos examinados (quase todos de mulatos), a frustração e a desilusão ocupavam papel proeminente na história de vida dos sujeitos. O refrão mais constante, nas confidências externadas, consistia no “bebo para esquecer”. Quatro casos se reportam ao período considerado e permitem precisar o que o negro e o mulato pretendiam esquecer, quando se embriagavam. Em um caso, os motivos seriam as decepções pelo comportamento da mãe e da irmã, ambas “mulatas requestadas”, mas que “se entregavam a qualquer branco”, por amor, por

dinheiro ou por ambas as coisas, e o ressentimento produzido pelo fato de ser filho natural, ignorado pelo pai (branco e de família importante). Noutro caso, o motivo apontado era a leviandade da irmã, que se perdera e prostituíra, e o próprio insucesso amoroso diante de uma jovem branca. No terceiro, a razão da "desgraça" estava no abandono do lar pela companheira mulata, que fugira com um "branco vagabundo". Por fim, no último caso, de uma mulher, "as contrariedades da vida" foram apontadas como a causa das bebedeiras frequentes: tentava construir seu lar, orientar "direito" a sua filha e ter um companheiro "respeitável", mas sempre fora "infeliz", "perseguida pela sorte". Aprofundando-se a análise dos casos, constata-se facilmente que as razões alegadas fazem parte de um expediente de autojustificação, manipulado com o intento de obter tolerância, compreensão e, conforme as circunstâncias, comiseração. Embora verdadeiras, elas não seriam suficientemente profundas para provocar desajustamentos persistentes tão graves. Ora, em todos esses casos – e em outros, conhecidos mais superficialmente – as pessoas envolvidas alimentavam a convicção de que a "cor" se encontrava no centro de suas desditas, ocasionando comportamentos autopunitivos e atitudes de ressentimento voltadas contra o equilíbrio do "eu". Doutro lado, todas elas se "envergonhavam", de uma maneira ou de outra, da desorganização imperante no seio de suas famílias e da "vida abjeta" a que se viam condenadas. Portanto, os dramas amorosos e os desajustamentos domésticos por assim dizer sublimavam e objetivavam conflitos mais profundos e destrutivos, incrustados num estilo de vida abominado e indesejável. O alcoolismo reponta, assim, como um sucedâneo do suicídio – uma modalidade de aniquilação lenta do "ego" e de suas dependências ou atribuições no meio social circundante. Ele pode começar como uma evasão da rotina. Mas culmina na destruição implacável do "eu" e dos laços morais com as pessoas do mundo ambiente. A imagem que se poderia construir do "negro largado" contém os ingredientes psicossociológicos desse tipo de protesto, que se volta positivamente para dentro e contra a própria pessoa. Nada mais importa. "Malandro não estrila." "O negro não nasceu para isso mesmo?" A degradação progressiva e a aniquilação são aceitas pelo indivíduo como uma "fatalidade" *natural* e, até certo ponto, justa e inevitável.

Os efeitos do alcoolismo são melhor conhecidos, pelo menos, quanto às influências das claques de bebedores e às repercussões dos comportamentos do alcoólatra no meio social ambiente. As claques exerciam três funções

mais ou menos perturbadoras. Incluindo o consumo constante de bebidas alcoólicas entre as atividades socialmente conspícuas e no próprio cerne do estilo de vida urbano do "negro", elas se convertiam, com frequência, em reguladores dinâmicos ao incentivo do alcoolismo, tanto entre os adultos quanto entre os jovens e os imaturos em geral. Nos parágrafos anteriores, tentamos esboçar o caminho percorrido pelo adulto "ordeiro", que sentisse a sedução de seus apelos e sucumbisse diante deles. Na medida em que o ajustamento ao trabalho era irremediavelmente precário e insatisfatório, aquelas claques irrompiam na vida social dos adultos "direitos" como uma força potencialmente perniciosa, capaz de "desencaminhá-los", de "transtornar a sua cabeça" e de impeli-los à identificação progressiva com o gênero de vida dos "negros malandros". Nesse sentido, elas atuavam como um foco de perturbação das acomodações do negro e do mulato à comunidade urbana inclusiva e como um fator de afastamento do mundo social dos brancos. Quanto aos jovens e aos imaturos em geral, as *cliques* em questão preenchiam duas funções distintas. Primeiro, promoviam a sua iniciação precoce no uso das bebidas alcoólicas e incentivavam-nos a valorizá-lo socialmente, como parte de um padrão de masculinidade e de independência fortemente discrepante das expectativas de comportamento consagradas pela sociedade inclusiva. Segundo, a participação e a lealdade para com aquelas claques acarretavam influências socializadoras formativas, que davam relevo aos temas, aos centros de interesses e aos valores nelas imperantes. O jovem e o imaturo aprendiam a importância do "sexo", dos prazeres da vida, da ociosidade e de certos expedientes para "arrancar dinheiro até de pedra" – sobretudo, aprendiam a ser ariscos, "sabidos" e a contar consigo próprios para "sair dos apertos". Enfim, travavam as primeiras ligações com o linguajar, o modo de ser e as realizações dos "negros malandros", passando a depender das circunstâncias seu engajamento definitivo no mundo da malandragem. Essas três funções tornavam aquelas claques temíveis, justificando cabalmente a oposição que lhes moviam os negros e os mulatos empenhados em ser aceitos e absorvidos na sociedade inclusiva.

Quanto aos ajustamentos individuais, o alcoolismo suscitava atitudes e ações que fomentavam, simultaneamente, seja a perpetuação das condições de anomia social no "meio negro", seja o agravamento das tensões (via de regra inconscientes) com o mundo social dos brancos. Ao se tornar alcoólatra ou, pelo menos, ao se converter em "bêbado contumaz", o

indivíduo perdia a capacidade de manter seus precários ajustamentos profissionais em duas direções. Primeiro, insurgia-se contra a constância no trabalho e o emprego permanente. Passava a se interessar mais em ter dinheiro em condições que facilitassem o aumento do ócio. Esse estado de espírito fomentava o relaxamento progressivo das obrigações profissionais, a preferência por "biscates" e até a substituição do trabalho por outros expedientes para conseguir dinheiro. Segundo, a partir de certo momento, podia "ficar impossível" – aparecer bêbado no serviço, ter necessidade de beber ou de curar a carraspana durante o trabalho etc. Em alguns serviços masculinos, esses traços eram (e ainda podem ser) tolerados; em outros e nos serviços domésticos, não. No caso das empregadas domésticas, ainda havia a agravante de ser relativamente fácil obter bebidas alcoólicas no trabalho (ou seus sucedâneos, como o álcool, o perfume etc.). A reincidência conduzia à identificação do empregado como ébrio e à imputação do atributo ao "trabalhador negro". A isso não escapavam, sequer, aqueles que trabalhavam por "conta própria"! O caso de um empreiteiro mulato é significativo. Ele era tido por competente e "tudo corria bem" enquanto não bebesse. Se começasse a beber, o que fazia com frequência, "ninguém contava mais com ele". Abandonava o serviço, negligenciava por completo os compromissos e "torrava o dinheiro" (o seu e o dos contratantes). Além do desajustamento ao trabalho, o alcoólatra provocava complicações inevitáveis, que afetavam a segurança, a dignidade e o futuro de sua família. O seguinte caso é típico, referindo-se a um negro casado e com filhos. Sua mulher trabalhava para sustentar a casa, pois ele não só se recusava a lhe dar dinheiro, como "arrancava dela" o que podia. Ela só conseguia algum dinheiro dele, por ocasião de grandes apertos, se fosse "fazer escândalo no serviço". Ele vivia para as suas farras, para os seus amigos e para as suas conquistas. Só procurava a mulher quando tinha necessidade dela, transmitindo-lhe até suas doenças venéreas. Segundo as informantes mulheres, esse seria o padrão usual de comportamento dos maridos ou amásios que fossem "malandros" e "bêbados contumazes". Eles espoliavam as companheiras do que tivessem, se preciso a pancadas, vivendo às custas delas e se sustentando com o que elas lhes fornecessem. O estado frequente de ebriedade tolhia, de uma maneira ou de outra, o respeito pelos outros e por suas expectativas de comportamento. Por isso, muitos agiam como "desordeiros", provocando repetidamente "forrobodós" nos cortiços, pela madrugada, ou dentro de seus cômodos. Outros induziam seus "companheiros de farra" a irem para sua

casa. Expunham os próprios filhos ou as filhas das companheiras a experiências dolorosas e, não poucas vezes, à iniciação precoce nos segredos do sexo. Por último, a negligência da tutelagem e orientação dos filhos menores podia assumir desfecho dramático. Um dos casos descritos revela como uma mulher, já idosa, abandonou por completo a filha menor, deixando-a entregue a si mesma e às suas "amizades". Ela vivia embriagada e só se deu conta do que sucedia quando "um pretinho abusou dela" [da filha]. Então, a mãe apelou para outros parentes, mas eles culparam-na pela "desgraça da filha". O rapaz, por sua vez, preferiu "tomar cadeia" a se casar com ela. Esse breve apanhado insinua as diversas ramificações do alcoolismo com a perpetuação e o agravamento da vida social desorganizada, imperante no "meio negro". A crônica de tais casos contribuía, naturalmente, seja para desabonar o "negro" no consenso social do "branco", seja para formar autoavaliações prejudiciais ao amor próprio e ao equilíbrio dos "homens de cor".

Todavia, as claques mencionadas não exerciam somente influências destrutivas e funestas. Elas tiveram alguma importância dinâmica, servindo como palco de autorrealização do negro e do mulato (especialmente daqueles que não se entrosavam bem na sociedade inclusiva) e prestaram dois serviços assinaláveis à "população negra" da capital. Foi graças a essas claques que a desilusão social do negro e do mulato passou do plano da experiência concreta para o da verbalização. Onde elas chegaram a contar com elementos mais intelectualizados, fomentaram alguma inquietação social, encaminhando as primeiras manifestações larvares do inconformismo que iria repontar, mais tarde, consciente e organicamente, nos movimentos sociais do "meio negro".

Doutro lado, nessas claques é que se processou a única tentativa virulenta de autoafirmação independente do negro e do mulato. Elas não puderam contribuir para estabelecer um elo dinâmico entre a tradição cultural afro-brasileira e a situação sociocultural então existente. Contudo, os seus componentes não trepidaram (talvez por causa do grande desligamento em relação ao "mundo social dos brancos" e aos ecos que ele produzia no "meio negro") em elaborar centros de interesses psicossociais e socioculturais genuinamente autônomos, que gravitavam em torno do samba, do jogo, da malandragem e do sexo. Através dessas manifestações, ofereciam canais de expressão de necessidades do "negro" que eram sufocadas ou proscritas pela sociedade inclusiva. Por fim, as reações

circulares da própria "população de cor" focalizaram o que havia de destrutivo ou de pernicioso naquelas claques. Desse ângulo, é patente que elas serviram como ponto de referência para condensar a objetivação das condenações societárias ao alcoolismo, à jogatina, à incontinência sexual, à malandragem e à "irresponsabilidade", tal como elas podiam e deviam ser feitas no "meio negro". Seria bom reter esses três aspectos, na apreciação de conjunto, para não se condenar apressada e inutilmente uma das facetas características da vida social do negro e do mulato em São Paulo. Se esses agrupamentos, com os seus centros de interesses e o alcoolismo, chegaram a ser funestos, isso se deu, em grande parte, por causa do próprio estado de anomia permanente e de bloqueamento na sociedade inclusiva em que se manteve a "população de cor" da capital durante muitos anos. Com o alcoolismo, elas concorreram para perpetuar ou para intensificar ambas as coisas. Contudo, ninguém poderá dizer com certeza, sem maiores estudos, quanto essas claques – com seus centros de interesse e o próprio alcoolismo – absorveram certas tensões que, de outra maneira, teriam explodido violentamente e envenenado para sempre as relações entre "negros" e "brancos". Por isso, cumpre encará-las com relativismo e objetividade, pois elas operaram, literalmente, numa *área de efeitos.* Não só elas não desorganizaram, historicamente, a vida social do negro e do mulato em São Paulo. Elas puderam atuar de modo extremamente perturbador e pernicioso graças à desorganização imperante no "meio negro" e às necessidades ou às possibilidades que esta criou à elaboração do alcoolismo como um traço normal da vida humana.

O abandono do menor, do velho e dos dependentes, em geral, resultava do concurso de três fatores básicos: 1o – a desorganização da "família negra", invariavelmente intensificada e agravada pelo intercâmbio sexual espúrio de "negros", "brancos" e "mulatos"; 2o– a debilidade econômica e institucional do "meio negro", a qual tornava inoperantes os mecanismos tradicionais de solidariedade (de base doméstica, comunitária ou vicinal) e impedia a formação de meios próprios de assistência material ou moral permanente, adequados à complexidade da situação; 3o – a indiferença da sociedade inclusiva, que se manteve mais ou menos "cega" à gravidade dos problemas sociais do "negro" nessa área, reagindo diante deles através de mecanismos de controle, de repressão ou de assistência variavelmente ineficazes, corruptíveis ou desmoralizadores. Malgrado o interesse persistente pelo assunto, os informantes do "meio negro" nos esclareceram

muito mal sobre as diversas questões que esses tópicos colocam à análise sociológica, revelando maior empenho em dar vazão às críticas ao Governo, à política e aos órgãos assistenciais públicos. Isso evidencia que subsistem profundos ressentimentos, provocados pelo desdém atribuído aos brancos, que "assistiram de palanque" à "desgraça do negro".

A desorganização da família constituía o principal fator do estado de abandono em que viviam as crianças e os menores, "largados" e "sem ter quem tomasse conta deles". A mãe solteira, quando ficava com o filho e o criava, tinha de deixá-lo no cortiço. Alguma mulher (parente ou amiga) "toma conta da criança". A mãe casada ou amasiada – com o pai da criança ou com outro homem – com frequência "trabalhava fora" e "saía cedo para o serviço". Se uma avó, alguma tia ou irmã mais velha morasse com eles, haveria quem assumisse certa responsabilidade pela criança. Caso contrário, a situação seria idêntica à anterior. A criança ficaria entregue a si mesma, pois a maneira de "tomar conta" dos vizinhos incluía duas polarizações negativas. O adulto responsável pensava que "não se pode mandar nos filhos dos outros"; o pupilo, por sua vez, se já fosse crescido, achava que só o pai ou a mãe tinha "direito de bater e de mandar nele". Aliás, mesmo na presença da mãe contava com ampla liberdade. Na Bela Vista, por exemplo, a maioria das crianças "vivia na rua", ou seja, saía de casa desde cedo, encafuando-se em outros cômodos do cortiço, ou ia brincar no mato, nos terrenos baldios e nas vias públicas, quase sempre junto com companheiros mais velhos. Logo aprendiam que só podiam contar consigo próprias e o gênero de "safadezas" que precisavam evitar, para que os companheiros mais velhos "não aproveitassem delas". A pior situação seria a da "criança abandonada", em regra filha de mãe solteira, e que "ficava encostada" na casa de alguém. Mais que os outros, cresciam e se desenvolviam sob a indiferença dos adultos e sem saber propriamente o que fosse um lar. Um dos sujeitos das histórias de vida, que vivia com a mãe e a irmã, "ao deus-dará", relata o deslumbramento que sentiu, por volta de 1911, ao passar a viver, aos dez anos, na casa de um italiano. Viu, então, "o que era viver no seio de uma família, o que entre eles [os italianos] era coisa séria". "Gostava porque comia na mesa..." e podia apreciar em que consistia "viver como gente".

A penúria reinante dificultava a vida de todos. A inconsistência dos laços de solidariedade social interferia claramente no clima das relações humanas. Ninguém gostava muito de se ocupar com uma criança enjeitada,

ficando às voltas com as “cabeçadas dos outros”, enquanto a própria mãe “continuava a sua vidinha, como se nada tivesse acontecido”. Mas o ônus maior provinha dos sacrifícios que o encargo representava. Essa razão fazia com que a situação dos velhos e dos doentes crônicos ou incuráveis (principalmente quando inaptos para o trabalho) fosse delicada e dificílima. Prevalecia no espírito de todos (no deles inclusive) a convicção tormentosa de que constituíam “um peso para a família”. Esse sentimento era disfarçado e, do ponto de vista prático, neutralizado pela noção de que se devia “ter paciência” e “aceitar a vontade de Deus”. Todavia, havia pouco que repartir na maioria das casas e “uma boca a mais” rompia muitas vezes inevitavelmente as fronteiras que separavam a *pobreza* da *miséria*. Está claro que aquelas pessoas não passavam nem pior nem melhor que os outros. As mesmas privações eram compartilhadas por todos. Talvez isso ferisse o “orgulho” e endurecesse os corações, tornando poucas pessoas propensas a repartir sua fome, porque não fariam “o que deviam” e iriam ostentar, aos olhos de todos, aperturas sofregamente disfarçadas. De qualquer jeito, as crianças, os velhos ou os doentes jamais podiam receber alimentação apropriada, tratamento adequado e cuidados higiênicos indispensáveis. Um ou outro vizinho “caridoso”, ocasionalmente, ajudava a melhorar a dieta ou o tratamento. O caráter passageiro desses gestos prejudicava sua eficácia. Apenas aumentava o “conforto moral” das pessoas envolvidas, fazendo-as se sentirem parte significativa da vida dos outros. Por sua vez, na medida de suas forças, os dependentes – especialmente os velhos e os doentes que podiam “fazer alguma coisa”, mas também os imaturos – procuravam se encarregar de pequenos afazeres. Pretendiam “não pesar demais”, e alguns chegavam a ser uma “bênção para as famílias”, tal a importância de sua colaboração. Uma velha, mesmo “caduca”, podia manter a “casa” limpa, preparar a comida, lavar e passar parte da roupa (ou toda ela), cuidar dos menores da família ou dos vizinhos, atrair pequenos donativos esporádicos de ex-patrões ou de parentes. Enfim, graças a ela, um mínimo de atividades que servem de base à existência de uma família integrada acabava encontrando condições para emergir. Se existissem laços fortes entre o dependente e o responsável por sua manutenção, os sacrifícios de ambos chegavam a ser tocantes. Um dos casos que conhecemos é ilustrativo. O filho mais moço de uma velha vivia sozinho com ela. O que ele ganhava só dava para o sustento dos dois. Moravam confortavelmente: ela tinha o seu quartinho e ele dormia na sala de jantar. Embora fosse um porão, a moradia

era confortável, possuía cozinha independente e privada própria; tudo era tão limpo, que se “podia comer no chão”. Ela preparava, logo cedo, a refeição de marmita, que o rapaz comia no serviço; à noite, ele tocava banjo e ela ficava sentada numa cadeira de balanço, ouvindo a música e pitando num cachimbo de barro. Quase não falavam com os vizinhos e viviam em estado de semirreclusão. Sacrifícios análogos, ou ainda mais pesados, eram feitos pela mãe solteira que pretendesse conservar o filho. Muitas se viam forçadas à mendicância ocasional e à prostituição fortuita para alimentá-los, vesti-los e ter onde morar com eles. Os doentes, quisessem ou não, precisavam “exercitar a paciência”. Naquela época, pensava-se que os hospitais gratuitos propiciavam o “chá da meia-noite” aos pacientes crônicos ou incuráveis. Acresce que era grande o temor de se ver “lançado na sarjeta”. Por isso, acomodavam-se pacificamente, esforçando-se por ser o “menos pesado” possível. Só destoavam os “chupins” – parentes, amigos ou conhecidos “malandros”, de ambos os sexos, que “se encostavam” em alguém enquanto durasse a “precisão”. “Comiam do bom e do melhor”, isto é, tão bem quanto pudessem, sem levar em consideração as necessidades dos demais; lançavam mão sem nenhum escrúpulo dos haveres existentes para cuidar de seu tratamento e, não raro, reclamavam, faziam mexericos, revelavam a “maior ingratidão”.

Os menores erigiam-se no principal problema. Não havia quem cuidasse deles, pelo menos de maneira criteriosa e permanente, fiscalizando suas ações ou orientando-os para a vida. Mesmo os parentes e os vizinhos amigos dedicavam escasso interesse nas questões suscitadas pela educação dos menores. Imperava o princípio de que “cada um é responsável pelos seus”. Se uma menina púbere desse para “zanzar pelos quartos” em que vivessem rapazes da mesma idade ou mais velhos e adultos “debochados”, logo surgia quem comentasse a ocorrência e uma ou outra pessoa “avisava” a mãe (ou sua substituta eventual) e ralhava com a menor. Se, apesar de tudo, ela persistisse – e essa era a regra –, todos “lavavam as mãos”. Aguardavam, pois, o que “devia acontecer” e se aprontavam para os comentários judiciosos quando a “coisa explodisse”. Essa debilidade nascia do sistema de solidariedade doméstica e vicinal. Contudo, nas áreas de contato do negro e do mulato com o branco as coisas podiam se passar de maneira ainda pior. As menores que se empregavam nas casas de família, por exemplo, corriam o risco de ser seduzidas pelos filhos dos patrões ou por eles próprios. Vários casos demonstravam a insensibilidade do “branco”

diante dos dramas surgidos. Havia famílias que achavam melhor que o rapaz tivesse as suas aventuras assim, para “não pegar alguma doença por aí” e, em regra, elas só intervinham para resguardar “o futuro dos filhos” (se a família da menor seduzida fosse à polícia, impunha-se “abafar o caso”; se houvesse frutos dessas aventuras, afastar a moça, para “evitar complicações” etc.). Nesse nível, é patente que a debilidade institucional do “meio negro” deixava os menores à mercê de todos os perigos, quer eles surgissem do próprio ambiente, quer eles resultassem das pressões desorganizadas das relações com os “brancos”. Essa debilidade também se refletia na incapacidade para estabelecer uma rede assistencial autônoma. Fundavam-se clubes e associações, nos bairros ou no centro, que se propunham a atingir fins beneficentes, junto com fins recreativos e culturais. Mas o suporte financeiro das contribuições dos sócios convertiam tais objetivos em simples miragens. Nunca puderam ser postos em prática de maneira regular e na escala em que isso se impunha.

Esse concurso de circunstâncias descarregava sobre os poderes públicos deveres adicionais evidentes. Entretanto, a rede urbana de serviços assistenciais se organizava segundo modelos obsoletos e perdurava o clima de negligência total dos dilemas materiais e morais do “negro”. Mesmo que tivesse prevalecido o propósito de “amparar o negro” nos três planos mencionados (do menor, da velhice e dos doentes), porém, a precariedade dos serviços públicos assistenciais não permitiria ir tão longe quando seria necessário. Ainda hoje, a cidade não conta com um sistema assistencial modernizado e ajustável às vicissitudes da vida social urbana. O desinteresse pelo “negro” e, especialmente, alguns preconceitos, vindos do passado escravista ou reelaborados contemporaneamente, ditaram outra linha de conduta, adversa ao negro e ao mulato. Dois exemplos esclarecerão suficientemente esta asserção. Primeiro, havia certo zelo provinciano na repressão do namoro das adolescentes brancas e o Juizado de Menores intervinha ativamente nos casos de reincidência, chamando os pais à responsabilidade e forçando as famílias a zelarem pelo recato de suas filhas. Ora, o mesmo parecia não suceder com referência às “jovens de cor”. Toleravam-se sua presença nos bares e nos bailes ou suas andanças pelas ruas, até altas horas, e ninguém ligava às “más companhias”, que as desencaminhavam para “a senda do vício e da prostituição”. Diversos informantes idôneos asseveraram que os próprios agentes policiais toleravam abertamente essas ocorrências, porque “esperavam a sua vez para tirar

proveito do desencaminhamento das jovens". Por isso, ainda hoje subsiste a opinião, no "meio negro", de que a Polícia e o Juizado de Menores seguiam uma política dúbia e que a "cor" interferia na aplicação das normas de fiscalização ou de repressão. Presunções do tipo "é negro mesmo", "negro gosta é de viver assim" ou "isso está na massa do sangue do negro" teriam concorrido para criar esse clima de negligência ou de desprezo pela menor negra ou mulata. Não obstante, também houve quem nos adiantasse que "as autoridades se cansavam" de advertir, inutilmente, as "menores de cor" e suas famílias. Após várias experiências infrutíferas, muitos acharam melhor "largá-las a seu destino", já que era isso que queriam. Quanto ao "abuso" de menores negras e mulatas por agentes da fiscalização e da repressão, está fora de dúvida que as ocorrências eram frequentes. Segundo certas indicações, esses agentes não trepidavam em favorecer o desenlace previsto, tomando iniciativas que os convertiam em verdadeiros agentes disfarçados e encobertos da corrupção. O outro exemplo diz respeito ao tratamento do "negro" pela polícia. O mecanismo repressivo funcionava, sob muitos aspectos, às avessas: persistia a avaliação perniciosa, herdada da sociedade escravocrata, de que o "negro" encarnava um perigo público. Homem ou mulher "de cor" que perambulasse pela rua tresnoitado provocava "desconfiança", corria o risco de "ser recolhido pela carrocinha" e até "trancafiado no xilindró". A suspeita generalizada de que o homem fosse "desordeiro" ou "gatuno" e a mulher "vagabunda" ou "puta" engendrava esses comportamentos. Pairava, pois, o temor de "ser desfeiteado" – as mulheres se viam obrigadas a *não* sair ou a sair somente acompanhadas e os homens viviam alertas, prontos a fugir ou a retrucar com violência às abordagens intempestivas dos policiais. Um dos informantes do grupo de pesquisa deixou claro que se fizera policial, nessa época, para escapar a esses vexames e salientou que o negro queria ser policial "para não ser preso".

Essas indicações são suficientes para caracterizar o drama enfrentado, coletivamente, pela "população de cor". Arrancada dos quadros naturais da economia de subsistência, o equipamento adaptativo fornecido por sua herança cultural tornava difícil (senão impossível) a manutenção de indivíduos econômica e socialmente dependentes. A criança e o menor, bem como o velho e o doente ou o inválido rompiam com facilidade o rudimentar equilíbrio que separava, precariamente, a "pobreza" da "miséria" e da "indigência". Doutro lado, a família desintegrada e a ausência de

mecanismos de solidariedade supradomésticos eficientes convertiam os imaturos em “donos de seu nariz” e os velhos, os doentes ou os inválidos numa carga pesadíssima. Os imaturos tinham de fazer escolhas e ajustamentos para os quais *não* estavam preparados, e os últimos viam agravadas as consequências materiais e morais da dependência ou desamparo a que se achavam reduzidos. A cidade, que confinava o negro e o mulato a ocupações ingratas, penosas e “sem futuro”, abria perspectivas sombrias tanto para as gerações ascendentes quanto para as gerações descendentes da “população de cor”. Enquanto se perpetuavam as condições anômicas de existência, nem a família podia preencher construtivamente suas funções sociais normais, no amparo do menor, do velho e do doente crônico ou inválido, nem as inconsistências institucionais do “meio negro” podiam ser corrigidas. Assim, a desorganização permanente fomentava, livremente, novos pontos de persistência indefinida e de agravamento do estado de anomia. Como esses dramas não repercutiam na diferenciação do sistema institucional da sociedade inclusiva, esta deixou de colocar um paradeiro útil a esse trágico processo. Onde fez sentir sua presença, por falta de sensibilidade para com os dramas reais da “população de cor”, serviu antes como um fator de aceleração da desorganização e de desmoralização do “negro” ou de seu estilo de vida. Em lugar de concorrer para o melhor ajustamento do negro e do mulato às condições de existência imperantes na cidade, o funcionamento daquele sistema institucional fomentou a emergência de novos ressentimentos, que alimentaram e difundiram a convicção de que certas garantias sociais eram privilégios dos “brancos”, manipulados ao bel-prazer da “raça” dominante.

Os resultados da presente reconstrução evidenciam que a “população de cor” da capital usufruía, em sua maioria, de um nível de vida inferior ao da mera subsistência. As dificuldades de classificação profissional e de obtenção de uma fonte estável de renda, combinadas aos efeitos da desorganização imperante no “meio negro” e à inexistência de mecanismos assistenciais institucionalizados bastante eficientes, concorriam para fazer com que a mendicância, as doenças e a prostituição se erigissem em ameaças que pairavam, continuamente, sobre a cabeça de todos. Ninguém podia saber ao certo o que o “destino” lhe reservava, predominando, com todo o rigor, a moral que se traduz no provérbio “não cuspa para o alto, que te cai na boca”. Poucos sabiam o que fosse a prosperidade; em compensação, quase todos temiam o infortúnio. Esses três problemas sociais se conjugavam como um

produto natural da situação histórica do negro e do mulato, sendo raras as famílias que passaram incólumes aos efeitos de um e de outro – ou dos três conjugadamente.

As fronteiras que separavam a pobreza da penúria eram tão tênues e instáveis, que bastava um pequeno desequilíbrio passageiro para largar uma família na mais dura miséria. O desemprego de um dos cônjuges (ou do responsável pelo sustento do lar); uma doença prolongada, de tratamento difícil e caro; uma "cabeçada" ou uma "infelicidade" qualquer do chefe da família; uma crise que se refletisse, momentaneamente, na procura de mão de obra braçal ou na abundância do mercado dos gêneros de primeira necessidade etc. – eram suficientes para lançar o grupo doméstico na indigência. Todavia, a tradição cultural do "meio negro" não aprovava esse recurso de restabelecimento do equilíbrio. Talvez por causa de um orgulho arraigado de "pobreza honrada" e da própria penúria permanente, a mendicância aberta e sistemática só era aceita como medida extrema, mas altamente desmoralizadora. Na verdade, o nível de pobreza compelia a maioria das famílias a depender de auxílios de antigos patrões. Roupas usadas, sapatos velhos, mantimentos, móveis e remédios, com eventuais donativos pecuniários, inscreviam-se na rotina dessas relações de dependência. Contudo, esses auxílios eram recebidos como um "presente" – como um puro "dom", que traduzia consideração e amizade das pessoas que os prestavam para com as pessoas que os recebessem –, nunca como uma "esmola". Por ser assim, eles não criavam obrigações excedentes nem desmoralizavam quem os aceitasse. A "esmola", ao contrário, implicava uma degradação. Quem recorria a ela deixava de ter dignidade na miséria. Isso explica por que o número de mendigos negros e mulatos nunca foi proporcional ao estado de pauperismo da "população de cor". As informações recolhidas mostram que, mesmo a mãe solteira, no extremo da aflição – tendo de dormir com o filho e a filha menores numa privada –, preferia apelar para a prostituição à mendicância. Essa tradição rígida impelia as pessoas aflitas a procurar socorro – no meio social imediato e entre os antigos patrões. Falhando ou sendo insuficiente esse recurso, e não havendo outro, então não havia mesmo remédio, senão apelar para a "caridade dos estranhos". Mas como um expediente, algo a ser interrompido o mais depressa possível. Somente portadores de defeitos físicos e personalidades desequilibradas, quase sempre alcoólatras e débeis mentais,

dedicavam-se a esmolar pelas ruas ou de casa em casa, convertendo a mendicância em “meio de vida”.

Quanto às doenças, o que foi visto na primeira parte deste trabalho reflete, objetivamente, o essencial. O doente constituía um fardo severo para os familiares e recebia, como acabamos de descrever, um tratamento precaríssimo, tanto em termos da alimentação e da assistência médica, quanto em termos do conforto subjetivo. Na tradição cultural, mantêm-se vivas as recordações que ligam o baixo nível de vida à dizimação da “população negra”. Acentua-se que o estado de penúria forçava uma dieta deficiente, que vitimava o doente, aumentava os índices de mortalidade infantil e diminuía a duração média da vida entre as “pessoas sãs”. Ao mesmo tempo, apontam-se os riscos da “ignorância”, visíveis na ausência de padrões de higiene elementares e na propagação das moléstias venéreas e da sífilis até dentro do lar ou entre os menores, e atribui-se à promiscuidade forçada uma influência dramática na contaminação das crianças pelos adultos doentes. Dois pontos ainda merecem ser ventilados. Primeiro, a interferência das convicções tradicionalistas e sagradas na concepção e no tratamento das doenças. Essas convicções prejudicavam a identificação das moléstias, retardavam a procura da assistência médica ou hospitalar e, muitas vezes, impediam que o paciente seguisse as prescrições médicas. Segundo, a noção de que a sífilis só podia ser curada mediante o conúbio sexual com uma jovem virgem. Isso provocava contaminação de pessoas ingênuas e ampliava o influxo desorganizador das aventuras sexuais. Essas duas referências bastam para indicar como a tradição cultural se inscrevia entre os fatores que dificultavam a adaptação do “elemento negro” ao estilo de vida urbana, relacionando a incidência ou o agravamento de problemas sociais diretamente ao horizonte cultural tradicionalista, perpetuado graças ao isolamento sociocultural do negro e do mulato.

A prostituição não parece ter sido uma especialidade econômica importante da “mulher negra”. Os informantes tendem a cometer duas espécies de exagero. Primeiro, estabelecendo uma relação invariável entre o “desencaminhamento” das menores negras e mulatas e a prostituição. Segundo, assinalando um envolvimento da “mulata”, especialmente, na “alta prostituição”, o que não encontra comprovação nos fatos conhecidos. A maioria das moças “desencaminhadas” continuava a trabalhar nos serviços domésticos. Doutro lado, pelo que se sabe, só uma ou outra mulata mais bonita penetrou nas esferas da “alta prostituição”. Duas razões explicam por

que o número de prostitutas negras e mulatas não era proporcional aos sucessos das aventuras pré-nupciais. Os homens que sentissem atração pela "mulher negra" podiam satisfazê-la sem recorrer às prostitutas. Bastava, para isso, "dar em cima" de empregadas, vizinhas ou conhecidas "de cor". Uma ou outra correspondia ao "namoro", sabendo naturalmente do que se tratava. Além disso, o negro e o mulato possuíam escassas possibilidades econômicas de frequentar regularmente as "casas de tolerância". Por tradição cultural, eles sempre ostentaram certa relutância em "pagar pelo amor", preferindo as aventuras noturnas ou o amasiamento. Em suma, a prostituição da negra ou da mulata nunca acompanhou as proporções assumidas pela desorganização de seu comportamento sexual. As que aceitaram a prostituição sistemática em regra caíram nas malhas dos antigos bordéis da "baixa prostituição". Formavam predominantemente nas fileiras das chamadas "vagabundas rampeiras", dos "estrepes" e das "putas de soldados". Não obstante, na extrema degradação a que se viam expostas, mantinham certos pudores de dignidade. Muitos frequentadores de bordéis tinham preferências sexuais deformadas ou tentavam "enrabar uma preta" para "cortar a urucubaca" (dizia-se que isso "dava sorte"). As prostitutas brancas – mesmo as de "alto coturno" – prestavam-se sem rebeldia a essas preferências. As negras e as mulatas se revoltavam, se isso não fosse de seu gosto. Mesmo nas ruas gritavam aos proponentes: "Vá procurar a tua mãe!". [218] "Não sou polaca, seu F. da P.!" ou "não sou francesa para fazer isso!".

Nem toda "mulher negra" que recebia dinheiro pelo intercurso sexual encarava essa compensação financeira como "pagamento". Ela era concebida como uma "retribuição", um gesto de generosidade e de reconhecimento amoroso. Algumas, se precisassem, insinuavam que queriam isto ou aquilo, antes ou depois do ato amoroso, mas excluindo o pedido do contexto dos favores sexuais. Recebiam o dinheiro com naturalidade e achavam que "não se vendiam". Se, de fato, recebessem propostas nesse sentido, "ficariam ofendidas". Como possuíam vários "namorados" ou "amantes" (dependendo da natureza das relações), essas compensações chegavam a representar uma suplementação regular do ganho normal, pelo trabalho. Em regra, a prostituição ocasional constituía um expediente para enfrentar privações ou necessidades insuperáveis de outra forma. A mãe solteira recorria a ele nos momentos de aflição. O mesmo comportamento podia ser posto em prática, por outros motivos, inclusive sob pressão do amásio quando este era um "sedutor profissional" e "vagabundo

inveterado". A mulher que resolvia se dedicar profissionalmente à prostituição dava preferência à prostituição disfarçada. Ou alugava um cômodo no nome do gigolô ou era, aparentemente, mantida por um amante. Este às vezes pensava que seria o único a gozar de seus favores ou que ocupava o papel do amante principal. Entretanto, a sua "vênus negra" recebia a corte de vários homens e de todos recebia a retribuição estipulada. As mais bonitas tinham um certo número de amantes simultâneos e algumas chegavam a ser procuradas por esses parceiros mesmo depois de ostentarem certa decadência física. Dizia-se, nesses casos, que as habilidades e os encantos sexuais da "mulata" (algumas vezes também da "negra") prendiam o homem "para sempre". Depois que as "experimentassem", não poderiam mais se livrar delas, ficando "seus escravos pelo resto da vida". O inconveniente dessa modalidade de prostituição disfarçada estava na dificuldade de obter e de manter o cômodo ou a casa alugada. Isso não podia ser feito nos quartos dos cortiços, pelos falatórios e por causa da reação dos vizinhos. Se havia tolerância e consideração pela prostituta, quando esta se apresentava como visita esporádica, o mesmo não sucedia com o seu gênero de vida. Elas tinham de perambular de um bairro a outro e às vezes caíam, graças às delações de vizinhos "aborrecidos" ou "indignados", nas malhas da polícia.

Torna-se difícil fazer uma análise retrospectiva do processo de diferenciação da personalidade da prostituta negra ou mulata. As indicações coligidas não permitem estabelecer como as frustrações associadas à situação socioeconômica ou à cor conduziam à aceitação dessa condição. Parece que, ao fim de certo tempo, "se cansavam" de viver como empregadas, mantendo várias aventuras sexuais sucessivas ou simultâneas e tendo de suportar as exigências do amante. Este, em regra, agia como o "sedutor profissional" típico do "meio negro": introduzia-se sorrateiramente no quarto da amásia, enquanto os patrões dormiam; podia ou não tomar uma refeição lá, encontrando as coisas preparadas; ocupava grande parte do tempo nos prazeres sexuais, não "dando sossego" à mulher; antes de sair, às vezes tomava outra refeição, um copo de leite ou uma cerveja com sanduíche ou, mesmo, "café com leite reforçado", e "limpava a mulher", levando o dinheiro que podia ou, pelo menos, o suficiente para a condução e os gastos do dia. Esse dinheiro era obtido, com frequência, nas aventuras com outros homens, principalmente padeiros, açougueiros, entregadores brancos ou pessoas da família da patroa. De fato, convertia-se

insensivelmente em “mulher de qualquer um”, sem tirar proveito direto do pequeno comércio sexual decorrente. Na discussão com alguma amiga ou por conta própria, acabava descobrindo que era “trouxa”. Então, abandonava o emprego, largava o amante negro ou mulato e “desaparecia”. Ninguém ficava conhecendo seu paradeiro, até que se descobria, pelos falatórios das amigas, que fulana resolvera “cair no mundo”. Algumas informações dispersas, mas concordantes, indicam que a coloração da pele constituía um elemento importante no desenrolar do processo. Muitos bordéis recusavam a “prostituta negra”, só aceitando, quando abriam exceções, mulatas claras e bonitas. A negra e a mulata escura tinham de se contentar com os bordéis menos exigentes ou com a prostituição sistemática, mas clandestina, feita pelas ruas e pelos botequins. Um dos informantes, falando a respeito de período mais recente, esclareceu que até no meretrício a cor interferia na avaliação da mulher. Disse que, na melhor das hipóteses, se uma prostituta branca valesse Cr$ 50,00, a negra ou a mulata escura valeriam Cr$ 10,00. Por essa razão, esclareceu, elas se desinteressavam pela prostituição, preferindo trabalhar e, ocasionalmente, lançar mão da prostituição disfarçada. De qualquer modo, a passagem para a condição de prostituta não envolvia um golpe muito sério em sua autoconsideração e na consideração que recebia dos outros. Algumas amigas chegavam a lhe dizer: “Você fez muito bem. Deixou de ser trouxa”; e ela própria admitia: “Antes viver assim que bancar a boba e ser explorada”. Em função da idade, tonalidade da pele, “importância do bordeI” e outros fatores, a vida que passava a levar, pelo menos inicialmente, era não só menos cansativa, como mais segura, confortável e divertida. Algumas jovens, cujos pais ou parentes tentaram “trazê-las de volta”, recusavam-se a isso, preferindo “levar aquela vida mesmo”. Doutro lado, como já tinham ampla experiência prévia com as artimanhas do “sedutor profissional”, sabiam se defender melhor que as brancas dos “protetores masculinos” e dos cafetões. Embora uma ou outra não conseguisse se livrar desse tipo de relação, a maioria escolhia por conta própria o “amante” que desejasse. Segundo consta, davam preferência aos brancos ou a homens pouco mais claros que elas. Se se “apegassem com eles”, não tinham dúvidas de cumulá-los de presentes e de mimoseá-los com dinheiro, gastando assim “verdadeiras fortunas”. Enquanto permanecessem na prostituição, elas “morriam” para a família, se os pais fossem “negros ordeiros” muito rígidos. Contudo, prevalecia, em geral, grande tolerância. Elas podiam visitar os pais ou os irmãos e eram bem recebidas pelos

vizinhos, amigos e conhecidos. “Brancos” e “negros” do ambiente em que viviam não se importavam com isso e os próprios parentes viam mitigadas as antigas privações, recebendo delas auxílio mais eficaz e constante. Se porventura se aborrecessem com a condição de “mulher fácil” ou perdessem os atrativos para continuá-la vantajosamente, podiam retornar facilmente à “vida normal”, empregando-se como domésticas ou fazendo outros arranjos, se “tivessem juízo e feito economia”. O casamento surgia como uma tábua de salvação. Ele “limpava o nome” e “passava uma esponja no passado”. Poucas conseguiam varar assim a última etapa. Os relatos mostram que algumas o conseguiram, seja casando-se com homens mais escuros, mais velhos e até doentes, seja porque “enfeitiçavam” seus frequentadores, induzindo um ou outro, ardentemente apaixonado, a tomá-las por esposas. O curioso é que descreviam o retorno à respeitabilidade com expressões do gênero: “voltar à vida séria”, “sair do lodo” etc., as quais testemunham que a tolerância diante da prostituta não implicava, no “meio negro”, simpatia pela prostituição.

A “vagabundagem” e a “malandragem” estariam intimamente ligadas entre si e com a criminalidade, de acordo com os informantes negros e mulatos. Embora muita gente pense o contrário, a “vagabundagem” e a “malandragem” nunca foram encaradas como nobilitantes e valorizadas socialmente no “meio negro”. Na herança cultural transplantada do mundo rústico, ambas provocariam repulsas, como indignas; e mesmo mais tarde, quando encontravam plena vigência e estavam por assim dizer arraigadas, eram apontadas pelas “pessoas sérias” e “ordeiras” como uma condição que afetava os que possuíam “vontade fraca” e “falta de caráter”. Aceitara-se, como contingência inevitável, a desocupação involuntária e a simbiose dos sexos, que alimentavam a exploração disfarçada da mulher pelo homem. Mas o mesmo não ocorreu com a perversão dessa relação de solidariedade. Quando a “vadiagem”, propriamente dita, emergiu como um comportamento sistemático e apareceu, unida a ela, a figura do “vagabundo contumaz” (ou do “negro malandro”), processou-se uma condenação formal violenta do referido padrão de relação, a qual se manteve até hoje. Parecia que se tratava de um “caso de polícia” e que esta só permanecia indiferente para “desmoralizar ainda mais o negro”. Por volta de 1920, as elites da “população de cor” não queriam saber de nenhuma ligação com essa zona espúria da sociedade paulistana. Se dependesse delas, aqueles elementos seriam presos e “deportados” para o interior, ou sujeitos a programas

correcionais, sob tutela policial. Os resultados de alguns estudos de caso revelaram que as associações recreativas circunspectas não aceitavam para sócios pessoas suspeitas dessa condição desmoralizadora. Diz-se, mesmo, que um clube que chegou a ser tão notório e respeitado como o Q. V. (Quivi) se preservava dentro do espírito "daqueles negros velhos cheios de história", mediante uma seleção ultrarrigorosa dos frequentadores. Chegavam ao extremo de impedir "a entrada, em seus bailes, a homens que foram vistos seja bebendo em bares, seja junto com mulheres suspeitas nas ruas, seja ainda simplesmente em companhia de pessoas conhecidas como *sem linha*". A simples suspeita de vinculação com o "submundo da malandragem" era suficiente, portanto, para barrar o acesso a um "ambiente familiar e de respeito". Doutro lado, reação societária idêntica se opunha à extensão daquele padrão nas relações das "mulheres negras" com os "homens brancos". O seguinte trecho de um depoimento é esclarecedor: "Esse negócio de português gostar de negra é muito safado. Eles chegavam aqui, trabalhavam como motorneiros ou padeiros e se amasiavam com uma negra que também trabalhava e ajudava no sustento da casa, além de [fornecer] comida que traziam da casa da patroa. Não é gostar só – havia interesse no meio. Era muito comum, no fim das contas, o português mandar vir a mulher de Portugal e abandonar a negra que o havia ajudado aqui". Contudo, apesar da resistência aberta às diversas aplicações daquele padrão de comportamento que fugiam à entreajuda respeitável entre cônjuges ou amásios, ele medrou e cresceu assustadoramente na forma proscrita. À medida que o homem negro ou mulato passa a encarar como "natural" a sua manutenção pela mulher, pela companheira ou pela amante circunstancial, opera-se uma transformação decisiva no mencionado padrão, pois o polo do homem começa a ser preenchido, sistematicamente, pelo "vadio" e pelo "malandro contumaz".[219] A mulher, por sua vez, desempenha nítida e conscientemente o papel de vítima de uma exploração pérfida e brutal, à qual ela se entrega por necessidades compensatórias profundas ou por não ter outro remédio.

Surge em cena, então, o "sedutor profissional", a variante típica do mulato ou do negro "malandro": "sabido", "sem escrúpulos" e "boa lábia", matéria-prima de onde saíam os "farristas", os "desordeiros" e os "gatunos" que infestavam o "meio negro" desorganizado. Esse tipo humano, que tem a sua mitologia no folclore da cidade, constituía o produto final de um processo de diferenciação sociopática da personalidade do "negro". Segundo

os dados coligidos, esse tipo não era o fruto do que se poderia chamar de propensões ou de inclinações inevitavelmente “más” e “corruptas” do jovem negro ou mulato. Grande número de rapazes (a maioria, segundo informações fidedignas) terminava aí depois de tomar outras vias, aprovadas no “meio negro” e consagradas como normais pela sociedade inclusiva. As condições psicossociais e socioeconômicas para retê-los nessas vias é que seriam débeis e insuficientes, fomentando a eclosão de desajustamentos progressivos, sem correção possível, aos quais o “sedutor profissional” aparecia como a primeira resposta. Se o jovem fosse afortunado em sua “vida de malandro”, outras etapas sucessivas iriam pontilhar os novos degraus, que teria de percorrer, para se elevar da “malandragem inveterada” ao “crime organizado”. Todos reconhecem que a vida nos cortiços e a frequência fortuita ou contínua de rodas de desocupados incentivavam nos jovens o “ideal de ser malandro”. Porém, esse ideal se esboroava sob a premência das necessidades. Entre os 10 e os 15 anos, o menor precisava descobrir algum meio de “ganhar a vida” e de “ajudar em casa”. Portanto, o normal não seria começar a carreira como “malandro”, mas como “biscateiro” e “pau para toda obra” dos setores marginais da rede de serviços urbanos. Já no início dessa aventura pelos domínios do “trabalho livre”, o jovem sofria “contrariedades” e “humilhações”: tinha de “se conformar” com tarefas braçais e os serviços de faxina, nos quais precisava “dar um duro louco” para ganhar, em troca, “uns míseros mil-réis”. Se participasse de uma família integrada, os parentes estimulavam-no a “ter paciência” e ensinavam-no que “não havia outro remédio”. Se vivesse mais ou menos à solta, então passava, rapidamente, de um serviço para outro; muitas vezes abandonava os parentes para “viver sozinho” e ao sabor das influências de seus companheiros forjava certas “ilusões”. O ponto crítico do processo de diferenciação surgia quando o rapaz começasse a compartilhar da convicção de que precisaria “vestir-se bem”, que a “aparência” e o “modo de se apresentar” seriam decisivos para “arranjar boas colocações” e “subir no emprego”. Aí, dedicava-se com afinco ao objetivo de guardar dinheiro. Desdobrava-se, por todos os meios possíveis, para aumentar sua renda e formar um pequeno pecúlio. Atingido o objetivo, comprava um ou dois pares de sapatos, camisas de seda, dois ou três ternos, algumas gravatas – tudo vistoso, no “último figurino”. Enfim, “punha-se na estica”. Bem-vestido e com dinheiro no bolso, abandonava o emprego. Parecia-lhe que, em “sua posição”, “tinha direito” a outras aspirações, não devendo portanto

se dedicar a serviços “sem categoria”. Lançava-se, simultaneamente, à procura de novos empregos e à conquista amorosa. No primeiro terreno, via-se logo irremediavelmente batido. Sofria decepções cruéis, que deveriam lhe ensinar que “a boa aparência não é tudo”. No segundo terreno, porém, alcançava êxito invariável. Com dinheiro, o “exterior lustroso” e “alguma lábia”, bem poderia arranjar quantas mulheres quisesse, negras ou mulatas. Feita a escolha, “fazia bonito” com a predileta, levando-a a restaurantes e a passeios, terminando por consumir o seu pé-de-meia. Nesse ínterim, “apossava-se da mulher”. Se fosse virgem, deflorava-a; de qualquer maneira, passava a pernoitar, às escondidas, na casa em que ela trabalhasse. Aos poucos, passava a se alimentar e a se suprir de dinheiro por meio da “amante”. No fim de algum tempo, vivia de fato às custas dela e assim se manteria enquanto ela deixasse. No interregno, sua personalidade também se transformava. Aprendia como agradar à mulher, a se tornar um parceiro sexual indispensável e, simultaneamente, como atemorizá-la com o “medo de perdê-lo” ou pela violência. Em suma, a mulher se convertia no seu “meio de vida”. Ele se enfronhava nas técnicas de usá-lo com proveito e jamais largaria uma presa sem relutância.

Somente retivemos os traços característicos do processo. Ainda assim, percebe-se que ele transcorria e florescia, inicialmente, num contexto de ajustamentos normais. As frustrações inevitáveis, na situação do contato descrita, dinamizavam os comportamentos que iriam transferir o indivíduo de um polo a outro da sociedade. Está claro que o meio exterior forjaria certos incentivos básicos, seja através de exemplos tidos como “dignos de imitação”, seja através de oportunidades concretas para imitá-los de fato. O essencial, todavia, e que precisamos reter cuidadosamente, já ressaltamos de várias maneiras: o indivíduo não fora socializado para agir como “operário” e para se realizar, através das carreiras acessíveis, como trabalhador assalariado. Desajustava-se, pois, por falta de aptidões e predisposições que deveriam ser adquiridas previamente ou que fossem assimiláveis mediante “a educação pelo trabalho”. No conjunto, o “jovem negro” emergia como “trabalhador” sem ter recebido nenhum adestramento básico para aceitar, tolerar e valorizar a relação envolvida pelo trabalho assalariado; e recebia oportunidades de ordem marginal, que não gratificavam seu orgulho nem abriam perspectivas reais de assimilação gradativa do horizonte cultural do trabalhador assalariado. Sua personalidade era livremente influenciada por motivações inconsistentes, que agravavam as “decepções” acumuladas e as

frustrações delas resultantes, e convertiam o desajustamento aberto (e por vezes consciente) em única alternativa eficaz de superação ativa dos conflitos. Assim se explica, sociologicamente, a tendência a procurar ajustamentos ao mundo exterior na base de "*status* fictícios" e a tendência simultânea de se evadir dos papéis inerentes aos "*status* reais". Quando o jovem admitia sua "posição" de *homem sustentado pela mulher,* como uma espécie de "amante a soldo", e se lançava atrás das outras compensações da "vida de malandro", o processo atingia o ponto culminante da fase ascendente. Já tinha percorrido a primeira escala de sua integração ao "submundo da malandragem" e estava apto para encetar, verdadeiramente, alguns dos tipos de carreiras criminosas, que se abriam diante dos "malandros do meio negro". Com todo o tempo para dispor à vontade e com amplas possibilidades de travar ou de consolidar "novas relações", tudo iria depender das aptidões e do talento que pudesse colocar a serviço do "ideal de ser malandro". Pelos relatos conhecidos, nem todos possuíam a inteligência, a fibra, a malícia, a astúcia e a maleabilidade necessárias para persistir com êxito no "estilo de vida do malandro". Os que conseguiam esse intento entravam para o rol dos "heróis da malandragem" e serviam como ilustrações irretorquíveis do que seria "mais esperto": extenuar-se, sem proveito, em trabalhos indignos; ou "viver folgado, com dinheiro à beça"?...

Por aí se vê como tudo se encadeava, fazendo com que a desorganização do "meio negro", a inexistência de oportunidades compensadoras de trabalho assalariado e a ausência concomitante de mecanismos adequados de socialização ou de repressão concorressem para promover, diretamente, a transição paulatina da "vadiagem" para a "malandragem" e desta para a profissionalização, mas na área do crime. Não obstante, em algumas circunstâncias as coisas podiam transcorrer de modo mais simples e imediato. Onde existissem bandos de "malandros" bem organizados, o negro e o mulato podiam se introduzir precocemente no mundo do crime, qualquer que fosse o sexo dos indivíduos. Em geral, as atividades criminosas daqueles bandos se circunscreviam a assaltos de moradias (ou dos quintais) e a roubos de teor oportunista. Não dispunham de recursos técnicos, financeiros e humanos para operar no terreno mais complexo da alta vigarice, do roubo em larga escala e da comercialização institucionalizada do vício. Por isso, precisavam da colaboração de crianças, de menores ou de mulheres, que se tornavam essenciais em seus planos de assaltos. Ainda aqui, o corpo vinha a ser uma técnica fundamental, a ser

manipulada com sagacidade. A vizinhança de bandos organizados de "malandros" simplificava, portanto, o caminho de integração no mundo do crime (embora em escala bem menor do que se acredita, mesmo através da tradição cultural do "meio negro"). Em tais casos, a diferenciação sociopática da personalidade do "malandro" e, por seu intermédio, do "criminoso profissional" correspondia ao padrão habitual de funcionamento dos grupos organizados para a prática contínua do crime sistemático. O gênero de atividades criminosas, que podiam ser exploradas lucrativamente e com maior margem de segurança, pelos "malandros" do "meio negro", reduzia de maneira considerável a premência de uma preparação prolongada e intencional dos comparsas. Daí o fato de essa possibilidade se concretizar, efetivamente, mas em proporções pouco significativas. Muitas vezes, mesmo, os bandos preferiam usar de forma oportunista a colaboração das crianças, dos meninos e das mulheres, obtendo o seu sigilo pela intimidação ou pela responsabilidade contraída pela divisão do espólio.

As evidências estabelecidas por essa discussão comprovam algo que já foi sugerido anteriormente: a "vadiagem", "a malandragem" e o "crime profissional" assumem, no "meio negro", o caráter de desajustamentos fomentados pelas condições anômicas de existência. Doutro lado, eles contribuíam, por sua vez, para perpetuar e intensificar a desorganização imperante no comportamento dos indivíduos e no funcionamento das instituições. Essas conclusões são corroboradas e ampliadas pelos resultados de um estudo de Roger Bastide sobre "A criminalidade negra no estado de São Paulo".[220] De acordo com os dados que apresenta, em 1896 teriam ocorrido no interior do Estado 14.169 crimes, distribuídos da seguinte maneira:

	Número de crimes	% de crimes	% da população
Brancos	8.906	62,8	63,0
Mulatos	2.056	14,5	15,7
Negros	3.207	22,6	12,9

Em 1898 ocorreram, na capital, 836 prisões de brancos (dos quais 568 estrangeiros), 57 de mulatos e 85 de negros. No município de São Paulo teríamos:

	Número de crimes	% de crimes	% da população
Brancos	7.367[95]	85,7	86,2
Mulatos	788	5,8	7,8
Negros	861	8,6	5,4

[221]

Eis como Roger Bastide resume as conclusões fundadas na análise sociológica desses dados:

> Se lembrarmos que os crimes dos brancos são principalmente crimes de imigrantes, chegamos à conclusão de que a criminalidade neste período de transição é antes de tudo devida à desintegração social das populações marginais (tanto a de cor quanto a imigrante). Os mulatos estavam habituados à liberdade, pois muito antes de 13 de maio a maioria dos homens de cor livres se compunha deles, eis por que sua criminalidade se mantém mais ou menos idêntica à do branco. O negro, pelo contrário, que formava a massa dos escravos, teve dificuldade em se adaptar à sua nova situação, sem preparação adequada, sem ajuda dos governos, e a porcentagem elevada de sua criminalidade é o sinal disso.[222] [...] Mas, se em vez de falarmos de um modo geral da criminalidade segundo a cor, distinguimos os diversos tipos de crimes, veremos que para os 49 homicídios da capital, em 1898, não houve senão 4 de brasileiros de cor. O que quer dizer que a criminalidade sangrenta do negro, como tínhamos suposto antes, era uma reação contra a escravidão e não um traço racial. A nova criminalidade, feita de furtos, de alcoolismo, de vagabundagem etc., é uma reação contra as novas condições sociais do negro abandonado na grande cidade, em concorrência com o imigrante e quase sempre vencido por este. Mudando a estrutura da sociedade, a forma de criminalidade muda. Mas nada nos permite pensar numa agressividade inata ou num instinto de roubo, muito pelo contrário.[223]

No período que vai de 1904 a 1914, a estatística criminal consigna as seguintes oscilações:

	Brancos		Mulatos		Negros	
	Capital	Interior	Capital	Interior	Capital	Interior
1904	9.403	8.008	2.061	3.100	2.668	3.591
1905	8.094	9.396	1.317	3.243	1.911	4.301
1906	6.022	10.116	1.180	3.416	1.518	4.349
1912	8.427	–	1.382	–	1.986	–
1914	8.368	–	1.453	–	1780	–

Comentando esses dados, escreve Roger Bastide:

> Não possuímos, infelizmente, estatísticas da população segundo a cor para esta época. Mas se aceitarmos, como vários autores permitem, uma porcentagem de 75% de brancos, 15% de mulatos e 10% de negros, obteremos em 1906, para a capital:
>
> Criminalidade – Brancos – 69%; Mulatos – 14%; Negros – 17%.
>
> E para o interior:
>
> Criminalidade – Brancos – 57%; Mulatos – 19%; Negros – 24%.
>
> O que parece indicar uma desorganização do *status* do mulato, pelo menos no interior, uma melhoria do branco e uma queda do negro.
>
> E para 1914:
>
> Capital: Brancos – 71% (+2%); Mulatos – 12% (–2%); Negros – 17% (–7%).
>
> Mas tudo isto, devido à falta de recenseamento demográfico segundo a cor, não passa de pura hipótese sem grande fundamento.[224]

Essas indicações sugerem a existência de pequenas desproporções entre as taxas de criminalidade e de distribuição de população segundo a cor, presumivelmente explicáveis por desajustamentos socioeconômicos crônicos. Ao que se pode supor, no entanto, esses números, com as porcentagens correspondentes, dão apenas uma pálida ideia da importância assumida pela "vadiagem", pela "malandragem" e pela "criminalidade profissional" como alternativas de ajustamento às condições anômicas de existência, imperantes de modo permanente no "meio negro".

Essa breve sondagem sobre os problemas sociais enfrentados pela "população de cor" paulistana nas três primeiras décadas deste século patenteia que o "drama do negro" lançava raízes na precariedade de sua situação econômica, mas eclodia, substancialmente, como uma crise de ordem institucional. Pelo que nos é dado apurar atualmente, essa crise não

provinha, apenas, do caráter súbito da transplantação ou da impropriedade e da rigidez da herança cultural transplantada do antigo mundo rústico. Outros fatores intervinham de modo dinâmico, devastadoramente, situando-se em primeiro plano as dificuldades em superar o estado de anomia, resultante da maneira tangencial em que o escravo e o liberto conseguiam partilhar das formas de vida social organizada da sociedade brasileira. Bem ponderadas as coisas, os setores migrantes da "população de cor" transplantavam uma herança cultural em que um mínimo de desorganização crônica, em todos os níveis da vida social, constituía regra invariável. Embora essa condição não fosse desvantajosa na adaptação aos quadros ecológicos da economia de subsistência e na competição com os brancos no estilo social de vida correspondente, ela se convertia num obstáculo verdadeiramente fatal à absorção do negro e do mulato ao mundo econômico, social e cultural da *cidade* – e de uma cidade em expansão urbana acelerada, com base na substituição populacional e em plena "revolução burguesa", como São Paulo. A acomodação pura e simples ao estilo individualista e competitivo de vida, emergente ou já consolidado na cidade, requeria por si mesma plena eficácia no domínio daquelas formas sociais de vida organizada. Ora, o negro e o mulato pretendiam mais que isso, vinham animados por uma "sede secular de justiça", que os impelia a terem aspirações ardentes de classificação profissional e de ascensão social. Por aí se vê que, quanto maior fosse o afã de "se ajustar ao mundo urbano" (mantidas estáveis as condições econômicas e socioculturais apontadas), mais graves e incontornáveis seriam os "desajustamentos" decorrentes. Em outras palavras, era tão acentuada a debilidade da "população negra" no domínio das técnicas sociais asseguradoras do controle efetivo das condições de vida urbana, que ela não dispunha de meios para suscitar e amparar sequer as tendências individuais de correção ativa dos efeitos negativos do estado imperante de anomia. Os resultados da análise sociológica dos problemas sociais, anteriormente desenvolvida, comprovam fartamente essa conclusão. Todavia, ela se evidencia com maior clareza, desse ângulo, se considerarmos as flutuações dos suicídios segundo a cor no período considerado. Em uma penetrante investigação sobre o assunto, Roger Bastide consigna os seguintes dados sobre a evolução dos suicídios na capital segundo a cor: [225]

	Brancos	Mulatos	Negros
1891-1895	27	6	4
1896-1900	32	16	6
1901-1904[100]	45	20	17
1917-1920	298	11	6
1921-1925	138	20	14
1926-1930	480	19	15

[226]

Analisando esses dados, Roger Bastide descobriu que, em números relativos, em 1894 teríamos 0,46 suicídios de brancos para 10.000 brancos; 1,38 suicídios de mulatos para 10.000 mulatos; e 1,35 suicídios de negros para 10.000 negros. Portanto, no primeiro período, "é, sem dúvida, o homem de cor que mais se mata; o aumento dos suicídios de brancos provém, apenas, do fato de serem os brancos infinitamente mais numerosos, por causa da imigração constante. E entre a gente de cor a melhoria do negro é patente, passando de 2,41 em 1876, para 1,35 em 1894. O mulato, pelo contrário, vê sua porcentagem se elevar de 0,98 a 1,38".[227] O autor explica esses fenômenos por meio das ocorrências relacionadas com a transplantação do negro e do mulato da zona rural para a cidade e pelos efeitos negativos de sua competição com os brancos, principalmente com os imigrantes.

> Apenas, tinha o negro de lutar aqui com a concorrência do estrangeiro e, nessa luta, devia operar-se uma seleção que, em geral, eliminava o negro em proveito do português e do italiano. A expansão urbana, portanto, não foi favorável ao descendente de africanos. Se acrescentarmos a isso o efeito da lei psicológica do ritmo, segundo a qual toda ação intensa se faz acompanhar de reação, compreendemos como, depois de um período de trabalho forçado e duro, o negro desejou viver, ao menos algum tempo, sem fazer nada, procurando, apenas, satisfazer as suas necessidades de subsistência. Mas é impossível manter uma tal atitude numa cidade onde a luta pela vida toma, sem cessar, os aspectos mais ásperos. O negro via-se rejeitado à mendicância e à vagabundagem. Sua tendência ao suicídio não exprime, pois, qualquer caráter racial, pois já vimos, na África, a pouca importância das mortes voluntárias, mas, sempre, uma situação social. Ontem era a resistência à escravidão, agora a crise de sua libertação brusca e de sua transplantação para uma existência sem nenhum preparo prévio.1[228]

A interpretação dos suicídios dos mulatos é que nos coloca, porém, diante das causas que nos interessam de perto. Roger Bastide mostra como a

“posição marginal” do mulato, ansioso por se classificar e ascender na estrutura social, mas continuamente barrado em seus intentos, conduzia às frustrações que explicariam suas tendências ao suicídio.

> Suas ambições eram grandes e duplamente justificadas pelo sentimento que possuía de suas qualidades intelectuais, de sua inteligência viva e penetrante, pelo esforço que fazia de se elevar mais e mais. No entanto, conforme o grau de sua coloração, se chocava contra certos preconceitos, tanto mais dolorosos quanto não se manifestavam abertamente, mas sob uma forma sutil e como que hipócrita. Muitos suicídios de mestiços são o desenlace de um longo drama interior. [229]

No período seguinte, de 1917 a 1930, parece que a distribuição dos suicídios tende a se equilibrar de acordo com a proporção dos grupos de cor na população global.

> Mas, se, em vez de opor o homem de cor ao branco, distinguirmos o preto do mulato, então as coisas mudam. De fato, costuma-se pensar que os pretos constituem cerca de 1/3 da população de cor, por causa da mistura das raças, que aumentou o número dos mulatos. Portanto, os suicídios dos pretos em relação aos dos mulatos deveriam ser:
>
> de 1917 a 1926, 17; mas, são 20;
>
> de 1927 a 1936, 24; mas, são 31;
>
> de 1937 a 1941, 32; mas, são 38.
>
> Sem dúvida, os nossos dados permanecem hipotéticos. Parece entretanto que o preto, apesar dos seus progressos, continua a ser sempre a grande vítima.[230]

O que importa, ainda aqui, são as evidências conclusivas. Roger Bastide acentua, reiteradamente, que os fatores sociais é que permitem explicar as tendências ao suicídio do negro e do mulato em São Paulo, prevalecendo sobre os fatores psíquicos e intermentais.[231] Seguindo essa linha de interpretação, teríamos de procurar nas decepções e na maior desilusão do negro as razões de sua maior propensão ao suicídio. No fim das contas, voltaríamos ao ponto de partida desta discussão. Não seriam os efeitos psicopáticos ou sociopáticos dos desajustamentos sociais, em si mesmos, que alimentariam as tendências suicidógenas descritas. Mas algo que engendrava e se escondia por trás desses desajustamentos: o desejo incoercível do negro e do mulato de “ser gente”, de compartilhar do estilo de vida, das garantias sociais e dos privilégios dos “brancos”.

Vê-se, pois, o alcance heurístico do suicídio para a interpretação sociológica da situação do negro e do mulato em São Paulo, nessa fase decisiva da consolidação do regime competitivo e da nossa primeira

revolução industrial. Trata-se de um número relativamente reduzido de casos; ademais, de casos mal conhecidos. Não obstante, eles nos obrigam a ir ao fundo das coisas. Não há dúvida de que o alcoolismo, a prostituição, a malandragem etc. constituíam sintomas do desajustamento social. Também é fácil apontar a relação existente entre tais desajustamentos e um estado de espírito, que poderia converter a vida em um fardo muito pesado. Acontece, porém, que o próprio suicídio fazia parte dessa linhagem sem fim de desajustamentos, exprimindo a que extremos eles podiam conduzir os indivíduos quando estes ultrapassavam, consciente ou inconscientemente, os limites dos pontos de tensão. Sendo assim, em que consistiria o valor interpretativo de uma fórmula que se limitasse a explicar o suicídio através de suas ligações com os demais desajustamentos sociais? Muito mais importante, em termos da interpretação sociológica, seria ter aquilo que se poderia chamar de *fator sociodinâmico tópico ou crucial*, que aparece, em grau variável, em todas essas manifestações de desajustamento social. Esse fator não é (nem poderia ser) o desajustamento em si mesmo – já que o desajustamento provinha dele e o externava em grau variável (sendo que, nos casos de suicídio, de uma forma extrema). Como sugere Bastide em sua tão brilhante quanto sólida análise, esse fator era de natureza social e nascia da interação que se estabelecia entre as impulsões psicossociais, que orientavam o comportamento dos "homens de cor", e a seleção negativa dessas impulsões pela sociedade. O modo pelo qual o "meio negro" se incluía na ordem social estabelecida impedia a livre manifestação, o desenvolvimento normal e a satisfação construtiva de tais impulsões, dando lugar a decepções e a frustrações incontroláveis.

O mesmo processo se repetia nos demais desajustamentos; e é esse processo que nos interessa. Ele nos mostra o negro e o mulato presos numa teia de contradições insolúveis, nas quais emergia lentamente e acabava por florescer o "longo drama interior", de que os diversos desajustamentos sociais apontados constituíam o "desenlace". Qualquer que seja o desajustamento que se considere, o polo dinâmico e por assim dizer o "multiplicador" do processo vinha a ser, invariavelmente, o anseio de se classificar econômica e socialmente, de "contar como gente", que compelia o negro e o mulato a se identificarem e a desejarem, irrefreadamente, os modelos de comportamento, os valores sociais e o estilo de vida dos "brancos". As debilidades institucionais do "meio negro" e os mecanismos organizatórios da sociedade inclusiva operavam como o polo constritor, que

opunha resistência a esses anseios, selecionando-os, neutralizando-os ou pervertendo-os. No conjunto, portanto, certas disposições básicas de "ajustamento normal" é que desempenhavam considerável importância dinâmica na organização e no desenvolvimento do processo analisado. O "desenlace" sociopático provinha de duas circunstâncias fundamentais (e da combinação variável delas entre si): ou os indivíduos não estavam socialmente aptos a colocá-las em prática (em virtude de inconsistências dos mecanismos de socialização ou de solidariedade social do "meio negro" e da sociedade inclusiva); ou as condições de ajustamento, com que se defrontavam nos diferentes níveis de interação social organizada (do "meio negro" à sociedade inclusiva), repeliam-nas inexoravelmente, de modo parcial ou total. Tudo isso demonstra que vem a ser capital conhecer as vias pelas quais o negro e o mulato tinham acesso àquelas disposições de ajustamento, bem como por que eles próprios sentiam tantas dificuldades em manipulá-las socialmente.[232]

Isso significa, em outras palavras, que devemos dar maior atenção às influências socializadoras que modelavam a personalidade do negro e do mulato. Está fora de dúvida que a família constituía a única instituição que operava universalmente no "meio negro", com condições para organizar e orientar a manifestação dessas influências. Doutro lado, a operação de influências socializadoras mais amplas, organizadas e orientadas pela sociedade inclusiva (como através das escolas), dependia estreitamente do grau de integração e de estabilidade do grupo doméstico. Onde este não atingiu um mínimo de unidade e de persistência, a "criança negra" não teve possibilidade de receber aquelas influências; inversamente, onde o grupo doméstico alcançou um mínimo de integração e de estabilidade, a absorção dos mecanismos de socialização da sociedade inclusiva se tornou mais intensa e eficaz. Por isso, a "família negra" teve uma intervenção ativa no referido processo, embora a qualidade dessa intervenção oscilasse, irregularmente, de um extremo "altamente desfavorável" a outro, "relativamente favorável", passando por um ponto médio de "quase neutralidade". Não obstante, pela participação de várias situações de vida, a criança e o jovem estendiam e reforçavam a aprendizagem daí resultante, assimilando aos poucos, mas de modo inevitável, as disposições de ajustamento pelas quais se tornavam "homens de sua sociedade" e do "seu tempo".

Como já assinalamos, porém, o negro e o mulato saíram da sociedade escravocrata e senhorial sem possuir um domínio amplo e completo das formas institucionais de vida social organizada da "raça dominante". Suas experiências com a família integrada, em conformidade com o estilo de vida e os modelos organizatórios consagrados culturalmente, eram recentes, superficiais e contraditórias. Tal limitação não surgia como um obstáculo nas zonas rurais, onde a economia de subsistência e os padrões de vida rústica simplificavam os requisitos estruturais e funcionais a que devia responder, dinamicamente, o padrão de integração da família. No entanto, tendo-se em vista o "background" econômico, cultural e histórico-social da cidade de São Paulo, essa limitação se apresentava, sem exagero, como verdadeiramente catastrófica. Numa sociedade de classes em formação, a família vinha a ser o principal e, por vezes, o único ponto de apoio grupal com que contavam os indivíduos. Sem um mínimo de cooperação e de solidariedade domésticas, ninguém podia vencer naquela "selva selvagem"; a "competição individualista", irrefreada ou não, requeria um complexo substrato institucional, de que a família integrada constituía o patamar. Os exemplos dos imigrantes são conclusivos, pois entre eles a família sempre servia, direta ou indiretamente, de alicerce à rápida ascensão econômica, social e política. Embora a família integrada não pudesse criar nem fomentar, por si mesma, as oportunidades de classificação profissional e econômica, é indiscutível que ela se erigia em uma espécie de regulador do aproveitamento ótimo dessas oportunidades.

Ora, a transplantação afetou severamente o curso do desenvolvimento da "família negra". Não se pense que isso ocorreu porque a mudança tenha sido demasiado súbita e rápida. As razões são mais profundas. De um lado, é preciso considerar que a absorção dos modelos institucionais brasileiros de organização da família mal se tinha iniciado. A instabilidade econômica e social da "população de cor" no mundo urbano prejudicou de várias maneiras essa tendência, retardando-a, solapando-a ou pervertendo-a gravemente. De outro lado, mesmo os que traziam maior experiência autônoma do estilo de vida do homem livre também estavam irremediavelmente presos ao clima rústico do nosso passado rural. Procedentes do campo ou da cidade, daqui ou de fora, o marco comum dos vários segmentos da "população de cor" era a *rusticidade* – quer ela fosse polida e disfarçada (como acontecia com o negro e o mulato do "sobrado"); quer ela fosse rude e franca (como sucedia com o negro e o mulato do

“eito”). Em consequência, os círculos dessa população que conseguiram se proteger atrás de certas funções mínimas da família integrada nem por isso estavam mais aptos para se inserir na sociedade urbana e industrial em expansão. Por causa de sua rigidez, ela resguardava o “padrão de vida ordeira” mas à custa de um isolamento maior do elemento negro e mulato. Ela se sintonizava mal com o ambiente e deixava de se diferenciar através de suas transformações. Em vista disso, é patente que a transplantação introduziu influências adversas à consolidação da família no “meio negro”, ao mesmo tempo que restringiu ou anulou a eficácia adaptativa dos modelos de organização da família, herdados do passado rústico.

Aqui, não nos interessam todos os aspectos das peripécias da evolução da “família negra” no período considerado. Os objetivos da presente análise exigem, apenas, que examinemos as inconsistências dessa instituição que interferiam de modo sociopático na ordenação das relações dos sexos, na socialização dos imaturos e no controle das gerações adultas. Como a exposição precedente contém farta transcrição de dados, que ilustram instâncias críticas do “mau” e do “bom” funcionamento dos laços familiares no “meio negro” paulistano, julgamos, outrossim, que não haveria inconveniência em imprimir um teor mais abstrato à condensação dos resultados sociologicamente relevantes da análise desenvolvida.

A “família negra”, tal como ela se manifesta em São Paulo durante as três primeiras décadas deste século XX, poderia ser definida como uma *família incompleta*. É impossível, em nossos dias, determinar a frequência segundo a qual os vários arranjos estruturais se repetiam. Mas parece fora de dúvida que o arranjo mais frequente consistia no par, constituído pela mãe solteira ou sua substituta eventual, quase sempre a avó, e seu filho ou filhos. Em segundo lugar, viriam os casais “amasiados” com o filho ou filhos dos dois cônjuges (de sua união ou de amasiamentos anteriores). Por fim, os casais constituídos segundo os arranjos matrimoniais sancionados legalmente. Então, a família tanto podia tender para um elevado grau de integração e de estabilidade (como ocorria, normalmente, entre os “negros ordeiros”, também chamados na tradição cultural como “negros de elite”) quanto podia exibir graus variados de desintegração e de instabilidade. Cumpre assinalar, doutro lado, que o amasiamento não representava, por si mesmo, um obstáculo à estabilidade estrutural e à normalidade funcional. Vários casos conhecidos revelam que alguns negros “direitos” e “ordeiros”, ferrenhamente apegados ao código tradicionalista e à sua rígida etiqueta,

punham em prática, conspicuamente, esse tipo de arranjo matrimonial. Nesses casos, somente o estatuto legal introduzia alguma diferença característica com relação à família propriamente integrada e constituída segundo os padrões dominantes na sociedade inclusiva. Em sentido inverso, famílias que se organizavam de conformidade com as normas legais podiam exibir um grau de instabilidade e de desintegração só comparável aos casais amasiados ditos “debochados”. Por aí se vê que a sensibilidade para com a pressão exterior, que impunha a assimilação progressiva do casamento como um valor social básico – na tradição cultural católica ibero-brasileira e conforme ao código civil republicano –, estava longe de possuir um denominador comum e um produto médio. Tendo-se em vista sua composição morfológica, essa família tanto podia compreender o par (constituído pela mãe e seu filho ou pelos dois cônjuges), quanto podia abarcar um número bem maior de pessoas. As alternativas mais frequentes, sob esse aspecto, dizem respeito: 1o – ao que se poderia chamar de uma tendência para o padrão da família conjugal moderna (famílias que abrangiam o casal e seus filhos); 2o – ao que se poderia descrever, com propriedade, como *família composta* (trata-se de um efeito da propensão ao apinhamento e à promiscuidade nas habitações sobre a composição da família). As indicações dos informantes distinguem este tipo de família e os casais amasiados em que o marido ou o companheiro era “malandro contumaz” como sendo as “famílias desorganizadas”. Todavia, o apinhamento e a promiscuidade nem sempre se associavam a uma “vida debochada” e à incontinência sexual. Especialmente nos casos em que a família composta estava correlacionada à extrema pobreza e ao padrão de vida rústica do “negro ordeiro”, ela abrangia casais consanguíneos pela linha paterna (eventualmente, apenas, pela linha materna) e todos conviviam “com o maior respeito”.

Alguns informantes acentuaram que o passado do negro e do mulato teria muito que ver com suas atitudes perante o casamento e a organização da família. Assim, os chamados “negros do eito” seriam mais rústicos. Mal conheciam o acasalamento e tanto o homem quanto a mulher não sabiam, propriamente, o que seria um lar. Já o “negro do sobrado”, em contato mais íntimo com a “família do senhor”, teria “mais traquejo” nesse assunto. Não só valorizavam o casamento como uma “distinção social”, como haviam adquirido certas noções essenciais sobre as obrigações e os direitos recíprocos dos cônjuges. A mulher, principalmente, aprendera no mínimo a

arrumar a casa, a cozinhar bem e a viver com o conforto possível em seu nível de pobreza. O homem, por sua vez, saberia lidar melhor com a mulher e os filhos, atraindo amigos selecionados para casa e se preocupando com o futuro dos seus. Essas ideias também poderiam ser projetadas nas diferenças entre "negros" e "mulatos", pois muitas famílias recrutavam os escravos que ficavam na sua intimidade entre os "mais claros" e "inteligentes". O que quer dizer que ela se relacionaria com a experiência acumulada socialmente na condição de "liberto", já que o número de mulatos livres sempre foi maior que o de negros na capital.

Embora as evidências demonstrem que o tipo de integração ao meio doméstico da família branca fosse deveras importante, não parece que a relação entre o presente e o passado, no sentido apontado, fosse tão relevante para a integração ou a desintegração da "família negra". A razão é simples. A extrema mobilidade da "população de cor" da capital fez com que as camadas mais antigas dessa população se dispersassem intensa e extensamente, no decorrer da desagregação do regime servil e da formação da sociedade competitiva em São Paulo. Os resultados das nossas indagações sugerem que duas condições merecem ser consideradas mais relevantes. Primeiro, o tempo de permanência na zona rural e as oportunidades concomitantes de "vida em família". Os negros e os mulatos que tiveram essa oportunidade e se transplantaram já casados (ou amasiados) para São Paulo compartilhavam de certas convicções (como a "obrigação" de sustentar a mulher ou de viver com ela, de cuidar dos filhos, de manter a vida doméstica de modo "decente" etc.) e estavam mais propensos a enfrentar os sacrifícios impostos pela manutenção da família. Segundo, a influência difusa e surda do imigrante, especialmente do italiano. O negro e o mulato descobriram no convívio ou na observação da "vida do italiano" a importância da família. A insegurança econômica e a debilidade de certos laços sociais impediram uma imitação rápida e construtiva dos comportamentos do imigrante. Mas lançaram enorme luz sobre as fontes profundas da desorganização imperante no "meio negro" e o que se devia fazer para corrigi-las realmente. Acresce que os efeitos dessas duas condições – o desenvolvimento prévio de experiências na vida familiar organizada e o impacto dos exemplos dos imigrantes – misturavam-se inextricavelmente. O negro ou o mulato "ordeiros", propensos a "respeitar" a família, nos porões ou nos cortiços podiam ser estimulados nessa direção. A presença de brancos "estrangeiros", com vida familiar estável e organizada,

estabelecia um ponto de referência que dava um novo sentido àquela propensão. Na ânsia de serem "respeitados" por esses vizinhos, faziam ouvidos moucos às recriminações e às opiniões, porventura correntes no "meio negro", a respeito da inutilidade dos sacrifícios impostos pela "dedicação à família".

De qualquer modo, apenas uma minoria da "população negra" encarava o casamento como um valor social e seguia à risca um estilo de vida compatível com a estabilidade da família integrada. A maioria repelia ambas as coisas e a separação que daí resultava era tão marcante, que o indivíduo que passasse de um mundo a outro sofria uma espécie de deslumbramento. Numa das histórias de vida, deparamos com o seguinte depoimento:

> Os ensaios [e danças] eram realizados às terças-feiras. Certa vez caiu num feriado e o salão foi alugado para um baile de uma sociedade de negros. Nós não sabíamos e fomos para lá na hora do costume. Os meus companheiros foram embora, mas eu vi uns conhecidos de vista e fiquei olhando da porta, meio embasbacado, numa espécie de explosão de alegria. Eram homens e mulheres de maneiras delicadas e finas. O pedido de uma contradança era cerimonioso e respeitoso. Os pares rodopiavam elegantemente pelo salão. Sabia que havia bailes de negros, mas não que fossem tão em ordem. Vi que não precisava [para dançar] sofrer aquelas restrições [encontradas na sociedade a que pertencia, de brancos, e na qual só podia dançar nos ensaios dos homens]. Apresentou-se à minha frente uma nova vida e surgiu o ideal de entrar naquele meio. Procurei, então, um dos meus conhecidos de infância, que vi lá, e não sosseguei até conseguir o meu intento.

Antes, o depoente só conhecera o ambiente dos cortiços e os "bailes de negros do Piques". Daí a sensação que teve, de se pôr em contato com um mundo completamente novo e diferente.

Esse contraste sugere algo de vital importância. A maior parte da "população de cor" não estava plenamente envolvida e identificada com os valores sociais, que incluíam o casamento, a família e as obrigações domésticas na esfera axiológica básica da cultura da sociedade inclusiva. Em consequência, um rapaz negro ou mulato podia "dar em cima" de uma moça da mesma cor. Se esta correspondesse e se deixasse seduzir, ele a largaria ao próprio destino. Entendia-se que a moça "infelicitada" "não servia para casar" – "se deixou um, deixa outro", era o raciocínio do rapaz, muitas vezes empenhado em aumentar sua "coleção de cabaços"; "não fico com restos dos outros", era o raciocínio dos demais. Em suma, "ninguém se casa com uma mulher que perde o cabaço". Na medida em que a virgindade não constituía um valor social, esse traço não deixava de ser extremamente sociopático. Os comentários das vizinhas e a reação dos pais evidenciam que, em regra, a ocorrência era recebida com relativa naturalidade. Portanto, a norma servia para acobertar a frustração sistemática, pelos homens, dos deveres

resultantes da aventura pré-matrimonial. Daí a conjugação sintomática do namoro com a sedução física e a rejeição do casamento. Vários casos demonstram que o jovem preferia “pegar cadeia” a se casar; e que, com frequência, não dispunha de condições econômicas para “sustentar a casa”, mesmo com a colaboração da mulher. Os informantes usaram o termo “irresponsabilidade” para designar os comportamentos descritos. E ele é preciso, desde que se entenda que a falta de ego-envolvimento e de identificação com os valores sociais em causa teria de acarretar a frustração sistemática das expectativas de comportamento consagradas socialmente. Um dos exemplos permite acentuar bem esse aspecto: um jovem “fizera mal” à namorada e, de acordo com a norma, recusou-se a casar. O pai da moça o procurou. Não o obrigou a nada. Disse-lhe, apenas, o que representava o seu comportamento e as consequências previsíveis de sua “falta de responsabilidade”. O rapaz “se convenceu” e casou com a moça. O exemplo mostra muito bem que as inconsistências da socialização prévia podiam ser corrigidas. No entanto, a tradição cultural não favorecia o processo. O rapaz que agisse assim não se olhava nem era visto pelos outros como “esperto”. Seria “correto”, mas nesse assunto esse epíteto equivalia a “trouxa”. Uma informante relatou o caso de um jovem que se casara com uma “moça infelicitada”. Ele se apaixonou por ela. Contudo, ela “endireitara” depois do primeiro erro; não lhe deu “nenhuma liberdade” e só consentiria em “manter relações sexuais” depois de casada. Pareceu-lhe que não haveria “nada de mau” em se casar. Depois do casamento, enfrentou comentários sarcásticos e maliciosos de amigos e conhecidos. Ele ficara com “restos dos outros”. Estava sem saber como agir e “desesperado”. No conjunto, o contexto da situação consagrava uma conduta sexual extremamente leviana por parte do homem. O curioso é que a contrapartida dessa norma permitia à mulher o direito equivalente e que não existiam mecanismos repressivos de correção de seus efeitos nocivos. Quanto ao primeiro ponto, é ilustrativo o caso de uma jovem que se apaixonou por um rapaz mas “não foi correspondida”. Ela não teve dúvidas em tomar as iniciativas necessárias para lograr seus intentos. O rapaz, por sua vez, disse-lhe abertamente que “amava outra mulher” e ia se casar com ela. Isso não serviu de empecilho. A jovem, apesar de virgem, entregou-se “sem pretender nada”. Segundo o informante, sentia-se feliz em ter essa oportunidade de pertencer ao homem a quem amava. Quanto ao segundo ponto, não só os mecanismos legais eram esquecidos ou não funcionavam cabalmente, como

o próprio indivíduo se reservava o direito de agir “como entendesse”. Um dos exemplos merece ser apontado. O rapaz “infelicitou” a moça e se recusou, como de praxe, a se casar. Mas ela engravidara e “o filho era mesmo seu”. Casou “contra a vontade”. Depois do casamento, vivia com a mulher, levando “a vidinha de sempre”. Ou seja, gastava consigo o dinheiro que ganhava, dispunha livremente do tempo, frequentava os bares e os botequins ou “fazia as suas farras” como antes. A mulher tinha de trabalhar para sustentar a casa e o filho.

Tais deficiências precisam ser compreendidas como parte da herança da escravidão. Elas não surgem como o desvio sociopático de um padrão. Mas como uma debilidade institucional típica. A ausência de socialização apropriada para os papéis sociais de “namorado”, de “noivo” ou “marido” produzia, certamente, efeitos sociopáticos. Contudo, é importante assinalar que se tratava sobretudo de uma contingência. A “irresponsabilidade” não nascia de uma propensão natural e irreprimível para a “leviandade sexual”. Provinha, claramente, da inexistência de padrões de comportamento e de mecanismos sociais de controle que assegurassem a difusão e a observância, no “meio negro”, de certos valores universais da sociedade inclusiva.

Essa explicação também é válida com referência a outros ajustamentos, que envolviam o homem e a mulher como “marido” e “esposa” ou como “pai” e “mãe”. Anteriormente relatamos um dos casos típicos do “negro malandro”. Depois de se casar, continuou a cultivar os centros de interesse da vida de solteiro, disputando com os filhos o ganho da mulher e até contaminando-a com “doenças venéreas”. Trata-se de um caso extremo, mas que não era raro. O homem não discernia completamente as obrigações decorrentes da condição de “chefe de família” e para ele era natural que “suas necessidades” contassem em primeiro plano. Os resultados de uma história de vida nos mostraram que um homem de “caráter exemplar” (em termos dos padrões de cultura da sociedade brasileira) agiu no mesmo sentido, embora por outros motivos. Absorvido em “rodas boêmias” em que se discutiam os problemas do negro em São Paulo, relegou a família a plano secundário. No final das contas, foi abandonado pela mulher; a filha se perdera e se prostituíra; e o filho passara, lentamente, da vadiagem à malandragem e à gatunagem. Com relação à mulher, é curioso que a mãe solteira procurasse se livrar dos filhos, abandonando-os em instituições de caridade, dando-os ou entregando-os aos cuidados de terceiros para “não perder a liberdade”. Vários informantes deixaram patente que, em muitos

casos, haveria até anuência dos patrões para que as empregadas criassem os filhos no serviço. Estas se recusavam, porque teriam de “ficar presas”, tomando conta da criança durante a noite. Doutro lado, como o homem, a mulher também se evadia, parcial ou totalmente, de suas “obrigações domésticas”. O gosto de frequentar bailes, de sair no Carnaval ou de “luxar” podia acarretar gastos incontroláveis pelo marido e que comprometiam economicamente o orçamento da família. Se fosse “contrariada”, “embirrava” até que seus “caprichos” fossem satisfeitos. Entre os casos registrados, um deles mostra que a mãe solteira, quando gostava “de beber e de farrear”, não se impunha nenhuma limitação (negligenciou, por exemplo, de tal maneira a assistência à filha menor, que esta foi seduzida e encaminhada para a prostituição). O mais interessante, porém, é que, assim como “não queria prender o homem contra a vontade” – mesmo que servisse de parceira sexual dele ou fosse “mãe de seus filhos” –, também “não se prendia a nenhum homem contra a vontade”. Casada ou amasiada, se lhe “desse na veneta”, abandonava o homem – levando os filhos consigo (se existissem); deixando-os com ele; ou dando-os a algum parente “para criar”.

Por aí se vê que a inconsistência e a labilidade dos laços conjugais se prendiam, diretamente, a falhas de socialização da pessoa. Como a família se achava em plena formação, os indivíduos não adquiriam, antes do casamento, do amasiamento, ou da vida sexual mais ou menos livre, associada à idade adulta, atitudes e comportamentos que suscitassem identificações ou lealdades relativamente fortes diante dos valores consagrados pela sociedade inclusiva e das obrigações sociais deles decorrentes. A mesma razão fazia com que, depois do casamento, do amasiamento ou de uma ligação “para ver no que vai dar”, o convívio contínuo das pessoas fosse insuficiente, por si mesmo, para corrigir e suplementar os lapsos da socialização prévia. Se não interferissem outros fatores, a estabilidade da união, a devoção recíproca e a predisposição para o altruísmo passavam a depender, largamente, dos laços de simpatia. “Gostei dele ou dela”, “deixei de gostar dele ou dela” funcionavam como o fundamento indiscutível e inapelável das decisões que levavam o homem e a mulher a “juntar” ou a “separar seus trapos”.

A composição estrutural da “família negra” também contribuía para precipitar e manter certas anomalias. As interferências sociopáticas mais frequentes se associavam ao empobrecimento permanente do núcleo da família. A ausência do “pai” não só impedia o funcionamento normal da

instituição, privada dos papéis masculinos do “marido” (ou “companheiro”, “amásio” etc.), do “pai” e do “chefe da casa”; ela prejudicava, irremediavelmente, o equilíbrio básico (tanto estrutural, quanto funcional) do agrupamento, fazendo com que: 1o – os demais papéis se concretizassem de modo deformado; 2o – se congestionassem as obrigações do membro adulto presente e responsável (a “mãe solteira” ou sua substituta eventual, quase sempre a “avó materna”); 3o – prevalecesse um clima moral tão funesto para a ressocialização desse membro, quanto para a socialização dos imaturos. De tudo isso, resultava um conjunto de forças e de influências que atuavam no sentido de perpetuar indefinidamente aquele estado extremo de desintegração, em vez de contribuírem para a sua superação rápida e definitiva. A sobrecarga das responsabilidades da mulher, sua incapacidade crônica de corresponder a todos os papéis sociais (masculinos e femininos), concentrados na posição de “mãe solteira”, e a inexistência de mecanismos básicos de solidariedade, que a compensassem da vida penosa que se impunha, concorriam imperceptivelmente para identificá-la com a personalidade-*status* que assim adquiria e estimulavam-na a procurar nessa direção as fontes de compensações possíveis. Isso explica as atitudes de conformismo diante desse tipo de arranjo estrutural, sua enorme difusão e a própria propensão das mulheres a preservar os arranjos decorrentes. Muitas “mães solteiras” possuíam e mantinham filhos de duas, três ou mais aventuras sucessivas. Doutro lado, o próprio “meio negro” não contava com mecanismos de solidariedade e de compreensão para corrigir, compensar ou pelo menos amparar eficazmente, no terreno material e no plano moral, a mulher e seus filhos. A solidão, a penúria e a humilhação marcavam o caminho seguido pela mulher que tivesse a coragem indomável de ficar com “o fruto de suas fraquezas” e de lutar pela sua sobrevivência. Os próprios parentes apenas eventualmente podiam “auxiliá-la” com algum dinheiro ou “confortá-la” com algum conselho. Mesmo nas “maiores aflições”, quando ela via, desesperada, seu destino renascer na filha, “infelicitada” por algum branco ou por algum namorado ou vizinho da mesma cor, eles não sabiam senão condená-la por “deixar a menina largada”. Nos maiores apertos, nem sequer podia apelar para o pai fisiológico das crianças. Ou não sabia mesmo quem poderia ter sido; ou tomava por padrão de honra “não contar para ninguém” (mesmo para o próprio filho), “não amolá-lo” e de “resolver sozinha seus problemas”. Por acaso, somente, pela indiscrição de algum

parente ou conhecido, ficava o menor “sabendo quem era seu pai”. Por meio de uma história de vida podemos focalizar como isso ocorria:

> Até por volta dos 15 anos sabia apenas que ele [o pai] era rico e importante, e isto mesmo, através dos italianos, pois sua mãe “não gostava de falar dele”. Foi por iniciativa de M., um dos filhos do italiano, barbeiro de um salão do centro, do qual seu pai era freguês, que se viu à frente dele, embora, na ocasião, não soubesse quem era “aquele senhor”. Tinham-no mandado levar um peru e uma carta, cuja resposta deveria esperar. Apareceu um senhor, examinou-me bem e disse: “diga a seu patrão que está entregue”. Deu-me 10$000. Só depois, por intermédio da mulher de M., ficou sabendo quem era o senhor que vira. Então, compreendi a razão do exame.

Isso não adiantava muito; era apenas um “consolo”. O pai, ausente até essa data, assim continuaria. A maioria dos filhos nessa condição, porém, não tinha sequer o “consolo” de “saber quem era o pai”. O estado de privação da criança era, portanto, ainda mais complexo, pernicioso e insanável. Tinha de “crescer ao léu”, na “escola das ruas”, pois a mãe saía para o trabalho desde cedo, largando sobre os seus pequenos ombros a responsabilidade de olhar pela casa, por si próprio e de discernir, entre os companheiros mais velhos e os adultos, os que seriam “verdadeiros amigos” e os que gostariam de “tirar proveito” de sua ingenuidade. Se o acaso ajudasse, podia aprender alguma coisa ou arranjar, com pequena idade, um “patrão caridoso”. Nada disso supriria a carência de cuidados paternos, a vulnerabilidade das relações com a mãe e a total ignorância do que seria a condição normal de “filho”. A criança, que só tangencial, deformada e esporadicamente se via tratada como tal pela mãe, nos breves momentos em que ela permanecia em casa sem “cuidar da comida e da roupa”, crescia se polindo muito pouco como “pessoa”. Está claro que ignoraria a existência e a utilidade de certos papéis socais, em que adultos e imaturos se defrontam como “pai”, “esposa-mãe”, “filho” e “filha”. Mas isso não era o pior. Na “escola” em que se criava, raramente teria oportunidade de aprender a respeitar e a obedecer aos outros por amor. Vigorava um código rudemente egoísta e individualista: para sobreviver, o indivíduo precisava ser “sabido”, mesmo nas relações com a mãe ou com os irmãos.

O congestionamento estrutural constituía outra alternativa em que a morfologia da “família negra” produzia consequências sociopáticas. Contudo, aí o fator de perturbação passava a ser contingente. O apinhamento de pessoas num espaço reduzido pode provocar – mas não provoca necessariamente – uma diferenciação sociopática das condições de existência ou do comportamento humano. O que conseguimos saber a respeito mostra que isso ocorria de fato. As interferências sociopáticas do

congestionamento estrutural da “família negra” se prendem a lapsos dos mecanismos de socialização e de controle. Ou os pais não se davam conta de que a maior discrição seria insuficiente para cercar de completo sigilo suas atividades no coito. Ou os imaturos e principalmente os adultos se permitiam “liberdades” que deveriam ser proscritas (pela própria iniciativa dos indivíduos, ou pela repressão dos outros). De qualquer maneira, as maiores vítimas eram os imaturos, que se iniciavam nos segredos do sexo por portas erradas ou serviam como repasto à concupiscência de companheiros mais velhos ou dos adultos.

Já descrevemos esses fatos no devido lugar. Aqui, importa-nos mencionar sua significação sociológica, em face do funcionamento da “família negra”. O meio exterior circundante não lhe oferecia o suporte institucional necessário. Para funcionar normalmente, a “família negra” integrada deveria ser autossuficiente. Ninguém impediria um “mau passo” de uma jovem; ou que um menor saciasse o apetite sexual do irmão mais velho, do padrasto ou de outro adulto. Em compensação, os comentários fervilhavam depois, “marcando” bem as pessoas, especialmente a “vítima”. O “sedutor” ou o “fanchona” não seriam “malvistos” – pelo menos, a ponto de “perder o conceito” na opinião dos outros. A jovem “infelicitada” ou o menor “fresco” (ou simplesmente “trouxa”) podiam ficar marcados. Atrás dos primeiros heróis, viriam outros, que acabariam forçando uma definição sistemática: da jovem como “leviana” ou “fácil”; e do menor como “veado”. Ora, os parentes não ficavam impassíveis. Por pouco que fizessem, eles reagiam ao “falatório” e procuravam intervir. Os “mais espertos” se mudavam logo de lugar. Dizia-se que agiam assim para “esconder sua vergonha”. No entanto, procediam também por outros motivos. A permanência no mesmo lugar constituía um desafio à “sorte”. Todos sabiam que outros iriam tentar “tirar uma casquinha” ou “aproveitar também”. Tais exemplos são claramente ilustrativos. A “família negra” carecia de condições próprias para funcionar normalmente, de acordo com os padrões estabelecidos no seio da sociedade inclusiva. Todavia, o “meio negro”, longe de fornecer um suporte institucional para auxiliá-la a preencher suas funções normais, desencadeava interferências de teor sociopático. Seja porque não propiciava os mecanismos de reação societária que poderiam operar corretivamente, seja porque permitia, tanto passiva quanto ativamente, o livre florescimento de várias debilidades daquela instituição. Com isso, os ajustamentos sociopáticos, que minavam a “família negra” por dentro ou por

fora, quase todos procedentes da socialização insuficiente ou defeituosa, encontravam campo propício para expansão, propagação e fortalecimento.

Por fim, a concentração excessiva de obrigações nos papéis sociais da mulher constituía outra combinação estrutural que acarretava consequências sociopáticas, onde quer que se manifestasse (na família completa, fosse ela do tipo conjugal ou composta, ou nos casais amancebados). Essa sobrecarga projetava a mulher para fora do lar, com frequência desde manhã cedo até depois do jantar; ou, então, mantinha a mulher dentro do lar, mas terrivelmente ocupada, em lavar e passar roupa "para fora", em costurar ou em outras obrigações porventura realizáveis "em casa". Pondo de lado o que isso representava, como fonte de exaustão, essa condição impunha a supressão parcial ou total, de forma permanente, de vários papéis essenciais ao funcionamento equilibrado da família. A negligência involuntária dos filhos avultava como o efeito mais pernicioso do envolvimento tão intenso e prolongado da mulher em ocupações remuneradas. Mas não era menos funesta a tendência a conceber como "normal" e, portanto, "condigna" uma espécie de parasitismo, pelo qual o "marido", o "amásio" ou o "amante" viviam às expensas da mulher. Embora a situação econômica da maioria dos casais "pobres" tornasse inevitável a suplementação do ganho do "chefe da casa" pela "mulher", aquele parasitismo levava a uma servidão disfarçada, pois a mulher fornecia casa, comida e outros cuidados em troca, praticamente, de compensações sexuais e do conforto de possuir "o seu homem". A mulher não relutava quando se via posta diante dessa "sina". Achava que "tinha sido infeliz no casamento" (ou na escolha do "companheiro", se fosse um casal amasiado) e "cuidava de sua vida", sem recriminações. Se sucedesse ser o marido ou o amásio, além de "vagabundo contumaz", "bêbado inveterado", essa serenidade da mulher negra ou mulata, diante do sacrifício cotidiano e infindável, representava uma "tábua de salvação". Todos sabiam que dela sempre proviria o mínimo para o sustento da família e a "força moral" necessária para enfrentar as pequenas ou as grandes tempestades. As consequências sociopáticas dessa relação não terminavam, porém, na exploração ocasional ou sistemática da "mulher" pelo "homem". As crianças aprendiam a encarar a situação como "normal" e os jovens, a praticá-la. Um rapaz sem ganhar o suficiente para casar (e mesmo "sem ter uma profissão", ou seja, uma perspectiva de ganho de vida) não trepidava em seduzir uma jovem e em "consertar a burrada" casando-se, com a certeza de que a esposa iria se empregar como doméstica. As moças,

por sua vez, não tinham dúvidas em seguir o “exemplo da mãe”, vendo nele apenas o lado que se entendia enobrecedor da “mulher de caráter”.

Os resultados dessa análise mostram, pois, as principais consequências sociopáticas, resultantes dos arranjos estruturais inerentes aos diversos tipos de “família negra”. Se eles indicam alguma coisa, é que a mulher – e não o homem – constituía a figura dominante, onde persistia alguma sorte de desintegração nos laços familiares ou conjugais. A mulher negra avulta, nesse período, qualquer que seja a depravação aparente de seus atos ou a miséria material e moral reinante, como a artífice da sobrevivência dos filhos e até dos maridos ou “companheiros”. Sem a sua cooperação e suas possibilidades de ganho, fornecidas pelos empregos domésticos, boa parte da “população de cor” teria sucumbido ou refluído para outras áreas. Heroína muda e paciente, mais não podia fazer senão resguardar os frutos de suas entranhas: manter com vida aqueles a quem dera a vida! Desamparada, incompreendida e detratada, travou quase sozinha a dura batalha pelo direito de ser mãe e pagou mais que os outros, verdadeiramente “com sangue, suor e lágrimas”, o preço pela desorganização da “família negra”. Nos piores contratempos, ela era o “pão” e o “espírito”, consolava, fornecia o calor do carinho e a luz da esperança. Ninguém pode olhar para essa fase do nosso passado sem se enternecer diante da imensa grandeza humana das humildes “domésticas de cor”, agentes a um tempo da propagação e da salvação do seu povo.

Ao lado da família incompleta ou desintegrada, existia também a “família negra” integrada. Em regra, ela tendia para o tipo da família conjugal: o afã de manter as aparências de “bom nível de vida”, com renda mais ou menos baixa, pressupunha uma repulsa decidida da solidariedade agregativa. Aliás, nos círculos em que essa família aparece, dos “negros de elite”, já se condenava a “promiscuidade” dos cortiços – com a sua causa: o apinhamento provocado pela concepção de que o parente ou amigo “rico” tinha “obrigação de ajudar”; e com os seus efeitos: o desamparo material e moral das crianças, a precocidade da iniciação sexual, a contaminação das doenças etc.

Esse tipo de manifestação da família no “meio negro” nos interessa por várias razões. Em primeiro lugar, porque evidencia um estado de consolidação estrutural e funcional da instituição que não era geral. Como se explica esse fenômeno? Já salientamos que a permanência mais ou menos demorada em zonas rurais (equivalente da participação do negro ou do

mulato “livres” do passado rústico paulistano) facilitava a aquisição de padrões de organização da família imperantes em nosso mundo agrário. Os segmentos das levas migrantes da “população de cor” que tinham condições e encontravam oportunidades de conquistar uma fonte permanente e satisfatória de ganho obtinham, assim, também uma situação favorável à preservação e à consolidação da herança cultural transplantada do mundo rústico. Esses personagens, pelas informações coligidas, contavam com a proteção de famílias brancas importantes. Em geral, sabiam ler e escrever. Movimentavam-se com liberdade no meio dos “brancos”. Não se intimidavam com sua presença e “davam conta” de seus ofícios. Na maioria, trabalhavam como faxineiros, contínuos e serventes das repartições públicas. Outros eram choferes ou operários (em número mais reduzido). Sua renda não era, pelo que se diz, maior que a do “branco” empregado nas mesmas ocupações (os informantes negros e mulatos insinuam, até, que seria menor). Ainda assim, podiam construir o aparato material que iria suportar a vida familiar organizada. Isso realça, gostemos ou não, a conclusão de que a exclusão do sistema urbano de ocupações conta, centralmente, como o fator básico da deterioração dos padrões de vida (inclusive da desorganização da família) do negro e do mulato em São Paulo. Em segundo lugar, porque esse tipo de família completa e integrada revela melhor a natureza das acomodações, postas em prática pelo negro e pelo mulato, para manter “elevado nível de moralidade familiar”, e as inconsistências sociodinâmicas que elas pressupõem. Como este é o aspecto que nos interessa verdadeiramente aqui, só a ele daremos alguma atenção.

O lado sociopático da “família negra” integrada não está propriamente em sua estrutura e funcionamento, mas no padrão de sua integração dinâmica à ordem social da sociedade inclusiva. Os resultados da análise precedente põem em relevo quanto o ambiente circundante contribuía ativamente para “corromper” o equilíbrio da vida doméstica. Para não estender a discussão, deixamos de lado outros fatos conhecidos, apontados na descrição dos problemas sociais ou a serem mencionados adiante, quando trataremos de maneira mais ampla das relações raciais. O “branco” – como “patrão”, “amigo”, “colega”, “vizinho”, “namorado” etc. – era sempre uma fonte de perigo potencial, especialmente no terreno do sexo. Quisesse ou não, sua presença e as consequências que dela resultavam fomentavam ou agravavam as tensões que destruíram pela base o equilíbrio da “família negra”. Não era só pela sedução sexual que isso ocorria. O vizinho branco,

no cortiço por exemplo, “punha lenha na fogueira” quando se identificava tanto com a defesa intransigente dos valores da cultura rústica que não podiam (ou não deviam) ser respeitados, em dadas circunstâncias, para “não piorar as coisas”. Se a filha fosse “infelicitada”, não raro a mãe conseguia acalmar o pai, levá-lo a reconsiderar a decisão de expulsar a filha etc. Nos falatórios e nas “conversas francas”, não era raro o vizinho branco “meter o bedelho”, deixando bem claro os “pontos de honra” que, justamente, “azucrinavam a paciência” do outro. Coisa semelhante ocorria diante de eventos já descritos – se um rapaz decidia se casar com uma mulher “infelicitada”, mas “séria” – e com outros assuntos (falatórios relacionados com o trabalho da mulher, com os “costumes” ou com o passado da família, com as manifestações rotineiras de entreajuda etc.). A quase totalidade dos casos analisados demonstra que o negro e o mulato tiveram de escolher a reclusão ou um severo isolamento como mecanismo para conjurar essas influências, quer resultassem da debilidade institucional do “meio negro”, quer se prendessem à dualidade ética disfarçada dos brancos do “ambiente”.

Esse efeito merece especial consideração. Embora os dados acumulados não permitam uma sondagem suficientemente profunda, parece fora de dúvida que, no estado de desenvolvimento estrutural-funcional em que se achava, a família negra não se manteria estável e integrada sem se isolar de tais influxos. Ela não dispunha de mecanismos para manipulá-los e corrigi-los construtivamente. Portanto, a normalidade era conquistada sob o preço de um isolamento anormal. Pondo de lado o que isso significava, em si mesmo, e tendo em vista a integração do negro e do mulato à sociedade inclusiva, essa condição provocava interferências de evidente natureza sociopática. Acima e antes de tudo, aquele isolamento fez com que a família negra completa e integrada se divorciasse demais do processo de transformação da sociedade inclusiva. Ela ficou uma espécie de relíquia da área polida do mundo rústico, incrustada numa cidade convulsionada pela urbanização e pela revolução industrial. Assim, ela perpetuou e refinou hábitos convencionais que os “brancos” já haviam abandonado definitivamente ou estavam abandonando e que faziam pouco sentido no contexto da civilização urbano-industrial emergente. Ninguém põe em dúvida a importância das formas conspícuas de existência, do formalismo polido, do exclusivismo aparentemente “aristocrata” de certos hábitos e refinamentos para a autoafirmação do negro e do mulato. Tanto nas suas relações com o “branco”, quanto nas distinções e nas separações que se

estabeleceriam entre o “negro de elite” e o “negro malandro”. Mas é patente que a integração da família envolvia o risco de uma separação indesejável. Isolando-se para conjurar determinados perigos, o “negro” criou outros igualmente graves, entre os quais avulta a própria paralisação do desenvolvimento da “família negra integrada”.

Em segundo plano, vêm certas debilidades organizatórias dessa família, todas elas mais ou menos ligadas às precárias bases de seu padrão de equilíbrio interno. Algumas das debilidades mencionadas produziam interferências sociopáticas, de forma permanente ou ocasional. Por isso, seria conveniente mencioná-las. A rigidez com que se define o apego às normas tradicionais é a mais séria, frequente e marcante. “Pobre” ou “rico”, o negro e o mulato “ordeiros” se opunham tenazmente, como “ponto de honra”, a certos meios-termos ou compromissos inevitáveis. Se a família precisava da contribuição pecuniária da mulher, eles só aceitariam o fato consumado tarde demais; se uma filha cedia aos riscos incontroláveis do meio e se “infelicitava”, eles não se cobriam de sua “vergonha” senão escorraçando-a de casa e expondo-a a perigos ainda maiores; se um amigo ou parente “se amigava”, cometia uma ação desaprovada socialmente etc., eles “cortavam as relações”; por aí afora. Tudo isso criava, naturalmente, um clima de insegurança disfarçada e de preocupação obsessiva pela posição social, pelo prestígio, pela consideração dos outros, que acabava minando as relações entre os cônjuges, dos pais com os filhos e destes entre si. Ao mesmo tempo, acentuava a transformação do “chefe de família” num pequeno déspota doméstico, que decidia inapelavelmente entre o “bem” e o “mal”, o que se “devia” e o que “não se devia” fazer. Doutro lado, qualquer contratempo – desemprego involuntário prolongado, morte de um dos cônjuges (principalmente do marido), um “passo perigoso” (principalmente da mulher) etc. – desmoronava todo o edifício, como se fosse um castelo de areia. Como essa expectativa sempre se mantinha constante, ninguém queria “ouvir falar dela” nem se preparava para enfrentá-la. O resultado é que, sobrevindo infortúnios, ninguém estava capacitado para suportá-los.

Por fim, a dificuldade de encontrar “ambiente” fora de casa se convertia num tremendo fantasma. A comunicação com os vizinhos e com outras famílias do “meio negro” estava submetida a uma vigilância desconfiada e rigorosa. Se a filha ou o filho pretendessem convívio com jovens da sua idade, ou se a mulher fosse propensa a se divertir, surgiam complicações. Só os que dispunham de mais traquejo e de alguma renda podiam resolver a

contento esses dilemas, participando dos clubes respeitáveis e exclusivistas do “meio negro”. Ao lado dessas debilidades organizatórias, mais ou menos gerais, podiam ocorrer duas espécies de consequências altamente sociopáticas. A maior parte de informações sobre fricções domésticas, associadas a preferências pela cor dos filhos, dizem respeito a essas famílias. O cônjuge mais claro não ocultava sua ansiedade (às vezes compartilhada de modo ambivalente pelo cônjuge mais escuro), de que o filho ou a filha nascesse ou ficasse “escurinho”. Tais preferências fomentavam tensões nas relações dos cônjuges entre si ou com os filhos e destes entre si e com os pais.

Há também referências a “pais cultos”, que acalentavam grandes ambições com relação ao futuro dos filhos, mas que não se animavam a incentivá-los. Eles conheciam, por experiência própria, a sutileza e a força das barreiras sociais opostas à “ascensão dos negros”. Por isso, ao mesmo. tempo que estimulavam os filhos a terem uma “vida ordeira”, a “andarem direito”, a casarem, a serem respeitáveis, e as filhas a serem “boas donas de casa”, “não permitirem liberdades”, a não namorarem “qualquer um” etc., atreviam-se muito mal, ou a medo, a incutir altas aspirações no ânimo dos filhos. Alguns informantes deram exemplos, até, de pais que convenceram os filhos a desistirem dos estudos, movidos pelo temor de que viessem a sofrer decepções insanáveis. Conviria mencionar, por último, o aparecimento (ou o fortalecimento patológico) de preferências irracionais em torno do sexo dos filhos. O medo de que as filhas “poderiam se perder”, vinculado à crença de que seria mais fácil “educar o filho” e que este poderia “se arranjar melhor sozinho”, predispunha pais e mães a esperanças que conduziam a desenganos, frustrações e, algumas vezes, a animosidades ou tensões dentro do lar.

A importância da “família negra” integrada está, portanto, em demonstrar que o negro e o mulato podiam desenvolver padrões de vida conjugal altamente respeitáveis e conspícuos. Numa época em que poucos tinham varado a barreira seletiva imposta pelos “brancos” à ascensão dos “negros”, ela evidenciava que estes seriam tão capazes de “organizar conspicuamente” sua vida quanto os brancos. Tudo dependia de oportunidades econômicas e sociais. O fluxo da absorção de padrões e instituições da sociedade inclusiva apresentava deficiências ou oscilações perturbadoras por causa da exclusão do negro e do mulato – não porque eles fossem incapazes de concretizá-la. Não obstante, mesmo quando não se

viam à margem, compartilhavam daquelas oportunidades de tal modo que se viam forçados a contemporizar, a se imporem acomodações que redundavam numa segunda forma de exclusão: a do isolamento voluntário, escolhido como um caminho de pureza e de autoafirmação pela "moralidade".

Se considerássemos a "família integrada" e a "família desintegrada" do "meio negro" em conjunto, veríamos que a primeira era mais eficiente nos três níveis que procuramos considerar – no da ordenação das relações dos sexos; no da socialização dos imaturos; e no do controle das gerações adultas. Ela abrangia regularmente maior número de mecanismos, que operavam na sociedade inclusiva, e seus efeitos socializadores ou de controle eram mais profundos. Ela não só suscitava maior identificação e lealdade para com os valores explícitos, que davam fundamento às atitudes e aos móveis das ações sociais, mas também resguardava melhor o negro e o mulato de comportamentos conformistas ou de atitudes de desalento e de desilusão social, nascidas da convicção perniciosa mas generalizada de que "a vida do negro é assim mesmo", "o negro nasceu para sofrer", "o negro não serve para outra coisa", que lavravam destrutivamente no meio social desorganizado, em que se recrutavam as "famílias desintegradas". Não obstante, essas diferenças eram apenas de grau. Ou seja, em média, a "família integrada" protegia mais a "normalidade" da vida familiar que a "família desintegrada". Contudo, ela estava longe de produzir os efeitos integrativos, socializadores e de controle que deveria satisfazer na sociedade inclusiva, o que se verificaria, facilmente, comparando-a quer com a família dos imigrantes, quer com a "família tradicional" dos brasileiros das camadas dominantes. Até a "família desorganizada" entre os italianos, por exemplo, possuía decididas vantagens sobre a "família negra" a esse respeito. Muitas inconsistências solapavam o equilíbrio e o rendimento organizatório da "família negra integrada", favorecendo a fácil liberação de influências perniciosas potencialmente submetidas a controle social. Daí os temores constantes da ocorrência de "alguma desgraça", de incontinência sexual da filha moça, da sedução da malandragem sobre o filho moço, de decepção na carreira futura de ambos, das incertezas que ameaçavam de maneira permanente a segurança econômica da família etc. A esse fato, de as referidas diferenças serem tão somente de grau e segundo uma escala quase insignificante, acrescia-se outro ainda mais grave: a "família negra", integrada ou desintegrada, não preparava os imaturos e, em especial, os jovens para enfrentar os riscos com que se defrontariam tanto no "meio

negro” quanto nas relações com o “branco”. A propensão a “procurar o prazer” podia ser severamente atacada e reprimida. Mas nada se fazia para capacitar o jovem e a jovem para lidar eficientemente com os ajustamentos sexuais, tão difíceis e acidentados num clima de tamanhas facilidades, seduções ou tentações. A mesma coisa sucedia com os ajustamentos econômicos e sociais: o temor das decepções conduzia à filosofia de “evitar que as coisas acontecessem”, quando a orientação que se impunha aos pais seria a de predisporem os filhos a tomarem consciência das manifestações dissimuladas do preconceito de cor e da discriminação e de como se premunirem contra suas consequências insidiosas. Portanto, à luz dessas reflexões parece claro que, mesmo onde era mais produtiva e eficaz, como agente de socialização, de integração e de controle, a “família negra” apresentava graves deficiências sociodinâmicas. Ela mantinha as gerações ascendentes mais ou menos privadas de disposições de ajustamento competitivo que seriam essenciais; e reduzia drasticamente o campo de atuação refletida, voluntária e construtiva, socialmente ordenada e autônoma, das gerações adultas.

Esse resultado aconselha a que se dê maior atenção a certos mecanismos de socialização e de controles coordenados pela estrutura da família ou dirigidos por meio de suas funções básicas. Escolhemos, para esse fim, a ordenação das relações sexuais e a escolarização, por serem áreas centrais, como sintomas ou fatores tanto de desorganização pessoal e social, quanto de integração à sociedade inclusiva. Por aí se poderá ver, com objetividade, o número reduzido de condições e de forças psicossociais e socioculturais do ambiente que eram diferenciadas e organizadas de forma autônoma pela “família negra”, integrada ou desintegrada. Certos ajustamentos podiam emergir e transcorrer variavelmente; podiam, mesmo, ser desejados como socialmente ideais, em conformidade com o sistema axiológico da sociedade inclusiva. O grau de institucionalização que eles atingiam, porém, não lhes conferia suficiente poder coercitivo para lograrem um mínimo de generalidade, de regularidade e de eficácia. Tudo se passava como se, a esse respeito, eles não constituíssem uma *porção social do ambiente,* configurando uma esfera de atuação dentro da qual à liberdade de decisão correspondesse plena capacidade (garantida socialmente) de alcançar os fins ou os objetivos visados.

Quanto à motivação, à ordenação e à regulamentação da vida sexual, parece patente que existia um conflito aberto e insuperável entre as

concepções dominantes de prazer sexual e os ideais de casamento ou de vida doméstica. Na realidade, a situação de penúria tornava problemática uma coincidência das duas áreas. Isso estimulava a busca de satisfação sexual fora do casamento ou do amasiamento e também compelia os jovens e indivíduos extremamente dependentes ou de personalidade desorganizada a se valerem de recursos proibidos (homossexualismo, perversão sexual de menores, práticas sexuais incestuosas etc.). Todavia, aí se evidencia, meramente, uma correlação estrutural. Interessa-nos muito mais saber por que, fora ou acima dessas contingências, a sexualidade do negro e do mulato se mostrava tão rebelde à regulamentação exterior. Os dados de que dispomos são parciais e inconsistentes. Ainda assim, eles subministram algumas hipóteses presumivelmente comprováveis. Parece que, além do prazer erótico, o fluxo mais ou menos livre das relações sexuais operava como uma fonte ímpar tanto de acumulação de prestígio social, quanto de satisfação de necessidades vitais para o equilíbrio do *eu*. Os informantes salientaram insistentemente certas noções a respeito da sexualidade do negro e do mulato ou da negra e da mulata: que são "quentes" (e "mais quentes que as brancas"); que a "foda de branco" seria "como gado", sem o verdadeiro culto à deusa do amor; que as atividades sexuais representavam um centro de interesse absorvente e o único derivativo para a autoafirmação do homem e da mulher etc. Mas a análise sugere que atrás da "sexualidade negra" estavam envolvidos outros valores, de natureza supraerótica. Na esfera do amor é que as "pessoas de cor" competiam, entre si e com os "brancos". Além disso, nessa esfera as pessoas podiam sentir-se um valor – tanto como "presa", com os riscos e as compensações da "caça amorosa" (sendo que a iniciativa e o papel ativo podia caber ao homem ou à mulher), quanto como algo ardentemente desejado, perseguido e disputado. Desse ângulo, a "sedução amorosa" valia e significava muito mais que a "relação sexual". O joão-ninguém se sentia "gente": encontrava quem o amasse, gratuitamente, pelo prazer do amor; a mulher ressentida e amargurada se via como a "rainha de um coração". A aventura retemperava a confiança em si, distendia frustrações, projetava a criatura na posse da condição humana, abrindo-lhe perspectivas de encontrar alguma coisa que "valesse a pena", numa vida de privações, vazia e "sem sentido". Daí a importância da ostentação. Ela precisava ser notória, divulgada, conhecida. Se ela se destinasse a aplacar a ânsia erótica, podia permanecer encoberta. Como ela respondia a uma necessidade mais complexa de autoafirmação psicológica e social, tinha de

ser revelada, às vezes com todos os pormenores mais crus. Não por desrespeito humano, por "falta de consideração" pelo parceiro ou parceira da mesma ou de outra cor. Mas porque a "relação amorosa" só se completava pela participação da sociedade no segredo do par amoroso. Vê-se, pois, que a aparente leviandade do jovem negro ou mulato, que "dava em cima" de uma garota e depois fazia o relato mítico, incluindo mais um "cabaço" em sua coleção, ou da jovem negra ou mulata, que não tinha pejo de violar o homem amado ou de corresponder de "modo fácil" ao cerco masculino, não ocultava nenhuma perversão do código amoroso e das atividades sexuais. Ao contrário, ela enfatizava, de forma ingênua, uma concepção pura, integral e sem ambiguidades do amor pela posse sexual.

A questão que se coloca delineia-se claramente. Como o casamento, o amasiamento e a estabilidade do grupo doméstico poderiam preencher as funções psicossociais dessa concepção de amor? Está claro que a classificação como "namorado", "noivo", "marido", "pai" e "chefe de família" (ou, alternativamente, como "namorada", "noiva", "esposa" e "mãe") encerrava suas compensações, fornecia prestígio e dava segurança. Pondo-se de lado a questão dos números (quantas pessoas poderiam se classificar assim?), por mais que se desejasse "imitar os brancos", isso sempre envolvia algum despojamento da tradição cultural e um empobrecimento. Para que a mudança tivesse sentido e as duas soluções se tornassem equivalentes psicossociais, seria necessário que o negro e o mulato absorvessem, previamente, todo o estilo de vida do "branco". Por isso, aqueles que tinham caminhado mais depressa nessa direção e lograram organizar "famílias de alto padrão de moralidade" viviam atormentados pelo temor de que alguém muito caro sucumbisse às tentações do "homem branco", do "rabo de saia" ou da "veneta da mulher". Essa desconfiança obcecada lançava raízes, portanto, num conhecimento realista das coisas e da natureza humana em uma situação de existência. Se o casamento e a vida familiar "ordeira" representassem, em si, uma compensação vantajosa, indiscutível e definitiva, aquelas atitudes seriam ociosas. Na transição incipiente de um estilo de vida para outro, ela pressupunha que o negro e o mulato realizassem um verdadeiro sacrifício. Não é à toa que os membros das famílias "direitas" dizem, tratando de suas filhas ou de suas irmãs: "Graças a Deus, todas elas casaram" ou "O meu tio não teve a mesma sorte com as filhas dele". Antes de neutralizar os fatores que fomentavam as aventuras pré-matrimoniais ou extramatrimoniais e sem fornecer autênticos

equivalentes psicossociais dessas aventuras, constituía uma empresa arrojada, difícil e penosa impor aos jovens e aos adultos um código sexual individualista, secularizado e egoísta, sob muitos aspectos condenável por sua hipocrisia e farisaísmo. Tudo isso dificultava uma transição rápida e convertia o comportamento sexual em algo incontrolável, verdadeiro foco de perpetuação indefinida do passado no presente.

Os dilemas da escolarização conduzem as nossas reflexões na direção oposta. Os relatos mostram uma situação difícil. Os pais ignoravam a existência e a utilidade das escolas. Ou a criança abandonada, que se via impelida para o trabalho prematuro e a precocidade no vício. Ao acaso, alguém aconselhava o amigo a colocar o filho na escola ou incitava a própria criança a frequentá-la. Coisa de prática dificílima. Ir à escola exigia uma vida organizada e disponibilidade de recursos. Raramente as duas condições se apresentavam em conexão. Com frequência, a "mãe solteira" ou os pais rústicos temiam que o filho estudasse, por pensarem que, mais tarde, ele se "envergonhasse da gente". Ou os pais mais ou menos instruídos, das famílias "ordeiras", quando muito deixavam os filhos "fazerem o grupo". Assim procedendo, pensavam lhes evitar dissabores futuros; não obstante, bem que gostariam que eles "chegassem a doutor". Agiam daquele modo porque "sabiam" que iriam encontrar "todas as portas fechadas". Por isso, havia uma conspiração natural das circunstâncias para manter as crianças negras e mulatas fora das escolas, na pior ignorância, porque essa fonte de instrução não era suprida por outra influência educacional alternativa.

Na verdade, as tendências predominantes de absorção do homem e da mulher "negros" no sistema ocupacional da cidade não favoreciam uma consciência nítida da importância da instrução em face do estilo de vida social emergente. Em regra, eram ocupações que exigiam aptidões manuais, facilmente adquiríveis no trabalho. Doutro lado, os empregos mais valorizados não eram obtidos em regime de concorrência e por causa das qualificações intelectuais dos "candidatos de cor", mas graças à proteção dos brancos. Arranjado o emprego, a aprendizagem se processaria, fatalmente, no serviço. Essa situação operou, visivelmente, como um fator de inércia, mantendo no "meio negro", indefinidamente, o desinteresse pela alfabetização, imperante no mundo rústico brasileiro. As experiências acumuladas pelo convívio com os adultos não eram totalmente inúteis, malgrado os influxos sociopáticos da vida social desorganizada. A precocidade com que a "criança negra" era introduzida em vários centros de

interesses – inclusive sexual, mas também na esfera prática – fazia com que ela tivesse maior maturidade que a criança “branca”, do mesmo sexo, em idade correspondente. Ela sabia “se defender mais” e era “mais sabida”, possuindo algumas vezes melhor tirocínio para “ganhar dinheiro”, através de expedientes ou pelo trabalho. Releva notar que também podia aprender, graças à insistência dos adultos, alguma coisa a respeito da importância das boas maneiras, da afabilidade e da aparência decorosa, coisas muitas vezes negligenciadas nas famílias brancas do mesmo nível econômico. Contudo, a educação informal raramente lhe abria a porta para a aprendizagem de alguma profissão ou ofício, como em regra sucedia entre as famílias dos imigrantes. Por acaso, quando passava a trabalhar e a viver na casa dessas famílias, a “criança negra” melhorava o teor de suas experiências, podendo “aprender um ofício” ou, mesmo, ser orientada para “os estudos”. Em duas histórias de vida, pudemos observar que essa condição permitiu que um dos sujeitos frequentasse o ginásio e, outro, uma escola superior. Algumas vezes, a criança descobria por conta própria a existência da escola, mas não podia frequentá-la até o fim da escolarização. Eis o que nos indica um dos relatos:

> Minha vida foi na rua, onde cresci, aprendendo a ler um pouco aqui, outro lá. Cheguei a fazer uma tentativa para frequentar escola. Via muitos meninos com quem brincava irem à escola. Depois de rondar durante algum tempo uma delas (Escola Mista 13 de Maio, particular), indo muitas vezes esperar a saída de meninos conhecidos, acabei me apresentando à professora. Disse que desejava ir à escola mas não tinha dinheiro para pagá-la – propunha-me então a prestar serviços a troco do ensino. Três meses depois a professora, que viera do interior por causa de um noivo e montara a escola para se manter aqui, tendo desmanchado o compromisso, fechou a escola e voltou para o interior. Na última aula, ao despedir-se, deu-me alguns livros, aconselhou-me a ir procurando ler e me disse que uma das coisas que mais sentia era deixar-me. Perante a classe, indicou-me como exemplo. Foi a minha grande alegria dessa época.

As mais afortunadas eram colocadas pelos pais nos grupos escolares. A maioria dos pais achava que as filhas “não precisa-vam estudar” e propendia a interromper “os estudos” dos filhos, logo que estes aprendiam os rudimentos da leitura e da escrita. Por fim, cumpre assinalar que os chamados “negros de elite” alimentavam ambições que não podiam concretizar. Em virtude de suas relações com os “brancos” das camadas dominantes, orientavam-se pela concepção tradicionalista do mundo e acreditavam que o importante seria “estudar para doutor”. Como encontrassem essa via bloqueada, olhavam com escasso interesse os sacrifícios por outros tipos de estudos.

Portanto, a “criança negra” tinha estreitas possibilidades de aproveitar as oportunidades educacionais do ambiente. Embora essas oportunidades fossem potencialmente acessíveis, a forma de organização da “família

negra”, tanto a integrada quanto a desintegrada (e esta em escala muito maior), não incluía essa função nas relações normais dos adultos com os imaturos. Em consequência, um fator que poderia acelerar a transformação do horizonte cultural transplantado do mundo rústico deixava de ser mobilizado de modo produtivo. A “família negra” se mantinha neutra, pois, diante de influências sociais construtivas, que poderiam concorrer para melhorar a posição das novas gerações na ordem social competitiva, assegurando-lhes perspectivas de uma participação mais intensa e vantajosa na expansão urbana. Ao comprometer a situação da criança e do jovem, vedando-lhes a absorção regular de um requisito normal da competição com os brancos e da integração ao meio social urbano, ela exercia uma influência negativa perturbadora, que iria prejudicar, irremediavelmente, o futuro do negro e do mulato na cidade.

OceanofPDF.com

3. Efeitos sociopáticos da desorganização social

Os dados e as conclusões concatenados nesta parte do presente capítulo comportam certas inferências de caráter geral. Uma pergunta é inevitável: como se explica a tolerância prolongada do negro e do mulato a condições tão devastadoras, humilhantes e indesejáveis de existência social? Essa questão pressupõe o problema teórico central deste capítulo: a apatia da "população de cor" paulistana. Há um limite para a paciência e o conformismo. Um agregado social só se revela incapaz de desenvolver ajustamentos históricos inconformistas quando não tem possibilidades de manipular construtivamente as condições e as forças sociais do ambiente. A discussão precedente sugere, de vários ângulos, a extrema impotência a que se viu reduzido o "homem de cor", como e enquanto agente histórico. Ora, o que há de ruim com os fracos é que eles não possuem força suficiente para se unirem, com o objetivo de combater as razões de sua fraqueza. A exposição seguinte colige, sinteticamente, as explanações que nos parecem essenciais para a compreensão desse dilema, tendo-se em vista os fatores que converteram o conformismo e a inércia em únicas alternativas viáveis de ajustamento do negro e do mulato à cidade de São Paulo no período considerado.

A principal conclusão teórica, evidenciada e comprovada empiricamente pela exposição desenvolvida, diz respeito à natureza e à influência dinâmica do processo de pauperização. O negro e o mulato não foram convertidos ao estado de extrema pobreza e dependência após um período de intensa participação das potencialidades culturais do ambiente. Sob vários aspectos, a escravidão redundou numa especialização restrita e fechada, que confinava a participação da cultura a um número reduzidíssimo de áreas e estimulava, ao mesmo tempo, como condição inexorável da dominação escravista, a perpetuação crônica da anomia social no convívio dos escravos entre si. Doutro lado, as formas de absorção do liberto na sociedade escravocrata e senhorial não corrigiram esses efeitos senão de forma parcial e incompleta. Em consequência, o negro e o mulato emergem na cena histórica paulistana como portadores de uma herança cultural tipicamente adaptada à sua situação, como agentes de trabalho pré-

capitalista no mundo rústico adjacente. Eles não podem, por conseguinte, fazer face à competição com trabalhadores brancos, especialmente os de origem europeia, e a substituição populacional adquire, para eles, um sentido estrito e impiedoso. Portanto, a pauperização do negro e do mulato na cidade de São Paulo possui traços específicos. Ela decorre da degradação que ambos sofreram com a perda do monopólio de certos serviços e sua exclusão concomitante, só corrigida incidentalmente (pelas oportunidades de trabalho fornecidas por formas econômicas pré-capitalistas subsistentes ou por áreas marginais da economia urbana), do sistema emergente de relações de produção. Trata-se, em suma, de uma pobreza associada quer à privação, em larga escala, de fontes regulares de ganho e de sustento, quer à adaptação inevitável a ocupações flutuantes, descontínuas e infimamente retribuídas. Uma pobreza que tendia, em bloco, para a miséria, da qual se separava por muros quase imperceptíveis, invariavelmente tênues e instáveis, se existissem de fato. Realisticamente falando, "a miséria rondava a pobreza" do negro e do mulato. A distinção entre as duas era sutil, sustentando-se em precários envolvimentos no sistema de trabalho e na ânsia incontida, compartilhada desigualmente, de não ser considerado "dependente", "inválido" ou "desgraçado".

Assim, compreende-se que a pauperização aparece à análise sociológica retrospectiva como o *fator sociodinâmico essencial*. Seria impossível discernir e combinar os efeitos isolados ou interdependentes da anomia social e da miséria sem recorrer aos esclarecimentos que resultam de semelhante constatação. A anomia não produziu, por si mesma, a miséria; nem se manteve por qualquer suposta "propensão do negro para viver na desordem". Vice-versa, a miséria não engendrou, como *antecedente causal*, a anomia e, se concorreu de diversas maneiras para agravá-la e perpetuá-la, isso não se deu simplesmente porque "o negro gosta de não fazer nada". Foi graças ao modo pelo qual a pauperização se desenrolou econômica e socialmente que a anomia e a miséria acabaram se combinando, se interinfluenciando e se fortalecendo de maneira incessante, arruinando pela base todos os anseios de "vida condigna", confusa ou claramente alimentados pela "população de cor". Excluídos das ocupações conspícuas e mais ou menos compensadoras, o negro e o mulato estavam "condenados a vegetar socialmente" – como eles próprios falam. Não podiam romper a crosta secular da miséria ostensiva, da dependência disfarçada ou da semidependência,[233] transplantada com suas pessoas do

mundo rústico para a cidade. Nem tinham como superar as condições de existência social anômica, herdadas diretamente das senzalas e reativadas pelas peripécias de desagregação do regime servil.

Vendo-se as coisas dessa perspectiva, torna-se possível introduzir certas distinções interpretativas capitais. Não é na herança cultural transplantada do mundo rústico nem na insuficiência quantitativa e qualitativa da substituição cultural, tomadas em si mesmas, que se devem procurar os fatores dinâmicos tópicos do desajustamento estrutural do negro e do mulato ao meio urbano. Mas nas condições sociais engendradas e mantidas pelo processo de pauperização. Essas condições é que forneceram campo propício à persistência e à influência sociopáticas daquela herança cultural; e que restringiram, também com graves consequências sociopáticas, tanto as proporções quanto a regularidade e a intensidade da absorção dos elementos culturais da "civilização urbana". Isso significa, em outras palavras, que as influências psicológicas e culturais operaram em um campo organizado, estrutural e dinamicamente, por condições, fatores e forças especificamente sociais.

A situação histórico-social de existência está, portanto, atrás das demais influências psicológicas e culturais e, principalmente, dos "efeitos patológicos" que elas produziram de modo devastadoramente crônico e pernicioso.

Com essa afirmação, não pretendemos sugerir uma interpretação unilateral dos problemas humanos do negro e do mulato no período considerado. Mas, ao contrário, oferecer o único quadro de referência interpretativo que permite uma consideração global dos fatores determinantes ou interferentes de importância estrutural, funcional ou causal reconhecível. Sem que se tome esse cuidado, corre-se o risco de se incorrer em um erro sério, que afetou inclusive as formas de consciência crítica da situação elaboradas culturalmente pelo negro e pelo mulato. Falou-se muito em "atavismo" – simultaneamente em sentido biológico, psicológico e etnológico – para explicar aparentes retardamentos da adaptação biológica, psicológica e cultural do "homem de cor", quando na verdade não entrava em jogo, pelo que se pode saber pela investigação empírico-indutiva, nenhuma incapacidade congênita (ou adquirida, mas transmitida inexoravelmente depois) de renovação do horizonte intelectual e de inovação cultural. Está claro que o negro e o mulato foram ampla e irremediavelmente prejudicados pelas limitações biológicas, psicológicas e

culturais que interferiam, negativamente, em sua adaptação aos diferentes níveis de organização da vida no mundo urbano. Também é notório que essas limitações provocaram consequências funestas de longo alcance – que se fazem sentir ainda hoje – em todos aqueles níveis. No nível biológico, algo pior que o "*deficit* negro" e seus prováveis fatores ou efeitos são as desvantagens da "população de cor" para assegurar o enriquecimento do seu equipamento genético.[234] No nível psicológico, o negro e o mulato se viam impossibilitados de ajustar suas atitudes, seu comportamento e sua personalidade aos requisitos psicossociais da "sociedade competitiva". No nível cultural, estavam praticamente condenados a manipular conhecimentos e técnicas que não asseguravam controle fundamental apreciável sequer das forças biopsíquicas, psicossociais e socioculturais elementares do ambiente imediato, associadas à satisfação urgente das "necessidades básicas".[235] O importante a considerar, aqui, é que as próprias limitações mencionadas, com o vasto rol de suas repercussões encadeadas, lançavam raízes na situação histórico-social do negro e do mulato. Não só entravam em contraste com o que sucedia na organização da vida de outros estoques raciais da cidade (essencialmente com os "brancos" das camadas dominantes e os imigrantes em ascensão). Exibiam, ainda, variações incipientes (em escala individual ou grupal), associadas à diferenciação econômica e social da "população de cor". O envolvimento social no meio urbano aparece, assim, como o fator dinâmico, de caráter condicionante universal, que graduou restritivamente e com frequência de "modo patológico" a livre manifestação, a seleção positiva e a reelaboração acumulativa das aptidões humanas básicas do negro e do mulato.

Passando-se desse plano de considerações abstratas para o das correlações operativas, duas conexões de ordem geral são evidentes. Primeiro, a forma histórica assumida pela pauperização do negro e do mulato, como herdeiros da situação social e da condição humana do "escravo" e do "liberto", combinou a anomia social e a miséria segundo esquemas que tendiam a liberar e a fortalecer, unilateralmente, os ingredientes tóxicos ou destrutivos que elas próprias continham. Segundo, semelhante interação entre a anomia e a miséria se converteu em fator dinâmico crônico da neutralização ou do solapamento das "tensões criadoras" (ou "socialmente construtivas") da desorganização social. Esses dois aspectos, compreendidos em conjunto, situam historicamente e

explicam sociologicamente a extrema apatia revelada pela “população de cor” diante dos infortúnios já arrolados.

Quanto ao primeiro ponto, deve-se considerar que a perpetuação indefinida do estado de anomia social suscitou consequências sociopáticas específicas. Em si mesma, a anomia acarretava a submissão da “população de cor” a um nível miserável de existência. Prolongando-se indefinidamente, ela fez com que as influências mais perniciosas e corrosivas da miséria atuassem de modo contínuo e devastador. Quando a anomia se produz em função de alterações do padrão de integração da ordem social, os mecanismos que desencadeiam as mudanças também operam, dinamicamente, no sentido de ordená-las no tempo e de subordiná-las a certo ritmo. No caso, por se tratar de um agregado que mal absorvia as formas vigentes de ordenação das relações sociais e em pronunciado isolamento das estruturas em mudança da sociedade inclusiva, a desorganização não encontrava fatores internos de autocontrole e de autolimitação. Se a sociedade inclusiva tivesse desenvolvido mecanismos reativos consistentes, que impusessem compulsoriamente certas alterações, configurar-se-ia um ritmo de mudança sociocultural e, por conseguinte, estabelecer-se-ia um padrão histórico de transição rápida para o novo regime. Na ausência dessa condição, os recursos adaptativos e integrativos da “população de cor” se revelaram insuficientes para criar tal padrão histórico de mudança social – o que expôs essa população, prolongadamente, aos efeitos sociopáticos da miséria e ao impacto acumulativo da reação em cadeia dos aludidos efeitos. Numa população que não conseguia sequer ordenar as alterações econômicas e socioculturais no tempo, o poder destrutivo desse impacto é naturalmente alto. Pois as forças socioculturais indisciplinadas e incontroláveis passam a concorrer, incessantemente, para alimentar a área da desorganização social. De outro lado, a mesma conexão continha um reverso perigoso. A miséria prolongada e aguçada se convertia, por sua vez, em fator de persistência e de agravamento da anomia social. Se a miséria fosse corrigida gradualmente, num lapso curto de tempo, a anomia social exerceria influências perniciosas menos destrutivas. Sob a condição apontada, em que a persistência se somou ao agravamento, os resultados tinham de assumir amplitude catastrófica. Todas as esferas do comportamento e da vida social do negro e do mulato acabaram sendo mais ou menos contaminadas pelos influxos sociopáticos de um estado de anomia crônico, antes suscetível de

piorar que de se autocorrigir. É certo que a capacidade adaptativa do ser humano é muito plástica, como o demonstram as descobertas recentes da biologia, da psicologia, da antropologia e da sociologia.[236] O ser humano pode se adaptar tão bem a um ambiente socialmente integrado quanto a condições de existência variavelmente disnômicas ou anômicas.[237] Contudo, a predominância secular de condições anômicas ou disnômicas de existência introduz elementos sociopáticos permanentes nas dimensões "normais" e "constantes" da vida humana. Isso não só eterniza certas influências sociopáticas que interferem negativamente na motivação do comportamento humano ou no funcionamento das instituições. Também suscita uma tendência definida de especialização sociocultural, em si mesma deformada e sociopática. A exposição precedente ilustra amplamente essa afirmação. Não tendo incentivo para se afirmar socialmente de outra maneira, o jovem negro canalizou na direção do comportamento sexual grande parte de suas energias criadoras. Como não podia competir por prestígio social através da aquisição de riquezas, de honrarias ou de poder, ele converteu os centros de interesses eróticos em equivalente psicossocial de outras modalidades, culturalmente consagradas, de autorrealização. Observações análogas podem ser feitas a respeito da prostituição ou do crime, que surgiam como alternativas desejadas de ajustamento às condições imperantes de vida social. Quando a jovem "negra" se insurgia contra os comentários dos parentes, dos amigos e dos vizinhos e, principalmente, quando ela retrucava com violência: "não tenho de dar satisfação a ninguém", "dou o que é meu", "se está com inveja, faça como eu", "vê lá que sou trouxa; quero viver do bom e do melhor!", defendia o direito de usar seus encantos como bem entendesse, inclusive como "meio de vida". Quanto ao roubo, é falaciosa a preocupação de explicá-lo como uma espécie de herança cultural africana, como se o "homem de cor" não soubesse distinguir bem o "meu" do "teu" ou do "nosso". Como "escravo" e como "liberto", o negro e o mulato realizaram dura aprendizagem das noções vigentes do direito de propriedade. Ao se profissionalizarem na área do crime, respondiam a incentivos imediatos e escolhiam a alternativa de carreira mais compensadora ou atraente. Os malandros sabiam muito bem que roubavam porque "tinham de se defender"; essa afirmação condensa, sobriamente, a justificação extrema da preferência e a natureza da oportunidade que os indivíduos viam diante de si. Analisando-se sociologicamente tais comportamentos, pode-se verificar,

facilmente, que não entravam em jogo nem “um baixo teor de moralidade”, nem qualquer espécie de “amoralidade animal”. Os que interpretaram, malevolamente, esses aspectos da situação social do negro e do mulato erraram redondamente. O preço que o homem paga à exposição prolongada e inelutável a condições crônicas de anomia é esse mesmo. Os critérios de moralidade, que ganham vigência como “toleráveis”, “normais” e, até, “corretos”, pressupõem alguma degradação substancial dos padrões originais de moralidade, de que derivam. Olhando-se as coisas desse prisma, o admirável não é que tenham surgido tendências sociopáticas de diferenciação divergente do comportamento, da personalidade e das instituições no “meio negro”. Porém, que elas tenham se manifestado tão extensa e intensamente sem contaminar a natureza profunda do “homem de cor”. Apesar do isolamento sociocultural a que foi relegado e da indiferença da sociedade inclusiva perante seu destino social, ele se apegou com afinco aos padrões de moralidade que teve de transgredir para sobreviver. Onde “venceu”, tentou “pautar sua vida” segundo as exigências que deles decorrem, pois entende que elas são nobilitantes.

Quanto ao segundo ponto, cumpre-nos observar somente o que é essencial. Nas condições expostas, em que a anomia social e a miséria corroíam as bases materiais e morais da própria associação, era naturalmente acentuadíssima a impotência social do agente humano. A capacidade de discernir, de escolher e de atuar socialmente não constitui mera função do querer individual. É preciso que se estabeleça, ao lado e através desse querer, o que Tönnies chamou de “querer coletivo” – um modo de ser e de ver as coisas humanas que tornem os indivíduos material e moralmente solidários entre si. Ora, a situação histórico-social da “população de cor” conspirava silenciosa mas profundamente contra a emergência, a objetivação e o fortalecimento de laços dessa natureza. O individualismo cego, ultraegoísta e parapredatório, preponderante na orientação geral dos ajustamentos mais frequentes, representava o produto inevitável de uma herança sociocultural imprópria à adaptação e à integração no estilo de vida imperante na cidade. O que importa, aqui, é a funesta interação de forças contraditórias, as quais excluíam o negro e o mulato da expansão do mundo urbano, ao mesmo tempo que os condenavam a padrões de vida social deteriorados. De um lado, a transplantação de técnicas, normas e valores sociais foi extensa e intimamente comprometida pelo limitado domínio alcançado, até então,

pelo “homem de cor” sobre o complexo de instituições sociais básicas da sociedade brasileira. Isso reduzia, consideravelmente, sua eficácia como portador de cultura e suas potencialidades como agente social consciente. Acresce que a parcela de técnicas, normas e valores sociais absorvida institucionalmente era mais ou menos ineficiente no cenário urbano, existindo instâncias em que colidia abertamente com ele. De outro lado, sua capacidade de absorver as técnicas, normas e valores sociais alternativos, requeridos pela nova situação de existência, apresentava debilidades insuperáveis. A substituição cultural adquiriu, assim, tanto quantitativa quanto qualitativamente, um caráter fragmentário, descontínuo e improfícuo. Ela própria se erigia, por isso, numa fonte de desajustamento, especialmente nas circunstâncias em que a eliminação de ajustamentos tradicionalistas não se compensava por aquisições alternativas igualmente eficazes. O resultado fatal dessa correlação de influências negativas era um só. A inexistência de meios psicossociais e socioculturais para organizar a percepção, a inteligência e a ação de modo congruente com as exigências do ambiente. Aí parece estar o busílis da questão: faltaram ao negro e ao mulato os suportes perceptivos e cognitivos, que a herança sociocultural deve fornecer para alicerçar uma “boa” organização do comportamento humano.

As exigências da situação histórico-social transcendiam as possibilidades de atuação social refletida e ordenada do “homem de cor”. Este se viu impotente diante de formas sociais que não sabia reconhecer, explicar e submeter a algum tipo de controle social. Não que o agente humano desejasse ou se conformasse com esse desfecho; ele pretendia o contrário. A socialização recebida e as probabilidades de classificação social reduziam suas aspirações ou ilusões a zero, originando focos de insatisfação, de desilusão e de retraimento, que só não se tornaram aniquiladores porque não foram compreendidos conscientemente de modo completo. Portanto, na influência das forças que ligavam o passado e o presente na vida do negro e do mulato se destilava um veneno sutil, contra o qual não havia defesa nem para o indivíduo isolado, nem para a coletividade. Apanhados nessa ratoeira, sem meios de defesa ativa, ambos se entregaram – em graus que variavam com as características pessoais e com o tipo de segurança socioeconômica – a diversos estados de desânimo, de desalento ou de indiferença que paralisavam a vontade individual e sufocavam qualquer manifestação do querer coletivo. Nas informações aqui

já coligidas, isso transparece claramente. Desde a aceitação fatalista do presente mais contristador, abjeto ou iníquo – "negro nasceu para sofrer", "vida de negro é assim mesmo", "não adianta fazer nada" etc. –, à racionalização derrotista dos que achavam que "é melhor a gente se conformar, podia ser pior" e à evasão total dos que se apegavam, com unhas e dentes, às pequenas vantagens conquistadas, sustentando que o "negro não deve querer tudo que o branco tem", "quanto maior a ambição, maior o tombo" ou que "é melhor evitar que sofrer as decepções". Em suma, o "meio negro" era lavrado, psicológica, cultural e socialmente, por forças que liberavam e estruturavam influências improdutivas, que mantinham ou ampliavam a desorganização social. As forças opostas, que poderiam operar no sentido inverso, eram tolhidas, solapadas ou neutralizadas por condições psicossociais e socioculturais adversas. Por conseguinte, elas não chegavam a ter vitalidade e, muito menos, a exercer influência constante no desencadeamento de processos corretivos, suscetíveis de anular a distância histórica existente entre o "homem de cor" e os desafios que a presença na cidade descarregava inexoravelmente sobre seus ombros.

Em síntese, a desorganização se manifesta na "população de cor" como componente de uma situação histórica que não lhe reserva nenhuma função social construtiva. Ela não podia se converter numa fonte de estímulos para a mudança, pois todas as condições psicossociais e socioculturais do ambiente imediato e da sociedade inclusiva concorriam para fazer dela um fator dinâmico de perplexidade, de desorientação e de inércia. Em vez de servir como uma ponte entre o passado e o futuro, desencadeando modificações essenciais à integração do negro e do mulato na ordem social competitiva e no regime de classes, ela operava em sentido contrário. Prendia-os a um acervo de bens culturais e de técnicas sociais contraditórios, com frequência obsoletos ou inconsistentes diante das exigências da situação histórico-social. Afastava-os da tomada de consciência e de posição em face dessas exigências, desligando-os do curso histórico dos processos de reconstrução social. Isolava-os, em suma, em um mundo material e moral confinado e sufocante, que não conferia segurança nem compensações sociais satisfatórias e, ainda por cima, não fomentava, coerentemente, a conquista dessas coisas. Portanto, vendo-se o esforço de acomodação desenvolvido pela "população de cor" desse ângulo, torna-se patente que o conformismo evidenciado possuía uma natureza passiva. Subproduto de uma impotência total, ele não nascia nem da anuência ou do

consentimento nem da identificação com os valores sociais defendidos pela "raça" dominante. Esse esforço de acomodação trazia o signo do círculo vicioso forjado pela conjugação crônica da anomia social com a miséria. Ele só era possível e tinha pleno sentido histórico porque a degradação do homem, que assim se realizava, produzia ressentimentos individuais e desilusão social sem acarretar inquietação racial. Está visto que, se outras fossem as condições, se o negro e o mulato dispusessem de formas integradas de sociabilidade e de solidariedade adequada ao presente e se lograssem autonomia social suficiente para explorá-las livremente, as tensões eclodiriam na cena histórica e poderiam alimentar manifestações consistentes de acomodação ativa ao regime de classes.

Tudo isso demonstra que a apatia da "população de cor" preencheu certa função histórica. Não existem palavras para disfarçar uma realidade semelhante. Nem temos tal intenção, seja por amor à decantada *democracia racial brasileira*, seja por simpatia pela "gente negra". Admitindo-se francamente os fatos expostos e o que eles significam para a análise sociológica, ainda assim é inegável que a apatia da "população de cor" ultrapassa o sentido da mera "fatalidade histórica". Apesar de suas origens e de suas consequências sociopáticas indisfarçáveis, aquela apatia extrema representava uma das opções da seguinte alternativa: "continuar vivendo na cidade" ou "mudar para o interior". Desse prisma, a apatia aparece como uma condição residualmente dinâmica, como uma escolha que envolvia a predisposição de "fazer corpo mole até o fim". O que significava, em outras palavras, usar deliberadamente a única forma de resistência e de comportamento adaptativo voluntário que estava ao alcance do negro e do mulato. Abandonar a *cidade* pelo *campo* equivalia a "reconhecer a derrota", o que, na gíria da época, pressupunha a admissão aberta de certa incapacidade vexatória: "entregar os pontos", "arriar a bandeira" ou "dar mostras de pouca vontade". Nesse complexo contexto psicossocial, a permanência pura e simples na cidade possuía, por si mesma, uma conotação positiva e dignificadora – fato análogo ao que ocorrera, no passado, com o liberto. Note-se, porém, que essas preferências semiconscientes mas arraigadas não se associavam a qualquer "sonho de um futuro melhor"; elas afetavam, diretamente, o presente imediato e, dentro dele, o "valor" das pessoas envolvidas. Tratava-se, pois, de uma obstinação claramente configurada. É certo que ela recebia reforço indireto da previsão do que aconteceria aos que voltassem para o "interior". Sabia-

se que não haveria melhora sensível na condição econômica e social das pessoas; e, se houvesse, ela não seria tão compensadora a ponto de ser desejável. A atração da cidade contava, assim, como o polo positivo da decisão. E esta implicava a mais alta afirmação de si mesmo que o "homem de cor" podia dar na prática. Permanecer era resistir, resguardar-se de uma "derrota" ainda pior e mais humilhante que a de abater-se à miséria e à degradação social.

Daí uma conclusão paradoxal. A extrema apatia do negro e do mulato traduzia uma modalidade de autoafirmação pessoal e ocultava o significado de uma resistência coletiva. Ninguém se culpava pela miséria e por seus efeitos perniciosos. Todos sabiam que, se pudessem escolher, viveriam como os *brancos* "ricos" e "poderosos". O destino apresentava-se adverso e nem sempre o homem tem poderes para modificá-lo. Mas, não saber suportar esse destino, não fazer face a ele com dignidade e coragem, seria uma. "prova de fraqueza". Eis por que, em torno da apatia, estavam polarizados os ajustamentos que convertiam a inércia e a passividade nos mecanismos da adaptação ao aglomerado urbano. Talvez esse seja o único elemento positivo e construtivo cuja influência impregnava e decorria da desorganização social crônica. Foi graças a ele que o negro e o mulato abriram seu árduo caminho, transformando ao longo do tempo o "morar na cidade" em "viver como gente".

Seria inútil retomar a apatia da "população de cor" de São Paulo como problema sociológico. O que vimos é suficiente para salientar o caráter e a variedade dos fatores psicossociais e socioculturais que a engendraram historicamente. Bastaria, apenas, situar mais duas coisas. Primeiro, quanto à sua motivação puramente psicológica. É falaciosa e indisfarçavelmente etnocêntrica a tendência a interpretá-la como uma sorte de propensão fatal e incontrolável do "negro", como uma espécie de "tara psicológica", adquirida na escravidão. A "paciência", que inspirava a obstinação de permanecer na cidade, nada tinha em comum com a "obediência servil" do escravo. Ela se prendia, antes, a uma concepção da posição do indivíduo no cosmos e ao anseio do "homem livre" que quer se manter nessa condição. Segundo, quanto às consequências de teor positivo direto ou indireto da apatia. Na medida em que aceitavam seu "destino" com a filosofia segundo a qual "vida de pobre é assim mesmo", mas sem deixar certas ilusões sociais, de "redenção da raça negra", o negro e o mulato se imunizavam contra o desespero, o ódio racial e o tormento psicológico, mantendo não

obstante a crença de que “não há bem que sempre dure, nem mal que não se acabe”. Nesse ponto, a herança sociocultural rústica foi útil a seus portadores, fornecendo-lhes algum apoio moral, embora este procedesse de uma visão irracional do “destino humano”. O importante é que a apatia continha, de modo efetivo, o caráter de uma forma de ajustamento ao estilo urbano de vida. Protegia o negro e o mulato, evitando-lhes que se arriscassem a frustrações ainda mais graves e perigosas. O que teria ocorrido se houvessem adotado, nas condições econômicas e histórico-sociais descritas, comportamentos agressivos e conflitantes? A apatia foi, assim, um patamar, o ponto de partida rudimentar e modesto de que se elevou o “homem de cor” na passagem gradativa da passividade agreste para o conformismo mais ou menos consciente e, com o correr do tempo, para a insatisfação refletida e declarada. Como se verá adiante,[238] então haviam surgido e foram aproveitadas condições estruturais e dinâmicas favoráveis à objetivação de atitudes de inconformismo e à sua elaboração como forças sociais construtivas no “meio negro”. A apatia tinha dado seus frutos, permitindo que o “homem de cor” chegasse até lá; como uma carapaça insensibilizadora, servira para reduzir, pelo menos, o desgaste físico, mental e moral a que ele se via impiedosamente submetido.

No fundo de tudo estava, portanto, a relação do negro e do mulato com a ordem social competitiva. As instituições sociais, que se tornaram básicas para a conformação do horizonte cultural, a organização da vida e a integração no regime de classes, foram absorvidas no “meio negro” com grande atraso e enormes deficiências. A referida absorção se deu de modo lento e descontínuo, além de se processar sob o império de deformações severamente prejudiciais para o controle ativo das forças domesticadas do ambiente pela “população de cor”. A posição tipicamente ambígua e marginal dessa população impedia que o isolamento difuso se convertesse em segregação sistemática. Contudo, ele não facilitava o acesso a posições e papéis sociais conspícuos, excluindo disfarçadamente aquela coletividade da participação regular e intensa dos processos histórico-sociais que promoviam a ordenação e a expansão do regime de classes na cidade. Em consequência, a perpetuação de uma parcela considerável da herança sociocultural transplantada no meio rústico operava-se, em si mesma, como uma anomalia. Por menos aparente que isso fosse, essa correlação de influências fazia com que o fulcro dos problemas sociais residisse nas relações entre o “homem de cor” e o arsenal de instituições sociais de que

dispunha. Para corrigir e superar tais problemas, seria necessário que o negro e o mulato adquirissem meios para combater as causas e os efeitos do isolamento psicossocial e sociocultural difuso a que estavam condenados. Em outras palavras, para terem êxito na direção indicada, precisariam assumir, na estrutura da sociedade inclusiva, posições sociais que lhes facultassem a assimilação e o domínio prático das instituições de cuja posse eram automaticamente privados, de modo parcial ou total. Como tal não se deu, predominou uma espécie de *carência institucional*, que expunha o "homem de cor" ao destino inevitável de vítima indefesa tanto dos rigores e da ferocidade quanto das seduções do mundo urbano. As institui-ões é que regulam o uso de técnicas, de normas e de valores sociais pelos homens. Inseridos de maneira deformada, incompleta ou marginal nos processos que determinavam o grau de acesso ao complexo de instituições sociais do mundo urbano, o negro e o mulato não tinham como disciplinar, imprimir regularidade e intensidade ou emprestar eficácia à absorção das técnicas, das normas e dos valores sociais exigidos pelos ajustamentos a serem normalmente observados. Na realidade, ou haviam perdido a capacidade de organizar seu horizonte cultural e seu comportamento em consonância com os requisitos materiais e morais do antigo mundo rústico, ou viam essa capacidade perder, de maneira crescente e inexorável, sua velha eficácia. Em troca, as identificações com o mundo urbano se incrustavam numa área ideacional e compensatória, formando o estoque de ilusões que imprimiam sentido ao afã de viver na cidade a qualquer preço. Aquelas identificações não recebiam o suporte organizatório, motivacional e orientador das instituições correspondentes, pairando no ar, como se elas não devessem ou não pudessem ser projetadas no presente, no comportamento concreto e nas reivindicações realistas do "homem de cor". Elas se polarizavam em torno de compensações de natureza subjetiva, suscitadas por amargas frustrações do passado (provocadas pela escravidão) ou animadas por aspirações irracionais (como a confusa esperança na "redenção" final da *raça negra*, sem uma mobilização consequente dos próprios "homens de cor").

O fato de as inconsistências se objetivarem na esfera institucional é crucial para a nossa análise. Por aí se explica, sociologicamente, tanto a generalidade dos desajustamentos descritos, quanto o caráter insidioso e ubíquo das consequências ou efeitos sociopáticos que produziam. Quando uma inconsistência é de ordem institucional, ela se reflete em todos os níveis da vida social. Apenas para completar esta explanação, gostaríamos

de apontar certas implicações, tomando em conta as manifestações individuais de comportamentos sociais; a organização da personalidade; o grau de coalescência do "meio negro"; e a acomodação deste à sociedade inclusiva.

As condições em que se processavam a adaptação à cidade e o isolamento sociocultural difuso fizeram com que o negro e o mulato não fossem adequadamente socializados para assumir posições e papéis sociais em todos os contextos da vida social de que participassem. O indivíduo não era adequadamente socializado sequer para lidar com seu corpo e com sua pessoa, expondo-se a riscos que ameaçavam, variavelmente, sua saúde, seu equilíbrio, seus interesses, sua segurança ou sua sobrevivência. Por isso, não é de se estranhar o individualismo agreste, quase cego e desenfreado que transparecia nas relações com os "outros". Se o "outro" fosse fraco, tímido ou dependente e se agisse como "trouxa", condenava-se à servidão. A pessoa constituía o único bem facilmente acessível. Ao interagir com indivíduos da mesma categoria racial, o negro e o mulato se inseriam numa relação complexa, que transcendia a objetivos, socialmente definidos e imediatos. Afastados ou excluídos dos processos normais de acumulação de riqueza, de prestígio e de poder, os "homens de cor" tendiam a aproveitar as relações sociais para se apropriarem das pessoas dos "outros", como e nos limites em que isso se mostrasse viável. Por isso, a "simbiose" dos sexos e das idades se convertia, com demasiada frequência e facilidade, em "parasitismo" do homem sobre a mulher ou do adulto sobre o menor. Se o "outro" fosse forte, esperto e independente, sabendo além disso impor sua vontade e autoridade, então ele seria temido, acatado e obedecido. Esta última conexão tinha importância nas relações do grupo doméstico e de camaradagem, bem como nas situações de convivência inter-racial. O temor suscitava inibição de comportamentos exageradamente egoísticos e podia até predispor ao altruísmo, à equidade e à obediência. O temor do "branco" pressupunha uma gradação especial, pois desencadeava inibições tão fortes que conduziam, em regra, a certa ansiedade e à tendência a evitar relações igualitárias (principalmente de teor competitivo). Tudo isso trai uma socialização ultradeficiente. Num plano, ela se revelava incapaz de preparar o "homem de cor" para se comportar responsavelmente como *pai, marido, chefe de família, filho, irmão, tio, padrasto, amigo, vizinho, colega, namorado, noivo* etc.; em outro, mostrava-se completamente desajustada diante dos requisitos materiais, intelectuais e morais de uma sociedade

estratificada, aberta e competitiva, organizada com base na dominação da "raça branca". A indolência, o desinteresse pelo trabalho, a resignação, o alheamento diante de obrigações elementares imperativas, a diferenciação sociopática do comportamento etc. respondiam alternativamente (e às vezes de maneira simultânea) às dificuldades que emergiam, continuamente, em cada situação de convivência. A todo instante, em cada ação ou relação social, o "negro" se sentia desafiado e precisava pôr à prova sua condição humana, enfrentando dilemas em cuja solução devia demonstrar que não padecia de "falta de vontade" ou que era "macho", "gente" e "esperto". Essa rotina era pouco propícia ao refinamento das aptidões para agir segundo um código ético válido para todos e, em particular, para selecionar respostas encaráveis socialmente como uma exigência inviolável do "nosso grupo". Além disso, as inconsistências das instituições fomentavam desvios repetidos, de natureza sociopática, na esfera do comportamento manifesto. As instituições coordenam as condições externas e organizam as compulsões interiores que regulam, estimulando ou inibindo, os motivos das ações humanas. As debilidades crônicas e profundas desse sistema de referência expunham o negro e o mulato a agirem, em diversas e numerosas situações de convivência, como se estivessem sujeitos a um *vácuo social.* Nesses casos, não era o egoísmo antissocial (ou outros atributos psicológicos equivalentes) que entrava em jogo. Porém, a impossibilidade de discernir entre os motivos pessoais e as consequências sociais das ações praticadas. O indivíduo convertia sua pessoa em algo exclusivo e à parte, como se tudo que fizesse ou pretendesse apenas dissesse respeito a ele próprio e se suas ações não afetassem as pessoas ou os interesses dos "outros". Tal individualismo agreste constituía a expressão natural das debilidades da socialização recebida, estando longe das decisões premeditadas ou refletidas que caracterizam, psicológica e culturalmente, as manifestações do comportamento social egoístico.

Quanto à organização da personalidade, podem-se distinguir dois tipos de influências dinâmicas. Onde a desintegração da família se conjugava com outros desajustamentos crônicos, a diferenciação sociopática da personalidade representava uma alternativa frequente. O vagabundo contumaz, a prostituta ou o ladrão profissional apareciam, nesse sentido, como produtos normais do condicionamento social. Onde a família integrada se associava a intentos definidos de ostentar um padrão de vida "direito", a desilusão e o ressentimento acabavam fomentando frustrações

demasiado complexas para os mecanismos integrativos, incorporados ao patrimônio sociocultural. Elas não podiam ser neutralizadas e absorvidas socialmente, dando origem, com frequência, a tensões psicológicas destrutivas. A única unidade dentro da qual se tornava possível obter algum grau de controle sobre aquelas tensões era a personalidade. Por isso, nem sempre a integração social elidia a desorganização da personalidade. Por paradoxal que pareça, os influxos sociopáticos da desorganização social sobre a diferenciação da personalidade acarretavam certos mecanismos adaptativos e integrativos que asseguravam maior proteção ao equilíbrio do *ego* e conferiam maior plasticidade às relações da pessoa consigo mesma, com os "outros" e com as exigências do mundo exterior. Portanto, nessa fase da absorção da herança sociocultural urbana, os desajustamentos de efeitos psicológicos mais dramáticos podiam ocorrer nos círculos mais altos da "população negra" – entre aqueles que, aparentemente, tinham logrado posições mais vantajosas na estrutura socioeconômica da sociedade inclusiva e progredido mais na assimilação de seus valores sociais. Aí talvez esteja a razão do temor com que se encaravam, nesses círculos, as propensões inconformistas, de teor igualitário, dos "jovens de cor". É provável, pois, que a substituição de atitudes apáticas por uma orientação abertamente conformista traduzisse as gradações nos riscos psicológicos, que iam da "desorganização social permanente" à "vida social integrada". Os dados disponíveis não permitem esclarecer cabalmente os problemas teóricos que se levantam. Mas eles projetam alguma luz sobre as inconsistências gerais dos mecanismos de socialização, de motivação e de controle coordenados e regulados institucionalmente. Parece patente que as deficiências desses mecanismos operavam, de maneira universal, como um fator dinâmico da perpetuação e do agravamento da desorganização social. Doutro lado, elas só provocaram consequências funestas quando se erguiam barreiras psicológicas ou socioculturais à diferenciação sociopática da personalidade. Percebe-se, com relativa clareza, por que a apatia oferecia uma alternativa de ajustamento e por que o próprio conformismo só surgia tardiamente, em conexão com os êxitos alcançados na classificação do "homem de cor" na estrutura da sociedade inclusiva. O duplo fato de as tensões abalarem, fortemente, o equilíbrio da personalidade e de elas serem manipuláveis apenas no plano psicológico animava uma verdadeira *orientação cultural,* que compelia à inércia, à acomodação passiva e à submissão automática à "raça dominante". Este ponto merece séria atenção,

já que sugere que certas tendências à passividade não procediam, especificamente, nem de uma deformação psicológica do "negro" pela escravidão, nem do ambiente de desmoralização resultante da vida social desorganizada. Elas provinham, ao que parece, do modo pelo qual a herança sociocultural absorvia a herança biológica e a herança psicológica do negro e do mulato, na configuração da estrutura básica de sua personalidade.

As inconsistências das instituições incorporadas ao patrimônio sociocultural também se refletiam na constituição do "meio negro". Literalmente falando, este não passava de uma congérie de indivíduos; seus componentes sequer chegavam a se identificar através dos atributos raciais visíveis, pelos quais eram distinguidos pelos "brancos", compondo subjetivamente uma categoria social. As obrigações sociais, que definiam, impunham e mantinham relações de reciprocidade, de solidariedade e de responsabilidade objetivavam-se em níveis mais restritos da interação social (em regra em grupos primários, como a família ou as claques de companheiros; e, com limitações sérias, nas associações recreativas e beneficentes). Nem mesmo o parentesco e o casamento ativavam, de forma universal e regular, obrigações de caráter elementar e imperioso na ordem social estabelecida. Como cada indivíduo tinha ampla liberdade de ser agente e árbitro da própria conduta, os mecanismos repressivos, inerentes às instituições absorvidas, não possuíam nenhum poder socializador corretivo. Isso ocorria inclusive com as manifestações de solidariedade. Onde a herança rústica preservasse alguma eficácia, tais obrigações assumiram características quase tribais, compelindo os indivíduos a ajustamentos anacrônicos e prejudiciais numa sociedade competitiva. Onde essa herança entrasse em crise, a solidariedade só contava na escala do parentesco consanguíneo ou, esporadicamente, nas relações congeniais. No entanto, a solidariedade "rústica" não ligava senão precariamente um número reduzidíssimo de pessoas e, ainda assim, para afastar os seus inconvenientes, os "homens de cor" em ascensão social precisavam se retrair e condená-la. Ela fomentava o individualismo cego e agreste dos "aproveitadores", que pretendiam parasitar sobre os parentes ou amigos; e provocava, indiretamente, o individualismo ultraegoístico e defensivo dos que desejavam resguardar suas possibilidades de ascensão social e se proteger contra os "chupins". Semelhante estado de coisas produzia dois tipos de consequências sociopáticas. Em primeiro lugar, contribuía inevitavelmente para manter o "meio negro" como uma congérie, sem

nenhuma perspectiva concreta de se transformar, historicamente, em uma minoria racial integrada (ou, pelo menos, de funcionar em alguns aspectos construtivos como tal). Em segundo lugar, concorria para pulverizar e individualizar as aspirações de classificação e de ascensão social, compartilhadas universalmente, embora de maneira e em grau variáveis. Três evidências gerais são reconhecíveis com clareza: (a) na ânsia de competirem entre si, por falta de socialização prévia e de compulsões sociais adequadas, o negro e o mulato viam-se, ideacionalmente, em relações de conflito, causando-se assim danos materiais e morais irreparáveis; (b) a estrutura das instituições operantes não fornecia nem base material nem suporte moral para a cooperação a longo termo, coordenada e regulada por fins suprapessoais e altruísticos (especialmente se fosse necessário envolver várias pessoas, sem outras ligações que as nascidas dos propósitos sociais da atividade cooperativa desenvolvida); (c) o êxito na ordem social competitiva servia como uma fonte de sucção, que tendia a promover a redefinição das lealdades dos indivíduos favorecidos em termos altamente exclusivistas e egoísticos, apartando-os do "meio negro" e fechando-os em seus círculos imediatos de convivência. Portanto, ainda aqui a passagem da desorganização social crônica para a vida social integrada não se traduzia em progresso real no domínio dos novos mecanismos adaptativos e integrativos pela "população de cor". Um muro de incompreensão e de hostilidade oculta separava o "negro de brim" do "negro de elite". O pior é que essa incompreensão anulava os efeitos construtivos da classificação social de uma parcela da "população de cor" e ajudava, decisivamente, a perpetuar a posição heteronômica da "raça negra" na estrutura da sociedade inclusiva. Em consequência, as alterações de *status* socioeconômico somente beneficiavam os indivíduos envolvidos, sendo nulas do ponto de vista da situação e do prestígio da coletividade a que pertenciam. Os efeitos da mobilidade social vertical não se refletiam sequer no alargamento do horizonte cultural médio, porque a ausência de canais regulares de comunicação impedia a propagação das experiências individuais dentro dessa área no "meio negro". Assim, as inconsistências dos mecanismos de socialização, de motivação e de controle não encontravam nenhuma fonte de correção societária. De um lado, persistiam incólumes as atitudes de complacência e de tolerância diante da repetição crônica dos desajustamentos ao mundo urbano, como se eles constituíssem algo normal e natural, uma espécie de *folclore* da "vida do negro na

cidade", que deveria ser resguardado pelos "homens de cor". De outro, perpetuavam-se e multiplicavam-se os fatores psicossociais e socioculturais da incapacidade medular, que proscrevia o negro e o mulato da cena histórica, barrando-os dos caminhos que lhes dariam o poder de construir melhor destino no seio da sociedade de classes. Mesmo no tocante a interesses coletivos de alcance vital, como os relacionados com as imagens do "negro" (remodeladas e deformadas pelo "branco"), o "meio negro" se manteve impassível e inerte. Como uma congérie social, este não dispunha de condições propícias de integração e de união que servissem de lastro a comportamentos coletivos autônomos, tivessem ou não algum teor inconformista definido e qualquer que fosse sua importância como mecanismo de autodefesa. Isso explica, certamente, a ineficácia das tentativas internas de reação deliberada contra as causas e os efeitos sociopáticos da desorganização social. Também sugere que as manifestações de oposição esporádica contra os "abusos dos brancos" estavam inevitavelmente condenadas à esterilidade. A lição geral que se colhe demonstra que é deveras difícil a um aglomerado humano passar, de um momento para outro, de um estado de anomia crônico para o complexo regime de solidariedade exigido pela ordem social competitiva e pelo regime de classes sociais.

Por fim, a sociedade inclusiva se apresentava sob duas faces à "população de cor". No nível das camadas sociais "pobres" e "dependentes", a coexistência racial era a regra, embora isso nem sempre acarretasse inobservância significativa do padrão dominante de isolamento sociocultural difuso, que regulava o intercâmbio associativo dos "negros" e dos "mulatos" com os "brancos". No nível da integração e do funcionamento da ordem social competitiva, as coisas se passavam como se à "população de cor" estivesse vedado o acesso à estrutura da sociedade de classes. No conjunto, portanto, as tendências e o ritmo de absorção do negro e do mulato dependiam, direta e extensamente, da capacidade que revelassem, como indivíduos, de interagir com o mundo social urbano. A sociedade de classes, como sistema social, continuava tão insensível ao destino social dos "homens de cor", quanto o fora no período de sua formação histórica. Dadas as inconsistências dos mecanismos de socialização, de motivação e de controle fomentados pela desorganização social crônica ou pelas debilidades insuperáveis da própria vida social integrada, é fácil imaginar o que essa situação representava historicamente.

A sociedade aberta se convertia fatalmente no contrário, quando se tratava do negro e do mulato, que não tinham meios para promover sua inclusão na ordem social legítima. A rigor, porém, suas desvantagens não paravam aí. Além de se tornar "fechada" para os "homens de cor", a organização da sociedade de classes operava em função do poder relativo e da capacidade de atuação social ordenada dos grupos humanos em presença. Em outras palavras, ela se revelou também "insensível" aos problemas sociais do "meio negro", em todas as questões que transcendiam ao equilíbrio imediato da ordem legal (ou seja, que não fossem "problemas de polícia" ou de "assistência").

Este ponto merece atenta consideração, pois estabelece o sistema de referência sociológico que permite compreender por que as coisas se agravaram tanto, sem que se esboçasse e se fizesse sentir substancialmente qualquer mecanismo corretivo de reação societária, coordenado e regulado pela sociedade inclusiva. Nas condições histórico-sociais descritas, esta só seria "sensível" aos problemas sociais do negro e do mulato se eles contassem, na cena histórico-social, como uma categoria social estruturada. Mas, se eles desfrutassem dessa possibilidade, por sua vez, não dependeriam de maneira tão grave, intensa e complexa dos mecanismos espontâneos de correção dos problemas sociais da sociedade inclusiva... O círculo de ferro, que encadeava a anomia social à miséria, reaparecia no plano da integração estrutural e funcional do próprio sistema de classes, como ele podia se manifestar na cidade de São Paulo. Ao inverso do que se poderia esperar, o exemplo considerado indica que os processos de diferenciação e de organização da sociedade de classes podem complicar e agravar seriamente os problemas humanos dos grupos sociais mais ou menos dependentes. É provável que, se os negros e os mulatos suportassem com êxito os mecanismos de peneiramento da ordem social competitiva, a sua absorção teria assumido outros rumos. Na realidade, como não puderam enfrentar tais mecanismos *como indivíduos, em escala coletiva*, acabaram se desajustando estruturalmente e foram identificados, na sociedade inclusiva, como "elementos residuais". Esse é o significado real da seleção de comportamentos e de personalidades marginais da "população de cor" para representar, negativamente, o negro e o mulato, bem como para confrontá-los com os padrões de avaliação instituídos pela nova ordem social. A estigmatização do "homem de cor" aparece, por conseguinte, como um processo histórico-social, no qual o "negro" esteve tão envolvido

quanto o “branco”, malgrado as diferenças inegáveis de perspectivas e de interesses sociais. Na medida em que a impotência do “negro” circunscreveu sua reação ativa contra a estigmatização aos ressentimentos pessoais e em que o “branco” a amparou com marcante fervor etnocêntrico, a conjuntura histórica deu origem a forças sociais que inseriam certos focos de agravamento dos problemas sociais dos “homens de cor” no próprio âmago da sociedade de classes. A degradação resultante desse processo facilitava originalmente a acomodação passiva da sociedade inclusiva à “degene-rescência” da vida social do negro e do mulato sob o “regime de liberdade”. Entendia-se, de modo franco, que o pauperismo, a desorganização da família, o alcoolismo, a vagabundagem, a prostituição, a criminalidade etc. constituíam “sintomas naturais” e, por assim dizer, o dividendo fatal das propensões biológicas, psicológicas e antissociais do “homem de cor”. Os *mores* cristãos e os fundamentos legais da ordem social competitiva não neutralizaram nem suavizaram os efeitos destrutivos dessas avaliações, que desorientaram ainda mais os negros e os mulatos, ao mesmo tempo que instilavam um veneno sutil em sua tênue capacidade de autodefesa. Haveria muito que enfatizar, sociologicamente, explorando-se esse pano de fundo. O que importa ressaltar com insistência, todavia, é a ligação que se estabeleceu entre os efeitos inevitáveis da desorganização social crônica e as tendências históricas de desenvolvimento do regime de classes numa sociedade multirracial. Praticamente, a sociedade inclusiva ignorou a situação do “meio negro”, relegando a solução final dos problemas sociais nele existentes às consequências reativas, a longo termo, do processo espontâneo de integração do negro e do mulato à ordem social competitiva. A curto prazo, o quadro esboçado comporta duas constatações centrais. Primeiro, as tendências dinâmicas de consolidação da sociedade de classes foram inoperantes para facilitar e acelerar a absorção de uma categoria racial que não compartilhava de certas impulsões psicossociais e socioculturais, básicas para a integração e o equilíbrio da ordem social competitiva. Segundo, em sua fase de consolidação histórica na cidade de São Paulo, o regime de classes foi indiferente à perpetuação de estruturas segmentárias anacrônicas, acomodando-se dinamicamente a padrões societários de isolamento psicossocial e sociocultural, incompatíveis com os fundamentos econômicos e jurídico-políticos de uma sociedade “aberta”, “competitiva” e “democrática”.

Em conclusão, a desorganização social permanente atuava como um fator de apatia, compelindo o negro e o mulato a aceitarem como “normais” as condições anônimas de existência, imperantes no “meio negro”. Os influxos internos de correção espontânea dessa situação tinham bastante eficácia para produzir a convivência social integrada em certos níveis restritos. Todavia, tais influxos não podiam abranger e submeter a controle fatores que operavam fora e acima dos grupos primários constituídos por “pessoas de cor”, na esfera de diferenciação e de integração da própria ordem social da sociedade inclusiva. Como a convivência social integrada podia ocorrer simultaneamente com a classificação no sistema de classes e a ascensão social, com frequência ela se associava a manifestações sociopáticas, particularmente danosas para o equilíbrio da personalidade. Tendo-se em vista a situação total, em conjunto, tanto a desorganização social crônica quanto a convivência social integrada favoreciam a persistência de combinações estruturais arcaicas, incentivando o negro e o mulato seja à apatia (tendência preponderante no setor desorganizado do “meio negro”), seja a ajustamentos conformistas altamente passivos (tendência dominante no setor integrado do “meio negro”). Consideradas em termos dos requisitos estruturais e dinâmicos da ordem social estabelecida na sociedade inclusiva, as duas tendências possuíam natureza sociopática, operando como fatores que interferiam no seu desenvolvimento normal (pelo menos no que se referia ao grau de universalização dos requisitos do regime de classes e à consequente superação das diferenças ou barreiras raciais, que a entravavam). Por outro lado, o padrão de diferenciação e de integração alcançado, naquela época, pela ordem social competitiva e pelo regime de classes sociais na cidade de São Paulo, apresentava debilidades estruturais e dinâmicas notórias. Aí parece residir a explicação para a própria inércia da sociedade inclusiva diante dos dilemas materiais e morais que afligiram a “população de cor”. Ela se ajustou, ambiguamente, a resíduos de formas sociais arcaicas, que perpetuavam o *antigo regime* no seio da ordem social competitiva e do sistema de classes. Essa tendência era, em si mesma, fortemente anômala, pois implicava a preservação de padrões de isolamento psicossocial e sociocultural que entravam em choque aberto com os fundamentos legais da nova ordem social. Graças a essa circunstância histórica, porém, os desajustamentos e os desequilíbrios que minavam o “meio negro” podiam ser ignorados ou resolvidos segundo procedimentos rotineiros e ineficazes, que não

restringiam nem a sua propagação, nem o seu agravamento contínuo. Na verdade, a correção efetiva de tais desajustamentos e desequilíbrios só interessaria, diretamente, às pessoas e aos grupos sociais atingidos, pois eles nunca chegaram a ameaçar, de alguma maneira, as vantagens conferidas à "raça branca" por aquela ordenação social. Assim, a sociedade de classes colocou a "população de cor" paulistana diante de uma duríssima alternativa. Ou os seus componentes absorviam as técnicas culturais, os padrões de existência e os valores sociais em que ela se fundava – e então teriam elementos para superar, por conta própria, os inconvenientes da anomia, do pauperismo e da inércia sociocultural. Ou eles se condenavam a eternizar aquele estado de coisas, identificando-se, como categoria social, através das características sociopáticas estigmatizantes do estilo de vida a ele correspondente. Empregando-se um eufemismo de linguagem, poder-se-ia dizer que a sociedade de classes abriu as suas portas aos "homens de cor", sob a condição de que se mostrassem capazes de enfrentar e de resolver os seus problemas de acordo com o código ético-jurídico que ela instituía. Mas, na realidade, ela transferiu para os ombros deles a pesada tarefa de prepararem, sozinhos, a "redenção da raça negra".

OceanofPDF.com

Capítulo III

Heteronomia racial na sociedade de classes

Introdução

Os resultados da análise histórico-sociológica, coligidos nos dois capítulos anteriores, estabelecem duas evidências essenciais para o presente estudo. Primeiro, que a ordem social competitiva e o regime de classes sociais não se implantaram de modo instantâneo e homogêneo na cidade de São Paulo. Apesar do forte impulso inicial, provocado pela comercialização do café, e da aceleração crescente da revolução econômica burguesa, graças à expansão urbana e ao crescimento industrial, aquele processo histórico-social revela extrema lentidão e notória descontinuidade. Embora ele seja indiscutivelmente acumulativo, a projeção no tempo de seu desenvolvimento estrutural sugere que cada fase decisiva de diferenciação progressiva e de "avanço" se intercala entre fases alternativas, relativamente prolongadas, de compromisso com o passado e, mesmo, de resistência seletiva a inovações socioculturais imperiosas. Em resumo, a cidade não se transformou em bloco e de um momento para outro. Não só ela se alterou gradativamente e com um ritmo desigual, conforme os aspectos do sistema econômico, social e cultural que se levem em consideração; mas, ainda, conservou em seu bojo reminiscências vivas do passado e estruturas arcaicas que reconstruíam o *antigo regime* em vários níveis da convivência humana. As esferas em que isso ocorreu de modo mais notável abrangem dois polos extremos: os círculos sociais constituídos pelas elites das camadas dominantes e os setores dependentes da plebe. Com o correr do tempo, semelhantes resíduos do passado recente foram absorvidos e eliminados, desaparecendo aos poucos os contrastes mais ou menos aberrantes. Então, aparecem as "ilhas culturais", que lembram na paisagem da metrópole a imensa variedade de heranças étnicas, de caráter rústico, que aqui se congregam. Na época que focalizamos, porém, o processo estava em fase incipiente de transição e os dois polos opostos da sociedade só lembravam o *mundo burguês* coetâneo pelas exterioridades do comportamento e pelas aparências do estilo de vida social. Como os segmentos dependentes da plebe se envolviam de forma esporádica e superficial nos "interesses práticos" ligados com os surtos econômico e

urbano, era nessa área que os resíduos da herança sociocultural pré-capitalista apresentavam maior tenacidade. Segundo, aquilo que se poderia chamar de "aptidão para a mudança" ou de "impulso básico para a modernização" tinha menos que ver com os conteúdos e a organização do horizonte cultural das pessoas e categorias de pessoas, que com sua localização na estrutura econômica e de poder da cidade. O engajamento nas atividades práticas, com os proventos e as imposições daí resultantes, é que regulava o grau de identificação, de neutralidade ou de repulsa diante das inovações socialmente necessárias. Por essa razão, a rusticidade predominante nos diversos grupos étnicos sofria correções altamente variáveis e flutuantes. Os que se inseriam no "mundo de negócios" propendiam mais que os outros, voluntariamente ou sob a pressão de exigências inelutáveis, a tomar atitudes abertas em face da modernização. No entanto, as influências inovadoras ficavam mais ou menos confinadas, em grande parte por causa do padrão de isolamento sociocultural vinculado seja ao escalão elevado de vida das famílias abastadas "tradicionais", seja ao estado de miséria e de desequilíbrio dos setores dependentes da plebe. Nos dois extremos, pois, o desligamento dos fluxos de renovação sociocultural tendia a ser acentuado.

Esbatendo-se a situação do negro e do mulato sobre esse amplo pano de fundo histórico-social, obtém-se uma compreensão relativista e objetiva do "drama do negro" na cidade. As tendências históricas de diferenciação e de reintegração da ordem social não favoreciam, de *per si*, nenhum agrupamento étnico ou racial determinado. Todavia isso acabava acontecendo, por vias indiretas. O envolvimento imediato nos processos de crescimento econômico e de desenvolvimento sociocultural dependia de recursos materiais e morais. Ou, em outras palavras, de recursos econômicos, de meios técnicos e organizatórios; em suma, de aptidões para responder efetivamente às exigências da situação histórico-social. Como ex-agentes do trabalho escravo e do tipo de trabalho manual livre que se praticava na sociedade de castas, o negro e o mulato ingressaram nesse processo com desvantagens insuperáveis. As consequências sociopáticas da desorganização social imperante no "meio negro" ou da integração deficiente à vida urbana concorreram para agravar o peso destrutivo dessas desvantagens, aniquilando ou corroendo até as disposições individuais mais sólidas e honestas de projetar o "homem de cor" no aproveitamento das oportunidades em questão.

Desse ângulo, percebe-se com facilidade como a degradação pela escravidão, a anomia social, a pauperização e a integração deficiente combinam-se entre si para engendrar um padrão de isolamento econômico e sociocultural do negro e do mulato que é aberrante em uma sociedade *competitiva*, *aberta* e *democrática.* Se as impulsões econômicas, sociais e políticas que orientaram a formação e o desenvolvimento ulterior imediato do regime de classes fossem mais poderosas, concentradas e tenazes, parece provável que os mecanismos espontâneos de reação societária seriam suficientes para compelir o "negro" aos ajustamentos dinâmicos, requeridos pela situação histórico-social. Como essas impulsões não se objetivaram socialmente, o destino da "população de cor" ficou entregue às potencialidades dinâmicas de um equipamento adaptativo e integrativo basicamente modelado para funcionar na sociedade de castas. Ele era apropriado para promover ajustamentos que resguardavam ao máximo a distância social existente entre o "branco" e o "negro", como se este ainda vivesse sob o jugo da dominação do senhor. Por isso, operava como um fator de preservação e de reintegração, na ordem social competitiva, do padrão de isolamento sociocultural em que se fundava o equilíbrio de relações raciais e o domínio da "raça branca" no regime escravocrata. O que deixa claro que a situação histórico-social do negro e do mulato, no período de consolidação da sociedade de classes em São Paulo, oferece-se à análise sociológica como um problema de demora cultural.

Tudo isso implica que se dê atenção especial a certas influências socioculturais que estabeleceram uma espécie de composição entre o presente e o passado, entre a sociedade de castas e a sociedade de classes. O regime extinto não desapareceu por completo após a Abolição. Persistiu na mentalidade, no comportamento e até na organização das relações sociais dos homens, mesmo daqueles que deveriam estar interessados numa subversão total do *antigo regime*. Toda insistência será pouca para ressaltar a significação sociológica dessa complexa realidade. Ela nos mostra que o negro e o mulato foram, por assim dizer, enclausurados na condição estamental do "liberto" e nela permaneceram muito tempo depois do desaparecimento legal da escravidão. A Abolição os projetou no seio da plebe, sem livrá-los dos efeitos diretos ou indiretos dessa classificação. Em plena fase de consolidação da ordem social competitiva e do regime de classes, a "população de cor" subsiste numa posição ambígua, representada, confusamente, como se constituísse um estamento equivalente ao ocupado

pelos “libertos” na velha estrutura social. Ora, essa situação esdrúxula é altamente esclarecedora. Pois identifica quais são as raízes históricas da degradação social do “homem de cor” no seio do novo sistema socioeconômico: a perpetuação indefinida de padrões de ajustamento racial que pressupunham a vigência de critérios anacrônicos de atribuição de *status* e papéis sociais ao negro e ao mulato.

Tomando-se a rede de relações raciais como ela se apresenta em nossos dias, poderia parecer que a desigualdade econômica, social e política, existente entre o “negro” e o “branco”, fosse fruto do preconceito de cor e da discriminação racial. A análise histórico-sociológica patenteia, porém, que esses mecanismos possuem outra função: a de manter a distância social e o padrão correspondente de isolamento sociocultural, conservados em bloco pela simples perpetuação indefinida de estruturas parciais arcaicas. Portanto, qualquer que venha a ser, posteriormente, a importância dinâmica do preconceito de cor e da discriminação racial, eles não criaram a realidade pungente que nos preocupa. Esta foi herdada como parte de nossas dificuldades em superar os padrões de relações raciais inerentes à ordem social escravocrata e senhorial. Graças a isso, ambos não visavam, desde o advento da Abolição, instituir privilégios econômicos, sociais e políticos para beneficiar a “raça branca”. Tinham por função defender as barreiras que resguardavam, estrutural e dinamicamente, privilégios já estabelecidos e a própria posição do “branco” em face do “negro”, como *raça dominante*. No capítulo precedente, procuramos explicar por que o negro e o mulato ficaram apáticos diante de semelhante processo histórico-social e de suas consequências iníquas. Neste capítulo, a nossa atenção vai se voltar para o outro lado da moeda: como e dentro de que limites o “homem branco” continuou preso a um sistema de valores sociais e de dominação racial que acarretava a vigência de um padrão de ajustamento intersocial análogo ao que vigorava na sociedade estamental e de castas.

OceanofPDF.com

1. O mito da “democracia racial”

É muito difícil, em nossos dias, reconstruir e interpretar com objetividade as disposições que orientaram os ajustamentos raciais dos “brancos”, durante a fase de consolidação da ordem social competitiva na cidade de São Paulo. Duas coisas, porém, parecem claras. Primeiro, a perpetuação, em bloco, de padrões de relações raciais elaborados sob a égide da escravidão e da dominação senhorial, tão nociva para o “homem de cor”, produziu-se independentemente de qualquer temor, por parte dos “brancos”, das prováveis consequências econômicas, sociais ou políticas da igualdade racial e da livre competição com os “negros”. Por isso, na raiz desse fenômeno não se encontra nenhuma espécie de ansiedade ou de inquietação, nem qualquer sorte de intolerância e de ódios raciais, que essas duas condições fizessem irromper na cena histórica. Em nenhum ponto ou momento o “homem de cor” chegou a ameaçar seja a posição do “homem branco” na estrutura de poder da sociedade inclusiva, seja a respeitabilidade e a exclusividade de seu estilo de vida. Não se formaram, por conseguinte, barreiras que visassem impedir a ascensão do “negro”, nem se tomaram medidas para conjurar os riscos que a competição desse elemento racial pudesse acarretar para o “branco”. Em síntese, não se esboçou nenhuma modalidade de resistência aberta consciente e organizada, que colocasse negros, brancos e mulatos em posições antagônicas e de luta. Por paradoxal que pareça, foi a *omissão* do “branco” – e não a ação – que redundou na perpetuação do *status quo ante.* Ao que parece, na medida em que o “homem branco” só conseguia pôr em prática reduzida parcela das técnicas, instituições e valores sociais inerentes à ordem social competitiva, e ainda assim em setores mais ou menos restritos e confinados (em certos tipos de atividades econômicas, de relações jurídicas ou de privilégios políticos dos membros da classe “alta”), o campo ficou aberto para a sobrevivência maciça de padrões de comportamento social variavelmente arcaicos. No bojo desses padrões de comportamentos, passaram para a nova era histórica e se revitalizaram normas da velha etiqueta de relações raciais, distinções e prerrogativas sociais que proporcionavam direitos e as garantias sociais das “raças” em presença às posições que seus componentes ocupavam na

estrutura de poder da sociedade, representações que legitimavam, tanto racial, quanto material e moralmente, tais distinções e prerrogativas etc.

Desse ângulo, as debilidades históricas que cercaram a formação e o desenvolvimento inicial do regime de classes contam como muito mais decisivas para a preservação de grande parte da antiga ordem racial que as predisposições do "branco" de se precaver do "negro livre". Pura e simplesmente, aquele não se defrontou com semelhante alternativa histórica, como aconteceu, por exemplo, em situação análoga nos Estados Unidos. Segundo, essa circunstância multiplicou o poder dinâmico dos fatores de inércia sociocultural. Ao mesmo tempo que o "branco" não se via impelido a competir, a concorrer e a lutar com o "negro", este propendia a aceitar passivamente a continuidade de antigos padrões de acomodação racial. Graças aos efeitos sociopáticos da desorganização social permanente e da integração social deficiente, quando o "homem de cor" superava a apatia diante do próprio destino, fazia-o para aderir a um conformismo tímido e perplexo. Era fatal que prevalecessem orientações já estabelecidas e mais ou menos arraigadas no comportamento convencional. Ora, tais orientações não só existiam; elas faziam parte da herança cultural dos círculos dirigentes das camadas dominantes. Naturalmente, quase insensivelmente, na fase de extinção final do antigo regime, as concepções ideológicas e utópicas do núcleo de origem senhorial, aplicáveis à ordenação e à graduação das relações raciais, governaram o reajustamento dos "negros" e "brancos" entre si e, como e enquanto tais, à nova situação histórico-social. Isso parece esclarecer, de modo completo e definitivo, um aspecto curioso da nossa expansão urbana. Durante quase meio século, permaneceu soberana e intocável uma ideologia racial que colidia com as bases ecológicas, econômicas, psicológicas, sociais, culturais, jurídicas e políticas de uma sociedade multirracial, de estrutura secularizada, aberta e em diferenciação tumultuosa! Ainda que os círculos humanos em ascensão pertencessem à "raça branca", eles não possuíam motivos substanciais para se identificar, nesse plano, com as velhas elites. Acresce que tinham, por circunstâncias especiais, bons motivos para não perfilhar e até para combater as técnicas de dominação social, às quais se conjugavam a persistência e a revitalização de critérios obsoletos de dominação racial. No entanto, os aludidos círculos permaneceram indiferentes quer às inconsistências dessas técnicas de dominação racial, quer à dramática situação, bastante notória, da "população de cor" da cidade. No essencial,

apropriaram-se parcialmente daquelas técnicas, tirando algum proveito delas e aumentando a área de manifestação de acomodações raciais, em choque irremediável com os fundamentos legais e morais do novo estilo de vida social.

Nesse contexto, um único elemento revelou tenacidade específica. Habituados a lidar com as tensões raciais num mundo social em que elas continham temível poder explosivo e, por isso, precisavam ser reprimidas sem contemplação, os membros das elites tendiam a manter, diante dos problemas da "população de cor", atitudes rígidas, incompreensivas e autoritárias. Agiam como se ainda vivessem no passado, mostrando-se propensos a exagerar os riscos potenciais de uma franca liberalização das garantias sociais aos "negros" e a robustecer velhas formas de dissuasão dos "pruridos de gente", a que eles tivessem, porventura, ânimo de aderir. Em particular, não viam com bons olhos as agitações em torno do "problema negro", que eclodiram esparsa e desordenadamente aqui e ali, como se elas ocultassem os germes de uma inquietação social suscetível de se converter, com o tempo, em conflito racial. Doutro lado, opunham-se a manifestações de solidariedade para com o "negro" que escapassem ao paternalismo tradicionalista, o qual protegia o indivíduo ou grupos restritos, resguardando a superioridade e as posições de mando do "branco". A desconfiança tolhia, portanto, a modernização de atitudes e de comportamentos em ambos os estoques raciais, sob a dupla presunção de que agitar certas questões só serviria para "prejudicar o negro" e "quebrar a paz social". Com isso, as orientações que se objetivaram socialmente, como um sucedâneo da opção coletiva consciente, equivaliam a uma proscrição e a uma condenação disfarçadas do "homem de cor". Este não era repelido frontalmente, mas também não era aceito sem restrições, abertamente, de acordo com as prerrogativas sociais que decorriam de sua nova condição jurídico-política. Persistia uma diretriz ambivalente, de repulsa às impulsões de tratamento igualitário do "negro" e de acatamento aparente dos requisitos do novo regime "democrático". Na prática, tal ambivalência não favorecia o negro e o mulato. Ao que parece, ela apenas contribuiu para suavizar os mecanismos do peneiramento competitivo. Onde o paternalismo prevaleceu, ele facilitou a classificação econômica e social por meio da infiltração pessoal intermitente. Contudo, daí decorria um pesado ônus: o "negro" não se adestrava, convenientemente, para a livre competição e a "população de cor" continuava a sofrer os efeitos perniciosos da

acefalização insuperável que tal processo de ascensão socioeconômica instituía.

Entenda-se que nada disso nascia ou ocorria sob o propósito (declarado ou oculto) de *prejudicar o negro.* Na mais pura tradição brasileira, tal coisa não se elevava à esfera da consciência social; e, onde se descobrisse algo parecido (nas atitudes ou nos comportamentos de certos imigrantes e em discriminações anacrônicas, mantidas em determinadas instituições), desses mesmos círculos sociais partia o grito de alarma e de reprovação categórica.[239] As mencionadas orientações constituíam parte do tributo oneroso que aqueles círculos sociais pagavam a inveteradas deformações de seus modos de ser, de pensar e de agir, provenientes do regime escravista, as quais os tornavam inaptos para compreender o presente e enfrentar com mentalidade construtiva as suas múltiplas exigências revolucionárias. Além disso, cumpre atentar para o fato de que a "defesa da paz social", que se pretendia pôr em prática, não proscrevia o "negro" da vida social normal. Na verdade, ela respondia a um velho ideal, reiteradamente negligenciado, de associar a preparação completa do negro e do mulato, para seus deveres profissionais e cívicos, à sua ascensão irrestrita como *homem livre.* Supunha-se que esse seria o caminho mais seguro, ao mesmo tempo para "proteger o negro" e para "resguardar os interesses da sociedade". Semelhante visão da realidade racial pressupunha uma solução extremamente lenta e sob muitos aspectos iníqua do "problema negro". Sem que se atentasse para isso, a filosofia política dessa solução repousava no antigo modelo de absorção gradativa dos "elementos de cor" pelo peneiramento e assimilação dos que se mostrassem mais identificados com os círculos dirigentes da "raça dominante" e ostentassem total lealdade a seus interesses ou valores sociais. Expectativas e concepções dessa natureza estavam em conflito irremediável com a ordem social existente e jamais poderiam servir, dentro do novo contexto socioeconômico e jurídico-político, como uma ponte de entendimento racial. Não obstante, elas vingaram na cena histórica, alimentando a ilusão de que assim se consolidava a "paz social" e promovia a "defesa dos interesses do negro". Na ânsia de prevenir tensões raciais hipotéticas e de assegurar uma via eficaz para a integração gradativa da "população de cor", fecharam-se todas as portas que poderiam colocar o negro e o mulato na área dos benefícios diretos do processo de democratização dos direitos e garantias sociais. Pois é patente a lógica desse padrão histórico de *justiça*

social. Em nome de uma igualdade perfeita no futuro, acorrentava-se o "homem de cor" aos grilhões invisíveis de seu passado, a uma condição sub-humana de existência e a uma disfarçada servidão eterna.

Como não podia deixar de suceder, essa orientação gerou um fruto espúrio. A ideia de que o padrão brasileiro de relações entre "brancos" e "negros" se conformava aos fundamentos ético-jurídicos do regime republicano vigente. Engendrou-se, assim, um dos grandes mitos de nossos tempos: o mito da "democracia racial brasileira". Admita-se, de passagem, que esse mito não nasceu de um momento para outro. Ele germinou longamente, aparecendo em todas as avaliações que pintavam o jugo escravo como contendo "muito pouco fel" e sendo suave, doce e cristãmente humano. Todavia, tal mito não possuiria sentido na sociedade escravocrata e senhorial. A própria legitimação da ordem social, que aquela sociedade pressupunha, repelia a ideia de uma "democracia racial". Que igualdade poderia haver entre o "senhor", o "escravo" e o "liberto"? A ordenação das relações sociais exigia, mesmo, a manifestação aberta, regular e irresistível do preconceito e da discriminação raciais – ou para legitimar a ordem estabelecida, ou para preservar as distâncias sociais em que ela se assentava.[240] Com a Abolição e a implantação da República, desapareceram as razões psicossociais, legais ou morais que impediam a objetivação de semelhante ideia. Então, operou-se uma reelaboração interpretativa de velhas racionalizações, que foram fundidas e generalizadas em um sistema de referência consistente com o regime republicano. No passado, o conflito insanável entre os fundamentos jurídicos da escravidão e os *mores* cristãos não obstou que se tratasse o escravo como *coisa* e, ao mesmo tempo, se pintasse a sua condição como se fosse "humana". No presente, o contraste entre a ordem jurídica e a situação real da "população de cor" também não obstruiria uma representação ilusória, que iria conferir à cidade de São Paulo o caráter lisonjeiro de paradigma da *democracia racial.* A realidade coetânea, sobejamente descrita nos dois capítulos anteriores e bem conhecida por todos, na época não tolheu a construção dessa imagem, que aplicou o figurino da moda à autoconsagração da "raça branca". Infelizmente, como no passado a igualdade perante *Deus* não proscrevia a escravidão, no presente, a igualdade perante a *Lei* só iria fortalecer a hegemonia do "homem branco".

Tão vasto mecanismo de acomodação das elites dirigentes a uma realidade racial pungente (e por que não dizer: intolerável numa

democracia) permitiu que se fechassem os olhos – quer diante do drama coletivo da "população de cor", quer diante das obrigações imperiosas que pesavam pelo menos sobre os ombros dos antigos proprietários de escravos – para não se falar nada sobre os riscos que corre o regime democrático onde se perpetuam diferenças rigidamente aristocráticas na mentalidade e nos costumes dos homens. E, o que foi pior, imprimiu aparência consentânea ao farisaísmo racial dos "brancos". A hipocrisia senhorial era facilmente desmascarável; entrava no rol das matérias convencionais. O mesmo não sucedeu com o mito da "democracia racial". Como as oportunidades de competição subsistiam potencialmente abertas ao "negro", parecia que a continuidade do paralelismo entre a estrutura social e a estrutura racial da sociedade brasileira constituía uma expressão clara das possibilidades relativas dos diversos estoques raciais de nossa população. Ninguém atentou para o fato de que o teste verdadeiro de uma *filosofia racial democrática* repousaria no modo de lidar com os problemas suscitados pela destituição do escravo, pela desagregação das formas de trabalho livre vinculadas ao regime servil e, principalmente, pela assistência sistemática a ser dispensada à "população de cor" em geral. Imposto de cima para baixo, como algo essencial à respeitabilidade do *brasileiro,* ao funcionamento normal das instituições e ao equilíbrio da ordem nacional, aquele mito acabou caracterizando a "ideologia racial brasileira", perdendo-se por completo as identificações que o confinavam à ideologia e às técnicas de dominação de uma classe social.

O mito em questão teve alguma utilidade prática, mesmo no momento em que emergia historicamente. Ao que parece, tal utilidade se evidencia em três planos distintos. Primeiro, generalizou um estado de espírito farisaico, que permitia atribuir à incapacidade ou à irresponsabilidade do "negro" os dramas humanos da "população de cor" da cidade, com o que eles atestavam como índices insofismáveis de desigualdade econômica, social e política na ordenação das relações raciais. Segundo, isentou o "branco" de qualquer obrigação, responsabilidade ou solidariedade morais, de alcance social e de natureza coletiva, perante os efeitos sociopáticos da espoliação abolicionista e da deterioração progressiva da situação socioeconômica do negro e do mulato. Terceiro, revitalizou a técnica de focalizar e avaliar as relações entre "negros" e "brancos" através de exterioridades ou aparências dos ajustamentos raciais, forjando uma *consciência falsa* da realidade racial brasileira. Essa técnica não teve apenas

utilidade imediata. Graças à persistência das condições que tornaram possível e necessária a sua exploração prática, ela se implantou de tal maneira que se tornou o verdadeiro elo entre as duas épocas sucessivas da história cultural das relações entre "negros" e "brancos" na cidade.[241] Em consequência, ela também concorreu para difundir e generalizar a *consciência falsa* da realidade racial, suscitando todo um elenco de convicções etnocêntricas: 1º – a ideia de que "o negro não tem problemas no Brasil"; 2º – a ideia de que, pela própria índole do *povo brasileiro*, "não existem distinções raciais entre nós"; 3º – a ideia de que as oportunidades de acumulação de riqueza, de prestígio social e de poder foram indistinta e igualmente acessíveis a todos, durante a expansão urbana e industrial da cidade de São Paulo; 4º – a ideia de que "o preto está satisfeito" com sua condição social e estilo de vida em São Paulo; 5º – a ideia de que não existe, nunca existiu, nem existirá outro problema de justiça social com referência ao "negro", excetuando-se o que foi resolvido pela revogação do estatuto servil e pela universalização da cidadania – o que pressupõe o corolário segundo o qual a miséria, a prostituição, a vagabundagem, a desorganização da família etc., imperantes na "população de cor", seriam efeitos residuais, mas transitórios, a serem tratados pelos meios tradicionais e superados por mudanças qualitativas espontâneas.[242]

Essa sumária e imperfeita condensação evidencia, segundo supomos, que não se impôs historicamente, como algo inevitável, a necessidade de ajustar as representações ou avaliações raciais aos requisitos econômicos, políticos e jurídicos da ordem social democrática, decorrente da Abolição da escravatura e da implantação do Estado republicano. Nenhum interesse econômico, social ou político, bem como nenhuma consideração de caráter moral, religioso ou convencional impeliram as elites dirigentes a diligenciar inovações que entrosassem o sistema de relações raciais na ordem societária em emergência e em expansão. Em face disso, é impossível evitar outra questão delicada. Parece claro que a persistência de velhas racionalizações, com frequência reinterpretadas e sob o jargão fornecido pelos *mores* jurídico-políticos republicanos, decorria unilateralmente do que se poderia chamar de "interesse da *raça dominante*", na forma em que eles convinham às elites dirigentes. Em que consistiam esses interesses? Pelo que se pode discernir, atualmente, esses interesses caíam em duas categorias. De um lado, havia a propensão em isentar aquelas elites, com os círculos sociais que elas representavam – ambos dramaticamente envolvidos na exploração

secular do escravo ou do liberto e na política de substituição populacional que eliminou o "negro" da arena econômica –, de "culpas objetivas" pelo desfecho melancólico dos processos abolicionista e republicano. O desvio farisaico, imposto, mantido e alargado continuamente pelas contradições entre os *mores* econômicos, religiosos e jurídicos da sociedade de casta, foi de grande serventia naquelas circunstâncias históricas. Negando uma realidade racial pungente, ladeava-se a dificuldade maior de ter de enfrentá-la e superá-la. De outro lado, a orientação alternativa – que não chegou a se concretizar historicamente –, de organizar e fomentar o caminho da *integração racial democrática*, colidia com os objetivos diretos e conscientes da política de expansão econômica com base nos interesses da grande lavoura e de suas vinculações com o crescimento econômico. A aludida política não deixava margem de escolha. Ou se sacrificavam os elementos egressos do trabalho servil, ou não se punha em prática a orientação alvitrada no fomento do trabalho livre e da substituição populacional.[243] Dentro desse contexto, é fácil compreender por que os fazendeiros paulistas logo abandonaram as pretensões de reparação, associadas à libertação compulsória dos escravos, dando preferência às medidas que ingeriam o Estado no financiamento da produção agrícola e, em particular, na intensificação das correntes migratórias europeias. Acresce que a concentração de esforços numa área destituída de importância econômica e política imediatas conduziria, inevitavelmente, a resultados indesejáveis, do ponto de vista da situação estratégica das camadas dominantes. Qualquer iniciativa autêntica de proteger a ascensão igualitária do negro e do mulato esbarraria com dissensões e oposições arraigadas. Formar-se-iam focos de tensões e de conflitos no seio das próprias camadas dominantes, sem que isso proporcionasse vantagens efetivas a qualquer dos subgrupos em que elas se dividiam.

Motivos dessa natureza eram tão ponderáveis que já aparecem, explicitamente, no bojo da campanha abolicionista. Em um dos manifestos contra a escravidão, afirmava-se: "O futuro dos escravos depende em grande parte dos seus senhores; a nossa propaganda não pode por consequência criar entre senhores e escravos senão sentimentos de benevolência e de solidariedade".[244]

Nabuco, por sua vez, embora definindo o abolicionismo como um movimento político nascido da ideia "de construir o Brasil sobre o trabalho livre e a união das raças na liberdade" e que representasse a "raça negra"

como “elementos de considerável importância nacional, estreitamente ligada por infinitas relações orgânicas à nossa constituição, parte integrante do povo brasileiro”, estabelece reservas muito significativas. Segundo indicava, os abolicionistas “querem conciliar todas as classes, e não indispor umas contra as outras [...] não pedem a emancipação no interesse tão somente do escravo, mas do próprio senhor, e da sociedade toda”. Essas são belas palavras, que perdiam boa parte do impacto revolucionário pelo contexto ideológico em que se projetavam. Pois ele deixa patente, em seguida, duas coisas fundamentais. Primeiro, que não se visava subverter a estrutura racial da sociedade de castas, mas sua ordenação jurídica: “não podem querer [os abolicionistas] instilar no coração do oprimido um ódio que ele não sente, e muito menos fazer apelo a paixões que não servem para fermento de uma causa, que não se resume na reabilitação da raça negra, mas que é equivalente, como o vimos, à reconstituição completa do país”. Segundo, que se pretendia proceder à emancipação preservando-se todas as regalias e o poder de dominação da “raça branca”. “A propaganda abolicionista com efeito não se dirige aos escravos. Seria uma covardia, inepta e criminosa, e, além disso, um suicídio político para o partido abolicionista incitar à insurreição ou ao crime homens sem defesa, e que ou a lei de Lynch ou a justiça pública imediatamente havia de esmagar”.[245] As conveniências dos círculos dirigentes da “raça dominante” é que iriam decidir como orientar a transformação da ordem racial, inerente à estruturação da sociedade. Esses limites eram tão fortes que foram respeitados até pelos idealistas ou pelas forças radicalmente revolucionárias do movimento. Patrocínio, visto por Nabuco como a encarnação do espírito revolucionário do abolicionismo,[246] fixa-se, obedientemente, dentro desses limites: “Por minha parte, desde o primeiro dia da propaganda abolicionista abri a minha estrada, dando-lhe por margens o direito e a lei. [...] Quando foi que desta tribuna se pregaram ideias subversivas? Quando foi que proclamamos o direito do punhal do escravo contra a vida do senhor, ainda que tivéssemos para apoiar-nos a indignação de Raynal?”[247] Em São Paulo, nem mesmo Antônio Bento, o grande mentor da agitação direta nas senzalas, teve coragem ou sentiu necessidade de ultrapassar esses limites; e o Partido Republicano tergiversou continuamente, procurando capitalizar os interesses políticos da grande lavoura.[248]

Transcorrida a Abolição e consolidado o regime de trabalho livre, os mencionados motivos operaram com renovado vigor. A aristocracia paulista possuía experiência escassa e recente na área da manipulação democrática dos problemas sociais.[249] Acostumada ao mando arbitrário e à obediência passiva, não aprendera a lidar com o comportamento coletivo e com os movimentos sociais autônomos, tendo ainda de aprender a enfrentá-los com equilíbrio, serenidade e ânimo construtivo. Além disso, ninguém sabia ao certo o que poderia ocorrer na cidade acaso se acendesse um estopim em torno de "questões raciais". Duvidava-se da lealdade dos imigrantes aos interesses e aos valores das camadas dominantes, receando-se, em especial, que agitações em torno desses problemas fomentassem inquietações bem mais graves e incontroláveis entre os operários. A "paz social" continuava a ser vista ao velho estilo, como algo monolítico. Quebrada em um ponto, fosse qual fosse, independentemente da razão invocada, poder-se-ia perder o controle da situação. As descrições de Everardo Dias sobre a formação do proletariado e o desenvolvimento das lutas operárias em São Paulo são particularmente elucidativas a esse respeito. Elas acentuam muito bem como a mentalidade reinante via a "questão social" como uma "questão de polícia", sufocando pela violência as manifestações reivindicativas do teor mais pacífico.[250] Tais manifestações

> alarmavam e enchiam de pânico os conservadores e demais elementos autoritários de posse das rédeas governamentais do país, pois era então presidente da República um dos antigos e ferrenhos conselheiros do Império, o Sr. Rodrigues Alves, que se rodeava, em seu governo, de indivíduos igualmente adversários rígidos de toda ideia ou tendência que ultrapassasse os quadros do estreito liberalismo monárquico. Também não deve ser esquecido que o Brasil acabava de sair do regime escravocrata – e não havia ainda passado uma geração desse importante acontecimento e as gerações que atuavam na vida política, com exceção dos republicanos avançados, sempre em reduzida minoria, mais teorizantes que objetivos, eram favoráveis a que no campo econômico e social predominasse um regime de trabalho que pouco diferisse da escravidão abolida, visto como todos esses indivíduos eram antigos escravagistas, e a palavra "operário" era ainda uma expressão pejorativa, diminuidora da personalidade...[251]

À luz de semelhante mentalidade, seria desavisado, indecoroso e temerário debater de público, com franqueza e espírito crítico, temas do tipo que poderiam ser suscitados pela situação da "população de cor" em São Paulo, mesmo que se visasse defender concepções francamente tradicionalistas e paternalistas. Se o debate se polarizasse na situação de interesses do "negro" ou se partisse, diretamente, de sua própria maneira de encarar as coisas, então se opunha uma resistência feroz às iniciativas –

resistência que era filha da incompreensão, mas também do egoísmo e do medo. Preferia-se, tacitamente, que a "população de cor" jamais saísse de sua apatia e passividade. Dois exemplos serão suficientes para fundamentar essa observação. Em 1927, um jovem mulato, filho natural de um branco de família importante, ansioso por ter um jornal e colocá-lo a serviço do alargamento da autoconsciência do "negro" sobre sua própria situação na cidade, procurou seu pai, em busca de auxílio para adquirir uma máquina de escrever. Pediu-lhe, tão somente, trezentos mil-réis. "Contei dos nossos e de nossas intenções. Ele condenou, então, a participação em movimentos dessa natureza, pois, no Brasil, não havia necessidade deles." O segundo caso se refere a uma experiência análoga, na qual Vicente Ferreira, líder negro, defrontou-se com conhecido político conservador de tradicional e ilustre família paulista:

> Na páscoa dos operários (1929) realizada na Igreja do Pari, presentes M. S. e o então abade, F. Vicente Ferreira, que lá estava em companhia de Carlos Cavaco, pronunciou um grande discurso que, como sempre, evocava o malsinado destino dos negros. Terminado o discurso, o abade, no meio do grande público, beijou Vicente Ferreira na testa, para mostrar que a Igreja Católica não tinha nenhum preconceito contra os negros. Na volta da Igreja, o Vicente Ferreira, que andava sempre modestamente trajado, foi convidado a vir para a cidade em companhia do dr. M. S. Vinha o Carlos Cavaco ao lado do chofer e, atrás, o Vicente Ferreira, ladeado por M. S. e o abade. Na cidade, M. S. insistiu em levá-lo até a residência – não tinha residência fixa: dormia numa hospedaria que havia no Largo do Piques, quando conseguia dois mil-réis para pagar a cama. M. S., vendo a situação do Vicente Ferreira, convidou-o a passar na sua casa no dia seguinte, para tomar um café, e disse-lhe que pedisse qualquer coisa, pois estava disposto a ajudá-lo. O Vicente Ferreira, antes de procurar M. S., passou na redação do *Clarim* e disse aos companheiros que iria dar uma lição àquele ilustre paulista, prevenindo, assim, que para ele nada pediria, mas antes solicitaria o favor de um empréstimo da quantia necessária para o *Clarim* montar uma pequena oficina. De fato o fez, mas M. S., espantado com o pedido, solicitou uma coleção do jornal em questão, a fim de estudar o assunto; mais tarde, devolveu-a, dizendo que não poderia ajudar os negros a ter um jornal como aquele. Propôs M. S. a transformação do *Clarim* numa revista de ilustração, comprometendo-se a conseguir que a revista fosse feita por um preço razoável.[252]

Ambos os exemplos esclarecem a acessibilidade do "branco", sua propensão a "auxiliar o negro" e o horror que sentia diante de manifestações da "população de cor" que não pudesse orientar direta e discricionariamente.

Para os fins desta discussão, há pouco interesse em aprofundar as descrições. É patente que só depois da Abolição e no contexto jurídico-político do Estado republicano seria possível se cogitar da situação de contato entre "negros" e "brancos", imperante em São Paulo, como sendo uma "democracia racial". Na realidade, porém, as coisas não caminharam nessa direção. De um lado, enquanto a ordem jurídico-política da sociedade

inclusiva passou por verdadeira revolução, sua ordem racial permaneceu quase idêntica ao que era no regime de castas. De outro, o “negro” jamais encontrou no “branco” um ponto de apoio efetivo às suas tentativas de tomada de consciência e de melhoria de sua situação histórico-social. Em vez de ser “democrática”, nesta esfera a sociedade paulistana era extremamente rígida, proscrevendo e reprimindo as manifestações autênticas de autonomia social das “pessoas de cor”. Considerada em termos desse contexto histórico, a convicção de que as relações entre “negros” e “brancos” corresponderiam aos requisitos de uma democracia racial não passa de um mito. Como mito, ela se vinculava aos interesses sociais dos círculos dirigentes da “raça dominante”, nada tendo que ver com os interesses simétricos do negro e do mulato. Por isso, também, não operava como uma força social construtiva, de democratização dos direitos e garantias sociais na “população de cor”. Inscrevia-se, contrariamente, entre os mecanismos que tendiam a promover a perpetuação, em bloco, de relações e processos de dominação que concentravam o poder nas mãos dos mencionados círculos dirigentes da “raça branca”, como sucedera no recente passado escravista.

Feito esse balanço geral, cabe-nos reconhecer que a importância desse mito foi, comparativamente, menor na cidade de São Paulo que em outras comunidades brasileiras, que estacionaram por mais tempo em estruturas variavelmente mais arcaicas. Ainda assim, ele exerceu uma influência dinâmica indireta, claramente reconhecível. Na medida em que contribuía para resguardar as velhas elites da obrigação de introduzir inovações efetivamente radicais e liberalizadoras nas relações dos “brancos” com os “negros”, ele as auxiliou a manter quase intato o arcabouço em que se assentava a dominação tradicionalista e patrimonialista, base social da hegemonia da camada senhorial, da autonomia da “raça branca” e da heteronomia da “raça negra”. Ao se ligar a esse efeito, é evidente que o mito da “democracia racial” assumiu importância específica como componente dinâmico das forças de inércia social, que atuavam no sentido de garantir a perpetuidade de esquemas de ordenação das relações sociais herdadas do passado. Teve, assim, uma parte ativa na protelação das prerrogativas e privilégios sociais dos grupos dominantes, que exprimiam e mantinham a distância social existente entre os vários segmentos da sociedade. Desse ângulo, o mito em apreço aparece como um fator de retenção do desenvolvimento da ordem social competitiva e democrática.

Em vez de ser um elemento de dinamização modernizadora das relações raciais, era uma fonte de estancamento e de estagnação, solapando ou destruindo tendências de caráter inovador e democratizador nessa esfera da convivência social humana.

Portanto, as circunstâncias histórico-sociais apontadas fizeram com que o mito da "democracia racial" surgisse e fosse manipulado como conexão dinâmica dos mecanismos societários de defesa dissimulada de atitudes, comportamentos e ideais "aristocráticos" da "raça dominante". Para que sucedesse o inverso, seria preciso que ele caísse nas mãos dos negros e dos mulatos; e que estes desfrutassem de autonomia social equivalente para explorá-lo na direção contrária, em vista de seus próprios fins, como um fator de democratização da riqueza, da cultura e do poder. Se tal coisa ocorresse, o mito da "democracia racial" animaria o "homem de cor" a tomar seu lugar na sociedade de classes e, provavelmente, concorreria para estimular as camadas "baixas", "intermediárias" e "altas" da "raça dominante" a cooperarem de um modo ou de outro nesse processo. Dentro dos limites do que aconteceu historicamente, ele preencheu funções sociais que atendem a interesses sociais que são o oposto disso. Primeiro, oferecendo uma cobertura cômoda ao alheamento e à indiferença dos círculos dirigentes da "raça branca" diante do destino ulterior do "negro" no regime democrático. Se "o negro não tinha problemas" e se suas dificuldades fossem, de fato, "naturais" e "transitórias", cabia ao próprio "homem de cor" lutar pelo seu erguimento e integração à sociedade de classes. Segundo, identificando como "indesejável" a discussão franca da situação da "população de cor" e como "perigosa" a participação em movimentos sociais destinados a minorá-la. Se se vedavam ambas as perspectivas – de tomada de consciência e de intervenção organizada na realidade –, eliminava-se também a viabilidade de mecanismos societários de correção dos problemas sociais existentes no "meio negro". Só restava, ao negro e ao mulato, a via consagrada tradicionalmente, da infiltração pessoal e da ascensão social parcelada, que não tinha suficiente alcance coletivo (pois corrigia aqueles problemas na escala dos indivíduos em mobilidade vertical) e possuía o inconveniente gravíssimo, no momento histórico, de promover reiteradamente a acefalização das "massas negras". Terceiro, concentrando nas mãos do "homem branco" das camadas sociais "altas" o poder de juiz supremo, de árbitro da situação, de quem decide o que "convinha" ou "não convinha" ao "homem de cor", individualmente, e

à “população de cor”, coletivamente. Enquanto observassem semelhantes expectativas, o negro e o mulato estariam projetados numa condição social análoga ou inferior à do “branco dependente” do *antigo regime*. Ver-se-iam sob tutela crônica e insuperável, com a agravante de não contarem mais com os benefícios da dominação patrimonialista e de serem excluídos, como agentes humanos, das áreas em que se constrói a história socialmente.

O fato de o mito da “democracia racial” sofrer a elaboração social mencionada, associando-se a manipulações conservantistas do poder, indica claramente que a ordem social e a ordem racial da sociedade inclusiva se transformavam com intensidades bem desiguais. A primeira respondia rapidamente às alterações da estrutura econômica da cidade, embora revelasse maior lentidão no ajustamento aos requisitos jurídico-políticos do regime democrático republicano. A segunda não absorvia de modo sensivelmente uniforme tais influências. Como se o modelo da organização de castas ainda imperasse, o setor constituído pelo estoque racial “branco” se engrenava nos fluxos das transformações históricas da ordem social, enquanto o estoque racial “negro” permanecia estagnado e as inter-relações dos dois continuavam a ser reguladas pelos velhos padrões. Proscrito da história e da participação das pugnas sociais que decidiam do seu curso, o “homem de cor” estava bloqueado em uma zona estagnada e estática da sociedade. Por isso, em contraste com a alteração tumultuosa do cenário histórico-social, a ordem racial tendia a se manter em estado estacionário.

O que vimos no capítulo anterior ou neste capítulo esclarece, suficientemente, o assunto. Os ajustamentos dinâmicos do “homem de cor” e da “raça branca” propendiam para um ponto de inércia, que se evidenciava, historicamente, na perpetuação estagnadora da ordem racial. Não obstante, ainda há, aqui, questões a debater. Considerando a situação de contato da perspectiva e segundo a rede de interesses histórico-sociais das elites no poder, deixamos de lado o papel das camadas “baixas” e “intermediárias” da “raça dominante”. Ora, essas camadas abrangiam, como vimos no primeiro capítulo, um dos polos humanos de dinamização do desenvolvimento da ordem social competitiva. Compostas por imigrantes europeus ou por elementos nacionais em árdua competição com eles, essas camadas forneciam o grosso dos indivíduos ou grupos sociais empenhados na vida econômica ativa. Em relação a elas, nesse contexto da discussão, interessaria saber por que também se mostravam indiferentes quer à perpetuação das técnicas tradicionais de dominação social, quer ao destino

da “população de cor” na cidade. Parece óbvio que daí poderia ter nascido uma oposição ferrenha à dominação das antigas elites e que tal coisa teria mudado o panorama racial descrito.

Resumindo as indicações ao essencial, diríamos que a capacidade de atuação política dessas camadas fora neutralizada. É fácil explicar esse processo insólito, levando-se em conta as condições histórico-sociais da formação da ordem social competitiva em São Paulo. Durante a crise final do regime escravocrata, os círculos dirigentes tomaram a si a condução do processo revolucionário. Por conseguinte, como assinalamos, coube-lhes decidir a respeito de todas as fases da política de substituição populacional, que iria resolver os problemas econômicos criados pelo colapso do trabalho servil. O fato mais importante, do ponto de vista sociológico, diz respeito à preservação dos papéis políticos das velhas elites. Elas orientaram o processo, no conjunto, de modo a resguardar, intocáveis, todas as suas atribuições fundamentais na estrutura de poder da sociedade. O “imigrante” ou o “elemento nacional” adventício aparecem na cena histórica movidos por cordões que elas dirigiam a seu bel-prazer. Não emergiram como “iguais”, como alguém que poderia ter vontade própria e uma orientação política autônoma. Como os demais interesses econômicos, do comércio de importação ou de exportação, estavam diretamente subordinados à grande lavoura, no concerto geral prevaleciam os ditames desta última. Ocorreu uma sorte de acomodação mecânica de interesses paralelos. As camadas dominantes, vindas do passado senhorial e escravista, conservaram-se à testa do poder organizado política, econômica e socialmente. As demais categorias sociais se concentraram no afã de “fazer a fortuna”: ou no sentido europeu de “fazer a América”; ou no sentido brasileiro de adquirir o estalão de “gente de prol”. O importante é que decorreram quase três gerações antes que entrassem na arena como concorrentes e, até, como opositores daquelas elites. Nesse ínterim, a acomodação aludida proporcionou uma especialização tácita. O poder ficava entre as atribuições indisputadas dos seus executores tradicionais (embora pudesse ser exercido por outros, sob delegação consentida). Os demais “faziam a fortuna”. Para muitos imigrantes, a ilusão do retorno ao país de origem contava mais que qualquer motivação suplementar de prestígio ou consideração sociais; para os elementos nacionais, os mecanismos tradicionais de organização do poder enredavam a todos nas malhas do patrimonialismo e da lealdade para com seus interesses. Em síntese, só no fim do período considerado, de 1924

a 1930, é que surgiriam as primeiras tentativas orgânicas para quebrar as referidas acomodações, com suas consequências morais e políticas. As velhas elites tiveram condições e souberam aproveitá-las com notável egoísmo, para garantir a supremacia de seus interesses e de suas preferências ideológicas.

Portanto, as camadas "baixas" e "intersticiais" da comunidade se envolviam muito mal, quase sempre tangencial ou superficialmente, em assuntos que não possuíssem significação econômica imediata para elas. As velhas elites contaram com um espaço de tempo de quase três gerações de domínio absoluto, ao sabor do *antigo regime*, e só então começaram a sofrer os efeitos diretos ou indiretos da presença de outros interesses organizados na luta pelo poder e pelo controle ideológico das opiniões. Essas circunstâncias explicam várias coisas. Primeiro, por que a substituição populacional foi tão importante para a diferenciação da ordem socioeconômica, refletindo-se quase nada nas estruturas políticas e no clima moral da sociedade inclusiva. O processo político continuava tolhido, sofrendo uma corrupção que o impedia de se democratizar. Segundo, não se processou aqui, como aconteceu em outras situações de contato,[253] uma identificação entre as camadas "baixas" e "intermediárias" e a camada "alta" e "dominante" da população. A aceitação e a disseminação do mito da "democracia racial" não nasceu, assim, de avaliações e opções plenamente conscientes e desejadas. Elas se deram como fruto da acomodação mecânica e da especialização de interesses indicadas. Antes, como consequência de um vulnerável estado de indiferença geral, que por causa de sentimentos vivos, atuantes e insuperáveis. Por isso, padrões divergentes de avaliação racial, de diversas origens étnicas ou raciais, conjugaram-se à absorção daquele mito e à sua exteriorização. Onde tais padrões penderam para a intolerância racial, o mito sofreu uma reelaboração que reforçou seu conteúdo, sua significação e suas funções "aristocráticas"; onde prevaleceram atitudes de tolerância e de simpatia raciais, o mito foi parcialmente expurgado dos componentes residuais antidemocráticos, adquirindo o caráter de uma força dinâmica integrativa. Tudo isso fez com que se quebrasse a unidade de visão, estabelecida sob a égide das concepções das velhas elites. Mas os efeitos construtivos dessas transformações mal começaram a eclodir nos últimos vinte e cinco anos. Terceiro, quaisquer que fossem as polarizações dos segmentos "intolerantes" ou "tolerantes" das camadas "baixas" e "intersticiais", em

virtude da inexistência de mecanismos societários de solidariedade racial ou inter-racial, da eficácia das formas de dissuasão ou de controle, manipuladas pelas elites, e da falta de consenso no uso regulado do conflito, elas não podiam operar dinamicamente: (a) nem em *sentido negativo* (ou seja, agravando as tensões raciais); (b) nem em *sentido positivo* (ou seja, acelerando a absorção da ordem racial pela ordem social competitiva e democrática). Para entender isso é preciso que se atente para o fato de que tais polarizações só produziriam efeitos dinâmicos se fossem canalizadas para a arena política. Isso não acontecia, porém, por causa do alheamento político daqueles setores populacionais. Se porventura tal coisa ocorresse, os efeitos de caráter negativo ou positivo seriam fatalmente tolhidos, desde que suplantassem os limites fixados pelos *mores* dos círculos dirigentes. É que eles ameaçariam a estrutura de poder, afetando de modo direto ou indireto as prerrogativas daqueles círculos, ciosos da necessidade de preservar intata a sua capacidade de mando autoritário, mesmo pela violência ou por outros meios. Todas essas indicações salientam a mesma evidência. Quando um setor da sociedade inclusiva monopoliza funções sociais que entram em conflito com as tendências normais de integração da ordem societária, ele pode entravar e mesmo corromper, indefinida e indeterminadamente, o curso da evolução social. Uma democracia não pode funcionar sem um mínimo de equilíbrio e de autonomia nas relações das categorias sociais associadas pela ordem societária imperante. Mesmo que essas condições tivessem aparecido nas relações dos segmentos sociais pertencentes à “raça dominante”, elas ainda seriam insuficientes para promover a conversão do “homem de cor” em parceiro historicamente válido. Ora, sem que se realize essa condição suprema, ninguém pode garantir que as impulsões de democratização, existentes entre os “brancos”, conduzissem, uniforme e invariavelmente, na direção de uma ordem racial democrática. Em nossa situação, só a atuação organizada, ativa e intransigente do negro e do mulato – dadas outras condições favoráveis – poderia assegurar tal desfecho.

Os resultados desta breve análise retrospectiva demonstram que as condições de perpetuação parcial das antigas formas de dominação patrimonialista estão na própria raiz do desequilíbrio que se criou (e se acentuou progressivamente, em seguida) entre a ordem racial e a ordem social da sociedade de classes. A democracia surgiu tímida e debilitada em nosso meio. Como seu funcionamento e desenvolvimento normais

dependem do poder relativo dos grupos sociais que concorrem entre si no cenário social, ideológica e utopicamente,[254] ela forneceu, no início, um palco histórico exclusivo aos poucos grupos sociais que estavam organizados, possuíam técnicas apropriadas para exercer dominação e autoridade, e lutavam sem vacilações pelo monopólio do poder (se preciso, sob o manto dos "ideais democráticos"). O atraso da ordem racial ficou, assim, como um resíduo do *antigo regime* e só poderá ser eliminado, no futuro, pelos efeitos indiretos da normalização progressiva do estilo democrático de vida e da ordem social correspondente. Enquanto isso não se der, não haverá sincronização possível entre a ordem racial e a ordem social existentes. Os "brancos" constituirão a "raça dominante" e os "negros" a "raça submetida". Doutro lado, enquanto o mito da "democracia racial" não puder ser utilizado abertamente, pelos negros e pelos mulatos, como um regulador de seus anseios de classificação e de ascensão sociais, ele será inócuo em termos da própria democratização da ordem racial imperante. A dinamização no sentido democrático e igualitário da ordem racial tem de partir do "elemento de cor", embora deva ser tolerada, acolhida e sancionada pelos "brancos" em geral. Construído e utilizado para reduzir ao mínimo tal dinamização, o referido mito se converteu numa formidável barreira ao *progresso* e à *autonomia* do "homem de cor" – ou seja, ao advento da democracia racial no Brasil.

OceanofPDF.com

2. Os padrões tradicionalistas de relações raciais

O quadro recém-exposto sugere que a ordem racial, elaborada socialmente no passado, permaneceu quase intata ao longo da desagregação da sociedade de castas e dos primeiros desenvolvimentos da sociedade de classes em São Paulo. Isso significa, em outros termos, que se renovaram incessantemente, apesar das mudanças ocorridas em outras esferas da vida humana, as condições psicossociais e socioculturais que suportavam, morfológica ou funcionalmente, as antigas estruturas de relações raciais. Em consequência, toda a velha etiqueta de tratamento racial recíproco (no intercâmbio entre "negros", "brancos" e "mulatos") continuou a encontrar plena vigência; e, com ela, perpetuavam-se as representações de *status* e de papéis sociais que regulavam o modo pelo qual as pessoas, identificadas como pertencendo a cada estoque racial, "deviam" (ou "podiam") participar dos direitos e dos deveres incorporados à ordem social vigente. O grau de persistência e a vitalidade interna daquelas estruturas eram tão grandes que o próprio padrão histórico de manifestação do preconceito e da discriminação raciais não sofrera modificações apreciáveis, embora já não fosse mais necessário buscar nele a justificação moral da escravização do homem pelo homem nem impor, repressivamente, a supremacia monolítica da "raça branca".[255] Aliás, ainda hoje seria possível descrever *ao vivo* tais estruturas raciais persistentes. Elas se preservaram com tamanha tenacidade, que seria perfeitamente possível e logicamente legítimo estudar o *passado* através do *presente.* É sabido que, em certas circunstâncias, o passado não se conserva apenas nos documentos e nas lembranças dos homens: ele também se evidencia por sua mentalidade, por seu comportamento e pelo funcionamento das instituições. Só não exploramos sistematicamente essa possibilidade de reconstrução histórica porque contamos com dados suficientes para assinalar os aspectos da realidade que nos interessavam agora, com documentação da própria época.[256] Nesta breve incursão, julgamos conveniente restringir a análise a três tópicos centrais. Primeiro, as expectativas que alimentavam, com teor de reciprocidade, os ajustamentos raciais; segundo, o próprio padrão de relação racial tradicionalista, que convertia a assimetria em traço típico dos

ajustamentos entre “brancos” e “negros”; terceiro, as principais características sociológicas da *ideologia racial* dos “brancos” dos círculos sociais dominantes.

As expectativas que regulavam, reciprocamente, os ajustamentos em que as pessoas interagiam como “negros”, “brancos” e “mulatos” podem ser melhor compreendidas e interpretadas por meio da descrição de situações concretas. Por isso, selecionamos alguns dados, relativos a dez casos diversos, que ilustram, de forma típica, as predisposições psicossociais que orientavam o comportamento dos agentes.

Primeiro caso: J. vivia em harmonia com os “italianinhos”, filhos do seu patrão, em cuja casa morava, e com outros meninos brancos da vizinhança. Formavam um grupo unido, dentro do qual era bem-aceito e se sentia feliz. Até que um dia surgiu novo centro de interesses, que pôs em causa sua condição de “preto”. “Nessa ocasião, eu saía para ver palhaços trabalharem. Me oferecia para distribuir cartazes, em troca da entrada para o espetáculo.” Assim,

> quando apareceu a ideia de se organizar um circo para dar espetáculos e cobrar entrada da garotada da vizinhança, eu era o palhaço indicado. Construiu-se um picadeiro no quintal da casa de um dos meninos. Na hora de serem distribuídos os papéis houve uma grande celeuma sobre a atribuição do papel de palhaço. Uns achavam que deveria ser eu mesmo. Outros, entre os moradores da casa onde estava instalado o circo, alegavam a minha cor como empecilho: “O que irão dizer de um circo onde o palhaço é um preto”. Venceu o primeiro grupo. Em primeiro lugar, porque “o engraçado era eu”; e, depois, porque alguém se lembrou que “ele se pinta e ninguém verá a cor!”. É bom acrescentar que nesta ocasião, como em outras, os filhos do “italiano” estavam do meu lado.

Segundo caso: o mesmo sujeito enfrentou situações análogas, em que a “cor” se ergueu como uma barreira às relações congeniais. “Enquanto a preocupação do grupo foi futebol, não houve maiores choques com os companheiros, pois eu era um bom jogador e eles precisavam de mim. É fato que, umas vezes por zanga, outras de brincadeira, era chamado *minelite*[257] e *negro*, e isto não deixava de amargurar-me”. Entretanto, a idade atraía os jovens para novos centros de interesses, que envolviam vida associativa com moças e recolocavam o “problema da cor” em suas relações. “A certa altura, percebi um trabalho de sapa para eu não ir a certos lugares. Isto durou até o dia em que um dos companheiros, que gostava muito de mim, disse: ‘entramos para uma sociedade de baile e já falei com a diretoria, que concordou que você fizesse proposta, impondo, entretanto, a condição de só frequentar os ensaios de homens’, não podendo eu comparecer às reuniões de que participassem as damas. [...] Esta situação

foi aceita num momento de deslocamento. [...] Os ensaios eram realizados às terças-feiras". Parece que "dançar com preto" constituía algo degradante.

O terceiro caso mostra, de modo ainda mais dramático, que a madrinha de formatura, pertencente a tradicional família paulista, deixou de comparecer à festa para não arrostar semelhante risco. G., em notas autobiográficas, escreve:

> Quando por ocasião de minha formatura no colégio, convidei para ser minha madrinha uma das filhas do cidadão que me criou e de quem eu sou considerado irmão de criação. Ela aceitou o convite e preparamo-nos para o dia. Fomos à festa e tudo correu normalmente até o baile. Como eu era o chefe da comissão de formatura, fui antes ao salão para ultimar algumas providências e, antes um pouco da meia-noite, quando os formandos iriam dançar a valsa especial, recebi um recado dela, dizendo que não ia sair de casa porque não estava se sentindo bem. Fingi acreditar, porque vivendo há muitos anos com eles, bem conhecia-os e sabia que ela estava se desculpando só para não dançar a valsa comigo. No dia seguinte, soube que ela ficou quase que a noite toda jogando...

Aliás, o mesmo informante relata, com argúcia, os expedientes usados pelos amigos brancos, seja para excluí-lo, insensivelmente, de situações embaraçosas, seja para lhe evitar, ao mesmo tempo, experiências demasiado amargas.

> Para que pudesse me ajustar dentro desse meio, os meus colegas, enquanto davam a mim as prerrogativas de chefe político da escola, sempre me escolhiam para ser o diretor de festas e caravanas do grêmio. Nessa qualidade, durante cinco anos de gestão, consegui organizar as maiores festas e caravanas na história daquele estabelecimento de ensino. Entretanto, como em nossas festas a seleção era rigorosa, sentia-me, às vezes, em situação deslocada. Mas justamente para que não se criasse em mim qualquer complexo de inferioridade, fato que percebi bem posteriormente, os meus colegas me colocaram naquela posição, porque, nas festas (bailes, sessões literárias, teatro, convescotes etc.), estaria sempre ocupado com a direção das mesmas, não me preocupando com os divertimentos, e, nas caravanas, estaria sempre ocupado com o alojamento dos colegas e o seu comportamento. A minha responsabilidade aumentava, às vezes, quando pais consentiam em que suas filhas tomassem parte nas nossas caravanas, mas com a condição de elas ficarem sob minha responsabilidade. Não confiavam em ninguém, a não ser em mim, que tinha de fazer o papel de ama-seca. Relativamente a isso, creio que assim se portavam, tais pais, no pressuposto de que não tinham necessidade de te-mer qualquer investida amorosa de minha parte com suas filhas, por ser negro e elas não me ligarem. Enganavam-se redondamente e, por vingança, delas bem aproveitava. [...] Todavia, em muitas ocasiões, meu trabalho terminava antes do final da festa. Então, os colegas mandavam algumas meninas mais chegadas a mim virem em comissão até onde me encontrava, para que eu escolhesse uma delas para dançar. Achava aquilo desprimoroso e ridículo para mim, eis que, sendo um cavalheiro, competia a mim convidá-la para dançar, não o contrário. Minha desculpa era não saber dançar. E não sabia mes-mo, não tendo interesse em aprender, para ser honesto comigo mesmo. [...] Muitas vezes, os seis colegas mais íntimos que tinha, percebendo a situação embaraçosa em que me encontrava, não compartilhan-do da alegria reinante nas festas que eu organizara, deixavam suas damas e namoradas e se acercavam de mim. Sentávamos em volta de uma mesa e bebíamos até não mais poder. No final, todos éramos levados para as nossas casas em elevado estado de embriaguês.[258]

O quarto e o quinto casos giram em torno do namoro. O namoro inconsequente do adolescente e o namoro com perspectivas de casamento do rapaz. Naquele, temos de novo as peripécias da vida de G.:

> Todas as namoradas brancas que tive não comunicavam a seus pais essa situação, porque, em certos casos, poderia eu sofrer até risco de vida. A maioria dos pais acreditava que não passava de pura amizade minhas relações com suas filhas. Jamais desconfiaram até da real situação. Houve apenas um caso, digno de nota: estava na terceira série ginasial e em minha classe havia uma mocinha morena, a mais bela da classe, e filha de grande fazendeiro de café. Desde o começo, a disputa pela posse de sua simpatia foi grande. Não concorri, como sói acontecer. Todavia, fui me esmerando nos estudos, até assumir a liderança na classe. Não sendo muito boa aluna, era obrigada a, de quando em vez, recorrer a mim, para poder seguir o ritmo do curso. Desses contatos nasceu a simpatia. Tínhamos encontros todas as noites e ela foi simpatizando-se cada vez mais comigo. Ingressamos em um curso de repetição de matérias e assim aumentou o nosso contato. Houve a troca de fotografias e, depois dela me ter dado mais de meia dúzia das suas, concordei, com muito medo, em dar-lhe uma das minhas. [...] Certo dia, a diretora do curso chamou-me e disse que não podia consentir na minha permanência naquela escola. Insisti em saber por que e ela não me revelou qualquer pormenor. Passados alguns dias daquele incidente, sou surpreso com a chamada do diretor do ginásio. Compareci em seu gabinete e ele disse-me que não me expulsava do ginásio porque se tratava de um estabelecimento oficial, e também em consideração à família que me criava, mas que ia transferir-me para outra classe, assim tendo feito. Fiquei furioso e insisti em saber do que se tratava, mas não soube. Tinha uma leve desconfiança porque não mais tive contato com a mocinha e ela era esperada todos os dias pelo robusto motorista de seu pai. Dias após é que fiquei ciente de tudo, por intermédio de uma empregada da casa de minha "namorada": a mãe da menina, dando uma olhadela nos guardados desta, encontrou minha fotografia guardada em uma caixinha de prata no seu guarda-roupas. Chamou a garota e perguntou a razão daquela fotografia que, em vista da dedicatória, desconfiava não ser simples amizade, mesmo em se tratando de um negrinho. A menina disse então que gostava de mim, muito embora negro eu fosse, e que já se sentia capaz de discernir – 15 anos de idade. Consequência: tomou uma surra tremenda e foi proibida de sair sozinha durante muito tempo. A mãe, estendendo sua ira implacável, foi àquele curso e pediu a minha retirada dali. Por conveniência, a diretora atendeu. Foi depois ao ginásio e solicitou do diretor a minha expulsão, pois não podia se conformar com minha audácia, em ludibriando a boa-fé da filha que era uma criança. Eu também tinha 15 anos. E, assim, quase que aquele namoro estragou-me a vida.

O outro caso ocorreu com J. Ao contrário de G., era mulato claro, de bonita aparência – desses que "só se distinguem pela cor". Quando seus amigos e companheiros começaram a namorar, ele também se viu envolvido nos arranjos pré-matrimoniais. Apenas, de modo diferente, que não teve ânimo de aceitar: "Por essa época, os italianos me diziam que iam arranjar mulher para me casar. Notava que, toda vez que se tocava no assunto, as moças que me eram propostas como bons casamentos não eram da família, mas sim mulatinhas. Entre os parentes do italiano havia uma sobrinha com a qual simpatizava; meu interesse, entretanto, teve um fim abrupto quando ela me disse: 'O que estraga você é ser escuro demais'. Foi quando comecei a notar que a cor era um entrave".

O sexto e o sétimo casos dizem respeito a F., mulato escuro, e ao tratamento que recebeu na casa de uma família rica e tradicional, em que sua avó trabalhara e ele próprio fora criado. A família em questão morava na avenida Angélica.

> Quando era estudante, senti-me numa ocasião em grande dificuldade. Não tinha outro remédio senão o de socorrer-me de algum amigo; mas os meus amigos não podiam servir-me. Então, lembrei-me de dona M. T. Fui lá e pedi para falar com ela. Ela me recebeu e expliquei-lhe o que queria. Disse-lhe que estava estudando e que me via em apertos terríveis, pois tinha de comprar certos livros [de odontologia] mas não possuía o dinheiro necessário. Então, lembrei-me dela e que, talvez, por consideração à minha avó e ao fato de me conhecer desde menino, ela me protegesse. Dona M. T. ouviu-me, disse que sim, e foi para outra sala. Voltou com trinta mil-réis e quis me dar. Eu me recusei e saí.

O informante considerou a atitude dela como uma “grave ofensa”. Não obstante, com o correr do tempo, esqueceu se dessa amarga experiência e voltou a visitá-los:

> Depois de formado e com clínica estabelecida, fui um dia visitar a mesma família. Isso aconteceu por acaso. Ia passando ali por perto, perto das onze e meia, e resolvi rever os meus antigos companheiros de infância. Eles [os rapazes] me receberam bem. Conversaram um pouco. Contei que me formara e estava clinicando, com gabinete dentário montado. Daí a pouco, a empregada veio avisar que o almoço estava pronto. Então, prontifiquei-me para sair. Expliquei que passara por acaso e que não tinha previsto a eventualidade de almoçar fora. Os rapazes insistiram, que eu precisava almoçar lá etc. Até que me convenci e fiquei. A empregada, logo depois, veio avisar que tinha o meu lugar pronto. E me levou para a cozinha. Tinham arrumado a metade da mesa para mim. Quando aceitei o convite não esperava isso. Pensei que íamos comer todos juntos e trocar ideias. Logo percebi por que fizeram aquilo comigo. Não aceitei o almoço. Disse para a empregada para avisar-lhes, depois que eu saísse, que não almoçaria na cozinha. Nunca mais pus os pés naquela casa.

O oitavo caso se relaciona com o mesmo tipo de “aperto”. Só que a pessoa envolvida, J., apelou para a condescendência de seu pai natural. Um vez, quando tinha 22 anos, procurou-o em seu escritório de advocacia. Não o tendo encontrado, deixou, por insistência do pessoal do escritório, o nome e o endereço. Um mês depois, o pai foi procurá-lo, também não o encontrou, e deixou o cartão. “Voltei ao escritório. Ele [o pai] disse que não era culpado – a [minha] mãe era soberba e sumiu comigo. Falou bem perto da boca para ver se eu cheirava... Deu cem mil-réis... E depois era sempre assim. A necessidade era a gravidez da mulher com quem eu amasiara. Nunca tive muito contato com ele [o pai] porque já era homem feito e senti as restrições dele que, conhecendo a índole dos negros, de ‘tirar coisas’, tinha medo.”

O nono caso, que gostaríamos de mencionar, já foi relatado anteriormente.[259] Trata-se do conflito no trabalho, que envolveu F. com seu novo chefe no banco. Este não gostou de encontrar um “negro” em posição respeitável e o mandou limpar seus sapatos, asseverando que “negro é para isso mesmo...”. Impõe-se recordar esse episódio, em si mesmo tão ilustrativo das atitudes dos *brancos* em face dos “subordinados de cor”. Aliás, é impossível dizer se os “crias da casa”, os “filhos adotivos”

e os “protegidos” estavam melhor amparados nessas emergências, associadas à escolha ou à manutenção de uma carreira. Em sua autobiografia, G. aponta os dilemas morais que se impuseram diante dele, quando seu companheiro escolheu uma profissão que ele também desejaria para si, se pudesse tentá-la com êxito.

> Certa vez, em conversa com um desses meus amigos, revelou-me ele que seu sonho era seguir carreira diplomática. Ele já se via embaixador em Londres ou Paris, recebendo todas aquelas homenagens de praxe etc. Julgava ele que eu também deveria seguir carreira diplomática, porque carreira mais bonita não existia no Brasil. Disse-lhe que não tinha vocação para tal; que minhas intenções para o futuro eram bem outras. Mas tanto ele argumentou que acabou convencendo-me que a carreira ideal para mim era a diplomática. Assim, confiando em que ele tinha um primo que era naquela época secretário-geral do Itamarati e também um tio que era embaixador, comecei o estudo preparatório com ele. Já tinha algum conhecimento de inglês, e nessa língua esmerei-me, assim como no francês. Sabia no final de dois anos de estudos todo o programa solicitado para os exames [...]. Tinha bom conhecimento do que solicitavam sobre Direito Internacional etc. No entanto, no decorrer dessa preparação fiquei ciente que negro não podia seguir carreira diplomática e, sendo assim, resolvi não tentar uma recusa formal no Rio de Janeiro. Por ocasião dos exames, aquele amigo foi até minha casa verificar se eu estava pronto para seguir com ele. Disse-lhe então que não mais estava interessado em fazer aquele concurso, eis que tinha verificado que minha carreira não podia ser aquela. Insistiu ele em saber qual o verdadeiro motivo que me fizera desistir na última hora, eis que havia estudado com muito entusiasmo. Disse-lhe então que estava informado de que negro não podia seguir carreira diplomática. Ele riu e retrucou dizendo-me que no Brasil não existem essas barreiras, que tudo não passava de fantasia, e arrematou prontificando-se a pagar-me as despesas de viagem e estada no Rio, eis que ficaríamos em casa de sua avó. Sustentei o meu ponto de vista e pedi-lhe que não insistisse, eis que estava resolvido a não seguir, e solicitei-lhe que me aguardasse para o outro concurso, que seria realizado em janeiro. Nesse ínterim, ele verificaria se seria possível o meu ingresso na carreira. Concordei em ir com ele, mas não fazer o exame. Lá ele ficou cientificado da verdade: negro não entraria no Instituto Rio Branco, nem com ordem do presidente da República. Aquele meu amigo ficou desapontadíssimo e resolveu não seguir aquela carreira (ele fez exame e passou com distinção), deliberando fazer o curso de Direito e seguir carreira política para combater esse nefando preconcei-to entravador do progresso do negro brasileiro. Hoje é advogado e oficial de gabinete do Ministro da Agricultura e brevemente será candidato a qualquer posto eletivo. O outro companheiro queria que eu fosse com ele...” [e repetem-se outras carreiras, igualmente vedadas ao “preto”.]

O décimo caso se refere às experiências de uma matrona de importante família tradicional, no convívio com antigas servas ou criadas da casa. Certa vez, ela encontrou uma “negra muito velha”, que não via há tempo. Chamou-a de “dona”, ouvindo a seguinte resposta: “Que é isso, sinhá?!... Dona não. Deste estofo (e batia no peito) não sai dona, não!” A mesma senhora costumava receber a visita de antiga “cria” e cozinheira da casa, que ia lá, de vez em quando, em companhia da filha. “A filha, sem a menor cerimônia, entra, senta, conversa; a mãe não se senta, ‘não acha jeito de se sentar na frente do patrão’. Só por insistência da avó e por causa da impaciência da filha – ‘sente, minha mãe!’ – é que ela acabou sentando-se, na beiradinha da cadeira.”

Esses casos, escolhidos com o propósito de sublinhar o sentido das ações e relações que expunham os agentes a se comportarem como “negros”, “brancos” ou “mulatos”, evidenciam claramente que as “pessoas de cor” não se libertaram – nem objetiva, nem subjetivamente – da condição heteronômica inerente à antiga situação do “escravo”, do “liberto”, do “cria da casa” etc. O “preto” aparecia na cena social como o substituto e o equivalente humano do “escravo”, do “liberto”, do “cria da casa”, devendo, portanto, ser encarado e tratado como tal. A resistência à alteração de semelhantes expectativas de comportamento partia, simultaneamente, de “brancos” e de “negros” embora entre estes surgissem, aqui e ali, personalidades inconformistas, em franca rebelião contra tais arranjos. Os próprios informantes, de ambos os estoques raciais, tinham plena consciência desses fatos. Reconheciam abertamente a *subserviência* do “negro” e o *orgulho emproado* do “branco”. Contudo, também ressaltam que as coisas estavam se transformando. Uma senhora, de família tradicional, desabafava:

> Os negros de agora não conhecem mais o seu lugar. São uns malcriados, atrevidos e, às vezes, até desonestos. A A., uma cozinheira que tive, saiu daqui fazendo malcriação, dizendo que negro era melhor que branco, que negro sabe educar filho, que negro não é vagabundo... e uma porção de coisas que nem me lembro! A A. era mulata, era educada, parecia muito fina, mas tinha um “azedume” por causa da cor. Quando ela entrou aqui, disse que havia saído da casa da outra patroa, porque ela era muito orgulhosa, achava que negro não era gente, e que não admitia que o filho [dela, A.] entrasse na casa para conversar com a mãe. Tinha que ficar só no portão. Eu disse que não achava isso certo, que aqui ela podia receber o filho no quarto dela, dar café com pão e mesmo almoço, de vez em quando. Sabe o que aconteceu? Uma vez eu desci para ver uma cesta de costura e sabe o que vi?... O mulatinho da A., refestelado na poltrona da sala de visitas, lendo as revistas, com o pé em cima da mesinha... Nem meus filhos e minhas visitas tomam essas liberdades! Quando eu disse para a A. que ela devia receber o filho só no quarto dela, e não deixar que ele sentasse na sala de visitas, ela ficou furiosa: “É isso mesmo! Diz que não é igual às outras, só para fingir de boa, mas no fim são todas iguais, acham sempre que negro não é gente!“ Mas que desaforo... Então uma professora vai sentar na cadeira do diretor do Grupo? Uma enfermeira toma conta, como se fosse seu, do consultório do médico? Cada pessoa tem seu lugar, seu emprego e não vai tomando conta do que não é seu. Mas os pretos, quando a gente trata bem, pensam que são iguais, que podem fazer tudo que querem!

Comentando ocorrências dessa natureza, a matrona mencionada afirmou que as atitudes desabridas dos “negros” se acentuaram aos poucos, tornando-se frequentes e intoleráveis apenas depois das leis trabalhistas, promulgadas por Getúlio Vargas. “O resultado é esta absoluta falta de conhecimento de seus lugares que se nota hoje em dia”, frisando que isso acontecia com toda a “gentinha”, inclusive com os “brancos da plebe”.

O “preto”, por sua vez, podia não gostar do servilismo a que se via reduzido. Mas tinha de se acomodar passivamente às expectativas de

comportamento dos “brancos”. Como esclarece J., a seu próprio respeito: “aturava, porque era condição de vida do negro na ocasião”. Doutro lado, o próprio branco manipulava, como podia, os cordões do conformismo e da acomodação passiva do “preto”. O seguinte trecho do depoimento autobiográfico de G. ilustra esse fato vivamente:

> Certa vez, estava sentado em uma bela poltrona, na varanda da residência daquele amigo que queria que eu seguisse carreira diplomática. Sua família é riquíssima. Grandes fazendeiros de café. Sua mãe estava ali também, fazendo tricô. E eu, cabisbaixo, pensava justamente na situação em que me encontrava. Era benquisto em quase todos os lares ricos e pobres da cidade; desfrutava de um conceito muito bom; era o “dói-dói” de toda aquela gente. Entretanto, pensava, se um dia me casasse, tivesse filhos, minha mulher e meus filhos desfrutariam daquela situação que eu gozava? O bom senso dizia-me não. E isso me tornava mais meditabundo e sorumbático. Em dado momento, aquela senhora quebrou o silêncio reinante e, como que adivinhando quase o que se passava em minha mente, perguntou-me por que estava tão triste e se não estava gostando da vida que levava, pois ela não podia conceber que eu já tivesse problemas. Disse-lhe então que tinha e que eram bem graves, e que não sabia mesmo como solucioná-los. Falei-lhe a respeito do que pensava. Ela disse-me que eu era muito criança para pensar nessas coisas e que eu tinha que lutar para sustentar a posição que ostentava no momento, sendo amigo das melhores famílias da cidade e vivendo em um meio que era realmente aristocrático, pois, segundo era do seu conhecimento, tinha eu o privilégio de gozar da intimidade mesmo dessas famílias, sendo tratado como pessoa da família etc. Disse-lhe, então, que não podia me conformar com essa situação, pois a posição que desfrutava na sociedade era falsa, e eu não podia me manter nessa situação por tempo indeterminado. Uma prova era que, embora gozando de todos aqueles privilégios, não me permitiam aqueles amigos, de modo indireto, que eu dançasse nos salões de suas sociedades, senão quando o meu colégio ali fizesse realizar festas; não permitiam que eu nadasse em sua piscina e jogasse tênis ou bola ao cesto em suas quadras. Arrematei dizendo que, se essa situação de relativa amizade me era proporcionada, salvo as exceções, o era por ser eu filho adotivo de um dos homens mais ricos e conceituados da cidade e, acreditando mesmo que, no dia em que eu fosse obrigado a viver sem estar amparado por aquela família, toda aquela situação desapareceria. Aquela senhora não soube nem pôde me contestar. Aconselhou-me apenas a não lutar muito contra a evidência das coisas, porque acabaria mal.

Esses casos são suficientes para demonstrar o que nos importa no momento. “Negros”, “brancos” e “mulatos” interagiam entre si como se ainda fossem separados e unidos pela antiga etiqueta de relações raciais, vigente na ordem senhorial e escravocrata. Onde os direitos e os deveres sociais se objetivassem em conexão com a condição racial das pessoas, estas não só deveriam “conhecer o seu lugar” mas, ainda, saber se mostrar à altura dele, agindo e vivendo de acordo com as conveniências, as obrigações ou as imposições dele decorrentes. Em suma, “conhecer o seu lugar” e “saber honrá-lo e dignificá-lo” ainda constituía uma mesma coisa, apesar da insatisfação cada vez mais ostensiva, imprevisível e incontrolável do “homem de cor”. A cor servia como um ferrete, que identificava o “preto” e, atrás dele, aquela parte da “gentinha” procedente do eito e da senzala – ou seja, da subordinação infamante e sem limites do estado servil. Dentro desse contexto psicossocial e cultural, o “escravo” e o “liberto” não

desapareceram: subsistiam no “preto” como categoria a um tempo *racial* e *social*. E, se porventura o “branco” se esquecesse disso, cabia ao próprio “negro” proclamar sua condição, protestando que do “seu” estofo não podiam surgir nem a *pessoa*, nem o equivalente humano do *senhor*.[260]

Tudo isso evidencia que se deve dar especial atenção à forma assumida pela *acomodação racial igualitária*. Esta não nasceu nem vingou, imediatamente, como uma relação típica da sociedade de classes. Foi pervertida e assimilada pelos padrões tradicionalistas de relações raciais, adquirindo a aparência da ordem social democrática mas preservando, tenazmente, a substância do *antigo regime*. Onde parecia fluir plena igualdade nas acomodações raciais, preservava-se, quase intata e completa, a velha relação heteronômica, que separava o “branco” do “negro”, como o “senhor” do “escravo” ou “liberto”. As condições histórico-sociais de formação e de desenvolvimento do regime de classes em nossa cidade tornaram esse destino do “negro” inelutável. A *situação de classe* só encontra vigência quando determinada categoria social conquista os requisitos econômicos, sociais e culturais de uma classe (ou de parte de uma classe). Em termos raciais, somente os estoques “brancos” da população de São Paulo adquiriram, desde logo, os caracteres psicossociais e socioculturais típicos da formação de classe. Os “negros” e os “mulatos” ficaram variavelmente ausentes desse processo, misturados com os segmentos dos estoques raciais “brancos” que também encontraram dificuldades em participar das novas formações sociais, constituindo a “gentinha” uma sobrevivência da “ralé” do *antigo regime*. Enquanto se manteve nessa condição, o “negro” vivia numa sociedade organizada em classes sem participar do regime de classes. O termo “preto” permitia selecionar a *cor* como marca racial para distinguir, a um tempo, um estoque racial e uma categoria social em situação societária ambígua, para não dizer francamente marginal.

Isso nos leva, naturalmente, ao segundo tópico da presente discussão. Na medida em que os negros e os mulatos não se inseriram, senão tardia e lentamente, nas classes sociais em emergência, eles não partilharam das situações de classe existentes e suas relações com os “brancos” também não eram, tipicamente, relações de classes. A acomodação racial se processava segundo modelos reconhecidamente aberrantes, antes conforme à relação tradicionalista e patrimonialista que à relação heteronômica inerente à ordem social competitiva. O “branco” preservava ciosa e ferrenhamente a

posição ativa e dominante da polarização "senhorial". Enquanto o "negro" se conservava (ou era mantido) na posição subordinada correspondente, como se ainda fosse despido da condição civil de "pessoa". Portanto, o que se deve enfatizar não é, propriamente, a existência de relações de dominação. Em toda a sociedade de classes existem formas legítimas de exercício da dominação, da liderança e da autoridade. Mas a interpenetração entre o regime de classes e formas arcaicas de dominação racial. Se os negros e os mulatos tivessem conseguido classificação social rápida no seio do sistema de classes emergente, suas relações com os "brancos" se converteriam, simultaneamente, em relações de classes. Estabelecer-se-ia um novo paralelismo entre a ordenação social e a estratificação racial da sociedade inclusiva. Como tal não sucedeu, ocorreu uma dupla corrupção. De um lado, a sociedade de classes foi abertamente solapada e pervertida por distinções sociais fundadas em privilégios raciais incompatíveis com a estrutura e a dinâmica da "sociedade democrática". De outro, a persistência da dominação da "raça branca" ao velho estilo se deu além e acima de sua fonte de legitimação jurídica e histórica, o que lhe imprimia o caráter de uma violação irreparável dos direitos fundamentais dos "homens de cor" e lhe tirava todo e qualquer fundamento ético-jurídico. Perdido na sociedade de classes, sem desfrutar das garantias sociais estabelecidas, o "preto" ficava à mercê de uma tutelagem que carecia de sentido moral e que não se impunha nenhum freio, fosse ele alicerçado no interesse material, no decoro ou na obrigação subjetiva. O paradoxo final se apresenta com a tendência de se conceber, historicamente, as relações raciais assim desenvolvidas sob os modelos vigentes de ordenação societária. Tais modelos se aplicavam às relações dos "brancos" entre si, com inconsistências notórias em se tratando da democratização do poder ou do comércio social das elites com a "gentinha". Apenas de modo esporádico, porém, chegavam a afetar a convivência dos "brancos" com os "negros". No entanto, convencionou-se que os *princípios democráticos* imperavam nas relações inter-raciais e que a forma de acomodação racial predominante seria "igualitária".

Aqui, não nos interessa discutir o sentido sociopático de tal manifestação de etnocentrismo. Pretendemos, pura e simplesmente, proceder a uma análise sociográfica da chamada "acomodação racial igualitária" para pôr em evidência seus componentes estruturais e funcionais típicos.[261] No fundo, pondo de lado o enganoso nome novo, a

forma de acomodação que se estabeleceu e se perpetuou praticamente até nossos dias (embora com algumas atenuações e substanciais alterações na perspectiva social do "negro") provinha do passado tradicionalista e patrimonialista, como se os "brancos" pretendessem preservar o paternalismo nas relações com os "homens de cor". Não obstante, não existiam mais condições econômicas, sociais e políticas para a sobrevivência do paternalismo, como já assinalamos. Este podia ser praticado em pequena escala, em consonância com a persistência de alguns traços sociais e políticos do *antigo regime,* incrustados no estilo de vida de "grandes famílias"; e de modo fortuito na proteção de um ou outro "elemento de cor mais chegado". A relação paternalista passara a ser: um ônus severo e gratuito para o "protetor"; algo insatisfatório e ainda por cima infamante para o "protegido". Em busca de fontes regulares e autônomas de trabalho e de ganho, o negro e o mulato só recorriam a "benfeitores" no último extremo e quase sempre para saírem insatisfeitos com as soluções acessíveis. Por isso, essa relação somente teve certa continuidade em duas direções. Primeiro, no auxílio contínuo ou acidental a antigos servos e empregados "de cor". Segundo, na proteção disfarçada ou sistemática de negros e mulatos definidos como "afilhados" ou "crias da casa". No mais, a relação se perverteu por completo. O polo ativo passou a ser ocupado por "brancos" que usavam o "negro" como instrumento – em regra com fins políticos e eleitorais. E o polo passivo era preenchido por "negros" que desfrutavam o "branco" rico, explorando sua ignorância do "meio negro", vendendo influências que não existiam e servindo como guarda-costas. Desaparecido o mundo social criado pela escravidão, em resumo, sumiram os suportes materiais e morais dos antigos modelos de associação entre "negros", "brancos" e "mulatos" – especialmente os modelos que ligavam entre si os dois extremos da sociedade. A continuidade de tais modelos surgia, em si mesma, como uma anomalia e onde ela se vinculasse a interesses práticos quase sempre existia alguma parte de perversão nos motivos dos "brancos", dos "negros" ou de ambos.

A sondagem efetuada nos revela que a relação tradicionalista no comércio inter-racial entrara em colapso. A supressão legal do sistema de castas e a desagregação inevitável, embora lenta, do *antigo regime* minavam aos poucos os suportes materiais e morais em que aquela relação se erigia. Isso significa que a realidade histórica não favorecia o curso tomado pelos contatos raciais; que os requisitos psicossociais e

socioculturais das formas arcaicas de acomodação racial estavam fatalmente condenados; e que as tendências de reintegração da ordem racial teriam de ser fornecidas pelo sistema de classes sociais. No entanto, os vários fatores de inércia, já analisados, que operavam simultaneamente no "meio negro", nos círculos dirigentes da "raça dominante" e na sociedade inclusiva como um todo engendravam, na esfera das acomodações raciais, um longo período de transição, o qual confirma ser realmente difícil ao homem *sair da própria pele.* O "negro", no regime de igualdade e de liberdade, continuou a se comportar como "escravo" ou como "liberto", enquanto o "branco" ignorou as transformações ocorridas, aceitando o incenso que era queimado a seus pés ou exigindo os tributos devidos à "raça dominante".

O fato é que, por curioso que pareça, os fatores de inércia conservaram o passado no plano por assim dizer ritualizado do convívio inter-racial. Na medida em que o "negro" se identificava com seus antigos papéis sociais ou em que o "branco" se recusava a partilhar com ele seu estilo de vida e os papéis sociais correspondentes, reduziam-se ao mínimo as modificações do horizonte cultural imperante em cada setor racial da sociedade paulistana. Em consequência, estabeleceu-se uma espécie de consentimento tácito, que conferia ao "branco" o arbítrio de decidir como tratar o "negro", em situações concretas, e infundia neste a propensão a acatar, conformadamente, as expectativas de comportamento daquele. Esse desfecho seria inconcebível se o conformismo do "negro" não tivesse sido modelado pela *escola da escravidão* e se, apesar de escravo, ele tivesse sido o próprio agente histórico de sua libertação. Do jeito que se passaram as coisas, seria mais fácil alterar bruscamente a personalidade dos senhores que a personalidade dos ex-escravos e libertos. Ninguém poderá dizer até onde iria o ressentimento dos "brancos" dos círculos senhoriais se fossem compelidos, pelas circunstâncias, a obedecer de um momento para outro a um código ético igualitário. Mas percebe-se melhor a extensão tomada pelo processo inverso: como transcorreu a acomodação conformista dos negros e mulatos. Ainda em 1949, duas de nossas pesquisadoras se interessaram pelas influências tradicionalistas, que alimentam o extremo conformismo dos "pretos velhos". Eis como uma delas resume, livremente, a filosofia de vida de sua informante: "Os reveses por que passou a fizeram fatalista. O destino quis que ela se casasse e ficasse viúva três vezes. Não culpa os pais por não a mandarem à escola, mas ao destino que assim o quis. Sua pobreza

também estava determinada. Aceita todas as vicissitudes com submissão de escrava, sem revoltas, sem desejo de interferir nos acontecimentos. *Só o fato de ser preta é uma advertência para que se conserve submissa*". A outra pesquisadora, conversando com os membros da família que lhe competia estudar, soube que o pai era espírita e que a mãe não tinha religião certa ("ora vou em esta, ora vou em aquela"), e colheu, do chefe da família, a seguinte explicação sobre o processo de cura das doenças: "Fé em Deus, sem fé não adianta nada o médico! [...] Então, perguntei-lhe, 'por que o senhor vai ao médico?' Ele respondeu: 'Ué! Ele ajuda!'". A pesquisadora ficou desorientada com o que observou e ouviu, desabafando em seu diário de trabalho: "São todos os membros da família de um conformismo revoltante. Mesmo que pareça impossível, estão relativamente satisfeitos com a situação. [...] Se é isso a vontade de Deus que é que se vai fazer? [...] Não culpam nem a cor nem a falta de oportunidades pela situação".

Na verdade, foi mais fácil ao "negro" lutar contra o aparato material da condição servil que combater seu sustentáculo moral invisível, a concepção tradicionalista do mundo. Seria necessária uma lenta reeducação pela experiência para que se desse conta de que precisaria conquistar, por meios próprios, a *Segunda Abolição* – aquela que seria igualitária e definitivamente redentora. Em suma, todos consentiam, espontaneamente, em perpetuar as velhas formas exteriores de convivência racial. "Brancos" e "negros" se viam através de um prisma deformado. Tendiam a se apegar, portanto, a expectativas de comportamento, a ideais de personalidade e a concepções de *status* e de papéis sociais que ordenavam a situação de contato inter-racial, material e moralmente, como se prevalecesse, para fins de classificação social e de tratamento recíproco, um estado de servidão não declarada da "raça negra". Isso pressupunha a atualização e a vigência ininterruptas de ajustamentos raciais que renovavam, diuturnamente, o padrão assimétrico de relação racial, construído sob o império da escravidão e do domínio integral da "raça branca". O elemento típico da "acomodação racial igualitária" não vem a ser, por conseguinte, a disposição, mutuamente admitida ou consentida, de *igualdade racial* efetiva. Mas uma polarização inversa, que convertia a subordinação passiva do "negro" e a supremacia ilimitada do "branco" em bases normais da interação racial. Nem mesmo sob a condição de processo *in statu nascendi* e *in fluxu* chegam a se estabelecer, no período considerado, tendências alternativas de evolução igualitária da situação de contato racial.

Essa conclusão, amplamente fundada e comprovada pelos documentos transcritos, evidencia algo que é essencial para a nossa reconstrução e a nossa análise. A repetição de velhos “usos” e “costumes” no comércio racial teria, em si mesma, pouca importância sociológica. Se tudo se limitasse apenas a isso, estaríamos diante de sobrevivências, de relíquias do comportamento humano, residuais e destinadas a rápido desaparecimento. Contudo, o que se constata é que as exterioridades do comportamento do “negro” correspondiam, estrutural e funcionalmente, a exterioridades contrapostas do comportamento do “branco”. Em outras palavras, era um padrão de relação racial que se perpetuava historicamente, prolongando pelo tempo uma forma de acomodação racial contrária aos requisitos econômicos, sociais e culturais da sociedade de classes. A mais completa e extrema assimetria continuava a imperar na convivência entre “negros”, “brancos” e seus descendentes mestiços. E não se tratava de uma assimetria nascida da livre competição racial ou das desigualdades inerentes ao regime de classes. Porém, de uma assimetria monolítica, rígida e implacável, que não deixava alternativa – ou o ajustamento esperando; ou a autoexclusão. Ainda aqui, observamos como o cruel dilema, que perseguiu incessantemente o liberto, também operou contra o “negro livre”. *Integrar-se à vida social* significava, para o negro e para o mulato, aceitar passivamente as regras do jogo, estabelecidas pelo e para o “branco”. O que equivalia a admitir e reconhecer sua condição submissa, dependente e de “gentinha”. A outra saída consistia em romper pela abstenção – isolar-se do convívio com o branco e quebrar o maior número possível de ligações com o seu mundo social, constituído pela própria sociedade inclusiva.

Esse mecanismo de ajustamento fomentou a elaboração de estranha filosofia conformista, que transformou o “retraimento” e o “complexo”[262] em fatores de isolamento renitente. Um informante negro escreveu, em documento pessoal, algo característico: “nunca procuro um lugar em que me sinto acanhado nem também que eu me sinto indesejado nesse ou naquele ambiente”. Quer dizer que, pouco ou muito, cada qual fugia o quanto pudesse do convívio com o “branco”, especialmente onde esse convívio implicasse em sair da rotina. Entretanto, dada a fragilidade de semelhante recurso adaptativo, seria difícil determinar as fronteiras que separavam o isolamento puro e simples do desajustamento declarado. O isolamento como técnica social de ajustamento se produzia num clima psicológico em si mesmo desmoralizante e desmoralizador. Doutro lado, em

determinadas circunstâncias ele próprio acabaria disfarçando um desajustamento crônico irremediável, embora não reconhecido abertamente como tal.

As lembranças de um informante branco permitem situar um caso-limite, dessa natureza. Segundo suas recordações, estava almoçando com um amigo de folguedos "negro", com o qual mantinha relações de profunda amizade, quando apareceu um vendeiro da vizinhança, para fazer uma reclamação: Z., o seu amigo, e um "italianinho" haviam derrubado uma pilha de latas do armazém. "Dna. N. não bateu no filho. Depois de desculpar-se ao vendeiro, pôs-se a falar, como num choramingo, ao filho: 'Já avisei, meu filho. Preto com branco não dá certo. Branco não presta, meu filho. Branco é mau. Este mundo é deles. Já avisei. A gente tem que se conformar e viver entre nós. Branco, se trata bem no começo, é para pôr canga em preto, no fim. Dna. N. pra cá, Dna. N. pra lá, dizem as patroas do hotel, mas, no fim, quando a gente quer o dinheiro que devem, se não põem o mundo abaixo, vão embora e deixam a nossa panela sem feijão. Branco não presta, meu filho, escuta o que sua mãe diz'." Z. ouviu com cara sisuda aquele desabafo de uma *submissa*. "Foi realmente impressionante. Lembro-me muito bem, até hoje. A velha, notando a minha aflição, vem em meu socorro: 'Não ligue não. Você é como meu filho'. Nunca me esqueço".

No entanto, temos de deixar de lado tais aspectos da situação de contato. Eles possuem inegável importância e não devem ser subestimados ou esquecidos em nenhum momento da nossa análise. Mas esta deve cingir-se ao plano imediato em que se desenrolava o intercâmbio social do "negro" com o "branco".

O fulcro do padrão assimétrico de relação racial consistia numa polarização em que o "branco" e o "negro" apareciam, respectivamente, como os equivalentes do tutor e do interdito. Nesse sentido, poder-se-ia falar, numa extensão de um princípio do direito natural, na existência de um "poder do branco" (como o poder paterno ou o poder marital), a ser exercido, em qualquer circunstância e em qualquer fim, com ou sem o consentimento da parte interessada e, teoricamente, sempre no seu benefício. Os fundamentos dessa polarização recíproca aparecem claramente no seguinte depoimento, que condensa os principais elementos típicos da relação enunciada:

> [...] o negro sabe que é inferior e reconhece que o branco é mais inteligente e deve mandar nele. Por isso, se comporta para com o branco com timidez e com respeito, aceitando o seu lugar. Ele nunca poderá alcançar a mesma posição que o branco, por mais que faça. Os próprios "homens de cor" desenvolveram aguda consciência dessa polarização, apontando-a como "causa" do preconceito de cor e da discriminação racial em nossa sociedade. Nestas condições, o que nós sentimos de ordinário na rua é não somente o efeito do preconceito mas, no caso, é a causa dos efeitos citados. O preconceito é este conceito de inferioridade que se tem para com o negro e *em decorrência dessa inferioridade aparece o tratamento do superior para com o inferior.* [...] A raça branca criou para si o conceito de superioridade e para a raça negra o conceito de inferioridade. [...] Este conceito criado para o negro criou, no elemento branco, a prevenção. Criou um estado de espírito que, se não podemos dizer de atrocidade para com o elemento negro, pelo menos o podemos afirmar na condição a que deveria ser – relegado a um elemento inferior. E esse conceito de inferioridade sentimos a cada passo. [...][263]

Convicções dessa ordem se mantiveram firmes e arraigadas. Ainda em 1952 pudemos observar a indignação de um luso-brasileiro diante da elevação de L., grande jogador mulato, à condição de técnico do seu clube. O informante era torcedor fanático daquele clube e achava que seu quadro ia mal em virtude daquela circunstância. "L. é um grande jogador, ainda agora. Mas o mal foi terem-no aproveitado como técnico. [...] Negro não serve para isso. Não serve para mandar e ainda mais para mandar em branco. [...] L., como todo preto, é desorganizado e insubordinado. Como poderia então ser chefe e dar ordens? Ninguém quis obedecer-lhe e o exemplo de insubordinação tomaram dele próprio. [...] Além disso, no quadro há rapazes brancos, de fina educação, inclusive advogados formados. Como poderiam ser comandados por um negro e receber ordens dele?"

Assim como não podia "mandar em branco", o "negro" também não podia ser recebido ou tratado como "um igual". As antigas servas e empregadas ou os chamados "crias da casa" deviam ser recebidos na copa, pela porta da cozinha ou na varanda. Vários documentos demonstram que a localização recíproca dos *socii*, a esse respeito, era estrita e aceita tacitamente. Isso não deveria "ferir os brios de ninguém", pois se julgava que os procedimentos não afetavam a pessoa, mas a sua condição social "inferior". Os mesmos documentos evidenciam que o essencial era cada um "saber qual é seu lugar" e se ater, convenientemente, à "tradição de hierarquia". Um advogado e fazendeiro possuía dois serventes negros. Eis como explicava as razões dessa preferência: "Sou eu quem escolhe os nossos empregados. Temos agora dois negrinhos formidáveis: espertos e ótimos empregados. Aliás, prefiro ter negro nesse lugar... Já que a gente vai ajudar alguém, que seja um negro, que está precisando mais de auxílio. Prefiro ajudar um negro, que um italianinho picareta que quer subir. O

negro, pelo contrário, liga à vontade de subir uma tradição de hierarquia: é respeitoso e educado; o italianinho é moleque e malcriado".

A mesma razão levantou algumas quizílias contra o mulato. Como disse um informante: "Agora, não sei se você percebeu que o mulato é pior que o preto. Eu por mim não tenho nada com os pretos. Acho que é boa gente e me dou com eles. Mas não quero saber de negócios com os mulatos. O mulato pensa que é branco e fica muito metido. Prefiro os pretos, porque eles sabem qual é o seu lugar e se afastam. Os mulatos não. São pernósticos e pensam que podem fazer tudo como os brancos". No contato categórico, a distância social e a "tradição de hierarquia" eram sublinhadas pelo tratamento cerimonioso. Não se dava de "senhor" ou de "dona" a um "preto" – nem ninguém se desbarretava diante dele ou lhe dava a mão. Alguns chegavam a proibir que as "pessoas de cor" usassem essas fórmulas entre si. "Conheço um caso que me ocorre agora. Na casa de uma família abastada, com ranços ainda de aristocratas, essa gente não permitia, entre as empregadas negras, que a mais moça chamasse a mais velha de senhora, porque senhora, naquela casa, só eram elas, as brancas donas da casa."

Apesar da enorme tolerância associada ao uso de nomes e prenomes das famílias tradicionais pelos ex-escravos, até aí se estabeleciam distinções notórias. Certa matrona, de família com belo renome, tinha por hábito chamar por Clemente os moleques de recado (em regra, "pretos"). Uma ocasião, um desses rapazes foi à sua casa, para lhe prestar um serviço. Ela indagou: "Como é que você se chama? Clayton?... Isso não é nome de negro! Você se chama é Clemente!". E o designou, sempre, por esse nome.

Na medida em que identificava certos hábitos e modos de ser com um *status* "aristocrático", o próprio negro, assim que pudesse, tendia a absorver os padrões de comportamento dos "brancos da elite", servindo-se deles para se distinguir e se separar dos "negros pobres" ou "negros de brim". Os clubes negros mais ou menos conceituados ficavam, por isso, famosos pelo formalismo imperante na vida mundana dos associados, pelo decoro das festas e pelo zelo da etiqueta mais estrita, que governava as relações cerimoniosas dos sexos no decorrer das danças. Nas relações com o "branco", porém, tais evidências de ostentação de prestígio e de poder podiam ser mal interpretadas e recebidas com hostilidade. Em regra, dizia-se, diante de qualquer situação desse tipo: "parece que o negro quer virar gente", "essa gentinha não se enxerga!", "negro já pensa que é gente" etc. Ainda recentemente, registramos uma ocorrência digna de menção. O

chofer de um carro de aluguel estava transtornado. “Hoje estou de peso. O primeiro freguês que me apareceu foi uma mulher. Ela deu sinal para eu parar. Quando parei, três homens assaltaram o carro na frente dela.[264] [...] Eu achei ruim. Falei que a vez era da moça. Eles eram dois brancos e um preto. [...] O preto disse que não tinha nada com isso [com a precedência da mulher]. ‘O que eu quero é que você me ponha na Praça Clóvis Bevilacqua depressa!’ Eu fiquei danado da vida. Falei que eles não mandavam em mim e que os gritos deles não adiantavam. Se quisessem mandar, comprassem um automóvel.” Resultado: decidiu não servir a ninguém e encostou o automóvel. “Agora, podem gritar à vontade. Daqui eu não saio nem que chamem o D.S.T.” Eis o seu comentário final: “Porra, tinha que ser justo o preto que tinha de falar! Se eu gostasse de carvão, comprava uma carvoaria. Se fosse um dos brancos que falasse, ainda vá lá. Mais do negro, não! Vão mandar na puta que os pariu!”

Essas indicações mostram, em conjunto, como se objetivava socialmente o padrão de assimetria nas relações raciais e o que resultava de sua inobservância. Em regra, se o “negro” tentasse frustrar as expectativas de comportamento “submisso”, deixando de “se colocar em seu lugar” e, principalmente, se ele procurasse se impor como “igual” ou “superior”, o “branco” reagia de modo desfavorável (às vezes com violência insopitável), tornando-se imprevisíveis o curso e o desfecho das ações de um e de outro.

Portanto, a cordialidade para com o “negro” não traduzia ausência pura e simples de distância social e de intolerância racial. Mas algo deveras mais complicado: a vigência de uma etiqueta de relações raciais que regulava, de forma extensa e firme, as atitudes e os comportamentos apropriados a cada circunstância. Ao estipular como cada agente social *devia* se comportar, nas situações rotineiras, de contato racial, semelhante etiqueta disciplinava os sentimentos e emoções dos agentes sociais, conformando suas ações às convenções estabelecidas socialmente. Ao mesmo tempo, essa etiqueta proibia ou proscrevia o recurso sistemático à violência, identificando como indecorosas as ações que pressupunham perda de autodomínio no trato com pessoas de situação social “inferior”. Se o “negro” deixasse de corresponder, de moto próprio, às expectativas convencionais, impunha-se “lhe dar uma lição”, servindo seu almoço na cozinha ou se negando, abertamente, aquiescência às suas pretensões.

Na medida em que o sistema tradicional de etiqueta entrara em crise e em que o “negro” se insubordinava contra as discriminações decorrentes de

sua observância, surgiam situações ambíguas, às quais eram inerentes ressentimentos e tensões que acabavam evoluindo na direção do conflito. Vários exemplos permitem aprofundar a descrição desse aspecto, que demonstra cabalmente quanto se estava longe do limiar de um autêntico consenso democrático na avaliação e na aceitação do “negro”. Parece que, afora desatenções propositadas, era no trabalho que se achavam as principais fontes de atritos. Em uma das histórias de vida deparamos com o seguinte incidente: “Em 1917, arranjaram-lhe um emprego de fiscal de consumo. Não o pôde ocupar, por não ter habilitação. Conseguiram-lhe um lugar de escrevente. Tudo ia muito bem, até o dia que o chefe mandou que ele lavasse as escarradeiras. Revoltou-se. O homem lembrou-lhe que ele era preto e quase analfabeto, num assomo de mau humor. Rebelou-se. Não lavou as escarradeiras e não apareceu nunca mais no emprego”.

Pelo jeito, as mulheres de cor também reagiam assim, quando “provocadas”. E. N. era costureira numa casa de modas do centro. “Um dia a patroa queria que eu fosse levar a menina dela para casa. Eu respondi: ‘Não vou porque não sou pajem’. A patroa retrucou: ‘Sua negrinha! Você vai ou não vai?’ ‘Não vou!’ ‘Você pode ir embora então!’ Saí na mesma hora”. Outro exemplo interessante diz respeito a uma promoção esporádica e temporária de um jovem, que trabalhava como escriturário em uma repartição pública federal. O chefe da seção precisou se ausentar por alguns dias. Fez os arranjos necessários e o encarregou de responder pelo expediente durante sua ausência. “Os colegas brancos ficaram furiosos. Alguns não se continham e chegavam a dizer-me que não queriam servir sob as ordens de um negro. ‘Onde se viu, um negro mandar na gente?!’ [...] Fiquei um pouco abalado no início. Depois não liguei mais. Eu era o chefe e eles tinham de me obedecer. Que achassem ruim à vontade. Quem mandava era eu!”

Experiências dessa natureza marcavam, naturalmente, tanto o “branco” quanto o “negro”. Em nosso levantamento, contamos com vários tipos de “queixas” dos “brancos”, que já não entendiam o “negro”, nem o seu comportamento. Muitos tomaram consciência viva de que este “não procurava o branco por amizade mas por interesse” e ficaram chocados com as atitudes de independência, que tendiam a classificar como de “ingratidão” e de “revolta”. Um dos informantes, que declarou “sentir simpatia pelo negro” e que disse “procurar ajudá-los sempre que pudesse”, forneceu um relato amargo de suas decepções. Os dois “pretos” que tentou

auxiliar “deram-lhe dor de cabeça”, levando-o a “experiências muitos tristes”. Em seu entender, “são muito revoltados e voltam-se contra os que os auxiliam, ficando violentos”. Exemplificou que seus dois protegidos o trataram asperamente e lhe deram respostas malcriadas a observações delicadas que precisou fazer. “Os pretos se ofendem à toa, e quanto mais eles dependem da gente, mais altivos se mostram. Os brancos são diferentes. Eles não se esquecem de um favor e sempre demonstram gratidão pelos favores que recebem.” Por isso, formou-se a convicção de que “os pretos são ingratos” e que “se esquecem logo das obrigações que devem aos outros”. O “negro”, por sua vez, defrontava-se com um dilema. O seu modo de ser, no trato com o “branco”, é que decidia do aproveitamento final de suas aptidões, e não, como gostaria, o seu valor como pessoa. Isso transparece no seguinte depoimento de J. L.: “Existem as possibilidades de realizar os meus desejos, através de coisas incompatíveis com os meus princípios e com o meu caráter. A bajular políticos e a mendigar um direito que tenho adquirido do meu próprio esforço e trabalho”.

O padrão assimétrico de relação racial produzia, naturalmente, certos efeitos psicossociais normais.[265] Atendo-nos ao essencial, vamos descrever aqui cinco aspectos básicos: as consequências dinâmicas do apego ao padrão tradicionalista de acomodação racial; influxos deformadores do padrão de tratamento racial assimétrico na organização da personalidade do “branco”; influxos deformadores do padrão de tratamento racial assimétrico na organização da personalidade do “negro”; tendências da identificação diferenciadora associadas ao padrão assimétrico de relação racial; efeitos específicos da ausência de reciprocidade de perspectivas nas relações raciais.

Parece óbvio que o apego ao padrão tradicionalista de relação racial constituía o requisito psicossocial da própria perpetuação de larga parte do *antigo regime* na esfera dos contatos entre negros, brancos e mulatos. Ele estava na base, pois, da lentidão com que se transformou a ordem racial herdada do fim do século. Contudo, não era para essa questão geral que pretendíamos chamar a atenção. Mas para algo que ficava atrás disso tudo como o verdadeiro dínamo das atitudes e comportamentos conservantistas de “brancos” e “negros”. O apego àquele padrão de relação racial não só mantinha, como revitalizava e atualizava socialmente, a imagem que o “branco” fazia do “negro” e vice-versa; e, o que é substancial, projetava

essas imagens como se a revolução abolicionista e a implantação da República não contassem na esfera das acomodações raciais.

Em suma, a imagem do "bom negro" se associa a expectativas bem definidas de submissão, lealdade e conformismo diante da situação de interesses da "raça dominante". Quanto mais o negro e o mulato se identifiquem com os ideais da personalidade democrática, concatenados em torno da figura do *cidadão* e dos direitos fundamentais da pessoa, tanto mais eles são incompreendidos, avaliados etnocentricamente e depreciados. Ao inverso, quanto mais se prender ao modelo do criado fiel e devotado ou fizer jus aos atributos correlatos (mesmo sem ser empregado ou dependente), mais o "negro" encontra correspondência afetiva, compreensão e consideração no ânimo do "branco". O velho criado, descrito em "O prêto Leôncio", por Pelágio Lôbo,[266] configura o paradigma do negro dedicado, zeloso e querido pelo "branco". Eles ficavam na memória dos senhores e dos patrões.

> Como era boa a Joaquina! Nela estava personificada a devotada afeição que os africanos sentem em geral pelas crianças. Quando estavam doentes, levava-lhes alimento e o remédio que a mamãe mandava; quando adormeciam, sentava-se no chão, ao pé da cama, vigiando-lhes o sono; quando sãos, contava-lhes histórias... Era um prazer ouvir as lendas africanas sobre meninas roubadas que, metidas em sacos, cantavam pelas ruas. Ou, então, sobre cavaleiros perseguidos, que fugiam a todo o galope do inimigo e atiravam para trás um alfinete que se transformava em bosque de espinhos.[267]

Ficavam como que "parte da família", gozando do seu convívio e proteção, como nos esclarecem os dois excertos seguintes:

> Nunca admitimos que se dissesse que a Malva era preta; Malva era "de cor", era "muito morena". Uma das chateações que meus tios usavam contra nós, para nos ver danados, furiosos (e acabávamos chorando de raiva, quantas e quantas vezes!), era repetir: "A Malva? É um tição. É mais preta que pó de carvão. É tão preta que no escuro some. É a mamãe preta de vocês". Provocavam respostas furiosas, entre as quais esta, que era usada como argumento supremo: "A Malva é preta por fora, mas a alma dela é mais branca do que a de vocês todos!" Apesar das dedicações de Nhá Benta, da Rosa cozinheira, da Malva, mamãe sempre disse preferir empregadas brancas às pretas e mulatas; acha que os pretos e mulatos são mandriões, preguiçosos, malandros, não têm gosto pelo trabalho nem pela limpeza. No entanto, geralmente tínhamos empregadas de cor; e nunca se estabeleceu, com as empregadas brancas, o clima de afeição que tantas vezes se criou entre nós e as pretas. Não falo já da Malvina, que é um caso à parte, nem das antigas agregadas da família; mas uma quantidade de criadas pretas e mulatas que aqui em casa estiveram trabalhando continuam a nos visitar, a trazer presentes, mostrando uma afeição que nenhuma das brancas que por aqui passaram conservou, a não ser Evangelina (portuguesa). Geni, Isaltina, Sebastiana, Heloísa, Luzia, Cecília, Chica, volta e meia apareciam para saber notícias e dar uma prosinha; elas se sentem "da família", participam das alegrias e das tristezas da casa; e sabem que quando precisam podem recorrer "aos seus brancos".

Essa imagem do "bom negro" encontraria, mais tarde, viva repulsa entre os negros e mulatos envolvidos nos movimentos sociais pela

“redenção da raça negra”. Elaboraram uma contrarrepresentação que expunha essa imagem, impiedosamente, como a do “negro trânsfuga.” Ao mesmo tempo, opuseram avaliações próprias, que pretendiam desmascarar as representações piegas dos “brancos”! Em sua explicação do *êxito* rápido da Frente Negra, na década de 1930, por exemplo, salienta José Correia Leite:

> O fundo psicológico, que permitiu a pronta aceitação desse movimento e o entusiasmo com que os negros aderiram a ele, liga-se ao fato de que o negro estava cansado de viver numa situação de descaso e de ser visto sempre, em suas aspirações e anseios, a partir de um falso sentimentalismo, mais do que prático, pelos homens de responsabilidade pública, historiadores e sociólogos. Estes, sempre que se referiam ao negro, era para contar aquela velha ladainha de que tinham mamado no seio de uma negra, como se isso trouxesse, para o negro, alguma vantagem ou favor. Quando não isto, era a também velha história de que o negro madrugou nos alicerces da formação da nacionalidade, que era bom, afetivo, tendo sempre acompanhado o branco, desde o berço até a sepultura.[268]

Mas essa foi a imagem que vingou historicamente, inculcando no “branco” não só as ideias que fazia do “negro” como, ainda, as distinções correntes a respeito do “negro bom” e do “negro que não presta” ou do “negro safado” e as convicções correlatas, pertinentes ao modo de “tratar o negro para mantê-lo na linha”, de corresponder à sua afeição ou solicitações etc. Mesmo depois da consolidação da Frente Negra e do aparecimento de outras organizações congêneres, essa imagem continuou a seduzir o próprio “negro”, que se via socialmente através das representações construídas pelos “brancos”.

Semelhante clima moral fazia com que nos diferentes círculos sociais do “meio branco” predominassem atitudes e expectativas que tornavam o “branco” mais ou menos intolerante a manifestações de autonomia ou de igualdade no comportamento das “pessoas de cor”. Um advogado arguto, de família tradicional, situou bem a questão no contexto histórico-social apontado. Ao descrever os “pretos de caráter”, que conhecia, salientou: “... dentro do conceito de caráter que o branco quer que exista”. Por isso, certa rigidez e um mínimo residual de intolerância vinham a ser a pitada de sal com que os “brancos” temperavam o “sentimentalismo piegas” e a compreensão católico-cristã do homem em suas relações com os “negros”. Inclusive minúcias podiam ser selecionadas e interpretadas à luz das implicações daquela imagem, toda vez que o “preto” se afastasse dela. Um caso é bastante ilustrativo. Trata-se de um descendente de portugueses, que vivera no interior antes de morar em São Paulo. Ele usava o carro da família sem possuir a necessária habilitação. Um único guarda o obrigava a parar e

procedia contra o transgressor – “um preto”. Tais ocorrências não levaram o informante a identificar o guarda como “cumpridor de seus deveres”. Porém, ao contrário, a representá-lo como um “preto ressentido” e “pedante”. O normal seria que tolerasse a transgressão e ainda procurasse ser útil ao transgressor...

Mais chocantes que a ostentação de comportamentos individuais inesperados (e por isso desaprovados) pelos “brancos” são as afirmações coletivas dos “negros”. Manifestações desse gênero sempre foram vistas com inquietação e eram reprimidas no passado. Concentrações do tipo das que se começaram a fazer nos passeios da rua Direita eram inconcebíveis antigamente e traduziam, em si mesmas, uma alteração fundamental na situação social do “negro” na cidade. Pois bem, houve informantes brancos que focalizaram, espontaneamente, esse episódio para externar a opinião de que os participantes desses passeios não seriam os “pretos” típicos. “Na rua Direita às noites de sábado e domingo há muita gente de cor, mas eu acho que aí não adianta a gente reparar... não dá nada! São pessoas *de cor que guardam raiva de serem pretos ou mulatos, que querem fazer acinte, mostrar despeito. São pessoas de cor envenenadas, com recalque*... Esses não adianta *observar, não são as verdadeiras pessoas de cor.*” Voltamos, pois, ao ponto de partida. As “verdadeiras pessoas de cor” são aquelas que agem dócil e passivamente, conforme as expectativas expressas ou não dos “brancos”. Essas encontram simpatia e apoio até entre brancos conscientemente preconceituosos e intolerantes. Um exemplo ilustrativo nos é fornecido por um informante que atribuía ao “negro” má influência sobre o “branco”. “Os pretos constituem uma raça degenerada: ao lado da minha casa dois homens (um preto e um loiro) fizeram um coberto e passaram a viver ali. Estavam sempre sujos, bêbados, largados. Um dia o preto sumiu, o dono do terreno cercou-o e o branco fez uma casinha no fundo sozinho. Passo pelo terreno todos os dias e verifiquei como a situação do branco foi melhorando. Já usa roupas mais limpas e melhores, anda de barba feita e outro dia, qual a minha surpresa, estava de gravata. Era o preto que levava o branco para a vida largada.” No entanto, o mesmo informante asseverou o seguinte: “Conheço também ótimos pretos em Pernambuco, onde estive no ano passado e encontrei um que tinha ido com o filho cumprimentar meu pai, seu padrinho. Tinha 75 anos e toma bênção de papai – é um grande sujeito!”

Para merecer semelhante avaliação e conseguir as vantagens decorrentes, o próprio “negro” não só absorvia a imagem que o “branco” fazia dele. Agia de acordo com ela em tudo que fosse vital, como se uma mola o orientasse na escolha dos ajustamentos esperados. Aí, no entender do “branco”, adquiria o caráter do “negro de alma branca”, da “verdadeira pessoa de cor” ou do “preto sem recalques”. O caso mais expressivo, com referência à época considerada, é o do tenente G. Ele sentou praça em 1900. Numa das peripécias de sua carreira na Força Pública, foi parar no batalhão de uma cidade do interior cujo comandante tinha fama de “ser terrível” e de que “não gostava de pretos”. “Chamou-me à sua presença e perguntou se eu bebia. Eu disse que não: só bebo água. O comandante respondeu, ríspido: está querendo brincar comigo? Fiquei com medo. Pensei que, pela primeira vez, iria conhecer o quadrado. Mas não fui.” De acordo com suas lembranças, “o homem era duro, mas não injusto”. Eis como obteve sua proteção. “Então, procurei conquistá-lo através da esposa. Aproximei-me dela, cativei a simpatia dela e por seu intermédio tive as boas graças do comandante. Ele foi bom para mim.” No seu entender, “poucos pretos procuraram agir com essa cautela, que seria recomendável para melhorar as relações com os brancos”. Alguns informantes negros e mulatos salientaram que comportamentos dessa natureza constituem uma espécie de técnica social, empregada com fitos racionais. Segundo um dos informantes, “o negro que sobe” precisa colocá-la em prática, para conquistar a posição, mantê-la ou melhorá-la. Em consequência, esse tipo “se torna mais educado e afável que os próprios brancos”. “Nas repartições, por exemplo, se tornam mais urbanos e afáveis no trato do público. Pode ver, que entre um branco e um preto, o que serve melhor o público é o preto. Mesmo os chefes preferem esses funcionários.”

O apego ao padrão tradicionalista e assimétrico de relação racial aparecia invariavelmente ligado a dois componentes, entre os “brancos”. De um lado, à noção de que “o negro só serve para trabalhos braçais” e que, portanto, “não deve assumir cargos de responsabilidade e de mando”. As seguintes ideias de um dos informantes brancos, de família tradicional, são esclarecedoras: “Os pretos são melhores que os brancos para trabalhos braçais, por causa da força bruta”. Mas, referindo-se à carreira no Exército, asseverou:

> Eu acho que os pretos não subiam além de cabo, rarissimamente a sargento, devido à falta de capacidade... Porque, de mil negros, há um que se destaca! [...] O comportamento do negro que sobe a um posto superior no Exército é, em geral, intragável. Por se sentir superior começa a maltratar os antigos colegas, e tratá-los como *inferiores*, a perseguir. Eu acho que por um sentimento de inferioridade ou de insegurança, trazido pela posição quase sempre inferior que ocupam na sociedade, ou talvez por tudo que sofreram antes, preconceitos e outras coisas, o preto quando sobe começa a se dar ares de importante, muito mais que qualquer outra pessoa; de um lado para convencerem os outros e mostrarem que subiram, de outro para se convencerem a si mesmos. Os poucos que subiram, no Exército, quando estive lá, ficaram insuportáveis para com os antigos companheiros. Estes naturalmente, maltratados, se afastaram, mas isolavam-se do preto que subia, devido ao seu comportamento e não devido a preconceitos.

De outro lado, essa técnica de convivência excluía o “negro”, naturalmente, da condição de *igual*. Mesmo quando ele era aceito, sua posição era a de “protegido”, de alguém que “recebia favores” e tinha de “prestar obrigações”. Embora a estrutura social compatível com a prática do paternalismo estivesse em crise, tudo isso permitia eliminar o “negro” do horizonte cultural do “branco” como um competidor legítimo em potencial. Como antigamente, a sua ascensão só seria aceita, tolerada e proclamada com simpatia quando nascesse da iniciativa do “branco” e envolvesse compromissos tácitos de lealdade total para com a pessoa ou os interesses deste. A ordem social competitiva se fechava discretamente para o “negro”, pois sua mobilidade vertical dependia, estreita e diretamente, da vontade pessoal do “branco”. Sem que este reconhecesse o seu valor e tomasse providências para colocá-lo numa “posição condigna”, ele ficaria vegetando no “seu lugar”, ou seja, em alguma posição subalterna. O que significa que a sociedade só era aberta para o “negro” ao velho estilo, segundo a técnica da infiltração pessoal e da acefalização da “população de cor”; mas, com o desaparecimento do sistema estamental e de castas e com a concorrência dos imigrantes ou de seus descendentes, as oportunidades de ascensão social daí resultantes minguavam continuamente. Quanto ao “negro”, o apego ao padrão tradicionalista e assimétrico de relação racial servia como uma fonte permanente de obnubilação da consciência racial. Negros e mulatos ficavam insensivelmente atrelados à concepção do mundo da “raça dominante”, submetendo-se em massa às técnicas vigentes de capitulação passiva e espontânea em face dos desígnios ou das expectativas dos “brancos”. Os que pretendessem fugir a essa sina tinham de apelar, como assinalamos, ou ao isolamento (condição da maioria), ou a um estilo de vida formalista, que reproduzia caricaturalmente os pendores aristocráticos das elites dominantes (condição da minoria, muito rala na ocasião). Até para dançar, em um baile misto, o indivíduo precisava comparecer com uma

parceira previamente combinada. Se não, “levava tábua”. O pior é que o horizonte cultural inerente à concepção tradicionalista do mundo não abria perspectivas para a tomada de consciência da realidade subjacente a ambos os ajustamentos. Isolando-se para esconder sua miséria, sua desilusão e sua frustração, ou congregando-se em pequenos grupos de aparência brilhante mas igualmente segregado em seu nível social, o “negro” não tinha elementos para perceber que era posto e se colocava, simultaneamente, fora da órbita dinâmica da sociedade competitiva.

Esse padrão de tratamento racial introduzia, natural e inevitavelmente, certas deformações bem conhecidas na organização da personalidade do “branco” e do “negro”. Quanto ao primeiro, parece evidente que ele fomentava um tipo peculiar de autoritarismo que tem sido descrito sob os conceitos de mandonismo e de paternalismo. A tradição escravocrata associou de tal modo “cor” e “posição social”, que o “branco”, recém-egresso do regime de castas, ainda se comportava como se fosse o *senhor* e revelava extrema intransigência diante de qualquer quebra ostensiva da velha etiqueta das relações raciais. Por isso, atitudes, comportamentos e avaliações intolerantes tendiam a ocorrer nos ajustamentos raciais que envolvessem as posições recíprocas das duas “raças” na estrutura de poder da sociedade. Como sucedia no passado, a elevação de um “preto” não alterava aquelas posições, operando-se por meio de mecanismos que individualizavam o processo e convertiam a “pessoa de cor” em ascensão numa espécie de “exceção que confirma a regra”. Os líderes “negros” de São Paulo perceberam com nitidez e profundidade a natureza desse processo: “Quando um negro se impõe pelo real valor, os brancos o respeitam mais pela admiração – é como se fosse um fenômeno”, disse-nos um deles. Em consequência, as alterações de *status* das “pessoas de cor” não afetavam, por paradoxal que seja, as posições recíprocas das duas “raças” na estrutura de poder da sociedade.[269]

Todavia, era intensa e viva a acuidade dos “brancos” diante das atitudes e comportamentos das “pessoas de cor” em questão. O que elas fizessem em discrepância ou em dissonância com as expectativas convencionais servia para registrar a incapacidade do “negro” para exercer os papéis sociais concebidos como parte das prerrogativas naturais dos “brancos”. Se o guarda-civil, o sargento ou o chefe de escritório “preto” ou “mulato” fizessem algo notável, isso não beneficiaria o estoque racial a que pertencessem. Contudo, onde chocassem as normas e os costumes ou se

revelassem certos deslizes, eram tidos e apontados como protótipos e expostos como evidências concludentes das “limitações”, dos “defeitos” ou das “taras” da “raça negra” (ou dos mestiços). Esse mecanismo de percepção e de identificação facultava ao “branco” meios eficientes de defesa da posição dominante da “raça branca”, ao mesmo tempo que o tornava invulnerável às causas e aos efeitos dos ressentimentos do “negro”. Em suma, o “negro” em ascensão não abria caminho para outros nem contribuía para liberalizar o horizonte cultural do “branco”. Ao contrário, expunha aos olhos de todos, ao vivo e de público, “por que” seria incapaz de assumir, em condições de igualdade, certos encargos e responsabilidades sociais. Portanto, é terrivelmente sutil e complexa a intolerância que se ocultava por detrás do padrão assimétrico de tratamento racial. Sem visar e sem pôr em causa, de modo direto e franco, as qualidades inatas da “raça negra”, produzia o mesmo resultado por vias mascaradas e indiretas.

Nada disso impede que seja verdade que o “branco” não ofendia nem atacava o “negro”, mas resguardava a sua própria situação social, com as aparências e as atribuições correspondentes. Se não o aceitava como um “igual” e o repelia como “superior”, fazia-o em nome da experiência secular, que demonstraria, cabalmente, a inviabilidade de substituir um por outro – já que um nascera para e se acostumara ao exercício do mando; e outro nascera para e se acostumara à obediência e à subordinação. A concepção tradicionalista do mundo fornecia, assim, o sistema de referência para a compreensão da natureza do ser humano, da posição simétrica do “branco” e do “negro” na estrutura da sociedade e das *relações normais* que se deveriam estabelecer entre as duas “raças” em presença. O fato de esse universo se achar em plena revolução social, em vez de atenuar, acirrava o ânimo agressivo do “branco”. Se alguém oferecesse o almoço na cozinha a um “preto em ascensão”, este não voltaria mais àquela casa. E por aí afora. Como as atitudes e as disposições dos “brancos” se mantinham constantes, eles pensavam que eram os “pretos” que se transformavam – e se transformavam para pior, adquirindo vícios insanáveis e deletérios no regime de liberdade e de “irresponsabilidade”. Repontam assim as primeiras convicções de que o “problema negro” estava surgindo “por obra e graça do próprio preto”. No afã de se tornar *igual* e *superior* ao “branco”, o “negro” estaria engendrando prevenções que não existiam antes e forjando um preconceito invertido, dele contra o “branco”.

Esse rápido bosquejo cobre vasta gama de relações individuais. Alguns "brancos", pertencentes às diferentes classes sociais, compartilhavam exaltadamente da concepção democrática do mundo e punham em prática uma filosofia de competição leal com o "negro". Outros eram indiferentes a questões dessa ordem. Entre os dois extremos, situavam-se os que se apegavam à concepção tradicionalista do mundo e davam o tom definitivo ao "modo de tratar o preto". A caracterização precedente vale para pessoas que caíam nesta categoria. Mas mesmo nela as gradações eram flagrantes. Pelas indicações coligidas, parece que prevaleciam duas inclinações. Uma consistia no temor de "ser mandado por um negro". Em documento escrito pelo próprio informante, este asseverou que temera tal relação porque "o mal dos pretos é terem o recalque da cor e quando sobem querem pisar sobre os brancos". Concebia-se, como escreveu outro informante, que ele se misturasse "com o branco atrasado, que está à sua altura moral, intelectual", mas nunca com "a nata da sociedade". A outra inclinação predominante dizia respeito às evidências de observância estrita das convenções estabelecidas. Entendia-se que se deviam manter, por todos os meios, as "boas relações" entre "brancos" e "pretos". Todavia, só eram representadas desse modo as relações que ficavam fiéis "ao antigo sentido hierárquico". Delas se excluíam tanto o convívio com "pessoas de cor" que discrepavam na norma (como as empregadas "pretas" modernizadas, que se pintavam, usavam roupa e meias de seda, respondiam às patroas etc.) quanto o contato com qualquer "preto insolente" (que falava em tom alto com o interlocutor "branco", emitindo opiniões próprias de sentido agonístico, interrompendo ou trocando de assunto sem a menor deferência etc.).

O passado ainda pesava tão opressivo, que não se via com naturalidade a democratização de certos comportamentos. Parecia não só impróprio que o "negro" falasse ou agisse como o "branco". Pensava-se ser falta de educação admitir familiaridades com um "preto", especialmente em público. Um informante nos relatou, a respeito, um caso extremamente curioso. Ele se achava com o sogro em certa região do litoral. Antes do almoço, queriam tomar uma caninha, mas não havia bares no local. Viram que um casal de caiçaras mulatos possuía pinga. O genro lembrou a possibilidade de pedirem um pouco ao casal. O sogro replicou: "Você está louco! Era só o que faltava, eu pedir pinga para negro!" Se a resistência à democratização de comportamentos e modos de falar ou de ser era tão grande, a resistência à nivelação de direitos sociais tinha de ser,

forçosamente, muito mais drástica. O exemplo mais notório se relaciona com a revogação de uma portaria que proscrevia a entrada de “negros” na Guarda Civil. Graças ao discurso pronunciado pelo deputado Orlando de Almeida Prado, na 13ª sessão ordinária da Câmara dos Deputados de São Paulo, em 31 de julho de 1928,[270] essa portaria teve de ser revogada. Ao receber a determinação revocatória, o diretor da G. C. comentou, azedamente, diante de testemunhas: “Com a entrada de negros, podemos abrir a porta a morféticos e a portadores de defeitos físicos”. Por fim, manifestações ativas de solidariedade entre os “negros” já não eram temidas com terror pânico, como no passado. Continuavam, porém, malvistas e incompreendidas. T. G. nos relatou um episódio marcante, que mostra como o “branco” interferia negativamente em tais processos, procurando “dividir para reinar”. Quando era sargento, encarregava-se das aulas de instrução aos soldados:

> Havia coisas que os brancos, por causa da convivência, da comunicação entre si e da educação anterior, não precisavam aprender, porque sabiam. Com os pretos não acontecia a mesma coisa. Para ajudar os irmãos negros, tentava dar-lhes em separado os conhecimentos de que precisavam ou então insistir nos pontos ministrados, para torná-los mais inteligíveis. Quando terminava a aula, mandava os soldados brancos debandar; e dizia para os pretos, nomeando-os, para ficar. Aí, fazia o que era necessário, encompridava a lição, descia a outras explicações etc. Os soldados pretos demonstravam que estavam entendendo a minha conduta. A toda coisa, diziam logo que tinham entendido, que estava tudo claro etc. Então, mandava-os embora, daí 10 ou 15 minutos. Para mim, aquilo não importava. Eu era instrutor. Só podia interessar a eles. Pois os soldados brancos esperavam os companheiros e os cercavam:
>
> – O que o homem queria de vocês?
>
> – Nada! Era só para explicar melhor.
>
> – Que explicação, que nada! Vocês não veem que ele não gosta de preto? Ele faz isso para castigar vocês!
>
> [...] Os brancos faziam intrigas, desmanchando o que eu procurava conseguir, criando desconfiança no espírito dos subordinados da minha cor.

A deformação da personalidade do “negro” seguia a mesma trilha, mas no sentido inverso. Os dados transcritos insinuam o que se pretendia fazer dele: um autômato de carne e osso, sem pretensões nem dilemas morais, sempre submisso, respeitosamente cônscio de “seu lugar”, dedicado, operoso e servil. Em cada circunstância, cabia-lhe provar espontaneamente, a si próprio e ao “branco”, por palavras, gestos e ações, o caráter simétrico de suas relações, anulando-se como *pessoa*, como se não fosse e nunca pudesse ser “gente”.

Os dados expostos comprovam abundantemente essa ilação. O “preto” só era benquisto, compreendido, retribuído e amado quando surgia e se mantinha como *appartenance* do “branco”. Os dados expostos são

suficientes para fundamentar essa caracterização. Não obstante, gostaríamos de acrescentar uma situação típica – a de filha ou irmã de criação. Lea, “preta que nem carvão”, vivia nessa condição na casa de dona E. Fora educada como “filha” e era tratada como “igual” pelos parentes e amigos da família. Tudo sacrificou aquela senhora: a sua mocidade e a idade madura. Devotava-se a seus interesses e ao seu conforto com todo o empenho e dedicação. Nunca pensou em casar ou em seguir alguma carreira, pois isso a afastaria de dona E. No relato, a pesquisadora salienta: “quer morar com dona E., tomar conta da casa de dona E., cozinhar e costurar para dona E., diz que é feliz assim”. Nas festas ou reuniões da família, apesar de sua condição de “filha de criação” e de se encontrar diante de antigos companheiros dos folguedos da infância, limita-se a mandar parabéns por meio de dona E. “Se comparece na casa dos mais íntimos, obstina-se em ficar na copa, dizendo que é o lugar dela. Não demonstra nenhum constrangimento, nem ressentimento, nem desajustamento, embora tenha uma posição um tanto ambígua.” O “negro que sobe”, laboriosamente, graças ao próprio esforço, oferecia o outro extremo do panorama racial. Como ele se afirma diante do “branco”? A seguinte citação, relativa às experiências pessoais de um “dentista de cor”, esclarece-nos perfeitamente:

> Quando me apresentei para tomar posse do cargo para o qual havia sido nomeado, a diretora do Parque pensou que eu fosse mais um zelador, conforme confessou-me mais tarde. Esse tipo de recepção não me afetou e tratei de estabelecer relações cordiais. Um preto na posição em que estou precisa ser muito mais simpático que um branco para conseguir o mesmo. Acho que esta atitude é a ideal porque, estando em contato amigável com todos acabo por deixá-los à vontade no tocante ao problema de cor – há negros que não admitem que se fale em cor e isto os afasta das pessoas –, a conversa nesse campo fica livre, não deixando ninguém constrangido.

Enfim, como no caso de T. G., procura cativar seus interlocutores “brancos”, conquistando a sua simpatia por meio de técnicas específicas. Os que não fossem capazes de um ajustamento ou de outro, teriam de trilhar, voluntariamente, o penoso caminho aberto pelo isolamento voluntário.

Os “brancos” perceberam toda a pungente extensão desse drama, que levou Humberto de Campos a escrever que “os negros brasileiros vão se deixando anular sem protesto, antes com a volúpia de servir”.[271] Um dos informantes chegou, mesmo, a relacioná-la com as manifestações persistentes do preconceito de cor. “O preconceito de cor, bastante atenuado atualmente, ainda é um obstáculo muito grande a ser vencido, eis que os próprios pretos, quase em sua maioria, aceitam-no como uma condição

inevitável, limitando as suas pretensões e colocando-se, a si próprios, numa situação de inferioridade.” No entender desse informante, a “passividade do preto” seria uma decorrência dessa situação e da maneira segundo a qual o preconceito de cor se manifesta. Mas foram os próprios “negros” que se preocuparam com o seu diagnóstico e a sua superação, através de comportamentos tolhidos, desaprovados ou proscritos pelos “brancos”. De um lado, eles descobriram que o retraimento, o isolamento e a aparente subserviência constituíam mecanismos adaptativos. Desse ângulo, como patenteou Jorge Prado Teixeira, “o negro é obrigado a assumir um elemento de defesa, um campo de defesa, um organismo de defesa e esta ideia está num complexo de inferioridade”.[272] Ao se submeter passivamente ou ao se retrair e se isolar voluntariamente, estaria pondo em prática os “melhores” ajustamentos, aqueles que reduzem a área de atritos com o “branco” ou atenuam o “drama íntimo” provocado por suas frustrações. De outro, verificaram que, de fato, “negro tem preconceito”, mas este não prejudica o “branco”, além de ser útil ao próprio “negro”. “Isto não inclui o fato de o negro também ter preconceito para com o branco. Aliás o preconceito que o negro tem para com o branco é ainda humilhante para si e lisonjeiro para o branco porque é um conceito que ele tem também de que o branco é superior.”[273] Essa consciência da realidade dá alento à ambição de reproduzir as palavras, os gestos, as ações e os modelos de organização da personalidade do “branco”. Em resumo, criou o afã de superar as causas e os efeitos do preconceito de cor pela anulação progressiva da distância social existente entre as duas “raças”. Eis como se refere ao assunto um dos artífices dos movimentos sociais que nasceram das contradições da situação racial que estamos descrevendo:

> O negro precisa de uma educação separada, para ele tomar brios, para encarar o complexo de inferioridade que lhe foi incutido desde menino. Isto é que se precisa fazer. Foi isso que fiz. Foi essa minha função. Educar o negro para revidar, não ficar de cabeça baixa, na decadência da própria personalidade, de chapéu na mão. Como disse, não ofendíamos ninguém. Enquanto os negros estivessem de chapéu na mão, eles ficariam com complexo de inferioridade e quem padece desse complexo é o Brasil. Fica-se um país servil, inferior, sem personalidade internacional. Com a situação que estamos, temos de ser um país fraco, e que está ao sabor de todas as potências do mundo.[274]

No entanto, as coisas não se alteram tão depressa. Mesmo antigos membros ativíssimos da Frente Negra reconheceram, nas entrevistas, que “o negro é tímido e medroso; quando o branco com certa presença faz alguma coisa, ele titubeia, fica intimidado”. E, o pior, a deformação autoritária

deixou marcas profundas. Juntamente com o princípio básico do convívio racial no mundo tradicionalista – "cada macaco no seu galho" –, persistiu vigorosa, mesmo e principalmente no seio da "população de cor", a ideia de que "o negro precisa de um freio". Em entrevista com uma personalidade bem representativa dos "negros em ascensão", ouvimos opiniões amplamente compartilhadas que demonstram a continuidade desse *pathos* cultural:

> Democracia é uma palavra à toa. O Brasil está na adolescência. Precisa de um governo forte, para o bem da Nação. *A liberdade* é impossível. Em cada casa sempre existe um chefe. É o pai. Lá não há democracia. Não é lugar que cada um faça o que entende. Fazem o que podem, o que têm de fazer ou o que é direito fazer. O pai é quem manda, secundado pela mulher. Se fosse o contrário, o filho com oito anos exigia a chave da casa. E a filha fazia o mesmo. Isso não seria liberdade. Seria anarquia. Ora, muito mais que o branco, o negro precisa de sujeição. Ele precisa de uma disciplina, de alguém que mande nele, alguém que o obrigue a fazer isto e a não fazer aquilo. Como uma criança ou um adolescente, ele ainda não sabe orientar-se sozinho. Não atingiu a sua maioridade. Daí o seguinte: o governo devia disciplinar o negro como um meio de compeli-lo a melhorar de situação econômica e de vida, a educar os filhos. Se não, cadeia nele. Devia obrigá-lo a ter uma profissão regular, a trabalhar de maneira organizada. Forçá-lo a abandonar certos hábitos e costumes ruins. Quem não tivesse uma profissão e não trabalhasse, depois de certo tempo devia ser mandado para abrir estradas e para trabalhar na lavoura. Cada um deve sustentar-se com seu trabalho e possuir com o que viver. A cadeia e o trabalho compulsório seriam a terapêutica para os recalcitrantes. O negro precisa de disciplina e não violentaria a liberdade o governo que procurasse fazer o bem para eles ainda que por meios violentos e contra a sua vontade.

Malgrado o que esse depoimento testemunha como progresso na absorção de ideias, técnicas culturais e valores da ordem social competitiva, ele sugere claramente que as amargas experiências na esfera da liberdade conduziram o "negro" a posições ambíguas e a uma espécie de desfalecimento. Antes, a escolha se fazia pela miséria com liberdade. No período que estamos analisando, a liberdade já representava pouca coisa. Era uma condição da degradação inevitável das "populações negras desorganizadas". Por isso, para muitos seria preferível sacrificá-la, em troca de uma vida segura, respeitável e próspera. Ao contrário dos "negros pobres", que aceitavam estoicamente o impacto destrutivo e desmoralizado da desorganização social, as ralas "elites negras" não temiam os riscos de uma ordem social autoritária, calcada nos princípios da dominação senhorial.

Os dados discutidos permitem situar outra faceta da relação racial tradicionalista e assimétrica: ela pressupunha a manifestação regular de certos processos de identificação diferenciadora associados à cor e à condição social das "raças" em contato. Na medida em que o uso de certas palavras, a realização de certos gestos ou ações, a fruição de garantias e

direitos sociais, a faculdade de agir com maior ou menor autonomia e o dever de ser mais ou menos submisso, a distribuição das probabilidades de acumulação de riqueza, de prestígio e de poder e das oportunidades correspondentes de ascensão social etc. eram estritamente regulados por determinações nascidas da situação social de cada estoque racial, tornava-se necessário dar fundamento convencional e legitimação moral às práticas resultantes de semelhante participação desigual da cultura. A orientação que prevaleceu lembra, em parte, o que se fizera no passado com o escravo e, principalmente, com o liberto. Só que as manipulações foram muito mais complexas e cruéis. Certos atributos, qualidades ou peculiaridades do "negro" foram escolhidos como marcas ou símbolos do que "eram" ou do que se "podia esperar" das "pessoas de cor". Surgiram, difundiram-se e consolidaram-se clichês terríveis, que atualizavam antigas representações e avaliações raciais, mas que possuíam o pendão de exagerar, com frequência, o que havia de negativo, de funesto ou de odioso naquelas representações e avaliações. Compreende-se que, para manter intato o paralelismo entre a cor e a estrutura social, em condições em que esta se alterava rapidamente, não havia outra saída senão apelar para uma despersonalização impiedosa dos contatos categóricos. No contexto do regime senhorial e escravocrata, a cor eliminava, por si mesma, grande número de situações ambíguas, e a simples condição mecânica fazia o resto, impedindo ou contendo a democratização de padrões de comportamento, níveis de vida, aspirações de carreira, formas de liderança e de exercício do poder etc. Na situação histórico-social criada pela formação e expansão da ordem social competitiva, porém, os mecanismos que produziam tais resultados ou deixaram de existir ou operavam com eficácia reduzida. A preservação da distância social entre o "negro" e o "branco" passou a depender da revitalização de procedimentos aplicados antes no "congelamento" do liberto e da cristalização de novas técnicas sociais de manipulação dos comportamentos das "pessoas de cor". Dessas complexas motivações históricas emergiram as várias tendências de redefinição do "negro", que produziram uma imagem do "preto" tão negativa, restritiva e impressiva, que se estabeleceram facilmente os marcos de referência para o uso da "cor" como elemento de classificação e de exclusão recíprocas nos contatos categóricos que envolviam interação racial.

Com isso, não só foram reelaboradas certas representações taxativas, que excluíam o "negro" como escravo (e, em parte, também como liberto)

da condição de pessoa (ou, pelo menos, de sua fruição plena), como a que se objetivava na noção de que “negro não é gente”. Ressurgiam e se fortaleciam outras avaliações, que se exprimiam na fórmula severa, que sempre imperou nos círculos exclusivistas da “raça dominante” – “escapou de branco é negro” – e em outras similares: “fazer papel de negro”, “negro que não suja na entrada, suja na saída”, “dê a mão ao negro que ele te toma o braço”, “não passa de negro”, “negro pensa que já virou gente” ou “negro está querendo virar gente”, “negro já não conhece o seu lugar”, “é preciso ensinar o seu lugar para esse negro” ou “para as negras”, “o que se pode esperar de um negro”, “não é um negro?”, “coisas de negro”, “negro é para isso mesmo”, “está provando que é negro”, “preto que nem carvão”, “aceito o negro, desde que ande direito” ou “desde que se comporte como gente”, “coitado, ele não tem culpa de ser negro”, “negro de alma branca” etc.[275] Ao lado disso, a estigmatização do “negro” ganhava tons sombrios, que não possuía antes. Coligimos imenso material, que infelizmente não pode ser arrolado aqui, sobre os novos estereótipos, que focalizavam a “cor” de maneira degradante para o “negro”. Nessas representações, não só o “preto” era associado à personalidade-*status* que se pode extrair dos “serviços de negros”, dos trabalhos braçais e mecânicos mais rudes.

A focalização das qualidades do “negro” sofre brusca reorientação. A vida social desorganizada ofereceu o sistema de referência para o processo de reavaliação. “Negro” e “cachaceiro” ou “pingueiro”, “negro” e “vagabundo”, “negro” e “desordeiro”, “negro” e “ladrão”, “negra” e “mulher à toa” etc. tornaram-se termos alternativos. Ao mesmo tempo, os atributos psicológicos do “negro” sofreram uma reinterpretação drástica. Ainda se conservavam avaliações favoráveis, nascidas da experiência escravocrata ou da coexistência nos mesmos níveis sociais. Contudo, tornam-se intensas certas crenças, como a de que “não se pode (ou não se deve) confiar em negro”, “negro é falso”, “só louco confia em negro”, “quando menos se espera, zás! O negro faz uma das dele”, “negro é que nem o tinhoso”, “confie no negro e verás!”, “negro é falso que nem satanás” e por aí afora. Nas entrevistas, existe retenção de qualidades positivas. Mas elas próprias entram em um contexto pouco dignificador no universo humano da sociedade de classes. Trata-se da fidelidade, da devoção ao branco, da capacidade de trabalho bruto. Com maior frequência, o que se ressalta é a deslealdade potencial, a inveja, o medo, a falsidade, a insegurança, o ódio contra o branco ou “tudo que é bom” etc., em conexão

com a capacidade de trabalho braçal e a limitação da “inteligência”. Até as crianças eram criadas num clima de temor e de afastamento diante do negro. Não só se representavam o “cuca” e o “homem do saco” como negros; ainda se cantava

“Olhe o negro velho

Em cima do telhado;

Deixa o nenê

Dormir sossegado”

e se dizia aos peraltas: “Olhe que eu chamo aquele negro pra te pegar!” ou “Olhe que o homem do saco vem te pegar!” etc.

Também se procurava ridicularizar os traços negroides, estigmatizando-se seus portadores. “Cabelo de negro” ou “pixaim de negro”, “beiço rombudo”, “negro beiçudo”, “catinga de negro”, “sujo que nem negro”, “negro porco”, “feder que nem negro”, “coçar atrás da orelha” ou “acho que fulano coça atrás da orelha, coçando que nem bode”[276] etc. O que nos importa, desse vasto material, são duas coisas essenciais. Primeiro, as representações negativas forçavam uma redefinição da personalidade do “negro”, altamente desfavorável à sua aceitação livre e franca como um “igual”. Segundo, os traços raciais degradavam, inevitavelmente, o indivíduo na condição de “negro”, conferindo ao branco a faculdade (e, em algumas circunstâncias, o dever) de tratá-lo como tal. Se um “indivíduo de cor” pretendesse um emprego, ofereciam-lhe trabalho braçal; se ele fosse tomar posse de seu cargo, embora fosse dentista, tomavam-no por um servente ou porteiro; se ele estivesse trabalhando (como costureiro, bedel ou escriturário, não importa), seria legítimo tirá-lo a qualquer momento de suas tarefas e mandá-lo realizar “serviços de negro”; se ele visitasse algum conhecido, amigo ou protetor, seria indecoroso recebê-lo na sala de visitas, tratá-lo como amigo ou simplesmente como igual e reprovável expor as demais visitas à “desconsideração” de serem colocadas “em pé de igualdade com um negro”; e por aí afora, como nos sugerem os diversos casos já relatados. Outros dados evidenciam que se entendia (e por isso também se temia) ostentar em público amizade com “negros”, admitir “liberdades” no trato com eles etc. Havia maior condescendência no julgamento das relações com os antigos “crias da casa”, “irmãos” ou “filhos de criação” etc. Mas mesmo essas relações

precisavam ser “condignas”, transcorrer se mantendo “cada um em seu lugar”.

Essa forma de percepção deformada das “pessoas de cor” justificava vários tipos de ajustamentos categóricos deprimentes ou odiosos para os indivíduos em causa. Na documentação coligida sobre a época considerada existem vários casos significativos. Um amigo recomendou a outro um protegido seu, esquecendo-se de mencionar que “era de cor”. O protegido foi aceito. Quando se apresentou no trabalho, se descobriu que era “preto”. Então, não podia ser aproveitado, pois “os fregueses não gostariam de ser atendidos por um vendedor preto”. Oferece-se ao candidato outro emprego, dizendo-se que, infelizmente, a vaga não se dera. Ele aceita. Aí verifica que é “para trabalhar na vassoura”. Sai indignado. Os dois amigos, depois, se reencontram e comentam a “ingratidão dos negros”... Em certos bares, não se atendiam “pessoas de cor”. Em outros, que não observavam semelhante proibição, os “pretos” estavam sujeitos a um tratamento discriminativo. Procuravam servi-los só na ponta interna do balcão, afastados dos lugares em que estivessem os fregueses “brancos”; ou, o que às vezes era recebido com verdadeiro rancor, iam lhes servindo pinga em cálices, antes de qualquer pedido prévio.

Anteriormente, já indicamos como estavam expostos, o homem e a mulher, ao risco de serem identificados como “vagabundos” ou como “mulher da vida” e serem “levados pela carrocinha”. A deformação do processo de percepção e de identificação das “pessoas de cor” respondia, portanto, à necessidade de “mantê-las em seu lugar”; ao intento mais ou menos profundo, compartilhado em escala coletiva pelos “brancos”, de preservar inalterável a distância que os separava dos “negros” tanto social quanto culturalmente. Só num ponto não se estabelecia plena concordância nos ajustamentos dominantes. Alguns pensavam que o “mulato” seria “superior” ao “negro” e, portanto, “preferível” pelo “branco”. Como afirmou certo informante: “Quanto mais escuro, o empregado revela menos eficiência. Neste sentido o mulato se aproxima mais do branco”. Outros preferiam abertamente o negro, pois julgavam que seria mais conformado, submisso e obediente, não faltando os que admitiam que ele seria mais trabalhador, ordeiro e desinteressadamente devotado aos interesses dos patrões. Nesse contexto, havia decidida repulsa diante das prevenções do “mulato” e do seu inconformismo em ser tratado como “preto”. Pensava-se

que, por isso, ele seria “pior que o preto”, mostrando-se “muito metido” e “pernóstico”, o que o levaria a agir como se “fosse igual aos brancos”.

Ao padrão tradicionalista e assimétrico de relação racial era inerente um tipo de ajustamento que eliminava qualquer reciprocidade de perspectivas nas ações mutuamente referidas dos sujeitos. Existia, naturalmente, um substrato moral que ordenava, dava sentido e comunicava teor social a essas ações. Na medida em que um indivíduo “mandava” e outro “obedecia”, em que um era “superior” e outro “inferior” etc., a relação que se estabelecia entre ambos se governava pela consciência primordial que cada um alcançava do “direito de mandar” ou do “dever de obedecer”, do “privilégio de ser superior” ou do “destino de ser inferior” etc. Está claro que subjacente ou suplementarmente a esse estado de consciência podiam operar outros sentimentos, expectativas de comportamento ou anseios sociais. Mas o que nos interessa, aqui, é que esse tipo de relação favorece singularmente certa firmeza calculista – tanto por parte do indivíduo que “manda” e é “superior”, quanto por parte do indivíduo que “obedece” e é “inferior”. Em suma, ao contrário do que Weber supunha, no contexto tradicionalista a dominação autoritária comporta certos elementos racionais. Um indivíduo, independentemente de sua posição no padrão de relação, pode encarar e converter o outro em “meio para atingir fins pessoais imprevistos”.

Na fase em que a própria dominação tradicionalista e patrimonialista entrara em crise final na cidade, seria de se esperar que manipulações desse caráter fossem exploradas com muita frequência. Está claro que a situação social desigual das “raças” em presença fazia com que o “branco” pudesse tirar um proveito muito mais vantajoso de tais possibilidades. Ao adotar menores como “filhos de criação”, por exemplo, as famílias tradicionais tanto quanto os imigrantes estavam logrando mão de obra permanente por custos iníquos. Doutro lado, as reminiscências patrimonialistas ainda exigiam velhos usos, entre os quais sobressaía a importância do “capanga” e do “cabo eleitoral” no terreno político. O “protegido”, na maioria dos casos, era vítima de uma exploração potencial muito mais intensa que os demais. Todavia, os efeitos sociopáticos dessa vinculação eram menos prejudiciais e perniciosos para os “brancos” que para os “pretos”. Entre aqueles, isso tudo não passava de uma relíquia do passado. Algo condenado ao desaparecimento mais ou menos rápido. Entre os últimos, porém, essa vinculação adquiriu o caráter de um veículo miraculoso. Se alguém

pretendesse se elevar econômica e socialmente, tinha fatalmente de contar com um "protetor branco". Isso produziu dois resultados negativos. Primeiro, compeliu o "negro" a comercializar suas ligações e relações com o "branco". Segundo, contribuiu para prolongar a ascensão por efeito do paternalismo e para manter a dependência diante do "branco" na solução de problemas capitais. O "branco" se convertia em "meio"; mas era um "meio" que saía caro, pois pressupunha que a iniciativa nas decisões, mesmo de teor pessoal ou mais ou menos íntimas, fosse ditada do exterior e segundo conveniências estranhas à situação social da "raça negra". Além disso, o aproveitamento intensivo desse ingênuo tráfico de influência suscitou no "branco" novas suspeitas de que o "negro" era "falso", só pretendia o "apoio do branco" e estava pronto a descartá-lo assim que obtivesse "o fim desejado" ou ele perdesse sua "utilidade".

A ilustração desses aspectos da realidade pode ser obtida pelos dados já expostos. Gostaríamos de ressaltar, agora, apenas certos tópicos, sociologicamente mais relevantes. A amargura dos "brancos" chega a transparecer em avaliações explícitas e desiludidas. O chefe de importante família tradicional dizia, repetindo temas correntes em seu círculo social: "... negro não tem amizade por branco, nas suas relações com este segue sempre a linha de seu interesse; a Malva e seu João [dois empregados negros apegadíssimos à família] são exceções, na sua dedicação; o negro o que quer é um padrinho que lhe sirva de apoio, e se este, por acaso, perde dinheiro ou posição, é deixado de lado na mesma hora, é esquecido". Doutro lado, vários documentos comprovam que os "brancos" desses círculos não compreendiam adequadamente os anseios igualitários dos "pretos", interpretando-os como se contivessem os germes de uma animosidade racial declarada. Por isso, chocavam-se com certas exteriorizações de intimidade e com as chamadas "fumaças de igualdade social de negros e mulatos arrivistas"; e desarticulavam, como podiam, as tentativas de congregação das "pessoas de cor", interessadas em equacionar e resolver socialmente o "problema do negro". Analisando a segunda questão, que apresenta enorme importância à nossa análise, o sr. José Correia Leite aponta duas espécies de interferências negativas dos "brancos" na elaboração dos movimentos sociais no "meio negro", no período focalizado:

> Uma provém do fato de muitas famílias negras terem permanecido ligadas a seus ex-senhores, procurando-os comumente para pedir conselhos quando precisavam tomar decisões. As tentativas de organizar-se em movimento eram infrutíferas porque os senhores diziam que isso era bobagem, que nesta terra todos eram iguais. [...] A outra origina-se das relações de italianos e negros. Os italianos diziam, na ocasião, que fora o rei da Itália que fizera a Abolição. Tratavam bem do negro a fim de conseguirem empregados baratos. Batizavam os filhos dos negros. No Bexiga havia negros que falavam bem o italiano, jogavam baralho com eles etc. Em uma palavra, o negro italianizou-se.[277]

Brancos de famílias tradicionais, imigrantes ou descendentes de imigrantes, todos reagiam negativamente a qualquer veleidade de uma tomada de posição coletiva por parte do "negro", dissuadindo os elementos mais exalados ou esclarecidos pelos mais diversos expedientes. Acreditavam, convictamente, que manifestações dessa espécie perseguiam alvos de segregação racial e eram animadas pela "prevenção do negro contra o branco" (pois negavam a existência de uma prevenção inversa). O "negro", por sua vez, desfrutava o "branco" como e onde pudesse, sem consideração nem piedade. Num nível, aproveitava-se de suas relações ou de seus protetores para atingir seus fins da melhor maneira possível. Se precisasse de dinheiro, de roupa, de alojamento ou de "cartucho", não tinha dúvidas em arrumar uma "bonita história", "comover o coração" da pessoa indicada, e sair contente com os resultados, com frequência "gozando" a ingenuidade da vítima. Isso também dava prestígio. Era "um golpe". Bem-sucedido, suscitava a admiração dos amigos e expressões conhecidas: "malandro não tem vez", "qual o quê, você não tem remédio mesmo!", "depenei o pato à minha moda" etc.[278] Noutro nível, produzia um tipo especial de vigarista, que era o vendedor permanente de uma influência eleitoral ilusória. Várias figuras de proa da política paulistana foram (e ainda são) empulhadas por esses personagens. Em regra, o candidato a algum cargo eletivo entrava em contato com o personagem e passava a ir com ele a festas ou reuniões preparadas adrede. A afluência de pessoas era garantida por outros motivos (as comezainas, a dança ou se tratava de reuniões comuns de certos clubes). Mas, com jeito e algum dinheiro, um discurso do personagem e outro do candidato podiam ser encaixados aqui ou ali.[279] O que nos importa é a natureza da relação entre o vigarista e o achacado. Este se mantinha na ilusão de conquistar o "eleitorado negro" ou uma parcela considerável dele. Aquele obtinha uma fonte de renda apreciável, enquanto "durasse a campanha", e tinha uma vítima em potencial para "dar facadas" constantes. Se o candidato tivesse êxito, a exploração podia ir bem longe. Essa figura não é benquista no "meio

negro". Quando percebiam que o tipo não passava de "um picareta, com lábia", depreciavam-no pelas costas. No entanto, muitos cultivavam sua amizade, seja por temor, seja por cálculo. Ambos os exemplos ilustram que o dano que o "negro" podia fazer ao "branco" seria, em qualquer circunstância, de pouca monta. Pior era o prejuízo que advinha ao próprio "negro", como provento inevitável, embora invisível: a desmoralização subjetiva, a continuidade de uma ligação de dependência corrompida e, especialmente, a perseguição teimosa de quimeras, que não conduziam a nada. Empenhando-se nesses projetos, indivíduos dotados de talento, audácia e capacidade criadora deixavam de tentar os ajustamentos realmente construtivos, que lançariam os "negros" na luta pela ascensão social e na concorrência com os "brancos" no seio da ordem social competitiva.

Essa extensa transcrição de dados, sobre as múltiplas conexões estruturais e funcionais do padrão tradicionalista e assimétrico de relação racial, era indispensável, pois dá margem a certas conclusões de caráter geral. Em primeiro lugar, ela deixa patente que a chamada "acomodação racial igualitária" só pode ser assim entendida, de fato, como mera verbalização. A existência, a intensidade e a intimidade do convívio dos "brancos" com os "negros" não são, por si mesmas, evidências indiscutíveis de "igualdade racial". Todas essas coisas se desenrolaram através da mais completa, rígida e insuperável *desigualdade racial.* Esta pode existir num clima de tolerância mútua, sendo pacífica a coexistência de estoques raciais diversos, dotados de interesses sociais divergentes ou antagônicos, obtida mediante controle persistente dos fatores ou dos efeitos potenciais das tensões e conflitos raciais.

Em segundo lugar, o padrão tradicionalista e assimétrico de relação racial pressupõe a identificação entre certa condição racial e determinado *status* social. Ele é ambíguo, no que concerne à "raça dominante": apenas elaborava, estrutural e funcionalmente, a posição e os papéis sociais do segmento dessa "raça" que monopolizava a riqueza, o poder e a autoridade. Mas é claro e explícito com referência à "raça subordinada", vinculada de modo compacto e quase monolítico, por meio de atributos raciais como a cor da pele e outros traços somáticos, ao *status* social "inferior". Todavia, apesar dessas contradições, não proibia nem impedia, antes, estimulava os demais portadores dos traços da "raça dominante" a se identificarem, em tudo que dissesse respeito à convivência racial, com o segmento dirigente

dessa “raça”. Simultaneamente, não proscrevia a mobilidade vertical dos portadores dos traços da “raça subordinada”, nem sua identificação material e moral com os interesses, os ideais de vida e os valores sociais da “raça dominante”. Contudo, restringia as oportunidades de ascensão social daí decorrentes à capacidade de absorção de tais elementos na vida social organizada dessa “raça”. Quanto ao mais, não impunha, de nenhuma forma, procedimentos que levassem ao reajustamento automático das relações sociais às alterações ocorridas na situação social dos indivíduos da “raça dominada” em ascensão, permitindo ampla confusão entre *o status* social atribuído a tal “raça” e o *status* social adquirido por alguns de seus membros individuais. O que quer dizer que, na prática, a ascensão social, econômica e política do “negro”, além de restringida, era por assim dizer diluída, disfarçada e solapada continuamente. Como não existia um padrão de segregação racial sistemática, ao mesmo tempo institucionalizada e diferenciadora, as “pessoas de cor” em ascensão deixavam de formar um segmento social “superior” no seio de sua própria “raça”, dissolvendo-se de várias maneiras em diversos níveis sociais das classes “baixa” e “média” da “raça dominante”. Em vista de sua situação peculiar, graças aos traços raciais indisfarçáveis, podiam ser encaradas e tratadas, pelos componentes da “raça dominante”, tanto em termos do *status* social “inferior”, atribuído à “raça subordinada”, quanto em função do *status* social adquirido pelas pessoas em questão. Tudo dependia da posição social, das disposições emocionais e dos interesses materiais ou morais dos componentes da “raça dominante” com os quais entrassem em contato. Semelhante confusão das alternativas de comportamento e de tratamento nas relações raciais engendrou a convicção generalizada de que existiria uma “democracia racial” em São Paulo (como, de resto, na *sociedade brasileira*). Na verdade, porém, ela apenas indica a inexistência de “igualdade racial” e a impraticabilidade de uma autêntica “democracia racial”.

Em terceiro lugar, a indigitada associação entre “raças” (expressamente identificada pelas tonalidades da cor da pele) e “posição social” excluía os portadores dos traços somáticos da “raça subordinada” dos direitos e garantias sociais das elites (e, por extensão, da massa) da “raça dominante”, convertendo tais direitos e garantias sociais em prerrogativas e em privilégios desta “raça”.[280] A discriminação racial emergia como consequência dos mecanismos societários que promoviam a distribuição dos indivíduos no espaço social, regulando suas atribuições e a

distância que deveria haver entre eles, como e enquanto *socii*; e o preconceito racial aparecia como a própria fonte de legitimação material e moral das distinções assim estabelecidas, nas quais se fundava a classificação das "raças" em "inferior" e em "superior".

Em quarto lugar, a preservação da distância social existente entre as duas "raças" se fazia, predominantemente, por meio de mecanismos de comportamento espontâneo. "Brancos", "negros" e "mulatos" sabiam como proceder em cada situação de rotina. Entretanto, a desagregação do *antigo regime* multiplicava a emergência de situações discrepantes, nas quais certas "pessoas de cor" se julgavam com o direito (e, às vezes, até com o dever) de exigir para si tratamentos e garantias sociais análogos aos conferidos a indivíduos de posição social equivalente da "raça superior". Essas ocorrências possuíam o caráter de tentativas dissimuladas ou abertas de solapamento da estratificação racial não igualitária e do padrão correspondente de relação racial assimétrica. Por isso mesmo, elas encontraram intensa resistência nos diferentes estratos da "população branca" e constituíram as primeiras evidências históricas da existência do preconceito e da discriminação raciais em São Paulo. A razão disso é simples. Onde o "negro" e o "mulato" surgiam, econômica e socialmente pelo menos, como *iguais* ao "branco", quebrava-se o paralelismo entre "cor" e "posição social". A persistência de certas práticas de tratamento racial assimétrico encontrava, desse modo, cabal desmascaramento.

Em quinto lugar, as manifestações de insatisfação e de inconformismo dos componentes em ascensão social da "raça subordinada" não podiam se elaborar como força social construtiva e autônoma. De um lado, a ideologia racial dominante se impunha a todos, orientando a percepção da realidade das duas "raças" em presença. De outro, a mobilidade vertical da "raça subordinada" se revelava insuficiente para dar amplitude coletiva às contradições e às tensões raciais inevitáveis. Em conjunto, pois, a ascensão social de reduzida parcela da "população de cor" não fez senão agravar a confusão que imperava nas questões raciais. Mas aí se acha, do ponto de vista sociológico, a explicação para a perpetuação indefinida do *status quo* nas relações raciais. A posição das duas "raças" na estrutura de poder da sociedade não chegou a se alterar de maneira a impor transformações radicais na ordem racial herdada do passado escravista.

Por fim, em sexto lugar, a persistência quase inalterável do padrão tradicionalista de relação racial assimétrica condicionou e dirigiu o processo

de redefinição da imagem do “negro”. Se aquele tivesse entrado em crise rápida e profunda, sendo substituído pelo padrão alternativo e exclusivo de relação racial democrática e igualitária, não haveria motivos para se perpetuarem práticas discriminativas, nem razão de ser para se conservarem conceitos raciais preconceituosos. Como isso não sucedeu, em virtude da lentidão e da descontinuidade observadas na formação histórica da ordem social competitiva na sociedade local, o padrão tradicionalista de relação racial assimétrica prevaleceu e serviu de fulcro à reconstrução da imagem do “negro”. Desse ângulo, a conversão do “escravo” e do “liberto” no “preto” respondeu à necessidade social de se limitar a democratização dos direitos e garantias sociais universais do cidadão na esfera racial. Portanto, não foi a imagem negativa e restritiva do “preto” que *criou* a discriminação e o preconceito raciais. Porém, o inverso. A existência e a persistência de ambos é que conduziram à formação de tal imagem, que iria servir como catalizador dos processos que impediriam a rápida absorção do “negro” pela estrutura da sociedade de classes em expansão.

A discussão precedente evidencia, quanto aos principais aspectos das relações entre “negros” e “brancos”, que a *ideologia racial* imperante em São Paulo era, de forma típica, a ideologia de uma sociedade estratificada racialmente.[281] Doutro lado, também demonstra de modo conclusivo que a formação e a expansão da ordem social competitiva, até o fim do período considerado (1930), ocorreram como processos histórico-sociais que afetavam, estrutural e dinamicamente, apenas a divisão ou categoria racial constituída pelos “brancos”. Ainda assim, a ideologia racial da sociedade de castas e estamental havia entrado em crise. Primeiro, pelas consequências imediatas da desagregação do regime escravocrata; segundo, porque ela estava em conflito aberto com a ordem social emergente e com as expectativas dos negros ou dos mulatos, que queriam receber o tratamento dispensado aos “homens livres” (o que se refletia no dito então corrente: “negro virou gente”; ou na variante preferida por muitos: “negro pensa que virou gente”).

O fato de tal ideologia estar em crise criou um estado de exacerbação, no ânimo das pessoas pertencentes aos círculos sociais dominantes, que favoreceu deveras o apego emocional a atitudes e a valores sociais obsoletos, ao mesmo tempo que intensificava a resistência à extensão de inovações na esfera das relações raciais. O “negro” subsistia como o único símbolo perene do poder, do fastígio e da condição “aristocrática” da

maioria das “famílias gradas” ou “de prol”. A sua presença era como que o testemunho vivo de que uns foram “senhores” e outros “escravos” na ordem social recém-desaparecida. Por isso mesmo, havia uma hostilidade declarada aos “pruridos de gente”, manifestados pelas “pessoas de cor”. Para terem valor como símbolo, impunha-se que mantivessem uma posição análoga à anterior, nas relações com os “brancos”, especialmente com aqueles que haviam formado seu horizonte cultural no seio da antiga aristocracia. Além disso, o enriquecimento dos imigrantes e a equiparação de direitos introduzida legalmente pela República agravavam o apego das elites locais a atitudes ou comportamentos que objetivavam, socialmente, a distância social existente entre os velhos moradores e os adventícios. Para aqueles, a nivelação jurídico-política com os “brancos” da plebe, europeus ou brasileiros, já despontava como um contrassenso irônico e aborrecido. Admitir essa nivelação com referência ao “negro” soava como uma ofensa intolerável e inexequível. O único caminho que poderia evitar essa alternativa consistia em marcar bem o fosso que ainda separava – econômica, social e culturalmente – as duas “raças”, preservando nítida e ostensivamente o *orgulho racial,* a intransigência diante do casamento misto e as prerrogativas de domínio total da “raça branca”.

É preciso que se atente, porém, para os fatos sociologicamente cruciais. O complexo mecanismo de acomodação racial, inerente à situação de interesses dos círculos dominantes da “raça branca”, não resultava de nenhuma animosidade irredutível contra o “negro” nem de propósitos segregacionistas. A condição de “pessoa de cor” envolvia duas coisas distintas: (a) certa descendência racial; (b) certa posição social. Ambas as coisas, desde a introdução do escravo africano, sempre estiveram convenientemente ajustadas.

A “cor” se tornou, a um tempo, marca racial e símbolo indisfarçável de uma posição social. A intolerância diante do “preto”, no contexto histórico-social que descrevemos, não visava os indivíduos por pertencerem a determinada “raça”. Mas os atingiam à medida que eles se mostrassem inconformados e rebeldes, em face daquela rígida associação entre “condição racial” e “condição social”. Nesse caso, as marcas raciais acabavam operando como pontos de referência. Serviam para identificar uma parcela na população local que devia se manter e ser mantida numa situação social “inferior”. Portanto, embora o fato de pertencer a certa “raça” não fornecesse o motivo da exclusão, esta se dava porque a condição

social dos “indivíduos de cor” podia ser identificada por meio de determinados traços somáticos, desencadeando a identificação, por conseguinte, o funcionamento de barreiras sociais que só se manifestavam, de forma compacta, severa e incontornável, contra aqueles indivíduos.[282]

É deveras importante ressaltar por que tudo isso ocorreu, enquanto se implantava e florescia a ordem social competitiva no mundo que os “brancos” construíam por si e para si. A explicação global do processo já foi enunciada na primeira parte deste capítulo. Trata-se de um fenômeno de demora sociocultural, facilmente inteligível e interpretável. Mas, depois da incursão empírica que fizemos, dispomos de dados suplementares para corroborar aquela explicação e pôr em relevo aquilo que poderíamos designar como os fatores específicos ou tópicos de todo o processo. Pelo que se evidencia, estes fatores nada tinham a ver com a competição ou com o conflito de interesses entre os “brancos” e os “negros”. Eles se inseriam, direta e complexamente, na competição e nos conflitos dos “brancos” entre si. A própria situação de mudança afetou o equilíbrio do sistema de poder; aos poucos, a europeização, acarretada pela substituição populacional e pelo regime de trabalho livre, revelou-se uma fonte de inovações dificilmente controláveis pelas antigas formas de dominação. Em si mesma, pelo aumento maciço da população, e indiretamente, pela diferenciação da estrutura social e pela criação de fontes desconhecidas de mobilidade vertical ou de tensões sociais, ela introduziu terrível sentimento de inquietação e de insegurança nos círculos sociais dominantes. Embora, como salientamos, se estabelecesse uma acomodação tácita quanto ao exercício do poder político, as bases materiais e morais, em que se assentava a dominação patrimonialista, sofriam deterioração irreprimível. Nessas circunstâncias, o apego sôfrego, quase cego e inflexível, às técnicas de dominação de efeitos conhecidos, surgia como uma alternativa inexorável. Aos olhos de pessoas deformadas pela prática secular do mando discricionário, essa parecia ser não só a saída mais eficaz como também o meio correto para colocar a “gentinha no seu lugar”. A prova histórica revela, *ex post facto*, que o remédio não surtiu o efeito esperado no plano das relações dos “brancos” entre si. Mas ele produziu dois resultados incontestáveis. Primeiro, prolongou por mais de um quarto de século o domínio indisputado e completo dos antigos círculos dominantes. Segundo, fomentou o clima material e moral que deu sentido à preservação das velhas técnicas de dominação, com todo o seu substrato social e cultural. Esse

desenvolvimento é que possui interesse específico em nossa análise. Pois foi ele que forjou a complexa situação de interesses, que iria conferir atualidade à revitalização de mecanismos historicamente condenados de estratificação racial.

Pelo exposto, a principal característica sociológica da ideologia racial dos "brancos" das camadas dominantes, em São Paulo, consistia na expectativa intensa de conformidade absoluta e invariável do "negro".[283] Da maneira como se objetivava e atualizava socialmente, infere-se que essa expectativa constituía uma representação social especificamente associada a estados coletivos de consciência e aos mecanismos societários de estabilidade sociocultural. Ela envolvia três espécies diferentes de exigências sociodinâmicas, em face dos ajustamentos realizados pelos "negros" nas situações imperantes de contato racial: 1o – a perda de identidades culturais, fundadas quer na transplantação cultural, quer numa comunhão consciente e organizada de interesses e de valores sociais próprios; 2o – conformismo e lealdade aos interesses e valores sociais essenciais ao equilíbrio e à continuidade dos padrões vigentes de dominação racial; 3o – absorção passiva e dissimulação aberta das tensões e frustrações psicossociais, porventura provocadas pelas inconsistências ou pelas contradições socioculturais dos referidos padrões de dominação racial. [284]

Essas exigências sociodinâmicas não apareciam exteriormente nas relações entre o *senhor,* o *escravo* e o *liberto* na sociedade escravocrata e senhorial. Mas afloraram à tona com a desagregação do regime servil e do sistema de castas, em virtude do agravamento das contradições inerentes ao padrão tradicionalista e assimétrico de relações raciais em uma ordem social competitiva. Enquanto teve vigência o *antigo regime*, as três exigências sociodinâmicas não colidiam nem produziam conflitos insolúveis. Com a nova ordem social, tornava-se impossível conciliar a primeira exigência com as outras duas e, principalmente, surgiam dificuldades insuperáveis nas tentativas de solapar ou de impedir certas formas de expressão autônoma dos interesses coletivos das "pessoas de cor". Na verdade, a primeira exigência pressupunha uma política integracionista e assimilacionista. Pondo-se de lado a questão de saber se imposições tão rígidas seriam ou não "democráticas" e "igualitárias", o fato é que o "negro", na medida em que corresponde a semelhante decorrência da expectativa, tendia a pôr seus alvos na assimilação de novos traços

culturais e de novos valores sociais. Isso fazia com que, dinamicamente, ele propendesse a preferir a assimilação de elementos culturais que facilitassem a absorção de papéis sociais identificados com posições sociais “mais altas”. No passado, isso jamais poderia ocorrer numa escala incontrolável exteriormente. Não só eram limitadas como também eram reguláveis as oportunidades de ascensão social do “liberto” e do “negro livre”. Na nova situação histórico-social, aquela expectativa engendrava, portanto, focos de tensões e de conflitos sociais. A impulsão assimilacionista teria de se acompanhar da igualdade social e da livre competição, para não conduzir a tais efeitos sociais. Ora, como vimos, tal não sucedeu historicamente. A vigência do padrão tradicionalista e assimétrico de relações raciais mantinha, compactamente, a ideologia racial “senhorial”. Então, explodiriam as contradições que só apareciam esporadicamente no mundo social escravista. Os “negros” aceitavam a pressão assimilacionista. Mas, ao mesmo tempo, começavam a mostrar ansiedade, insatisfação e até oposição declarada contra as outras duas exigências sociodinâmicas. Em suma, passavam a se orientar, ainda que indecisamente, por impulsões psicossociais fomentadas pela ordem social competitiva e democrática. Insubordinavam-se de modo crescente contra as expectativas de conformismo e lealdade a um padrão de dominação racial, que anulava suas aspirações igualitárias; desobedeciam e sabotavam de várias maneiras as regras de polidez, que obrigavam à dissimulação dos atritos e das frustrações; e procuravam, pelo menos os mais diligentes e ativos, “organizar o negro para a ascensão social”. Tudo isso oferece uma visão sociológica mais clara e completa da realidade. Não só fica mais fácil compreender o que se ocultava por trás do velho padrão de dominação racial como, ainda, ganha-se uma perspectiva esclarecedora a respeito da importância dinâmica específica dos componentes, “raciais”e “sociais”, que se misturavam confusamente atrás dos ajustamentos desenvolvidos.

A questão de saber até que ponto as determinações vinculadas à “cor” ou à “posição social” interferiam e ordenavam dinamicamente as relações raciais[285] encontra, vista em termos desse pano de fundo histórico, novas possibilidades de focalização. As proibições de natureza social, que pesavam sobre o negro e o mulato por causa da situação social inferior, recaíam também sobre o “branco da plebe” e o “imigrante pobre”. Todos formavam a massa indiferenciada da “gentinha”, rigorosamente mantida “em seu lugar”, malgrado todas as demonstrações de urbanidade, de

simpatia e de intimidade das “pessoas de prol”. No período considerado, enquanto aquelas proibições passam a se diluir ou desaparecem, lentamente, com referência ao “branco”, no concernente ao “preto” observa-se o inverso. Em alguns círculos sociais, elas se intensificam; em outros, elas começam a ser partilhadas com evidente tenacidade. Na verdade, por cima das flutuações individuais da tolerância ou da intolerância diante do “preto”, predominavam certas tendências universais de ajustamento, que excluíam o negro e o mulato da convivência íntima no lar, de certos serviços e posições sociais, do casamento – enfim, da condição de pessoa irrestritamente igual ao “branco”. Havia uma resistência declarada e chocante, como atestam ocorrências já descritas, até contra a democratização de modos de ser, de pensar e de agir.

Essa resistência se fortalecia e ficava agressiva quando as pretensões atingiam o cerne da dominação da “raça branca”: os ideais de personalidade, as posições de prestígio e os papéis de mando, que envolviam a situação dos “brancos” na estrutura de poder da sociedade. Daí a oposição ao intercasamento no mesmo nível social. “Mas o papai era escrupuloso: atendia a todas as recomendações, procurava obter informes. Com cuidado intentava saber se na família havia mescla de sangue de cor! O principal era que fosse de boa família. Já havia sido recusado um bom partido para uma das manas, por ser um tanto duvidosa a sua ascendência. Isso decidia o papai, mesmo sem consultar as filhas, porque dizia ele ‘impedir em certos casos um casamento é meu dever – obrigar nunca’.”[286] Ilustre historiador paulista nos esclareceu quanto ao modo de pôr em prática o mencionado “escrúpulo”. O candidato ao casamento se punha nu em pelo e era atentamente examinado pelo pai da jovem. Se aparecesse alguma “mácula” de mestiçamento, comprovando as informações obtidas por outra via, o candidato estava naturalmente descartado. Outros informes, que nos dispensamos de transcrever aqui, comprovam que as transgressões provocavam discórdias graves, às vezes trágicas e insuperáveis. Mesmo Lowrie, que reuniu observações sobre uma fase em que tais costumes eram observados com menos intransigência, assinala com argúcia: “Os membros da classe superior revelam, em palestra, oposições às uniões legais com aqueles indivíduos. Se se consultam os paulistas sobre a existência do preconceito racial, respondem eles, em geral, negativamente. Parece crença popular ser o preconceito racial indesejável, prejudicial. Não obstante, arguidos indiretamente, os membros da classe

média e alta denunciam a existência do preconceito racial, mormente no que se refere ao casamento".[287] É que o casamento representava o reconhecimento ou a legitimação expressos da absorção do "preto" ou do "mestiço" pelo nível social em que ele se realizasse. Ele suscitava, por isso, uma resistência ainda mais violenta que a aceitação do "negro" em ocupações relativamente conspícuas e privilegiadas. No fundo, tratava-se de impedir a mobilidade social vertical – a passagem do "negro" para a condição de "gente" ou de "pessoa respeitável". Alfredo Ellis Júnior caracteriza com notável franqueza esse estado de coisas:

> Entretanto, o negro, escravo de ontem, ainda inspira ao paulista uma certa aversão. Com isso ele se recusa em comungar no mesmo sangue e partilhar do mesmo lar. [...] Nas camadas sociais mais altas pode-se mesmo afirmar que o negro não abriu fenda por onde penetrasse. Apesar de liberal e plástico, o paulista sempre conservou em fermento, desde o tempo da escravidão, a semente de um velho espírito de afastamento contra o negro. [...] Não é esse sentimento filho de um odioso preconceito, que nos Estados Unidos se materializa em perseguições infrenes, vinganças crudelíssimas e reações bárbaras. É antes pouca atração, no que entra uma dose de piedade por essa estirpe, bem como desejo de não se misturar com gente de quem se guarda a visão de principais antagonistas dos quadros do cativeiro e dos cenários de miséria social e fisiológica depois de 1888, coisas que a arrastam para um declive forte de um extermínio rápido.[288]

Em suma, prescrições e proibições que afetavam, simultaneamente, a "cor" e a "posição social" continuaram a ser postas em prática depois da desagregação do regime servil e do sistema de castas. De acordo com nossas interpretações, tal sucedeu porque as relações raciais não se alteraram com o mesmo ritmo que a estrutura social da sociedade inclusiva. O padrão vigente de dominação patrimonialista se manteve além do desaparecimento do contexto histórico-social que o engendrara. Mas por que isso sucedeu numa cidade como São Paulo, em que o desenvolvimento da ordem social competitiva foi tão rápido e os "brancos da plebe" se furtaram tão depressa aos inconvenientes do mandonismo ao velho estilo? A resposta parece óbvia. A resistência à democratização dos comportamentos, das prerrogativas e dos direitos ou garantias sociais das antigas elites na esfera racial procedia das linhas de "cor". Onde estas não embaraçaram o processo, a mobilidade social vertical foi mais suave, rápida e completa. A situação histórico-social descrita permite esclarecer, assim, a natureza das fontes da oposição à ascensão socioeconômica do negro e do mulato. Atrás de exigências sociodinâmicas assimilacionistas, aninhavam-se disposições nitidamente favoráveis a uma ordenação racial não igualitária, que conservasse o *status quo* na esfera racial ou que, pelo

menos, tolhesse a livre operação de certas tendências integracionistas, de inevitável teor igualitário.

Esses resultados nos obrigam a debater duas outras questões. Primeiro, dadas as referidas exigências sociodinâmicas, qual era o sentido da hostilidade com que eram recebidas as manifestações ostensivas do preconceito e da discriminação raciais? Segundo, a miscigenação seria, de fato, como muitos supõem, um índice da inexistência do preconceito e da discriminação raciais? O exame da primeira questão é, por assim dizer, sociologicamente crucial. Dele depende a compreensão de aspectos deveras obscuros e ainda hoje mal interpretados da realidade racial brasileira. A segunda questão não apresenta idêntica importância teórica. Não só já se sabe que a miscigenação se desenvolveu na sociedade brasileira independentemente da neutralização de tais sentimentos,[289] como o tema se acha esclarecido com relação a esse período de expansão da sociedade paulistana.[290] No entanto, há grande conveniência, para o entendimento global da situação de contato, em retomar o assunto, nos limites da presente discussão.

Quanto à primeira questão, parece fora de dúvida que a hostilidade declarada contra as manifestações abertas de preconceito e de discriminação raciais possuía significado e função sociais análogos às proibições que pesavam sobre tentativas de organização autônoma das “pessoas de cor”. Desse ponto de vista, ela não seria, em si mesma, índice de impulsões “igualitárias” e “democráticas” de comportamento racial. Mas, ao contrário, ligar-se-ia, estrutural e funcionalmente, aos mecanismos que dissolviam e dissimulavam aqueles sentimentos e práticas sociais através de atitudes e comportamentos regulados pelo padrão tradicionalista e assimétrico de relação racial. Entenda-se, porém, que aqui não entram em jogo apenas as regras de polidez e de decoro, do código ético senhorial. Tais regras proscreviam a eclosão dos sentimentos íntimos e a identificação exterior das ações discriminativas, sem desaprová-las. De tão arraigadas, ainda em 1950, por exemplo, inspiravam moção, destinada à divulgação, pela União Democrática Nacional: “Preconceitos de raça ou de cor, cada qual os terá no seu foro íntimo ou no recesso do lar. O que a ninguém é lícito é projetá-lo exteriormente, contra homens de outras etnias ou de outra pigmentação, com atentado aos ideais e sentimentos de fraternidade humana”.[291] Também está em causa o aparato tecnológico da sociedade patrimonialista. As técnicas de prevenção, controle e aproveitamento construtivo dos

conflitos eram toscas e pobres. Por isso, reinava grande temor diante de fricções cujas consequências parecessem imprevisíveis e receio bem definido de sair da rotina, dos ajustamentos aprovados e regulados pelas tradições. Desaprovava-se o comportamento desabrido do "branco" pelas mesmas razões com que se proscreviam as tentativas de arregimentação coletiva dos "negros". Ambas acarretavam (ou poderiam acarretar) ameaças potenciais à "paz social", ao equilíbrio das acomodações raciais imperantes. Sob esse aspecto, pois, a política assimilacionista e integracionista estava dinamicamente confinada pela impulsão fundamental de resguardar e de fortalecer as formas de estratificação racial herdadas do passado, com todas as desigualdades ou privilégios "odiosos" que ela sancionasse.

Quanto à segunda questão, os dados expostos, aqui e ali, na presente parte deste capítulo, ilustram claramente que a miscigenação não era, por si mesma, um meio universal de classificação e de ascensão sociais do negro e do mulato. Ela tendia a ocorrer, avassaladoramente, fora dos quadros e das proteções legais do casamento. Anteriormente, transcrevemos trechos da história da vida de J., que mostram como ele conheceu seu pai, "branco" de família tradicional, o afastamento e as desconfianças que pontilhavam suas relações etc. Esse caso cruel contém significação típica: as uniões ilícitas produziam rebentos renegados pelos pais e, com frequência, abandonados pela mãe. A miscigenação amparada pela lei raramente abrangia pessoas de níveis sociais diferentes. A estagnação econômica fez com que, desde o último quartel do século XVIII, ocorressem casamentos de moças de famílias locais importantes com adventícios ricos, mas de "pureza de sangue" duvidosa.[292]

A prosperidade introduzida pela expansão do café revitalizou o "orgulho racial" dos paulistas "de prol", restabelecendo velhas práticas de escolha dos cônjuges e reduzindo o intercasamento a casos esporádicos. No nível social inferior, doutro lado, se ele se desse, não podia redundar em melhoria da classificação social. Os casos de F. e de G., mencionados há pouco, ilustram alternativas distintas. Se os frutos dessas uniões encontrassem amparo permanente, pela adoção da criança por alguma família tradicional, o menor poderia contar com algumas oportunidades melhores, enquanto durasse a condição efêmera e ambígua de "filho de criação". Caso contrário, teria de contar consigo próprio e possuir um talento especial para conquistar, por si mesmo, uma posição na sociedade. Portanto, não se pode afirmar, com relação a São Paulo, que a miscigenação

operasse como agência de ascensão social. Acresce que ela também não concorria (ou concorria em escala reduzida) para alterar as atitudes, os comportamentos e as avaliações raciais. Com frequência, o mecanismo de aceitação favorecia apenas o indivíduo envolvido. Se houvesse resistência ao casamento, por exemplo, passadas as peripécias ligadas aos primeiros anos de afastamento, redefinia-se o "marido" da filha, da irmã ou da sobrinha, sem que isso afetasse em nada os demais julgamentos etnocêntricos. Uma das pesquisadoras registrou o caso pitoresco de um ancião de família ilustre, mas na qual houvera alguns casamentos mistos, que sustentava, "de árvore genealógica na mão, que na sua família não havia uma gota sequer de sangue preto".

Os dados coligidos sugerem que a miscigenação, fora dos quadros legais ou dentro deles, se dava: 1o – apesar do preconceito de cor; 2o – e sem modificar as atitudes preconceituosas dos agentes envolvidos e dos seus parentes. A razão disso é simples. As atitudes que alimentavam o preconceito de cor nasciam de convicções arraigadas, continuamente fortalecidas por convenções ou por tradições seculares. A própria miscigenação podia ser concebida como uma artimanha para diluir o "negro" entre os "brancos da plebe". Eis o que nos asseverou uma informante, de mentalidade tradicionalista típica: "Considero o preto inferior ao branco e está por isso predestinado a desaparecer. Ele mistura-se com o branco atrasado que está à sua altura moral, intelectual. Aliás isso mostra que o problema da cor prende-se também à inferioridade social do homem de cor pela ignorância, atraso etc.". A conotação exclusivista às vezes desaparece, deixando porém a convicção básica de que o "branqueamento" constitui, por si mesmo, uma "elevação". "O melhor que podemos fazer", disse outro informante nesse sentido, "é continuar a tratá-los [aos pretos] com bondade, pois não têm culpa disso [serem degenerados], e ir, aos poucos, absorvendo-os, pois se os deixarmos isolados eles nunca melhorarão."

Doutro lado, havia e ainda há uma tendência a não maldizer as uniões mistas, legais ou não, por temor de que viessem a "acontecer" na própria família. Assinalamos dois testemunhos dessa natureza: (1) "Eu só digo que a senhora não deve cuspir para o alto. Depois pode cair na sua boca"; (2) "Não deixaria filha ou irmã casar-se com preto, do mesmo modo que eu não me casaria, pois as questões que teria de enfrentar na sociedade não compensariam, provavelmente, as alegrias conjugais – mas é bom não falar

‘desta água não beberei’”. Existia também quem atribuísse as qualidades do “mulato” à herança biológica do “branco”: “os mulatos são mais inteligentes que os negros por terem sangue branco”. Por fim, indivíduos que aceitavam a miscigenação como um direito, repeliam-na pessoalmente; enquanto outros a poriam em prática, se não tivessem de enfrentar fortes reprovações. Assim, um informante declarou que “deve ser lembrado o lado ético da questão”, revelando-se “francamente pela miscigenação” e “considerando-a uma necessidade”. No entanto, “não deixaria filha ou irmã se casar com preto, por causa do lado intelectual, ou seja, por causa da inferioridade cultural que possuem”, e ele próprio “não se casaria nem teria por amante uma negra”. A outra alternativa é ilustrada pelo seguinte caso, mais ou menos frequente:

> O maior sentimento de minha vida foi justamente por uma pessoa de cor – uma mulata, educada, fina, direita. Eu tinha 27 anos e ela 23. Gostei muito dela e queria me casar com ela. Não deu certo. Coisas da vida. Tinha prazer em passear, em sair com ela. Minha família toda achou ruim. Não procuraram atacar de frente meus sentimentos porque eles sabiam que não adiantava. Eu nunca aceitei ideias alheias e nunca deixei ninguém interferir na minha vida. A oposição era velada, a senhora sabe... Um jeito de caçoada, uma ironia, um modo de olhar... [...] Nunca levei a moça em minha casa. Conhecendo como conhecia o preconceito deles, achei melhor não apresentá-la à minha família porque ela poderia sentir no tratamento deles qualquer desprezo e ficar magoada. Muitas vezes pensei em atacar a situação de frente, em discutir com eles, e mostrar que não tinham razão, que não há nenhuma vergonha de ser desta ou daquela cor. Não sei por que não o fiz. No íntimo eu sabia que eles não mudariam e, se fossem apresentados a ela, poderiam demonstrar alguma coisa e ela ficaria magoada. A senhora sabe como são essas feridas que não aparecem, que seguem a gente, que não curam e depois nos machucam pela vida toda. A coisa acabou naturalmente, como acabam as coisas da vida, sem a gente saber...

O próprio “negro” internalizou essas representações, vendo na miscigenação uma saída para o desaparecimento biológico e para a supressão das distinções sociais. Um informante negro afirmou, textualmente: “Havendo mistura racial, ao fim de certo tempo todos ficarão iguais. Assim acaba tudo quanto é preto”. A expectativa de que o cruzamento contribui para melhorar a condição dos descendentes, pelo menos, é generalizadíssima. Eis um exemplo: “Acho que as raças deveriam se misturar para terminar com a distinção de cor. O casamento, quando nascem filhos quase brancos, melhora a situação dos filhos, mas não a dos pais, porque os filhos desprezam, depois, os pais, envergonham-se do pai preto”. As disputas podiam ir além. Um rapaz “moreno” se casou com uma moça de família tradicional. Alguns parentes dela demonstravam que o encaravam como “negro”. Um tio dela dizia que ele e as irmãs eram “negros”; “para mim, quem escapa de branco é negro”. As irmãs dele

ficavam aborrecidas e depois frisavam, nas conversas com outras mulheres, que “não eram negras”: “Não veem que o nosso cabelo é liso? Preto não tem cabelo liso”. No conjunto, esses dados demonstram que a miscigenação, mesmo sancionada legalmente, amoldava-se ao contexto moral das avaliações predominantes na sociedade inclusiva.

Por fim, restaria estabelecer como a situação histórico-social de mudança interferia na elaboração dessa ideologia racial como um todo. Vários informantes asseveraram que a “prosápia” e o “orgulho racial” foram se atenuando aos poucos. Alguns chegaram a afirmar que as revoluções de 1924, 1930 e 1932 teriam contribuído para isso. Outros apontavam o comportamento dos próprios “negros” como o fator decisivo. Ao repelir certas formas de tratamento antiquadas, eles teriam forçado os “brancos” a rever seus velhos preconceitos. Informações desse tipo não nos esclarecem muito, porque não evidenciam quais teriam sido as fontes da liberalização do comportamento dos “brancos” e quais seriam seus frutos reais. Parece que a consolidação da ordem social competitiva introduziu, aos poucos, amplo arejamento no horizonte cultural das camadas dominantes, amenizando o clima moral das relações raciais. De fato, no fim do período aqui considerado deixara de haver consenso a respeito de “como tratar o negro” nesses círculos sociais. Havia os que se apegavam a um exclusivismo intransigente e que continuavam a considerar o “negro” estritamente à luz do velho código senhorial. Daí saía a impulsão intolerante na observância da antiga ideologia racial. Eram os que torciam o nariz a tudo que parecia indicar que “o preto está virando gente”. Eis como esses tipos se representavam a situação de contato: “Os pretos, por serem pretos, parecem não se importar com a vida. São desleixados, muitos se tornam ladrões, criminosos etc., e têm uma moral sexual duvidosa”. No entender do informante, isso proviria “muito mais da cor que da situação social e econômica”. Doutro lado, frisou que “não aceitaria de forma alguma um preto para chefe ou superior” e que nos “serviços superiores” (de chefe, técnico, professor etc.) “deve haver separação de cor”. Pensava que “devemos dar maiores oportunidades aos pretos para eles se consolarem de serem pretos”.

Em contraste, um número considerável de pessoas começava a comungar do credo republicano, levando para as relações raciais uma nova mentalidade. Ainda prevaleciam algumas distorções na compreensão da natureza e das fontes sociais da igualdade entre os homens. Mas já

aceitavam um estilo de combate ao preconceito de cor e à discriminação racial que respondia às exigências incipientes da democratização das relações raciais. Daí procedia a impulsão por assim dizer tolerante na observância daquela ideologia racial. Eis algumas passagens de um documento realmente expressivo,[293] no qual o escravo vem descrito como "submisso amigo dos bons senhores" e se advoga o ponto de vista humanitário de que "o brasileiro, na altivez de sua dignidade, não pode recusar a mão ao preto, seu concidadão, se esse preto é realmente digno":

> Entre nós, no regime liberal de sociedade moderna, no regime democrático em que vivemos, o preto está integralmente sujeito aos deveres de cidadão brasileiro, e à aplicação das leis e na exigência social do cumprimento do dever cívico, o preto é chamado para trazer a sua contribuição como homem e como cidadão. Mas, quando se tratou de conceder-lhe um direito correlato ao dever, então pretenderam excluir o negro dos postos a que ele podia aspirar e pretender no legítimo exercício de um direito que a própria sociedade lhe concedeu, pela sua lei fundamental!

Em suma, o preconceito é condenado como "repugnante ao nosso regime democrático" e as discriminações apontadas como praxe "antissocial, antidemocrática e desumana".[294] Por duas razões ainda estamos nos limites da antiga ideologia racial. Primeiro, porque os problemas humanos do "negro" são propostos segundo a perspectiva de uma *consciência falsa* da situação de contato racial; segundo, porque os juízos práticos partem de um pressuposto fundamental: a condição heteronômica da "raça negra", base material e moral do próprio padrão tradicionalista e assimétrico de relação racial. Por causa da primeira razão, os "brancos" de ânimo mais democrático não alcançavam uma visão realista da "situação racial", apegando-se a concepções logo condenadas como "românticas" e "inoperantes" pelos líderes dos movimentos sociais no "meio negro". Em virtude da última razão, a identificação com o negro e o mulato era mais emocional que refletida e racional, o que favorecia, singularmente, quer a ignorância dos problemas reais da "população de cor" da cidade, quer a indiferença perante as medidas especiais que o controle desses problemas exigiria.

Por aí se vê que, mesmo no fim do período considerado, as disposições e as reações efetivamente "democráticas" e "igualitárias" eram largamente solapadas e neutralizadas pela ideologia racial dominante. Até quando se propunha agir como um igual, o "branco" não conseguia varar as barreiras do isolamento sociocultural, não descobria o "negro" nem atinava com suas necessidades pungentes. Ainda assim, as impulsões favoráveis à maior

compreensão e tolerância raciais tiveram enorme importância sociodinâmica na cena histórica. Elas quebraram, de modo irreparável, o consenso monolítico da “raça branca” quanto à legitimação e à defesa da dominação racial autoritária. Doutro lado, tornaram o ambiente menos hostil à livre discussão e à luta, encetada pelos próprios “negros” por intermédio de seus movimentos sociais, contra as iniquidades mais clamorosas dessa forma de dominação racial. Enfim, se a ordem social competitiva não possuiu suficiente vitalidade para absorver os velhos padrões senhoriais de relações entre “brancos” e “negros”, ela pelo menos alargou o horizonte cultural dos homens, abrindo novas perspectivas à democratização dos direitos e garantias sociais na coletividade.

OceanofPDF.com

ÍNDICE REMISSIVO

(TERMOS PARA PESQUISA NO E-READER)

Abolição da escravatura

abolicionismo

abolicionistas

Abranchesunshee de

abuso sexual

acomodação racial

acumulação capitalista1

advogados

África

agentes econômicos

agricultura

alcoolismo

alimentação

Almeidanzer de

Alvesodrigues

“amantes”

Amaralaul Joviano do

Amaralubens do

amizade

analfabetismo4

Andrewseorge

anomia

“antigo regime”

apatia

aristocracia

artesãos

ascensão social

assalariados

Assembleia Legislativa

Assisachado de

Associação José do Patrocínio

autodefesa

autonomia social

Barbosa, Rui,

Barreto, Tobias

Barros, Rafael de

Bastide, Roger

bêbados

Bento, Antônio

bordéis

branqueamento populacional

burguesia

caboclização

café

Campos, Humberto de

Campos, Sofia

Candido, Antonio

capitalismo

Carapuças, Bastião dos Anzóis

Cardoso, Fernando Henrique

Carnaval

casamento

Cavaco, Carlos

Clarim da Alvorada

classe média

classes sociais

classificação social

Clube Negro de Cultura Social

comércio

“complexo de inferioridade”

condições de vida

conformismo

contrato de trabalho

Correio Paulistano, O

cortiços

Couty, L.

crescimento econômico

crianças

criminalidade

decadência econômica

“deficit negro”

“democracia racial”

demora cultural

dentistas

desemprego

desigualdade racial

Diário Popular, O

Dias, Everardo

dilema racial

dinâmica social

discriminação racial

distância social

Dobzhansky, Theodosius

documentação histórica

doenças

dominação racial

Durkheim, Émile

economia capitalista

educação

“elite de cor”

Ellis Jr., Alfredo

enriquecimento

escolarização

Estados Unidos

“estilo urbano de vida”

estrangeiros

Europa

exigências sociodinâmicas

expansão agrícola

expansão urbana

fábricas

família negra

família tradicional

fazendeiros

fecundidade

Feres, Nagib Lima

Ferreira, Vicente

festas

fome

“formas de dominação”

França

Frente Negra Brasileira

futebol

Gama, Luís

garantias sociais

grandes proprietários

Guarda Civil

Hasenbalg, Carlos

herança sociocultural

hipocrisia

Holanda, Sergio Buarque de

homossexualismo

humanitarismo

humilhação

IBGE

idealismo

ideologia racial

Igreja

igualdade racial

igualdade social

imigrantes

“imprensa negra”

índios

individualismo

indústria

industrialização

interesses econômicos

isolamento sociocultural

Itália

italianos

Juizado de Menores

justiça social

ladrões

lavoura

Lei Áurea

Leite, José Correia

lepra

liberalismo

Linton, Ralf

livre competição

Lôbo, Pelágio

Lowrie, S. H.

Lucrécio, Francisco

mães solteiras

“malandros”

Malheiros, Perdigão

Mannheim, Karl

Marx, Karl

“massas negras”

médicos

“meio negro”

Mendes Sobrinho, O. Teixeira

mendicância

mercado de trabalho

mestiços

migrantes

Milliet, Sérgio

miscigenação

miséria

mobilidade social vertical

modernização

Morais, Evaristo de

moralidade

Moreira, Juliano

mortalidade

Mortara, Giorgio

Movimento Negro Unificado

mulheres

“mundo rural”

“mundo urbano”

música

natalidade

“negros ordeiros”

Novo Horizonte, O

ócio

Oeste Paulista

operários

ordem social competitiva

papéis sociais

“parasitismo”

pardos

paternalismo

patrões

Paty de Alferes, barão de

pauperização

paz social

Pinto, Costa

“plebe”

polacos

polícia

população branca

população brasileira

população negra

população paulistana

portugueses

poupança

Prado Jr., Caio

Prado, Antônio

Prado, Orlando de Almeida

prestígio social

“Preto Leôncio, O” (Pelágio Lôbo)

Primeira República

privilégios

profissionalização

profissões

proletarização

promiscuidade

prosperidade

prostituição

Província de São Paulo, A

“raça dominante”

racismo

“realidade racial brasileira”

recenseamentos

Redempção, A

“redenção do negro”

regime de classes

regime republicano

relações raciais

renda

República

revolução burguesa

revolução industrial

revolução urbana

riquezas

Rugendas, Johann Moritz

Saint-Hilaire, A.

samba

Sampaio, Teodoro

Santos, Arlindo Veiga dos

saúde

Schwarcz, Lilia

“sedutor profissional”

Segundo Império

senzala

“serviço de negro”

serviço militar

serviços domésticos

servilismo

sexualidade

sífilis

Silva, Lobo da, coronel

sistema de produção

Smith, T. Lynn

sociedade de classes

sociedade escravocrata

sociedade inclusiva

Souza, Paula, conselheiro

status social

suicídio

Teixeira, Jorge Prado

tensões raciais

trabalhadores nacionais

trabalho escravo

trabalho livre

tradicionalismo

tráfico negreiro

tuberculose

União Democrática Nacional

urbanização

vagabundos

Vargas, Getúlio

velhas elites

“vergonha da cor”

vestuário

Viana, Oliveira

vício

vida social organizada

vida urbana

violência

Weber, Max

OceanofPDF.com

[1] Uma parte dos materiais havia sido levantada anteriormente, em 1941-1944 ou 1949-1951, por alunos ou ex-alunos de Roger Bastide ou do autor.

[2] Dispensamo-nos de fazer indicações pertinentes às técnicas de investigação realizadas porque o assunto foi amplamente ventilado no projeto da pesquisa, redigido pelo autor: ver BASTIDE, R. e FERNANDES, F. *O preconceito racial em São Paulo.* São Paulo, Instituto de Administração da Universidade de São Paulo, 1951 (reproduzido no apêndice de *Negros e brancos em São Paulo* [São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1959], dos mesmos autores). Dados referidos no texto sob a notação "depoimentos feitos em público" foram colhidos graças à aplicação da técnica de observação em massa em situações grupais.

[3]O que não impede que alguns segmentos da "população de cor", mais avançados na integração à ordem social competitiva, participem das pugnas e dos debates travados na sociedade inclusiva, em torno dessas opções.

[4] A exemplo do que ocorreu em vários países europeus, em face de consequências análogas que afetaram o antigo servo da gleba (ver PIPKIN, C. W. Poor law. *Encyclopaedia of social sciences*, v. XII, p. 230-234, em que se encontra boa referência bibliográfica sobre o assunto).

[5] Ver *Obras completas de Rui Barbosa*, v. XI – 1884, tomo I, edição do Ministério de Educação e Cultura, Rio de Janeiro, 1945 (introdução de Astrogildo PEREIRA, p. XXXVII-XXXVIII.)

[6]Eis como Ezequiel Freire descreve a ocorrência: "Um dia, faz 8 anos, estávamos no escritório de Luís Gama, onde também viera um preto fugido apresentar pecúlio e pedir para a sua libertação o auxílio nunca negado daquele outro preto de coração de ouro. Com pouco, a convite de Luís Gama chegou o senhor do escravo, de quem Luís era amigo.

Ao ver o seu negro: – Que mal te fiz eu, rapaz? – diz o senhor. – Pois não tem boa cama e boa mesa, roupa e dinheiro? Queres então deixar o cativeiro de um senhor bom como eu, para ires ser infeliz em outra parte? Que te falta lá em casa? Anda! fala!

E o negro, ofegante, cabisbaixo, calava-se.

– Falta-lhe – responde gracejando Luís Gama, dando uma palmada de amigo no homem de sua cor –, falta-lhe *a liberdade de ser infeliz* onde e como queira..." (*A Província de São Paulo*, 13 nov. 1887).

[7] Tomando-se as coleções de *A Província de São Paulo* e do *Correio Paulistano* de 1887 e de 1888, por exemplo, é possível acompanhar como esses assuntos – a libertação com cláusulas condicionais, primeiro, as indenizações e os auxílios para a lavoura, depois – impregnavam fundamente os debates e as atividades políticas das camadas dominantes. Por fim, prevaleceram os interesses econômicos e políticos dos fazendeiros mais prósperos, concentrando-se os debates e a aplicação de recursos oficiais em medidas para intensificar a imigração.

[8] Ou seja, a partir da década de 1880, de acordo com a conhecida caracterização de NABUCO (ver *O abolicionismo*, p. 4). As coleções de jornais mencionadas na nota anterior contêm informações que fundamentam cabalmente a afirmação.

[9] A explanação geral condensada aqui se fundamenta em dados expostos em outra análise do autor (ver "Do escravo ao cidadão", principalmente; e "Cor e estrutura social em mudança", caps. I e II da obra escrita em colaboração com Roger BASTIDE, *Brancos e negros em São Paulo.* Em alguns pontos, também foram aproveitados dados e conclusões de duas obras recentes: BRUNO, E. da S. *História e tradições da cidade de São Paulo*, 1954 (esp. cap. VI); e MORSE, R. M. *De comunidade a metrópole. Biografia de São Paulo*, 1954. (esp. p. 179 *et seqs.*). Essa explanação encontrou importante confirmação e alargamento, doutro lado, nos resultados a que chegaram Octavio Ianni (ver *As metamorfoses do escravo*, 1962, esp. caps. V e VII) e Fernando Henrique Cardoso (*Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*, 1962. esp. caps. V e VI), no estudo sociológico de fenômenos análogos em Curitiba e Porto Alegre, respectivamente.

[10] Veja-se BASTIDE, R. e FERNANDES, F. Op. cit., p. 31; levando-se em conta os dados do censo de 1804, teríamos 53,6% de negros e pardos na população da cidade; segundo o censo de 1836, a proporção desse elemento na população global seria de 53,7%.

[11] BASTlDE, R. e FERNANDES, F. Op. cit., p. 41.

[12] Ibid., p. 41.

[13] Ibid., p. 41. (Nos cálculos usamos as indicações fornecidas pelo censo de 1886, que dá 12.290 estrangeiros para a cidade, deduzindo desse total os 205 africanos arrolados como "estrangeiros").

[14] Ver esp. as implicações da análise da estrutura ocupacional da cidade de São Paulo em 1872, feita em BASTIDE, R. e FERNANDES, F. Op. cit., pp. 42-46.

[15] *Sexo, raça e estado civil, nacionalidade, culto e analfabetismo da população recenseada em 31 de dezembro de 1890.* Rio de Janeiro, Ministério da Indústria e Obras Públicas, Diretoria Geral de Estatística, 1898 (dados enumerados de acordo com as especificações tomadas na fonte).

[16]*Relatório apresentado ao cidadão dr. Cezario Motta Júnior, secretário dos Negócios do Interior do estado de São Paulo, pelo diretor da Repartição da Estatística e Arquivo dr. Antonio de Toledo Piza, em 31 de julho de 1894*. Rio de Janeiro, Tip. Leuzinger, 1894. Na apreciação desse recenseamento, é preciso não esquecer que os seus resultados surpreenderam os próprios organizadores, cujas previsões eram mais otimistas (ver esp. pp. 64-66); e que os censos de 1886 e, em particular, de 1890 sofreram sérias restrições por serem incompletos (ver comentários de Lowrie, S. "Fontes bibliográficas das estatísticas de população no estado de São Paulo". *Boletim Bibliográfico.* São Paulo, no 1, pp. 76-77). Os dados do censo de 1890, concernentes à população estrangeira em São Paulo (no estado e na capital), são notoriamente inferiores às indicações sobre as entradas e a fixação de imigrantes.

[17]PIZA, A. T. Op. cit., p. 71. (Note-se que, pelos cálculos, 490 estrangeiros eram "indivíduos de cor", presumivelmente de origem africana.)

[18] Ibid. pp. 71 e 72; na relação, foram omitidos os grupos nacionais pouco numerosos na ocasião.

[19] N. S. do Ó, Penha e São Miguel. Dados extraídos de PIZA, A. T. Op. cit., pp. 68 e 71-72.

[20] Id.

[21] Abrangendo artesãos e artífices em geral.

[22] Nos cômputos para esta exposição deixamos de lado o pessoal ocupado em atividades pastoris.

[23] Malgrado as insuficiências e limitações dessa assistência, bem conhecidas mas que só eram patentes aos olhos dos imigrantes e de pequenos círculos nacionais mais avançados.

[24] Carta do conselheiro Paula Souza ao dr. César Zama, escrita em 19 de março de 1888 e publicada em *A Província de São Paulo*. 8 abr. 1888. A sua transcrição, quase na íntegra, explica-se pela riqueza de gradações das informações prestadas. A parte que deixei de transcrever, pertinente ao trabalhador nacional, vem citada adiante (ver nota 63).

[25]Seria preciso muito espaço para enumerar a documentação existente; veja-se, por exemplo, as informações consignadas em *A Província de São Paulo*, editorial estampado no número de 24 de janeiro de 1888 (do qual foi extraído o último trecho transcrito; e, como exemplo, também os números de 23 fev. 1888; 10 abr. 1888; e 1 maio 1888; *O Correio Paulistano*, esp. números 15 set. 1887, 30 out. 1887, 16 nov. 1887 e 18 jan. 1888; 31 jan. 1888 e 1o fev. 1888).

[26] MORAIS, E. de. *A campanha abolicionista* (1879-1888), p. 308 (em que fornece indicações complementares sobre o comportamento dos fazendeiros paulistas, na ocasião).

[27] Nesses tópicos, foram resumidas informações coligidas por Maria Izaura Pereira de Queirós e Antonio Candido de Mello e Souza para o professor Roger Bastide; ou levantadas pelo próprio autor junto a informantes negros. Foi da maior valia, nesse sentido, a colaboração do senhor Mário C. Costa.

[28] COUTY, L. *L'esclavage au Brésil*. p. 48.

[29] Ibid., p. 56.

[30] COUTY, L. *Le Brésil em 1884*, p. 15.

[31] Ibid. Ver esp. pp. 20, 112 e 125-126.

[32]"O escravo por força das coisas compara-se com o trabalhador livre; mede a distância profunda que o afasta dele; compreende, então, a humildade de sua posição, sem que lhe sorria ao longe a esperança de melhores dias; e dessa sua situação desanimadora nascem todos os desatinos de que é capaz uma organização grosseira, todas as reações de que pode lançar mão um homem que se sente vilipendiado por uma sorte inflexível.

Isto significa claramente que ao pé do trabalhador livre e remunerado, ao pé do imigrante, é impossível o trabalho gratuito, o trabalho escravo, feito para gozo exclusivo dos proprietários; que a imigração, como instituição social, repele irresistivelmente a instituição servil; que aquele grande fator do nosso progresso torna impossível o escravo." (*O Correio Paulistano*, 13 nov. 1887). Por "horror ao trabalho", os escravos "fogem e abandonam os estabelecimentos agrícolas, porque seu espírito, que também acompanha a evolução, já não compreende trabalho sem remuneração; porque sabe que o colono, que não tem mais força muscular nem mais aptidão que ele para o serviço da lavoura, forma pecúlio, tem gozos e vive muito melhor [...]. A raça negra é capaz de todos os sentimento nobres, como as raças civilizadas". (*O Correio Paulistano*, 16 nov. 1887). Sobre o assunto, veja-se, ainda: SANTOS, J. M. dos. *Os republicanos paulistas e a Abolição*, p. 315-316.

[33] Ver BASTIDE. R. e FERNANDES, F. Op. cit., p. 51 *et seqs.*, principalmente as fontes citadas em notas de rodapé.

[34] Número de 30 out. 1887.

[35]*O Correio Paulistano*, 11 nov. 1887.

[36] Ver *Antônio Prado no Império e na República.* Seus discursos e artigos coligidos e apresentados por sua filha Nazareth Prado. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia., 1929. pp. 245 e 33.

[37] Id., p. 267.

[38] Id., pp. 282-283 e 286. Note-se que Antônio Prado pensou em medidas para fomentar a fixação dos imigrantes na agricultura (ver pp. 289-290) e se recusou obstinadamente a fixar normas nem sequer para obrigar os libertos ao trabalho agrícola (ver pp. 306-308).

[39] ABRANCHES, D. de. *O captiveiro* (Memórias), pp. 226-227; adiante, refere-se ao ódio e desprezo do paulista contra o negro, vendo aí a causa para a diminuição dos "homens de cor" em São Paulo (ver p. 228).

[40]Ver "L'Immigrazione italiana dal 1886 all oggi. Il Lavoro nelle 'fazendas' e la formazione della piccola proprietà." Em: *Cinquantani di lavoro degli italiani in Brasile.* v. I. São Paulo, Lo Stato di S. Paolo, Società Editrice Italiana, 1936, p. 72.

CENNI, F. *Italianos no Brasil*, pp. 164-165.

[41] Ver esp. "Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo pelo presidente da província exmo. sr. dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves no dia 10 de janeiro de 1888". São Paulo, 1888, pp. 22 e 64-65, discurso de Almeida Nogueira na Assembleia Provincial, *O Correio Paulistano*, 8 abr. 1888 (no qual são enumeradas como desfavorecidas as regiões do Nordeste e do Sul).

[42] TAUNAY, A. de E. *História do café no Brasil*, v. 7, p. 463.

[43] Aliás, L. Couty viu muito bem a natureza institucional desse fenômeno socioeconômico. Por isso, salientava, com argúcia, que "não se trata mais de saber como se libertará os negros, mas antes de descobrir como substituí-los; e, se é fácil suprimir o escravo, ninguém sabe como organizar a mão de obra livre" (*L'esclavage au Brésil*, p. 33). O mesmo tema foi retomado em outra obra, na qual demonstra que não estava em jogo a pura substituição de homem por homem, mas a alteração das bases materiais e morais, de organização do trabalho agrícola (Id., *Le Brésil en 1884*, pp. 125-126).

[44] O censo de 1886 permite acompanhar os principais aspectos dessa correlação nos fins do século XIX (ver *Relatório apresentado ao exmo. sr. presidente da província de São Paulo pelos senhores dr. Elias Antônio Pacheco e Chaves (presidente), dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe Filho, dr. Joaquim José Vieira de Carvalho, engenheiro Adolfo Augusto Pinto, Abílio Aurélio da Silva Marques.* São Paulo: Leroy King Book-Walter, Tip. King, 1888. pp. 53-56 e 23-24); combinando-se os resultados dos dois estudos seguintes, é possível aventar algumas hipóteses a respeito da relação geral entre o desenvolvimento econômico de São Paulo e os movimentos demográficos em que estavam envolvidos imigrantes, negros e mulatos: MILLIET, S. *Roteiro do café e outros ensaios.* 3a ed., revista e aumentada, v. XXV da Coleção do Departamento de Cultura, São Paulo, 1941. pp. 7-70; Lowrie, S. O Elemento Negro na População de São Paulo. *Revista do Arquivo Municipal,* Ano IV, v. XLVIII. São Paulo, junho de 1938. pp. 5-56.

[45] Província ou estado, dependendo do período de tempo que se tome como ponto de referência.

[46] WERNECK, F. P. de L. (Barão de Paty de Alferes). *Memória sobre a fundação e o custeio de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*, pp. 22-23.

[47] Ver BARROS, M. P. de. *No tempo de dantes*, p. 88.

[48] Le Comte Auguste von der Straten-Ponthoz. *Le budget du Brésil, ou recherches sur les ressources de cet empire dans les rapports avec les interêts européens du commerce et de i'émigration.* Paris: Librairie d'Amyot, Editeur, 1854. (3 v.; v. III, pp. 116-117).

[49] COUTY, L. *Le Brésil en 1884*, p. 141-154. Para apreciar o debate do assunto em São Paulo: veja-se *A Província de São Paulo*, 13 nov. 1887, transcrição na Seção Livre de trechos do trabalho de Antonio de Campos Serra, lavrador de Descalvado. Doutro lado, as práticas da lavoura escravista criaram vários obstáculos à transição para o novo regime de trabalho, como o demonstra VEIGA FILHO, J. P. da. *Estudo econômico e financeiro sobre o estado de São Paulo*, pp. 56-59.

[50] Artigo publicado em *A Província de São Paulo.* 15 out. 1887.

[51]*A Província de São Paulo.* 1o out. 1887 (transcrição de artigo publicado originalmente pelo *Diário de Notícias*).

[52] Ver a análise da questão da mão de obra agrícola em São Paulo feita por Pierre Denis (*Le Brésil du* XX o *siècle*, pp. 118-156).

[53] DENIS, P. Op. cit., p. 129.

[54] A República tomou a si essa tarefa; mas a regulamentação jurídica resultante se manteve, na prática, letra morta durante muito tempo, por conhecidas razões predominantemente econômicas, sociais e culturais.

[55] Sobre as implicações ou consequências econômicas e sociais da destituição do escravo sem nenhuma espécie de reparação ou garantia socioeconômica, ver SIMONSEN, R. As consequências econômicas da Abolição. *Revista do Arquivo Municipal.* Ano IV – v. XLVII. São Paulo, maio de 1938. pp. 257-268 (transcrito do *Jornal do Comércio*, 8 maio 1938).

[56] Entenda-se que essa afirmação não é feita com o intuito de excluir a existência e a predominância dos capitais estrangeiros no aludido processo. Ela se refere, tão somente, ao modo de operar e ao estilo das relações de heteronomia econômica, vinculadas aos negócios do café, os quais incluíram a "praça brasileira" nas principais operações de financiamento e de comercialização da safra, estocagem ou exportação dos produtos.

[57] Ver esp. MONBEIG, P. *La Croissance de la Ville de São Paulo*, esp. cap. III, pp. 27-31. MORSE, R. M. *De comunidade a metrópole*, esp. pp. 183-185.

[58] Tal coisa ocorria até na própria organização do trabalho agrícola, como o demonstram as críticas feitas por João Pedro da Veiga Filho à persistência das "velhas usanças" e da "rotina" tradicionalista na lavoura, após a implantação do regime de trabalho livre (veja-se *Estudo econômico e financeiro sobre o estado de São Paulo*, esp. pp. 56-59).

[59] Sergio Buarque de Holanda também pôs em evidência os novos traços de fazenda de café como empresa econômica; no entanto, tenho a impressão que exagerou suas influências urbanizadoras, imputando às fazendas de café efeitos da organização e do desenvolvimento do próprio espaço social urbano (ver *Raízes do Brasil*, p. 256 *et seqs.*).

[60] Alguns aspectos da persistência do antigo regime e da dominação patrimonialista são descritos por LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto*; e por QUEIRÓS, M. I. P. de. O mandonismo local na vida política brasileira. Em: *I.N.E.P.* – Anhembi, *Estudos de sociologia e história.* São Paulo: Ed. Anhembi Ltda., 1957. pp. 194-301.

[61] Muitas vezes, pertencentes a antigas famílias paulistas que desfrutavam de consideração e de prestígio, embora desprovidas de riqueza, na antiga sociedade estamental e de castas. Ou, então, recrutados nas levas de brasileiros de todos os recantos do país, que tentavam a sorte nas regiões prósperas, contando com alguns recursos econômicos, eventualmente, e com certas reservas de talento. Pelas estatísticas de A. de Toledo Piza, percebe-se que este elemento tinha alguma significação na vida econômica e social da cidade de São Paulo no começo do século (ver quadro especial no *Relatório apresentado* etc., loc. cit.).

[62] Sobre a organização da família brasileira tradicional e as funções de seu "núcleo legal" e de sua "constelação periférica", conforme SOUZA, A. C. de M. e. *Brasil: portrait of half a continent*, cap. 13, pp. 291-312.

[63] Alguns autores ressaltaram esse fato, em outros termos: TEJO, A. de L. *Retrato sincero do Brasil* (contribuições de Joselino Alves de Camargo Jr., pp. 153-170; e de Edison Carneiro, p. 237); Astrogildo Pereira, prefácio de *Obras completas de Rui Barbosa*, v. XI, p. XXVII-XXVIII. Em termos mais amplos, BASTIDE, R. e FERNANDES, F. *Brancos e negros em São Paulo*, caps. I e II; CARDOSO, F. H. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*, cap. VI; IANNI. O. *As metamorfoses do escravo*, caps. V e VI.

[64] Essa relação do branco inconformista com o negro e com os padrões de dominação racial existentes fazia parte da organização dos movimentos. abolicionistas e, portanto, da consciência que os seus líderes tinham do alcance revolucionário do abolicionismo. Até hoje, o melhor documento a respeito é o cap. III de *O abolicionismo*, em que Joaquim Nabuco discute a natureza e as implicações do "mandato da raça negra", que obrigava o branco solidário mas que constituía, por sua própria essência, um mandato delegado de modo inconsciente pelo escravo e pelo ingênuo. O noticiário de *A Província de São Paulo* e de *O Correio Paulistano*, especialmente de 1887 em diante, revela que a indiferença ou a solidariedade diante das fugas em massa possuía a mesma motivação. Até a polícia, o Exército e a Justiça se recusavam a intervir, para resguardar os "interesses negreiros", porque estava claro que a liberdade do escravo e do ingênuo ia suprimir a escravidão, sem modificar as relações recíprocas das "raças" em presença e sua posição na estrutura da sociedade. O leitor encontrará em Pedro Calmon (A Abolição, *Revista do Arquivo Municipal.* São Paulo, maio de 1938. Ano IV, v. XLVII. pp. 127-146) uma caracterização histórica do abolicionismo como ideologia dos círculos aristocráticos da sociedade brasileira; e em Paula Beiguelman uma análise sistemática dos componentes ideológicos e políticos do abolicionismo (ver *Teoria e ação no pensamento abolicionista*).

[65] Conforme referências apontadas anteriormente, em especial na nota 29. As duas polarizações das expectativas (na direção do branco da camada dominante e na do imigrante) são retidas na seguinte frase, colocada na boca de um escravo: "Senhor é bom, não nos maltrata, mas senhor que ficou rico e feliz, dá terras ao estrangeiro, paga-lhe o serviço e deixa-nos como dantes" (*A Província de São Paulo*, 9 nov. 1887).

[66] Aliás, pela carta do conselheiro Paula Souza, obtém-se a informação de que o trabalhador nacional praticamente era assalariado como *substituto do escravo*, na fase de transição, sendo-lhe até destinados os alojamentos daquele: "Muita gente que vivia de quatro pés de feijão e de uma quarta de milho entra hoje no serviço do cafezal e do terreiro com satisfação, e os que tenho recebido acomodam-se perfeitamente nas antigas senzalas dos escravos. As minhas são, na verdade, boas, mas foram feitas em forma de quadrado – forma repugnante até aqui. [...] Continua a mesma forma, posto que sem fechadura, e eles hoje até acham preferível o quadrado, porque nele recolhem os seus mantimentos sem receio do dano dos animais. Meu quadrado é um grande pátio, cercado de casas brancas e limpas, cujos pontos pretendo agora abrir para o lado de fora." Quanto ao pagamento dos trabalhadores, assevera: "É também preciso que os teus patrícios saibam que o trabalho livre não é tão caro, como a princípio parece. Este ponto foi a minha maior surpresa na transformação por que passamos" ("Carta ao doutor César Zama", publicada em *A Província de São Paulo*, 8 abr. 1888; o restante da carta, relevante para este trabalho, foi transcrito anteriormente, pp. 37-40. A respeito do pagamento do trabalhador livre em geral, vejam-se as afirmações de L. Couty pertinentes a São Paulo, sobre o salário dos colonos *(L'esclavage au Brésil*, p. 48).

[67] Veja-se, a respeito, a análise de PRADO JR., C. *História econômica do Brasil*, cap. 19 (esp. pp. 200-201).

[68] PRADO JR., C. *Formação do Brasil contemporâneo – Colônia*, pp. 341-342.

[69] COUTY, L. *L'esclavage au Brésil*, pp. 44-50 (as proporções foram extraídas de dados fornecidos nas pp. 48 e 50).

[70] Id., p. 56 (a informação já foi reproduzida aqui literalmente: ver p. 35).

[71] Tal como afirmava Handelmann, ao representá-lo como "planta democrática" (veja-se HOLANDA. S. B. de. *Raízes do Brasil*, p. 261).

[72] Sobre o assunto, consulte-se o estudo de CARDOSO, F. H. Condições Sociais da Industrialização de São Paulo. *Revista Brasiliense*, no 28, março-abril de 1960. esp. pp. 35-38.

[73] Ao exigir condições de trabalho próprias ao homem livre inerentes à relação contratual (ver esp. COUTY, L. *L'esclavage au Brésil*, loc.cit.; *Le Brésil em 1884*, passim; DÉNIS, P. *Le Brésil*, loc. cit.; HOLANDA, S. B. de. *Memórias de um colono no Brasil* (1850). *Introdução* a Thomaz DAVATZ, São Paulo, Martins Ed. 1941; PRADO JR., C. *História econômica do Brasil*, loc. cit.; FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*, Parte IV, cap. XXII e XXIV). Também o nível de vida do imigrante contribuiu para difundir novos hábitos de consumo e de produção (ver SIMONSEN, R. C. *Brazil's industrial evolution*, esp. p. 36).

[74] Veja-se especialmente IANNI, O. Fatores Humanos da Industrialização no Brasil. *Revista Brasiliense*, no 30, pp. 50-66; CAMARGO, J. F. de. *Crescimento da população no estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*, esp. parte I – cap. III; parte II – cap. III e p. 264 *et seqs.*; LOWRIE, S. H. *Imigração e crescimento da população no estado de São Paulo*, esp. p. 30 *et seqs.;* PETRONE, P. As indústrias paulistanas e os fatores de sua expansão. *Boletim Paulista de Geografia*, no 14, pp. 26-37; MATOS, O. N. de. "São Paulo no século XIX". Em: *A cidade de São Paulo*, V. II – cap. II, pp. 66-69; AZEVEDO, S. de A. Imigração e colonização no estado de São Paulo. *Revista do Arquivo Municipal.* São Paulo, 1941. Ano VII, v. LXXV, pp. 105-57; MATOS, D. L. de. O parque industrial paulistano. Em: *A cidade de São Paulo*, v. III, cap. I, esp. pp. 11-15; SIMONSEN, R. C. Op. cit.

[75] MALHEIROS, A. M. P. *A escravidão no Brasil*, v. I, pp. 32-33.

[76]Parece dispensável arrolar a rica documentação existente a respeito do assunto. Basta assinalar que, já no fim da escravidão, eram poucos os fazendeiros que acompanhavam, em São Paulo, a suavização das condições de trabalho e a liberalização das oportunidades para formar pecúlio ou constituir família, que surgem nas demais províncias, inclusive no Rio de Janeiro. Só quando não se tornou possível deter o escravo, depois de 1885, é que a maioria dos senhores procura associar a concessão da roça, a liberdade de casamento e certas compensações financeiras ou ocupações adicionais à cláusula da libertação condicional. As fontes de dados mais informativas a respeito são as coleções de *A Província de São Paulo* e, em menor escala, do *Correio Paulistano* (de 1887 em diante), bem como os depoimentos dos abolicionistas. Quanto aos efeitos da organização do trabalho escravo na personalidade do negro e no seu alheamento às exigências da vida econômica e social do homem livre, ver esp. COUTY, L. *L'esclavage au Brésil*, pp. 72-84.

[77]Os brancos da camada dominante olhavam com ressentimento as manifestações do comportamento do negro ou do mulato porventura imbuídas das "falsas noções de liberdade"; ainda prevalecia o estado de espírito que levou Antônio Prado a exibir a "negra ingratidão [dos ex-escravos] para com os seus ex-senhores" (ver *1o Centenário do conselheiro Antônio da Silva Prado*, p. 23). Eis como um correspondente de Campinas se manifestava sobre o assunto, em carta publicada por *A Província de São Paulo* (23 mar. 1888): "À proporção que a lavoura definha à míngua de braços, as cidades regorgitam de vadios; pelas estradas, de momento a momento encontram-se turmas de robustos ex-escravizados caminhando sem destino; as tabernas das estradas, todos os dias e todas as horas estão repletas desses neófitos da vadiagem, do jogo e da bebedeira", "Triste verdade! Os ex-cativos, como a maior parte dos caipiras fogem ao trabalho". (Veja-se, também, *A Província de São Paulo*, "Cartas do Oeste", 9 abr. 1888; l maio 1888, artigo de A. José da Costa Wilk; 15 jul. 1888, correspondência de Caçapava; 23 maio 1888, "Carta a um lavrador"; 27 maio 1888, artigo na Seção Livre; *Correio Paulistano*, editorial sobre "O orçamento da agricultura", 19 out.

1888). Coube a Max Leclerc a triste tarefa de objetivar literariamente a cantilena dos antigos proprietários de escravos: “No dia seguinte ao da abolição, os negros desapareceram; para eles a liberdade significava, naturalmente, a liberdade de não fazer coisa alguma e de mudar de ambiente; dirigiram-se para as cidades onde agora vivem, os homens não se sabe como e as mulheres do que facilmente se imagina. Muitos imigraram para as províncias do norte onde o elemento negro predomina, e em São Paulo veem-se hoje poucos negros” (LECLERC, M. *Cartas do Brasil*, p. 82; essas afirmações foram escritas em janeiro de 1890). Descrições de teor equiparável se encontram em TAUNAY, A. de E.. *História do café no Brasil*, v. 7, p. 463, da qual foi extraída a referência às “falsas noções de liberdade”, e em conhecida evocação de Everardo Vallim de Souza (“Reminiscências – Em torno de Antônio Prado”. Em: *1o Centenário do conselheiro Antônio da Silva Prado*, pp. 194-230; trecho extraído da p. 208): “... decretada de afogadilho a ‘Lei 13 de Maio’, seus efeitos foram os mais desastrosos. Os ex-escravos, habituados à tutela e à curatela de seus ex-senhores, debandaram em grande parte das fazendas e foram ‘tentar a vida’ nas cidades; tentame aquele que consistia em: aguardente aos litros, miséria, crime, enfermidade e morte prematura. Dois anos depois do decreto da lei, talvez metade do nosso elemento livre havia já desaparecido!”

Mais compreensivas e objetivas são as opiniões emitidas pelos que simpatizavam com os “libertos”. Sirva-nos de exemplo o seguinte escrito, estampado por *A Redempção* (jornal de Antônio Bento), em 27 jun. 1897, sob o título “Os pretos desaparecem deste estado”:

“Depois da lei de 13 de Maio de 1888, tem-se notado que a raça preta vai desaparecendo aos poucos deste Estado.

Afirmam alguns pessimistas e antigos escravocratas que a raça preta desaparece deste Estado porque, abusando da liberdade e entregando-se ao vício da embriaguês, tem morrido.

Mentira e calúnia contra essa infeliz raça que foi a causa de todas essas riquezas que põem este Estado acima de todos os outros.

O excesso de barbaridade de que usavam os antigos senhores escravos, o horror que essa pobre gente tinha ao café, que, sendo a base de toda a riqueza de seus senhores, era contudo a origem de todos os castigos contra os infelizes escravos, as prepotências das autoridades policiais que entendiam perseguir os libertos, impossibilitando-os a formar família, o desaforo com que os juízes de órfãos arrancavam os filhos dos libertos, mesmo casados, para pô-los como escravos em casa dos antigos senhores, obrigavam os libertos a escolherem outros estados aonde naturalmente encontravam melhores autoridades, melhores patrões e meios mais fáceis de viverem.

Acresce ainda que a maior parte dos escravos vinha das antigas províncias do Norte para ser vendida aqui e nas províncias do Sul.

A barbaridade do comércio fazia com que se separassem os filhos das mães, maridos das mulheres, irmãs de irmãos, e a facilidade de conseguirem a falsificação das matrículas fazia com que tudo isso se tornasse um fato normal, apesar das leis em contrário.

Dada a Lei Áurea que confraternizou todos os brasileiros, entenderam os libertos nortistas partir para os estados de onde tinham vindo à procura não só de seus parentes, como de uma vida superior à que passavam neste estado.

A uberdade e a fertilidade dos terrenos do Norte para os gêneros de primeira necessidade, o pouco trabalho que precisavam para tirar da terra o necessário para viver, vai fazendo com que os libertos do Norte procurem suas antigas pátrias para serem mais felizes do que têm sido aqui.

Acresce ainda que, neste estado, é mais feliz o estrangeiro do que o nacional.

Cada estrangeiro tem o seu cônsul que reclama por qualquer injustiça que possa sofrer, e o brasileiro, especialmente o liberto, não encontra aqui o apoio e a justiça quando pedem.

Está portanto explicada a razão pela qual os libertos vão pouco a pouco desaparecendo deste estado”.

[78]Ver referências contidas nas citações da nota anterior. Veiga Filho estimava em 1/3 a proporção de libertos que abandonavam as fazendas, dispersando-se pelos centros urbanos (ver VEIGA FILHO, J. P. da. *Estudo econômico e financeiro sobre o estado de São Paulo*, pp. 61-62). Adiante, o assunto será retomado de maneira sistemática.

[79] Quanto aos estrangeiros, foram excluídos o pequeno número de africanos nos dois censos; doutro lado, por causa de sua pequena significação (e também por ser impossível se presumir a cor da pele dos indivíduos em questão), os 205 e os 490 africanos dos censos de 1886 e 1893, respectivamente, não foram discriminados como “estrangeiros” nos grupos de cor considerados.

[80] O êxito com que o faziam é salientado na brilhante reconstrução de MORSE, R. *De comunidade a metrópole*, pp. 179-191.

[81] Veja-se LOWRIE, S. H. O elemento negro na população de São Paulo. *Revista do Arquivo Municipal.* Ano IV – v. LXVIII. São Paulo, 1938. esp. pp. 17-18; AMARAL, R. J. do. *O negro na população de São Paulo*, esp. pp. 59-60.

[82] Esse setor já era ponderável ao se encetar o último quartel do século dezenove, como nos mostra o censo de 1872 (ver BASTIDE, R. e FERNANDES, F. *Brancos e negros em São Paulo*, pp. 42-46).

[83]Aliás, Rodrigues Alves salientava, em seu relatório de 1888: “Em vários municípios os proprietários agrícolas sobressaltaram-se a cada passo com a fuga em massa de escravos, que, armados, correm as estradas em busca de centros, onde o apoio de uns, a tolerância de outros e a indiferença da maior parte, sem medir o perigo que dessa ilegal aglomeração resulta para todos, dá-lhes a esperança de impunidade” (ver *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial pelo presidente da província exmo. sr. dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, no dia 10 de janeiro de 1888*, p. 7). Sobre os diferentes aspectos do assunto, veja-se, especialmente: dr. ANDRADE, A. M. B. de. A Abolição em São Paulo. Depoimento de uma testemunha. *O Estado de S.Paulo.* 13 maio 1918; MORAIS, E. de. *A campanha abolicionista* (1879-1888), esp. pp. 264-266 e 305 *et seqs.;* SANTOS, J. M. dos. *Os republicanos paulistas e a Abolição*, esp. p. 177 *et seqs.*; SCHMIDT, A. *A marcha – romance da Abolição*, esp. pp. 122-124, caps. VIII-IX; BARROS, M. P. de. *No tempo de dantes*, pp. 131-133. Para uma análise sociológica do fenômeno e maiores referências bibliográficas: BASTIDE, R. e FERNANDES, F. *Brancos e negros em São Paulo*, p. 46 *et seqs.*, e quanto à análise estatística da distribuição da “população de cor” por áreas urbanas, ver LOWRIE, S. H. art. cit., (esp. a conclusão condensada na p. 54).

[84]É preciso lembrar que o “negro” representava a liberdade como algo tangível e uma reivindicação suprema. Evaristo de Morais descreve uma situação típica para se compreender isso, embora relativa às lutas abolicionistas: “Já, então, se sabia em São Paulo que os pretos reagiam contra os soldados, gritando: ‘Liberdade ou morte!’ Viva a liberdade! Aqui ninguém se rende. Preferimos morrer!” (op cit., p. 306).

[85] Sobre a crise da cultura popular em São Paulo, vista numa perspectiva histórico-sociológica, ver FERNANDES, F. *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*, pp. 27-34.

[86] Artur Ramos aponta alguns aspectos dessa herança cultural, que não chegou a se transplantar de todo para as fazendas de São Paulo, mas pode ser assinalada em vários dos seus componentes (ver O espírito associativo do negro brasileiro. *Revista do Arquivo Municipal.* Ano IV – v. XLVII, São Paulo, 1938. pp. 105-126).

[87] VEIGA FILHO, J. P. da. *Estudo econômico e financeiro sobre o estado de São Paulo*, ver informações das pp. 61-62. As referidas medidas foram aplicadas de forma universal, no interior e na capital do estado. Os jornais paulistanos verberavam-nas, quando as ocorrências assumiam o teor de arbitrariedades contra pessoas; mas toleravam-nas ou aprovavam-nas, com exceção de *A Redempção*, quando pareciam relacionadas com o fito de “policiar os costumes”, “manter a moralidade” ou “coibir práticas fetichistas”.

[88] BASTlDE, R. A macumba paulista. *Estudos Afro-Brasileiros*, la série. São Paulo, Boletim LIX da Cadeira de Sociologia I, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1946. pp. 51-112.

[89] Sobre a importância socializadora e integrativa dos cultos mágico-religiosos de origem africana: RIBEIRO, R. *Cultos afro-brasileiros do Recife:* um estudo de ajustamento social. Publicação do Instituto Joaquim Nabuco; EDUARDO, O. da C. *The negro in northern Brazil*, caps. V-VI; e HERSKOVITS. M. J. The Social Organization of the Candomble, pp. 505-532.

[90] COUTY, L. *L’esclavage au Brésil*, p. 72 (grifado no texto).

[91] RUGENDAS, J. M. *Viagem pitoresca através do Brasil*, p. 192. Aliás, Evaristo de Morais informa que os libertos tentavam permanecer, em São Paulo, na mesma localidade, só evitando as fazendas em que tivessem sofrido os “rigores do cativeiro” (ver *A campanha abolicionista*, p. 308).

[92] Veja-se SAINT-HILAIRE, A. de. *Voyage dans les provinces de Saint-Paul et de Sainte-Catherine*, v. I, pp. 297-298.

[93] Veja-se, especialmente, *A Província de São Paulo*, editorial de 24 jan. 1888; conforme, ainda: *Correio Paulistano*, editorial de 18 jan. 1888; e TAUNAY, A. de E. *História do café no Brasil.* v. 8, pp. 177-178.

[94] Veja-se, especialmente, as considerações expendidas em artigo de A. José da Costa Wilk, *A Província de São Paulo.* 1o maio 1888.

[95] Publicação de correspondência de Campinas, na secção livre de *A Província de São Paulo.* 23 mar. 1888.

[96]Veja-se a manifestação da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, aprovada na sessão de 13 mar. 1888 e publicada por *O Correio Paulistano.* 27 abr. 1888.

[97] Eis como Richard M. Morse condensa suas conclusões, confrontando a situação do negro com a do imigrante: “A cidade, entretanto, nem sempre era assim generosa para com os que aí tentavam a fortuna. Os ex-escravos que vinham em grandes quantidades das fazendas habitavam muitas vezes casebres miseráveis, trabalhando mediante salários ínfimos em serviços como a coleta de lixo, que os brancos consideravam indignos. Os opositores da emancipação afirmavam que eram principalmente eles que aumentavam o número de alcoólatras, criminosos e vagabundos. Paladinos do liberalismo, por outro lado, negavam que fossem os ex-escravos ou outros brasileiros os parasitas que se propalava” (*De comunidade a metrópole*, pp. 190-191).

[98] As lacunas da documentação histórica sobre a situação econômica e social do negro aconselharam a apelar para os testemunhos dos agentes humanos. O principal informante, sr. José Correia Leite, porém, somente possuía conhecimento pessoal dos anos posteriores ao início do século, relatando ocorrências anteriores com base em lembranças mantidas na tradição oral.

[99] Note-se: o informante em questão é filho de francês e seu pai empregara um negro como lustrador em sua oficina.

[100] A respeito do assunto, vejam-se também os dados fornecidos por BRUNO, E. da S. *História e tradições da cidade de São Paulo*. esp. pp. 1.134, 1.137, 1.139, 1.141, 1.146 e 1.175.

[101] Aliás, a gradual expansão do trabalho livre, em conexão e como produto da crise na renovação da mão de obra escrava, fez com que o trabalhador europeu se encarregasse, antes da Abolição, de inúmeras atribuições do liberto. Isso mostra que a proteção ao liberto, como efeito do paternalismo tradicionalista, prendia-se à falta de outras alternativas (vejam-se sobre o assunto especialmente as indicações de MALHEIROS, A. M. P. *A escravidão no Brasil*, pp. 187-191).

[102] No interior foi pior, pois o desrespeito pelo negro assumiu aspectos bem mais dolorosos. *A Redempção*, na frente da oposição a esses comportamentos, denunciou o que fez um delegado em Itu: prendia as negras que andassem bem-vestidas e penteadas, levava-as à cadeia para lhes raspar a cabeça e depois lhes aplicava bolos. Também sumaria quatro casos de linchamento (ver *A Redempção.* 13 maio 1897). O noticiário dos jornais relatava, aqui ou ali, algumas proezas desse tipo. Os seguintes exemplos dão bem uma ideia do que se fazia: em Piracicaba, "as autoridades da Vila de São Pedro deram ordem às praças de polícia de não consentirem pretos à noite pelas ruas da vila e que aos domingos só fossem consentidos na vila até o meio-dia. [...] Chamamos para o revoltante abuso a atenção dos poderes competentes" (*A Província de São Paulo.* 2 jun. 1888); telegrama de Casa Branca: "Delegado Francisco Nogueira ameaça com prisão os pretos que vierem à festa da libertação no próximo domingo. Peço providências enérgicas" (5 jun. 1888); notícia procedente de Mogi-Mirim: "Informam-nos que, em dias da passada semana, na rua do Coronel Guedes, diversas crianças, filhas de libertos, corriam espavoridas atrás das mães, fugindo a indivíduos que pretendiam agarrá-las e conduzi-las à pessoa que requereu a sua tutela. Isto precisa de paradeiro. Consta-nos que um caridoso negociante daquela rua ocultou os fugitivos" (*A Província de São Paulo.* 7 jul. 1888); em Campinas: "O liberto Leandro, empregado na fazenda da exma. sra. dona Maria Doque, queixou-se à autoridade policial que tendo ido de manhã em um trole, com dois companheiros e por ordem de seus patrões à fazenda pertencente ao exmo. sr. barão de Ibitinga, a fim de trazer duas famílias de libertos da mesma fazenda, que queriam empregar-se junto dele, fora chamado a uma sala e dentro dela espancado. Por causa dos seus gritos abriram a porta e então ele fugiu, sempre perseguido de perto, fugindo também os seus dois companheiros ao verem o que lhe acontecia" (*A Província de São Paulo*, 24 jul. 1888); também de Campinas: "Conta o *Correio* que, anteontem, um homem de cor parda foi participar à polícia que um fazendeiro de nome Escobar, nas imediações de Valinhos, retinha em sua fazenda a mulher do queixoso, antiga escrava de Escobar" (*A Província de São Paulo.* 25 ago. 1888). Esses exemplos mostram a variedade dos comportamentos que evidenciavam resistência aberta à aceitação da liberdade e dos direitos decorrentes dos libertos.

[103] Profa Sofia Campos Teixeira; o rico material fornecido será aproveitado adiante, na descrição dos estereótipos e sua objetivação social.

[104] Número de 13 maio 1897.

[105]*A Redempção*, 18 jul. 1897; palavra grifada no texto e transcrita na grafia original.

[106]*A Redempção*, 29 ago. 1897.

[107]*A Redempção.* 13 maio 1898.

[108]Edição de 30 abr. 1892 (apud MORSE, R. M. *De comunidade a metrópole*, p. 191).

[109] Sobre essas iniciativas, ver especialmente: *A Redempção*, 13 maio 1897; *A Província de São Paulo*, 9 maio 1888, 12 maio 1888, 8 jul. 1888, 14 ago. 1888 e 5 dez. 1888.

[110] Ou seja, sem outros planos de amparo material e moral que secundassem a escolarização e permitissem acelerar o processo de integração do negro ao regime de classes.

[111] A palavra "liberdade" vinha cheia de sentido no contexto de suas explicações. Denotava a imensa gama de possibilidades de alguém que se afirmava pela vontade de não fazer o que quisesse. Por isso, recorremos ao artifício de grifá-la.

[112] Aliás, este ponto é importantíssimo. Para dispor ao máximo de recursos a serem aplicados na "solução dos problemas da lavoura", ou seja, na intensificação das correntes imigratórias, aqueles círculos não tiveram dúvidas em sacrificar os interesses das camadas dominantes nas reparações. Com isso, saíram perdendo apenas os fazendeiros ou lavradores de zonas menos prósperas ou decadentes de São Paulo e do Brasil.

[113] Depoimento feito em público pela profa Sofia Campos Teixeira. Todos os autores dos depoimentos registrados a seguir tiveram oportunidade de conhecer, no mínimo pelo convívio direto com os mais velhos, as condições da transição enfrentadas pelos "libertos" em São Paulo.

[114]Excerto extraído do depoimento, feito em público, pelo dr. Francisco Lucrécio.

[115] Feito de público, pelo dr. Raul Joviano do Amaral.

[116] Depoimento do sr. Nestor Borges feito em público.

[117]Presumivelmente, esse documento foi escrito pelo prof. Jorge Prado Teixeira, promissor intelectual jovem do "meio negro", que morreu prematuramente e que prestou construtiva colaboração à nossa pesquisa. Aparecem como signatários do documento: Geraldo Campos de Oliveira, José Evaristo, Benedicto Armando Costa, dr. Raul Amaral (candidato a deputado estadual), Sofia Campos Teixeira, Hermínio Augusto Evaristo, B. Vitalino A. da Silva, Firmino Ferreira, Jorge Prado Teixeira e as seguintes associações: Associação José do Patrocínio, Legião Negra de São Paulo, Associação Palmares, Campos Elísios, Evoluídos, Irmandade do Rosário, Irmandade dos Remédios (Cambuci), Irmandade de São Benedito (Vila Santa Isabel), Clube Negro de Cultura Social, Organização "Novo Horizonte", Centro de Cultura Luís Gama, União das Escolas de Samba e Extra-Ribeirão Preto.

[118] Veja-se editorial de *Alvorada*, edição comemorativa da Proclamação da República, São Paulo, novembro de 1945.

[119] Sobre a significação do 13 de Maio na coletividade negra paulistana, ver esp.: LEITE, J. C. A nova abolição. *Alvorada.* São Paulo, 13 maio 1946 e Nosso ideal de liberdade. *Alvorada.* São Paulo, 13 maio 1947; e, também, editorial sobre O 13 de maio no Brasil. *A Voz do Bom Retiro.* São Paulo. Ano I, no 41.

[120] OLIVEIRA, J. da S. Situação do preto no Brasil. *A Voz do Bom Retiro.* São Paulo, 15 de abril de 1956.

[121] Excertos do "Manifesto à gente negra brasileira". Arlindo Veiga dos Santos, presidente-geral da *Frente Negra Brasileira*, folheto, 2 dez. 1931, p. 4.

[122] Trecho extraído do folheto *Frente Negra Brasileira.* Suas finalidades e obras realizadas, s. d., p. 3.

[123] Ao contrário do que sucedeu nos Estados Unidos, por exemplo, onde o regime de castas permanece incrustado no sistema de classes em expansão. É claro que a perpetuação do "antigo regime" através do coronelismo não possui a mesma significação, envolvendo apenas a persistência de traços essenciais da dominação patrimonialista e da esfera estamental da sociedade escravocrata brasileira. Além disso, onde a mudança se acelera, é mais aleatório.

[124] Veja-se a respeito, BASTIDE, R. e FERNANDES, F. *Brancos e negros em São Paulo*, pp. 59-68.

[125] Sr. José Correia Leite; o trecho citado foi extraído de um estudo de caso, elaborado por Renato Jardim Moreira com base nas informações fornecidas pelo sr. José Correia Leite (*Movimentos sociais no meio negro*, M. S., p. 14, nota 1).

[126] O informante se refere ao jornal do meio negro *O Clarim da Alvorada*, de que era um dos principais animadores.

[127] Sobre os padrões de composição e de crescimento demográficos na cidade de São Paulo, ver esp. ARAÚJO FILHO, J. R. In: *A cidade de São Paulo*, A população paulistana. v. II.

[128] Consulte-se, especialmente, O elemento negro na população de São Paulo, Op. cit., pp. 16-18, 21-27 e 53-54.

[129] Id., citações extraídas das pp. 22 e 54.

[130] Veja-se VIANA, F. J. de O. *Populações meridionais do Brasil.* v. I, pp. 161-162.

[131]ELLIS JR., A. *Populações paulistas* (citação extraída da p. 100). Ver também, do mesmo autor, *Pedras lascadas.* São Paulo, Ed. Piratininga, 2a ed., 1933. pp. 194-206.

[132] Id. *Populações paulistas*, p. 107.

[133] Infelizmente, A. Ellis Jr. se limitou aos dados sobre a incidência da tuberculose em 1929 e às ligações da doença com fatores externos ou biológicos que são meramente conjecturais (ver op. cit., pp. 114-116).

[134]Vejam-se os dados coligidos no Quadro 7, pelo coronel dr. Arthur Lobo da Silva, "A antropologia no Exército brasileiro". Em: *Archivos do Museu Nacional.* v. XXX. Rio de Janeiro, 1928. pp. 7-29; o registro de moléstias e de defeitos físicos, particularmente, não sugere qualquer espécie de propensão ou de incapacidade biologicamente herdada na população "negra" ou "mulata". Doutro lado, cumpre observar que certas flutuações na aceitação se prendem, presumivelmente, às possibilidades de manipulações das técnicas de evasão do serviço militar, que não são uniformes para os três grupos.

[135] Dados extraídos do Quadro A-1, pp. 49-50 de “Movimento migratório no estado de São Paulo”. *D.T.C.I.*, Boletim da Diretoria de Terras, Colonização e Imigração, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio. São Paulo, ano I, outubro de 1937, no 1, pp. 29-72.

[136] Dados extraídos do Quadro E-11, p. 145 de “Movimento imigratório do estado de São Paulo. Quadros estatísticos básicos”. *Boletim do Serviço de Imigração e Colonização.* São Paulo, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, outubro de 1940, no2, p. 129 *et seqs.*

[137] Veja-se MORSE, R. M. *De comunidade a metrópole*, p. 189.

[138] Dados extraídos da fonte mencionada na nota 10. Ver também ARAÚJO, O. E. de. Latinos e não latinos no município de São Paulo. *Revista do Arquivo Municipal.* São Paulo, 1941. Ano VII, v. LXXV, p. 69 e Quadro I.

[139] A esses deslocamentos se associa, como se sabe, uma tendência à redistribuição das populações internas quanto à cor (ver SMITH, T. L. *Brazil: people and institutions*, pp. 280-281).

[140] Porcentagens baseadas em dados extraídos das fontes mencionadas nas notas 9 e 10. Os dados serão transcritos adiante.

[141] Sobre as flutuações da composição da população brasileira por cor, para 1922-1923, ver SILVA, A. L. da. “A antropologia do Exército BrasiIeiro”. Op. cit. Quadro 1; e com referência aos censos de 1940 e 1950, ver SMlTH, T. L. *Brazil: people and institutions*, pp. 155-161 (esp. Quadro VI).

[142] Vejam-se as considerações de Samuel H. Lowrie sobre as crianças matriculadas nos parques infantis, que se aplicam, com certas reservas, à população dos grupos escolares (ver Origem da população da cidade de São Paulo e diferenciação das classes sociais. *Revista do Arquivo Municipal.* Ano IV – v. XLIII, São Paulo, 1938. pp. 195-212).

[143] A amostra, de 46.267 indivíduos, foi colhida na capital (ver ALMEIDA, V. U. de e SOBRINHO, O. T. M. *Migração rural-urbana*, pp. 19 e 29; veja-se também a composição do grupo de alunos, na p. 75).

[144] Ver Id.; as primeiras porcentagens foram extraídas do Quadro L (p. 127) e a última foi calculada com base nos dados fornecidos pelo Quadro LI (p. 128).

[145] Veja-se LOWRIE, S. H. Origem da população da cidade de São Paulo e diferenciação das classes sociais, pp. 201-02.

[146]Aliás, T. Lynn Smith prefere acentuar, apenas, que tais migrações produzem uma distribuição mais equitativa dos elementos étnicos da população brasileira pelos vários estados ou regiões do Brasil (ver *Brazil: people and institutions*, p. 280).

[147] SILVA, cel. dr. A. L. da. “A antropologia do Exército BrasiIeiro”. Quadro 1. No levantamento, foram compreendidos como “mestiços” os cruzados “de branco e preto, branco e índio e preto e índio” (ver instrução contida no item 4o, p. 44); no Brasil Sul estão arrolados os estados de Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

[148] Nas classes intermediárias e nas camadas dominantes muitas pessoas preferem se submeter ao aprendizado militar voluntário, anterior à convocação para o serviço militar obrigatório (ver SILVA, L. da. Op. cit., p. 19).

[149] LOWRIE, S. H. O elemento negro na população de São Paulo, p. 19.

[150] Ver Ibid., pp. 19-21; os dados foram extraídos do Quadro III, p. 20.

[151] Ibid., p. 21

[152] Ibid., Quadro IV, p. 22.

[153] Ver *Recenseamento demogrático, escolar e agrícola-zootécnico do estado de São Paulo* (20 de setembro de 1934). São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1936, quadro apresentado na p. 10. Sobre o assunto, consulte-se ARAÚJO, J. R. A população paulistana, p. 178 et *seqs.*

[154]“O elemento negro na população de São Paulo”, p. 27. Com base nessas estimativas teríamos o seguinte quadro conjectural sobre a proporção numérica de negros e mulatos na população paulistana:

Anos	8%	9%	12%
1910	19.185	21.583	28.778
1920	46.322	52.112	69.483
1934	84.809	95.410	127.214

[155] Ao apresentar essas conjecturas, observamos um “dever de ofício”, que consiste em indicar, pelo menos, o modo pelo qual escolheríamos as porcentagens presumivelmente legítimas na época de cada censo. Malgrado o trabalho que tive para formulá-las, não nos anima nenhum outro intuito senão o de estabelecer um sistema de referência que sirva como mero indicador do montante aproximado da população negra e mulata da capital nesses anos. Tais conjecturas merecem, porém, tão pouca confiança que evitamos, escrupulosamente, levá-las em conta na discussão dos problemas considerados neste capítulo.

[156] Op. cit. Quadro IV, p. 22. Reproduzimos o quadro, extraído de publicações do Serviço Sanitário, em sua forma original por causa de sua importância empírica e interpretativa.

[157] Id., p. 23.

[158] Id., pp. 23-24.

[159] Na pesquisa que efetuamos, especialmente na aplicação da técnica de observação em massa em situação grupal, fomos surpreendidos por várias manifestações dessa contratendência. Poucos mulatos “claros” ou “escuros” se identificavam ou se classificavam, ostensivamente, como *brancos*. Não obstante, muitos se identificavam e classificavam como *negros*, embora alguns fossem “brancos” no consenso racial brasileiro e um, pelo menos, fosse fenotipicamente branco.

[160] LOWRIE, S. H. O elemento negro na população de São Paulo, p. 27.

[161] Parece dispensável insistir sobre o assunto, pois tais dados são fornecidos no capítulo anterior ou neste e serão completados adiante, com referência ao censo de 1940, 1950 e 1960.

[162] AMARAL, R. J. do. O negro na população de São Paulo, pp. 70-71.

[163]Id., pp. 79-80 (essas são as conclusões gerais número 9 e 10 de sua monografia).

[164] Id., p. 80 (conclusão geral número 11 da mencionada monografia).

[165]Esse depoimento surgiu no curso de um debate com cinco informantes pertencentes à “classe média de cor”. Adiante serão examinados outros aspectos da situação econômica, cultural e social desse estrato da “população negra” paulistana.

[166] Sérgio Milliet escreveu três artigos, estampados por *O Estado de S.Paulo* no início de 1940 e transcritos sob o título geral de “A fórmula de Martius” em *Roteiro do café e outros ensaios*, pp. 115-160; Rubens do Amaral cuidou do assunto em artigo publicado por *A Folha da Manhã* (lo nov. 1941), intitulado “O aniquilamento dos negros em São Paulo”.

[167] MILLIET, S. *Roteiro do café e outros ensaios*, p. 160.

[168] Ver Quadro XVIII, SMITH, T. L. *Brazil: people and institutions*, Quadro XVIII p. 201, dados fornecidos pelo Departamento de Saúde.

[169] Id., pp. 193-196.

[170] Id., pp. 200-217.

[171]Ver, especialmente, os seguintes trabalhos: MORTARA, G. O desenvolvimento da população preta e parda no Brasil. Em: *Contribuições para o estudo da demografia no Brasil.* Rio de Janeiro, IBGE, 1961. pp. 198-206; *Estudos sobre a composição da população do Brasil segundo a cor.* Rio de Janeiro: IBGE, 1950; *Pesquisas sobre os diversos grupos de cor nas populações do estado de São Paulo e do Distrito Federal.* Rio de Janeiro: IBGE, 1951; *Estimativas das taxas de natalidade para o Brasil, as Unidades da Federação e as principais capitais.* Rio de Janeiro: IBGE, 1948; *Estudos sobre a natalidade e a mortalidade no Bra-sil.* Rio de Janeiro: IBGE, 1952; *Pesquisas sobre a mortalidade no Brasil.* 3a série, Rio de Janeiro: 1956 (nesses trabalhos são mencionadas outras contribuições do Laboratório de Estatística do IBGE).

[172] FERREIRA, H. D., BARROS, E. T. de e ETROG, J. A composição da população segundo a cor, no conjunto da Federação. Em: *Estudos sobre a composição da população do Brasil segundo a cor*, p. 37.

[173] Id., p. 38.

[174] Id., p. 38.

[175] Id., p. 28.

[176] Ver MOURÃO, E. A população do estado de São Paulo segundo a cor. Em: *Pesquisas sobre os diversos grupos de cor nas populações do estado de São Paulo e do Distrito Federal*, p. 19.

[177]Ver MORTARA, G. O desenvolvimento da população preta e parda no Brasil, p. 204 (veja-se a indicação de fontes in loc. cit.). Os dados originais procedem de estatísticas do registro civil e do *Boletim Mensal* da Divisão de Estatística e Documentação Social da Prefeitura do Município de São Paulo, no 19, abril de 1951, p. 18; para o tratamento global desses dados, independentemente da cor para o período de 1940 e 1949, veja-se MORTARA, G. Natalidade e mortalidade no município de São Paulo nos anos de 1939 a 1949. *Estudos Demográficos.* Rio de Janeiro, Laboratório de Estatística do IBGE, maio de 1951, no 4. mimeogr.). Quanto às diferenças de mortalidade, Mortara indica, no estudo anterior, que a proporção de negros e mulatos aumenta na passagem das idades infantis para as senis.

[178] Quadro transcrito de MORTARA, G. O desenvolvimento da população preta e parda no Brasil, p. 203 (veja-se *Estudos sobre a fecundidade e a prolificidade da mulher no Brasil, no conjunto da população e nos diversos grupos de cor.* Rio de Janeiro: IBGE, 1949. Secção III); o comentário estatístico do quadro é feito nas pp. 203-204.

[179] Dados extraídos de Tabela III do estudo de MORTARA, G. A fecundidade da mulher nos diversos grupos de cor, segundo as Unidades da Federação. *Estudos Demográficos*, Rio de Janeiro, Laboratório de Estatística do IBGE, maio de 1962, no 268, p. 11, (mimeogr.). Nessa obra encontram-se outras tabulações sobre os caracteres em causa da população do estado de São Paulo segundo a cor.

[180] Ibid., p. 25. Os resultados do censo de 1950 ampliaram e confirmaram as conclusões a respeito, feitas graças ao censo de 1940 (ver MORTARA, G. Estudos sobre a natalidade e a mortalidade no Brasil, p. 48).

[181] Ver esp. MORTARA, G. A fecundidade das mulheres e a sobrevivência dos filhos nos diversos grupos de cor da população do Brasil. *Estudos Demográficos* no 173. Rio de Janeiro, Laboratório de Estatística do IBGE, agosto de 1956, p. 8 *et seqs.* (mimeogr.) Vejam-se, em particular, as conclusões sumariadas na p. 9, que ampliam as hipóteses e explicações anteriores.

[182] Ibid., p. 11.

[183]Ibid., p. 12. As proporções retificadas dos quatro grupos de cor são as seguintes: 895,6 por 1.000 para o grupo amarelo; 774,1 por 1.000 para o grupo branco; 711,0 por 1.000 para o grupo mulato; e 707,7 por 1.000 para o grupo negro (sobre a distribuição por idade, ver Tabela V, p. 102).

[184] Id., p. 15.

[185] Vejam-se, a respeito, as referências feitas por Mortara à vitalidade do crescimento da população negra e mulata no Brasil vista à luz do crescimento da população dos Estados Unidos, da Alemanha e da Inglaterra (ver O desenvolvimento da população preta e parda no Brasil, pp. 201-202).

[186] Ver LOWRIE, S. H. O elemento negro na população de São Paulo, esp. pp. 38-40 e o Quadro VIII, em que são comparados os índices de óbitos de negros e mulatos de 11 municípios, com discriminação de áreas rural e urbana.

[187] Ver p. 75; trata-se do trabalho de ALMEIDA, V. U. de e SOBRINHO, O. T. M. *Migração rural-urbana*, cujos resultados relevantes para a nossa análise já foram transcritos e comentados. Dada a participação de nacionais de outras regiões do país e as diferenças associadas à composição da população por cor nessas regiões, se ocorresse o contrário as porcentagens de negros e mulatos seriam muito maiores.

[188] Ver Boletim do Serviço de Imigração e Colonização, Quadro E-11, p. 145; os dados pertinentes ao período posterior foram transcritos anteriormente (ver p. 95-98).

[189] Veja-se ARAÚJO, O. E. de. Latinos e não latinos no município de São Paulo, Quadro 1, p. 69.

[190]Para se ter uma ideia da importância relativa dessa fonte de renovação da "população negra" do estado de São Paulo, vejam-se as porcentagens sobre as populações de cor mencionadas anteriormente (p. 96), concernentes a 1935-1939.

[191]Vejam-se os Quadros LIII, LIV e LV de "Migração rural-urbana", p. 130 *et seqs.*

[192] LOWRIE, S. H. Imigração e crescimento da população no estado de São Paulo, *passim*.

[193] Ver LOWRIE, S. H. Imigração e crescimento da população no estado de São Paulo, Quadro III, p. 14; fonte dos dados: *Anuário Demográfico*, publicação do Serviço Sanitário do estado de São Paulo. O quadro original apresenta os dados referentes aos sete municípios mais importantes discriminadamente.

[194] LOWRIE, S. H. Op. cit., pp. 27-28.

[195] Id. pp. 28-30 e Quadro X; ver também: LOWRIE, S. H. Origem da população da cidade de São Paulo e diferenciação das classes sociais, pp. 195-212; LOWRIE, S. H. O elemento negro na população de São Paulo, pp. 27-33; LOWRIE, S. H. Ascendência das crianças dos parques infantis, *Revista do Arquivo Municipal*, v. XXXIX, pp. 261-74 e XLI, pp. 267-78; SOUZA, R. P. Contribuição à etnologia paulista, *Revista do Arquivo Municipal*. v. XXXI, pp. 95-105; SOUZA, R. P. Biotipologia dos universitários paulistas, *Revista de Biologia e Higiene*. v. VII, no 1, pp. 25-40.

[196] Calculei esta última porcentagem incluindo os de nacionalidade não declarada entre os estrangeiros.

[197] Porcentagens estabelecidas de acordo com os dados contidos em LOWRIE, S. H. Imigração e crescimento da população no estado de São Paulo, Quadro X, p. 29, observando as gradações de classe social indicadas por esse autor.

[198] Ibidem, p. 44.

[199] Para evitar confusões, seria necessário ressaltar que o emprego do conceito de padrão de vida, neste capítulo, não coincide com o sentido que lhe atribui Lowrie (para o mesmo fim descritivo, teríamos dado preferência ao conceito de nível de vida). Essa ponderação se faz importante (especialmente à vista da análise desenvolvida no trabalho citado, da p. 38 e da conclusão parcial número 4, aí formulada), pois do contrário poderia parecer que suas conclusões se chocam com o aproveitamento que delas fazemos, quando tal não ocorre.

[200] Ver LOWRIE, S. H. Imigração e crescimento da cidade de São Paulo, pp. 41-44 e, especialmente, Quadro XII e gráfico VII.

[201]Os dados do censo de 1920 mostravam que 35,4% da população do município da capital era estrangeira, enquanto a porcentagem de estrangeiros na população total do estado de São Paulo seria de 18,1%. Doutro lado, a proporção de nascimentos de filhos de pais estrangeiros apresenta o mesmo contraste (no período de 1920-1928): capital, 53,9%; todo o estado, 31,7% (ver LOWRIE, S. H. Op. cit. Quadro IV, p. 15).

[202]Poder-se-ia estabelecer, conjecturalmente, uma estimativa grosseira da distribuição dos grupos de cor e por nacionalidades na população paulistana de 1934. Como já sugerimos, com base em porcentagens propostas por Lowrie e tomando como referência o censo de 1940, poder-se-ia admitir que 8,5% seria uma porcentagem presumivelmente adequada para estimar o número de negros e mulatos na população de São Paulo em 1934. Tomando-se os dados do censo de 1934 indicados por Oscar Egídio de Araújo (Latinos e não latinos no município de São Paulo, loc. cit.), chegaríamos à seguinte distribuição por cor:

Anos	8%	9%	12%
1910	19.185	21.583	28.778
1920	46.322	52.112	69.483
1934	84.809	95.410	127.214

Com essas suposições e partindo das duas avaliações com que operamos acima, extraídas de Lowrie, teríamos:

1) Primeira avaliação:

Brancos de origem brasileira	467.214	(44,00%)
Brancos de origem estrangeira	473.603	(46,00%)
Negros e mulatos	87.822	(8,50%)
Amarelos	4.563	(0,44%)
Total	1.033.202	(100,00%)

2) Segunda avaliação:

Brancos de origem brasileira	414.934	(40,00%)
Brancos de origem estrangeira	525.883	(51,00%)
Negros e mulatos	87.822	(8,50%)
Amarelos	4.563	(0,44%)
Total	1.033.202	(100,00%)

Com base nessas estimativas, grosseiramente conjecturais e, portanto, mero ponto de referência para fazer suposições arbitrárias com certa plausibilidade, o incremento comparativo dos vários grupos de cor, entre 1893 e 1934, obedeceria às seguintes proporções: brancos de origem brasileira teriam aumentado de pouco mais de nove a dez vezes e um quarto; brancos de origem estrangeira teriam aumentado entre pouco mais de seis vezes e meia a quase sete vezes; e os negros e mulatos, por hipótese (ver acima, p. 107 e nota 28), teriam aumentado de seis vezes.

[203] Consulte-se a nota anterior.

[204] AMARAL, A. J. O negro na população de São Paulo, pp. 70-71.

[205] Veja-se LOWRIE, S. H. O elemento negro na população de São Paulo, pp. 34-38 (especialmente as considerações teóricas iniciais).

[206] Para se ter uma ideia aproximada da composição étnica dessas categorias, quanto à nacionalidade, vejam-se os dados apresentados anteriormente no Quadro 12 (página 130) e, com referência a período mais recuado, páginas 25 a 28.

[207] LOWRIE, S. H. Imigração e crescimento da população do estado de São Paulo, pp. 31-32. Sobre as relações entre urbanização, industrialização e imigração na cidade de São Paulo, ver p. 34 e seguintes. Sobre os efeitos globais do regime competitivo na substituição do trabalho negro em geral, ver DENIS, P. *Le Brésil*, caps. VII e XII.

[208] Sobre a variedade e o teor dessa imprensa, ver esp. BASTIDE, R. A imprensa negra do estado de São Paulo, *Estudos Afro-Brasileiros*, 2a série. São Paulo, boletim no 2 da Cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, s. d. pp. 50-78. Os dados que ele reúne, e que interessam a este trabalho, serão debatidos no cap. IV.

[209] SILVA, cel. dr. A. L. da. *A antropologia no Exército brasileiro.*

[210] Trata-se, pois, de uma situação análoga à que tem surgido em outras circunstâncias no mundo contemporâneo onde imperam condições parecidas (veja-se, a respeito, o notável estudo de MAYS, J. B. *Crowing up in the city.* The University Press of Liverpool, 1954; uma sistematização teórica mais ampla, concentrada na análise psicossociológica da importância adaptativa e integrativa da subcultura das associações de delinquentes, encontra-se em COHEN, A. K. *Delinquent boys.* Londres: Routledge & Kegan Paul, Ltd., 1956).

[211] Seria interessante nos reportar aos esclarecimentos de Gilberto Freire a respeito da sexualidade do africano, do português e do indígena (ver esp. *Casa-grande & senzala.* Rio de Janeiro: Schmidt-Editor, 1938. pp. 67 e 229 *et seqs.*, onde se encontram também as referências bibliográficas essenciais), os quais evidenciam a falta de base de muitas convicções

correntes sobre a matéria e acentuam a importância que teve a escravidão como fator de deterioração do comportamento sexual dos negros e dos mulatos. Uma boa perspectiva do significado, importância e ordenação das atividades eróticas na vida tribal africana pode ser conseguida no invulgar estudo de SCHAPERA, I. *Married life in an african tribe.* New York: Sheridan House, 1941 (sobre as relações sexuais, consulte-se especialmente o cap. VII e pp. 50-63, 74-82).

[212] Aliás, um dos estudos do caso evidencia, dramaticamente, as três coisas simultaneamente. O sujeito da análise se viu, de um momento para o outro, com seu primeiro lar destruído. A mulher o largou por outro homem; a filha foi seduzida e passou a se dedicar à prostituição; e o filho se tornou um malandro típico do "meio negro", combinando as aventuras sexuais com a exploração das amantes. Não obstante, o pai se impunha elevados padrões de existência social e pretendia que a mulher e os filhos o imitassem.

[213] Sobre o assunto, veja-se BASTIDE, R. e FERNANDES, F. *Brancos e negros em São Paulo*, esp. p. 96 *et seqs.*

[214] Seria bom esclarecer que o informante não compartilha de restrições contra os imigrantes, sendo filho de estrangeiros, e que seus juízos não se assentam em preferências políticas "esquerdistas" ou "nacionalistas".

[215] Aliás, *A Redempção* mostra como essa tendência se constituiu e como ela tanto suplicava uma estigmatização do negro quanto suscitava uma repressão policial, que só se atenuou e desapareceu lentamente.

[216] Depoimento feito em público.

[217] Note-se que não foi possível esclarecer cabalmente os padrões de uso de bebidas alcoólicas no lar. Parece que ele sempre foi intenso entre as "famílias negras" desorganizadas; nas "famílias negras" integradas, seu uso moderado, aos domingos, dias de festa e como "abrideira" (antes das refeições), correspondia aos padrões convencionais. Doutro lado, a maioria das mulheres com propensão para beber preferia se embriagar em casa.

[218]A expressão registrada é tão crua, que achamos melhor encurtá-la e disfarçá-la.

[219] Não obstante, é preciso não esquecer que a vadiagem declina, progressivamente, de acordo com o ritmo da integração econômica e social do negro e do mulato. Roger Bastide escreve a respeito: "Se, infelizmente, não possuímos a distribuição da vadiagem segundo as cores, sabemos, pelo menos, através dos Relatórios da Polícia, que o número de vagabundos era muito grande; e vamos observar esse número decrescer, à medida que abandonamos esse período para entrar no período seguinte: de 1.030 prisões por vadiagem ainda em 1902, 1.138 em 1905, a cifra tomba para 785 em 1906. Numa certa medida, pode-se pensar que a readaptação do africano é uma das razões dessa diminuição" (BASTIDE, R., com a colaboração de MUSSOLINI, G. Os suicídios em São Paulo, segundo a cor. *Estudos afro-brasileiros*, 2a série. São Paulo, Boletim no 2 da Cadeira de Sociologia I, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo [s. d.], p. 14).

[220] Trabalho em Ms., baseado em documentação coligida por Mário Wagner Vieira da Cunha e pelo próprio Roger Bastide e apresentado por este como contribuição ao *Congresso do negro brasileiro.*

[221] Dos quais 6.266 estrangeiros.

[222] Segundo supomos, seria preciso levar em conta, também, a propensão dos agentes da lei em classificar como "negros", indiscriminadamente, mulatos mais ou menos escuros.

[223] BASTIDE, R. *A criminalidade negra no estado de São Paulo*, dados extraídos das pp. 5-6 e citação da p. 6.

[224] Id.; dados extraídos da p. 6 e citação das pp. 6-7. As diferenças indicadas entre parênteses, em 1914, foram computadas em relação às porcentagens de 1906.

[225]BASTIDE, R. Os suicídios em São Paulo, segundo a cor. Dados coligidos sob a orientação de Gioconda Mussolini, op. cit., pp. 1-49; dados extraídos das pp. 12 e 19. Os dados até 1904, com as conclusões pertinentes, foram tomados do trabalho de José de A1cântara Machado, *Suicídios na capital de São Paulo.* (1876-1904). São Paulo: Gerk, 1905.

[226] Daí até 1917, os dados estatísticos não consignaram discriminações quanto à cor. No que se refere aos suicídios de brancos, são estrangeiros: 1917-1920, 102; 1921-1925, 141; 1926-1930, 151.

[227] BASTIDE, R. Op. cit., p. 13.

[228] Id., p. 14.

[229] Id., p. 15.

[230] Id., pp. 18-19. A inclusão da referência a dados posteriores foi feita para não cortar, inutilmente, a transcrição do texto citado.

[231] Ver, a respeito, op. cit., esp. p. 40 *et seqs.*

[232] No capítulo seguinte serão focalizados, com maior amplitude, as condições e os fatores socioculturais que interferiam, negativamente, na seleção das referidas disposições de ajustamento.

[233] Aliás, S. H. Lowrie caracteriza em termos de semidependência a situação social permanente da camada inferior da população paulistana da época (ver "Origem da população paulistana e diferenciação das classes sociais", op. cit., pp. 197-198; quanto à composição racial desse extrato, ver pp. 201-203).

[234] A esse respeito, mantive várias discussões com Theodosius Dobzhansky, pessoalmente interessado em saber como a situação do negro e do mulato interferiam nos processos adaptativos, condicionados sociologicamente e, em particular, nas ligações entre a organização do meio e a herança genética. São notórias as desvantagens da "população de cor", quando comparada com os "brancos"; e aí está, segundo pensamos, a principal consequência biológica nociva da situação de existência descrita neste capítulo. O leitor poderá dar maior amplitude a considerações desta ordem, combinando os resultados desta descrição com as sugestões teóricas que nascem da posição que Th. Dobzhansky toma diante das características e das relações da herança biológica, da herança psicológica e da herança sociocultural (ver esp. *The biological basis of human freedom.* Nova York: Columbia University Press, 1956, *passim*; e, em colaboração com ALLEN, G. Does natural selection continue to operate in modern mankind?. *American Anthropologist.* Agosto de 1956 v. 58, no 4, pp. 591-604).

[235] A discriminação das necessidades básicas, feita por B. Malinowski, pode ser tomada como ponto de referência, embora as alternativas culturais propostas sejam insuficientes e criticáveis (ver *A scientific theory of culture and other essays.* Chapel Hill, The University of North Caroline, 1944. Cap. X).

[236] Uma exposição relativamente atualizada dos conhecimentos que dispomos sobre a plasticidade da natureza humana, vista em termos da interação entre as heranças biológica, psicológica e sociocultural, é apresentada por L. G. Brown (ver *Social pathology, personal and social desorganization.* Nova York: F. S. Crofts & Co., 1942. pp. 3-78). Haveria uma imensa bibliografia a acrescentar às obras mencionadas por esse autor. Limitando-nos ao essencial, seria preciso agregar pelo menos as seguintes referências: Th. DOBZHANSKY, *The biological basis of human freedom;* GOLDSTEIN, K. *La structure de l'organisme.* Trad. de E. Buckhardt e J. Kuntz. Paris: Gallimard, 1951; BERTALANFFY, L. von. *Problems of life*. Londres: C. A. Watts & Co., 1952; ROHRER, I. H. e SHERIF, M. *Social psychology at the crossroads.* Nova York: Haper & Brothers, Pub., 1951,; HORNEY, K. *New ways in psychoanalysis.* Nova York: W. W. Norton & Co. Inc., 1939; FROMM, E. *The sane society.* Londres: Routledge & Kegan Paul, 1956; HALMOS, P. *Towards a measure of man – the frontiers of normal adjustment.* Londres: Routledge & Kegan Paul, 1957; PARSONS, T. *The social system.* Nova York: Tavistock Publications Ltda., 1952 (esp. cap. VlI); GERTH, H. e MILLS, C. W. *Charater and social structure.* Nova York: Harcourt, Brace and Co., 1953; LEVY JR., M. J. *The structure of society.* Princeton University Press, 1952 (esp. caps. III e IV); MERTON, R. K. *Social theory and social structure.* Illinois: The Free Press of Glencoe, 1949 (esp. cap. I); FERNANDES, F. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica.* São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1959 (parte III).

[237] Sobre os conceitos de anomia e disnomia: DURKHEIM, E. DE *la division du travail social.* 2a ed. Paris: Felix Alcan, Éditeur, 1902. Livro III; Radcliffe-Brown, A. R. *Structure and function in primitive society.* Londres: Cohen & West Ltd., 1952. pp. 181-184; MERTON, R. K. *Social theory and social structure*, cap. IV (Social structure and anomie). Como Radcliffe-Brown, damos preferência teórica ao conceito de disnomia (ver FERNANDES, F. *Ensaios de sociologia geral e aplicada.* São Paulo: Liv. Pioneira Editora, 1960, p. 142 *et seqs.*). O uso do conceito de anomia, neste trabalho, impôs-se pelas próprias condições objetivas da transição da "população de cor", em São Paulo, do regime de castas para o de classes. Ao empregá-lo, contudo, não ignoramos a influência dinâmica de traços culturais transplantados da África e reelaborados no Brasil, embora isso possa parecer pouco evidente na apresentação dos resultados de nossa investigação. Julgamos que M. J. Herskovits tinha razão, quando ressaltava a conotação etnocêntrica das reconstruções ou das explicações que negam o "passado histórico do negro" e sua importância nos processos adaptativos ou integrativos ocorridos nas Américas (ver *The myth of the negro past.* Nova York: Harper & Brothters Pub., 1941). Por fim, as questões suscitadas pela plasticidade do comportamento humano diante de condições anômicas de existência podem ser focalizadas, na literatura etnossociológica brasileira, por meio de E. Schaden (*Aspectos fundamentais da cultura guarani.* São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962), que nos mostra como um povo tribal enfrenta os efeitos da desorganização permanente do sistema sociocultural.

[238] Os principais aspectos e decorrências desse processo serão descritos no capítulo IV.

[239] Na segunda parte deste capítulo serão mencionados alguns dados a respeito desse aspecto do assunto.

[240] O leitor encontrará em BASTIDE, R. e FERNANDES, F. *Brancos e negros em São Paulo*, pp. 84-115, uma descrição e análise sociológicas das funções do preconceito e da discriminação raciais na ordem social escravocrata e senhorial da cidade de São Paulo.

[241] As duas épocas mencionadas dizem respeito à duração, no tempo, da sociedade de castas e da sociedade de classes.

[242] Nessa parte da exposição, julgamos melhor formular as representações enunciadas sem referi-las à conexão de tempo pressuposta. Procedemos assim para facilitar o resumo dos resultados mas, também, porque as referidas representações continuam a ter vigência na atualidade. Não obstante, não utilizamos dados ou materiais relativos ao presente, o que alargaria demais o âmbito da discussão.

[243]Essa questão já foi examinada no primeiro capítulo. Seria oportuno, não obstante, transcrever um esclarecedor trecho da intervenção de Prudente de Morais, na célebre sessão da Câmara de 11 maio 1885, confirmada posteriormente pelos acontecimentos: "Posso dizer, e creio que não serei contestado pelos representantes de minha província; na Província de São Paulo, especialmente no oeste que é a sua parte mais rica e próspera, a questão principal não é a da liberdade do escravo. Os paulistas não fazem resistência, não fazem grande questão disto; do que eles fazem questão séria, e com toda a razão, é da substituição e permanência do trabalho (apoiado de Antônio Prado, Rodrigo Silva e Martim Francisco); e desde que o governo cure seriamente de empregar os meios que facilitem a aquisição de braços livres que garantam a permanência do trabalho, a conservação e o desenvolvimento da sua lavoura, os paulistas estarão satisfeitos e não farão questão de abrir mão de seus escravos, mesmo sem indenização, porque para eles a melhor, a verdadeira indenização está na facilidade de obter trabalhadores livres, está na substituição do trabalho". (Apud SANTOS, J. M. dos. *Os republicanos paulistas e a Abolição*, p. 225).

[244]*Manifesto da sociedade brasileira contra a escravidão.* Rio de Janeiro: Tip. de G. Leuzinger & Filhos. [s. d.] p. 120.

[245] NABUCO, J. *O abolicionismo*, trechos extraídos das pp. 19-20 e 24-25. Adiante, conclui, completando esse quadro: "A emancipação há de ser feita entre nós por uma lei que tenha os requisitos externos ou internos de todas as outras. É assim no Parlamento e não em fazendas ou quilombos do interior, nem nas ruas e praças das cidades, que se há de ganhar ou perder a causa da liberdade" (id., p. 26).

[246] "O que Patrocínio, porém, representa é o *fatum*, é o irresistível do movimento... Ele é uma mistura de Espártaco e de Camille Demoulins... Os que lutavam somente contra a escravidão, eram como os liberais de 1789, da raça dos cegos de boa vontade, senão voluntários, que as revoluções empregam para lhes abrirem a primeira brecha... Patrocínio é a própria revolução. Se o abolicionismo no dia seguinte ao seu triunfo dispersou-se e logo depois uma parte dele aliou-se à grande propriedade contra a dinastia que ele tinha induzido ao sacrifício, é que o espírito que mais profundamente o agitou e revolveu foi o espírito revolucionário que a sociedade abalada tinha deixado escapar pela primeira fenda dos seus alicerces... Patrocínio foi a expressão de sua época; em certo sentido, a figura representativa dela..." (NABUCO, J. *Minha formação.* São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1947. pp. 178-179). Essa caracterização magistral, tirante as implicações conservadoras, põe em relevo o significado do "espírito revolucionário" encarnado por Patrocínio e a natureza das forças que empolgaram a condução dos eventos histórico-sociais. Por isso, ela é tão importante para a nossa análise.

[247]*Conferência pública do jornalista José do Patrocínio feita no teatro Politeama em sessão de Confederação Abolicionista de 17 de maio de 1885*. Folheto no 8. Rio de Janeiro, Tip. Central, 1882 (sic!). pp. 4-5.

[248] Veja-se, a respeito, SANTOS, J. M. dos. *Os republicanos paulistas e a Abolição*, esp. pp. 106-113, 118, 149-150, 195-222, 249 e 261 *et seqs.* Note-se que desde o início a ala radical do Partido Republicano era abolicionista. Já na célebre reunião de 2 jul. 1873, realizada na capital, Luís Gama colocara, dura e dramaticamente, o Partido Republicano em causa, demonstrando que ele não podia transigir, nessa matéria, com os interesses escravocratas da grande lavoura. Mas sua posição só encontrou ressonância moral; caiu sozinho, como voz solitária e incômoda. Veja-se, a respeito, o depoimento de Lúcio Mendonça, transcrito por MENNUCCI, S. *O precursor do abolicionismo no Brasil: Luís Gama.* São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1938, p. 159-160.

[249] Pode-se afirmar que a parte mais importante e significativa dessa experiência se inaugura com a introdução de levas de imigrantes europeus nas fazendas e nas cidades, realizando-se duramente, por meio dos conflitos com os camponeses e os operários.

[250] Veja-se, em especial, a parte inicial de seu depoimento "Lutas operárias no estado de São Paulo". (*Revista Brasiliense*, São Paulo, set.-out. 1955, no 1, pp. 68-87).

[251] DIAS, E. "Lutas operárias no estado de São Paulo", p. 71.

[252] Trecho de um estudo de caso, elaborado por Renato Jardim Moreira com base em indicações fornecidas por José Correia Leite. *Movimentos sociais no meio negro.* Ms. pp. 10-11.

[253] Veja-se, especialmente, LINTON, R. (org.). *Acculturation in seven american indian tribes.* Nova York: D. Appleton Century Co., 1940 (os três últimos ensaios, de autoria de Linton).

[254]Seria útil frisar que ambos os conceitos (de ideologia e de utopia) são sempre referidos, neste trabalho, através das definições sociológicas propostas por Karl Mannheim (ver *Ideologia e utopia.* Trad. de E. Willems, Porto Alegre: Ed. Globo, 1950).

[255]Em trabalho anterior, já procuramos explicar as razões da persistência do antigo padrão brasileiro de preconceito e de discriminação raciais (vejam-se BASTIDE, R. e FERNANDES, F. *Brancos e negros em São Paulo*, pp. 141-161). Graças a essa análise, podemos concentrar nossa atenção, neste trabalho, nos aspectos assumidos pelas relações entre "negros", "brancos" e "mulatos" na época considerada.

[256] Achamos conveniente enfatizar a existência de tal possibilidade de reconstrução histórica e chamar a atenção para sua legitimidade lógica. Adiante, num ou noutro ponto, seremos forçados a recorrer a ela uma ou outra vez, como expediente para aprofundar nosso conhecimento sobre as referidas estruturas raciais.

[257] O sujeito pretendia dizer, certamente, "menelique", ainda hoje sinônimo de "negro" ou de "preto" entre descendentes de italianos da cidade.

[258] Tais situações explicam-se pela condição do sujeito como "filho de criação" de uma família rica e tradicional; tinha acesso a papéis sociais em regra inacessíveis aos demais "negros". Doutro lado, ele próprio informa que a família era muito ciosa do tratamento que lhe dispensava.

[259] Ver trecho da p. 136.

[260] Sobre esses aspectos da dinâmica da situação racial brasileira e, principalmente, da redefinição social do "escravo" e do "liberto" no "preto", conforme especialmente: IANNI, O. As metamorfoses do escravo, cap. VI e CARDOSO, F. H. Capitalismo e escravidão no Brasil meridional, cap. VI.

[261] Nesta parte, principalmente para caracterizar estrutural e funcionalmente a assimetria no tratamento recíproco e nas relações raciais em geral, com seus variados efeitos sociodinâmicos, recorremos também a dados referentes a 1941 e 1951. Como se trata de uma espécie de "estrutura persistente" da ordem social, "brancos" e "negros" que observam os padrões arcaicos são, sob esse aspecto, representativos do *antigo regime.* Embora certas condições externas das ações e relações raciais tenham se alterado, suas conexões típicas (de estrutura, de sentido e de função) subsistem parcial ou totalmente intatas, pelas razões já apontadas. Por isso, julgamos conveniente arrolar aqui uma parte do material coligido, pois ele diz respeito ao "passado" que ainda se projeta no "presente", preservando-se através do comportamento e da mentalidade dos homens ou pela dinâmica das instituições. De qualquer modo, esta parte do trabalho também serve de abertura aos capítulos 5 e 6.

[262] Em outra parte do trabalho analisaremos esta sutil noção, construída pelos negros e mulatos de São Paulo para designar seu complicado estado de espírito diante da situação de contato predominante na cidade.

[263] Depoimento feito em público pelo sr. Francisco Moraes, que salientou sua isenção: "Sinto-me, meus senhores, bastante à vontade para falar como pretendo, porque se sou a favor do negro não *sou* contra o branco. Sou o produto do cruzamento dessas duas raças...".

[264]No dia em questão estava chovendo, havendo procura frenética de carros de praça.

[265] Ver p. 263; este constitui o segundo tópico a ser discutido nesta parte do presente capítulo.

[266] Artigo publicado em 6 maio 1945.

[267] BARROS, M. P. de. *No tempo de dantes*, pp. 81-82.

[268] Excerto de *Movimentos sociais no meio negro*, estudo de caso organizado por Renato Jardim Moreira com a colaboração de José Correia Leite. Ms., fl. 15.

[269]Está claro que havia dois mecanismos distintos de ascensão do negro e do mulato: seja através da incorporação ao núcleo de uma família tradicional importante (coisa muito rara em São Paulo, tanto na capital, quanto no interior) ou da inclusão na periferia de uma família desse tipo (coisa mais ou menos frequente, que estava na essência do paternalismo); a ascensão obtida por via autônoma, pela acumulação de riqueza ou pela ostentação de predicados excepcionais (especialmente de atributos intelectuais), a qual não excluía a condição de apaniguado de alguma família importante ou de certos cabeças de parentela (nem Luís Gama se viu livre dessa forma de dependência em face das "grandes famílias"). A segunda alternativa ocorreu de forma episódica em São Paulo, contando-se aqui e ali as figuras que se elevaram dessa maneira. Por isso, é dispensável aprofundar a discussão do assunto, sendo suficiente caracterizá-lo tendo em vista os aspectos mais gerais da acomodação racial.

[270] Ver *Annaes da Câmara dos Deputados de São Paulo*, 1928. v. I, p. 346 *et seqs.*

[271] Citação extraída de um estudo de caso elaborado por Fernando Henrique Cardoso, no qual também são debatidas páginas sobre o negro de outros escritores, como Raquel de Queirós e Enrique Pongetti.

[272] Depoimento feito em público.

[273] Depoimento feito em público por Francisco Morais.

[274] Depoimento feito em público pelo dr. Arlindo Veiga dos Santos.

[275] Sobre as representações estereotipadas a respeito do negro no folclore paulistano, ver FERNANDES, F. Representações coletivas sobre o negro: o negro na tradição oral. Em: *Mudanças sociais no Brasil.* São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1960. Cap. XIII.

[276] Em regra, semelhante afirmação vinha acompanhada de um gesto: a pessoa voltava a mão esquerda espalmada por detrás da cabeça e segurava com os dedos a orelha direita.

[277] Dados extraídos do estudo de caso *Movimentos sociais no meio negro,* elaborado pelo pesquisador Renato Jardim Moreira com a colaboração de José Correia Leite, Ms., fl. 1.

[278] Está claro que este tipo de relação não deve ser confundido com a concessão e a aceitação do auxílio ou da proteção ao velho estilo tradicionalista, respeitoso e honesto.

[279] Algumas vezes, como o sugere o estudo de caso de Renato Jardim Moreira sobre *Bailes de negros* (Ms., fl. 15-17), o próprio clube recebia um pequeno auxílio ou donativo.

[280] A esse respeito, não importavam (ou importavam muito pouco) as gradações que porventura se manifestassem na fruição dos mencionados direitos e garantias sociais, pois, se a sociedade inclusiva funcionasse como um "sistema aberto", os efeitos da mobilidade vertical não seriam tolhidos e solapados.

[281] Entramos, assim, na discussão do último tópico a ser debatido nesta parte do presente trabalho (ver p. 263). Quanto à caracterização sociológica da estratificação, gostaríamos de indicar pelo menos algumas obras que tiveram importância definida na elaboração do sistema de referência teórico, explorado nesta monografia: COX, O. C. *Caste, class & race.* Nova York: Doubleday & Co., 1948; GUMPLOWICZ, L. *Précis de sociologie.* Trad. Charles Bay, Paris: Léon Chailley Éditeur, 1896; ROSS, E. A. *Principies of sociology.* 3a ed. Nova York: Appleton-Century-Crofts Inc., 1938. partes III, IV e VI; NOVICOW, J. *Les luttes entre sociétés humaines et leurs phases successives.* Paris: Félix Alcan, Ed., 1893; BOUGLÉ, C. *Essais sur le régime des castes.* 3a ed. Paris: Librairie Félix Alcan, 1935; LANDTMAN, G. *The origin of the inequality of the social classes.* Londres: Kegan Paul, Trench, Trubner & Co., Ltda., 1938; FREYER, H. *La sociologia, ciência de la realidad.* Trad. F. Ayala. Buenos Aires: Editorial, Losada, 1944. cap. III, BERGEL, E. E. *Social stratification.* Nova York: McGraw-Hill Book Co., Inc., 1962 (neste livro se encontra ampla bibliografia sobre o assunto, pp. 435-453); PARK, R. E. *Race and culture.* Illinois: The Free Press, Glencoe, 1950; THOMPSON, E. T. org. *Race relations and the race problems*, North Carolina: Duke University Press, Durham, 1939; JOHNSON, C. S. *Patterns of negro segregation.* Nova York: Harper and Brothers Pubs., 1948; MYRDAL, G. com a colaboração de STERNER, R. e ROSE, A. *An american dilemma. The negro problem and modern democracy*, 2a ed. Nova York: Harper & Brothers Pubs., 1944, 2 v.; FREZIER, E: F. *The negro in the United States.* Nova York: The MacMillan Co., 1949; DOYLE, B. W. *The etiquette of race relations in the south.* Prefácio de R. E. Park, Chicago, Illinois: The University of Chicago Press, 1937; DOLLARD, J. *Caste and classe in a southern town.* Nova York: Doubleday Anchor Books, 1957 (1a edição 1937); WARNER, W. L. American caste and classe. *American Journal of Sociology,* XLII, set. 1936. pp. 234-37; id., *Structure of american life.* Edinburgh, At the University Press, 1952 (Cap. I); id., prefácio a Allison Davis, Burleigh Gardner e Mary R. Gardner. *Deep south,* Chicago: The University of Chicago Press, 1941; id., nota metodológica (pp. 769-782) a St. Clair Drake e Horace R. Cayton. *Black metropolis. A study of negro life in a northern city*, *Harcourt*. New York: Brace and Co., 1945; DAVIE, M. A. *Negroes in american society.* Nova York: McGraw-Hill Book Co., Inc., 1949; WILLIAMSON, R. C. Race relations in South Africa. *Sociology and social research*, vol. 39, jan.-fev. 1935, no 3, 1955. pp. 165-70; PATTERSON, S. *Colour and culture in South Africa, a study of the cape coloured people within the social structure of the Union of South Africa*. Londres: Routledge and Kegan Paul Ltda., 1953; KUPER, L. WATTS, H. & DAVIES, R. *Durban. A study in racial ecology*. Londres: Jonathan Cape, 1958.

[282] Note-se, de passagem, que esse sistema de discriminação social não operou com a mesma eficácia e persistência com relação ao "branco" plebeu, de origem nacional ou estrangeira. Com relação a estes, não só foi mais fácil e rápida a democratização de atitudes e comportamentos. Os efeitos da ascensão econômica e social contribuíam para atenuar as diferenças e para acentuar a aceitação igualitária, ao contrário de que sucedeu (e ainda está sucedendo) nas relações com os indivíduos caracterizados estereotipadamente como "pretos" ou como "pessoas de cor".

[283] A noção de conformidade, entendida sociologicamente, é definida da seguinte maneira por Emílio Willems: "Comportamento de aceitação consciente ou inconsciente de padrões culturais existentes" (ver *Dicionário de sociologia.* Porto Alegre, Ed. Globo, 1950, p. 31). Na acepção comum, o termo significa "resignação" (ver FERNANDES, F. *Dicionário brasileiro contemporâneo.* 2a ed. 1960, p. 307). Essa conotação é extremamente importante em nossa análise, pois indica que, onde a conformidade se processa de modo inconsciente, ela pode ligar-se a modalidades passivas de conformismo.

[284]É importante assinalar que a situação do “negro” como minoria racial e cultural é idêntica à do “indígena”, outra minoria que não conseguiu uma integração completa, em condição de igualdade, à ordem social nacional (veja-se, a respeito, RIBEIRO, D. *A política indigenista brasileira.* Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, 1962. esp. pp. 133-143). Apenas ela é mais grave, na medida em que o “negro” se inseriu naquela ordem social e é forçado a desenvolver acomodações penosas, que ainda não foram impostas aos “indígenas”.

[285] Onde a situação de contato não evoluiu, de forma tão clara, na direção da ordem social competitiva, o investigador ainda corre o risco de fazer confusões mais ou menos ingênuas. Um bom exemplo disso são as interpretações de Donald Pierson, um sociólogo de sólida formação científica e totalmente respeitável, que lidou com a referida questão praticamente no nível de consciência social dos “brancos” brasileiros dos círculos dirigentes (veja-se *Brancos e pretos na Bahia.* São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1945. Cap. XII, esp. p. 407 *et seqs.*).

[286] BARROS, M. P. de. *No tempo de dantes*, p. 114.

[287] LOWRIE, S. H. O elemento negro na população de São Paulo, p. 32.

[288] ELLIS JR., A. *Populações paulistas*, trechos extraídos das pp. 97 e 98.

[289] Como escreve Antonio Candido de Mello e Souza: “o convívio sexual com as mulheres não extinguia o preconceito de cor, que ocorreu no Brasil de maneira acentuada na Colônia e depois” (*A família brasileira*, Ms., trecho extraído das pp. 2-3; publicado em inglês, em: SMITH, T. L. e MARCHANT, A. *Brazil: portrait of half a continent*).

[290] Ver BASTlDE, R. e FERNANDES, F. *Brancos e negros em São Paulo*, pp. 129-130 e 148-150.

[291] Ver *O Estado de S.Paulo.* 27 jul. 1950.

[292] Segundo frei Vicente do Salvador (*Memórias para a capitania de São Vicente*, p. 168), os efeitos das leis de proscrição do cativeiro dos índios e de administração de suas aldeias obrigaram “a muitos dos principais” à necessidade de “casarem suas filhas com homens ricos, que as sustentavam”. Ora, combinando-se essa informação com outras fornecidas por autores como Azevedo Marques e Silva Leme sobre tais “homens ricos”, fica mais ou menos claro que muitas vezes entravam em cenas pessoas procedentes de outras regiões e que raramente teriam condições para comprovar “a limpeza de sangue” e a isenção da “mácula de mestiçagem”.

[293] Discurso do dr. Orlando de Almeida Prado, pronunciado na 13a reunião ordinária da Câmara dos Deputados e publicado pelos *Anais da Câmara dos Deputados* (vol. I, 1928, p. 346 *et seqs.*); o discurso foi feito para elogiar a atitude do Executivo, cancelando medidas discriminativas postas em prática na Guarda Civil e para solicitar atos análogos com referência a outras repartições.

[294] Id., trechos extraídos das pp. 351 e 352.

OceanofPDF.com